

ESTADO DO AMAZONAS

26

ANNAES

DA

Assembléa Legislativa do Amazonas



SESSÃO ORDINÁRIA

1935

1936
IMPrensa PUBLICA
—
MANAOS

Assembléa Legislativa do Amazonas

TERMO da primeira sessão ordinaria em 3 de Junho de 1935

Presidencia do sr. Julio Lima. — Secretarios — srs. Ariolino Azevedo e Nogueira da Matta.

A' hora regimental, presentes os srs. Julio Lima, Ariolino Azevedo, Nogueira da Matta, Vivaldo Lima, Leopoldo Péres, Aristides Rocha, Moacyr Dantas, Antovilla Vieira e Felismino Soares, não havendo numero legal, deixa de realizar-se a sessão, mantida a ordem do dia anterior.

SESSÃO de 4 de Junho

Presidencia do sr. Julio Lima. — Secretarios — srs. Nogueira da Matta e Vivaldo Lima.

A' hora regimental, presentes os srs. Julio Lima, Nogueira da Matta, Vivaldo Lima, Leopoldo Péres, Maria Leão, Paula Gonçalves, Manoel Monteiro, Leopoldo Neves, Nunes de Lima, Moacyr Dantas, Ruy Barreto, Tito Bittencourt, Ary Tapajós, Antovilla Vieira, João Verçosa, Felix Valois, Ananias de Almeida, Carlos Machado, Benjamin Ferreira, Antonio de Vasconcellos, Felismino Soares, Chaves Ribeiro, Aristides Rocha e Pimentel Salles, faltando sem causa justificada os demais deputados, é aberta a sessão.

Approvada sem debate a acta do dia dois, bem como o termo de hontem, o sr. presidente declara que, na conformidade da Constituição do Estado, a Assembléa passaria a funcionar em sessão ordinaria d'ora em diante.

Procede-se depois á leitura do

EXPEDIENTE

que consta do seguinte :

Telegramma do presidente da Corte de Appellação, nos seguintes termos : "Presidente Assembléa Constituinte— Manãos, 2 Junho — Promulgada hoje Carla Magna Amazonas monumento juridico sabiamente erigido por essa digna Assembléa, que assim correspondeu plenamente confiança povo que a elegeu, tenho a maior satisfação congratular-me vossencia tão notavel acontecimento, que acaba reintegrar Estado plenitude regimen legal. — *Hamilton Mourão*, presidente Corte Appellação".

Idem do presidente do Tribunal Regional Eleitoral, assim redigido : "Presidente Assembléa Constituinte— Manãos — Promulgada hoje Constituição amazonense, monumento juridico que honra seus illustres elaboradores, congratulo-me vossencia tão notavel acontecimento, mediante qual fica Estado reintegrado plenitude regimen legal. Attenciosas saudações. — *Hamilton Mourão*, presidente Tribunal Regional Eleitoral.

Radio do senador Cunha Mello, congratulando-se com a Assembléa pela promulgação da Constituição do Estado.

Officio do primeiro secretario da Assembléa Constituinte de Pernambuco, communicando a eleição e posse da respectiva mesa.

Idem do Dr. Marcionillo Lessa, participando haver assumido o cargo de director da Imprensa Publica.

Idem do presidente da Associação Beneficente dos Empregados da Manãos Tramways, informando que o sr. Manoel Igrejas Lopes a representou na sessão de promulgação da Carta Magna do Estado.

Ideia do consul da Colombia, participando que se retira do Estado e passa as funções consulares ao sr. Alberto Pietro.

Recurso dos srs. Laurindo Marques Fernandes e Clarindo Cardoso dos Santos, pedindo cumprimento do parecer do Conselho Consultivo, relativamente às pensões que recebem do Thesouro.

Terminada a leitura do expediente e aberta a

ORDEM DO DIA

pede a palavra a senhora Maria Leão, que profere o seguinte discurso:

Sr. Presidente

Srs. Deputados

Não é tardio o eco por repetir, nas quebradas do caminho, a voz do viajor feliz que, estrada fóra, vai entoando hymnos de gloria e de triumpho.

Trazendo hoje a esta casa a manifestação das emoções, que nos invadiram a alma, os sentimentos de intima alegria, de entusiasmo e de conforto, que nos fizeram pulsar acelerado o coração, com a promulgação da nossa Constituição, não somos mais do que o eco das vibrações da alma de nosso povo.

O povo patenteou o seu culto civismo, tomando parte em todas as solemnidades effectuadas para celebrar o maior acontecimento politico de nosso Estado, nesta phase historica de sua vida. A sociedade inteira, na gamma completa do matiz de suas classes, veio trazer aos que trabalham nesta casa, a prova de delicadeza, em um gesto de fina cortezia, muito propria da sensibilidade de seu espirito, mostrou que não estava alheia aos trabalhos da Constituinte, que os seguia de perto, com interesse pelos destinos e pela causa do Amazonas. E, na pessoa de sua apagada representante, prestou uma carinhosa homenagem á Assembléa Constituinte, um preito de respeito á Carta Constitucional, que vai dirigir a nossa terra.

Teve razão o povo, sr. Presidente, em manifestar, com a eclosão da tumultuante alegria, que lhe agitava a alma, os seus sentimentos de patrio-

tismo, porque todos os seus direitos foram cuidadosamente assegurados e as suas mais justas aspirações confirmadas.

Nada foi omitido ou desprezado, desde as responsabilidades e direitos dos mais altos representantes do povo, dos magistrados, dos funcionarios publicos obedientes e silenciosos, aos energicos operarios, cujos trabalhos, em apparencia humildes engrandecem a Patria.

Teve razão ainda o povo, porque os interesses vitaes do Estado, tiveram estudo acurado: os seus limites; suas fontes de receita; a defesa de sua flora, de sua fauna, das riquezas escondidas no sub-solo; os problemas dos selvícolas; da instrucção; da colonização, da valorização dos seus productos; os direitos e interesses da familia, da maternidade, da infancia, tudo enfim foi particularmente estudado. Nada foi esquecido, sr. Presidente, nem mesmo a alma immortal de nosso povo. Os Constituintes Amazonenses, a Comissão do Projecto, seguindo a corrente dos verdadeiros sociologos de nossa epoca, compreenderam que a salvação das nações está na espiritualização dos povos. A nossa Constituição, começando por invocar o nome de Deus, em seu preambulo, abriu vasto horizonte ás aspirações espirituaes de nossa gente, que tem a indole de religiosidade de todo o povo Brasileiro. O nome adoravel de Deus brilha com todo o fulgor de sua luz inmarcessivel em nossa Carta Magna.

E esta luz penetrando nas consciencias, illuminando as intelligencias, fortalecendo as vontades dos dirigentes de nosso povo, traçará os novos rumos de nossa terra.

A nossa Constituição é um verdadeiro facho de luz, que conduzirá o nosso povo, o nosso Amazonas a um destino de prosperidade, de gloria e de grandezas no seio do Brasil unido e forte.

Sr. Presidente, occupamos esta tribuna para apresentar a V. Excia. e aos srs. deputados um requerimento, em que pedimos sejam lançados na acta de nossos trabalhos de hoje dois votos: um de congratulações a V.

Excia., á Mesa, a toda a Casa, pelo termino glorioso de nosso trabalho de Constituintes com a promulgação fulgurante da nossa formosa Constituição; de louvor, outro, á Comissão do Projecto. Os trabalhos decorreram sempre em um ambiente de perfeita cordialidade, de harmonia, patenteando assim o patriotismo com que foram effectuados.

Os Constituintes que fizeram parte da Comissão, como os demais, "com o pensamento em Deus", só tiveram uma ambição, uma preocupação: a grandeza, a dignidade do Amazonas.

Solicitamos permissão para destacar os nomes do sr. Presidente e do sr. Relator da Comissão do Projecto, nomes que pronunciamos com respeito e affecto: Sr. deputado Dr. Armando Madeira, Sr. deputado Dr. Leopoldo Pêres.

Fazemos este destaque, porque, ao nosso vêr, tiveram sobre os hombros a parte mais pesada da grande responsabilidade, na árdua e dignificante tarefa.

O nosso requerimento aguarda a sentença de V. Excia. e de toda a Casa.

Posto em discussão esse requerimento e não havendo quem queira se pronunciar sobre elle, a Casa approva-o por unanimidade.

Occupu em seguida a tribuna o sr. Nunes de Lima, que falla nestes termos:

Sr. Presidente

Srs. Deputados

- Na ultima reunião plenaria do Rotary Club de Manaus, como é praxe nesta instituição, festejou-se a data da promulgação da Constituição do Amazonas.

Incumbiu-se desta tarefa o illustre rotariano, desembargador Hamilton Mourão. Como tivesse para com esta Casa, para com os constituintes que elaboraram a nossa Carta Magna, palavras elogiosas, palavras distinctas, não se limitando apenas a fazer a moção congratulatória áquella data, achei de meu dever trazer ao seio desta Assembléa a noticia desta festa,

focalizando, principalmente, o encarregado de fazer esta moção, que era um jurista, simples rotariano daquella Casa. O illustre rotariano Hamilton Mourão teve palavras particularmente elogiosas para particulares textos da nossa Carta Magna, tendo, de facto, entusiasmo, com o que não pude deixar de me commover naquella occasião.

Presente, como rotariano, como elemento daquella Casa, cumpri o dever de responder á oração daquelle rotariano illustre, tomando a liberdade de fallar em nome dos nobres Constituintes desta Casa.

Trago portanto, esta moção para o seio desta Assembléa.

Aproveito a oportunidade de me encontrar na tribuna, para fazer uma referencia ás homenagens, prestadas á Assembléa, por diversas corporações: Bombeiros, Escola Normal, Gymnasio Amazonense, Collegio D. Bosco e Guarda Civil, trazendo, focalizando aqui, o elogio que deve ficar constatado nesta Casa, pela forma brilhante, empolgante, de todas estas corporações, de todos estes elementos interessantes que vieram trazer brilho para a festa de 2 de Junho.

São estas as considerações, que trago a esta Casa, no sentido de fazer parte da acta dos nossos trabalhos na sessão de hoje. Era o que tinha a dizer.

Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente encerra os trabalhos, marcando para ordem do dia de amanhã -- o que occorrer.

SESSÃO de 5 de Junho

Presidencia do sr. João Verçosa. — Secretarios — srs. Nogueira da Matta e Vivaldo Lima.

A' hora regimental, presentes os srs. João Verçosa, Nogueira da Matta, Vivaldo Lima, Leopoldo Pêres, Maria Leão, Paula Gonçalves, Manoel Monteiro, Leopoldo Neves, Moacyr Dantas, Ruy Barreto, Ary Tapajós, Antovilla Vieira, Felix Valois, Ananias de Almeida, Carlos Machado, Benjamin Ferreira, Antonio de Vasconcellos, Fe-

lismo Soares, Chaves Ribeiro, Aristides Rocha e Manoel Lobo, faltando sem causa justificada os demais deputados, é aberta a sessão.

Lida a acta anterior é, sem debate, approvada por unanimidade.

Constou o

EXPEDIENTE

do seguinte :

Telegrammas dos governadores do Rio Grande do Sul e Sergipe, do Prefeito do Distrito Federal e do delegado municipal de S. Gabriel, congratulando-se com a Mesa da Assembléa pela promulgação da Constituição do Amazonas.

Annunciada a

ORDEM DO DIA

pede a palavra o sr. Antovilla Vieira, que diz o seguinte :

Pedi a palavra, sr. Presidente, para, de accordo com o artigo numero 1 das Disposições Transitorias da Constituição do Estado do Amazonas, requerer que esta Casa se pronuncie quanto à eleição da Mesa.

Cessada a missão da Assembléa Constituinte, já, no momento, estamos funcionando como Assembléa Legislativa. O artigo 1º das Disposições Transitorias está redigido nos seguintes termos : (leitura).

Em abono a este requerimento, eu trago o caso parallelo occorrido na Constituinte Nacional, conforme se prova pelo diario da Camara dos Deputados, de 25 de Julho de 1934 onde o Poder Legislativo iniciou os seus trabalhos sob nova eleição.

Requeiro, portanto, a eleição da Mesa, que deve se realizar hoje, se consentir a Casa, dispensando o inter-sício regimental.

E' este, sr. Presidente, o requerimento que faço a V. Excia., para que o submeta à apreciação da Casa.

Em discussão esse requerimento, pede a palavra o sr. Aristides Rocha, que o *aprecia do ponto de vista juridico*, mostrando que não pode haver eleição nem substituição da Mesa que servira na Constituinte, mas simplesmente destituição dos seus membros,

só sendo licito à maioria um pronunciamento nessa conformidade.

Responde ao sr. Aristides Rocha o sr. Moacyr Dantas, que assim se exprime :

Sr. Presidente

Acabamos de ouvir o deputado Aristides Rocha externar o seu ponto de vista juridico...

O Sr. Paula Gonçalves — Pessoal.

O Sr. Aristides Rocha — Pessoal, não! V. Excia. é sempre aggressivo, mas creia, sob palavra de honra, que um dia ha de *estrepá-se!* O meu ponto de vista não é pessoal.

O Sr. Paula Gonçalves — Eu gar-galho ás ameaças de V. Excia. V. Excia. me aggride? Pois saiba que não temo ameaças!

O Sr. Aristides Rocha — V. Excia. não pôde negar que é aggressivo. Não tenho ponto de vista pessoal. Qual é o interesse que posso ter nisso?

O Sr. Moacyr Dantas — Dizia, sr. Presidente, que o deputado Aristides Rocha, exteriorizando a sua opinião a proposito da eleição da Mesa, affirmou que a maioria vae proceder, dentre em poucos minutos, a uma destituição da Mesa da Assembléa.

Pego permissão para divergir immediatamente dessa forte declaração, estribado exclusivamente em razões de ordem juridica.

Antes do mais, devo dizer que absolutamente não emprestaria o meu voto e a minha palavra na deposição violenta da Presidencia da Assembléa, sobretudo quando ella esteve occupada por um dos espiritos mais lucidos dos constituintes amazonenses.

Ha, da parte da minoria, o intuito de delurpar intenções e propositos, afim de collocar mal a maioria da Casa perante a opinião publica.

O requerimento do deputado Antovilla Vieira não visa uma destituição. Posso afiançar que não estaria aqui para isso. S. Excia. requereu, nos termos do artigo primeiro das Disposições Transitorias da Constituição do Estado, a eleição, o que é diferente de destituição, da Mesa da Assembléa Legislativa, de vez que a Constituinte já se transformou em Assembléa Legislativa Ordinaria.

Eleição, renovação ordenada pela Constituição.

O Sr. Leopoldo Péres—Não apoiado!

O Sr. Moacyr Dantas — Não é lícito invocar-se no caso presente a lei 121, de 14 de outubro de 1929, que promulgou o Regimento Interno da antiga Assembléa Legislativa. Tal regimento não tem a menor applicação á hypothese prevista, como já disse, pela nova Constituição, que está acima de regimentos.

O Sr. Leopoldo Péres — A Constituição não aproveita o seu ponto de vista.

O Sr. Moacyr Dantas — Vou provar a V. Excia. que estou com o direito, dando a única e verdadeira interpretação da lei. Reza o art. 1º das Disposições Transitórias: "Promulgada esta Constituição, a Assembléa Constituinte transformar-se-á immediatamente em Assembléa Legislativa, providenciando desde logo para que seja attendida a representação das profissões. Paraphrasis primeiro: Uma vez marcadas as eleições para esse fim, a Assembléa suspenderá seus trabalhos, para reabril-os, em sessão ordinaria, dez dias após a expedição dos diplomas aos deputados de classes".

Essa transformação se verificou, automaticamente, desde o dia dois, logo após a promulgação da carta política do Estado. Nessa mesma data terminou o seu mandato a Mesa da Constituinte.

Não existindo mais a Constituinte Estadual, cumpre, portanto, á Assembléa Legislativa eleger a sua Mesa, sob a presidência da Mesa da Constituinte. Assim entendeu também a Constituinte Parahybana, em cujo Regimento Interno se lê que a instalação da Assembléa Legislativa, cuja Mesa foi eleita logo na primeira sessão, será presidida pela da Assembléa Constituinte. Além desse caso concreto, ha ainda o da Constituinte Nacional, em cuja passagem para a Camara Federal se procedeu a nova eleição.

Argumentar que não estamos em Assembléa Legislativa, porque ainda não estão eleitos e empossados os representantes das profissões, é não querer ler o texto claro e insophis-

mavel da Constituição, é dar aos vocabulos significação differente. A Mesa da Assembléa Nacional Constituinte, é preciso que se restabeleça a verdade, foi eleita muito antes dos deputados de classes ingressarem, por uma lei especial elaborada pelo Tribunal Superior de Justiça Eleitoral, naquella augusta Casa.

O certo e incontestavel é que a Constituinte amazonense já passou, automaticamente, a funcionar como Assembléa Legislativa Ordinaria, devendo providenciar desde logo para que seja attendida a representação classista. A eleição da Mesa da Assembléa Legislativa se impõe, por isso que a Mesa da Constituinte não pode prorogar o seu mandato. Essa prorogação, a menos que fosse expressa e cathégorica, é verdadeiramente absurda. Tal doutrina é uma pura aberração.

Quando elegemos a Mesa da Constituinte não lhe demos poderes, nem a Constituição os confere, para prorogar o mandato, transgredindo os limites da lei.

Vim á tribuna, sr. Presidente, para collocar a questão nos seus devidos termos, desfazendo, uma a uma, as exolorações da opposição. É uma injustiça dizer, como se disse, que a maioria vae depor a Mesa, presidida, aliás, por uma intelligencia clara e um caracter nobre. Vae, sim, no cumprimento da Lei básica, eleger uma nova Mesa, sob o criterio politico da renovação dos valores, afim de que todos possam, dentro da maior harmonia, prestar os seus serviços ao Estado e ao Paiz.

Continuando em discussão o requerimento do sr. Antovilla Vieira, vem á tribuna o sr. Leopoldo Péres, que declara não poder estar de accordo com a exegese do sr. Moacyr Dantas a um artigo da Constituição. Entende o orador que o ponto certo do caso em debate foi o explanado pelo seu collega Aristides Rocha, com quem está de pleno accordo, sem que, entretanto, nada tenha que ver com os pontos de vista da maioria, na deliberação que esta tomara de destituir a Mesa da Assembléa.

Volta à tribuna o sr. Moacyr Dantas, que assim replica ao sr. Leopoldo Pêres :

Poucas palavras, sr. Presidente. Não compreendo como o deputado Leopoldo Pêres, que é jurista de renome, insista em afirmar, depois das explicações offerecidas com absoluta lealdade, que a maioria desta Casa vae depor a Mesa da Assembléa. Repito que é uma injustiça imputar-se aos srs. deputados o crime de destituir de sua investidura collegas e amigos que tão patrioticamente souberam cumprir o seu dever politico.

O Sr. Aristides Rocha — V. Excia. quer tapar o sol com uma peneira?

O Sr. Moacyr Dantas — Attente V. Excia. no seguinte : O mandato da Mesa da Constituinte não terminou improrogavelmente no mesmo dia em que aquella passou a funcionar como Assembléa Legislativa Ordinaria, em face de disposição constitucional, isto é, a dois do corrente? Claro que sim. Onde já se viu prorogação de mandato sem clausula expressa e cathgorica?

Nestas condições, a Assembléa Legislativa deve eleger a sua Mesa nas suas primeiras sessões. Citei, e ficaram irrespondiveis, os casos concretos das Constituintes Nacional e Parahybana.

Já estamos funcionando em Assembléa Ordinaria, para o fim especial de attendermos a representação das profissões. Os nossos trabalhos, declara a Constituição (que trabalhos, senão trabalhos de sessão ordinaria?) serão suspensos, uma vez marcadas as eleições dos deputados classistas. Dez dias depois da expedição dos diplomas, a Assembléa reabrirá os seus trabalhos, em sessão ordinaria. Labora em equivoco o illustre deputado Leopoldo Pêres quando argumenta que só na reabertura da reunião inicia-se a sessão legislativa. A Constituição fala em reabertura de reunião, em sessão ordinaria. (sessão ordinaria, isto é, sessão que não é solenne, nem preparatoria, nem extraordinaria, nem especial), e não em sessão legislativa, porque em sessão legislativa já estamos nós, desde a transformação

da Constituinte em Assembléa Legislativa.

Depois, se ha uma reabertura de sessão, é porque antes desta realizaram-se outras. De que natureza? Sessões ordinarias tambem.

Não ha fugir dahi. Por qualquer face que se encare a interessante questão, está fora de qualquer duvida que a Mesa da Constituinte já expirou o seu mandato. A eleição que se vae fazer não é mais do que o cumprimento da Constituição que nós proprios elaboramos, decretamos e promulgamos. Da Presidencia todos são dignos e capazes. Cada qual dê o seu voto livre e independente, certo de que exercerá um direito liquido e incontestavel.

Em seguida, obtendo a palavra, falla deste modo o sr. Paula Gonçalves :

Sr. Presidente

Srs. Deputados

Lamento não ser jurista, não ser cultor do direito, para tambem entusiasmar-me com o calor, como fizeram ha pouco, os nobres deputados Aristides Rocha e Leopoldo Pêres, e igualmente, trazer á Casa argumentos juridicos sobre o caso que ora se discute e que se vae prestando a interpretações diversas para não dizer antagonicas.

Mas, nesta occasião, não é por deixar de ser jurista, não é por deixar de cultivar o direito, que nós tambem, como meus demais companheiros de representação, deixemos de saber ler, interpretar, traduzir o que nós proprios escrevemos e ditamos ao povo—que é esta Constituição que tenho em mão.

Argumentaram brilhantemente os illustres jurisconsultos Leopoldo Pêres e Aristides Rocha, defendendo seu ponto de vista, que affirmam ser juridico, de que é illegal o desejo da maioria desta Casa, em substituir a Mesa, por meio de nova eleição, não desejando seguirmos a trilha do passado, de longos annos de eternisar determinados homens em determinados cargos.

Conservadores como são, desejam que se mantenham nos cargos os mesmos cidadãos, como no passado, onde se fossilizavam, e por isso mesmo, como fosseis, pouco ou nada produziam.

Mas, o illustre lider da maioria desta Casa, sr. deputado Moacyr Dantas, também juridicamente, deu seu parecer sobre o assumpto. E trouxe a baila, como argumento, não somente determinação Constitucional, mas um caso concreto, já passado em julgado, e por isso mesmo, acima de qualquer discussão, occorrido num dos males Estados da Federação Brasileira, naquelle reducto de grandezas cívica e politica, naquelle sertão de onde surgiu a maior figura — symbolo da Republica Nova o immortal João Pessoa! Não teve elle a felicidade de ver completada a obra sua que foi somente fecunda, que se transformou em arvore frondosa donde surgiram fructos magnificos para o bem e para a felicidade da Nação.

Aproveito este momento para fazer uma saudação ao povo heroico da Parahyba, rendendo assim uma homenagem ao grande Estado da Federação, que foi o precursor da situação actual de liberdade em que vivemos.

Como dizia, argumento também não com artigos de leis, mas com o caso concreto occorrido no Estado da Parahyba. E si este não bastar, trago a letra da Constituição, com a qual está a maioria desta Casa, acompanhando seu illustre lider, que vem de encerrar o assumpto dentro do direito, refusingo o ponto de vista em contrario, falso, que se deseja convencer seja real.

A maioria vae proceder á eleição da nova Mesa, não com o desejo de posição, como vêm de affirmar, verriosamente, os srs. representantes do Partido Republicano do Amazonas, mas no cumprimento de dispositivos legais e do caso concreto já referido. Trata-se apenas de uma substituição, direi melhor, de uma renovação.

Novamente affirmo lastimar não ser jurista, não possuir vastos conhecimentos de leis para argumentar com o mesmo calor e enthusiasmo dos meus nobres collegas deputados Aristides

Rocha e Leopoldo Péres. Mas, em sã consciencia, sou de opinião e voto para que se proceda á eleição da Mesa, hoje.

Tenho dito.

Encerrada a discussão do requerimento do sr. Antovilla Vieira, o sr. presidente o põe a votos, sendo aprovado por maioria. Votam contra os srs. Aristides Rocha e Leopoldo Péres.

Logo após, requer o sr. Antonio de Vasconcellos seja suspensa a sessão por dez minutos, afim de se organizarem as chapas para a eleição da nova Mesa. E' aprovado o requerimento.

Decorrido aquelle tempo e reaberta a sessão, o sr. presidente convida para escrutinadores os srs. Felismino Soares e Chaves Ribeiro, verificando-se afinal este resultado :

Para Presidente : — João Verçosa, dezoenove votos; duas cedulas em branco. Para Vice-presidente : — Leopoldo Neves, dezoenove votos; duas cedulas em branco. Para primeiro secretario : — Nogueira da Malta, dezoenove votos; duas cedulas em branco. Para segundo secretario : — Carlos Machado, dezoenove votos; duas cedulas em branco.

Finda a eleição, o sr. João Verçosa pronuncia estas palavras :

Srs. Deputados

E' a segunda vez, nesta Casa, que sou distinguido pela benevolencia de V. V. Excias., com funções de responsabilidade.

Hontem, foi a minha eleição para vice-presidente da Constituinte, hoje para Presidente da Assembléa Legislativa.

Nesta, venho substituir o meu nobre collega de bancada o deputado Julio Lima que com brilho, criterio e verdadeiro patriotismo exerceu o cargo de Presidente, por alguns mezes.

No desempenho da função em que me acho, quero fazer um vehemente appello aos srs. deputados, no sentido de, a exemplo de como procederam por occasião da elaboração de nossa Carta Magna, onde predominou o patriotismo acompanhado de um desprendimento não commum, traba-

liarmos com esse mesmo patriotismo e esse mesmo desprendimento, todas as vezes que estiverem em jogo os interesses do Amazonas.

Apesar da minha pouca e nenhuma experiência parlamentar, me acompanha uma parcella de patriotismo e um grande amor à minha terra, que me ajudarão a encarar os problemas que me forem affectos, com elevação de vista e afastado dos interesses politicos em bem do Amazonas.

Agradecendo commovido esta prova de confiança, estou certo que não me faltará a colaboração de VV. Excias., que muito me auxiliará, pois só assim collocaremos o Amazonas no lugar que lhe cabe.

Tambem o sr. Leopoldo Neves, vindo á tribuna, diz o seguinte :

Sr. Presidente

Srs. Deputados

Sinceramente, eu venho agradecer a VV. Excias. os votos que se dignaram dar á minha pessoa, para a Vice-Presidência desta Casa.

Sou um neóphyto, em politica, e muito mais, no parlamento. No entanto, sr. Presidente, e srs. Deputados, asseguro a VV. Excias., no desempenho da função em que acabo de ser eleito, jamais faltarei ao cumprimento do dever que acabo de assumir, perante a Casa.

Nada mais havendo a tratar, o sr. Presidente encerra os trabalhos, marcando para ordem do dia da primeira sessão — o que occorrer.

SESSÃO de 6 de Junho

Presidência do sr. João Verçosa. — Secretários — sr. Nogueira da Matta e Carlos Machado.

A' hora regimental, presentes os srs. João Verçosa, Nogueira da Matta, Carlos Machado, Leopoldo Neves, Felix Vulois, Ananias de Almeida, Arolino Azevedo, Vivaldo Lima, Leopoldo Péres, Maria Leão, Paula Gonçalves, Manoel Monteiro, Moacyr Dantas, Ruy Barreto, Ary Tapajós, Antovilla Vi-

cira, Benjamin Ferreira, Antonio de Vasconcellos, Felismino Soares, Chaves Ribeiro, Aristides Rocha, Arthur Bonates, faltando sem causa justificada os demais deputados, é aberta a sessão.

Approvada sem debate a acta anterior, o primeiro secretario apresenta o seguinte

EXPEDIENTE

Officio do Governador do Estado, agradecendo a remessa da copia da lei decretada e promulgada pela Assembléa a 2 do corrente, considerando feriado estadual esse dia.

Idem do sr. Delegado Fiscal do Thesouro Nacional, participando haver assumido as funções do seu cargo.

Telegrammas do dr. Antonio Carlos, Presidente da Republica, interino, dos governadores de S. Paulo, Parahyba, Sergipe, Pernambuco e Santa Catharina, congratulando-se com a Assembléa pela promulgação da Constituição amazonense.

Radio do secretario da Camara Federal, informando haver sido consignado na acta dos trabalhos, por proposta de deputado Ribeiro Junior, um voto de congratulações pela promulgação da Constituição do Amazonas.

Finda a leitura do expediente e annunciada a

ORDEM DO DIA

pede a palavra, pela ordem, o sr. Arthur Bonates, que profere o seguinte discurso :

Sr. Presidente

Razões bastantes tinha eu, ao declarar desta tribuna, que o Commandante Luiz Tirelli, Presidente do Partido Trabalhista, fallára á verdade, quando em um topico do "O Jornal", do dia 23 de Maio ultimo, declarára não ter acceito "nenhuma das varias propostas a si apresentadas pelo sr. Cunha Mello, preferindo com o seu partido, perder nas urnas, mas ficar de pé".

A referida carta foi lida neste plenario, pelo illustre deputado Ary Calin, com o animo, aliás, bastante alterado.

Este ex-deputado socialista procurava, na sessão memorável, do dia seguinte, 24, convencer a Assembléa da affirmativa do Commandante Tirelli, e eu, tive a hombridade precisa para declarar ao mesmo sr. Ary Cahn, que dentro de alguns dias o illustre Senador Cunha Mello provaria o contrario.

O Sr. Ary Cahn — V. Excia. disse que o sr. Cunha Mello provaria dentro de 24 horas.

O Sr. Arthur Bonates — O illustre deputado João Gonçalves, secundando as minhas declarações, dissera que o sr. Cunha Mello desmentiria ao sr. Tirelli, dentro de 24 horas. Sr. Presidente, infelizmente, porem, a distancia que nos separa agora do Senador Cunha Mello é tão grande que não podia, no prazo de 24 horas, como disse o sr. Paula Gonçalves, rebater as accusações do sr. Commandante Tirelli.

Hoje, pelo telegramma transmittido do Rio de Janeiro, o Senador Cunha Mello declara : (*Le o telegramma publicado no "Jornal do Commercio" desta data*).

Como vemos, o Senador Cunha Mello, prova exhuberantemente de que é destituida de verdade a declaração do sr. Tirelli...

O Sr. Antonio de Vasconcellos — Mas, vem provando ou affirmando?

O Sr. Felismino Soares — Não provou até agora cousa nenhuma.

O Sr. Arthur Bonates — Do telegramma que acabei de ler, destaca-se o seguinte : "Jamais tive iniciativa de accordos politicos com o Commandante Tirelli".

O Sr. Antonio de Vasconcellos — A mim o sr. Cunha Mello disse que procurára entendimentos com o sr. Commandante Tirelli.

O Sr. Ariolino Azevedo — Eu peço licença para não acreditar.

O Sr. Antonio de Vasconcellos — E eu affirmo que elle não negará na minha presença.

O Sr. Ariolino Azevedo — E eu continuo a pedir licença para não acreditar.

O Sr. Arthur Bonates — O Commandante Tirelli queria ser o Governador do Estado, no contrario do Dr. Alvaro Maia, que como affirmo o Sr. Vivaldo

Lima, só resolveu acceitar o cargo, depois de muita instancia deste. (*Risos*).
O Sr. Vivaldo Lima — Não foi isto que eu affirmei.

O Sr. Arthur Bonates — O Commandante Tirelli queria posição, pouco ligando aos demais correligionarios.

O Sr. Antonio de Vasconcellos — V. Excia. está esquecido que no "3 de Outubro" levantou a candidatura do sr. Cunha Mello?

O Sr. Arthur Bonates — Alem desse despacho que li, o illustre Senador Cunha Mello tem enviado outros mais, nos quaes affirmo que as declarações do sr. Tirelli são destituidas de fundamento.

O Sr. Ary Cahn — São declarações apenas.

O Sr. Felismino Soares — Vamos provar. Provando, e não declarando ou affirmando.

O Sr. Arthur Bonates — Não é a primeira vez que o Commandante Tirelli procura diminuir a pessoa do illustre Senador Cunha Mello. Este, na missão que o povo lhe confiou, desempenhou-se com dedicação e o maior brilho possível. Está aqui o documento : a publicação feita pela bancada socialista ao povo amazonense, encerrando os trabalhos do sr. Cunha Mello, Alvaro Maia e Alfredo da Matta, na Constituinte Federal, publicação que foi largamente distribuida ao povo desta terra. E o Commandante Tirelli, o que fez? Até agora não prestou contas, não deu a menor satisfação ao povo.

O Sr. Antonio de Vasconcellos — V. Excia. não prova isso.

O Sr. Arthur Bonates — Sr. Presidente, requeiro a V. Excia. que conste dos annaes desta Casa, o telegramma do Senador Cunha Mello que acabei de ler, publicado no "Jornal do Commercio" de hoje.

O Sr. Antonio de Vasconcellos — Inserir na acta ou nos annaes?

O Sr. Arthur Bonates — Eu disse que se fizesse constar dos annaes.

O Sr. Felismino Soares — Aliás não precisava requerer.

O Sr. Leopoldo Pêres — Ninguém pôde se oppor ao requerimento de um deputado.

O Sr. Aristides Rocha — O reque-

rimento tem de ser votado pela Casa.

O Sr. Antonio de Vasconcellos — E' preciso esclarecer, pois quero votar conscientemente. (Perguntando ao sr. Bonates) Na acta ou nos annaes?

E' este o telegramma a que se refere o sr. Arthur Bonates :

"Jamais tive a iniciativa de accordos politicos com o commandante Tirelli. Amigos desse ex-deputado, dizendo-se autorizados, procuraram-me varias vezes com o fim de discutir as possibilidades de uma articulacão dos socialistas com os trabalhadores amazonenses, para as eleições á Assembléa Constituinte e para Governador do Estado, bem como para a Camara Federal e Senado. Respondi-lhes que ia entender-me directamente com o proprio Tirelli, o que realmente procurei fazer. Desisti, porem, logo desse proposito por comprehender que Tirelli só chegaria a qualquer accordo, tendo como condiçãõ preliminar a escolha de seu nome para Governador do Estado. Após as eleições de outubro, as decisões dos recursos pelo Tribunal Eleitoral, conhecida a victoria dos socialistas-radicaes, o commandante Tirelli começou a insistir commigo e com o dr. Alvaro Maia para um accordo entre os nossos partidos. Promettim-nos então os votos de seus dignos e illustres amigos na Assembléa, com a compensacão do nosso apoio á sua candidatura á deputado federal numa das vagas existentes. Embora disposto a aceitar a collaboracão do Partido Trabalhista, onde reconheço existirem grandes e bons elementos, como membro do Partido Socialista, duas vezes credenciado por todos os meus amigos para resolver a situacão politica do Estado, sempre recusei os accordos desejados pelo commandante Tirelli que só tratava de si proprio, ora querendo ser Governador, depois senador e, ainda agora, ser deputado federal. Pelas suas actuaes declarações vejo que continua com esses propositos, pois pretende aproveitar-se do dr. Alvaro Maia para organizar uma chapa na qual dois nomes serão por elle indicados, sendo um elle proprio. Certamente nessa

chapa ainda pretenderá ser candidato em primeiro turno. De suas declarações deixa elle perceber que quer excluir-me e aos meus amigos dos entendimentos que tem em vista. Longe, cheio de occupações muito sérias, de grandes responsabilidades perante o Amazonas e todo o paiz, não posso entreter discussões com o commandante Tirelli.

Quanto ao deputado Cahn, lastimo apenas que, alliando-se ao commandante Tirelli, se tenha esquecido tão rapidamente das atenções que lhe dispensei, na organizacão da chapa para a Assembléa Constituinte, bem como dos pedidos que me fez ácerca de suas novas pretensões.

As declarações do commandante Tirelli, já feitas e futuras, não me impressionaram. Dar-lhe-hei sempre resposta, esclarecendo a verdade de todos os acontecimentos. Desejo muito a harmonia e a pacificacão da politica amazonense com as quaes todos os bons elementos poderão trabalhar unidos em proveito do Estado. Essa harmonia e pacificacão devem ser dirigidas pelo dr. Alvaro Maia que, como amazonense, poderá ter exito, em consequilas e a felicidade de escolher aquelles que, pelos seus serviços a essa terra, sobretudo pelo valor pessoal, moralidade, intelligencia e cultura, tenham credenciaes para vir represental-as nas vagas existentes na Camara. (p) Leopoldo Cunha Mello".

Posto em discussão o requerimento do sr. Arthur Bonates, vem á tribuna o sr. Paula Gonçalves, que diz o seguinte :

Sr. Presidente

Srs. Deputados

Acabamos de ouvir a palavra de nosso illustre collega, deputado Arthur Bonates, requerendo a inserção nos annaes desta Casa, do telegramma estampado num dos órgãos de publicidade de Manaus, sobre um incidente politico havido aqui na Assembléa, em que estiveram em jogo as pessoas dos srs. Commandante Tirelli e Senador Cunha Mello.

Na discussão havida não resta du-

vida, que uma duvida pairou, sobre quem com a razão estava, então.

Os illustres representantes do Partido Trabalhista, defenderam o seu ponto de vista e o seu chefe, aliás, no cumprimento estrito do seu dever.

Trouxeram razões, contestando alegações daquelle, affirmaram o contrario.

Agora, inteirado dos factos, temos o direito de dizer alguma cousa.

Os Srs. Felismino Soares e Ary Cahn — Até ahí está certo.

O Sr. Paula Gonçalves — E' o que acaba de fazer o sr. Bonates: Requereu a inserção em acta, ou nos annaes da Casa do telegramma em questão. E' um documento politico. Não vejo em absoluto, razão, para que se tenha duvida se a inserção deve ser feita na acta, ou nos annaes.

O Sr. Antonio de Vasconcellos — Eu apenas, porque não ouvi ou não entendi bem, perguntei se o requerimento era para ser inserido em acta ou nos annaes.

O Sr. Paula Gonçalves — Em acta ou nos annaes, não vejo razão para que se recuse a solicitação de um collega nosso, dentro desta Assembléa a respeito de um caso politico que precisa ser esclarecido. Pertencemos a uma Assembléa politica. O meu voto, e penso o da maioria, se não por outra razão, mas por uma deferencia e uma consideração para com um collega, é que se aprove o pedido por elle feito a esta Assembléa. Era o que tinha a dizer, apenas como esclarecimento á indicação do sr. Bonates e como encaminhamento da votação que se vae proceder.

Tenho dito.

Não havendo mais quem queira manifestar-se sobre o requerimento do sr. Bonates, e, posto em votação, é aprovado contra o voto do sr. Ary Tapajós.

A seguir, com a palavra, o sr. Moacyr Dantas justifica o seguinte requerimento:

"Requeiro que a Mesa consulte a Casa sobre se consente na nomeação de uma comissão especial, que desde logo organize o projecto do Regimento Interno da Assembléa Legislativa do Estado. S. S. em 6 de Junho de 1935".

Esse requerimento, posto immediatamente em discussão, é aprovado por unanimidade. O sr. presidente, então, dando cumprimento ao resolvido pela Casa, nomeia a seguinte comissão para elaborar o projecto do Regimento: Moacyr Dantas, Leopoldo Péres, Vivaldo Lima, Julio Lima e Armando Madeira, encerrando depois os trabalhos e marcando para a proxima ordem do dia — o que occorrer.

SESSÃO de 7 de Junho

Presidencia do sr. João Verçosa. — Secretarios — srs. Nogueira da Matta e Carlos Machado.

A' hora regimental, presentes os srs. João Verçosa, Nogueira da Matta, Carlos Machado, Leopoldo Neves, Felix Valois, Ananias de Almeida, Arioilino Azevedo, Vivaldo Lima, Leopoldo Peres, Paula Gonçalves, Manoel Monteiro, Moacyr Dantas, Armando Madeira, Antovilla Vieira, Benjamin Ferreira, Antonio de Vasconcellos, Felismino Soares, Chaves Ribeiro, Aristides Rocha, Arthur Bonates e Manoel Lobo, faltando com causa justificada os srs. Cosme Ferreira e Ary Tapajós e sem ella os demais deputados, abre-se a sessão.

E' lida e approvada sem debate a acta anterior, depois do que o primeiro secretario apresenta o seguinte

EXPEDIENTE

Officio do Governador do Estado, agradecendo a communicação da eleição da Mesa da Assembléa.

Idem do Juiz Federal, congratulando-se com o Poder Legislativo pela promulgação da Constituição do Estado.

Radios dos governadores de Minas Geraes e Bahia, do interventor do Rio Grande do Norte, dos ministros da Fazenda, Justiça, Trabalho e Educação, do primeiro secretario da Sociedade Beneficente União Popular, do presidente da Assembléa Legislativa de Goyaz, do primeiro secretario da Assembléa Legislativa da Bahia, do capitão Arnaldo Matta e do secretario interino da presidencia da Republica,

congratulando-se com a Assembléa pela promulgação da Constituição do Amazonas.

Annunciada a

ORDEM DO DIA

pede a palavra o sr. Leopoldo Neves, que diz o seguinte :

Sr. Presidente

O motivo que me traz hoje a esta tribuna, Sr. Presidente, é solicitar á Assembléa Legislativa do Estado do Amazonas, que na sua acta de hoje, seja inserido um voto de pezar pelo fallecimento do Dr. Geraldo Matheus Barbosa de Amorim, que foi Parlamentar desta Casa, lente cathedralico do Gymnasio Amazonense "Pedro II" e ultimamente professor de Latim do Collegio "Pedro Segundo".

Demasiadamente conhecido nesta terra, de onde era filho, sr. Presidente, não necessita maiores explicações, sobre a biographia deste conterraneo.

Assim, solicito que consulte á Casa, se permite, que na acta de hoje, seja constante o voto de pezar que acabo de solicitar.

Era o que tinha a dizer.

Approvedo esse requerimento por unanimidade, e depois de terem os srs. Antonio de Vasconcellos e Antovilla Vieira justificado, respectivamente, a ausencia dos srs. Ary Tapajós e Cosme Ferreira, o sr. presidente encerra os trabalhos, marcando para a proxima sessão — o que occorrer.

TERMO de 8 de Junho

Presidencia do sr. João Verçosa. — Secretarios — srs. Nogueira da Matta e Carlos Machado.

As quinze horas, presentes os srs. João Verçosa, Nogueira da Matta, Carlos Machado, Vivaldo Lima, Antovilla Vieira, Leopoldo Peres, Felismino Soares, Arthur Bonates e Moacyr Dantas, não havendo numero legal, deixa de realizar-se a sessão, continuando a mesma ordem do dia.

SESSÃO de 10 de Junho

Presidencia do sr. João Verçosa. — Secretarios — srs. Nogueira da Matta e Carlos Machado.

A' hora regimental, presentes os srs. João Verçosa, Nogueira da Matta, Carlos Machado, Leopoldo Neves, Felix Valois, Ananias de Almeida, Ariolino Azevedo, Vivaldo Lima, Leopoldo Peres, Paula Gonçalves, Manoel Monteiro, Moacyr Dantas, Ruy Barreto, Antovilla Vieira, Antonio de Vasconcellos, Chaves Ribeiro e Arthur Bonates, faltando com causa justificada os srs. Cosme Ferreira e Ary Tapajós e sem ella os demais depulados, abre-se a sessão.

Lida e approvada sem debate a acta anterior, o primeiro secretario dá conta deste

EXPEDIENTE

Officios do prefeito municipal de Manaus, do Secretario Geral do Estado, do chefe da commissão do Sector Norte, do presidente da Corte de Appellação, dos consules da França, Equador, Bolivia e Portugal, agradecendo a communicação da eleição da Mesa da Assembléa.

Telegrammas dos interventores de Mato Grosso e Acre, do presidente da Suprema Corte, do director da secretaria da Assembléa Constituinte de S. Paulo e de Edgard Lobão, congratulando-se com a Mesa pela promulgação da Constituição do Amazonas.

Circular do prefeito municipal da Labrea, communicando que assumiu o exercicio de seu cargo.

Terminada a leitura do expediente e nada havendo a tratar na primeira, nem na segunda parte da ordem do dia, o sr. presidente suspende os trabalhos, marcando para amanhã — o que occorrer.

SESSÃO de 12 de Junho

Presidencia do sr. João Verçosa. — Secretarios — srs. Carlos Machado e Paula Gonçalves.

A' hora regimental, presentes os srs. João Verçosa, Carlos Machado,

Paula Gonçalves, Leopoldo Neves, Felix Valois, Ananias de Almeida, Moacyr Dantas, Maria Leão, Cosme Ferreira, Manoel Monteiro, Julio Lima, Leopoldo Peres, Nunes de Lima, Ruy Barreto, Tito Bittencourt, Antovilla Vieira, Philadelpho de Moraes, Benjamin Ferreira, Antonio de Vasconcellos, Chaves Ribeiro, Aristides Rocha, Pimentel Salles e Arthur Bonates, faltando com causa justificada o sr. Ary Tapajós e sem ella os demais deputados, abre-se a sessão.

São approvados sem debate a acta de 10 e o termo de 11 do andante, depois do que o primeiro secretario procede á leitura do seguinte

EXPEDIENTE

Officios do secretario da prefeitura da capital, do presidente da União Beneficente dos Funcionarios Municipaes, do consul allemão, do commandante interino do Corpo de Seguranca do Estado, do desembargador Arthur Virgilio do Carmo Ribeiro, do presidente do Tribunal Regional Eleitoral, do Chefe de Policia, do commandante do Corpo de Bombeiros, do capitão dos Portos do Amazonas, do consul do Japão, do agente do Lloyd Brasileiro, do consul do Perú, do director da Escola Normal, do consul da Italia, do inspector regional do Ministerio do Trabalho, todos agradecendo a communicacão da eleição da Mesa da Assembléa.

Telegrammas, no mesmo sentido, dos senadores Cunha Mello e Alfredo da Matta, e Ministro da Justica.

Rádios dos ministros da Viação e da Guerra, congratulando-se com a Assembléa pela promulgacão da Carta Magna do Amazonas.

Circular do consul da Belgica, participando haver reassumido as funcções do seu cargo.

Dois officios do Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, enviando por copia o accordo do Tribunal Superior de Justica Eleitoral, em resposta a uma consulta feita pela Assembléa, e scientificando a mesma das providencias que, a seu pedido, tomara o Superior Tribunal de Justica Eleitoral.

Terminada a leitura do expediente e aberta a

ORDEM DO DIA

tem a palavra, pela ordem, o sr. Ariolino Azevedo, que assim se expressa :
Sr. Presidente

Srs. Deputados

Teria falado hontem se tivesse havido sessão.

O meu discurso será lido, porque preciso, posteriormente, *verbo ad verbum* tel-o em minhas notas.

Venho a esta tribuna, quasi desnecessariamente, porque o Senador Leopoldo Tavares da Cunha Mello, conhecido como é em Manãos, poderia dispensar qualquer defeza.

Suas qualidades fizeram-no 1º Secretario do Senado.

O Sr. Julio Lima — Exacto.

O Sr. Ariolino Azevedo — (continuando) Tendo vindo para o Amazonas com poucos mezes de idade, pois seu pae, o Dez. Benicio de Mello, aqui era Juiz de Direito, seguiu, mais tarde, para fazer seus estudos na Faculdade de Direito de Recife, o que logrou fazer brillantemente.

Logo depois de formado, para aqui voltou, afim de empregar, como empregou, sua actividade na advocacia. Foi Promotor Publico da Capital.

Tanto na Promotoria, como na advocacia civil, commercio e orphanologica, o Dr. Cunha Mello teve a seu cargo questões das mais transcendentes. De todas sahiu-se galhardamente.

Foi advogado de casas commerciaes das mais importantes desta praça, taes como M. Corbacho & Cia., J. S. Amorim, J. J. da Camara, Martins Pinheiro & Cia., Banco Nacional Ultramarino, London Bank, e da maior firma do Amazonas — J. G. Araujo & Cia. Ltda.

Do Banco Ultramarino chegou a ser Consultor Juridico no Rio de Janeiro.

Quando embarcou de Manãos, o illustre advogado Achilles Bevilacqua, foi ao Dr. Cunha Mello que entregou seus constituintes.

No fóro, sua Excellencia bateu-se com animo forte e conhecimentos elevados, quanto os que melhor o fizeram.

Que digam os Drs. Aristides Rocha, Leopoldo Pêres e Julio Lima, nossos illustres pares. Que digam os Drs. Bernardino Paiva, Analio de Rezende, Raphael Benaion, Ismael de Almeida, José Jorge Carvalho e tantos outros, dos quaes, até hoje, goza da maior deferencia. Os brilhantes advogados Araujo Filho e Simplicio de Rezende tinham-lhe particular estima.

O Sr. Leopoldo Pêres — Apoiado! E' uma verdade o que diz V. Excia.!

O Sr. Ariolino Azevedo — (continuando) Como defensor das causas justas, atirou-se contra um mau administrador, o sr. Gaertner, para salvar uma laboriosa classe de funcionarios federaes, — a dos Correios do Amazonas, que andava soezmente perseguida!

Quando aqui chegou o General Menna Barreto, afim de restabelecer o regimen alterado pela revolução de 23 de Julho, foi o Dr. Cunha Mello escolhido para Chefe de Policia, pelo Governador Militar Coronel, hoje General Rodrigues Barbosa, apesar de sua conhecida attitudo deante dos acontecimentos revolucionarios.

Mais tarde, com o Dr. Waldemar Pedrosa, advogou a causa desses revolucionarios, prestando assim os seus serviços a uma pleiade de sonhadores por um Amazonas melhor.

Foi ainda Auditor do Exército.

Na sociedade amazonense, goza da estima de seus elementos mais destacados. Basta ver como o visitam eminentes cavalheiros, como o recebem as melhores familias da cidade.

Nem por isso, deixa o Dr. Cunha Mello de ter entre os humildes o seu formidavel numero de admiradores. As sociedades operarias que o têm homenageado ali estão.

Na politica, o seu valor é inconteste. Sustentou uma campanha heroica contra o Sr. Ephigenio de Salles, e chegou a obter brilhante victoria num regimen eleitoral em que a pressão e a ameaça eram a fortaleza dos Governos.

Nessa occasião, o Deputado Bonates, por perseguição, foi inundado para o interior do Estado.

O Sr. Arthur Bonates — Pelo Sr. Raul de Azevedo.

O Sr. Ariolino Azevedo — (continuando) ... e o orador que occupa a vossa attenção, teve sua casa vigiada e esteve para ser demittido de suas funções vitalicias de escrivão do cível, commercio, provedoria e resíduos.

No Governo revolucionario, o Interventor Alvaro Maia, actual Governador do Estado, "encarregou o Dr. Cunha Mello de tratar no Supremo Tribunal Federal, de todas as causas do Amazonas".

Acceitando, sem remuneração, o encargo, Sua Excia. bateu-se na decantada questão do Acre.

Eleito pelo povo do Amazonas para a Constituinte Federal, teve occasião o Dr. Cunha Mello, de elevar o nome do Amazonas, ao lado de seus companheiros de bancada, os Drs. Alvaro Maia e Alfredo da Matta.

Foi o relator da parte referente aos Municipios. Na commissão dos 26, prestigiu, até fazer victoriosa, a sua idéa sobre a autonomia municipal.

O Sr. Aristides Rocha — De maneira que devemos a autonomia municipal ao Dr. Cunha Mello? Pensei que fosse a autonomia dos Municipios, medida da revolução de 1891.

O Sr. Ariolino Azevedo — Eu disse que o Dr. Cunha Mello prestigiu, com seu valor, dentro da Constituinte Federal, a autonomia municipal. Ha uma publicação feita pela bancada amazonense na Constituinte, onde se encontra esse trabalho do Dr. Cunha Mello. Caso queira, poderei, hoje mesmo, enviar a V. Excia. um exemplar.

O Sr. Aristides Rocha — E' uma grande honra. Servirá para enriquecer minha bibliotheca.

O Sr. Ariolino Azevedo — Cuidou ainda do estudo de diversos outros assumptos de importancia, culminando o seu trabalho na obtenção do dispositivo do art. 5º das Disposições Transitorias da Constituição Federal.

O Sr. Aristides Rocha — E quem diz que não? Eu me referi ao facto de ter V. Excia. dito que elle deu autonomia.

O Sr. Ariolino Azevedo — Elle não a deu, concordo, elle concorreu para mantel-a, para melhora-la mesmo.

O Sr. Leopoldo Péres — V. Excia. se refere...

O Sr. Moacyr Dantas — O orador se refere à autonomia completa do município.

O Sr. Leopoldo Péres — E' uma bella occasião...

O Sr. Aristides Rocha — Eu não estou contrariando! Eu quero que V. Excia. não faça o Brasil regredir, a este ponto.

O Sr. Ariolino Azevedo — Eu não disse que os Municípios não tinham autonomia. Disse que o Dr. Cunha Mello bateu-se pela continuação, pela melhoria dessa autonomia.

(continuando o discurso) — O Sr. Antonio Marques dos Reis, num dos melhores livros sobre a Constituição Federal de 1934, aponta o sr. Cunha Mello como um dos valores destacados da representação brasileira na Constituinte.

Em 14 de Outubro do anno passado, juntamente com o Dr. Alvaro Maia, Capitão Ribeiro Junior e Alfredo da Matta, foi o Dr. Cunha Mello, eleito Deputado Federal. Os milhares de votos alcançados, cobriram tres vezes o numero obtido pelo partido que veio em segundo lugar.

Actualmente o Dr. Cunha Mello é Senador, eleito por esta Assembléa, e lá no Senado, como 1º Secretário, de dia a dia, a sua figura se prestigia por seus predicados: lealdade, competência e capacidade de trabalho.

Sr. Presidente. Srs. Deputados.

Em breves traços, disse quem é o Dr. Cunha Mello. Não é elle, sabem todos, sabe a população inteira da gleba, um nullo, um sem valor, que "pouco honra o seu mandato politico e o seu diploma", como disse o Commandante Tirelli.

O Sr. Aristides Rocha — Bem, ahi eu não aparteio. Ahi é com os outros. Não tenho nada com a pendencia do Partido Trabalhista...

O Sr. Ariolino Azevedo — Ao contrario, o Dr. Cunha Mello, só tem elevado seu nome e o do Amazonas. Só tem honrado o seu mandato politico e seu diploma, sendo ainda, portador de uma rara virtude — a gratidão.

Não se cança elle de dizer o que deve a esta terra.

Quanto ás outras affirmativas do Commandante Tirelli, o Sr. Senador Cunha Mello responderá com a vantagem de sua palavra nunca posta em duvida, tanto assim que esta Assembléa, reconhecendo veridicas as affirmações contidas no telegramma publicado no "Jornal do Commercio" de 6 deste mez, mandou que o mesmo constasse dos annaes, como subsídios para a historia do Amazonas.

O Sr. Leopoldo Péres — Por unanimidade de votos!... isto é, com excepção do sr. Ary Cahn.

O Sr. Antonio de Vasconcellos — Fazia parte do discurso.

O Sr. Ariolino Azevedo — O caso é que o sr. Arthur Bonates accentuou bem: "que requeria a inserção nos annaes, do telegramma publicado no "Jornal do Commercio", e o unico Deputado que votou contra, foi o sr. Ary Cahn, tendo Vossa Excia. (dirigindo-se ao sr. Antonio de Vasconcellos) perguntado se era para constar da acta ou dos annaes, ao que o sr. Bonates frizou: que era para constar dos annaes.

A seguir, vem á tribuna o sr. Antovilla Vieira, que faz um resumo historico da acção da diplomacia brasileira no conflicto armado entre o Paraguay e a Bolivia, salientando o esforço do ministro Macedo Soares no sentido da pacificação entre os dois povos americanos, e terminando por offerecer á consideração da Casa o seguinte requerimento:

"Requeiro que a Assembléa Legislativa do Amazonas faça consignar na acta dos nossos trabalhos de hoje um voto de effusivas congratulações pela paz assignada entre a Bolivia e o Paraguay, pondo termo á guerra do Chaco; e que seja transmittido um telegramma ao Embaixador Macedo Soares, nosso ministro do exterior, louvando o tacto, a intelligencia, o esforço operoso e constante por elle empregado no sentido de obter tão grata realisação ao continente americano".

Em discussão o requerimento, pede a palavra o sr. Ruy Barreto, que diz o seguinte:

Sr. Presidente

Secundando as brilhantes considerações do deputado Autovilla Vieira, saliento ter uma significação especial, do mais alto relevo na vida do continente, a auspiciosa nova, trazida ao nosso conhecimento pela imprensa local, do recente tratado de paz, firmado entre Paraguay e Bolivia, nações que, ha tres annos, numa lucta sem treguas, se entrededoravam, enchendo de sangue o solo sul americano, ao mesmo tempo que cobrindo de lucto nossos corações.

Ha tres longos annos, que todo o mundo civilizado acompanha desolado e afflicto, o entrelheque, o formidável embate dessas duas patrias irmãs, filhas da mesma raça, filhas do mesmo continente!

Hoje, felizmente, com immenso contentamento, e justificado orgulho, festejamos o termino dessa sangrenta tragedia, graças á decisiva e intelligente interferencia da diplomacia brasileira, que, assim, engasta mais uma refulgente pedra, no portentoso collar de realçadas glorias!

O Sr. Aristides Rocha — Muito bem!

O Sr. Leopoldo Peres — Aliás, a segunda victoria obtida pelo Brasil! Já o caso de Leocadia foi resolvido pelo Embaixador Mello Franco!

O Sr. Ruy Barreto — (continuando)

Seria de certo, inoportuno, ou desprimoroso, relembrar, agora, finda a horrível peleja, as suas origens, ou estudá-las, ao sabor dos nossos pontos de vista.

Todavia, devo salientar, que a Bolivia defendendo, altivamente, um pedaço do seu patrimonio territorial, cumpriu estritamente o seu dever, porque defendeu a sua soberania, de nação independente!

Mantendo com apurmo e galhardamente, suas posições no campo de batalha, luctando sosinha, respeitando e tratando com humanidade seus prisioneiros de guerra, dominando sublevações internas, e conservando bem alto seu credito nas relações commerciaes, nesse periodo de pavor e sangue, a Bolivia deu mostras á America e ao mundo todo, das suas possibilidades guerreiras, moraes e economicas, e da

nobreza e heroismo de seus filhos!

No Amazonas, Sr. Presidente, o acontecimento que ora commemoramos, tem uma significação particular!

Conheço, de sciencia propria, a tremenda depressão economica da região servida pela ferrovia Madeira Mamoré, em consequencia daquella guerra, que despoando e deslocando os braços do Oriente Boliviano, abalou consideravelmente a sua expansão commercial que se escoava para as bandas do Atlântico, necessariamente pela região do Madeira e do Amazonas, com accentuada repercussão nas rendas do nosso Estado.

E' pois, por todos os aspectos, motivo de intenso jubilo a cessação dessa dolorosa carnificina, pelo que trago o meu caloroso applauso ao voto do meu collega Autovilla Vieira.

Encerrada a discussão do requerimento e posto elle a votos, é approvado por unanimidade.

Depois, occupa a tribuna o sr. Julio Lima, que falla neste teor:

Sr. Presidente

A bancada que nesta Casa obedece á orientação politica do Sr. Deputado Ribeiro Junior, esteve ausente deste plenário desde o dia 4 do corrente, terça-feira penultima. E o fez muito propositalmente, muito deliberadamente.

Havendo o seu valoroso e destemido chefe recebido, de chofre, um golpe politico, violentissimo, vibrado á socapa, numa arremetida desprimorosa, desleal e — para que não dizer? — desleal. (O Sr. Pimentel Salles; Muito bem!) essa bancada — altiva, mas disciplinada — precisava ouvir-o, primeiro, para se traçar rumo seguro. Dahi o factor tempo imprescindivel a essa audiencia tão distante com o bravo luctador ter-nos demorado a volta a esta Casa. Já hontem aqui estivemos, mas a maioria não deu numero.

Nella não poderíamos reingressar sem a attitude altiva dos fortes, que, mercê de Deus, sempre nos acompanhou.

E porque temos hoje aquella res-

posta, em tudo condizente com a directriz por nós imaginada, aqui estamos, Sr. Presidente, para dizer ao grande publico do Estado e do paiz, que nos vae julgar, (pois segundo rezam os telegrammas a imprensa do Rio tem se occupado do surprehendente caso) — que os deputados Ribeiristas aqui presentes, receberam e recebem a cutellada perfida desferida contra o seu chefe, com a altaneria propria dos homens de caracter e a impavidez peculiar aos fortes. Jamais se amoiarão na sombra, até que passe a tormenta, ou mergulharão de novo na caudal revolta para resurgir alhures, semelhantes a esses jacarés politicos, que, marginando a corrente, vão offerecendo a formidavel resistencia celacea ao cacete governamental, até que este se cance de os malhar e lhes atire migalhas por munificencia. (O Sr. Pimentel Salles: — Muito bem!).

Não, os Ribeiristas presentes, representantes aqui do Partido Radical, terão conducta diversa: — aceitam a lucta, guardam a offensa irrogada ao seu chefe, dispõem-se na trincheira de opposição para a qual os amigos de hontem, já servidos, fartos e ingratos, (o Sr. Pimentel Salles: — Muito bem!). (As galerias: — Muito bem! Muito bem!). (O Sr. Presidente: — A galeria não pôde se manifestar) os atiram, e, de lá desse reducto, combaterão esses ex-amigos e apreciarão esse governo, que os apoia, nos seus actos falhos ou acertados.

Será opposição digna, collimando o bem do Estado e os altos interesses do povo. Mas será opposição decidida, forrada da fortaleza necessaria para não sentir — como dizia o excelso Ruy Barbosa — “esse circuito de pavor que regela os covardes”.

Eis ahi a palavra de ordem contida nos telegrammas e cabogrammas que temos. Escusado é dizer que ella nos satisfaz plenamente, porque coincidiu com os rumos por nós já delineados, visto ser tal gesto compativel com a dignidade.

Historiemos os factos. E só o seu relato deixará bem ao vivo a feição repellente da perfidia.

Todos nesta terra estão bem lem-

brados do aspecto imponente — de harmonia e de brilho, em que decorreu o acto promulgatorio da Constituição Estadual, verificado ha pouco, — no dia 2 do andante.

A Mesa da Assembléa Constituinte cercada, devo dizer aureolada, das maiores figuras do poder temporal e espirital — o Sr. Governador do Estado, o Sr. Presidente da Corte de Appellação e do Tribunal Eleitoral, o Sr. Juiz Federal, o Sr. Prefeito de Manaus, o Sr. Bispo Diocesano e o eminente Sr. Arcebispo do Pará, desempenhou-se galhardamente das suas funcções, não só no acto sumptuoso da promulgação, como em todos aquellos que o precederam, na feitura da Magna Carta. (O Sr. Leopoldo Pêres: — Apoiado! Neste particular dou o meu testemunho! Vossa Excellencia e a Mesa se conduziram irreprehensivelmente e com o maior patriotismo!). (O Sr. Julio Lima: — Agradeço a Vossa Excellencia o honroso aparte).

Isto é voz corrente, voz geral, voz publica, que não precisa ser provada; e proclamou-a, ainda, na primeira sessão desta casa, após a promulgação, na terça-feira 4 do andante, a palavra insuspeita da Senhora Miranda Leão, deputada do maior e mais elevado prestigio governamental. (A Senhora Miranda Leão: — Obrigada a Vossa Excellencia! O que eu disse, digo até hoje!).

Houve, tambem, disso, approvação unanime no plenario.

Pois bem, logo na sessão seguinte, de quarta-feira 5 deste mez, foi essa mesma Mesa deposta, sem que lhe precedesse o desautoramento senão um aviso de *uma e meia hora antes*. (O Sr. Aristides Rocha: — Quando eu disse isto, contestaram; disseram que eu estava intrigando!).

A espadeirada visava, certaíra, o Sr. Deputado Ribeiro Junior e o Sr. Senador Cunha Mello, por apanhar em cheio, respectivamente, dois amigos desses dignos chefes politicos — o obscuro orador que vos fala e o Sr. deputado Ariolino Azevedo, que intelligente e freinado, como é, não via alli promoção alguma, sim descenso,

com a agravante de se achar elle substituido por um elemento do Partido Trabalhista, de cujo chefe o Sr. Cunha Mello guarda notorio e formal afastamento politico.

Da afofada, assim, mais ou menos verdadeira, passamos nós — elementos Ribeiristas e Cunhamellistas, logo no dia seguinte, á certeza absoluta, sem que fossemos ouvidos, nem os nossos chefes. E passamos a essa etapa de realidade, porque, na sessão de terça-feira da Assembléa, grave-se bem, a primeira após a promulgação, o Sr. Moneyr Dantas, no caracter de *leader* da minoria, nos convidava, a todos nós, de ordem do Sr. Alvaro Maia, Governador do Estado, para uma reunião em Palacio, (o Sr. Moneyr Dantas: — Por ordem da corrente socialista). (O Sr. Julio Lima:

Eu recebi o convite de Vossa Excellencia em nome do Dr. Alvaro Maia). (O Sr. Aristides Rocha: — É evidente que ninguém convida para uma reunião em minha casa, sem a minha autorização). (O Sr. Moneyr Dantas:

Isto não importa em audiência do Governador) onde se homologaria a renovação da Mesa e, talvez, se tratasse até da Chapa Federal.

Essa reunião, logo no cair da tarde, foi desconhecida pelo mesmo *leader*, em telephoemna de Palacio, sob o pretexto da saída, nessa noite, do paquete "Poconé". (O Sr. Pimentel Sallés: Quando sahia somente no outro dia).

Então, os elementos Ribeiristas se reuniram, e, discutida a estranheza do convite, ficou assentado, entre nós, que eu deveria ir, na manhã seguinte, entender-me pessoalmente com o Dr. Alvaro Maia sobre o assumpto, para melhor informar-me, e poderemos lentamente transmitir ao Sr. Ribeiro Junior com exactidão o que estava occorrendo.

Em palacio, ás 7 horas da manhã, já encontrei o Sr. Governador, em seu gabinete de trabalho, vestido para sair. Ia mostrar o Paredão a um tecnico do Ministerio da Agricultura. Demorei-me, apenas, o tempo necessario para uma informação cabal, afim

de não fazer esperar o funcionario alludido.

Inteirado dos nossos propósitos, o Dr. Alvaro Maia disse-me, mais ou menos textualmente: — que não havia mandado convocar reunião alguma, por isso não consentira que ella se realizasse; (o Sr. Aristides Rocha: — Houve um abuso) — que, de facto, vira em Palacio a chapa da renovação da Mesa, a qual era effectivamente a que "O Jornal" noticiára; — que havia uma outra, em que o Vice-Presidente era o Sr. Cosme Ferreira.

Mostrou, a seguir, a sua estranheza sobre tales factos, dizendo não ser isso possivel — porquanto eu fóra o Presidente da Constituinte e, ainda hontem, estiveramos juntos, na maior cordialidade: — que ia mandar chamar o Nunes (Sua Excellencia referia-se á figura dominadora do Secretario Geral do Estado) para se informar.

Afim de facilitar o trabalho de esclarecer-nos, pedi que me desse um aviso telephonico, que eu viria para logo saber o resultado.

Nada me veio de Palacio, nem de qualquer parte, a esse respeito, até o dia seguinte, na vespera da sessão, quando, como já referi, uma e meia hora antes, cheguei em nossa residencia uma embaixada do partido, (partido cujo nome não foi declarado) composta do illustre Sr. Moneyr Dantas e do digno Sr. Carlos Machado, ambos membros prominentes desta Casa. (O Sr. Moneyr Dantas:—Muito obrigado a Vossa Excellencia).

Transmitiu-me, então, gentilmente, o Sr. Deputado Moneyr Dantas o fim da missão: — Seidentificar-me que houvera, pela manhã, uma reunião em Palacio, (o Sr. Moneyr Dantas: — Em palacio, não!). (O Sr. Julio Lima: — Em palacio, disse-me o Deputado Sr. Carlos Machado, que lá estivera) a que elle não comparecera, estando por em presente o seu companheiro Carlos Machado; que nessa reunião, ficára deliberado fazer-se a renovação da Mesa; (o Sr. Moneyr Dantas: — Perfeitamente) que a communicação lhe fóra incumbida na qualidade de *leader*; que eu não visse nisso uma desconsideração, porque tendo de ser o

meu um dos nomes a figurar na chapa para deputados federaes, havia-se considerado na conveniencia de não se fazer, dentre em pouco, nova eleição para Presidente.

Houve outras considerações tendentes a blandiciar o golpe — golpe de politiquieiros de outra categoria — na expressão candente, mas real, de Ribeiro Junior.

Depois de por á vontade os meus atenciosos visitantes, afim de tiral-os de uma visivel situação de constrangimento, disse-lhes não poder deixar de sentir a enormidade da desconsideração ao Sr. Ribeiro Junior, o principal atingido. A mim, não. Figura inexpressiva e sem relevo (os Srs. Aristides Rocha e Leopoldo Pères: — Não apoiado!) valia apenas pelo reflexo do prestigio daquelle amigo, que me alcara ao posto maximo do legislativo local (o Sr. Antovilla Vieira: — Quem o levou a esse lugar foi o povo do Amazonas). (O Sr. Aristides Rocha: — Então, se foi o povo não havia motivo para essa deposição). (O Sr. Tito Bittencourt: — E Vossa Excellencia (referindo-se ao Sr. Antovilla) foi tambem eleito pelo povo, mas com o prestigio de Alvaro Maia e dos demais chefes). Portanto, rematei, nada resolveria sem ouvil-o; e quaisquer que fossem as suas ordens, certos de que ellas se conteriam rigidamente dentro do terreno da dignidade, nós, os seus amigos, dar-lhes-iamos execução completa. Acrescentei que, embora não se fizesse a nova eleição para a Mesa, tão pleiteada pelo partido, assumpto ainda no dominio das hypotheses, aquelle partido, pela maioria conseguida na Assembléa com adhesão trabalhista, encontraria meio habil de aprear-me do poder, votando contra mim uma moção de desconfiança. (O Sr. Aristides Rocha: — Ah! parece que Vossa Excellencia não tem razão. Parece que os trabalhistas ainda não adheriram).

O nobre leader e o seu nobre companheiro de commissão sahiram da nossa casa, sob a impressão dessa resposta terminante. Por ella, claramente, não me deixava illudir, por mal arrançadas desculpas, e jamais

consentiria em diminuir a dignidade, a altivez, a estatura moral e politica do nosso valoroso representado, o Sr. Deputado Ribeiro Junior.

Pouco depois encontramos novamente na Assembléa, onde não tendo conseguido fosse marcada, como de praxe, a eleição para o dia immediato, quando já teriamos resposta do Sr. Ribeiro Junior, deixei de presidir á sessão e de comparecer á mesma, tendo a satisfação de me ver seguido por todos os meus companheiros de bancada e mais pelos amigos do Senador Cunha Mello, nesta Casa, gesto de fidalga solidariedade que lhes agradeço, reiteradamente aqui. Certo que, no momento, elle significava tambem defesa propria, mas, nem por isso, tenho por minorada a minha gratidão.

Fez-se a eleição. Sem audiencia de qualquer dos chefes ausentes — os Senadores Cunha Mello e Alfredo da Matta e o Deputado Ribeiro Junior, ou qualquer dos seus representantes aqui, consumou-se o acto, praticou-se a ignominia — a deposição da Mesa (diversos apertes vehementes. Sonram os timpanos) — e não a sua substituição, como, em nossa ausencia, acceitaram, na sessão respectiva, com saber e eloquencia, com energia e desasombro, os Srs. deputados Aristides Rocha e Leopoldo Pères. (O Sr. Leopoldo Pères: — Obrigado a Vossa Excellencia. Nós nos collocamos num ponto de vista sincero e essencialmente juridico). A estes doutos colegas, a nossa profunda gratidão.

Eis ahí, Srs., a narrativa singela dos factos, deixando a nua a trajectoria indecorosa dos nossos amigos de hontem e amigos de hontem do Sr. Ribeiro Junior, nesta hora sombria da politica amazonense.

Os motivos que os levaram a tanto, nós os desconhecemos. E' possível que nos sejam declarados depois. Havemos, então, de apreciar-os.

Estas as explicações que deviamos ao publico, ao povo que nos elegeu, ao povo grande amigo do Sr. Ribeiro Junior, que é, nesta conjunctura, a verdadeira victima, victima por sua lealdade, seus apurados cavalheirescos, seu desasombro, seu extremado

amôr a esta terra. (O Sr. Pimentel Salles: — Muito bem!). (As galerias applaudem com entusiasmo).

Não é, Srs., sem certo constrangimento que sou o porta-voz das declarações que ahí ficam, na parte referente ao Sr. Dr. Alvaro Maia, a quem me ligam antigas e, por mim, muito prezadas relações de amizade.

Tenho impressão que o mesmo sentimento domina a todos os dignos colegas da nossa bancada.

Mas, não era possível sacrificarmos a dignidade da nossa conducta politica ao carinho de uma amizade, que, dora em diante, passaremos somente a respeitar. Temos a consciencia tranquilla de não haver contribuido para essa alteração.

Srs., no momento que atravessa a vida brasileira, já o disse alguém, a grande crise é de caracteres.

Compennetrados dessa verdade, faremos todo o sacrificio imaginavel por conservar a inquebrantabilidade moral de que, merecê de Deus, nos blindamos, e que, bastando-nos a nós, ha de sobrar um pouco para supprir as visiveis falhas alheias... (Palmas e applausos nas galerias e parte da bancada. O orador é cumprimentado).

Depois de discursarem longamente, em resposta ao sr. Julio Lima, os srs. Leopoldo Neves e Antovilla Vieira, faz o sr. Felix Valois as seguintes considerações:

Sr. Presidente

Srs. Deputados

Acabo de ouvir com a devida attenção os debates que se travaram nesta Casa, em torno de uma questão ingrata.

Ouvi religiosamente atento a verina tremenda pronunciada pelo Sr. Dr. Julio Lima, digno, illustre membro desta Casa.

O Sr. Julio Lima — Verrina, não!

O Sr. Felix Valois — Verrina tremenda, repito, em que se atacam caracteres, em que se mancham, em que se enodoam dignidades de homens. Foi o que V. Excia. fez! Admiro que um cavalheiro distincto, um jurista consumado, um homem a quem esta

Assemblea sempre cumulou de attensões, viesse agora, em plenário, numa sessão, atirar sobre a cabeça de todos os insultos mais terríveis, que fazem corar os mais ingenuos, os mais innocentes!

O Sr. Aristides Rocha — Não ha ataque a caracteres. O que houve foi uma manifestação de *caracter*, do Sr. Julio Lima!

O Sr. Antovilla Vieira — V. Excia. continua jogando lenha na fogueira!

O Sr. Aristides Rocha — Estou testemunhando factos!

O Sr. Felix Valois — O que o Sr. Julio Lima devia fazer era discutir o assumpto juridicamente, e não desambar para o lado pessoal!

O Sr. Julio Lima — Prafeou-se nesta Casa uma traição soez, contra o deputado Ribeiro Junior!

O Sr. Antovilla Vieira — Não tem nada que ver a Mesa, com o Sr. Ribeiro Junior!

O Sr. Nunes de Lima — A Mesa é politica!

O Sr. Felix Valois — O Sr. Julio Lima, repito, não devia desviar-se para o lado pessoal!

O Sr. Julio Lima — Eu não discuti factos politicos!

O Sr. Felix Valois — Ninguém tratou de destituição. Visou-se fazer a substituição da Mesa. Não tenho autoridade para falar sobre a legalidade dessa substituição, isso é assumpto juridico.

O Sr. Julio Lima — V. Excia. é professor!

O Sr. Felix Valois — São coisas differentes: — mestre-escola e caso juridico...

(continuando) Deixo portanto de fazer apreciação sobre o caso. Acho que S. Excia. está apenas maguado, resentido por se ter apeado da cadeira presidencial da Casa.

O Sr. Julio Lima — Eu tenho dispendimento para recusar o meu nome na chapa para deputado federal! Faço questão de dignidade, apenas!

O Sr. Felix Valois — Confessa-se offendido!

O Sr. Aristides Rocha — Como todo o homem de caracter, porque foi uma injustiça que soffreu!

O Sr. *Felix Valois* — Isso que S. Excia. demonstra neste momento não é senão vaidade! Tem o direito de ser vaidoso, como todos, aliás, teem!

Respeito esse sentimento de S. Excia. Reconheço-lhe esse direito legítimo! O que nego a S. Excia., e nego formalmente, como toda a gente de bem, é o direito de proclamar que não haja nesta Casa outros homens de bem, além de S. Excia. e seus companheiros, e creio, S. Excia. não chegará ao ponto de reafirmar que não haja homens de bem, no seio desta Casa, a que pertencemos!

F. se S. Excia. reconhece que no seio desta Casa ha outros homens de bem, além de seus dignos companheiros, deve ter mais ponderação, mais comedimento, e não atirar sobre os seus collegas o baldão de indecentes, desleaes e deshonestos, e outros qualificativos com que houve por bem mimosear-nos!

O Sr. *Julio Lima* — Não falei em deshonestidade; falei em trahição!

O Sr. *Aristides Rocha* — V. Excia. falou com hombridade!

O Sr. *Leopoldo Pêres* — Encarou um ponto de vista politico!

O Sr. *Felix Valois* — (continuando) O meu illustre companheiro de bancada, Sr. Antovilla Vieira, já falou, devolvendo, em nome da bancada, os insultos do Sr. Julio Lima; eu o fuço agora em meu nome pessoal! Era o que tinha a dizer.

Segue-se na tribuna o sr. Moacyr Dantas. E' esta a sua oração :

Sr. Presidente

Citado nominalmente, sr. Presidente, no discurso que vem de lér o deputado Julio Lima, devo, por isso, vindo immediatamente a debate, uma explicação pessoal á illustre Assembléa.

Logo no início da sua oração, declara o culto leader da bancada que segue a orientação partidaria do Deputado Federal Capitão Ribeiro Junior, haver sido convidado por mim, na qualidade de leader, para uma reunião em Palacio, de ordem do Sr. Governador Alvaro Maia. Ha um equívoco neste ponto.

O Sr. *Julio Lima* — Todos nós entendemos assim.

O Sr. *Moacyr Dantas* — Convidei realmente aos deputados da maioria para uma reunião politica, mas não em nome do Governador, que se tem collocado acima e fóra dos partidos.

Tratava-se simplesmente de uma reunião de membros da maioria parlamentar, como muitas outras que se têm realizado em varios logares. De facto, por motivos que desconheço, não se effectou naquella noite a referida sessão, a qual ficou transferida sine die.

Quero tambem contestar tenha havido, da parte dos responsaveis pelo partido dominante, um plano ou golpe contra o dr. Julio Lima, afim de afastal-o violentamente da Presidencia, que tanto honrou com a sua cultura e patriotismo. Nego ainda tenha havido qualquer manifestação de desprestigio ao Sr. Ribeiro Junior, a quem todos nós, sem divergencia, consideramos uma grande figura no scenario politico do Estado.

O que houve na tarde da eleição foi, antes de tudo, uma decorrença legal. Concluida a sua alta missão, a Constituinte Estadual, por força do texto constitucional, se transformou, automaticamente, em Assembléa Legislativa. Estava desse modo terminado o mandato da Mesa daquella Constituinte. A renovação dessa Mesa se impunha, a menos que praticassemos, com animo delictuoso, um desrespeito á lei que elaboramos.

O Sr. *Leopoldo Pêres* — Isto não é verdade. V. Excia. não pôde declarar, categoricamente, Não impunha cousa alguma.

O Sr. *Aristides Rocha* — V. Excia. está invertendo; houve foi uma transformação automatica!

O Sr. *Moacyr Dantas* — Transformação automatica da Constituinte em Assembléa Ordinaria. Por consequencia, á Assembléa Legislativa assistia o direito incontestavel de eleger a sua propria Mesa, na forma da Constituição. Já provei isso de improviso, citando os casos concretos da Constituinte Nacional e da Parahyba, os quaes tenho agora em mãos.

O Sr. Leopoldo Pêres — Nós, neste caso, não temos nada com a Parahyba.

O Sr. Moacyr Dantas — São casos iguaes, meu caro collega. O que houve, portanto, Sr. Presidente, foi uma perfeita decorrença da lei. A par desse effeito legal, surgiu tambem, porque não dizer, uma outra decorrença de ordem politica, um respeitavel criterio partidario.

Todos os membros desta Casa são dignos e estão á altura da Presidencia, porque são deputados e representam igualmente o Estado do Amazonas. A maioria da Assembléa poderia ter reeleito a Mesa, e premiaria, innegavelmente, os meritos intellectuaes e moraes do Sr. Julio Lima. Poderia, não ha negar, reeleger o presidente, commettendo acto de justiça, mas não estava, absolutamente, na obrigação nem legal, nem moral, nem politica, de fazel-o.

O Sr. Aristides Rocha — Moral estava!

O Sr. Nunes de Lima — Apenas o processo é que não foi acertado.

O Sr. Leopoldo Pêres — Quem disse foi o sr. Cunha Mello.

O Sr. Moacyr Dantas — Na opinião do Senador Cunha Mello, o Sr. Julio Lima deveria continuar, por uma reeleição, na presidencia, como V. Excia. garante. Não diz, porem, que essa reeleição era um imperativo moral da Assembléa. Attente V. Excia. em que o Senador Cunha Mello, cuja autoridade juridica é immensa, fala em reeleição, donde se conclue por essa palavra que o seu ponto de vista juridico se manifesta no sentido do cabimento legal da eleição da Mesa da Assembléa Legislativa.

Sr. Presidente, cabendo, por lei, uma nova eleição, e não deposição, o processo que a presidiu foi o politico: dar a presidencia a um outro valor, pelo criterio justo e acertado da renovação, da substituição racional, do rodizio, enfim. Regimentos ha que vedam a reeleição do Presidente!

Entendeu a maioria, sr. Presidente, fazer de V. Excia., cujas qualidades de intelligencia e de espirito ninguém desconhece, o Presidente da Assembléa Legislativa, dando disso sciencia,

legal e honestamente, ao proprio dr. Julio Lima.

O Sr. Julio Lima — Uma e meia hora antes.

O Sr. Moacyr Dantas — Foi V. Excia. avisado em tempo, por intermedio de uma commissão, de que o Sr. João Verçosa seria o seu substituto, pedindo que V. Excia. não visse nisso uma desconsideração á sua nobre pessoa, sobretudo quando o seu nome estava sendo cogitado para deputado federal, por indicação do illustre Sr. Ribeiro Junior.

Sendo a Assembléa um poder independente, deve exercer livremente as suas attribuições constitucionaes, de sua competência exclusiva, sem baixar jamais ao criterio de consultar outros órgãos da soberania, sem pedir mesmo audiencia de cidadãos investidos na funcção de poderes differentes.

O que tambem não comprehendendo são essas interpellações inoportunas ao Sr. Governador. E não as entendo pelas mesmas razões offerecidas ha poucos dias pelo grande leader Raul Fernandes. O episodio que assistimos é verdadeiramente estranho ao nosso regime.

Por outro lado, se ha fortes insultos, palavras offensivas, no discurso do deputado Julio Lima, ataques a que já responderam os meus distinctos collegas Antovilla Vieira e Felix Valois, elles não personalizam ninguém, não indicam individuos. Passaram felizmente sem attingir a qualquer dos deputados, filhos que são de uma natural e explicavel paixão partidaria do momento.

Intervem no debate o sr. Paula Gonçalves, que falla nestes termos:

Sr. Presidente

Srs. Deputados

Assisti, contristado, á discussão violenta aqui havida, nesta memoravel sessão, de palanque, secretario "ad-hoc", que fui, da sessão de hoje.

Não me impediu isso, absolutamente, de acompanhar meus companheiros de bancada, e aqui estou, no meu posto, nesta cadeira, que, já affirmei, affirmo e reafirmarei sempre, é

uma trincheira legítima e popular e eu, do povo, um seu simples e humilde porta-voz.

O discurso do illustre deputado Julio Lima, "fender" da corrente Ribeirista, como bem affirmou o Sr. Deputado Felix Valois Coelho, constituiu uma verrina, uma peça desprimorosa, para os seus foros de homem culto, de homem publico, de homem formado, com responsabilidades definidas na nossa sociedade.

O Sr. Julio Lima — Uma defesa completa á minha dignidade!

O Sr. Paula Gonçalves — Disse, e disse muito bem, o Sr. Deputado Antovilla Vieira que devolvia perfeitos, intactos, porque não nos attingiam, os insultos que tentou jogar sobre os componentes da bancada Socialista o Sr. Julio Lima! Tudo isso, todo esse descontrolle, porque? Unicamente porque fizemos a mudança, melhor, a substituição da Mesa desta Assembléa, não com o proposito ou com o desejo de diminuir o nosso collega Sr. Deputado Julio Lima, mas, no cumprimento justo de um programma politico-partidario, direi GLEBARIO, e que consiste no aproveitamento, de preferencia, daquelles que aqui nasceram e dos filhos de outras terras que aqui se radicaram para o engrandecimento do Estado do Amazonas!

A politica, hoje, unicamente outubro-socialista, tem como ponto basilar, a substituição dos homens nos cargos para o justo aproveitamento de todos os valores, e nunca, nunca, nunca eternizal-os, produzindo-lhes a fossilização, e, consequentemente, prejudicando os demais.

O Sr. Julio Lima — E' preciso saber os meios, como se age!

O Sr. Paula Gonçalves — Posso garantir-lhes que tem sido e serão sempre leaes e dignos!

A substituição da Mesa, usando dos argumentos do deputado Moacyr Dantas, fez-se dentro de uma occorrença legal, e decorreu, tambem, de uma necessidade politica. Assiste-nos este direito. Os meus nobres collegas contrários a este ponto de vista não de concordar que estantos com a razão. A verdade é essa, e se a repito, agora,

é apenas pelo desejo, não de convencer a Assembléa e o povo, mas, apenas, para deixar, patente o que de real houve, não na *supposta deposição* da Mesa, mas na real e indispensavel *renovação* da mesma.

Frisou o nobre deputado Moacyr Dantas que, alem do caso legal, alem da determinação expressa da Constituição, argumentava tambem com um caso concreto, como o occorrido num dos maiores Estados da Federação Brasileira, a heroica Parahyba, Estado para o qual ha uma evidente prevenção do Sr. deputado Leopoldo Pères...

O Sr. Leopoldo Pères — Eu nunca tive intenção de desprimor para com esse Estado. O que disse e digo, é que não ha razão, para, no nosso caso concreto, irmos buscar o exemplo da Parahyba!

O Sr. Paula Gonçalves — Razão ha. Um caso passado em julgado faz jurisprudencia, penso. O Sr. deputado Leopoldo Pères esquece que na Assembléa Legislativa de 1930, capitaneava a maioria e propunha que a Assembléa não se manifestasse, com pezar, pela morte, isto é, pelo assassinato covarde do maior brasileiro do nosso Paiz! Quando João Pessoa foi trucidado na Leitaria Gloria, em Recife, na Assembléa, aqui, não sei quem requereu um voto de pezar e que se enviasse condolencias á familia do grande brasileiro; e, V. Excia., da tribuna, votou contra esse gesto de solidariedade humana! Não sei si estarei enganado. Acredito que não, mas desseja estar.

Continuando, Sr. Presidente: Argumentou o deputado Moacyr Dantas, e vou agora explicar. A substituição não foi apenas legal, mas decorreu, tambem, de uma necessidade politica, de se ter á testa da administração, como substituto legal do Governador do Estado, uma pessoa de inteira confiança de nosso partido. Nisto nada ha de desprimoroso.

O Sr. Julio Lima — Pelo desprimor com que foi feita!

O Sr. Paula Gonçalves — Disse e repito, não houve absolutamente desprimor em que puzessemos como substituto legal do illustre Governador do

Estado, uma pessoa politicamente ligada a esta situação, e, embora V. Excia. estivesse até poucos momentos nesse lugar, ha de convir, ha de concordar commigo e com a maioria desta Casa, que o deputado João Verçosa, outubro-socialista dos tempos memoraveis, em que os seus partidarios eram apontados nas esquinas até como individuos sem representação na escala social, merece nossa confiança e está a altura da função. O Partido Socialista é hoje a situação dominante em todos os quadrantes do Estado. E, se assim é, porque querer-se negar a esse Partido um direito incontestavel, mormente quando a escolha recahiu num dos jovens dos mais dignos, dos mais respeitaveis, dos mais cultos da actual geração amazonense?

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Minha ascensão á tribuna não foi determinada pelo proposito de justificar nosso procedimento, sim para esclarecer este ambiente de duvida, de incerteza, e mais, de injustiça, que talvez paire entre os que nos acompanham os trabalhos, com relação a todos nós, componentes da bancada socialista.

Deixou o sr. deputado Julio Lima, nas entrelinhas de seu discurso, transparecer uma duvida, ou desejou ficasse registrada a certeza de que o sr. dr. Alvaro Maia estava inteirado dos factos que commentamos...

O Sr. Julio Lima — Elle me disse lá. Confirmou dizendo que conhecia a chapa.

O Sr. Paula Gonçalves — ... não estava até então — e tanto não estava inteirado do que occorria que não se realizou a reunião projectada, conforme V. Excia. declarou, sr. deputado Julio Lima!

O Sr. Julio Lima — Não se realizou, mas houve o que frizou o deputado Aristides Rocha, isto é, ninguém convidada para uma reunião em minha casa, sem o meu consentimento.

O Sr. Paula Gonçalves — V. Excia. vem em meu auxilio com esse argumento do deputado Aristides Rocha! A prova de que o sr. Governador não estava inteirado dos factos é que não se realizou a referida reunião!

O Sr. Paula Gonçalves — (cont-

nuando) Pergunto, agora, a V. Excia. o que lhe affirmou o sr. dr. Alvaro Maia quando V. Excia. o procurou, uma deslas manhãs, para tratar do assumpto?

O Sr. Julio Lima — Eu já soube que a minha visita foi dita, por telegramma, como feita ás 5 horas e 30 minutos para pedir, para implorar para não sahir da Mesa!

O Sr. Paula Gonçalves — O Sr. Governador affirmou a V. Excia. que sendo o Chefe do Poder Executivo não poderia se intrometter no Poder Legislativo, sobretudo para attender ás pretensões pessoas de V. Excia. ...

O Sr. Julio Lima — Absolutamente, não me disse isso! S. Excia. apenas disse que não mandára convocar nenhuma reunião!

O Sr. Paula Gonçalves — ... como não se intrometteu para tolher-nos o direito de renovarmos como bem entendessemos a Mesa de nossa Assembléa!

Não é proposito nosso fossilizar nos cargos, eternizar nas funções determinados cidadãos, sejam elles quem sejam, sejam quacs sejam as suas credenciaes moraes ou intellectuaes, sobretudo porque essas credenciaes não são nem constituem privilegio de um homem unico! Somente Deus é o senhor soberano, absoluto, de todos os conhecimentos humanos!

Um aparte — Isso mesmo ha quem discute...

O Sr. Felix Valois — E nem é permitido discutir religião nesta Casa!

O Sr. Paula Gonçalves — O Sr. Julio Lima declarou no seu discurso, escripto, que parecia alguém approvava, dirigia, commandava o movimento que elle diz de deposição, de perfeito accordo com o modo de pensar do deputado Aristides Rocha, e que esse alguém era uma especie de figura dominadora, que preocupava, e entendendo que esteja certo, preocupa os interessados no momento politico que atravessamos.

O Sr. Felix Valois — O Sr. deputado Julio Lima fez referencias ao Sr. Dr. Secretario Geral do Estado...

O Sr. Paula Gonçalves — Affirmo o nobre deputado ribeirista que a fi-

gura do Dr. Manoel Severiano Nunes, interferiu, directamente, para que se realizasse o que elle classifica de *deposição* e nós de *substituição*.

Sr. Presidente — A referencia feita pelo nobre deputado ribeirista, com proposito evidentemente pejorativo, certamente não impressionou a grande massa a quem se dirigiu dando satisfações, porque essa grande massa que é o povo, considera a figura do Secretario Geral, uma figura *dominadora*, porque, dia e noite, elle se desvela, com a maior solicitude, com o maior enthusiasmo, pelos negocios publicos de sua terra, amparando os filhos de sua terra, zelando pelos interesses magnos de sua terra, onde já soffreu todas as humilhações, todas as perseguições, todas as necessidades, numa epoca torva de nossa historia politica, em que até cachaceiros de Belem foram importados para a invasão de lares de amigos nossos.

Feita a defesa do illustre Secretario Geral do Estado, infelizmente sem colorido e expressões dignas delle, prosigo concordando que o Capitão Ribeiro Junior, realmente, possui, conforme a palavra do illustre "leader" de sua corrente, conceito publico no Estado.

O Sr. Leopoldo Péres — O Capitão Ribeiro Junior accitou o rompimento.

O Sr. Paula Gonçalves — Não será por esse facto delle ter rompido, que não deixe dito, aqui, bem claro, nesta Assembléa, que elle continua sendo uma figura de real prestigio, e quaesquer que sejam as desintelligencias politicas desta terra, affirmo, com a sinceridade muito minha, não deixaria de lhe fazer justiça. Nunca deixará S. Excia. de ter sido aquelle que, em 1924, matou a fome de creanças, de pobres professoras, de homens e velhos desta terra, quebrando os grilhões que algemavam a liberdade de nosso povo humilhado!

O Sr. Julio Lima — E está recebendo, agora, o pagamento desta forma!

O Sr. Paula Gonçalves — Como vinha dizendo, continuará sempre o Sr. Ribeiro Junior fruindo do mais alto conceito, pelo facto historico que acabei de alludir.

Referiu alguem, no calor dos apatres, que o Senador Cunha Mello havia, em documento, desapprovado o procedimento da maioria desta Casa.

O Sr. Aristides Rocha — O "Jornal do Commercio" publicou.

O Sr. Paula Gonçalves — O Sr. Leopoldo Tavares da Cunha Mello continua indissolavelmente unido aos nossos companheiros de luta, em prol do engrandecimento e do bem estar desta terra!

Não vou aqui fazer elogios á sua pessoa, porque jamais atingiria a maneira completa como o fez e desenvolveu, em magnifico discurso, o nobre deputado Ariolino Azevedo, sem que ninguém o apartasse, senão naquelle ponto em que se referiu á autonomia dos municipios.

O Sr. Ariolino Azevedo — Tive a preocupação unica de defender o Senador Cunha Mello numa linguagem elevada, sem atacar, sem accusar ninguém!

O Sr. Aristides Rocha — Eu affirmo que não se devia ao sr. Cunha Mello a autonomia dos municipios.

O Sr. Paula Gonçalves — Eu eu affirmo que se lhe deve tal serviço, porque sabe V. Excia. muito bem, como antigo senador da Republica, que os pareceres dos relatores, em talvez 95% dos casos, são approvados nas respectivas commissões. O parecer do Senador Cunha Mello, então deputado federal, foi victorioso.

O Sr. Julio Lima — V. Excia. affirmou que o Senador Cunha Mello concordou com o procedimento desta Assembléa? Peço licença para ler um telegramma por mim recebido, concebido nestes termos: (tê)

O Sr. Paula Gonçalves — Não quer dizer que seja um voto politico! E' uma opinião pessoal respeitavel e muito honrosa para V. Excia. Não constitue um rompimento connosco, socialistas, como tanto deseja V. Exa.!

O Sr. Moacyr Dantas — O Senador Cunha Mello fallou em reeleição, logo deduz-se que é o mesmo que declarar que não houve *deposição*. Como vê V. Excia. não houve um golpe contra V. Excia., houve apenas uma renovação da Mesa.

O Sr. Julio Lima — O protesto do sr. Cunha Mello ninguém pode negar!

O Sr. Paula Gonçalves — Poderia proseguir, sr. Presidente, em esclarecimentos sobre esta discutida renovação da Mesa. Mas, estou inteirado que outros collegas desejam fazer uso da palavra. Quero deixar affirmado, ao terminar, que a bancada socialista com assento nesta Casa, continúa e continuará sempre trilhando o caminho largo que lhe é traçado.

Chamado ao debate, discursa ainda o sr. Leopoldo Pêres, cuja oração será inserida mais adiante, suspendendo a sessão, logo após, o sr. Presidente, qua marca para ordem do dia de amanhã — o que occorrer.

SESSÃO de 13 de Junho

Presidencia do sr. João Verçosa. — Secretarios — srs. Nogueira da Matta e Carlos Machado.

A' hora regimental, presentes os srs. João Verçosa, Nogueira da Matta, Carlos Machado, Felix Valois, Ananias de Almeida, Moacyr Dantas, Maria Leão, Paula Gonçalves, Manoel Monteiro, Julio Lima, Vivaldo Lima, Leopoldo Pêres, Nunes de Lima, Ruy Barreto, Tito Bittencourt, Ary Tapajós, Antovilla Vieira, Philadelpho de Moraes, Benjamin Ferreira, Antonio de Vasconcellos, Chaves Ribeiro, Aristides Rocha, Pimentel Salles e Manoel Lobo, faltando sem causa justificada os demais deputados, é aberta a sessão.

Lida e approvada sem debate a acta anterior, o primeiro secretario lê a conta deste

EXPEDIENTE

Officios do director geral do departamento de Saude Publica, do procurador fiscal do municipio de capital, do sub-inspector agrario do Ministerio da Agricultura, do director geral da Fazenda Publica do Estado, do gerente do Banco do Brasil, do juiz federal e juiz federal substituto, agradecendo a communicacão da eleição da Mesa da Assembléa.

Finda a leitura do expediente e annunciada a

ORDEM DO DIA

pede a palavra o sr. Ary Tapajós, que profero o seguinte discurso :

Sr. Presidente e Srs. Deputados

Era proposito meu, Sr. Presidente, não occupar, por alguns dias, a tribuna desta Casa devido a meu estado actual de saude, o qual tem até me impossibilitado de comparecer ás ultimas sessões desta Assembléa.

Todavia, hoje, sou obrigado a quebrar esse meu proposito para proferir algumas palavras, refutando alguns conceitos aqui emitidos pelo deputado Arthur Bonates.

De facto, Sr. Presidente, em uma das nossas reuniões da semana passada, o referido deputado leu um discurso em que tentou contestar certas affirmativas contidas em uma carta do commandante Luiz Tirelli, publicada na imprensa local.

E fazendo a leitura de um telegramma do Senador Cunha Mello pretendeu o deputado Bonates sustentar que o Senador amazonense no alludido telegramma, provara, exuberantemente, que jámais solicitára qualquer accordo politico ao chefe Trabalhista, e que, ao contrario, fora este quem o fizera, ou melhor, quem tivera a iniciativa desse accordo.

Em aparte, fiz, desde logo, ver ao deputado Arthur Bonates que, no mencionado radio, o Sr. Cunha Mello não tinha provado coisa alguma; fizera apenas affirmativas graciosas, destituídas de fundamento.

Efectivamente, Sr. Presidente, o telegramma do Sr. Cunha Mello não citava nomes de pessoas que pudessem corroborar as suas affirmativas. Vagamente alludiu a cidadãos que o teriam procurado em nome do commandante Tirelli para lhe propor determinado accordo. Quaes, porem, esses cidadãos? Nada disse a tal respeito.

Tão pouco juntou, ou por outra, transcreveu documentos comprobatorios do que affirmava.

Entretanto, Sr. Presidente, não obstante a vacuidade do telegramma do representante amazonense na Camara Alta do Paiz, o commandante Luiz Tirelli achou por bem de respondel-o, o que fez, principalmente, em attenção á opinião publica e áquelles que não conheciam de perto as pessoas envolvidas no caso, publicando, nesse sentido, uma carta no verpertino "O Jornal".

A missiva do commandante Tirelli, essa sim, é esmagadora; ella cita factos, menciona nomes, relata acontecimentos que destroem em absoluto, o telegramma kilometrico do Sr. Cunha Mello.

Melhor é ler a carta, Srs. Deputados, para completo esclarecimento.

O Sr. Aristides Rocha — V. Excia. permite um aparte?

O Sr. Ary Tapajós — Pois não, com muito prazer.

O Sr. Aristides Rocha — E' para ressaltar, como um dever de caridade christã, que não está na Assembléa nenhum dos da corrente do Sr. Cunha Mello.

O Sr. João Gonçalves — V. Excia. não está enchergando ninguém? V. Excia. affirma que não está aqui ninguém da corrente Cunha Mello; pois eu digo a V. Excia. que ha varios representantes.

O Sr. Ary Tapajós — O aparte de V. Excia. (dirigindo-se ao deputado Aristides Rocha) foi respondido pelo deputado Paula Gonçalves.

O Sr. Aristides Rocha — E eu o felicito pelo exito brilhante.

O Sr. Ary Tapajós — Vou pois ler a carta do commandante Luiz Tirelli :

CARTA ABERTA

Ao Sr. Dr. Leopoldo Tavares da Cunha Mello.

Manáos, 10 de Junho de 1935.

Cunha Mello.

Quero com esta responder ao teu telegramma publicado no "Jornal do Commercio" de 6 do corrente mez; não o faço, entretanto como

mereces, peiado pela minha educação e pelo respeito que devo ao povo amazonense.

Não pode o que dizes ser tomado em consideração, pois são tantas as vezes que tens faltado á verdade que a tua palavra não tem mais valor; esta resposta, porem, impõe-se para que os que ainda não te conhecem bem possam fazer um julgamento justo a teu respeito.

Ameaças sem coragem para dizer a verdade, — quando isto só te poderia levar — sophismando, como sempre, para arranjar um meio que justifique tees me procurado, dizendo "que amigos meus, dizendo-se autorizados, te procuraram com o fim de discutir as possibilidades de uma articulação dos Socialistas com os Trabalhistas".

Quaes foram esses amigos? Cita-os para que eu possa dizer-lhes que jámais accetaria uma aliança contigo. E mais, "que desististe porque chegaste á conclusão de que eu tinha como condição preliminar a escolha do meu nome para governador".

Não é verdade. Eu disse-te que não devia ser objecto de estudo, no momento, o nome do governador, que deveria caber ao partido victorioso, mas nunca o teu nome, que era vetado por todas as correntes, até mesmo por aquelles que estavam ligados a ti. Depois, "que opporia a ti e ao Dr. Alvaro Maia os votos dos meus amigos na Assembléa para um accordo entre os nossos partidos".

Ainda não é verdade. Nunca fiz esse offercimento, e a que partido te referes? Os Socialistas eram formados de elementos alvaristas, aluizistas e insignificante numero de cunhamelistas; ora, se eram de elementos das duas primeiras correntes que eu e o Dr. Alvaro Maia recebemos radios e cartas visando um accordo apoiando seu nome para o governo do Estado, claro que já temiam um golpe teu de traição e estavam

divididas as correntes que firmavam o P. S. A.

Não devo perder a occasião de dizer-te que todas as vezes que eu e o Dr. Alvaro Maia conversávamos sobre esse assumpto e que manifestou elle o desejo de nos reunirmos em conferencia, eu fazia-lhe sentir que "lamentava continuasse querendo ouvir-te quando nenhum valor tinhas e quando devia ser elle, realmente, o chefe de seu partido".

No dia 19 de Julho, na Camara, ás 13 horas, numa ultima tentativa, disseste-me que "darias uma lista com 4 nomes de amazonenses para que eu escolhesse", e ainda desta vez, respondi-te negativamente. Nesse mesmo dia, já a bordo, com a gentileza de teu abraço de despedida, avisaste-me teres mandado para Manaus o rario seguinte: nenhuma possibilidade de accordo com Tirelli. Ao chegar aqui, soube que havias accrescentado—Ataque desabridamente.

Ora, se tinhas verificado a nenhuma possibilidade de accordo e mandavas atacar desabridamente, quem procurava accordo? Podes negar que os nossos illustres amigos Drs. Alvaro Maia e Alfredo da Matta, com o teu pleno conhecimento, conforme tu mesmo m'o disseste, tiveram uma conferencia commigo sobre a possibilidade de accordo com a preliminar condição de só tratarmos do nome para o governo depois das eleições?

Podes negar que eu lhes respondi que "assumi o compromisso de não tratar do cargo de Governador antes das eleições", mas não era possível aceitar entendimento commigo "que eras incapaz de cumprir a palavra empenhada"?

Para provar que eu tinha razão quando acima te julgava, basta lembrar como fugiste de forma mui pouco honrosa ao cumprimento do pacto que havias firmado com os teus proprios alliados.

Podes negar que procuraste aos

Drs. Alvaro Onety e Pedro Timotheo para que encaminhassem um accordo commigo?

Podes negar que, aqui em Manaus, depois das eleições de 14 e do desentendimento radical-Socialista, n'uma rôda de amigos, disseste que "muito arrependido lamentavas não teres feito o accordo com os Trabalhistas, do que, aliás, era eu o culpado?"

Emfim, dizes que "eu deixo perceber querer excluir-te e os teus amigos".

Puro engano. Aos teus amigos, porque? Ha entre elles, amigos nossos e todos merecem, sem favor, o nosso respeito. O que affirmo "é que realmente os Trabalhistas todos querem excluir-te, para libertar de tua influencia má pelo menos o Estado, na impossibilidade de poder salvar o Brasil todo e até mesmo a humanidade".

Olha, Cunha Mello, eu te garanto sob palavra de honra — que não pode ser posta em duvida porque até hontem nunca falhou — que, pessoalmente, nenhuma questão faço de ser eleito. O interesse na minha eleição é uma questão do partido.

Iremos nós os Trabalhistas, para a lucta, com a mesma dignidade de sempre e se não formos victoriosos, continuarei o mesmo Luiz Tirelli, procurando cada vez mais honrar a farda que visto.

E tu? Não sei se terminados estes annos como senador algo mais serás: aquelles que possam novamente eleger-te estarão então convencidos, de que honras tão pouco o teu mandato politico quanto o teu diploma.

Aqui fico.

Luiz Tirelli.

O Sr. Ary Tapajós — Ouviram todos os Srs. deputados a leitura da carta do chefe Trabalhista que acabo de fazer. Pergunto agora a V. V. Excias.: Em que situação irá ficar o Sr. Cunha Mello em face dessa missiva do commandante Tirelli?

Como S. S. desembaraçar-se-á dessa espinha que agora lhe irá ficar atravessada na garganta?

Outros espinhos, talvez, ainda appareçam, no seu devido tempo. Fiquemos, por enquanto, nesse somente.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, quer no seio do partido Trabalhista quer perante o povo do Amazonas o commandante Luiz Tirelli desfructa de larga conceituação, pelas suas attitudes rectas, elevadas e dignas.

O Sr. Antonio de Vasconcellos — Não desmerecerá nunca deste conceito, estou certo.

O Sr. Ary Tapajós — Defendendo o operario, amparando o humilde, pugnano pelo seu ideal, o illustre chefe Trabalhista não se arreceia de luctas, nem tão pouco, de contendores. Haja vista a sua luminosa passagem na Assembléa Constituinte Federal.

E queira Deus, Sr. Presidente, que o Amazonas tenha sempre a defendel-o homens da estatura moral de um Luiz Tirelli!

Segue-se na tribuna o sr. Vivaldo Lima, que profere este discurso :

Sr. Presidente

Ainda hontem nesta Casa echoaram por todos os recantos os discursos entusiasticos de diversos deputados, que occuparam quasi todo o tempo da sessão.

A bancada trabalhista esteve em absoluto silencio, apenas apreciando os calorosos debates.

Já no fim da sessão, porem, o sr. deputado Paula Gonçalves, disse que a bancada trabalhista (tinha sido) tambem attingida pelos ataques do illustre "leader" do Partido Radical, quando na verdade esses ataques pareciam dirigidos especialmente aos outubristas do Partido Socialista.

O Sr. Julio Lima — Exactamente!

O Sr. Vivaldo Lima — Portanto, Sr. Presidente, a bancada trabalhista não podia accceitar a carapuça, porque se as palavras do "leader" radical eram insultuosas esta bancada não podia ser de forma alguma attingida.

Aqui, nesta Assembléa, os membros da bancada trabalhista não tem antagonismos pessoases com os illustres

membros da bancada radical, e todos os trabalhistas, como talvez a unanimidade desta Assembléa, acham que o sr. Julio Lima é uma figura notavel e que dirigiu com o maior brilhantismo os trabalhos da Assembléa Constituinte do Amazonas.

O Sr. Julio Lima — Obrigado a V. Excia.

O Sr. Arislides Rocha — Muito bem!

O Sr. Antopilla Vieira — Isto foi accentuado aqui por todos os oradores.

O Sr. Vivaldo Lima — E eu tenho agora occasião de secundar e de confirmar. Apenas, sr. Presidente, o que existe entre a bancada trabalhista e a radical é um antagonismo de idéas.

Accceitando a these da reeleição da Mesa, não votou pela reeleição do illustre presidente da Assembléa Constituinte, por pertencer elle a uma bancada que lhe era antagonica, e, como tal, não pode ser censurada por isso.

Ouvi, Sr. Presidente, com a maior attenção os deputados socialistas fazerem sua defesa.

Cheguei mesmo a ouvir que se havia pretendido fazer uma reunião em Palacio; mas o que ficou bem esclarecido é que o sr. Governador do Estado nem a promoveu nem tomou parte nella, porque, consciente como é de suas responsabilidades, elle está e estará disposto a respeitar a autonomia do Poder Legislativo.

O Sr. Paula Gonçalves — E estará até o fim.

O Sr. Antopilla Vieira — Isto tudo eu affirmei, hontem, aqui.

O Sr. Vivaldo Lima — Todos que estão sentados aqui neste recinto devem saber que não estamos mais no tempo dos governos passados, que nós condemnamos, em que os deputados iam perguntar ao Governador o que deviam fazer.

O Sr. Paula Gonçalves — Muito bem.

O Sr. Vivaldo Lima — A Assembléa de hoje deve ser autonoma, deve ter vontade, deve julgar por si, e não ir pedir suggestões ou inspiração ao Governador do Estado, porque, posso affirmar com a maior convicção, o sr. Alvaro Maia dirá a quem o procurar com esta intenção, que cada um saiba cumprir o seu dever.

Elle, no Palacio do Governo administrando o Estado, nós aqui na Assembléa Legislativa legislando para o povo, tanto elle como nós, devemos estar afastados da politicagem de subserviência que o povo condemna e que constitue a maior accusação contra as Assembléas dos tempos passados.

O Sr. Alvaro Maia não ha de se valer do seu prestígio governamental para influir nas deliberações da Assembléa Legislativa, como não se prevaleceu d'elle para influir na confecção de nossa Carta Magna, uma vez que nós a fizemos sem que de Palacio viesse uma só suggestão ou uma só imposição sequer.

O Sr. Antovilla Vieira — Isto mesmo eu affirmei aqui, no dia em que o Sr. Leopoldo Pêres fazia o seu discurso sobre a Carta Magna, dizendo que S. Excia. não tinha interferido, nem leve-tuente sequer, na feitura della.

O Sr. Vivaldo Lima — O que estou procurando neste momento accentuar é que não houve mesmo interferência do Governador para a renovação da Mesa desta Assembléa, porque se tal se desse era o caso de nós a repellirmos e não de aceitá-la.

O Sr. Antovilla Vieira — E nem a bancada trabalhista poderia aceitar.

O Sr. Paula Gonçalves — E nem a bancada socialista.

O Sr. Vivaldo Lima — Se tivéssemos de votar de accordo com a nossa ideologia, não podíamos votar na reeleição do presidente desta Assembléa; foi esta razão poderosa que levou a bancada trabalhista a não votar no nome do illustre deputado sr. Julio Lima.

Na occasião de minha bancada dar os seus suffragios, appareceu como candidato um amazonense digno de nosso apoio, sem ter nenhuma incompatibilidade connosco, e capaz de presidir a Assembléa com o mesmo criterio com que presidiu a Constituinte o sr. Julio Lima, por isso aceitamos o nome d'elle com todo o prazer.

Foi a justa razão de ter a bancada trabalhista votado no nome do deputado João Verçosa para presidente da Assembléa Legislativa.

Pelo exposto, a minha bancada não

podia aceitar ou se aperceber do sentido pejorativo do discurso do sr. Julio Lima, uma vez que não podia ser attingido por elle. Uma verdade resalta de tudo isso, sr. Presidente, é que nós aqui na sequencia de nossos trabalhos, devemos nos afastar ou devemos abandonar o caminho tortuoso da politicagem.

O Sr. Felix Valois — Não é abandonar, é não entrar, porque nunca entramos.

O Sr. Vivaldo Lima — Tambem ouvi na sessão anterior, sr. Presidente, algumas palavras ditas pelo sr. Ariolino Azevedo em termos criteriosos e sensatos de modo que não me julguei offendido por nenhum delles.

Apenas encontrei em suas palavras um equivooco, e lastimo não estar elle presente para dizer-lhe que laborou em um erro manifesto.

O sr. Ariolino Azevedo attribuiu ao sr. commandante Luiz Tirelli, considerar o senador Cunha Mello como um nullo.

O Sr. Aristides Rocha — Seria injustiça declará-lo nullo na expressão intellectual.

O Sr. Vivaldo Lima — Porque ninguém de boa fé pôde affirmar que o senador Cunha Mello seja intellectualmente um nullo.

O que o commandante Luiz Tirelli deseja é politicamente annullá-lo, e, para que elle seja annullavel, precisa ter pelo menos algum valor.

E' o valor que ninguém pôde contestar ao senador Cunha Mello.

O Sr. Paula Gonçalves — V. Excia. fala politicamente; o sr. commandante Luiz Tirelli tenta considerá-lo nullo.

O Sr. Vivaldo Lima — Não é nullo que elle considera, mas tenta torná-lo realmente nullo.

O Sr. Felix Valois — Resta saber se é moral ou politicamente.

O Sr. Vivaldo Lima — A classificaçào fica ao criterio de V. Excia. Ambos são politicos. Acredito que só no terreno politico esta annullação tenha cabimento. Apenas estas palavras do discurso do deputado Ariolino Azevedo, sr. Presidente, haviam soado mal ao meu ouvido, por isso fiz questão de accentuar aqui, por ser o que

no momento deve ser por mim contestado ou combatido.

Dada esta explicação, não preciso secundar o discurso do sr. Ary Cahn, "sub-leader" da bancada-trabalhista, que acaba de ler no plenário uma carta do commandante Luiz Tirelli, carta publicada em resposta a um telegramma do senador Cunha Mello que foi lido pelo deputado Arthur Bonates.

Aliás, tive a surpresa de vêr que o sr. Bonates havia pedido a inclusão do citado telegramma nos annaes da Casa, quando não tinha necessidade de fazel-o. Tudo quanto é aqui lido no plenário fica obrigatoriamente incluído nos annaes, porque faz parte delles, para constituir o historico dos nossos trabalhos.

Vê-se, pois, que não é preciso um deputado fazer semelhante pedido, e lamento também não estar presente o seu autor para ficar elle sabendo que tal coisa é absolutamente desnecessaria.

Pelos discursos pronunciados hontem, sr. Presidente, nota-se que no momento politico do Amazonas estão se esboçando nuvens negras presagiando o proximo apparecimento de um grande temporal.

O Sr. *Felix Valois* — Talvez seja uma tempestade em uma chicara de chá.

O Sr. *Vivaldo Lima* — Ou em um copo d'agua, na expressão genuinamente popular; ou mesmo, talvez seja como diz V. Excia. uma tempestade em uma chicara de chá. Mas, ás vezes se as tempestades não forem bastante fortes e o chá se conservar por muito tempo quente, poderá elle queimar a bocca ou o estomago de quem o ingerir.

O Sr. *Julio Lima* — Muito bem!

O Sr. *Vivaldo Lima* — Qualquer que seja o temporal que se forme, Sr. Presidente, o Partido Trabalhista estará na estacada como uma das mais fortes aggremações politicas do Estado.

Desenvolvendo sua acção no scenario social amazonense, reunindo sob sua bandeira os trabalhadores urbanos e ruraes, elle vae entrar dentro em pouco na campanha eleitoral para deputados federaes e estou certo de

que, apresentando o nome do commandante Luiz Tirelli como um dos seus candidatos, será elle victorioso, porque o nome deste prestigioso chefe trabalhista quanto mais vae se irradiando por toda a parte e vae se tornando mais conhecido em todos os quadrantes do Estado mais vae se elevando no conceito do eleitorado que lhe ha de dar o seu voto consciente, voluntario e espontaneo, como premio a um defensor das classes proletarias, especialmente dos fracos que são attingidos pelas injustiças avassaladoras dos prepotentes e precisam de ter quem defenda seus interesses.

Depois, obtendo a palavra, vem á tribuna o sr. Paula Gonçalves, que assim se manifesta :

Sr. Presidente

Pedi a palavra tão somente para declarar a esta Assembléa, com referencia a esta troca de cartas e telegrammas entre o Sr. Commandante Luiz Tirelli e o Sr. Senador Leopoldo Tavares da Cunha Mello, que não fica ainda encerrado, como fora de desejar, permuta pouco amavel de documentos escriptos, que, finalmente e lamentavelmente, não deixam de trazer no seu bojo ora uma, ora outra referencia perfeitamente dispensavel, e que vão servir tão somente para ir accendendo dissensão, irritando correligionarios e levando-os, no calor do entusiasmo, até onde muitas vezes jamais desejaram chegar.

O que quero declarar nesta Assembléa é que o Sr. Leopoldo Cunha Mello não está absolutamente sem representação e sem defesa nesta Casa, como veio de afirmar aqui, o nosso collega, nobre deputado Aristides Rocha!

Aqui está presente a bancada socialista, como sempre, no cumprimento de seu dever, zelando pelos interesses da terra e pelo engrandecimento moral e material desse Partido, que hoje domina a gleba amazonense e que tem como chefes supremos no momento os Srs. Senador Leopoldo Tavares da Cunha Mello, Alfredo Augusto da Matta e o Snr. Governador Alvaro Maia!

Venho afirmar a esta Casa, confiado no conhecimento que tenho da pessoa do Sr. Cunha Mello, que elle, inteirado dos dizeres desta carta, responder-lhe-á, esclarecendo alguns pontos que sejam necessários.

Peço que a Assembléa aguarde, tranquillamente, a palavra do Sr. Senador Cunha Mello, porque ella virá, como sempre, esclarecendo, restabelecendo a verdade!

Ascendo á tribuna com esse proposito unico. Aproveito tambem, para agradecer as expressões justas, as apreciações criteriosas feitas ao Sr. Governador do Estado, pelo illustre deputado Vivaldo Lima, com relação a este caso que vae determinando tanta discussão, mais do que se julgava, a renovação da Mesa desta Assembléa.

Realmente já ficou fazendo parte dos nossos annaes, como disseram os Srs. Antovilla Vieira, Vivaldo Lima e o illustre "leader" da bancada socialista, o Sr. Moacyr Dantas, que o Sr. Governador do Estado não teve a menor interferencia nesse caso.

O Sr. Julio Lima — Perdão! Eu não estou inteirado disto, absolutamente!

O Sr. Paula Gonçalves — Tenho eu sciencia que V. Excia. conversou, pessoalmente, com o Sr. Governador do Estado e elle affirmou a V. Excia. que como chefe do Poder Executivo não podia se envolver nem se envolveria em resoluções do Poder Legislativo!

O Sr. Julio Lima — O Sr. Alvaro Maia não me disse isso! E nem será capaz de sustentar!

O Sr. Paula Gonçalves — O Sr. Governador não se intrometteu em cousa alguma!

O Sr. Julio Lima — O Sr. acabou de dizer que elle é chefe do seu partido, junto com outros! Ora, assim elle resolveu e resolve pela competencia politica que tem, este assumpto, puramente politico!

Os daqui foram ouvidos, menos os do Rio — os Srs. Alfredo da Matta, Cunha Mello e Ribeiro Junior!

O Sr. Paula Gonçalves — Sr. Presidente, eu não desejo absolutamente, a

proposito deste caso da renovação da Mesa, trazer argumentos novos a plenário.

O assumpto já foi amplamente discutido, já foi mais do que amplamente explicado pelo Sr. Julio Lima; e a bancada socialista explicou-se tambem, dentro das suas razões, procurando estabelecer a verdade dos factos.

Mas, o que desejo é dirigir-me ao meu velho mestre Vivaldo Lima, fazer meu, tambem, o seu appello a esta Assembléa para que, de lado deixemos de vez estas questiunculas pessoaes, que nada produzem em prol do Estado e do povo, do qual somos legitimos e verdadeiros representantes!

E' mister trabalhemos, é mister nos congreguemos todos em torno dos reais e vitais interesses do Estado, procurando cada um, dentro das suas possibilidades, evitar animosidades, evitar trocas de apartes, cartas, documentos, telegrammas, que só servem para accender entre os homens, paixões, cujos desfechos muitas vezes, são os mais desagradaveis possiveis! Ao penetrarmos este recinto augusto, companheiros de representação, não distinguamos bandeiras partidarias nem fronteiras politicas, e procuremos evitar, dentro desta Assembléa, todas as offensas porque aqui só deve existir, unicamente, o Estado do Amazonas!

Depois, para uma explicação pessoal, discursa nestes termos o sr. Felix Valois:

Sr. Presidente

Srs. Deputados

Pedi a palavra apenas para uma explicação. Vejo na reportagem do vespertino "O Jornal" de hontem, referente aos trabalhos da Assembléa, que nos debates travados aqui, eu pedira a palavra para justificar a eleição da Mesa. E' um lapso da reportagem, muito justificado, plenamente justificado, em face da feição quasi tumultuaria que tomaram os nossos trabalhos de hontem!

Eu não tive em mira justificar a eleição da Mesa; não estava na obrigação de fazel-o, nem tenho autoridade para tal.

Não estava obrigado a fazel-o, re-
pito, porque não fui o iniciador do
movimento em prol das ultimas elei-
ções. Não trabalhei, mesmo, para que
esse movimento chegasse ao seu exito
final.

O Sr. Julio Lima — Mas obedeceu
ao chefe!

O Sr. Felix Valois — Apenas exerci,
em plenário, o meu direito de voto,
convencido que, se na lei não existia
um dispositivo expresso que tornasse
obrigatoria a eleição, agora, também
não havia na lei nenhum dispositivo
que vedasse explicita ou implicita-
mente a eleição que se praticou.

Não tenho competencia para apre-
ciar o facto consumado, porque en-
tendo que essa apreciação deve ser
mantida dentro do terreno estricta-
mente juridico e no limiar do templo
de Themis eu não o transponho, por-
que sou profano!

Assomando, hontem, a esta tribuna,
Sr. Presidente, eu tive o escopo uni-
camente (quero que isto fique bem
patente), tive o escopo exclusivo de
protestar contra o tom aggressivo do
catilinaria da sexagessima quarta ca-
thegoria com que se criticou, se atas-
salhou o commettimento legitimo de
uma legitima Assembléa.

O Sr. Julio Lima — V. Excia. quer
recomeçar a discussão de hontem? Eu
continuo a dizer que a eleição foi feita
à socapa, traçada deslealmente! Não
ataquei directamente S. Excia.

O Sr. Felix Valois — V. Excia. co-
meçou e acabou de dizer que...

O Sr. Julio Lima — Era um direito
delle votar, mas, não desse modo inde-
coroso!

O Sr. Felix Valois — Se diz que é
indecoroso...

O Sr. Julio Lima — Foi feita des-
lealmente, com chefes politicos! Os
Srs. Ribeiro Junior e Cunha Mello não
foram ouvidos!

O Sr. Felix Valois — E' que eu
não comprehendia como não compre-
hendo, Sr. Presidente, que um sode-
lício destes, pelo simples facto de ter
exercido, em pleno dia, a portas abe-
rtas, à vista de todo um publico, a sua
soberania, merecesse ser coberto de
apódos, crivado de improperios, ful-
minado de anathemas!

Não entendia, Sr. Presidente, como
não entendo, que no Calvario a que a
 vaidade indisfarçada, o despeito inso-
pitado arrastou a Assembléa pelo lo-
daçal da injuria se erguesse, ao lado
do patibulo em que se pendurou uma
corporação de homens independentes
representantes de um povo livre, se
erguesse, dizia eu, um pelourinho
nelle jungido o honrado Governador
do Estado, caracterizado de titere de
um Mazarino ou Richelieu.

O Sr. Julio Lima — Vaidade e des-
peito talvez tivesse V. Excia., porque
não estava na chapa para deputado
federal!

O Sr. Felix Valois — Não percebia,
como não percebo ainda, que numa
peça oratoria, meditada para ser es-
cripta, tanto se exaltasse a decencia,
tanto se alardeasse a lisura, tanto se
glorificasse a dignidade — numa lin-
guagem que não primou pela elevação,
não se salientou pelo commedimento,
não se impoz pela decencia da forma,
que reflecte sempre, infallivelmente,
a pureza da substancia.

O Sr. Julio Lima — Foi um movi-
mento para me bolar de lado, com os
demais deputados ribeiristas. A vai-
dade e o despeito estão do lado de lá!

O Sr. Julio Lima — Não peço lição
a ninguém para defender-me!

O Sr. Felix Valois — Foi contra tudo
isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados,
que eu me rebellei! Foi a proposito de
tamanho despropósito, que eu fallei!

Era esta a explicação que eu tinha
a dar.

Depois, voltando a fallar o sr. Leo-
poldo Pêres sobre o assumpto do seu
discurso da vespera, defende-se cabal-
mente das accusações que lhe foram
feitas a proposito de um voto de pesar
à memoria de João Pessoa, fechando
a série dos discursos o sr. Antovilla
Vicira, que lamenta se distraíram os
seus collegas com torneios oratorios,
quando problemas de importancia re-
clamam a attenção da Assembléa, ter-
minando por pedir que se marque
para a proxima sessão a eleição
das comissões permanentes. E' ap-
provado.

Suspendendo os trabalhos, o sr.
Presidente marca a ordem do dia de

amanhã, na conformidade do requerimento do sr. Antovilla Vieira.

TERMO de 14 de Junho

Presidência do sr. João Verçosa. — Secretários — srs. Nogueira da Matta e Carlos Machado.

A' hora regimental, presentes os srs. João Verçosa, Nogueira da Matta, Carlos Machado, Vivaldo Lima, Leopoldo Pêres, Julio Lima, Ariolino Azevedo e Manoel Monteiro, não havendo numero legal, deixa de realizar-se a sessão, continuando a mesma ordem do dia.

TERMO de 15 de Junho

Presidência do sr. João Verçosa. — Secretários — srs. Nogueira da Matta e Carlos Machado.

As quinze horas, feita a chamada, respondem os srs. João Verçosa, Nogueira da Matta, Carlos Machado, Leopoldo Neves, Nunes de Lima, Tito Bittencourt e Moacyr Dantas. Não havendo numero legal, deixa de realizar-se a sessão, continuando a mesma ordem do dia.

SESSÃO de 17 de Junho

Presidência do sr. João Verçosa. — Secretários — srs. Nogueira da Matta e Carlos Machado.

A' hora regimental, presentes os srs. João Verçosa, Leopoldo Neves, Nogueira da Matta, Carlos Machado, Felix Valois, Ananias de Almeida, Moacyr Dantas, Maria Leão, Paula Gonçalves, Cosme Ferreira, Manoel Monteiro, Julio Lima, Leopoldo Pêres, Nunes de Lima, Ruy Barreto, Armando Madeira, Tito Bittencourt, Ary Tapajós, Antovilla Vieira, Benjamin Ferreira, Antonio de Vasconcellos, Felismino Soares, Chaves Ribeiro, Aristides Rocha e Arthur Bonales, faltando com causa justificada os srs. Philadelpho de Moraes, Pimentel Salles e Manoel Lobo e havendo comparecido após a chamada os srs. Ariolino Azevedo e Vivaldo Lima, abre-se a sessão.

E' lida e approvada sem debate a acta de 13, bem como os termos de 14 e 15 do corrente, depois do que o primeiro secretario dá conta deste

EXPEDIENTE

Offícios do presidente do Instituto Geographico e Historico do Amazonas, do delegado fiscal do Thesouro Nacional, do Bispo Diocesano, do secretario do Syndicato de Construcção Civil, do inspector sanitario do Porto, do procurador fiscal do Thesouro Nacional, do curador geral das massas fallidas e outras autoridades, agradecendo a communicacão da eleição da Mesa da Assembléa.

Mensagem do Governador do Estado, solicitando que a Assembléa indique os deputados que deverão fazer parte da commissão que terá de estudar o melhor meio de applicar a indemnizacão ao Amazonas no pleito do Acre.

Circular do consul do Japão, participando que, na sua ausencia, responderá pelo consulado o sr. Flavio Rosas.

Radio do ministro da Côte Suprema, Dr. Plinio Casado, solicitando a remessa de exemplares da Constitucão do Amazonas.

Officio do primeiro secretario da Assembléa Constituinte do Ceará, communicando a eleição e posse da respectiva Mesa.

Idem do Secretario do Interior de Minas Geraes, agradecendo a remessa de exemplares do projecto da Constitucão do Amazonas.

Idem do consul da Bolivia, communicando haver sido assignada a paz com o Paraguay.

Idem do Ministro do Exterior, enviando suggestões para o serviço de Estatística.

Findo o expediente e annunciada a

ORDEM DO DIA

pede a palavra o sr. Vivaldo Lima, que justifica a seguinte Indicação, assignada por seis deputados :

"Indicamos que a Commissão de Finanças e Orçamento passe a ser de Finanças, Orçamento e Legislação do Trabalho".

Aberta a discussão, falla em primeiro logar o sr. Aristides Rocha, que combate a Indicação do sr. Vivaldo Lima, dizendo que só pelos meios regulares prescriptos no Regimento poderá ser este alterado. Entra no debate o sr. Moacyr Dantas, que diz o seguinte :

Sr. Presidente

O deputado Vivaldo Lima propõe á Casa uma indicação no sentido de que a commissão de finanças possa tambem manifestar-se, com a attribuição privativa, sobre materia de legislação social do trabalho.

Lembra o sr. Aristides Rocha que, pela Constituição Federal, as indicações que alteram o regimento interno devem ser impressas e distribuidas, e só depois de tomadas essas duas providencias poderão ser discutidas em plenário.

O caso está regulado claramente, sr. presidente, pela propria Constituição do Estado, art. 16, § unico — "Nenhuma alteração regimental será approvada sem indicação escripta, publicada e discutida, pelo menos, em duas sessões".

O Sr. Aristides Rocha — Eu estava na duvida, e agradeço a V. Excia. ter me lembrado.

O Sr. Moacyr Dantas — Desse modo, sou de parecer que se dê á indicação a forma juridica, obedecendo-se á lei.

Voltando á tribuna, diz o sr. Vivaldo Lima que, de accordo com seus collegas signatarios da Indicação, pensou dar a esta exactamente o sentido que ora vê impugnado, pelo que pede aos impugnadores reflectam bem sobre isso para dar seu voto em consciencia.

Depois, o sr. Felix Valois declara o seguinte :

Sr. Presidente

Segundo já observaram os srs. deputados Aristides Rocha e Moacyr Dantas, a indicação do deputado Vivaldo Lima importa numa alteração do Regimento da Casa.

Uma vez que já temos uma Commissão para tratar da reforma do

Regimento, acho que esse caso deve ser affecto a essa Commissão.

Proseguindo o debate, falla o sr. Nunes de Lima nestes termos :

Sr. Presidente

Não obstante, na ultima sessão da semana passada, ter sido provocada pelo nosso nobre collega sr. deputado Aristides Rocha a necessidade da eleição das comissões, eu pedia permissão a V. Excia. e aos srs. deputados, para solicitar o adiamento da eleição das comissões.

Quando foi da approvação da Constituição Federal, o regimento interno tambem alli foi modificado, mas as comissões só foram eleitas depois desse regimento approvado. E' um assumpto que a Casa pode fazer com alguma urgencia, sem nenhum prejuizo para os trabalhos da Camara.

No decorrer dos nossos trabalhos, na hypothese de apparecerem assumptos urgentes, que dependem de pareceres, a Mesa tem a faculdade de nomear uma commissão especial para tratar do assumpto, até que o novo regimento esteja em vigor.

E' esta a minha opinião pessoal e peço permissão para a transmittir aos meus nobres collegas : — Adiar a eleição das comissões até a approvação do regimento, assumpto que pode ser tratado com a maxima urgencia. Convem ainda assignalar que a Constituição promulgada altera a natureza dessas comissões, que serão em maior numero, sendo portanto de toda conveniencia o adiamento que tomo a liberdade de propor.

E' aberta a discussão sobre essa proposta e o sr. Paula Gonçalves pede a palavra para dizer o seguinte :

Sr. Presidente

Encaminhando a votação que se vae proceder neste momento da indicação do sr. deputado Vivaldo Lima...

O Sr. Vivaldo Lima — A indicação não é minha!

O Sr. Paula Gonçalves — ... aliás da autoria do sr. deputado Aristides Rocha...

O Sr. Aristides Rocha — Também não é minha!

O Sr. Paula Gonçalves — ... ou por outra — da determinação regimental referente à eleição das comissões permanentes desta Casa, em plena função legislativa, como justificativa de voto declaro estar perfeitamente de accordo com meu nobre collega deputado Antovilla Vieira, para que se proceda, hoje, à eleição solicitada. Penso que, com meu modo de pensar, está a maioria desta Casa que, assim, estará em condições de elaborar as leis supplementares determinadas pela Constituição Estadual já promulgada.

Não vejo razão nenhuma para o adiamento solicitado pelo nosso honrado collega sr. deputado Nunes de Lima, embora bem justificado o requerimento verbal que vem de fazer.

O Sr. Nunes de Lima — Muito obrigado a V. Excia.

O Sr. Paula Gonçalves — Realmente nada haveria a oppor à sua idéa, possível como é a designação de comissões especiaes para opinarem sobre determinados assumptos. Não resta a menor duvida que tal seria possível. Mas, si o Regimento da Casa determina que as Comissões se constituam, cumpramos nosso Regimento, nada impedindo que procedamos, hoje, as eleições.

Este é o meu pensamento. Estou certo que é, igualmente, o da maioria desta Casa aqui presente.

Posta em votação a proposta do sr. Nunes, é rejeitada, sendo aprovada a do sr. João Gonçalves. Também é aprovada a Indicação do sr. Vivaldo Lima, com a modificação suggerida durante o debate, indo logo a imprimir.

O sr. presidente declara que vai suspender os trabalhos por dez minutos para os srs. deputados organizarem as suas chapas. Reaberta a sessão, findo aquelle tempo, são convidados para escrutinadores os srs. Ananias de Almeida e Felismino Soares, apurando-se este resultado:

Segunda Comissão: — Poderes, Guarda da Constituição e das Leis — Moacyr Dantas, Armando Madeira, Aristides Rocha, Chaves Ribeiro, Ary

Tapajós e Maria Leão, vinte votos cada um; duas cedulas em branco.

Terceira Comissão: — Finanças e Orçamento — Moacyr Dantas, Vivaldo Lima, Cosme Ferreira, Antonio de Vasconcellos e Benjamin Ferreira, vinte votos cada um; duas cedulas em branco.

Quarta Comissão: — Agricultura, Commercio, Industria, Obras Publicas, etc. — Nunes de Lima, Ariolino Azevedo, Ruy Barreto, Antonio de Vasconcellos, Felismino Soares e Antovilla Vieira, vinte e um votos cada um; duas cedulas em branco. (Dá entrada no recinto o sr. Chaves Ribeiro).

Quinta Comissão: — Segurança Publica — Felix Valois, Julio Lima, Ananias de Almeida, Benjamin Ferreira, Chaves Ribeiro e Ruy Barreto, vinte e um votos cada um; duas cedulas em branco.

Sexta Comissão: — Instrução e Saude Publica — Paula Gonçalves, Antovilla Vieira, Vivaldo Lima, Felismino Soares, Manoel Monteiro e Tito Billecourt, vinte e um votos cada um; duas cedulas em branco.

Sétima Comissão: — Redacção das Leis — Leopoldo Péres, Felix Valois, Armando Madeira, Paula Gonçalves, Manoel Monteiro e Ary Tapajós, vinte votos cada um; duas cedulas em branco. (Na ultima votação retira-se do recinto o sr. Paula Gonçalves).

Terminada a apuração, o sr. presidente proclama os eleitos e dá a palavra ao sr. Tito Billecourt, que justifica a ausencia do sr. Philadelpho de Moraes, fazendo o mesmo o sr. Julio Lima, relativamente ao sr. Pimentel Salles.

Na segunda parte da ordem do dia, com a palavra, o sr. Moacyr Dantas justifica esta Indicação:

"De accordo com o art. 92 do Regimento Interno, requeremos, em indicação assignada por dois terços dos deputados, a reforma da lei n. 121, de 14 de Outubro de 1929, que promulgou o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Amazonas. Solicitamos ainda seja esta Indicação publicada e discutida, pelo menos, em duas sessões, na conformidade com o paragrapho unico do art. 16 da Constituição do Estado".

Em discussão, resolveu a Casa que essa Indicação fosse julgada na sessão seguinte.

Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente suspende os trabalhos, marcando para ordem do dia de amanhã — o que occorrer.

SESSÃO de 18 de Junho

Presidência do sr. João Verçosa. — Secretários — srs. Nogueira da Matta e Carlos Machado.

A' hora regimental, presentes os srs. João Verçosa, Nogueira da Matta, Carlos Machado, Ananias de Almeida, Moacyr Dantas, Maria Leão, Paula Gonçalves, Cosme Ferreira, Manoel Monteiro, Ariolino Azevedo, Vivaldo Lima, Leopoldo Péres, Ruy Barreto, Armando Madeira, Ary Tapajós, Antovilla Vieira, Philadelpho de Moraes, Antonio de Vasconcellos, Chaves Ribeiro, Aristides Rocha e Arthur Bonates, faltando com causa justificada os srs. Leopoldo Neves e Pimentel Salles e sem ella os demais deputados, abre-se a sessão.

E' lida e approvada sem debate a acta anterior, depois do que o primeiro secretario apresenta o seguinte

EXPEDIENTE

Officio do presidente da Associação Beneficente dos Empregados da Manna Tramways, do primeiro secretario da Sociedade Amazonense de Professores, do director dos Serviços Technicos do Estado, agradecendo a communicacão da eleição da Mesa da Assembléa.

Circular do presidente do Centro Estudantal "Placido Serrano", participando a eleição e posse da sua directoria.

Findo o expediente e annunciada a

ORDEM DO DIA

o sr. presidente dá para discussão a Indicação hontem apresentada pelo sr. Moacyr Dantas, a qual é approvada pela Casa.

Em virtude dessa resolução, o sr. presidente indica os srs. Leopoldo Péres e Ariolino Azevedo para, com a

Commissão de Poderes, elaborarem o Regimento Interno.

Seguidamente, com a palavra, o sr. Leopoldo Péres, depois de apresentar ao presidente os seus agradecimentos pela escolha de seu nome, declara que declina a distincção, aproveitando o ensejo para renunciar tambem o cargo de membro da Commissão de Redacção, o qual desaccetta por motivos de ordem politica e pessoal. O sr. Aristides Rocha, de accordo com o seu collega Leopoldo Péres, renuncia tambem o cargo de membro da Commissão de Poderes, lamentando o sr. presidente essa attitude dos dois deputados e nomeando, para substituir o primeiro, o sr. Vivaldo Lima, afim de acompanhar a elaboracão do Regimento junto á segunda commissão.

Depois, occupando a tribuna, o sr. Antovilla Vieira requer a inclusão, na ordem do dia de amanhã, da eleição para as vagas occorridas nas commissões regimentaes. E' approvado o requerimento.

O sr. Vivaldo Lima, vindo á tribuna, apresenta á consideração da Casa o seguinte

PROJECTO

A Assembléa Legislativa do Amazonas

Decreta :

Art. 1º — Nos serviços e obras do Estado e dos Municipios somente serão admittidos trabalhadores regularmente sindicalizados.

§ Unico — Igual obrigatoriedade é extensiva a todos os serviços e obras das companhias, emprezas, cooperativas ou empreitadas que sejam amparadas, subvencionadas, fiscalizadas ou contratadas pelo Estado ou pelos Municipios.

Art. 2º — Nenhum trabalhador será admittido nestes serviços ou obras sem exhibir sua caderneta profissional ou recibo de ter pago os emolumentos della na Delegacia do Ministerio do Trabalho, e o memorandum de sua inscripção na Federação Trabalhista do Amazonas.

Art. 3º — Todas as classes trabalhadoras do Estado que attingirem o nu-

mero legal de profissionais, são obrigadas a fazer sua syndicalização e requerer o reconhecimento pelo Ministerio do Trabalho.

§ 1º — Os profissionais de classe que ainda não tenham atingido o numero legal de syndicalização, para gozarem dos favores desta lei, são obrigados a se inscreverem, provisoriamente, na Federação Trabalhista do Amazonas, até que se encontrem em condições de ser officialmente syndicalizados.

§ 2º — Nenhum syndicato gozará também dos favores desta lei, se não estiver filiado à Federação Trabalhista do Amazonas, que é o órgão tecnico do Estado no que for concernente ao trabalho, em geral.

Art. 4º — As tabellas de salario dos trabalhadores syndicalizados serão organizadas de accordo com a Federação Trabalhista do Amazonas e decretadas pelo Governador do Estado, não podendo ser alteradas senão por outro decreto governamental.

Art. 5º — A Federação Trabalhista do Amazonas fica obrigada a intervir no sentido de solucionar pacificamente todas as greves e reclamações que se relacionarem com a legislação do trabalho.

Art. 6º — O Governador do Estado mandará intentar a acção judiciaria para ser compulsoriamente dissolvido qualquer syndicato que desobedeça às ordens e deliberações da Federação Trabalhista do Amazonas, altere a ordem publica ou empregue meios violentos nas suas greves ou reclamações.

Art. 7º — Revogam-se as disposições em contrario.

S. S. em 18 de Junho de 1933.

Vivaldo Lima
Antonio de Vasconcellos
Chaves Ribeiro
Ary Tapajós
Benjamin Ferreira
Ruy Barreto
Antovilla Vieira
Paula Gonçalves

Vem á tribuna o sr. Aristides Rocha, que faz ligeiras considerações sobre

esse projecto, promettendo analysal-o detidamente em occasião opportuna. Falta também a respeito o sr. Moacyr Dantas, que diz :

Sr. Presidente

Secundando o deputado Aristides Rocha, o projecto de lei apresentado e lido nesta sessão pelo sr. Vivaldo Lima deve ser por V. Excia. submettido primeiramente á consideração da Assembléa, para que esta o julgue ou não objecto de deliberação.

Esse é o unico caminho aberto pelo Regimento Interno, art. 70 : — "O projecto ou resolução arpresentado á Assembléa, depois de lido por seu autor ou pelo primeiro secretario, quando aquelle não o haja feito, será submettido á consideração dos deputados presentes e, uma vez julgado objecto de deliberação, remettido ás commissões respectivas, para o necessario estudo".

O Sr. Leopoldo Pêres — E' preciso saber se a Casa o considera objecto de deliberação.

O Sr. Moacyr Dantas — Darei em seguida a minha opinião a esse ultimo respeito.

Consultada a Casa sobre se considera objecto de deliberação o projecto do sr. Vivaldo Lima, responde affirmativamente, depois de ouvir as seguintes palavras do sr. Moacyr Dantas :

Sr. Presidente

A Casa vai agora considerar, ou não, objecto de sua deliberação o projecto do deputado Vivaldo Lima.

Encaminhando a votação, seria deselegante, sr. Presidente, que os srs. deputados não tomassem conhecimento do projecto do deputado trabalhista, rejeitando-o incontinentemente, por julgar-o inconstitucional, segundo a opinião respeitavel do deputado Aristides Rocha.

O Sr. Aristides Rocha — Nem eu disse isso.

O Sr. Moacyr Dantas — Exactamente. Concorro com V. Excia. em que o projecto Vivaldo Lima seja considerado objecto de deliberação, afim

de receber o parecer da comissão competente. Incluído na ordem do dia, para discussão ampla, darei, quanto ao mérito, a minha obscura opinião, que será justa e sincera.

Esse o meu voto.

Enviado o projecto á segunda comissão para dar parecer e nada mais havendo a tratar, o sr. presidente suspende os trabalhos, marcando para a proxima ordem do dia — eleição das vagas occorridas nas segunda e sétima comissões.

SESSÃO de 19 de Junho

Presidência do sr. Leopoldo Neves. — Secretários — srs. Carlos Machado e Ananias de Almeida.

A' hora regimental, presentes os srs. Leopoldo Neves, Carlos Machado, Ananias de Almeida, Felix Valois, Moacyr Dantas, Paula Gonçalves, Manoel Monteiro, Ariolino Azevedo, Vivaldo Lima, Ruy Barreto, Tito Bittencourt, Ary Tapajós, Antovilla Vieira, Philadelpho de Moraes, Antonio de Vasconcellos, Felismino Soares, Chaves Ribeiro, Aristides Rocha e Arthur Bonates, faltando com causa justificada os srs. João Verçosa e Cosme Ferreira e sem ella os demais deputados, abre-se a sessão.

Lida e approvada sem debate a acta de dezoito, o primeiro secretario apresenta este

EXPEDIENTE

Offícios do primeiro secretario da União Beneficente dos Taifeiros do Amazonas, do presidente do Syndicato dos Operarios Metallurgicos de Manaus, do coronel chefe do recrutamento militar, do presidente do Nacional Football Club e do consul da Venezuela, agradecendo a communicacão da eleição da Mesa da Assembléa.

Terminada a leitura desses documentos e para uma declaracão necessaria, falla o sr. Aristides Rocha, dizendo o seguinte :

Sr. Presidente

A Assembléa tomou conhecimento, hontem, da minha renuncia do cargo

de membro da Commissão de Constituição, desta Casa.

Não quero, sr. Presidente, que se attribua, nem de leve, ao meu gesto, o desejo de não collaborar nos serviços da Assembléa Legislativa.

Cabe a mim, como a todos os deputados, a obrigacão da assiduidade e da collaboracão constante, em prol dos interesses do Amazonas, apresentando suggestões, projectos, discutindo e criticando aquelles que, por ventura, venham a plenário. O meu collega, nobre deputado Vivaldo Lima, na sessão de hontem, apresentou um projecto que foi julgado objecto de deliberação, e que será enviado á Commissão de Constituição para dar o seu parecer.

Tomei, sr. Presidente, commigo mesmo, o compromisso de, membro resignatario da Commissão de Constituição, emittir pareceres preliminares, sobre todo e qualquer projecto apresentado a plenário, que tenha de ser submettido á apreciação desta Casa.

A maneira pela qual teria que votar na Commissão, será a minha opinião em plenário e sempre antes da Commissão emittir seu parecer, isto para que não se diga e não se supponha que eu, por acaso, esteja amparado nas doutrinas dos pareceres daquella Commissão.

Dada essa explicação, sr. Presidente, passarei, na hora do expediente, como é de praxe, a emittir minha opinião, sobre o projecto numero 1, apresentado pelo sr. Vivaldo Lima.

O Sr. Vivaldo Lima — O projecto ainda não está em discussão !

O Sr. Aristides Rocha — Não está em discussão, bem sei, e não estou discutindo senão no seu aspecto constitucional.

O art. 5.º, n. XIX, letra I, da Constituição Federal, attribue privativamente á União, legislar a respeito de normas geraes sobre o trabalho.

Esse mesmo art. 5.º, no seu paragrafo 3.º não exclue, a esse respeito, a legislação estadual SUPLETIVA OU COMPLEMENTAR para attender as peculiaridades locais ou as deficiencias da legislação federal, — SEM DISPENSAR AS EXIGENCIAS DESTA.

Logo, é fora de duvida, que é de

competência privativa da União, o legislador sobre normas geraes do trabalho.

A legislação dos Estados, — suppletiva ou complementar — para attender peculiaridades locais, lacunas e deficiências — tem um raio de acção que não pode ultrapassar, porque lhe é vedado dispensar a exigência da legislação federal.

Por outras palavras: — a legislação do Estado nada pode crear a esse respeito, nada pode innovar, não faz direito novo a sua competência, pois não vae além de supprir e completar.

O Projecto n. 1 legisla de encontro á Constituição e ás leis federaes.

Faz um direito novo, exorbitando de nossa competência.

Começa, no seu art. 1.º, prescrevendo que nos serviços e obras do Estado, dos Municipios, das companhias, empresas, cooperativas e empreitadas, que sejam subvencionadas, contractadas ou fiscalizadas pelos Estados e pelos Municipios, nenhum cidadão brasileiro ou estrangeiro, poderá trabalhar sem estar regularmente syndicalizado.

Ora, nenhum empregado ou operario, nos termos do Dec. Federal n. 21.691 de 12 de julho de 1934, é obrigado a se filiar ás associações profissionais.

E' doutrina pacifica, lei expressa, caso julgado, como se poderá ver da decisão do director geral do Departamento Nacional do Trabalho, publicada no "Diario Official" de 27 de novembro de 1934, que passo a ler:

DEPARTAMENTO NACIONAL DO TRABALHO

DESPACHOS DO SR. DIRECTOR GERAL

J. V. ANDREESSEN:

Representando contra as arbitrariedades praticadas pelo Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Terrestres, com sede nesta Capital.

"Os empregados e operarios não são obrigados a se filiarem ás associações profissionais, organizadas nos termos do decreto 21.691 de 12 de julho deste anno. Apenas este departamento, por força do art. 2.º do mesmo decreto, poderá apreciar os pedidos, queixas e reclamações de syndicatarios.

OS EMPREGADORES NÃO SÃO COMPELIDOS POR NENHUMA DISPOSIÇÃO LEGAL, A SE EMPREGAR OPERARIOS FILIADOS A SYNDICATOS DA PROFISSÃO. POR ESTE MOTIVO, NENHUM EMPREGADOR PODERÁ SOFRER AMEAÇAS OU AGRAVOS POR PARTE DOS SYNDICATARIOS. POR SUA VEZ, OS OPERARIOS NÃO PODEM SER CERCEADOS PELO EMPREGADOR NO EXERCÍCIO DO DIREITO DE ASSOCIAÇÃO NEM COAGIDOS NA LIBERDADE SYNDICAL.

Officiosa com urgência á Policia Central, comunicando o allegado pelo reclamante.
(Publicado no Diario Official da Republica n. 273, de 27 de novembro de 1934).

Portanto, sr. Presidente, vê v. excia., que dentro da Constituição, dentro da lei, dentro dos julgamentos do Departamento Nacional do Trabalho, esse art. n. 1, peca pela base, é um attentado á liberdade individual e não pode ser approvedo pela Assembléa Legislativa.

O art. 2.º determina que — "nenhum trabalhador pode ser admittido nos serviços e obras a que se refere o art. 1.º — sem exhibir sua caderneta profissional e o recibo de ter pago o emolumento della na Delegacia do Trabalho e — pasme a Assembléa! — "sem exhibir um Memorandum de sua inscripção na Federação Trabalhista do Amazonas".

Outro attentado á liberdade individual dos trabalhadores e operarios.

O direito de inscripção em qualquer syndicato de classe, sempre foi e é facultativo. Aqui, por esse Projecto, é obrigatorio, e mais que isso!, obrigatorio em determinada associação, qual seja a Federação Trabalhista do Amazonas!

Crê-se um Estado no Estado, um privilegio, um monopolio odioso, que horrorisa toda consciencia juridica e a todos que tenham culto pela liberdade.

O art. 3.º impõe que — "todas as classes trabalhadores do Estado, sem excepção de nenhuma, que atingirem o numero legal de profissionais, ficam obrigadas, attendei bem! "obrigadas" a fazer sua syndicalização e a requerer o seu reconhecimento ao Ministerio do Trabalho. E, agora, attenção! — "os

profissionais de classe que não hajam atingido o numero legal, são obrigados a se inscreverem provisoriamente na Federação Trabalhista do Amazonas, para gozarem dos favores da lei. E mais: — nenhum syndicato gozará dos favores da lei, SEM QUE ESTEJA FILIADO á Federação Trabalhista do Amazonas.

Mas, sr. Presidente, impõe-se aqui o que? A unidade syndical?

Todos os syndicatos ficam dependentes de um?

Entretanto, a Constituição da Republica, no art. 120, paragrapho unico, diz que a lei assegura a pluralidade syndical e a completa autonomia dos syndicatos.

O Projecto revoga ostensivamente a Constituição!

Por esse artigo 3.º, do Projecto em questão, todos os profissionais:—advogados, medicos, engenheiros, etc., são obrigados a se inscrever na Federação Trabalhista do Amazonas!

O art. 4.º diz que as Tabellas dos salarios dos trabalhadores syndicalizados, são organizadas pela Federação Trabalhista do Amazonas. O Governo as decretará. Manda, imperativamente, que o Governador do Estado, organizado esse trabalho, decrete a obrigatoriedade delle.

Mas, que é isto? Uma Associação fazendo Tabellas de salarios dos trabalhadores de todas as profissões e o Governador do Estado, passando a ser subalterno, preposto, titere da Federação Trabalhista do Amazonas, decretando estas Tabellas?

Mas, sr. Presidente, em que principio legal, se pode admitir um Estado, arbitrario e violento, marcando salarios, determinando que ninguém trabalhe sem sua autorização, determinando que as obras, empreitadas, fiscalizadas pelo Municipio, nenhuma dellas trabalhe, sem determinação da Federação Trabalhista do Amazonas?

Agora, ouça a Assembléa, estarrecida, o melhor artigo do Projecto n. 1.

E' o 6.º. Diz, textualmente, esta belleza: "O Governador do Estado, mandará (é imperativo) intentar acção,

para dissolver compulsoriamente aquelle syndicato que não queira se incorporar á Federação Trabalhista do Amazonas".

Mas, que ordens, que deliberações!

Então, o Governador do Estado, passa a ser o caixaieiro, o subalterno, o cumpridor de ordens, da Federação Trabalhista do Amazonas?

Então, o syndicato que não lhe cumprir as ordens, deve ser compulsoriamente dissolvido?

Com franqueza, sr. Presidente, isto é de mais!

Então, determina-se, impõe-se ao Governador do Estado que mande intentar acções para dissolver compulsoriamente aquelle syndicato que não queira se incorporar á Federação Trabalhista do Amazonas?

Não, sr. Presidente, não é possível!

As dissoluções compulsorias estão consignadas na lei! Não é assim!

Se não ha unidade syndical no Brasil, se a Constituição da Republica assegura a pluralidade syndical, não se comprehende que se obrigue a filiação em determinado syndicato, como seja a Federação Trabalhista do Amazonas.

O Sr. Moacyr Dantas — A pluralidade foi até uma reivindicação, puramente catholica!

O Sr. Aristides Rocha — Portanto, sr. Presidente, esse Projecto é uma affronta á liberdade syndical, é um attentado á liberdade individual, subalterniza o primeiro magistrado do Estado, investe contra a Constituição e as leis, é uma verdadeira monstruosidade!

Os foros da nossa cultura devem repellir-o, in limine, porque o Amazonas, digamos com orgulho, dentre os Estados do Norte, é um Estado cuja cultura é respeitada.

Isto eu tive occasião de apreciar, lá no sul.

Em materia de Direito Commercial Maritimo, o Amazonas tem dado lições aos diversos Pretorios da Nação, onde é estudado, esmerilhado, como em nenhuma parte da Nação.

Eis porque eu faria um appello ao meu collega e camarada, para que re-

tirasse este Projecto, porque a Assembléa, não poderá approval-o sem diminuição desses foros de nossa cultura!

Este é o voto que daria, na Commission de Justiça, se não tivesse resignado o meu lugar.

Replica ao sr. Aristides Rocha o sr. Vivaldo Lima, que lhe rebate os conceitos, affirmando que seu collega não tem razão quando pretende mostrar que o projecto syndicalista fere o Pacto Federal; e, fazendo a defesa do seu trabalho, promette desenvolver argumentação ampla e convincente em occasião opportuna.

Aberta a

ORDEM DO DIA

declara o sr. Presidente que se vae proceder á eleição para as vagas existentes nas commissões regimentaes, levantando logo a sessão por dez minutos para o preparo das cédulas.

Reaberta, decorrido aquelle tempo, e servindo de escrutinadores os srs. Manoel Monteiro e Felismino Soares, apura-se este resultado :

Segunda Commission—Poderes, guardada da Constituição e das leis : Ruy Barreto, dezeseite votos. Pedindo a palavra, este deputado agradece a sua eleição, declarando, porém, que já fazendo parte de outras duas, a quarta e a quinta, renunciava á primeira, visto como segundo o art. 51 do Regimento Interno, não é permitido a nenhum deputado fazer parte de mais de duas commissões. E' accepta a renúncia e continua o escrutinio para a selima commission — Redacção das Leis.

Apura-se este resultado : Ananias de Almeida, dezeseis votos e Manoel Lobo, um voto. Faz-se depois a eleição para a quarta commission — Agricultura e Industria — sendo eleito por dezeseis votos o sr. Cosme Ferreira e obtendo um voto o sr. Manoel Lobo.

O sr. Presidente proclama os eleitos e, dando sciencia á Casa de que a Assembléa fôra convidada em nome do sr. Bispo Diocesano para as sollemnidades religiosas de amanhã, encerra os trabalhos, convidando os deputados para a missa e a procissão de Corpus Christi.

TERMO de 20 de Junho

Presidencia do sr. João Verçosa. — Secretarios — srs. Nogueira da Matta e Carlos Machado.

A' hora regimental, presentes os srs. João Verçosa, Nogueira da Matta, Carlos Machado, Aristides Rocha, Moacyr Dantas, Vivaldo Lima, Ariolino Azevedo, Philadelpho de Moraes e Ruy Barreto, não havendo numero legal, deixa de realizar-se a sessão, continuando a mesma ordem do dia.

SESSÃO de 21 de Junho

Presidencia do sr. João Verçosa. — Secretarios — srs. Nogueira da Matta e Carlos Machado.

A' hora regimental, presentes os srs. João Verçosa, Nogueira da Matta, Carlos Machado, Leopoldo Neves, Felix Valois, Ananias de Almeida, Maria Leão, Paula Gonçalves, Manoel Monteiro, Julio Lima, Ariolino Azevedo, Vivaldo Lima, Leopoldo Péres, Nunes de Lima, Ruy Barreto, Armando Madeira, Tito Bittencourt, Ary Tapajós, Philadelpho de Moraes, Antonio de Vasconcellos, Felismino Soares, Chaves Ribeiro, Aristides Rocha, Pimentel Sulles e Arthur Bonates, faltando com causa justificada o sr. Cosme Ferreira e sem ella os demais deputados, é aberta a sessão.

Lida e approvada a acta de dezenove, hem como o termo de vinte, o primeiro secretario dá conta deste

EXPEDIENTE

Officios do segundo tenente João Noronha, encarregado do expediente da Commission Demarcadora de Limites do Sector Oeste; do primeiro secretario da Beneficente Portuguesa, da directoria regional dos Correios e Telegraphos, do Syndicato dos Empregados Leiteiros, do director geral da Instrução Publica, do primeiro secretario do Luso Sporting Club, agradecendo a communicação da eleição da Mesa da Assembléa.

Idem do consul da Colombia, interino, communicando haver assumido as funções desse cargo, no impedimento do titular effectivo.

Idem do capitão Annibal Barreto, solicitando um exemplar da nova Constituição do Estado.

Aberta a

ORDEM DO DIA

os srs. Julio Lima, Nunes de Lima e Tito Bittencourt, com a palavra, renunciam successivamente os cargos para que foram eleitos nas commissões permanentes, abrindo-se vagas, assim, na Comissão de Segurança, na de Agricultura e Industria e na de Instrucção e Saude Publica.

Não havendo outra materia para ser tratada, o sr. presidente encerra os trabalhos, marcando para a primeira sessão -- o que occorrer.

TERMO de 22 de Junho

Presidencia do sr. João Verçosa. — Secretarios — srs. Nogueira da Matta e Carlos Machado.

A' hora regimental, presentes os srs. João Verçosa, Nogueira da Matta, Carlos Machado, Vivaldo Lima, Nunes de Lima, Ary Tapajós, Moacyr Dantas e Antovilla Vieira, não havendo numero legal, deixa de realizar-se a sessão, continuando a mesma ordem do dia.

TERMO de 24 de Junho

Presidencia do sr. João Verçosa. — Secretarios — srs. Nogueira da Matta e Carlos Machado.

A' hora regimental, presentes os srs. João Verçosa, Nogueira da Matta, Carlos Machado, Leopoldo Neves, Philadelpho de Moraes, Leopoldo Péres, Ariolino Azevedo e Antonio de Vasconcellos, não havendo numero legal, deixa de realizar-se a sessão, continuando a mesma ordem do dia.

SESSÃO de 25 de Junho

Presidencia do sr. João Verçosa. — Secretarios — srs. Nogueira da Matta e Carlos Machado.

A' hora regimental, presentes os srs. João Verçosa, Nogueira da Matta, Carlos Machado, Ananias de Almeida, Moacyr Dantas, Maria Leão, Paula Gonçalves, Manoel Monteiro, Julio Lima, Vivaldo Lima, Leopoldo Péres, Nunes de Lima, Ruy Barreto, Armando Madeira, Tito Bittencourt, Ary Tapajós, Felismino Soares, Aristides Rocha e Arthur Bonates, faltando com causa justificada os srs. Benjamin Ferreira, Pimentel Salles e Manoel Lobo e sem ella os demais deputados, abre-se a sessão.

São approvados sem debate a acta de 21 e os termos de 22 e 24 do audente. Consta o

EXPEDIENTE

do seguinte :

Officios do inspector regional do Ministerio da Agricultura, do director da Escola de Aprendizizes Artifices, dos consules do Chile e do Mexico, do presidente do Nacional Foot-Ball Club, do director da Escola Agronomica de Manaus, agradecendo a communicação da eleição da Mesa da Assembléa.

Idem do Curador de Orphãos e Ausentes, participando que passou a responder pelo expediente da Procuradoria Geral do Estado.

Radio do ministro Edmundo Lins, da Suprema Corte, agradecendo a communicação da promulgação da Carta Magna do Estado e do encerramento dos trabalhos da Constituinte.

Annunciada a

ORDEM DO DIA

pede a palavra o sr. Leopoldo Péres, o qual, depois de fazer elogiosas referencias á personalidade do general Mello Portella, recentemente fallecido em Belem, justifica, enviando-o á Mesa, o seguinte requerimento :

“Requeremos que, na acta da presente sessão, se consigne um voto de profundo pesar pelo fallecimento, em

Belem, do general José Alberto de Mello Portella, commandante da oitava região militar, e que, por motivo desse doloroso acontecimento, sejam suspensos os nossos trabalhos de hoje, telegraphando-se ao Ministro da Guerra, aos commandantes da oitava região e do 27º B. C. e à família do illustre extinto, transmitindo-lhes as condolências da Assembléa Legislativa e comunicando-lhes as homenagens era requeridas. S. S. em 25 de Junho de 1935. *Leopoldo Pères — Aristides Rocha*".

Em discussão o requerimento, pede a palavra o sr. Paula Gonçalves, que assim se manifesta:

Sr. Presidente

Srs. Deputados

A palavra fluente do meu nobre e culto collega, deputado Leopoldo Pères traduziu, fielmente, meu pensamento e o desta Casa.

O Sr. *Leopoldo Pères* — Muito obrigado a V. Excia.

O Sr. *Paula Gonçalves* — Antecipando-me ao desejo que me trouxe a esta tribuna, pedi V. Excia. a inserção na acta dos nossos trabalhos de hoje, de um voto de profundo pesar, pelo fallecimento do General Mello Portella, Commandante da 8ª Região Militar, com sede em Belem e extendendo sua acção ao Amazonas, Maranhão e Territorio do Acre.

Ninguém melhor que o orador neste momento com a palavra para dizer da justiça da homenagem, pleiteada pelo illustre representante do Partido Republicano do Amazonas.

Realmente, como bem frizou o orador, esta Assembléa, deve ao General Mello Portella, horas de tranquillidade, horas de satisfação, quando dos acontecimentos, que não vale a pena relembrar, occorridos no mez de março passado.

Atravessou esta Assembléa horas de inquietação, visada, de preferencia, porque, no cumprimento estrito de seu dever. Neste recinto levantaram-se vozes, protestando contra desmandos daquelles que não receberam instruções para a realização de absur-

dos. Vivi, nesta phase da vida politica do Amazonas, horas e dias de intranquillidade, de tristeza. Após aportar a esta cidade, a figura mais de diplomata que de militar que era a pesada do General Mello Portella, teve a certeza de que, daquelle instante em diante, haveria tranquillidade no seio da familia amazonense. Assim aconteceu.

A Bancada Socialista, associa-se, consciente e satisfeita, ás homenagens prestadas a esse varão nobre, a esse General de elite, a esse legitimo diplomata que prestou a esta terra reaes e relevantes serviços, serviços que jamais serão olvidados.

Continuando em discussão o requerimento e não havendo mais quem deseje sobre elle fallar, é approved por unanimidade.

Em seguida, o sr. Armando Madeira pede a palavra para communique á Casa, que a Comissão de Poderes e Justiça está devidamente composta e prompta para exercer suas funcções, tendo-lhe cabido a presidencia e á senhora Maria Leão a vice-presidencia.

Nada mais occorrendo, o sr. presidente suspende os trabalhos em virtude do requerimento approved e marca para ordem do dia seguinte — eleição de tres vagas nas commissões permanentes.

SESSÃO de 26 de Junho

Presidencia do sr. João Verçosa. — Secretários — srs. Nogueira da Matta e Carlos Machado.

A' hora regimental, presentes os srs. João Verçosa, Nogueira da Matta, Carlos Machado, Leopoldo Neves, Felix Valois, Ananias de Almeida, Moacyr Dantas, Maria Leão, Paula Gonçalves, Cosme Ferreira, Manoel Monteiro, Ariolino Azevedo, Vivaldo Lima, Leopoldo Pères, Ruy Barreto, Armando Madeira, Tito Bittencourt, Ary Tapajós, Antovilla Vieira, Philadelpho de Moraes, Felismino Soares, Aristides Rocha, Pimentel Salles e Arthur Bonates, faltando com causa justificada

os srs. Benjamin Ferreira, Antonio de Vasconcellos, Chaves Ribeiro e Manoel Lobo, e sem ella os demais deputados, abre-se a sessão.

E' lida e sem debate approvada a acta de 25, apresentando depois o primeiro secretario o seguinte

EXPEDIENTE

Officios dos srs. dr. Gentil Bittencourt, secretario da Faculdade de Direito e Benjamin de Moraes Velloso, encarregado da fiscalização do Porto, agradecendo a communicação da eleição da Mesa da Assembléa.

Seguidamente, abrindo a

ORDEM DO DIA

o sr. presidente declara que se vai proceder á eleição para o preenchimento de vagas nas comissões permanentes, em virtude da renuncia dos respectivos titulares, e levanta a sessão por dez minutos afim de serem organizadas as cédulas.

Reaberto, após aquelle tempo, são convidados para escrutinadores os senhores Antovilla Vieira e Felismino Soares. Realiza-se a eleição com a presença de vinte e dois deputados, faltando, nessa occasião, os srs. Aristides Rocha e Leopoldo Pêres, que não voltam a occupar os seus lugares.

Rematado o escrutínio, verifica-se este resultado: quarta comissão — Agricultura e Industria — eleito por vinte e dois votos o sr. Manoel Lobo; comissão de Segurança Publica — eleito por vinte e dois votos o sr. Ariolino Azevedo; comissão de Instrucção e Saude Publica — eleito por vinte e um votos a senhora Maria Leão, contando-se uma cedula em branco.

São para logo proclamados os deputados eleitos, depois do que o sr. presidente dá a palavra ao sr. Arthur Bonates. E' este o seu discurso:

Sr. Presidente

Srs. Deputados

Não pretendia voltar a esta tribuna, para tratar do assumpto que teve inicio com a carta publicada contra o Senador Cunha Mello, pelo Comman-

dante Luiz Tirelli, mas a attitude que ultimamente tem assumido o Presidente do Partido Socialista contra o Senador amazonense me faz voltar á tribuna desta Casa, para tratar do assumpto.

O illustre deputado Ary Cabn, justamente no dia 13, em que eu me achava no leito, seriamente enfermo, occupou a tribuna desta Casa, lendo uma carta aberta do Commandante Luiz Tirelli, ao Senador Cunha Mello.

O illustre deputado João de Paula Gonçalves, apartando o deputado Ary Cabn, declarou que dentro de poucos dias, o Senador Cunha Mello responderia a carta do Commandante Luiz Tirelli.

Pois bem, sr. Presidente, o dr. Cunha Mello, em telegramma, publicado no "Jornal do Commercio", do dia 20 deste mez, declarou o seguinte:

Abusando do generoso acolhimento do jornal amigo, peço que publique o seguinte: — Li as novas declarações do commandante Tirelli, agora como carta aberta a mim dirigida. Frisei no telegramma sobre o mesmo assumpto, não desejar entreter discussões com esse ex-deputado. As minhas affirmativas anteriores são conhecidas dos doutores Alvaro Maia e Alfredo da Motta e de todos os elementos socialistas aqui. Não tenho duvidas de que elementos do Partido Trabalhista cinganto forem inspirados pelo commandante Tirelli, tudo farão para excluir-me da politica amazonense. Talvez não lhes seja difficil conseguir esse proposito. Ser-lhes-ha muito difficil, porem, obter que seu grande chefe venha representar o Amazonas com a actuação differente da que já teve na Assembléa Constituinte. Na defesa dos interesses do Amazonas na Assembléa Constituinte, sempre negando ter sido eleito por elementos trabalhistas, perreipistas e liberaes e, sobretudo, ribeiristas, o commandante Tirelli teve, como gesto mais notavel, applaudir um trabalho do general Ramalho, cuja inserção requereu nos annaes. Nesse trabalho, considerado notavel pelo commandante Tirelli, eram retratados oitocentos mil kilometros quadrados do Estado do Amazo-

nas para formação de tres ou quatro territorios federaes...

O Sr. Arthur Bonates — Sobre este ponto, sr. Presidente, estou certo que, dentro de poucos dias, a Assemblêa Legislativa terá os documentos comprovadores do que diz o dr. Cunha Mello, nesse assumpto.

(*continuando a leitura do tele-gramma*) ... Isto consta dos numeros do "Diario da Assemblêa", de abril de 1934. Advertido por mim, o commandante Tirelli procurou melhorar esse seu famoso serviço ao Amazonas, declarando ter requerido a inserção nos annaes, do referido trabalho, apenas pelo valor do mesmo, mas sem applaudir-o. Tambem na emenda, incluindo no preambulo constitucional o nome de Deus, o commandante Tirelli teve uma conducta muito singular: depois de assignal-a, votou contra. Não me impressionam as machinações do commandante Tirelli junto de quem quer que seja, nem as hostilidades que promova no seu partido contra mim. Alguem que tiver bom senso e for realmente amigo do Amazonas, saberá distinguir-nos. Não pode haver entre nós qualquer confusão. A pessoa do commandante Tirelli não me interessa. Contesto-lhe, mormente, após a sua passagem pela Constituinte, qualidades e serviços para representar o Amazonas junto da Camara Federal. Não lhe faço, com esta conducta, campanha pessoal, mas continuo procurando servir ao proprio Estado. Por enquanto não voltarei mais á imprensa para dar resposta ás declarações do commandante Tirelli, por falta de tempo e de oportunidade. Grato pela publicação. (a) *Cunha Mello*".

O Sr. Arthur Bonates — Sr. Presidente, quando em 1930, procuramos organizar a politica do Estado, quando justamente todos os partidos arregimentavam suas forças, para a grande lucta que se ia travar, eu recebi um convite do sr. Luiz Tirelli, que me foi transmittido pelo meu inesquecivel amigo, dr. Ruy Gama e Silva.

Por um requinte de gentileza, sr. Presidente, attendi ao convite do Com-

mandante Tirelli, e dirigi-me á sua residencia, á rua Quintino Bocayuva.

Lá chegando, fui recebido pelo Presidente do Partido Trabalhista, que, aliás, nesse momento, estava ladeado pelos srs. Lyra, David Benaion e outros.

Sua senhoria se externou longamente sobre a politica do Amazonas.

Citou um caso occorrido no Estado da Bahia, onde o commerciante que monopolizava o commercio do bacalhau, no intuito de abrir campanha á entrada do nosso pirarucú, conseguiu que a Saude do Porto, daquelle Estado, condemnasse o producto amazonense, como nocivo á saude publica.

Em seguida, o commandante Tirelli falou sobre a situação politica do Amazonas, pedindo o meu pequeno concurso junto ao dr. Cunha Mello, para haver uma approximação, deixando claramente perceber que elle, Tirelli, queria ser o Governador Constitucional do Amazonas.

Estou certo que nessa mesma tarde o dr. Severiano Nunes, actual Secretario Geral do Estado, compareceu á residencia do sr. Luiz Tirelli, afim de tratar da approximação com o dr. Alvaro Maia.

Declarei ao commandante Luiz Tirelli, que nada podia resolver e que elle, que ia para o Rio de Janeiro, tratasse do assumpto directamente com o sr. Cunha Mello.

Não me causará surpresa, sr. Presidente, se amanhã, o sr. Tirelli vier por meio de um membro de sua bancada, ou pela imprensa, procurar contestar as verdades que acabei de declarar.

O illustre deputado Paula Gonçalves, numa das sessões passadas, teve desasombradamente a coragem de declarar que o sr. Tirelli andou pedindo, mendigando mesmo, um accordo. No dia seguinte vinha o sr. Tirelli desmentindo as declarações do sr. Paula Gonçalves.

O Sr. Paula Gonçalves — Tentando desmentir, o que não conseguiu absolutamente.

O Sr. Arthur Bonates — Dias depois, o sr. Luiz Tirelli procurava desmentir tambem o sr. Cunha Mello.

O Sr. Felismino Soares — Mas, até

este momento, nada está provado. O que v. excia. diz, poderá merecer fé a v. excia. somente.

O Sr. *Ariolino Azevedo* — Estão em jogo as palavras dos dois. Quem os conhece, poderá dar o devido valor a cada um delles.

O Sr. *Arthur Bonates* — Infelizmente o sr. Tirelli não teve a hombridade precisa para vir declarar em publico que é mentira essa noticia tendenciosa que circula em toda a cidade, de que pretende fazer um accordo, uma approximação, cuja base principal é a exclusão do sr. Cunha Mello.

Eu dirijo um repto para que o commandante Tirelli venha a publico ou por intermedio de um membro desta Casa, declarar se o commandante Luiz Tirelli está ou não tratando de um accordo com o Governo, que exclue o sr. Cunha Mello.

O Sr. *Felismina Soares* — Elle não tem obrigação alguma de declarar o que pretende fazer. Elle não está empenhado em accordo de especie alguma.

V. excia. está puramente enganado. O Partido Trabalhista não tem que dar satisfação a quem quer que seja de suas deliberações intimas.

O Sr. *Arthur Bonates* — O Partido Trabalhista tem que dar satisfação ao povo que não pode andar enganado e que deve saber desses accordos.

Falla em seguida o sr. Ary Tapajós, nestes termos, em resposta ao sr. Arthur Bonates :

Sr. Presidente

Melhor fôra, que o deputado Arthur Bonates não tivesse pronunciado o discurso que acaba de fazer neste momento, e, muito melhor ainda teria sido, que o sr. senador Cunha Mello não tivesse redigido o telegramma lido nesse discurso pelo referido deputado Arthur Bonates.

Digo isso, sr. Presidente, porque a troca, ou melhor, a publicação de cartas e telegrammas feita pelo commandante Luiz Tirelli e pelo senador Cunha Mello, tratava como assumpto principal, do seguinte: Aquelle affirmava que nunca solicitara qualquer accordo

politico com este e o sr. Cunha Mello sustentava o contrario, dizendo que varias pessoas o teriam procurado, nesse sentido, mas os nomes dessas pessoas ficaram no esquecimento.

Em resposta ao telegramma do senador amazonense que fazia referencia a esses factos que acabo de mencionar, o commandante Luiz Tirelli fez inserir no "O Jornal" uma carta em que pedia ao sr. Cunha Mello que citasse os nomes dessas pessoas. O senador Cunha Mello, como vimos no telegramma cuja leitura foi agora feita pelo deputado Bonates, silenciou em absoluto sobre taes nomes.

O Sr. *Ariolino Azevedo* — Elle disse que o sr. Alfredo da Matta sabia.

O Sr. *Ary Tapajós* — O que elle affirmou foi que conversara sobre esse assumpto com o actual Governador do Estado e com o senador Alfredo da Matta; claro é, porém, que não foram o sr. Alvaro Maia nem o senador amazonense as pessoas que haviam tido entendimentos com o sr. Cunha Mello, em nome do sr. commandante Luiz Tirelli, para a feitura de um accordo politico.

O Sr. *Ariolino Azevedo* — Não foram elles absolutamente.

O Sr. *Ary Tapajós* — Então porque o senador Cunha Mello não declarou os nomes dessas pessoas no telegramma em que respondeu a carta do chefe trabalhista ?

O Sr. *Ariolino Azevedo* — Não se torna necessario. A palavra delle é bastante. E' possivel que tenha razões para não poder fazer.

O Sr. *Ary Tapajós* — O que não resta duvida é que, não obstante a insistencia do commandante Luiz Tirelli, elle resolveu guardar um silencio inexplicavel. E, ao envez disso, que fez o senador Cunha Mello ? Tratou de casos que nada tinham a ver com o objecto principal da contenda. Não citou nomes, não fez como o chefe do Partido Trabalhista do Amazonas. Disse apenas que no dia tal teria sido procurado por pessoas, entretanto, repito, não mencionou o nome dessas pessoas nem mesmo quando insistido pelo commandante Luiz Tirelli.

O Sr. Arthur Bonates — Eu desejaria saber de v. excia. qual a vantagem do sr. Cunha Mello fazer um accordo com o commandante Luiz Tirelli ?

O Sr. Felismino Soares — Mas quem procurou ? Quem está dizendo ?

O Sr. Arthur Bonates — Está publicado e notorio !

O Sr. Ary Tapajós — O que eu quero provar é que o telegramma do sr. Cunha Mello não devia ter sido nem ao menos lido por ser completamente inexpressivo, inocuo.

O Sr. Arthur Bonates — Não devia ter sido lido porque não agrada o commandante Luiz Tirelli !

O Sr. Ary Tapajós — V. Excia. poderá negar que no telegramma que v. excia. leu, o senador Cunha Mello desviou-se do assumpto, silenciando nomes, tratando de outros casos que não tinham a menor relação com o objectivo principal da polemica Tirelli-Cunha Mello ?

Por isso foi que eu disse, no começo deste meu discurso, que era melhor não tivesse de ser transcripto nos nossos annaes o telegramma do sr. Cunha Mello, porque quando, amanhã, o historiador politico folhear esses annaes verificará, sem duvida, lendo a troca de cartas e telegrammas havida entre o sr. Cunha Mello e o commandante Luiz Tirelli, o recuo daquelle, o seu desaparecimento do campo da lucta.

O Sr. Ariolino Azevedo — Mas quando o leitor for balancear o serviço prestado por cada um delles, ha de fazer justiça em collocar cada um no ponto em que merece.

O Sr. Ary Tapajós — E' outro aspecto do problema. O historiador terá de dizer qual dos dois prestou mais serviços ao Amazonas. O que, porém, não poderá negar é que na disputa Luiz Tirelli-Cunha Mello quem recuou foi este e não aquelle. Nessas condições, sr. Presidente, parece-me, perderam optimas occasiões, o sr. Cunha Mello de redigir o telegramma que foi lido e o sr. Bonates de proferir o discurso que estou analysando.

Antes de terminar, sr. Presidente, desejo ler um artigo sobre o assumpto de que estou tratando, artigo esse

publicado na "Tribuna Popular", no dia 21 do corrente e que é o seguinte :

ORA, O SR. CUNHA MELLO !

A politica do Amazonas, e, quicá, a do Brasil, não tinha ainda, gyro-gyran-do nas suas cogitações mais pilhericas, uma figura tão interessante quanto a do sr. Cunha Mello, a quem a balburdia partidaria do momento de um pleito, tal como o de 14 de outubro ultimo, levou ao Senado.

Desde a Constituinte que o sr. Cunha, então deputado, deixou ressaltar, em traços accentuados, fortemente positivos, o seu personalismo doctio, uma especie de cabotinismo que contrasta com a sinceridade exigida, hoje, como em todos os tempos, de um homem cioso de suas responsabilidades.

"Quem quer que recorra aos diarios de nossa capital e verifique os telegrammas que, de encomenda, eram transmittidos do Rio, a proposito da marcha dos trabalhos parlamentares e sobre a actuação de nossos representantes, áquelle tempo, chega, facilmente, á conclusão de que se procurava, grosseiramente, diminuir a collaboração dos demais deputados amazonenses para a saliência exclusiva do sr. Cunha Mello.

Despachos telegraphicos de columnas completas, retratos do sr. Cunha Mello de todos os tamanhos, desde os de meia columna aos de paginas inteiras, missivas de proprio punho á guisa de melhor esclarecimento sobre as lides parlamentares, tudo mostra que o sr. Cunha Mello cultivava a mais viva egolatria, sobrepondo á verdade a saliência de sua personalidade.

E' um desvio psychico incontrollavel e já indistigavel, esse que o sr. Cunha Mello, nos momentos mais communs da politica regional, procura realçar a qualquer pretexto.

Hontem, na Constituinte, numa banca de que fazia parte a figura inconfundivel do mundo das letras nacionaes do sr. dr. Alvaro Maia, referencia feita sem favor, era a preocupação do sr. Cunha Mello convencer a opinião publica de que toda a actividade, em

pról do Amazonas, vinha de sua intelligencia, de seu talento, de sua cultura.

A sua estulticia foi ao ponto de querer negar aos srs. Alvaro Maia e Luiz Tirelli, como ao sr. Alfredo da Matta, qualquer colaboração a favor de nossos interesses, quando é certo que, indistinctamente, cada um correspondeu, dentro de suas convicções, com excepcional dignidade, ao mandato recebido do altivo e reconhecido povo amazonense.

Hoje, ainda com os mesmos intuitos pessoas, sob os mesmos sentimentos de se tornar, sem credenciaes para tanto, o senhor absoluto do Amazonas, dispondo de nossa sorte como bem lhe conviesse, o senador guarda a mesma vaidade do deputado, não medindo, para isso, meios nem formas.

O mesmo "Jornal do Commercio" que, como na edição de 20 do corrente, traz um telegramma, ridicularizando o sr. Ribeiro Junior, publica outro, enaltecendo o sr. Cunha Mello que, tão depressa, está offuscando o brilho de victoriosas, festejadas mentalidades que compõem o Parlamento Brasileiro.

Quasi todas as semanas, no relato dos trabalhos do Senado, lemos aqui que o sr. Cunha Mello se notabilizou por isso, foi delirantemente applaudido por aquillo, procurando-se vestir o intelligente bacharel de uma roupagem deslumbradora aos olhos do povo.

O sr. Cunha Mello, agora mesmo, respondendo á vibrante missiva do sr. Luiz Tirelli, alicerçada na mais pura verdade, pasmou-nos diante do reprovel processo de que lançou mão para tentar diminuir os effeitos reflectidos da sinceridade do digno sr. Luiz Tirelli, cuja vida politica é um exemplo de segura lealdade e equilibrada elegancia de attitudes.

Diz o sr. Cunha Mello, logo de começo, pondo de realce o seu personalismo, que advertiu o sr. Luiz Tirelli, mostrando-lhe a necessidade de uma explicação quanto ao seu requerimento no caso Ramalho.

Que pilheria !

O sr. Cunha Mello que sempre teve em mira destruir o prestigio consolidado do sr. Luiz Tirelli, iria, em seme-

lhante hypothese, fazer uma advertencia para lhe evitar um desastre ?

Que pandego está sahindo o sr. Cunha Mello !

O sr. Luiz Tirelli, requerendo a inserção do plano Ramalho nos annaes da Constituinte, plano que não visava o Amazonas, porém, tinha como escopo fortificar a unidade nacional, dando, ao paiz inteiro, uma nova modalidade, em relação ás suas divisões administrativas, sem mentir, sem fugir á responsabilidade de seu acto, o fez com o intuito de render ao autor do plano administrativo carinhosa e excepcional homenagem.

Realmente, quem lêr o plano Ramalho e attentar em certos e determinados factos que se vem passando no paiz, dentro dos quaes se reflectem certos murmurios de separatismo, chegará á conclusão de que, se a Republica, a primeira, tivesse dado ao paiz outra divisão administrativa, igualdade territorial, e, politicamente, igualdade de representação, a nossa situação seria diferente, não ha duvida.

A segunda Republica, presa de compromissos politicos, não poderia nunca, como seria facillimo á primeira, realizar essa obra que seria o fundamento basilar de nossa unidade territorial.

Quanto ao outro ponto, o de caracter religioso, é inverdade que o sr. Luiz Tirelli tivesse votado contra o Preambulo da Constituição.

O sr. Tirelli votou, sim, contra a expressão "em nome de Deus", sendo a favor, porém, da expressão victoriosa "pondo a nossa confiança em Deus".

Ainda com referencia ao primeiro caso, o sr. Luiz Tirelli guarda um telegramma, em copia authentica, feito de proprio punho do sr. Cunha Mello e desmentindo o telegramma insidioso que, a respeito do caso Ramalho, nesse tempo, se passou para esta capital.

A resposta do sr. Cunha Mello é fraca, fraquissima, sem nenhuma força para apagar o fulgor das verdades do sr. Luiz Tirelli, e, através do telegramma, o inexperiente politico dá um testemunho de que continúa dentro do nicho que elle proprio preparou para

se adorar, persistindo na mais pilherica de todas as egolatrias !

Ora, o sr. Cunha Mello !

O Sr. Ariolino Azevedo — Isso é intriga.

O Sr. Ary Tapajós — (terminando a leitura, continúa): — Sr. Presidente, nesse artigo da "Tribuna Popular" faz-se allusão a um telegramma; é bem possível que venha esse telegramma a ser lido para completo esclarecimento desse outro caso que foi tratado pelo sr. Cunha Mello no telegramma, cuja leitura foi feita hoje aqui pelo deputado Arthur Bonates.

O Sr. Ariolino Azevedo — Também é possível que seja lido o complemento do telegramma.

O Sr. Ary Tapajós — E ao terminar esse meu discurso seja-me licito repetir: O sr. Cunha Mello e o sr. Arthur Bonates perderam optimas occasiões, o primeiro de passar o telegramma a que já me referi, e o segundo de ficar calado.

O Sr. Arthur Bonates — Mas o povo amazonense teve oportunidade de saber a verdade.

Volta ainda á tribuna o sr. Arthur Bonates, que diz o seguinte :

Sr. Presidente

O illustre deputado Ary Tapajós desviou-se, justamente, do repto que fiz á Bancada Trabalhista. Pedi á Bancada que respondesse se o commandante Tirelli está empenhado ou não, num accordo politico com o Governo, com exclusão do sr. Cunha Mello. Entretanto o sr. Ary Calin está fugindo do terreno.

O Sr. Ary Tapajós — Eu não fui do terreno. Eu procurei-o. O sr. Cunha Mello é que fugiu do terreno, não respondendo ás perguntas do commandante Tirelli.

O Sr. Presidente — Lembro que não compete á Assembléa atassallar a vida publica ou politica de quem quer que seja.

Depois, para uma explicação pessoal, occupa a tribuna o sr. Felismino Soares, dizendo as seguintes palavras :

Sr. Presidente, srs. deputados, sr. deputado Arthur Bonates.

Bem poucas teem sido as occasiões, em que v. excia. tem ouvido minha voz nesta Casa.

Eu não pretendia falar, se não fosse v. excia. dizer que tinha lançado um repto á Bancada Trabalhista.

Eu, com franqueza, não ouvi esse repto, que foi, talvez, formulado apenas, por v. excia.

Não comprehendí, porque v. excia. não diz, não sabe dizer o que quer.

V. excia. lançou um repto á Bancada Trabalhista ou ao commandante Tirelli ?

O Sr. Arthur Bonates — Quero que o commandante Tirelli venha declarar em publico...

O Sr. Felismino Soares — V. Excia. acha que a Bancada Trabalhista e o commandante Luiz Tirelli teem de dar a v. excia., ou a quem quer que seja, satisfação de suas attitudes politicas ?

Temos de dar satisfações aos trabalhadores, e não a v. excia.

O Sr. Felismino Soares — (continuando) Agora saiba v. excia., que o Partido Trabalhista, ha muito, não deseja accordo de especie alguma com o sr. senador Cunha Mello.

O Sr. Arthur Bonates — Com o Sr. Alvaro Maia ?

O Sr. Felismino Soares — Não sei e não estou na obrigação de responder, neste momento. Está satisfeito v. excia. ?

Pedindo a palavra, o sr. Felix Valois profere o discurso que vai a seguir:

Sr. Presidente

Ouvi o vibrante discurso que acabou de pronunciar o deputado Arthur Bonates.

O Sr. Arthur Bonates — Muito obrigado a v. excia.

O Sr. Felix Valois — Ouvi a ardorosa replica que lhe fez o dr. Ary Tapajós, dignissimo representante do Partido Trabalhista.

Ouvi ambas as peças oratorias com a attenção que me merecem os dois dignos membros desta Casa, com o respeito que é devido a esta mesma Casa.

Não vou intrometer-me na questão que se vem debatendo aqui, ha muito tempo.

Venho apenas lastimar que essa e outras questões desse jaez, sejam trazidas ao recinto desta Casa, que, não me consta, tenha sido constituída para fazer de Areopago ou Synhedrim.

Parece-me, sr. Presidente, que o povo nobre que nos elegeu e mandou para cá, fel-o com intenção de virmos aqui trabalhar pelo seu interesse, trabalhar pelo interesse do Estado.

(Muito bem, bravos da galeria).

Parece-me, sr. Presidente, que o povo é bastante culto para interpretar o que a imprensa lança aos quatro ventos. As questões pessoas lançadas pelos jornaes ao povo podem ser digeridas por esse povo e elle constituir-se-á juiz, para julgar os homens!

O Sr. Arthur Bonates — Infelizmente esta questão foi trazida aqui pelo sr. Ary Tapajós.

O Sr. Ary Tapajós — Perdão, foi v. excia.

O Sr. Felix Valois — Eu quero, sr. Presidente, deixar frisado, que não trago o intuito de atacar quem quer que seja; não cogito, nem de leve, sobre a origem desta questão, aqui dentro.

Não sei, nem me interesse em saber, quem foi que trouxe para cá o assumpto. O que combato é o facto em si.

Sr. Presidente, não posso comprehender que esta Assembléa, se disvirtue de seu verdadeiro papel, para descer ao julgamento, que o povo pode fazer, do que a esse mesmo povo interessa ou pode deixar de interessar.

As personalidades dos homens politicos a multidão deve conhecê-las directamente.

O povo não nos mandou aqui para to marmos conhecimento desses vultos. Elle tem o direito de endeusar-os ou lançal-os ao ostracismo! O que não comprehendo é que a Assembléa saia do seu papel para se transformar em tribunal de julgamento de questões pessoas. Essas questões lançadas na imprensa, o povo que sabe ler e entende o que lê, pode, julgando, dispensar a nós o trabalho de nos cansarmos aqui, creando animosidade pessoal, quando o nosso papel, aqui, é trabalhar pelo interesse do Estado e do povo, emfim, collaborar para que o Brasil

unido e forte entre na trilha do progresso...

Volta a discursar o sr. Arthur Bonates, que se limita a pronunciar estas palavras:

Sr. Presidente, srs. deputados.

Pedi a palavra, apenas, para ler um topico do artigo publicado na Tribuna Popular, órgão de que faz parte o deputado Vivaldo Lima e também o deputado Antonio de Vasconcellos, que é director politico do mesmo jornal.

O topico deste artigo diz: Diz o sr. Cunha Mello, logo de começo, pondo de realce o seu personalismo, que advertiu o sr. Luiz Tirelli, mostrando-lhe a necessidade de uma explicação quanto ao seu requerimento no caso Ramalho. Que pilheria!"

O Sr. Arthur Bonates — (continuando) Ora, sr. Presidente, pilherias eram aquelles celebres telegrammas transmitidos pelo sr. Tirelli do Rio de Janeiro, sobre aquella estrondosa manifestação feita pelas classes maritimas e operarios ao mesmo sr. Tirelli no Theatro João Caetano. Pilherias eram aquelles telegrammas transmitidos que seria irradiado um discurso do grande parlamentar commandante Tirelli, para o qual foi montada uma estação receptora na Villa Municipal. Eu mesmo, sr. Presidente, movido pela curiosidade, para lá me dirigi para ouvir. E qual não foi a minha surpresa ao verificar que tudo era pilheria!...

O Sr. Felismino Soares — V. Excia. disse a verdade. O radio não passa de uma pilheria...

O Sr. Arthur Bonates — De tudo o que é necessario é conhecer os serviços do sr. Cunha Mello, porque confrontal-os com os do commandante Tirelli, é uma falta de consciencia e uma clamorosa injustiça.

Responde assim, immediatamente, ao sr. Arthur Bonates o sr. deputado Ary Tapajós:

Sr. Presidente, srs. deputados.

Eu sou daquelles que pensam não devermos trazer questões pessoas para

o recinto desta Assembléa, assim como de casos de natureza particular. Si aqui pronunciei alguns discursos, defendendo o commandante Luiz Tirelli, o fiz porque o deputado Arthur Bonates entendeu de ler nesta Casa, um telegramma do sr. senador Cunha Mello, refutando certos conceitos contidos em uma carta publicada na imprensa local pelo illustre chefe do Partido Trabalhista, chegando o deputado Bonates no cumulo de requerer fosse inserido nos annaes da Casa tal telegramma.

O Sr. Ariolino Azevedo — Mas a Assembléa toda votou!

O Sr. Ary Tapajós — Menos eu. (continuando) O que quero dizer sr. Presidente, é que o referido deputado chegou ao ponto de requerer a inserção nos annaes de um telegramma que elle lêra no decorrer do seu discurso!

Lido que foi o telegramma do sr. Cunha Mello perante esta Assembléa, era natural que eu, sub-leader da Bancada Trabalhista, também lêsse a carta do commandante Luiz Tirelli, rebatendo as affirmativas existentes no radio do senador amazonense.

E, sr. Presidente, tanto é meu proposito não tratar de assumptos pessoais neste recinto que, não obstante o sr. Cunha Mello no final do seu telegramma a que venho alludindo se haver referido á minha pessoa, eu não tratei do caso occupando esta tribuna, mas sim dirigindo ao vespertino "O Jornal" uma declaração, que foi publicada nesse órgão da imprensa amazonense.

O Sr. Arthur Bonates — V. Excia. não queira fugir á responsabilidade. V. excia. trouxe, a 24 de maio.

O Sr. Ary Tapajós — Não o fiz porém para esse caso; li uma carta do chefe trabalhista tratando de outro assumpto não me referindo, sequer, a pessoa do sr. Cunha Mello.

O Sr. Arthur Bonates — V. Excia. aproveitou-se da minha ausencia!

O Sr. Ary Tapajós — Nem eu poderia estar esperando que v. excia. apparecesse, tanto mais, sabido como era, que eu deveria ler naquella sessão a carta do commandante Tirelli. V. excia. não compareceu porque não quiz, en-

tretanto, o deputado Paula Gonçalves, respondendo a um aparte do deputado Aristides Rocha, declarou que o sr. Cunha Mello não estava sem defesa naquelle momento.

O que eu desejo, no entanto, accentuar é que não fui eu quem iniciou a contenda Tirelli-Cunha Mello. Si o deputado Bonates não tivesse lido, nesta Casa, um telegramma do sr. Cunha Mello, no qual se faziam accusações ao chefe do Partido Trabalhista do Amazonas, eu não teria occupado esta tribuna para repellir os ataques, sobre o assumpto. Na qualidade de "sub-leader" do Partido Trabalhista fiz a defesa do nosso chefe, se bem que o sr. Luiz Tirelli não precise de defesa, porque o seu nome está acima de quaesquer investidas, qartam ellas donde partirem, conhecidas como são as suas attitudes rectas, o seu modo elegante de proceder, a sua brilhante actuação como deputado na Assembléa Constituinte Federal.

Depois, o sr. Paula Gonçalves, referindo-se ás palavras proferidas pelo sr. Felix Valois, lamenta as discussões estereis no plenário e faz um appello aos collegas para que ellas terminem de uma vez, finalizando o seu discurso com a apresentação do seguinte projecto sobre assistencia a menores:

Crêa um Juizado de Menores em Manáos, com attribuições privativas para processar e julgar também as acções de accidente no trabalho e dá outras providencias.

Art. 1.º — Fica creado na Capital do Estado do Amazonas um JUIZO (privativo) DE MENORES, para assistencia, protecção, defesa, processo e julgamento dos menores abandonados e delinquentes, que tenham menos de 18 annos.

Art. 2.º — Ao juiz de menores compete:—

1.º—processar e julgar o abandono de menores de 18 annos, nos termos do Código de Menores e os crimes ou contravenções perpetradas

- dos por menores abandonados, vadios, mendigos e libertinos;
- 2º—inquirir e examinar o estado physico, mental e moral dos menores submettidos a processos, bem como a situação social, moral e economica dos paes, tutores e responsáveis por sua guarda;
- 3º—ordenar as medidas concernentes ao tratamento, collocação, guarda, vigilancia e educação dos menores abandonados, delinquentes, vadios, mendigos e libertinos;
- 4º—decretar a suspensão ou a perda do patrio poder ou a destituição da tutela, e nomear tutores;
- 5º—supprir o consentimento dos paes ou tutores para o casamento de menores subordinados á sua jurisdição;
- 6º—conceder a emancipação nos termos do art. 9.º, paragrapho unico. n. 1, do Código Civil, aos menores sob sua jurisdição;
- 7º—expedir mandado de busca ou apreensão de menores, salvo sendo incidente de acção de nullidade de casamento ou de desquite, ou tratando-se de casos de competência dos juizes de orphãos;
- 8º—processar e julgar as infracções das leis e dos regulamentos de assistência e protecção aos menores de 18 annos praticados por maiores;
- 9º—processar e julgar a acção de soldada dos menores sob sua jurisdição;
- 10º—conceder fiança nos processos de sua competencia;
- 11º—fiscalizar o trabalho dos menores, tomando as providencias necessarias á protecção delles;
- 12º—fiscalizar os estabelecimentos de preservação e de reforma, e quaesquer outros em que se achem menores sob sua jurisdição, tomando as providencias que lhe parecerem necessarias;
- 13º—praticar todos os actos de jurisdição voluntaria tendentes á protecção e assistência aos menores de 18 annos, embora não sejam abandonados, ressalvada a competencia dos juizes de orphãos;

- 14º—exercer as demais attribuições pertencentes aos juizes de direito e comprehensivas na sua jurisdição privativa;
- 15º—cumprir e fazer cumprir as disposições das leis e dos regulamentos de assistência e protecção de menores de 18 annos, applicando nos casos omissos as disposições de outras leis pertinentes ás causas da sua competencia;
- 16º—organizar uma estatística annual e um relatorio documentado do movimento do juizo, que remeterá ao Presidente da Corte de Appellação do Estado;
- 17º—fiscalizar os theatros, cinemas e casas de diversões publicas, quanto á frequencia de menores de 18 annos, providenciando para a execução das leis e dos regulamentos a esse respeito;
- 18º—processar e julgar as acções de salarios de menores sob sua jurisdição.

DAS PESSOAS DO JUIZO

Art. 3.º — No Juizo Privativo de Menores haverá os seguintes funcionarios :

- 1—Juiz de Direito;
- 2—Promotores Publicos que serão os do 1.º e 2.º districtos da Capital, por distribuição de accordo com os respectivos districtos accumulando as funções de Curadores;
- 1—Escrivão, que será o do Cartorio de Orphãos;
- 2—Officiaes de justiça, designados, dentre os existentes, pelo Presidente do Superior Tribunal de Justiça;
- 6—Commissarios de vigilancia, escolhidos entre pessoas de idoneidade moral e nomeados pelo Juiz de Menores, sem percepção de vencimentos;
- 1—Servente escolhido entre os que existem no Tribunal de Justiça;
- 1—Escrivente juramentado;
- 1—Medico-psychiatra, que servirá sem onus para o Estado, sendo seus serviços considerados relevantes.

Art. 4.º — O Juiz de Direito Privativo de Menores perceberá os vencimentos de 24 contos de réis por anno.

Art. 5.º — A primeira nomeação para Juiz de Menores da Capital será feita livremente pelo Governador do Estado, podendo este, se entender, remover do interior algum dos Juizes de Direito existentes.

Art. 6.º — E' o Governo autorizado a abrir o credito necessario para o pagamento do Juiz Privativo de Menores e despesas de installação do novo Juizo.

DO CURADOR

Art. 7.º — O Curador desempenhará as funções de Curador de Orphãos nos processos de abandono, e de suspensão ou perda de patrio poder ou destituição da tutela, e as de Promotor nos processos de menores delinquentes, e nos das infracções penaes ás leis de assistencia e protecção aos menores. Nas outras acções terá as attribuições que lhe couberem como representante do Ministerio Publico.

DA DEFESA

Art. 8.º — Sempre que os menores, nos processos criminaes, não tiverem defensor, o Juiz Privativo de Menores nomeará um defensor, bem como o Juiz terá o mesmo procedimento nos processos civeis de assistencia aos litigantes pobres.

DAS COMMISSÕES DE VIGILANCIA

Art. 9.º — Aos commissarios de vigilancia cabe:

- 1.º—proceder a todas as investigações relativas aos menores, seus paes, tutores ou encarregados da sua guarda, e cumprir as instrucções que lhes forem dadas pelo Juiz;
- 2.º—deter ou apreender os menores abandonados ou delinquentes, levando-os á presença do Juiz;
- 3.º—vigiar os menores, que lhes forem indicados;
- 4.º—desempenhar os demais serviços ordenados pelo Juiz.

§ 1.º — Os commissarios de vigilancia são de immediata confiança do Juiz;

§ 2.º — Poderão ser admittidas na qualidade de commissarios de vigilancia, voluntarios, secretos e gratuitos, pessoas idoneas, que mereçam a confiança do Juiz.

DO ESCRIVÃO, ESCRIVENTE, OFFICIAES DE JUSTIÇA, ETC.

Art. 10.º — O *escrivão*, *escrevente juramentado*, *officiaes de Justiça*, *servente*, exercerão as funções que lhes são peculiares e attribuidas por leis, regulamentos e praxe do Fôro.

§ unico — O *escrivão* é obrigado a ter um registro, no qual serão inscriptos os assentamentos relativos ao menor, e um promptuario, onde serão reunidos os documentos e papeis uteis ao mesmo.

CLASSIFICAÇÃO DO JUIZO

Art. 11.º — O Juizo de Menores é classificado entre as varas administrativas da Justiça local, e gozará de todas as prerogativas e regalias do Magistrado.

DOS PROCESSOS

Art. 12.º — Ficam adoptadas, naquillo que fôr applicavel ás condições do meio de Manãos, as disposições processuaes, referentes a menores, do Districto Federal.

DO ABRIGO DE MENORES

Art. 13.º — Até que tenham destino definitivo, pode o Juiz de Menores recolher os menores abandonados e delinquentes ao Patronato Agrícola do Estado (Paredão) ou á secção de menores delinquentes que o Governo creará opportunamente, ficando os referidos menores sempre sob as ordens do Juiz.

Art. 14.º — Como escola de prevenção para menores do sexo feminino será considerado o Instituto Benjamin Constant, onde serão recolhidas as menores de 18 annos e maiores de sete que necessitarem da protecção do Juiz de Menores.

Art. 15.º — O Juiz, ao mandar integrar o menor, enviará uma noticia sobre a natureza do crime ou contravenção e sua circumstancia; comportamento, habitos e antecedentes do menor; o caracter, a moralidade, a situação e os meios de vida do pae, mãe, tutor ou pessoa encarregada de sua guarda; e todas as demais informações uteis ao conheci-

mento das condições physicas, intellectuales e moraes do internado e sua familia.

DOS ACCIDENTES NO TRABALHO

Art. 16º — Ao Juiz de Menores compete tambem, privativamente, processar e julgar as acções civeis ou criminaes de accidentes do trabalho, obedecendo ás prescripções do decreto federal n. 24.637, de 10 de julho de 1934.

Art. 17º — Os promotores publicos dos 1.º e 2.º districtos criminaes da Capital patrocinarão a causa da victima ou de seus beneficiarios, por distribuição de accordo com o respectivo districto, com todas as attribuições conferidas na lei de accidente no trabalho e nos respectivos regulamentos.

Art. 18º — Ficam adoptados, naquilo que fôr applicavel, as normas processuaes, referentes a accidentes no trabalho, do Districto Federal.

Art. 19º — Revogam-se as disposições em contrario.

S. S. Manáos, 26 de junho de 1935.

João de Paula Gonçalves
Vivaldo Lima
Antovilla Vieira

Sobre esse projecto, que é logo julgado objecto de deliberação, falla o sr. Armando Madeira, que assim se manifesta :

Sr. Presidente

Pedi a palavra, apenas para um esclarecimento sobre a idea que acaba de ser lançada nesta Casa, com relação ao juizado de menores.

Cumprir-me declarar aos meus illustres pares que, na elaboração da Carta Magna do Estado, o problema da protecção á infancia não foi absolutamente esquecido.

O projecto sobre o Poder Judiciario continha um dispositivo que, claramente, visava o estabelecimento do Juizo de Menores, e posso prestar desde logo este subsidio pelo facto de ter feito parte da sub-comissão incumbida daquelle capitulo.

O Sr. Moacyr Dantas — Dou o meu testemunho, tendo eu votado nesse sentido.

O Sr. Armando Madeira — Não obstante, a Comissão dos Onze, na sua sabedoria, entendeu mais acertado reservar, para a lei de organização judiciaria, a criação daquelle Juizo.

O projecto ainda consignava a fixação do numero de juizes de direito da Capital, estabelecendo tres varas, para melhor attender á distribuição da justiça. Tambem esta particularidade ficou relegada para a mencionada lei organica, de cuja elaboração a Assembléa terá de se occupar. O projecto que acaba de ser brillantemente justificado pelo sr. deputado Paula Gonçalves terá de ser, na forma regulamentar, julgado preliminarmente si deve ou não ser objecto de deliberação.

Antecipando, talvez, o pensamento da Assembléa, supponho que os srs. deputados o receberão com sympathia, por isso que vem satisfazer uma necessidade social.

Dando a explicação que ali fica, tenho apenas em vista patentear que os juristas que trabalharam na Constituição do Estado não se esqueceram do problema ora posto em plenário; não houve, por consequencia, falha ou omissão; a idea já fôr discutida e agora vai ser devidamente apreciada.

O projecto terá de ser estudado em suas linhas geracs, e em seus detalhes, reservando-me para opinar, opportunamente, sobre o texto que o compõe.

Deve ser submettido á consideração da Casa, uma vez que o seu objectivo é proteger aquelles que poderão se constituir em esteiros da nacionalidade, vindo a ser, no futuro, cidadãos prestimosos e uteis, desde que se possa impedir que sejam arrastados no turbilhão dos vicios e dos crimes...

O Sr. Felix Valois — E se transformem em cancores da sociedade.

O Sr. Armando Madeira — Assim, sr. Presidente, o meu voto é no sentido já exposto, visto que a protecção aos menores representa uma obra de elevada finalidade.

! Por ultimo, o sr. Vivaldo Lima, depois de alludir á falta de exemplares da Constituição, na Secretaria da Assembléa, apresenta este projecto, que

é também considerado objecto de deliberação :

A Assembléa Legislativa do Estado do Amazonas

DECRETA

Art. 1º — Ficam abertos no orçamento vigente os créditos de 15:000\$000 para ocorrer às despesas com a tiragem da edição official da Constituição do Estado para ser distribuída ampla e gratuitamente, nos termos do art. 19 das Disposições Transitórias da mesma Constituição, e de 3:000\$000 para ocorrer às despesas com o material necessario ao serviço eleitoral das eleições dos deputados classistas, dos prefeitos e vereadores e dos deputados federaes que se devem realizar no corrente anno.

Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrario.

S. S. em 26 de Junho de 1935.

Vivaldo Lima

A apresentação desse projecto dá ensejo a que o sr. Presidente esclareça a Casa que, sobre o assumpto, já o Governador providenciara, expedindo ordens para a impressão de novos exemplares da Carta Política do Estado.

Depois de participar o sr. Ananias de Almeida a sua escolha para presidente da commissão de redacção, o sr. Presidente encerra os trabalhos, marcando para a proxima ordem do dia — o que occorrer.

SESSÃO de 27 de Junho

Presidencia do sr. João Verçosa. — Secretarios — srs. Nogueira da Matta e Carlos Machado.

A' hora regimental, presentes os srs. João Verçosa, Nogueira da Matta, Carlos Machado, Ananias de Almeida, Moacyr Dantas, Maria Leão, Paula Gonçalves, Manoel Monteiro, Julio Lima, Ariolino Azevedo, Vivaldo Lima, Leopoldo Péres, Nunes de Lima, Ruy Barreto, Armando Madeira, Tito Bitencourt, Ary Tapajós, Antovilla Vieira, Philadelpho de Moraes, Felis-

mino Soares, Aristides Rocha, Pimentel Salles e Arthur Bonates, faltando com causa justificada os srs. Benjamin Ferreira, Antonio de Vasconcellos, Chaves Ribeiro e Manoel Lobo e sem ella os demais deputados, é aberta a sessão.

Lida e approvada sem debate a acta anterior, o primeiro secretario dá conta do seguinte :

EXPEDIENTE

Mensagem do Governador do Estado, enviando por copia um abaixo assignado de varios moradores da Costa do Ajarutuba, pedindo a criação alli de um juizado de casamentos.

Findo o expediente e annunciada a

ORDEM DO DIA

pede a palavra o sr. Aristides Rocha, que, depois de declarar assistir-lhe o direito de opinar sobre qualquer projecto enviado á Mesa, antes mesmo da sua inclusão na ordem dos trabalhos, toma a iniciativa de fazer alguns comentarios em torno do projecto relativo a menores, apresentado na sessão anterior pelo sr. Paula Gonçalves. Antes, porem, explica que apenas o apreciará no seu aspecto juridico, o que faz lendo artigos do projecto, contrarios, a seu ver, a preceitos da Constituição. Lembra que todos os codigos de menores estão em vigor, achando desnecessaria a criação do juizado de que se trata, o qual só trará ao Estado grandes despesas. Terminando, diz que voltará a discutir o projecto quando elle vier a plenario, devidamente incluido na ordem do dia. Durante o seu discurso, o sr. Aristides Rocha é vivamente apertado pelo sr. Moacyr Dantas.

Responde ainda áquelle deputado o sr. Vivaldo Lima, que rebate a arguição de inconstitucional feita ao projecto de assistencia a menores, mostrando a sua necessidade urgente no momento actual do Amazonas, pois que vem amparar grande numero de creanças, as quaes, em estado lamentavel, vivem pelas ruas da cidade implorando a caridade publica.

Falla também o sr. Antovilla Vi-

ORDEN DO DIA

ela, que faz amplas referencias ao projecto, sustentando que o mesmo não é oneroso ao Estado, como aliás já o havia provado o sr. Paula Gonçalves, seu autor, quando o submetteu á consideração da Assembléa. Terminando, observa o sr. Antovilla Vieira, que a maioria, para provar seu grande amor ao Amazonas, está prompta a prestar gratuitamente o seu esforço em prol dessa altruistica medida de salvação publica.

Em seguida, o orador participa á Casa que foi escolhido para presidente da Comissão de Instrução Publica.

Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente encerra os trabalhos, marcando para ordem do dia de amanhã — o que occorrer.

SESSÃO de 28 de Junho

Presidencia do sr. João Verçosa. — Secretarios — srs. Nogueira da Matta e Carlos Machado.

A' hora regimental, presentes os srs. João Verçosa, Nogueira da Matta, Carlos Machado, Felix Valois, Ananias de Almeida, Moacyr Dantas, Maria Leão, Paula Gonçalves, Manoel Monteiro, Julio Lima, Ariolino Azevedo, Vivaldo Lima, Leopoldo Péres, Nunes de Lima, Ruy Barreto, Armando Madeira, Tito Bittencourt, Ary Tapajós, Antovilla Vieira, Benjamin Ferreira, Fellsmine Soares, Pimentel Salles e Arthur Bonates, faltando com causa justificada os srs. Antonio de Vasconcellos e Chaves Ribeiro e sem ella os demais deputados, abre-se a sessão.

E' lida e approvada sem debate a acta de 27 do andante, apresentando depois o primeiro secretario este

EXPEDIENTE

Officios dos primeiros secretarios das Assembleas Legislativas de São Paulo e Piahy; do presidente da Assembléa Legislativa do Ceará, agradecendo o communicado da promulgação da Constituição do Amazonas.

Idem do prefeito municipal de Moura, congratulando-se com a Assembléa pela eleição da respectiva Mesa.

Ao ser annunciada, pede a palavra o sr. Nogueira da Matta, que deixa a cadeira de primeiro secretario e vem para a bancada, pronunciando este discurso:

Sr. Presidente

Srs. Deputados

Iniciado o periodo constitucional, após quatro mezes de trabalhos relevantes, ensarilhadas as armas e esquecidos os resentimentos partidarios, eu me imponho a obrigação de falar em nome da mocidade de minha terra.

Representante da columna renova-dora, cujo programma traçado é o combate aos erros de hontem, creio sinceramente que VV. Exas., no desempenho do mandato que lhes foi confiado, tudo envidarão em beneficio da collectividade.

Não occupo a tribuna para o ataque contemplivel, ou para a defesa de interesses subalternos. Falo pela mocidade de cujo seio parti, persuadido de que iria defender, como defenderei, no lado de collegas illustres, os ideaes da classe estudiosa. Falo pela mocidade amazonense, a que pertenco, e pela qual me venho batendo desde longa data, testemunha que sou dos seus soffrimentos e da sua dignidade.

O Sr. Paula Gonçalves—Muito bem!
O Sr. Nogueira da Matta — Em nome da mocidade *glebária*, na expressão viperina dos fundibularios do nosso idealismo, da mocidade que chamada para as linhas de frente ha de resistir á invasão funesta, pela salvação das gerações que surgem.

O Sr. Paula Gonçalves—Muito bem!

O Sr. Vivaldo Lima — Que ha de combater e sahir um dia victoriosa!

O Sr. Nogueira da Matta — Muito agradecido a VV. Exas. (Proseguindo) Este o amazonismo que defendemos. Bemdicto amazonismo, cujos rumos já se vão firmando em iniciativas de assento e sobremão, entre as quaes devemos incluir o amparo aos institutos de ensino superior desta terra.

Com essa convicção ingressei nas fileiras dominadoras, por ella sacrificarei todos os meus interesses.

Em discursos proferidos por occasião da visita de estudantes do sul e em outras oportunidades que se me apresentaram, a convite de pessoas amigas, affirmei, de modo inequivoco e sem arreceiar-me de contradições, que tres problemas devem ser atacados, no Amazonas, com o maximo patriotismo: a instrucção, o saneamento rural, a intensificação da agricultura. O povo instruido comprehenderá os objectivos da prophylaxia, correrá aos postos medicos, elle proprio combaterá as endemias. Instruido e sadio, facilitará a administração publica, semeará os campos, de cujo seio brotarão frutos sazonados.

O primeiro problema tem sido atacado com dedicação, graças á actividade de elementos de prol, dignos por todos os titulos da terra em que nasceram. Refiro-me ao ensino primario e ao secundario, sob a direcção de um magisterio que comprehendeu desde logo a hora delicada que vivemos.

Observemos, agora, o ensino superior, malsinado pelos zoilos de todos os momentos, por esses individuos cujo unico desejo é concorrer para o nosso esphacelamento. Tenho affirmado varias vezes que, mercê de Deus, preleccionam em nossas cathedras homens cultos, cuja projecção intellectual honra sobremaneira os nossos fóros culturais. Mestres diplomados em faculdades de renome, como Recife, S. Paulo e Rio de Janeiro. Falta-nos apenas o auxilio pecuniario.

Devemos estudar com carinho, portanto, a situação dessas faculdades, notadamente as de Direito, Pharmacia e Odontologia, tres marcos que synthetizam as nossas aspirações.

Se glebário, como vehiculam por ahi, é o que estuda com interesse os problemas de sua terra; é o que ampara o estudante pobre, que tem direito á instrucção, e não seguiu para faculdades distantes por falta de recursos; se glebário é o que deseja desvencilhar o Amazonas dos grilhões que ainda o escravizam, sejamos glebários, porque estamos cumprindo um dever sagrado, e seremos antes de tudo brasileiros, dignos da nossa patria e da nossa terra!

Voltando a occupar sua cadeira o sr. Nogueira da Malta, é dada a palavra ao sr. Moacyr Dantas, que se expressa nestes termos:

Sr. Presidente

Não tive a honra de subscrever o projecto de lei apresentado á Assembleia pelo nobre deputado Paula Gonçalves, criando em Manaus um Juizo de Menores, na forma do decreto federal n. 17.943, de 12 de Outubro de 1927, o qual consolidou as leis de assistencia e protecção aos menores. Solicitado por seu talentoso autor, colaborei ligeiramente na elaboração daquelle projecto, na parte juridica em que se dá tambem ao Juiz de Menores competencia privativa para processar e julgar as acções de accidente do trabalho, nos termos da legislação federal.

Hontem, o dr. Aristides Rocha, que, além de parlamentar, é jurista e cathedratico da nossa Faculdade de Direito, fez, com estranheza geral, uma longa apreciação em torno do projecto Paula Gonçalves, combatendo-o sob varios aspectos, sobretudo pela sua supposta feição "inconstitucional".

Em aparte ao discurso do illustre deputado, declarei que o Amazonas vinha infringindo o Codigo, transgredindo a lei, por não haver ainda instituido o Juizo de Menores, nem estabelecido, no tempo preciso, a legislação processual estadual referente áquelle Codigo, legislação de processo que hoje compete, privativamente, á União.

O Codigo de Menores data de 12 de outubro de 1927, como lei em vigor em todos os Estados, em todo o territorio nacional. O Poder Legislativo do Amazonas, talvez por premencia de tempo e de serviços, não decretou a lei especial de processo reguladora daquelle consolidação. E a jurisprudencia do nosso antigo Egregio Tribunal era esta: "Emquanto o Estado não estabelecer um processo especial e organizar o regime de assistencia e protecção aos menores abandonados e delinquentes, estes continuarão a ser processados pela maneira estabelecida nas leis vigentes" (*Appellação criminal*, n. 1.806, de 19 de junho de 1934).

Quer dizer: o Código dos Menores, lei federal, não estava em vigor no Estado do Amazonas, na ausência da necessaria regulamentação estadual.

Mais tarde, o Supremo Tribunal Federal, julgando um recurso de habeas corpus, em que era recorrente um menor deste Estado, deu provimento ao referido recurso para conceder a ordem impetrada "somente afim de ser processado de accordo com o Código de Menores, não permanecendo em prisão commum em promiscuidade com adultos". (Telegramma a que allude o accordam cit.)

Estou informado de que o ultimo Interventor federal neste Estado tinha em mãos o acto criando o Juizo de Menores, por todos, juristas ou não, considerado conveniente, util e urgente. O capitulo sobre o poder judiciario, offerecido á Comissão dos 11 pelo illustrado deputado Armando Madeira, determinava que a Camara da Capital poderia ter até tres juizes de direito, sendo um o de menores. Vê V. Excia., sr. Presidente, que na feitura da nossa carta politica foi discutido e agitado o problema da assistencia social e juridica aos menores. Po ruma simples questão de technica constitucional, venceu na Comissão dos 11 o ponto de vista doutrinário da não determinação numerica das varas privativas de juizes de direito da Comarca da Capital, as quaes serão tantas quantas forem fixadas em lei. Prevaleceu tambem a opinião de que o Juizo de Menores seria objecto de uma lei especial ou da lei de organização judiciaria.

Á hora é mais do que opportuna. Depois de oito annos, vae o nosso Estado ser dotado com uma instituição admiravel. "O assumpto é de tamanha relevancia social, argumentou notavel publicista, que reclama prompta e plena solução". "Protegendo as creanças, escreveu Helena Troyano, o Estado protege-se a si mesmo. Essa protecção é, ao mesmo tempo, obr humanitaria, social e patriótica". Mello Mattos, o saudoso juiz do Districto Federal, achava indispensavel a assistencia social aos adolescentes.

Não é "inconstitucional" o projecto

Paula Gonçalves, como affirmou o deputado Aristides Rocha, invocando, successivamente, os artigos 79, 80, 49 e respectivo paragrapho da Constituição do Estado.

Antes de tudo, é da competencia privativa da Assembléa legislar sobre organização administrativa e judiciaria, nos termos do art. 29, n. XXX, alinea a. O art. 79 declara que a organização judiciaria se fará em lei ordinaria. O projecto Paula Gonçalves é uma lei ordinaria especial, que será naturalmente incorporada á grande lei de organização judiciaria. A alinea a do referido artigo reza que a Comarca da Capital será servida por tantas varas privativas de juizes de direito, quantas forem fixadas na lei de organização judiciaria. A intelligencia desses dispositivos constitucionaes não é outra do que deixar á legislatura ordinaria, quer atraves de leis especiaes, quer atraves de uma unica lei, a divisão e organização judiciaria do Estado. Alem disso, pergunto: qual a actual lei de organização judiciaria do Estado? A lei n. 1.178, de 21 de junho de 1922, a qual continua em vigor enquanto não for revogada, por isso que não contraria explicita ou implicitamente as disposições da Constituição, na conformidade com o art. 179 desta.

Ora, em 1922, não existia ainda o Código de Menores, e, por consequencia, não poderia haver em Manaus uma terceira vara privativa de Juizo de Menores. Ainda não foi apresentado á Assembléa nenhum projecto de lei de organização judiciaria.

Tem o deputado Paula Gonçalves a iniciativa louvel e benemerita de trazer um projecto visando, mais do que propriamente uma organização puramente judiciaria, uma assistencia social e juridica á juventude abandonada e delinquente, e essa lei é recebida como "inconstitucional" e desnecessaria. Porque o projecto encerra tambem, além da distribuição de justiça, materia de assistencia publica e amparo social.

Abra-se o nosso estatuto magno no titulo referente á ordem social, e lá se encontra o dever do Estado de pro-

teger a juventude, de combater a vagabundagem, internando os menores em aprendizados industriaes ou agricolas, vadios reincidentes, em colonias correcionaes; e dispensar protecção especial a menores. Como realizar essa programmação magnifica senão por uma lei especial, ao mesmo tempo judiciaria, administrativa e social?

Verifique-se oCodigo de Menores e logo no seu portico se lê que se trata d uema consolidação de leis de assistencia e protecção. Mais : — sem nenhuma abdicacão de attribuições legislativas, o governo ficou até encarregado de organizal-o e decretal-o. Como se pronunciou a Comissão de Justiça da Camara dos Deputados, oCodigo “não se occupa exclusivamente dos menores abandonados, extendendo a sua esphera de acção a outros menores, como os da primeira idade, para lhes proteger a vida e saude, os pequenos trabalhadores e outras classes de menores, cuja moralidade e segurança precisam de medidas protectoras”.

O art. 11 doCodigo determina mesmo, expressamente, que os Estados e os municipios estabelecerão leis e regulamentos quanto aos serviços instituidos pelo mesmoCodigo.

E' a seguinte a disposiçãodo art. 80: — “Nenhuma comarca se creará ou supprimirá, nem se lhe alterará a entrança, sem proposta motivada da Corte de Appellação”. O projecto cria alguma comarca? Não concebo como invocar-se semelhante declaração...

Chego ao art. 49 e seu paragraho unico: — “Fica estabelecido o regime do empenho para todos os gastos do erario estadual, que não resultem de tabellas approvadas por lei. § unico — Nenhum encargo será creado ao Thesouro sem attribuição de recursos para lhe custear a despesa”. Dispondo sobre o pessoal de serviço, o projecto Paula Gonçalves não cria nenhum encargo ao Thesouro. O Curador será o Promotor Publico. O cargo de medico psychiatra, gratuito, e os seus serviços considerados de alta relevancia. E' a mesma norma traçada pela Constituição quanto aos conselheiros technicos : cargos gratuitos, importando o

seu desempenho em notável serviço publico. Admirou-se o deputado Aristides dos serviços gratuitos que vão prestar os commissarios de vigilancia, voluntarios, secretos e gratuitos, pessoas idoneas, que mereçam a confiança do juiz”.

“A iniciativa privada, diz a palavra autorizada da doutora Beatriz Mineiro, vale muito neste assumpto, e talvez seja a mais efficaç, porque os commissarios voluntarios podem sahir das melhores classes sociaes, trabalharão por amor á grande causa, e porão no desempenho do seu encargo o melhor de suas qualidades superiores, da sua philantropia, dos seus recursos materiaes”.

Em S. Paulo, Estado leader da Federaçãõ, segundo o dec. de 25 de março de 1925, como commissionarios de vigilancia servem os officiaes de justiça ou pessoas idoneas que, voluntariamente e sem retribuição, a isso se prestam. O medico é o profissional nomeado em cada caso, pelo Juiz. As funcções de curador-promotor, exercidas pelo promotor publico da comarca. O proprio escrivão é o designado pelo Juiz.

Em conclusão, sr. Presidente, a Constituição do Estado não véda absolutamente a criação do Juizo de Menores, “orba da propria lei”, como escreveu o juiz Azevedo Marques, a qual inclui entre as varas administrativas.

Estou segunro, sr. Presidente, que a Assembléa, pelas suas commissões e pelos seus membros, estudará com especial carinho e grande attenção o projecto Paula Gonçalves, collocando acima de tudo a missão do Estado de prestar assistencia social aos menores abandonados e delinquentes, a exemplo do que têm feito todas as unidades federativas, entregando a um Juiz Privativo, por uma lei especial, as questões referentes a menores.

Falla ainda sobre o assumpto o sr. Vivaldo Lima, que, depois de lamentar a ausencia do sr. Aristides Rocha, o que não lhe permite apreciar as argumentações que desenvolveu sobre o projecto, faz suas as palavras recentes do sr. Paula Gonçalves, declarando

que, com esse deputado, elabora sobre essa matéria um capítulo na Comissão Especial de Constituição, tendo sido o sr. Aristides Rocha quem mais combateu tal idéa. Diz mais o orador que os membros da bancada do P. R. A., por espírito de opposição, procuram impugnar todos os projectos uteis ao Estado, terminando com a affirmativa de que prestará gratuitamente sua collaboração em prol dos desamparados, em cuja defesa não esmorecerá jamais.

Depois de participar o sr. Ruy Barreto que fôra eleito presidente da Comissão de Segurança Publica, o sr. presidente suspende os trabalhos, marcando para ordem do dia de amanhã — o que occorrer.

TERMO de 29 de Junho

Presidência do sr. João Verçosa. — Secretarios — srs. Nogueira da Matta e Carlos Machado.

As quinze horas, presentes os srs. João Verçosa, Nogueira da Matta, Carlos Machado, Vivaldo Lima, Leopoldo Pêres, Moacyr Dantas e Philadelpho de Moraes, não havendo numero legal, deixa de realizar-se a sessão, continuando a mesma ordem do dia.

SESSÃO de 1 de Julho

Presidência do sr. João Verçosa. — Secretarios — srs. Nogueira da Matta e Carlos Machado.

A' hora regimental, presentes os srs. João Verçosa, Nogueira da Matta, Carlos Machado, Leopoldo Neves, Felix Valois, Ananias de Almeida, Moacyr Dantas, Manoel Monteiro, Julio Lima, Vivaldo Lima, Leopoldo Peres, Nunes de Lima, Ruy Barreto, Armando Madeira, Tito Bittencourt, Ary Tapajós, Antovilla Vieira, Philadelpho de Moraes, Benjamin Ferreira, Antonio de Vasconcellos, Felismino Soares, Chaves Ribeiro, Aristides Rocha, Pimentel Salles e Arthur Bonates, faltando com causa justificada os srs. Manoel Lobo e

Cosme Ferreira e sem ella os demais deputados, abre-se a sessão.

E' lida e approvada sem debate a acta de 28 de junho, bem como o termo de 29, seguindo-se a apresentação do

EXPEDIENTE

Petição da professora Isabel Moreira Barroncas, solicitando augmento de vencimentos.

Telegramma do sr. ministro da Guerra, agradecendo as manifestações de pesar da Assembléa pelo fallecimento do general Mello Portella.

Officio da Federação Amazonense de Desportos Athleticos, congratulando-se com a Assembléa pela promulgação da Constituição do Estado.

Circular da União de Beneficencia dos Marchantes, Magarefes e Talhadores, communicando a mudança do nome da sociedade para União Beneficente 6 de Junho.

Finda a leitura do expediente, o sr. Ruy Barreto participa á Casa, na qualidade de presidente da Comissão de Segurança, que a mesma está constituída e prompta para os trabalhos que lhe foram destinados.

Annunciada a

ORDEM DO DIA

pede a palavra o sr. Aristides Rocha, que apresenta um projecto de lei organica dos municipios, explicando que, nada se tendo feito até agora nesse sentido, alem do que se achá na Constituição do Estado, submette á consideração da Assembléa o seu trabalho, que está dividido em nove capitulos e oitenta e seis artigos. Observa que ha um novo orgão creado pela Constituição Amazonense — a assistencia technica ás municipalidades —, determinando o projecto que esse orgão constitua uma dependencia do Gabinete do Governador, isso para se não crear uma nova repartição publica com maiores onus para o Estado, uma vez que o serviço de controle das rendas municipales vem sendo feito; desde os antigos interventores, até agora, por intermedio do Gabinete referido. Continuando as suas considerações, diz o orador que, ha quinze annos, apresentara um projecto

relativo ao montepio dos funcionarios publicos estaduais, achando-se essa instituicao, aquelle tempo, inteiramente fallida, com pensões em atraso, escripturação deficiente, de maneira a não se poder ver qual a realidade entre o activo e passivo. Finalizando, pondera que, na ultima interventoria fôra baixado um decreto revogando essa lei, sem que pudesse precisar, entretanto, a actividade da direcção do montepio. Assim, requeria que a Assembléa nomeasse uma commissão para estudar convenientemente esse assumpto.

Em discussão, o requerimento, falla o sr. Antovilla Vieira, que diz já haver o Governador recebido varias reclamações sobre o montepio, achando que o alvitre do seu collega deve ser accedido pela Assembléa.

Encerrada a discussão e aprovado o requerimento do sr. Aristides Rocha, o sr. presidente nomeia os deputados Aristides Rocha, Antovilla Vieira e Benjamin Ferreira para tratarem do assumpto.

E' este o projecto de lei organica dos municipios, o qual recbeu tambem a assignatura do sr. Leopoldo Peres :

PROJECTO N. 4

A Assembléa Legislativa do Estado do Amazonas

DECRETA :

CAPITULO I

Dos municipios, seus territorios e divisões

Art. 1.º — O Estado divide-se administrativamente em municipios e estes em districts.

Art. 2.º — Os municipios são as circumscripções territoriaes em que continua dividida o Estado do Amazonas, com plena autonomia em tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse.

Art. 3.º — O Estado não poderá intervir nos municipios, salvo :

I—para garantir o livre exercicio dos poderes municipaes;

II—para regularizar as finanças do municipio, quando se verificar impontualidade nos serviços de em-

prestimos garantidos pelo Estado, ou atraso injustificado no pagamento, por mais de 3 mezes, no mesmo exercicio financeiro, dos vencimentos do funcíonalismo;

III—para prover á falta de pagamento, por dois annos consecutivos, da divida municipal fundada, attribuição que não se exercerá, se o Estado fôr devedor ao municipio.

Art. 4.º — Ao Governador do Estado compete executar a intervenção decretada pela Assembléa Legislativa, que lhe fixará a amplitude e a duração, prorogavel por nova lei, e outrossim, decretar aquella providencia para assegurar o livre exercicio dos poderes publicos municipaes, por solicitação de qualquer delles.

§ 1.º — Quando o Governador decretar a intervenção, ditar-lhe-á o prazo e o objecto, estabelecerá os termos em que deve ser executada e nomeará o Interventor.

§ 2.º — Em todos os casos o Governador submeterá o seu acto á approvação immediata da Assembléa Legislativa. O decreto da intervenção terá uma só discussão, podendo a Assembléa desapprovar o pelo voto da maioria de seus membros presentes. Encerrando-se a Assembléa sem se pronunciar, considerar-se-á ratificada a intervenção.

Art. 5.º — Aos municipios ficam mantidos os actuaes limites territoriaes e a divisão districtal vigente.

Art. 6.º — Em cada municipio haverá uma comarca ou termo, de accordo com a organização judiciaria do Estado.

Art. 7.º — Somente á Assembléa Legislativa do Estado compete a criação de novos municipios e alterações dos actuaes.

§ unico — Para a criação de novos municipios, é necessario que as circumscripções territoriaes tenham, pelo menos, dez mil habitantes.

Art. 8.º — O municipio que não estiver em condições de prover ás despesas dos proprios serviços, poderá requerer á Assembléa Legislativa sua annexação a um dos municipios limítrophes.

Art. 9.º — Sempre que um districto seja constituido em municipio autonomo a este passarão a pertencer os bens,

de qualquer natureza, de propriedade municipal, nelle existentes.

Art. 10º — Quando um districto seja desmembrado de um municipio, para annexar-se a outro, ficará com a propriedade de todos os bens municipaes do territorio desmembrado e assumirá proporcionalmente a responsabilidade das dividas existentes.

Art. 11º — Quando um municipio não possa provêr ás despesas dos proprios serviços publicos, será annexado a outro, passando a este todos os direitos e obrigações do municipio extinto.

Art. 12º — As deliberações municipaes independem de qualquer poder do Estado, salvo as restricções feitas pela Constituição e por esta lei.

CAPITULO II

Da administração municipal

Art. 13º — O Governo Municipal será exercido, na séde de cada municipio, por uma Camara com funções deliberativas e por um prefeito com funções executivas.

Art. 14º — As Camaras Municipaes compor-se-ão de sete membros na Capital e de cinco membros em todos os municipios do interior.

Art. 15º — O prefeito da Capital do Estado será de livre nomeação e demissão do Governador do Estado e os do interior serão eleitos triennialmente por suffragio universal, directo, secreto e maioria de votos, não podendo ser reeleitos qualquer que tenha sido a duração do seu mandato, senão tres annos depois d'elle cessado.

Art. 16º — As Camaras Municipaes serão eleitas de tres em tres annos pelo systema proporcional e suffragio universal, igual, directo e secreto.

§ unico — Para a installação dos trabalhos annuaes das Camaras Municipaes, será necessario o comparecimento da maioria absoluta dos vereadores.

Art. 17º — As Camaras Municipaes terão um Presidente eleito annualmente, na primeira sessão de cada anno legislativo, dentre os seus membros, por maioria absoluta de votos.

§ unico — Para haver maioria absoluta de votos, na deliberação das Camaras, será necessario a manifestação de

cinco membros para a Camara da capital do Estado e de quatro para a das cidades e villas.

Art. 18º — Os prefeitos serão substituidos em suas faltas e impedimentos pelo Presidente da Camara, e os vereadores pelos respectivos supplentes, na forma da lei eleitoral.

§ unico — O Presidente da Camara será substituido pelo vereador mais votado.

Art. 19º — Os vereadores serão substituidos temporariamente pelos supplentes *immediatos em votos*, os quaes serão convocados com a antecedencia de 24 horas, pelo menos, pelo Presidente da Camara, de accordo com a lista de apuração communicada pelo Tribunal Eleitoral.

Art. 20º — Se um ou mais vereadores communicarem, por escripto, ao Presidente da Camara, antes da abertura dos trabalhos, que não poderão comparecer, por qualquer motivo, ás respectivas sessões, compellirá áquelle convocar immediatamente os supplentes, dando conhecimento de seu acto á Camara Municipal.

Art. 21º — Nenhuma sessão das Camaras Municipaes poderá ter logar sem que se ache presente o numero de vereadores determinado no § unico do art. 17 desta lei.

Art. 22º — O vereador que, por qualquer motivo justificado, não puder comparecer ás sessões, deverá communicar por escripto ao Presidente da Camara o seu impedimento.

§ unico — Recebida essa communicação, o Presidente convocará logo supplente que deva substitui-lo e servirá durante o impedimento do vereador ausente.

CAPITULO III

Das attribuições das Camaras Municipaes

Art. 23º — Compete á Camara Municipal :

1º—Decretar as leis municipaes, interpretal-as, alteral-as, suspendel-as e revogal-as, salvo as restricções estabelecidas na Constituição e nas leis;

- 2º—Fixar annualmente a despesa e orçar a receita, de accordo com os dados da arrecadação anterior, em vista, ou não, das informações e propostas do prefeito, ficando prorogado o orçamento anterior, quando o novo, por qualquer causa, não tiver sido elaborado até 30 dias antes de encerrado o exercicio financeiro;
- 3º—Conceder verbas para os serviços creados e autorizar a criação de novos quando estes houverem de acarretar accrescimento de despesa;
- 4º—Marcar, na ultima sessão de cada triennio, o subsidio do prefeito e dos vereadores, para o periodo administrativo seguinte, respeitadas as limitações constitucionaes;
- 5º—Prorogar as suas sessões, independente de remuneração, supendel-as e adial-as;
- 6º—Tomar o compromisso do prefeito, excepção do da Capital, que será dado pelo Governador, e julgar as suas contas;
- 7º—Providenciar sobre todos os assumptos que não forem reservados á União ou ao Estado;
- 8º—Autorizar o prefeito a ausentar-se do Estado ou do municipio, concedendo licença até seis mezes, excepção do prefeito da Capital, cuja licença caberá ao Governador do Estado;
- 9º—Celebrar, com outros municipios, ajustes, contractos e convenções administrativas e fiscaes precedendo a autorização do Governador do Estado, ad referendum da Assembléa Legislativa;
- 10º—Autorizar o prefeito a contrahir empréstimos internos, depois de obtido o previo consentimento da Assembléa Legislativa;
- 11º—Autorizar o prefeito a contrahir empréstimos externos, mediante auctorização previa da Assembléa Legislativa, depois de obtida a autorização do Senado Federal;
- 12º—Criar e extinguir empregos publicos municipaes, fixar-lhes e alterar-lhes os vencimentos, sempre por lei especial;
- 13º—Observar as recommendações e instruções do inspector das Municipalidades;
- 14º—Prover acerca da administração dos bens do municipio, comprehendidos os proprios municipaes e os de uso publico;
- 15º—Autorizar a aquisição de bens para o municipio, acceitar doações, heranças e legados e resolver sobre as respectivas applicações;
- 16º—Reservar 10 % da renda total do municipio afim de serem applicados na manutenção e desenvolvimento do ensino;
- 17º—Decretar a desapropriação por necessidade e utilidade publica, na forma da lei;
- 18º—Fomentar o desenvolvimento da lavoura e das industrias do municipio, por meio de medidas e auxilios geraes que não envolvam monopolio, nem garantia de juros;
- 19º—Criar escolas de ensino primario ou profissional, autorizando a nomeação ou contracto de professores, fixando-lhes os vencimentos e outras vantagens relativas aos cargos;
- 20º—Criar a guarda municipal, limitando as despesas de seu custeio a 10 %, no maximo, das rendas municipaes;
- 21º—Autorizar accordos com outros municipios, na mesma zona, sobre serviços de saude e assistencia publica e para custeio de serviços itinerantes que a todos aproveitem, fixando as necessarias verbas;
- 22º—Criar e manter serviços de estatistica, destinados a auxiliar os trabalhos federaes e estaduais dessa natureza, observadas as normas prescriptas pelo Departamento do Estado;
- 23º—Legislar sobre licenças municipaes, estabelecendo as condições de sua concessão;
- 24º—Cominar multas até o maximo de 100\$000, pela infracção de suas leis e posturas;
- 25º—Receber a renúncia dos vereadores e do prefeito;

26º—Votar o regimento interno da Câmara Municipal, obedecendo, na sua elaboração, os dispositivos desta lei.

Art. 24º — Poderão ainda as Camaras Municipaes legislar :

- 1º—Sobre contribuição e impostos municipaes, seu systema de arrecadação e fiscalização;
- 2º—Aquisição, reivindicação, alienação, permuta, locação, arrecadamento, aforamento, hypotheca e outros contractos sobre bens proprios do municipio;
- 3º—Imposição de penas correccionaes a todos os funcionarios municipaes, sem prejuizo da acção da Justiça Publica;
- 4º—Instrucção primaria, hygiene e assistencia publica, sem prejuizo da competencia constitucional e legal do Estado para estes serviços;
- 5º—Fiscalização de generos alimenticios, dos mercados, feiras, matadouros, talhos ou açougues;
- 6º—Local destinado á fabricacão, deposito e venda dos productos inflammaveis e de industrias insalubres, perigosas ou incommodas;
- 7º—Abastecimento d'agua, esgoto e illuminação publica, que não forem contractados pelo Estado;
- 8º—Jogos licitos, desportos, espectaculos e divertimentos publicos, impedindo os jogos de azar de qualquer natureza;
- 9º—Sobre vehiculos e meios de transporte municipal, respeitadas, na capital, as disposições referentes á competencia da policia civil sobre a materia;
- 10º—Cemiterios e serviços de enterramentos, deixando livre a todos os cultos a pratica dos ritos religiosos que não offendam as leis, ao decòro e moral publica;
- 11º—Aferição de pesos e medidas;
- 12º—Servidão publica, estradas e caminhos dentro do municipio;
- 13º—Sobre accordos com o Estado e os municipios para arrecadação de suas rendas, estabelecendo a remuneração por esse serviço.

Art. 25º — As Camaras Municipaes só approvarão os actos dos prefeitos,

quando estes estiverem justificados ou documentados, sob pena de responsabilidade.

§ unico — As leis que forem elaboradas nesse sentido, deverão especificar os actos dos prefeitos que forem approvados pelas Camaras.

CAPITULO IV

Dos prefeitos

Art. 26º — O prefeito é o orgão das funções do executivo do municipio.

Art. 27º — Compete ao prefeito :

- 1º—Dirigir e fiscalizar os interesses do municipio;
- 2º—Convocar extraordinariamente a Camara Municipal, sempre que o exigir o bem publico, expondo sempre os motivos da convocação;
- 3º—Nomear, suspender, licenciar, conceder ferias e demittir os funcionarios municipaes, de accordo com as leis;
- 4º—Apresentar á Camara, na sua primeira reunião annual, um relatório minucioso dos negocios do municipio e balanços da receita e despesa do exercicio findo, com os documentos justificativos, remettendo de tudo copia autentica ao Governador do Estado;
- 5º—Representar o municipio em juizo, podendo passar em seu nome procurações e constituir advogados;
- 6º—Dar applicação e execução ás leis e regulamentos dos poderes do Estado e da União, na execução de serviços de caracter geral, uma vez que não impliquem com a bóa administração dos negocios municipaes;
- 7º—Promover a arrecadação das rendas municipaes;
- 8º—Fazer executar todas as deliberações e medidas administrativas de utilidade municipal, de accordo com o orçamento respectivo;
- 9º—Propôr á Camara Municipal o orçamento da receita e despesa do municipio e as medidas sobre as quaes seja conveniente a deliberação daquella corporação;
- 10º—Publicar por editaes e pela imprensa, onde houver, as leis e re-

soluções municipaes e o orçamento financeiro;

- 11º—Executar as leis, resoluções, regulamentos e posturas decretadas pela Camara Municipal, provendo a todos os serviços da administração municipal, por si e pelos empregados municipaes;
- 12º—Superintender a exacta arrecadação, guarda e applicação das rendas do municipio;
- 13º—Dar ás autoridades e poderes da União e do Estado as informações que requisitarem sobre negocios de interesse da administração geral ou local;
- 14º—Ministrar á Assembléa, ao Governador e ao inspector das Municipalidades todas as informações concernentes á administração municipal;
- 15º—Pôr a contabilidade, documentos, livros e archivo do municipio á disposição do inspector das Municipalidades, sempre que este os queira examinar;
- 16º—Permittir ao inspector das Municipalidades examinar os cofres do municipio, e os Caixas, prestando-lhe quaesquer informações, por escripto, sobre applicação dos dinheiros municipaes, execução e custo das obras publicas;
- 17º—Satisfazer as requisições de fundos feitas pelo presidente da Camara Municipal, dentro dos limites do orçamento e na conformidade das leis municipaes;
- 18º—Comparecer ás sessões da Camara Municipal, quando reclamada a sua presença, ou quando julgar conveniente, para prestar quaesquer esclarecimentos, sem tomar parte nas discussões e deliberações;
- 19º—Representar ao Governador do Estado, ou á Assembléa Legislativa, quando reunida, contra as leis e resoluções municipaes que incidirem no artigo da Constituição, ou forem manifestamente gravosas em materia de impostos, deixando de executá-las até ulterior deliberação de qualquer daquelles poderes;

20º—Fornecer ao inspector das Municipalidades e enviar ao Governador do Estado mensalmente, até o dia 10, balancete do movimento da receita e despesa do municipio, referente ao mez vencido.

Art. 28º — Os prefeitos não poderão celebrar contractos, convenções ou ajustes de valor maior de dez contos, na capital, e dois contos no interior, sem previa autorização da Camara Municipal.

Art. 29º — Os prefeitos e vereadores, nem seus parentes consanguíneos e affins, até o 3.º grão, poderão fazer contractos com o municipio.

Art. 30º — As rendas municipaes que forem arrecadadas pelo Estado serão remittidas bimestralmente ás Prefeituras, não pagando o Thesouro nenhuma requisição dos prefeitos, sem que o orçamento municipal consigne especificadamente a respectiva verba.

Art. 31º — O prefeito não poderá ausentar-se do municipio, sem que passe o exercicio do cargo a seu substituto legal.

CAPITULO V

Das presidentes das Camaras Municipaes

Art. 32º — Compete ao presidente da Camara Municipal :

- 1º—Presidir e dirigir ás sessões ordinarias e extraordinarias da Camara;
- 2º—Promulgar, em acto continuo á approvação da respectiva redacção, as leis e mais actos da Camara, sob pena de responsabilidade;
- 3º—Nomear, receber o compromisso, demittir, suspender, licenciar e conceder férias aos empregados da Secretaria da Camara, conforme as leis em vigor;
- 4º—Remetter, dentro de dez dias da data da promulgação, improrogavelmente, ao prefeito, ao presidente da Assembléa Legislativa, ao Governador do Estado e ao inspector das Municipalidades, copias authenticas dos actos legislativos da Camara, mandando publicá-los pela imprensa local, onde houver, e no Diario Official do Estado;

- 5º—Autorizar as despesas de expediente da Camara, impressão e publicação dos actos legislativos municipaes;
- 6º—Requisitar ao prefeito as importancias para pagamento dos subsidios dos vereadores, dos vencimentos dos empregados da Secretaria da Camara e de outras despesas, que esteja legalmente autorizado a realizar;
- 7º—Communicar ao presidente do Tribunal Regional Eleitoral as vagas de vereadores que ocorrerem no periodo da legislatura e quaes os supplentes convocados;
- 8º—Substituir o prefeito em suas faltas e impedimentos, salvo no municipio da capital, quando o impedimento fór maior de 15 dias;
- 9º—Convocar os supplentes que devam substituir os vereadores, obedecida a ordem na maior votação verificada na eleição para a constituição da Camara, de accordo com a communicação do Tribunal Eleitoral.

Art. 33º — O presidente da Camara será substituído pelo vereador mais votado na eleição procedida para a constituição da respectiva Camara.

§ 1.º — Si, por occasião da abertura das sessões de cada reunião, deixar o presidente de comparecer, compete ao vereador mais votado presidir ás mesmas;

§ 2.º — Na falta ou ausencia do vereador mais votado, caberá a presidencia aos immediatos, observada a ordem de maior votação.

CAPITULO VI

Das eleições municipaes

- Art. 34º — São condições de elegibilidade para prefeito e vereador :
- 1º—Ser brasileiro nato, sem distincção de sexo, e maior de 21 annos;
 - 2º—Estar alistado eleitor e quite com a Fazenda Publica;
 - 3º—Ter residencia effective e actual no municipio, de dois annos, pelo menos, antes da eleição;
 - 4º—Não estar incursão em incompatibilidade legal.
- Art. 35º — Applicam-se ás eleições municipaes as mesmas causas de ine-

gibilidade previstas no art. 13 e alíneas da Constituição do Estado, sendo attingidas, não só as pessoas ali indicadas, como as que se encontram em situação analoga quanto aos municipios.

Art. 36º — É incompativel o cargo de prefeito com outro qualquer de natureza administrativa ou politica. Os vereadores, durante as sessões, não poderão exercer outra função publica.

Art. 37º — Os prefeitos que tiverem estado em exercicio no ultimo anno de sua gestão são inelegiveis vereadores para o triennio seguinte.

Art. 38º — Perdem o mandato de prefeito e vereador :

- 1º—Os que forem condemnados por crime de furto ou qualquer outro com pena maior de um anno de prisão e os que forem declarados fallidos fraudulentos;
- 2º—Os que perderem os direitos politicos;
- 3º—Os que acceitarem função ou emprego que a lei tenha declarado incompativel com o mandato de prefeito ou vereador;
- 4º—Os que mudarem de residencia para fóra do municipio;
- 5º—Os vereadores que, não tendo prestado o respectivo compromisso, deixarem de tomar parte nas sessões do primeiro anno da legislatura.

Art. 39º — Não podem servir simultaneamente como intendentes os ascendentes, sogro e genro, irmão e cunhados, durante o cunhadio, tio e sobrinho, os socios da mesma firma commercial.

§ 1.º — Verificando-se qualquer destes impedimentos, será considerado eleito sómente o que tiver obtido maior numero de votos e, no caso de igualdade, o mais velho.

§ 1º — Si o impedimento, occorrer durante o exercicio do mandato, será excluído o vereador de eleição mais recente e, se forem da mesma eleição, o menos idoso.

Art. 40º — As eleições e sua apuração serão procedidas na forma do Código Eleitoral Federal. As perdas de mandato só poderão ser decretadas pelo Tribunal Eleitoral.

Art. 41º — Occorrendo vaga de pre-

feito, por qualquer causa, nos dois primeiros annos, far-se-á nova eleição dentro em 40 dias. Caso a vaga se dê no ultimo anno do triennio, a Camara Municipal, no prazo de 10 dias com a presença de maioria dos vereadores, elegera o prefeito substituto, mediante escrutinio secreto e por maioria absoluta de votos. Em caso de empate, considerar-se-á eleito o mais velho.

dos municipios do interior serão fixa-

Art. 42º — Os subsidios dos prefeitos das nas respectivas leis orçamentarias e calculados nesta proporção: trescentos mil réis mensaes, quando a receita annual fôr inferior a 10 contos; quinhentos mil réis, setecentos mil réis, oitocentos mil réis e um conto de réis, respectivamente, quando as rendas dos municipios forem de 20 a 50 contos, de 50 a 80 contos, de 80 a 100 contos e de 100 contos para cima, excluido o direito a representação e transporte.

§ unico — As Camaras Municipaes do interior só poderão augmentar os subsidios dos prefeitos, quando se verificar o acrescimo da receita em dois exercicios financeiros consecutivos.

Art. 43º — As Camaras Municipaes do interior fixarão os subsidios de seus vereadores na quarta parte do subsidio mensal dos prefeitos.

§ unico — O prefeito da Capital não terá vencimentos superiores aos do secretario geral do Estado, nem os vereadores perceberão subsidios maiores que os dos deputados estadoaes, sem direito a representação.

CAPITULO VII

Das rendas municipaes

Art. 44º — A receita dos municipios será constituida:

- 1º—Do imposto de licença;
- 2º—dos impostos predial e territorial urbanos, cobrado o primeiro sob a forma de decima ou de cedula de renda;
- 3º—Do imposto sobre diversões publicas;
- 4º—Do imposto celular sobre a renda de immoveis rurais;
- 5º—De metade do imposto de industrias e profissões, que arrecada-

rão depois de lançado pelo Estado;

- 6º—De 20% da arrecadação de impostos que o Estado ou a União crearem, além dos que lhe são attribuidos privativamente;
- 7º—Da alienação, aforamento e locação de moveis e immoveis do dominio privado do municipio, comprehendidas, quando á segunda parte, as terras do seu patrimonio;
- 8º—Das taxas com especial consignação, aos sreviços de canalização d'agua potavel, esgotos de predios, illuminação, viação e abertura de estradas que facilitem o transitio dos productos do municipio;
- 9º—Das taxas sobre a localização de negociantes nos mercados, ruas e praças e outros sitios do dominio publico municipal; e sobre os vehiculos de qualquer especie, procedendo-se acerca de cada industria com a possivel equidade nas contribuições;
- 10º—Das tarifas e tabellas para os mercados, feiras, matadouros, para alinhamentos, aferições de pesos e medidas e para os depositos de inflammaveis;
- 11º—Das licenças para inhumações e das rendas de terrenos para sepulturas nos cemiterios municipaes;
- 12º—Da concessão de licenças para jogos permitidos, espectáculos e divertimentos publicos, para edificações, para construcções de andaimes, armações, coretos, para depositos de materiaes nas ruas, praças e demais logradouros publicos;
- 13º—Das multas impostas e cobradas no municipio por infracções de regulamentos e posturas municipaes, ou havidas de processos civis e criminaes, ou quaesquer outras que reverterem a favor dos municipios;
- 14º—Das rendas e taxas de quaesquer estabelecimentos ou serviços municipaes;
- 15º—Das taxas de publicidade, recabimdo sobre affixação de letreros,

emblemas, annuncios e reclamos;
16º—Das taxas de viação, comprehendendo calçadas, terrenos em aberto, cereaes, muros e gradis;

17º—Dos emolumentos sobre certidões, licenças e nomeações;

18º—Dos impostos de alvarás de licenças para casas, escriptorios commerciaes, fabricas, officinas, estabelecimentos ambulantes e regatlões, não podendo exceder a taxa maxima de cada alvará a 300\$000.

Art. 45º — O municipio poderá crear outras fontes de renda, que, implicita ou explicitamente, não sejam vedadas pela Constituição.

Art. 46º — O imposto, ou taxa de caridade, cobrado pelos municipios sobre diversões publicas, só poderá ser applicado aos hospitaes ou abrigos de creanças, asylos de mendicidade, colonias de alienados e leproarios.

Art. 47º — Aos municipios não é lícito cobrar impostos que sob o mesmo ou differente titulo de denominação, constituírem renda da União ou do Estado.

Art. 48º — Os municipios não poderão tributar os productos de importação estrangeira ou nacional e serviços de concessão ou propriedade da União ou do Estado.

CAPITULO VIII

Do órgão de assistencia technica

Art. 49º — O órgão de assistencia technica á administração municipal e fiscalização de suas rendas, constituirá uma dependencia do gabinete do Governador do Estado, sendo immediatamente subordinado a essa autoridade.

Art. 50º — Esse órgão de assistencia technica será composto :

A) de um inspector das Municipalidades;

B) de um contador dactylographo.

§ 1.º — O inspector das Municipalidades será nomeado pelo Governador do Estado, mediante approvação da Assembléa Legislativa.

§ 2.º — O contador-dactylographo será de livre nomeação e demissão do Governador.

Art. 51º — O inspector das Municipalidades terá o vencimento annual de

12:000\$000, sendo-lhe abonada uma diaria de 20\$000, quando em viagem, e passagens.

O contador-dactylographo perceberá os vencimentos annuaes de seis contos de réis.

Art. 52º — Todos os municipios do Estado ficam obrigados a consignar em seus orçamentos a verba denominada — quota de inspecção —. Essa quota será de 3:000\$000 annuaes para os municipios de renda superior a 500 contos; 2:000\$000 annuaes para os de renda superior a 80:000\$000 e de 1:000\$000 para os demais. Essas quotas, pagas adeantadamente, serão recolhidas ao Thesouro e escripturadas em titulo especial, á disposição do Governador do Estado e por ella correrão todas as despesas do órgão de assistencia technica e publicações e impressões que hajam de ser feitas.

Art. 53º — Compete ao inspector das Municipalidades :

A) fazer viagens mensaes á séde dos municipios do Estado, inspecionando as administrações municipaes e fiscalizando a applicação de suas rendas;

B) examinar as obras projectadas ou em andamento nos municipios do Estado e sua utilidade;

C) corresponder-se com os prefeitos e presidentes das Camaras Municipaes, sobre assumptos financeiros e technicos, custo de serviços feitos por administração e empreitada afim de suggerir instruções e medidas acauteladoras dos interesses municipaes;

D) providencias no sentido de ser adoptado pelas municipalidades um tipo uniforme de escripturação;

E) estudar a produção dos differentes municipios, possibilidades de cultura, fundação de campos experimentaes e de nucleos agricolas, de forma a poder fornecer instruções technicas aos respectivos prefeitos;

F) dirigir a escripturação de seu departamento, de forma precisa e clara, de maneira a poder fornecer os dados necessarios sobre os patrimonios municipaes, propriedades, tributação, rendas, arrecadação, possibilidades economicas, centralizando um serviço de in-

formações completas sobre os municípios do Estado;

G) cumprir e observar todas as instruções que lhe forem dadas pelo Governador do Estado;

H) publicar, anualmente, um relatório completo dos serviços a seu cargo.

Art. 54º — Ao Governador do Estado compete demittir o inspector das Municipalidades, licenciar-o, suspendel-o e conceder-lhe férias.

CAPITULO IX

Disposições geraes

Art. 55º — O município que não estiver nas condições de prover ás despesas exigidas pelos serviços que lhe incumbem, poderá pedir á Assembléa Legislativa a sua annexação a um dos municípios limitrophes.

Art. 56º — A Fazenda Municipal compete o processo executivo de seus bens e multas, nos mesmos casos e pela mesma forma porque fizer a do Estado.

Art. 57º — As municipalidades não poderão celebrar contractos com os funcionarios municipaes, nem com os vereadores, nem com os socios, ascendentes, descendentes e collateraes até o 2.º grão civil, ainda por afinidade, do prefeito ou dos intendentes.

Art. 58º — Os contractos para quaesquer obras ou fornecimentos, cujo valor exceda de dez contos de réis, na capital, e dois contos no interior, só poderão ser feitos mediante concorrência publica.

§ unico — Os prazos para concorrência publica serão, no minimo, de 30 dias, e no maximo de 90 dias.

Art. 59º — E' expressamente vedado ao prefeito fazer desapropriações ou aquisições, obras ou outras despesas, sem que esteja habilitado, ou tenha a certeza de vir a estar em devido tempo, para effectuar os pagamentos respectivos, com os recursos normaes dentro do exercicio ou na época do vencimento convencionado.

Art. 60º — Os pedidos para abertura de credito, dirigidos pelos prefeitos á Camara Municipal, deverão ser acompanhados duma exposição de motivos, da relação das despesas já feitas, se o

credito fôr supplementar e da descrição minuciosa da despesa, se fôr extraordinaria ou especial.

Art. 61º — As municipalidades não poderão dispensar suas dividas.

Art. 62º — Os bens do dominio municipal são isentos de penhora.

Art. 63º — As Camaras Municipaes realizarão duas reuniões ordinarias em cada anno, durando cada reunião da Camara de Manãos trinta dias e dos municípios do interior 20 dias.

Art. 64º — Os tabelliães e escrivães, nas escripturas publicas e nas cartas de adjudicação, arrematação e remissão e formaes de partilhas, farão constar o pagamento dos impostos municipaes relativos aos immoveis.

Art. 65º — Poderá a Camara Municipal prorogar as suas sessões, por decisão tomada por maioria de votos, sempre que convenha ou interesse ao serviço do município.

Art. 66º — As reuniões ordinarias das Camaras terão inicio a 15 de abril e 15 de outubro de cada anno, sendo que sómente a primeira terá solemnidade, para apresentação do relatório do prefeito.

Art. 67º — As convocações extraordinarias serão feitas pelo prefeito, com antecedencia de 10 dias, pelo menos, e com a indicação do motivo que as determine em officio dirigido ao presidente, que, por officio, convocará os vereadores.

Art. 68º — Nos regimentos internos das Camaras devem ficar consignados o modo de deliberar, a ordem dos trabalhos, o numero das comissões e as eleições destas e da mesa incumbida de dirigir os trabalhos nas sessões, não podendo de modo algum afastar-se dos dispositivos desta lei.

Art. 69º — As deliberações das Camaras serão tomadas por maioria de votos, no caso de empate o presidente desempatará.

§ unico — Fóra do caso previsto neste artigo, o presidente da Camara não poderá tomar parte em votação alguma ainda mesmo passando a presidência e outro intendente.

Art. 70º — As leis ou resoluções das Camaras Municipaes serão promulgadas pelos presidentes, após a approva-

ção de sua redacção, na fôrma estabelecida no Regimento Interno.

Art. 71º — Os vereadores não podem tomar parte nas discussões e votações de negocios sujeitos á deliberação da Camara, nas quaes estejam envolvidos interesses seus ou de pessoas que representem ou com quem tenham parentesco por consanguinidade ou afinidade até o terceiro grão, por direito civil.

Art. 72º — As resoluções das municipalidades serão executadas independentemente de confirmação de outro poder, com as garantias, restricções e excepções seguintes :

A) só entrarão em vigor tres dias depois de sua publicação pela imprensa onde a houver, ou por editaes affixados nas repartições ou logares publicos;

B) serão suspensas, em parte ou no todo, pelo Poder Executivo do Estado, quando dellas tiver conhecimento em virtude do cumprimento de qualquer disposição legal ou pela reclamação de vinte muniçipes pelo menos, e poderão ser annulladas pela Assembléa Legislativa, as leis, deliberações, posturas ou quaesquer decisões tomadas pela Camara Municipal que offenderem explicita ou implicitamente a Constituição Federal, a do Estado, suas leis e o Regimento Interno, ou forem contrarias aos interesses do municipio;

C) neste caso, cumpre ao Governador do Estado ou á Assembléa Legislativa providenciar de modo que o serviço do municipio não seja perturbado;

D) quando contiverem objecto extranho á competencia e attribuições das municipalidades ou forem evidentemente gravosas em materia de impostos.

Art. 73º — Os prefeitos e vereadores são responsaveis, collectiva ou individualmente, pelas faltas e crimes praticados no exercicio de suas funções, perante o juiz de direito da comarca vizinha, da séde mais proxima, devendo o processo ser iniciado em virtude de queixa ou denuncia documentada, dada por qualquer cidadão, com recurso para a Côrte de Appellação.

§ unico — O juiz, perante quem correr o processo, funcionará na séde do governo municipal denunciado.

Art. 74º — Autoridade alguma estranha á hierarchia municipal poderá ingerir-se nas funções municipaes, salvo nos casos previstos na Constituição e leis do Estado.

Art. 75º — A Camara Municipal não poderá conceder privilegios de qualquer especie ou natureza.

Art. 76º — Na falta de orçamento aprovado pela Camara na ultima sessão de cada anno para reger o exercicio financeiro seguinte, ou por ter sido suspenso pelo Governo do Estado, o que fôr decretado, o prefeito mandará continuar em vigor o anterior, provisoriamente, até que a Camara promulgue novo orçamento.

Art. 77º — Os municipios, que ainda não tiverem patrimonio, solicitarão do Governador Estado, por intermedio do prefeito, duas leguas quadradas de terras no logar que mais convier, não comprehendidas na concessão as terras já legitimadas ou demarcadas por particulares e as posses mandadas respeitar pela Constituição do Estado e outras leis.

Art. 78º — As terras do patrimonio dos municipios, depois de medidas e demarcadas, serão divididas em lotes e dadas por aforamentos, na fôrma da legislação em vigor, ou aproveitadas para campos experimentaes, colonias agricolas ou outros fins de utilidade municipal.

Art. 79º — A escripturação da receita e despesa dos municipios, far-se-á pelo processo de contabilidade mais conveniente, de modo que seja claro, não podendo os respectivos livros ter rasuras e emendas que modifiquem a respectiva escripturação.

Art. 80º — Os thesoureiros das repartições municipaes não poderão entrar no exercicio de suas funções, sem prévia prestação de fiança, que poderá ser idonea, a juizo do prefeito e sob sua immediata responsabilidade.

§ unico — As Camaras decretarão o valor da fiança.

Art. 81º — Todos os funcionarios municipaes gozarão das regalias e direitos assegurados pelo art. 160 e seus numeros da Constituição do Estado.

Art. 82º — As municipalidades são obrigadas a exigir nos papeis e docu-

mentos que lhes forem presentes, o selo a que estiverem sujeitos por lei do Estado.

Art. 83º — Os prefeitos e vereadores municipais receberão um subsídio, que será marcado por lei ordinária, na ultima sessão de cada triennio, para o seguinte.

§ unico — Durante as prorrogações das sessões, os vereadores nada perceberão.

Art. 84º — Os presidentes das Camaras Municipaes chamarão aos seus cargos todos os antigos funcionarios das Intendencias extinctas, reintegrando-os, sem direito a pagamento de quaisquer vencimentos em razão da interrupção do exercicio.

Art. 85º — As Camaras Municipaes não poderão ser dissolvidas.

Art. 86º — Revogam-se as disposições em contrario.

Sala da Assembléa Legislativa do Estado, em Manaus, 1.º de julho de 1935.

(aa) ARISTIDES ROCHA
LEOPOLDO PERES

Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente encerra os trabalhos, marcando para a proxima ordem do dia — o que occorrer.

SESSÃO de 2 de Julho

Presidencia do sr. João Verçosa. — Secretarios — srs. Nogueira da Matta e Carlos Machado.

As quinze horas, presentes os srs. João Verçosa, Nogueira da Matta, Carlos Machado, Leopoldo Neves, Felix Valois, Ananias de Almeida, Moacyr Dantas, Maria Leão, Paula Gonçalves, Cosme Ferreira, Manoel Monteiro, Julio Lima, Vivaldo Lima, Nunes de Lima, Ruy Barreto, Tito Bittencourt, Antovilla Vieira, Benjamin Ferreira, Antonio de Vasconcellos, Felismino Soares, Chaves Ribeiro, Aristides Rocha e Pimentel Salles, faltando com causa justificada o sr. Manoel Lobo e sem ella os demais deputados, é aberta a sessão.

Lida e approvada sem debate a acta anterior, o primeiro secretario dá conta do seguinte

EXPEDIENTE

Radio do chefe do estado-maior da oitava região, agradecendo as condolencias enviadas pelo fallecimento do general Mello Portella.

Officios dos secretarios do Syndicato dos Sapateiros de Manaus e da União Operaria Amazonense, agradecendo o communicado da eleição da Mesa da Assembléa.

Aberta a

ORDEM DO DIA

pede a palavra o sr. Cosme Ferreira, que diz o seguinte :

Sr. Presidente

Quando nesta Casa ainda se cogitava de elaborar o projecto da Constituição, tive oportunidade de ser enviado a Belém do Pará, em Comissão do Governo do Estado e tambem da Associação Commercial do Amazonas, para levar a effeito entendimentos com o Governo Paraense, no sentido de tornar uma realidade a projectada criação do Instituto da borraça e da castanha.

Na mesma occasião o Governo do Estado me dava a incumbencia de acertar com a administração paraense o estabelecimento de preliminares para determinadas convenções tributarias, de capital interesse para o Amazonas.

No desempenho desta missão, sr. Presidente, tive oportunidade de me entender com a Interventoria paraense, a esse tempo entregue ao Major Magalhães Barata, e mercê dessa conversação preliminar, ficou assentado que, em occasião mais opportuna, o Estado do Amazonas faria voltar a Belém seu delegado, para tornar effectivas e concretas as suggestões por mim formuladas.

Infelizmente, a situação paraense, por todos conhecida, não permittiu que o Governo do Major Magalhães Barata levasse a effeito este proposito de articulação com o Governo Amazonense, visando a defesa de interesses communs, de ordem economica. Mas, agora, sr. Presidente, no momento em

que se cogita da preparação do orçamento estadual, quando se faz mister a elaboração de leis tributarias de accordo com os novos principios estabelecidos pela Constituição do Estado, é indispensavel, é necessario que esses entendimentos com o Governo paraense prosigam, porquanto, somente resultados satisfatorios poderão trazer, de um modo geral, á nossa economia. A propria Constituição do Estado, prevendo esta hypothese, estabeleceu, no seu artigo 8º, aliás da autoria da sub-commissão de que tive a honra de fazer parte, o seguinte: (leitura do artigo).

Faz-se, portanto, urgente uma providencia do Governo do Estado, que habilite a administração publica a estabelecer estes accordos, sem os quaes a nossa legislação tributaria será absolutamente falha e, em algumas circumstancias, inopportuna e até nefasta.

Quero referir-me ao caso particular da tributação, que, mercê do referido art. 8º, da Constituição, deverá incidir sobre as vendas mercantis, ou consignações de qualquer natureza ou procedencia.

Estas consignações são constituídas, em grande parte, por productos de origem federal, do Territorio do Acre. Assim, no momento em que o Estado, servindo-se da faculdade que lhe confere a Constituição Federal, passe a tributar a produção daquella origem, o que se verificará é que esta produção tenderá a escoar-se toda para a Capital paraense, onde encontrará melhor ambiente para sua venda, independente de maiores tributos.

Nestas condições, sr. Presidente, julgo de inteira oportunidade, a apresentação de um projecto que autorize o Governo a proseguir nos ajustes esboçados, de maneira que cada tributo, que porventura o Estado do Amazonas resolva lançar, por força daquelle dispositivo, do art. 8º da Constituição, corresponda igual tariffação por parte do Governo paraense, creando, assim, ambientes eguaes nas duas praças para productos de egual natureza e procedencia.

Isto posto, submetto á consideração

da Casa, o projecto que passo a ler: (leitura do projecto).

A dotação orçamentaria de 5:000\$000 torna-se mister, porquanto o delegado que o Governo terá de fatalmente nomear, tanto pode ser funcionario publico, já normalmente remunerado, como partir da propria Assembléa, ou de outro qualquer meio.

Ha tambem, necessidade de passagens e gastos com a estadia em Belém, porquanto ao Governo paraense talvez não convenha mandar delegados a Manaus, embora os interesses sejam reciprocos.

Desejo tambem dar á Casa uma ligeira explicação.

Sou, realmente, aqui nesta Assembléa, o mais fultoso dos deputados. Isto é continuamente observado por meus illustres pares, merecendo uté comentarios de imprensa. Realmente, minhas faltas vêem se multiplicando quasi escandalosamente. Isto, porem, tem a sua explicação racional.

Não é desamor ao ambiente da Assembléa. Estimo e até aprecio as parlangas que enchem de rumor o ambiente da Assembléa amazonense.

O Sr. Felix Valois — As vezes de mau humor!

O Sr Cosme Ferreira — Sobretudo quando se processam dentro dos lindes da cortezia, dessa cortezia civilizada, que se deve observar em qualquer latitude.

Desinteresse pelos trabalhos parlamentares, tambem não tenho. Appello, neste particular, para os que testemunharam o meu trabalho na Comissão dos 11, onde me coube a tarefa, aliás bem ampla, de relatar, em collaboração com o illustre deputado Nunes de Lima, os capitulos concernentes á ordem economica, orçamento, fazenda publica e colonização.

Creio haver, por essa occasião, senão de maneira favoravel, pelo menos aceitavel, attribuido desempenho á minha incumbencia. Desta maneira não posso ser accusado de desinteressado pelos trabalhos da Assembléa do Amazonas.

O que occorre é phenomeno justamente contrario, inteiramente opposto.

Na minha qualidade de Secretario da Associação Commercial do Amazonas e na minha qualidade de membro do Conselho do Commercio, no Estado, estou continuamente ás voltas com problemas de ordem geral e de interesse publico.

E se não fossem as modernas tendencias politicas em virtude das quaes são taes problemas entregues aos Conselhos Technicos e organizações especializadas, estariam elles a ser debatidos nesta Assembléa, confiados á lucidez dos meus illustres pares. Entretanto, tudo vai parar ao seio daquelles Conselhos, solicitando, de minha parte, um enorme esforço, um trabalho constante, que não me dá tempo para fazer nesta Casa, mero acto de presença. Para concretizar a minha aser-tiva, trago, neste momento, ao conhecimento de Vs. Excias. alguns desses casos que, naturalmente, teem passado despercebidos á attenção de meus illustres pares, preocupados com assumptos de mais relevancia e projecção no seio desta Casa.

Tivemos, ultimamente, a desequiparação dos fretes do Lloyd Brasileiro, entre as praças de Belém e de Manaus, decretada e estabelecida pela Conferencia de Cabotagem. Foi uma resolução desse Instituto, que vinha collocar o Estado numa situação de profunda desvantagem. Era uma questão de vida ou morte, para o Amazonas. Deveríamos vencer, para não sermos despojados de um dos maiores beneficios, alcançados nestes ultimos tres annos de Interventoria, mercê de esforços inominaveis... E vencemos. Foi um dos motivos que mais me sollicitaram a attenção.

Claro está que neste particular o commettimento não me pertenceu exclusivamente; pertenceu, sobretudo, ao Conselho do Commercio, de que é Presidente nato o Governador Alvaro Maia, e ao Senador Cunha Mello, na sua qualidade de "leader" da Bancada Amazonense e representante da Associação Commercial do Amazonas, na Capital do Paiz. Convem accentuar que o restabelecimento da situação de fretes equiparados, representa hoje, para o Amazonas, sua verdadeira sal-

vação. Para isto, basta considerar-se que cerca de $\frac{3}{4}$ partes da actual exportação paraense, toda ella similar á produção amazonense, se destinam aos mercados do sul.

Este facto é quasi desconhecido entre nós, que vivemos algemados a negocios que se conduzem, com absoluta exclusividade para as praças da America e da Europa. Aquilate-se, por ahi, a significação daquelles mercados para a produção amazonense. Outro caso importantissimo resultou, tambem, de deliberação do Conselho do Commercio Exterior e deliberação errada. Quero referir-me ao caso das moedas bloqueadas, ou sem curso internacional. O Governo Federal, sollicitado pelo referido Conselho, tran-cou as vendas de productos brasileiros para o mercado allemão, desde o momento em que ellas não fossem feitas em libras ou dollars, moedas de curso internacional e que detém, hoje, a hegemonia dos mercados financeiros do mundo. Por sua vez, a politica hilleriana, recusa, em absoluto, comprar em libra ou dollar; compra unicamente em sondermarks, ou marcos de compensação, os quaes devem representar venda de productos da industria allemã ao Brasil, em troca das materias primas que nos compram. O resultado desta deliberação do Conselho, foi o fechamento immediato do commercio allemão ás produções amazonenses. Tivemos isto da maneira mais inesperada possivel, nas vespas das sahidas de navios para portos allemães.

Para mais de 300 toneladas de castanha vendidas, transaccionadas, que deixaram de seguir, provocando enorme celeuma, entre commerciantes, quer exportadores, quer locais. Estes commerciantes dirigiram-se ao Conselho do Commercio e, mais uma vez, a sua acção foi decisiva, para obter do Governo Federal o abandono desse proposito de só permittir vender em moeda de curso internacional.

Parece que o esforço amazonense foi como a gotta d'agua que fez transbordar a taça...

Havia já um clamor enorme partido do Rio Grande do Sul e de outros

portos do paiz. Assim, operando em tal ambiente, conseguiu o Conselho de Commercio Estadual esta formidável victoria que, por sua vez, não mereceu do publico a apreciação devida, embora constituisse um dos melhores obtenimentos da actual administração publica, por intermedio de seus Conselhos Technicos.

Ainda agora, outro assumpto bastante me preoccupa e que talvez pudesse trazer ao seio desta Assembléa, para estudo e providencias. E' uma legislação recente do Governo Federal, solicitada pela politica economica de Pernambuco, que determina a prohibição da fundação de novos engenhos, com o fim de limitar a producção de assucar.

Ora, justamente no Amazonas, existe uma grande região onde as populações se empenham nesta industria, em virtude de condições locais do solo e motivos outros de ordem economica.

Esta legislação está a despertar entre agricultores um verdadeiro panico! Tive, pessoalmente, solicitação de mais de meia duzia, dizendo-me que os fiscaes do Governo pretendiam fazer intimações vexatorias.

O Sr. Aristides Rocha — Os collectores tem enviado essas intimações. E' um escandalo! E' um abuso!

O Sr. Cosme Ferreira — Realmente, este caso teria passado despercebido á nossa Bancada Federal, porque não nos compete a nós estarmos a aparar golpes, que deveriam ser obstados no momento preciso. Fazemos o que a representação amazonense deveria ter feito. E o faria com exito, pois ao Estado de Pernambuco em nada importa a producção amazonense de assucar, que nem ao menos supprime a praça de Manaós.

Pois bem, isto foi assumpto que tambem bastante me preoccupou e que acabo de entregar ao Governo do Estado, para que este o examine convenientemente. Entreguei-o por intermedio da Associação Commercial do Amazonas, para que seja adoptada pelo Governo uma providencia de qualquer natureza, visando alliviar essas populações, que são das mais laboriosas do Estado. São as gentes

de Manaquiry, Janauacá, Anvers, aliás verdadeiros apiarios de eleitores. Por esse motivo, penso, a politica não os deve desprezar... Quem vota tem o direito de exigir. Vote em quem votar, pois falo em these, sem distincções partidarias.

Como veem, todas estas solicitações, já partidas do publico, já dos ministerios, exigem o meu trabalho, que está, assim, rigorosamente dentro de minha função de representante do povo.

E' este, sr. Presidente, o motivo por que deixo de comparecer ás nossas reuniões, preferindo a minha carteira, ou a marcha continua, para entender-me com chefes de repartições e autoridades locais, ou da capital do paiz. Desta maneira, sr. Presidente, se deixo de comparecer á Assembléa, é por motivo sobremodo justo. Ainda a minha recente viagem ao Ayapua, não foi propriamente uma excursão de recreio. Fui levado a este grande centro de producção castanheira, o melhor do Estado e onde encontrei a mais pura reserva de amazonismo, porque todos os operarios florestaes são amazonenses, são glebarios legitimos, por motivo de interesse publico. Ali encontrei habitos de remota tradição amazonica.

Alli fui, entretanto, com o proposito de verificar os processos de conservação, medição e transporte da castanha, para indagar de sua regularidade, de sua eficiencia e, sobretudo, com o proposito de crear para o productor uma legislação qualquer, que lhe offerecesse uma garantia, que hoje ainda não tem, devido a distancia da fiscalização local, que não pode policiar o uso de medidas regulares e aferidas.

Este foi o proposito que me levou ao Ayapua e não o de repouso, que não tive. Ao contrario, foram noites mal dormidas, verificando circumstancias, fazendo observações de que terei de me subsidiar para apresentar á Assembléa, quando pareça opportuno, uma legislação pragmatizadora dos processos de medição da castanha, sobretudo para garantir e assegurar os direitos do productor.

O Sr. Leopoldo Neves — Do productor ou do extractor?

O Sr. Cosme Ferreira — Do productor.

E' cedo ainda para pensar de outro modo... E' uma presumpção de V. Excia... Estamos no terreno das investigações e essa legislação, sobre assumpto de caracter economico, não se faz pelo telephone ou em cima da perna.

O Sr. Leopoldo Neves — Eu perguntei se era productor ou extractor. E entre estes dois ha sempre uma differença apreciável! Já vê que não ha aqui presumpção.

O Sr. Cosme Ferreira — Mas não ha razão para alarma. Conheço a distincção e, no seu tempo, alargaremos essas garantias ao extractor.

Pasando a outro assumpto, permitto-me voltar a tratar da minha viagem ao Pará. Relembro a entrevista por mim concedida ao "O Jornal", por occasião de meu regresso. Disse, nessa occasião, que meu contacto com o povo paraense constituiria, sobretudo, um movimento inter-estadual. Assim foi consagrado, accedido e proclamado pela imprensa paraense. Como fructo dessa aproximação, acabamos de verificar a attitudão do Dignissimo e Excellen-tissimo Sr. Governador José Malcher, offerecendo ao Governo do Amazonas 2 salas do Pavilhão do Pará, para que lá se faça exposição dos productos amazonenses.

É um gesto ao meu ver de alta cordialidade amazonica, ou cordialidade glebaria, porque a gleba é commum!

O Sr. Benjamin Ferreira — Foi um magnifico gesto de aproximação!

O Sr. Cosme Ferreira — E' necessario ter em presença que o gesto revela um alto desinteresse, porquanto os productos do Amazonas, no Pavilhão do Estado do Pará, são dos que mais competencia irão fazer á industria e produção paraenses.

Nestas condições, em face da attitudão do Governo do Estado do Pará, eu me permitto suggerir ao "leader" do Governo, um telegramma de agradecimento e congratulações da Assembléa. E' uma lembrança minha, para que se tome esta providencia.

O Sr. Leopoldo Neves — V. Excia. mesmo poderá fazer isto.

O Sr. Cosme Ferreira — Mas, é função do "leader"... Simples questão de ethica. O offerecimento foi feito ao Governo. Cabe, portanto, ao seu "leader" agradecer.

O Sr. Benjamin Ferreira — V. Exa. mesmo poderá apresentar este voto, sem receio de molestar o ex-Interventor do Pará. E a Casa o approvará com prazer.

O Sr. Cosme Ferreira — Não me assistem credenciaes para tal. Repito, é uma questão de ethica. E tenho dito.

Posto em discussão o requerimento do sr. Cosme Ferreira, falla o sr. Moacyr Dantas nestes termos:

Sr. Presidente

Ouvi com o maior enthusiasmo e a mais justa alegria o scintillante discurso do deputado Cosme Ferreira.

Agradeço-lhe, desvanecido, o appello que me fez, para propor, em nome da maioria, um voto de sinceras congratulações com o novo governo paraense, que vem de offerecer ao Chefe do Executivo deste Estado duas salas no Pavilhão Turístico, a inaugurar-se na vizinha capital. Deputado da maioria, figura de pról da Assembléa, o sr. Cosme Ferreira tem autoridade para falar em nome da Casa, a que ha servido com invulgar intelligencia e grande cultura.

Sentindo-me bem, sr. Presidente, em subscrever as ultimas considerações do meu nobre collega, proponho á Casa, por intermedio de V. Excia., uma homenagem de alta cordialidade do Poder Legislativo do Amazonas ao honrado Sr. Governador do Estado do Pará, louvando a iniciativa do Governo Malcher de aproximar cada vez mais os dois grandes Estados da Planície.

Requeiro que essa homenagem se traduza em forma de mensagem telegraphica, em que fiquem claros os nossos elevados propósitos de amazonismo e brasilidade.

Encerrada a discussão do requerimento, é elle approved por unanimi-

dade. A seguir, é o projecto do sr. Cosme Ferreira considerado objecto de deliberação e remetido á Comissão de Poderes para emitir parecer.

Está assim redigido o projecto, que tomou o n.º 5 :

Considerando que a observancia dos dispositivos constitucionaes, no tocante ás novas faculdades de tributação conferidas ao Estado, em determinados casos, não pode ser alcançada com exito, sem previos entendimentos com os governos das circumscripções limitrophes;

Considerando que taes entendimentos devem ser levados a effeito no devido tempo, de sorte que seus resultados possam ter influencia no preparo do orçamento para o proximo anno;

Considerando, finalmente, que o governo, em época anterior á instalação da actual Assembléa Legislativa, tomou a iniciativa de conversações preliminares em torno deste importante problema com a administração paraense;

RESOLVE :

Art. 1.º — Autorizar o Governador do Estado a proseguir nos entendimentos com o Governo do Estado do Pará, para o estabelecimento de conventos tributarios, que habilitem o erario amazonense a realizar mais perfeita e productiva arrecadação de seus impostos, podendo, para esse fim, nomear delegados.

§ unico — Todas as conclusões e ajustes, porventura combinados, dependerão de *placet* da Assembléa Legislativa do Amazonas.

Art. 2.º — Para execução do presente decreto fica aberto, no orçamento vigente, o credito de cinco contos de réis (5:000\$000).

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrario.

S. S. da Assembléa Legislativa do Amazonas, em 2 de julho de 1935.

(a) *Cosme Ferreira Filho.*

Nada mais havendo a tratar, o sr. Presidente suspende os trabalhos, marcando para ordem do dia da sessão proxima — o que occorrer.

SESSÃO de 3 de Julho

Presidencia do sr. João Verçosa. — Secretarios — sr. Nogueira da Matta e Carlos Machado.

A' hora regimental, presentes os srs. João Verçosa, Nogueira da Matta, Carlos Machado, Leopoldo Neves, Ananias de Almeida, Moncyr Dantas, Paula Gonçalves, Cosme Ferreira, Manoel Monteiro, Julio Lima, Ariolino Azevedo, Vivaldo Lima, Leopoldo Pérez, Nunes de Lima, Ruy Barreto, Armando Madeira, Tito Bittencourt, Ary Tapajós, Antovilla Vieira, Philadelpho de Moraes, Benjamin Ferreira, Antonio de Vasconcellos, Felismino Soares, Chaves Ribeiro, Aristides Rocha, Pimentel Salles e Arthur Bonates, faltando com causa justificada o sr. Manoel Lobo e sem ella os demais deputados, é aberta a sessão.

Lida e approvada sem debate a acta de 2 do andante, o primeiro secretario apresenta este

EXPEDIENTE

Officio do consul da Belgica, agradecendo o communicado da eleição da Mesa da Assembléa.

Annunciada depois a

ORDEM DO DIA

pede a palavra o sr. Vivaldo Lima, que, referindo-se á nota do "Jornal do Commercio" sobre o fallecimento, na Bahia, do jovem amazonense, Dr. Carlyle de Chevalier, que, nesse Estado, muito honrava o nome de sua terra pelas demonstrações de talento e cultura, requer se consigne na acta dos trabalhos de hoje um voto de pesar pelo infausto acontecimento.

Em discussão esse requerimento, pede a palavra o sr. Paula Gonçalves, que assim se manifesta :

Sr. Presidente

Srs. Deputados

A Bancada Socialista, com assento nesta Casa, associa-se á justa homenagem que o deputado Vivaldo Lima vem de propor á Casa : um voto de

profundo e merecido pesar pelo falecimento inesperado, occorrido na cidade de Canavieiras, na Bahia, de uma das mais fulgurantes cerebreações da nova geração amazonense.

Realmente, o nobre Carlyle Chevalier vem de tombar no sertão da Bahia, na grande terra de Ruy, honrando e engrandecendo a terra amazonense, destacando-se entre os moços daquela terra, pela sua intelligencia, pelo seu esforço, pelos seus trabalhos, pelo seu entusiasmo de legitimo luctador moderno !

Como Carlyle Chevalier, tambem tombou, estupidamente, outro amazonense, digno das admirações deste Estado, o tenente Renato Lemos, victima de um desastre de aviação, na capital da Republica, quando das homenagens prestadas ao Cruzador "25 de Maio", que nos trouxe o grande ministro Macedo Soares, coberto de louros, conseguindo, no estrangeiro, a pacificação do Chaco Boreal.

Concordando com o voto do deputado Vivaldo Lima, solicito á Casa se manifeste favoravelmente, estendendo seu voto de pezar ao tenente Renato Lemos, que tambem engrandecia a sua terra na grande capital da Republica. Tenho dito.

A seguir, occupa a tribuna o sr. Julio Lima para declarar que a bancada radical, ao collocar-se em opposição ao Governo, prometteu applaudir os bons actos deste, combatendo os que lhe parecessem passíveis de censura. Está no primeiro caso — observa o orador — o decreto recente de demissão do sr. Alfredo de Lima Castro, de Prefeito Municipal de Manaus. Proseguindo suas considerações em torno desse acto governativo, lê o sr. Julio Lima um artigo de "A Nação", sob a epigraphie "Crise de Autoridade", no qual se bordam largos commentarios sobre a exoneração do sr. Lima Castro.

Logo após, obtendo a palavra, falla o sr. Ariolino Azevêdo, que, nestes termos, se occupa do debatido incidente entre o senador Cunha Mello e o sr. Luiz Tirelli :

Sr. Presidente

Srs. Deputados

No cumprimento de um dever de solidariedade politica para com o meu digno amigo e chefe Senador Leopoldo Cunha Mello, venho trazer a esta Casa alguns esclarecimentos sobre as ultimas declarações daquelle Senador, publicadas em resposta ao Commandante Luiz Tirelli e sobre as quaes já disse alguma coisa o Deputado Arthur Bonfins.

Como politico, pelo Amazonas, na imprensa e no parlamento, o sr. Cunha Mello, até esta data, não entreteve qualquer discussão sobre assumptos politicos, nem tambem atacou qualquer personalidade politica amazonense. Obrigado, porem, a vir a publico pelas declarações do sr. Tirelli, ameaçado de ser annullado na politica amazonense, o sr. Cunha Mello e seus amigos não temem as ameaças, ao contrario, vem provocar a sua execução mais proxima.

Como chefes do Partido Socialista, os Srs. Cunha Mello, Alvaro Maia e Alfredo da Malta, já deram contas aos seus amigos e correligionarios, ao povo amazonense, da sua actuação na Assembléa Constituinte brasileira e depois como deputados, na Camara Federal, digo mais uma vez. O Sr. Luiz Tirelli que aceita de tão bom grado uma approximação com o nosso partido, ou melhor, com o illustre Governador que elegemos, ainda nada disse sobre a maneira porque exerceu o seu mandato.

Seria razoavel o seu silencio como é razoavel o silencio de quem não fez ou não é capaz de fazer alguma coisa. O que não é razoavel, porem, é o proposito de destruir a quem muito fez e a quem ainda é capaz de fazer mais.

Até este momento o Sr. Cunha Mello e seus amigos não haviam se occupado da actuação do Sr. Tirelli. De longe, fóra do ambiente das competições, o Sr. Cunha Mello vai sendo alvo predilecto de hostilidades varias.

Emquanto por aqui se procura annullar o Senador Cunha Mello, a imprensa do Rio tem sido uma pagina aberta da vida politica do Sr. Cunha

Mello, no pequeno período de 19 mezes de representante do Amazonas.

Sr. Presidente. o meu objectivo, no discurso de hoje, é occupar-me, como promettera em aparte ao Deputado Ary Cahn, do famoso requerimento do Commandante Tirelli, applaudindo as idéas do General J. Ramalho, sobre a nova divisão territorial do Brasil, referido no telegramma do Senador Cunha Mello, publicado ultimamente pelo "Jornal do Commercio" desta cidade.

O Sr. Antonio de Vasconcellos — Quem faz essa affirmativa é o sr. Cunha Mello?

O Sr. Ariolino Azevedo — Absolutamente. E' o Diário da Assembléa Constituinte brasileira, que tenho em mão. (Mostrando o Diário). Aqui está.

Quero desta tribuna, esclarecer ao povo amazonense esse caso, onde os interesses do Estado foram tratados com tanta indifferença pelo Commandante Tirelli e com rara e excepcional dedicação pela bancada socialista.

Vencedora a revolução de 1930, alguns de seus maiores bateram-se por uma *nova divisão territorial do Brasil*, olhada com sympathia por muitos outros.

Fosse victoriosa a idéa duma nova divisão territorial do Brasil, o mais prejudicado dos Estados seria o Amazonas, devido á sua extensão.

Além dessa ameaça, havia mais: *a modalidade de uma intervenção federal*, permanente, "para reorganizar as finanças do Estado, cuja incapacidade para a vida autonoma se demonstra pela cessação do pagamento de sua dívida fundada, ha mais de dois annos".

Essa modalidade de intervenção creada pela Constituição de 1926, ao que se disse, desde aquella epoca alvejara o Amazonas. Ainda na Constituição de 1934, está a influencia daquelle idéa: a intervenção federal pela falta de pagamento, de que dá noticia o n. VI de seu art. 12.

Na constituinte do anno passado, a bancada socialista, composta dos srs. Cunha Mello, Alvaro Maia e Alfredo da Matta, liderada pelo primeiro, teve

uma rara actuação em defesa dos interesses do Amazonas.

Foi ainda numa campanha maior que a dos interesses do nosso Estado no caso do Acre, que o sr. Cunha Mello defendeu a integridade territorial do Amazonas.

A publicação feita pela bancada socialista, da qual tive a satisfação de offerecer um exemplar ao Deputado Aristides Rocha, ali está.

Promulgada a Constituição de 1934, um dos jornaes desta cidade, lembrando a actuação da nossa bancada, salientou a acção do sr. Cunha Mello, precisamente, pela defesa da integridade territorial e da autonmia do Amazonas.

Quando assim procediam os deputados socialistas, quando evitaram que, vencedora a idéa da *formação de novos territorios federaes, dentro em breve*, quando posta em execução essa mesma idéa, fosse o Amazonas esphacelado, perdesse milhares de kilometros quadrados, ficasse reduzido á metade, o que fazia o sr. Luiz Tirelli?

Edificados e estarecidos, os Deputados do Partido Socialista Amazonense liam no Diário da Assembléa Constituinte brasileira, um *requerimento* daquelle seu companheiro de representação, applaudindo com elogios descontrolados e inconcebíveis, um trabalho do General J. Ramalho.

O Sr. Antonio de Vasconcellos — Quando afinal diz o Sr. Cunha Mello, a verdade? Quando affirma que o Commandante Tirelli votou a favor ou contra?

O Sr. Ariolino Azevedo — V. Excta. se ouvir o meu discurso até o fim, poderá ter a explicação que pediu.

Nesse trabalho, cujo requerimento de inserção nos annaes o sr. Tirelli assignou com os maiores applausos, em companhia, frize-se bem, do sr. Cunha Vasconcellos, *representante do Acre, o homem que ainda queria tirar do Amazonas alguns outros territorios*, o seu autor retirava do Amazonas perto de 800.000 kilometros quadrados, para com *essas sobras das nossas terras enriquecer o patrimonio da União!!...*

Para que fique constando dos annaes desta Casa, o *desprezo ou a inconsciencia* com que muitas vezes os interesses do Amazonas são defendidos, passo a ler os termos do requerimento com que o sr. Luiz Tirelli, em primeiro lugar, o sr. Cunha Vasconcellos em segundo e outros, requereram a inserção do trabalho do General J. Ramalho nos annaes da *Constituinte Brasileira* de 1934.

Requer-se a inserção de um trabalho nos annaes de um parlamento, em geral, quando esse trabalho é notavel, digno de apoio, de sympathias, de applausos nas discussões dese parlamento, conforme justifiquei no final de meu discurso pronunciado neste recinto a 12 de Junho passado.

Isto é noção que os mais noviços e bisonhos nas praxes parlamentares não ignoram; mas, sr. Presidente, não querendo cançar a attenção de meus collegas, mas apenas para edificar-os, não me detenho em outros commentarios sobre o assumpto e leio os termos do requerimento famoso do Deputado Luiz Tirelli, no proprio Diario da Assembléa :

REQUERIMENTO

Requeremos que sejam inseridos no *Diario da Assembléa Nacional*, os dois trabalhos juntos : projecto de Constituição Federal e os Novos Territorios da autoria do senhor general J. Ramalho.

São trabalhos de collaboração intelligente, patriótica e de grande merecimento, representando valioso subsidio á materia constitucional que o autor apresenta já toda codificada e harmonica, sendo muito interessante o seu devido conhecimento.

Foi pela sub-commissão presidida pelo ex-ministro Mello Franco o unico trabalho de fóra mandado publicar no *Diario Official*, tendo até o *Jornal do Commercio* de 17 de dezembro ultimo, o inserido na integra. São trabalhos organizados e feitos por um general do Exercito, formado em Direito, homem de pensamento, que muito honra as letras juridicas e a cultura em sua classe, merecendo portanto figurar nos annaes desta Assem-

bléa, como justa homenagem á intelligencia, saber e esforço patriotico de seu preclaro autor.

Sala das Sessões, 4 de abril de 1934.
LUIZ TIRELLI. — **CUNHA VASCONCELOS.** — *Góes Monteiro.* — *Godofredo Vianna.* — *Magalhães de Almeida.* — *Cesar Tinoco.* — *Luiz Cedro.* — *Veiga Cabral.* — *Souto Filho.* — *Domingos Vellasco.* — *Hugo Napoleão.* — *Antonio Couello.* — *Idalio Sardenburg.* — *Edgard Sanches.* — *Valente de Lima.* — *Deodalo Maia.* — *Humberto Moura.* — *Pacheco de Oliveira.*

O Sr. Antonio de Vasconcellos — Vê-se, pela leitura, que o Sr. Luiz Tirelli reconheceu o valor do trabalho do General Ramalho.

O Sr. Ariolino Azevedo — Reconheceu o valor, não. Elle encampou a idéa. Agora tenham os meus collegas a bondade de ouvir trechos do trabalho do Sr. General J. Ramalho, que o Sr. Luiz Tirelli considerou de *collaboração patriótica, intelligente, de grande merecimento, merecedor de figurar nos annaes, como justa homenagem á intelligencia, saber e esforço patriotico de seu preclaro autor.*

E' claro que apenas lerei os trechos referentes aos *territorios federaes* que o General J. Ramalho queria formar, diminuindo o Amazonas. Aqui está o Diario da Assembléa Nacional n. 77, de 11 de Abril de 1934.

II — TERRITORIO RIO BRANCO

Sede : — *Villa Boa Vista, á margem direita do rio Branco.*

Territorio — Limitado ao Norte com a Venezuela pelas serras Paracaima, Humirida e Arituana até encontrar as cabeceiras do rio Cotingo, no monte Roraima; a Leste, com os rios Mahú e Tacutú ou Ireg, serra Uassari; a Oeste pelas serras Parimá, Tapirapeco e Urucuseiro, fronteiro com a Venezuela; ao Sul por uma linha, partindo do extremo sul da serra de Uassari, atravez da povoação Maripá, serra Tuarun, passando em Caricari á margem do rio Branco, atravesse este e o rio Irani e a serra de Tapira vá pela

margem esquerda e na parte norte do rio Coratirimani, encontrar a serra de Tapirapeco, fronteira com a Venezuela.

(Carta Brasil de Olavo Freire e Centenario).

III — TERRITORIO RIO NEGRO

Sede : — Villa S. Gabriel, á margem esquerda do rio Negro.

Territorio — Limitado ao Norte e Noroeste, com a Venezuela e Colombia, pelos rios Guainia, serras Caparro, Cupim e Tapirapeco; a Oeste, pela fronteira com a Colombia; a Leste pelo rio Padanari que nasce na serra Tapirapeco, desagua no rio Negro, perto de S. Thomaz; ao Sul, pela margem esquerda do rio Negro em toda extensão a partir do ponto de desagüamento do rio Padanari, passe pela cachoeira de Cupati, seguindo a margem esquerda do rio Uaupés até a fronteira com Colombia, proxima ao rio Trarira.

IV — TERRITORIO DO MADEIRA

Sede : — Cidade de Maués, ao Norte e á margem direita do rio do mesmo nome.

Territorio — Limitado ao Norte, pela cidade e rio do mesmo nome até encontrar o rio Tapajós, fronteira com o Pará; a Leste, pelos rios Alto Tapajós e Jurema; ao Sul, pelos rios Guaporé e Verde, fronteira com Malto Grosso; a Oeste, pelo rio Madeira e cidade Manicoré, povoações Tirol e Crato, descendo pelo rio Madeira em toda margem direita até encontrar o rio Gi-Paraná ou Grande Paraná finalizando na fronteira com o Estado de Malto Grosso.

O Sr. Arthur Bonates — Quería fazer de Maués um territorio...

O Sr. Antonio de Vasconcellos — O Sr. Luiz Tirelli declarou á Assembléa Nacional que havia requerido a inserção do trabalho do General J. Ramalho somente por seu valor.

O Sr. Ariolino Azevedo — O Sr. Tirelli recuou, porque houve Espirito Santo de orelha.

O Sr. Antonio de Vasconcellos — Isto é apreciação de V. Excia.

O Sr. Ariolino Azevedo — Maués, a terra do nosso presidente, seria elevada, como acabei de ler, á categoria de capital de um novo territorio.

Estou certo que o sr. Presidente, como todos os filhos de Maués, prefere continuar filho do Amazonas, a passar a viver num *territorio federal*.

Posteriormente, advertido da infelicidade do seu gesto, o Sr. Tirelli fez um outro requerimento á Mesa da Assembléa Constituinte. A este requerimento é que se refere o sr. Antonio de Vasconcellos.

Nesse requerimento o sr. Tirelli procura deslizar-se, mas, ainda, affirmava que os trabalhos do general J. Ramalho representam um grande esforço de cooperação e têm grande valor.

E então, procurando corrigir-se do desprezo com que tratava os interesses do Amazonas, lembrou-se de declarar que discordava dos ditos trabalhos.

Este requerimento, feito em 24 de Abril do anno passado é o seguinte :

"O Sr. Luiz Tirelli — (sobre a acta) — Sr. Presidente, fui o primeiro signatario de um requerimento em que se pedia publicação no "Diario da Assembléa", de dois trabalhos do sr. General João Ramalho.

Fil-o somente considerando o grande esforço de cooperação demonstrado pelo seu autor, e tendo em conta, ainda, o valor desses trabalhos.

Por isso logo após a publicação dos documentos, no dia 11, dirigi á Mesa novo requerimento, pedindo fosse dado conhecimento á Assembléa de que aquelle meu gesto, não importava, absolutamente, na approvação das idéas alli contidas, das quaes eu discordava.

Como, sr. Presidente, até hoje não tenha ouvido a leitura desse requerimento, nem tenha visto a sua publicação no "Diario da Assembléa", requeiro a V. Excia. seja consignada na acta dos nossos trabalhos da presente sessão a declaração que ora faço.

Era, sr. Presidente, o que tinha a dizer".

Longe de ser este requerimento um acto de ponderação e reflexão intima, é o reflexo de uma vontade alheia, uma exterioridade insincera, numa tardia defesa, porque, como é natural, no seu intimo, devia permanecer a intenção de dividir o territorio amazonense.

Entendi, sr. Presidente, muito oportuno deixar nos nossos annos alguns subsidios interessantes para a historia do Amazonas e de seus homens publicos.

Ha poucos dias, um dos meus dignos e illustres collegas, figura de destaque do Partido Trabalhista, de que é chefe o Sr. Luiz Tirelli, declarou que o Sr. Cunha Mello havia de ser annullado na politica amazonense.

Um homem publico e politico que tiver, nesta terra, a folha de serviços do Sr. Cunha Mello não poderá, facilmente, ser annullado.

As contingencias e injunções politicas dão aos homens que não tem valor pessoal um prestigio muito ephemero.

Com as graças das situações dominantes ou sem ellas, porem, os homens de valor proprio, prohibidos, intelligentes, cultos e trabalhadores, acabam sempre vencendo.

O Sr. Antonio de Vasconcellos — Mas, o Sr. Cunha Mello só pode vencer com o prestigio do Sr. Alvaro Maia. Sua Excia. vive a gastar rios de dinheiro.

O Sr. Arthur Bonates — Estou vendo que V. Excia. tem raiva do Senador Cunha Mello porque elle tem dinheiro.

O Sr. Antonio de Vasconcellos — V. Excia. perdeu boa occasião de ficar calado.

O povo amazonense, hontem como hoje, hoje como amanhã, na phrase do illustre collega João Gonçalves, tem feito e fará ao Senador Cunha Mello a justiça que elle merece por seus trabalhos ao Amazonas.

Não se pense que arredal-o das graças officiaes por machinações de toda a especie é annullar-o.

Os homens não se annullam por

serem arredados de palacio. Ao contrario, muitas vezes se elevam.

O Sr. Cunha Mello saberá continuar honrando o longo mandato que lhe conferiu o povo amazonense, indifferente ás hostilidades que a sua actuação desassombrada e leal vem provocando.

Trabalhem os que puderem para annullar-o.

Trabalhará elle para continuar digno de nossa estima.

Trabalharemos nós, os seus amigos, para fazer justiça aos seus meritos.

Intervindo no debate, o sr. Vivaldo Lima toma a defesa do sr. Luiz Tirelli e, nesse sentido, lê um telegramma do senador amazonense, no qual este applaude a conducta do chefe trabalhista.

Seguidamente, discursa o sr. Moacyr Dantas, que assim se exprime :

Sr. Presidente

Deploro que o deputado Julio Lima, leader da bancada de opposição ao Governo, venha trazer para o seio desta Assembléa, lendo editorial duma imprensa periodica, cujo nome prefiro não pronunciar, sobre a demissão do Sr. Prefeito da Capital, assumpto que escapa á nossa apreciação e á competencia desta Casa.

O Sr. Julio Lima — De fórma alguma escapa !

O Sr. Moacyr Dantas — (continuando) Quero dizer, preliminarmente, que todos somos admiradores do Professor Lima e Castro, cujas qualidades pessoas e apontam á consideração publica como um dos homens probos desta terra.

Leader da maioria e do Governo, não posso, entretanto, silenciar ante a injustiça das palavras do deputado radicalista, agitando de modo apaixonado e parcialissimo um acto puramente administrativo do Sr. Governador.

Tenho a consciencia clara de que defendo um Governo profundamente popular, amparado, antes de tudo, pela opinião publica.

O Sr. Paula Gonçalves — Muito bem!

Assistencia — Muito bem !

O Sr. Moacyr Dantas — (continuando) Não devia ignorar o illustre deputado Julio Lima que a Constituição, por elle propria decretada e promulgada, attribue ao Chefe do Executivo competencia privativa para prover os cargos civis, nomeando e demittindo os serventuários, na forma da lei. No municipio da capital, o Prefeito é de livre nomeação e exoneração do Governador. Função de absoluta e immediata confiança, ninguem senão o Poder Executivo é o competente para escolher e demittir livremente o Chefe da communa de Manáos.

Tenho affirmado com razão, sr. Presidente, que assistimos, por vezes, episodios estranhos no nosso regime constitucional. Não vivemos sob o parlamento, em que o Governador seria obrigado a solicitar para todas as suas resoluções o referendun da Assembléa.

Erro tambem é trazer para este recinto, em forma ridicula de *bale-boca*, na expressão do sr. Aristides Rocha, casos de administração publica *sem nenhuma relação com a politica*, com o fim exclusivo de toldar o ambiente e collocar mal os chefes partidarios entre si.

O Sr. Julio Lima — Não é um caso politico. E' um caso administrativo que está á altura de ser trazido á Assembléa, como o do Tribunal, que o sr. Paula Gonçalves tanto endeusou.

O Sr. Paula Gonçalves — Eu não endeusei. Referi-me ao povo que o levantou, collocando o dr. Alvaro Maia em Palácio, como a mais alta autoridade do Estado !

O Sr. Moacyr Dantas — (continuando) O aparte de V. Excia. vem corroborar a minha these. Não conheço ainda as razões intimas que levaram o Sr. Governador a acceitar a demissão do Prefeito da capital. Posso dizer, entretanto, que o dr. Alvaro Maia, em todos os casos, em todos os actos, age de accordo com a sua consciencia, pondo acima de tudo a sua personalidade e a sua grande autoridade moral. Falaram de crise de autoridade? Exactamente o contrario. Autoridade fallece a certa imprensa e a determinados jornalistas para criticarem ano-

nymamente, irresponsavelmente, os homens de bem e os seus actos.

Era o que tinha a dizer.

Terminado o discurso do sr. Moacyr Dantas, usa da palavra o sr. Aristides Rocha para pedir que a Mesa requisi-te, por intermedio da Secretaria, á Imprensa Publica, todas as antigas leis de organização judiciaria do Estado, assim como as leis esparsas referentes a essa organização, alterando-a, ampliando-a, na vigencia dos governos constitucionaes e interventoriaes.

O Sr. Presidente declara que attende-rá ao pedido do sr. Aristides Rocha e levanta logo a sessão, marcando para ordem do dia da proxima — o que occorrer.

SESSÃO de 4 de Julho

Presidencia do sr. João Verçosa. — Secreta-ria — srns. Nogueira da Matta e Carlos Machado.

A' hora regimental, presentes os srns. João Verçosa, Nogueira da Matta, Carlos Machado, Leopoldo Neves, Felix Valois, Ananias de Almeida, Moacyr Dantas, Maria Leão, Paula Gonçalves, Manoel Monteiro, Julio Lima, Ariolino Azevedo, Vivaldo Lima, Nunes de Lima, Ruy Barreto, Armando Madeira, Tito Bittencourt, Ary Tapajós, Antovilla Vieira, Philadelpho de Moraes, Benjamin Ferreira, Antonio de Vasconcellos, Felismino Soares, Chaves Ribeiro, Aristides Rocha, Pimentel Salles e Arthur Bonates, faltando com causa justificada o sr. Manoel Lobo e sem ella os deputados Cosme Ferreira e Leopoldo Péres, abre-se a sessão.

Após a leitura da acta anterior, que é approvada por unanimidade, o primeiro secretario declara não haver expediente.

ORDEM DO DIA

Ao ser annunciada, pede a palavra o sr. Armando Madeira, que profere o seguinte discurso :

Sr. Presidente

Os acontecimentos que se vêm desenrolando no scenario politico do Estado, de certo tempo a esta parte,

principalmente no seio do Partido Socialista do Amazonas, chegaram a uma situação, que já não é possível ser considerada normal na vida dessa aggremação, por isso que revelam propósitos de franca hostilidade ao sr. senador Cunha Mello, até agora um dos seus dirigentes.

Os factos são de hontem e têm como ponto de partida a eleição da Mesa desta Assembléa, no começo do mez de junho findo, quando por acto de desconsideração foi afastado da presidencia desta Casa o illustre deputado sr. Julio Lima, que acabava de prestar relevantes serviços ao Estado.

O golpe então vibrado foi contra o sr. deputado federal capitão Ribeiro Junior, cuja bancada nesta Casa, definiu com altivez sua attitude, se declarando em formal opposição ao Governo do Estado.

Nessa primeira investida contra a Alliança Radical-Socialista, procurou-se attenuar, ou encobrir, a intenção, ora positivamente declarada, de que ao sr. senador Cunha Mello não eram endereçados os mesmos movimentos hostis e de animosidade politica.

Nesse intuito foi tentado o expediente de simulada distincção ao sr. deputado Ariolino Azevedo, fazendo-o passar do logar de primeiro secretario para vice-presidente desta Assembléa, proposta que foi recusada, porque tendo o sr. Ariolino trabalhado sob a presidencia do sr. Julio Lima, e não querendo cooperar no planejado alijamento do mesmo, se absteve por completo de qualquer participação no acto que determinou o rompimento do sr. Ribeiro Junior e de seus amigos.

Nessa convergencia, os amigos do senador Cunha Mello tomaram a resolução de não dar motivos a que maior estremecimento se produzisse nas hostes socialistas, para que a responsabilidade da primeira quebra de unidade partidária ficasse com quem a tivesse provocado.

Destarte, tivemos em vista não collocar o nosso amigo e chefe em posição de assumir orientação divergente da que iam seguindo os órgãos do Partido Socialista em Manaus, representados

pelas figuras de maior projecção no seio do mesmo.

Considerando que era inconveniente animar um dissidio politico, alem do que já se tinha verificado por parte dos elementos do deputado Ribeiro Junior, o sr. Lima Castro, então prefeito de Manaus, agiu abertamente pela directriz de manter a harmonia do partido, sob o mais sincero impulso de evitar a aggravação da crise, que já explodia com o rompimento daquelle illustre deputado federal.

Não tendo sido possivel evitar esse primeiro desastre, os amigos do senador Cunha Mello se mantiveram em attitude discreta, graças á ponderada direcção do sr. Lima Castro.

O senador Cunha Mello, não occultando a sua estranheza pelo facto de não haver sido consultado quanto ás combinações usuaes, entre amigos politicos, em se tratando de assumptos de interesse do seu partido, accitou as explicações que daqui lhe foram prestadas; e quanto á abstenção por parte de seus amigos nesta Assembléa, o orador, o sr. Ariolino Azevedo e o sr. Arthur Bonates, não concorrendo para a destituição do sr. Julio Lima, applaudiu e apoiou em absoluto o nosso gesto.

O sr. Cunha Mello não se sentiu na contingencia de acompanhar o sr. Ribeiro Junior, passando a aceitar a substituição da Mesa como justificada pela confiança pessoal que ao Governador deve inspirar o presidente da Assembléa, seu substituto legal, nos termos do dispositivo de nossa Constituição.

E' obvio que sómente ao exmo. sr. dr. Alvaro Maia competia indicar o candidato para ser o seu substituto eventual. A ninguém mais caberia o direito dessa indicação para ser effectivada por uma Assembléa, onde contava com elementos para fazer a victoriosa.

O que houve de censuravel em tudo isso foi o processo posto em pratica, pois o sr. Julio Lima, com o cavalheirismo que o caracteriza, seria o primeiro a deixar a presidencia da Assembléa, logo que presentisse a

necessidade de ficar bem consigo mesmo.

O Sr. *Julio Lima* — V. Excia. dá licença para um aparte? Isso mesmo eu assegurei ao sr. Alvaro Maia, logo que ficou assentada a minha eleição, e o repeti depois de eleito.

O Sr. *Armando Madeira* — (continuando) Acresce, sr. presidente, a esses motivos, que não seriam taes para rompimento por parte do senador Cunha Mello, que entre os novos eleitos para compor a Mesa, se encontram V. Excia. e outros elementos, geralmente considerados amigos daquelle senador.

Explicando assim o procedimento do nosso eminente chefe, temos a esclarecer que continuou elle a nos recomendar que nos mantivessemos, sem discrepancia, na mesma posição anterior, desde que permaneciam firmes os propositos de manter a maior unidade de vistas com o exmo. sr. Governador do Estado.

Nesse sentido, nos fez as mais reiteradas e francas recomendações, manifestando sempre, lealmente, o mais sincero desejo de trabalhar em beneficio do Amazonas, em uma atmosphera de paz e de concordia politica.

Não obstante, sr. presidente, sentiamos que essa atmosphera ia se tornando pesada, e que em torno de nós se estabelecera um cordão de isolamento, deixando-nos em posição um tanto esquerda no seio desta Assembléa.

Fizemos, porem, o proposito de contemporizar e silenciar, fugindo de tricas e intrigas improdutivas, a ponto de não transmittirmos ao sr. Cunha Mello impressões que lhe pudessem causar suspeitas de hostilidade.

Dir-se-á que dois deputados amigos do senador Cunha Mello foram eleitos para diversas comissões permanentes, cabendo-me a presidencia da Comissão de Poderes e Legislação, tendo ainda o sr. Ariolino Azevedo sido designado para funcionar na Comissão Especial do Regimento.

Sabemos, porem, como se processou no recinto da secretaria a indicação dos membros das comissões, sem que participassem de qualquer comi-

nação, sendo que os nossos nomes foram postos nas chapas á ultima hora, para que a ausencia delles não determinasse commentarios inevitaveis.

Ainda assim, tivemos a tolerancia de peccar os cargos para as referidas comissões, aos quaes eu e o sr. Ariolino Azevedo renunciámos neste momento, eu na Comissão de Poderes, Constituição e leis de interesses municipaes e o sr. Ariolino Azevedo, nas Comissões de Agricultura, Industria, Commercio, Obras publicas, Terras e Colonização, Segurança Publica e de Regimento.

Fiel ao mesmo proposito de não perturbar o ritmo da politica amazonense, conjugando os mesmos sentimentos de harmonia no Partido Socialista, sempre se manteve o sr. Lina Castro, franca e abertamente em attitudes dignas e elevadas.

Como auxiliar de confiança immediata do Governo, foi um collaborador efficiente da administração publica, trabalhando com o maior interesse em beneficio de sua terra, como demonstram os actos que praticou durante o breve periodo de quatro mezes, pondo em evidencia capacidade de trabalho e energia, pautando os seus actos pelas normas da justiça e da moralidade administrativa.

Ao assumir o exercicio a 22 de Fevereiro deste anno, encontrou em caixa a quantia de 5:457\$600, e dividas a pagar na importancia de 426:209\$300, que foram liquidadas.

Para isso teve de suspender todos os trabalhos em andamento, que agora ia recommear, quando foi demittido.

Essas obras eram: construcção de um refugio á avenida Eduardo Ribeiro; construcção da avenida Floriano Peixoto, á rua Wilkens de Mattos, onde se acha o aro-porto da *Panair*.

Encomendou no Rio de Janeiro uma cabine moderna para o posto policial no cruzamento da avenida Eduardo Ribeiro com a avenida Sete de Setembro, provida de telephone para informações de utilidade publica; creou a *Gotta de Leite*, para creanças pobres; remodelou o serviço de fiscalização de leite, decretando a pasteurização do mesmo; decretou o registro

de creadores de gado e instituiu a vacinação obrigatória do gado leiteiro; concedeu isenção de imposto predial para novas construcções de casas em certas zonas da cidade. Diligenciava para adquirir, gratuitamente, como dadia de um millionario americano, um estabelecimento de maternidade para Manáos.

Providenciava para erecção da esttua do seringueiro, como homenagem ao heroico nordestino que desbravou a selva amazonense, na parte em que se acha explorada, num elevado sentimento de brasilidade.

Providenciou quanto á educação civica da infancia, em appello ao professorado primario, conforme publicação no "Diario Official", de seis de junho findo, deliberação que o sr. dr. director da Instrucção Publica tornou obrigatoria.

Estabeleceu o concurso de robustez infantil e instituiu a Arvore de Natal para creanças pobres.

Manteve em dia a arrecadação das rendas municipaes e zelou pela defesa dos interesses do municipio.

Estabeleceu a ordem e a disciplina nos serviços publicos sob sua direcção, especialmente entre o pessoal dos diversos departamentos.

Na parte economica, em defesa do equilibrio orçamentario, supprimiu a Directoria de Agricultura, o logar de urbanista e um de analysta do posto lactometrico.

Reduziu o consumo de gazolina nos auto-caminhões e automovel da Prefeitura, o qual era o seguinte: vinte litros diarios para cada carro de carga e quarenta litros para o automovel do prefeito. Passou a ser: doze litros diarios para os carros de carga e cinco litros para o automovel, por dia.

Em tão curto espaço de tempo era impossivel, sr. presidente, conseguir maiores realizações, atravez das conhecidas difficuldades financeiras da Prefeitura.

O acto da demissão do sr. Lima Castro, embora sob o pretexto de um pedido que não chegou a ser formulado, foi a consequencia de deliberações anteriores, que já se viam esboçando; estas deram logar a duas

vezes ser solicitada sua exoneração, em ambas denegada.

Desta ultima vez, sr. presidente, o caso mudou inteiramente de aspecto.

Diante da manifestação de indisciplina por parte de um funcionario no exercicio de uma commissão de confiança, como seja o cargo de administrador do Mercado Publico, o prefeito não deveria hesitar em tomar a providencia que tomou, a não ser que quizesse annullar inteiramente sua autoridade.

Entretanto, ao exmo. sr. Governador um facto dessa natureza, inteiramente dentro das attribuições do prefeito, chegou de tal modo deturpado, que sua exc. não ouvindo sequer o sr. Lima Castro, resolveu exonerar-o, e assim o fez, na manhã do dia primeiro do corrente, enviando-lhe um officio, que bem demonstra não ter sido essa exoneração solicitada, conforme o sr. Lima Castro já tornou publico pela imprensa.

O gesto de sua exc. foi commentado pelo periodico "A Nação", em um editorial expressivo sob o titulo *Crise de autoridade*, lido hontem da tribuna desta Assembléa pelo nosso distincto collega, deputado Julio Lima.

E não só isso: teve larga repercussão nesta cidade, onde a opinião publica, tomada de surpresa, manifestou sua reprovação, dando provas de solidariedade e de apreço que o sr. Lima Castro tem recebido; e segundo se lê no serviço telegraphico da imprensa local, causou, na capital da Republica, nos meios politicos, principalmente amazonenses, a peor das impressões.

De facto, sr. presidente, quaesquer que fossem os dissidios que realmente não existiam entre o sr. Governador e o sr. Lima Castro, o momento foi o mais inopportuno para uma demonstração desta especie, visto como veio estabelecer o regimen da rebeldia, a quebra da disciplina, o desrespeito da hierarchia, que é a base da boa administração publica.

Procurou diminuir o prestigio do chefe de uma repartição importante, que se sentiu desautorado.

Redundou em abater o principio da

autoridade, sem o qual as sociedades perigam e se esphacelam, qualquer que seja o regimen politico em que vivam.

Sem esse principio, a ordem é uma chimera, periclitam as garantias da lei e os abusos proliferam, arrastando no seu torvelinho todos os direitos e prerogativas da cidadão.

Eis os motivos pelos quaes, sr. presidente, o senador Cunha Mello prefere se afastar da actual situação politica do Estado, que vinha apoiando com o seu prestigio e para cujo brilho vinha cooperando, efficaçamente, junto aos altos poderes da Republica.

Em seu nome, no meu proprio, no dos deputados Ariolino Azevedo e Arthur Bonates, dos srs. Lima Castro, Gersino Cunha Mello, Azemar Damasceno do Couto, Renato Malla, e dos demais amigos que lhe ficaram fieis, nos declaramos desligados da actual situação, visto não nos convir continuar expostos a outras desconsiderações, taes como as de que temos sido victimas.

E' de assignalar que a actual orientação politica do Estado, em tão pouco tempo, tenha conduzido o deputado Ribeiro Junior ao rompimento já conhecido, e que, pela mesma forma, venha determinar igual attitude por parte do senador Cunha Mello e seus amigos.

Isto, aliás, não importará em solução de continuidade dos nossos esforços, e da dedicação incontestavel do inculto representante do Amazonas, que occupa o elevado cargo de primeiro secretario do Senado.

Continuaremos todos a trabalhar pela grandeza e prosperidade do Estado, vigilantes pelos direitos do povo, no proposito digno de nos mantermos em posição vertical, fóra dessa politica de desconfiança e subterfugios que se vem praticando.

Emquanto no Rio Grande do Sul os grandes partidos politicos, forças tradicionais, reductos de patriotismo, procuram o regimen da patria e da concordia, seguindo rumos traçados pela sabia e proficua direcção de seus *leaders*, unificando a familia riograndense nos mesmos anseios de

progresso e de tranquillidade, no Amazonas o Governo permite que se quebrem os laços de união que se deveria cada dia mais fortalecer e intensificar.

Hostilizado como tem sido, o senador Cunha Mello, esgotou os limites de sua paciencia, e prefere ficar ao lado de seus amigos, afastando-se daqueles que lhe vinham hypothecando apreço e solidariedade, porem lhe fazendo uma campanha surda e obstinada.

E' evidente que estão errados os caminhos pelos quaes se vão conduzindo os negocios politicos, no Estado, onde as ambições se avolumam e os interesses se chocam, sem freio, quanto mais se approximam as eleições federaes.

Posso declarar que o senador Cunha Mello vinha envidando esforços para que a solução dessas difficuldades se processasse naturalmente, abstendo-se elle de pretender qualquer lugar para qualquer de seus amigos.

Quanto a mim, prevaleço-me do ensejo para affirmar, desta tribuna, que nunca fui, não sou, não serei candidato federal nas proximas eleições. Se esta supposição estava influido para se estabelecer o regimen de alijamento do senador Cunha Mello do seio do partido dominante, mais uma vez foi tomada uma deliberação por infundadas presumpções, sem motivo que as pudesse justificar.

Teria sido mais certo, justo, correcto, a investigação aberta, directa e franca.

Infelizmente, porem, sr. presidente, o que se observa é essa mesma pratica com que se feriu o sr. Ribeiro Junior, na pessoa do sr. Julio Lima, e com que agora se procura attingir o sr. Cunha Mello, na pessoa do sr. Lima Castro, para que possa parecer enfraquecido ou diminuido o senador amazonense, que deve a posição em que se encontra aos seus proprios merecimentos, ao seu comprovado valor intellectual, aos incontestaveis serviços que tem prestado ao Amazonas, por cujos interesses e direitos tem batalhado e vencido memoraveis campanhas.

Desliga-se o sr. Cunha Mello da

situação política actual, seguido pelos seus verdadeiros amigos.

Sempre é melhor respirar os ares saturados de oxigenio, pela renovação constante dos elementos em lucta, que é a imagem da vida, do que perminecer na immobildade das aguas grossas do mar Morto".

Deixando a tribuna o sr. Armando Madeira, occupa-a o sr. Paula Gonçalves, cuja oração vac a seguir :

Sr. Presidente

Srs. Deputados

Preliminarmente, antes de responder ás palavras do meu nobre collega, sr. deputado Armando Madeira, de-sejo dirigir-me ao povo aqui presente que não assistiu a sessão de hontem, desta Casa, e, tambem, ao operoso redactor parlamentar do brilhante vespertino "O Jornal" que, no relato da sessão de hontem desta Assembléa, escreveu haver eu declarado que o acto interventorial de 1930, dissolvendo o Superior Tribunal de Justiça do Estado, *fora um acto benemerito*.

Como não tenha, em absoluto, affirmado tal, prova que venho fazer com o resumo tachygraphico da sessão de hontem, entre minhas mãos, são, pois, para o operoso redactor do "O Jornal" as minhas primeiras palavras, visto como o que declarei foi o seguinte, apartando o sr. deputado Julio Lima, por occasião do discurso do nobre deputado o sr. Moacyr Dantas : — "Eu não endeuisei. Eu falei neste povo que o levantou, pois o sr. Alvaro Maia está em Palacio e é hoje a mais alta autoridade do Estado".

O Sr. Julio Lima — V. Excia. dá licença para um aparte? V. Excia. teceu um verdadeiro hymno ao acto ! A Casa foi testemunha !

O Sr. Paula Gonçalves — V. Excia. deseja deturpar as minhas palavras, mas ellas estão tachygraphadas ! Aqui estão para confundil-o !

O Sr. Julio Lima — V. Excia., numa elevação de vistas, podia fazer uma retractação. Seria mais louvavel. Uma rectificação, nunca, porque o aparte foi apanhado com exactidão !

O Sr. Paula Gonçalves — Estou fazendo uma rectificação e estou fazendo justiça ! Tenho os srs. juizes do Tribunal no mais alto conceito ! Minhas palavras V. Excia. não deturpará !

(Continuando) O que respondi ao sr. Julio Lima, apartando-o, foi o seguinte, tambem tachygraphado, e vou ler, pedindo a attenção de todos : "Mas o povo o rehabilitou, elegendo-o Governador desta terra ! E, elegendo-o, como elegeu, approvou os seus actos". Essas foram as minhas palavras, textuaes. Não podiam ser outras. Tanto quanto a V. Excia., tambem me honram com sua consideração respeitaveis membros do Superior Tribunal de Justiça do Estado !

O Sr. Julio Lima — A Casa quiviu perfeitamente as palavras de V. Excia !

O Sr. Paula Gonçalves — V. Excia. bem ouviu, a Casa tambem ouviu as minhas palavras. V. Excia. quer é exhumar um caso lamentavel, para exploração politica pessoal, julgando que o povo desta terra ainda pode ser victima de mãos conselheiros ! V. Excia. está muito enganado !

(Continuando) Como dizia, sr. Presidente, essas foram as minhas palavras como as registrou, e muito fielmente, o corpo de tachygraphos que tudo envia para, dentro desta Casa, honestamente, sem interesses subalternos, alcançar as proposições de cada um de nós.

Feita esta declaração, sr. Presidente e srs. deputados, declaro que ascendi á tribuna para manifestar que ouvi com o mais profundo respeito as palavras do sr. deputado Armando Madeira, palavras que, em confronto com as que ouvimos aqui ha cerca de 15 ou 20 dias, lidas pelo sr. deputado Julio Lima, cumpre-me registrar a maneira ponderada, verdadeiramente polida, cavalheiresca como o vem de fazer o sr. deputado Madeira. Que chocante contraste de expressões !

Preciso dizer que o que se passa, hoje, no scenario politico desta terra, é um phenomeno perfeitamente natural, commum na vida de todos os partidos politicos, quaesquer e de onde quer que sejam, mesmo de uma terra realmente grande como a nossa, mas

paradoxalmente pequena, encarada pelo prisma político. O que se passa aqui, repete-se nos grandes centros do Paiz, em S. Paulo, o Estado-leader da Federação, mesmo nos pampas do Rio Grande do Sul, Estado referido aqui ha pouco.

Em toda a parte ha dissensões politicas e V. Excia. no seu discurso, sr. deputado Armando Madeira, declarou que o Governo do Rio Grande do Sul, no momento, tudo envida para consolidar e harmonizar a politica do Estado, e eu respondo a V. Excia. — até hoje o esforço do sr. Flores da Cunha, e mais, até hoje os esforços patrióticos de outros, dispendidos durante mais de 20 ou 25 annos nada conseguiram, a familia politica do Rio Grande continúa separada e dividida, não obstante todos esses esforços.

Em São Paulo, na grande terra paulista onde abri os olhos ao mundo, onde passei a phase melhor de minha vida, como estudante, lá também, do pujante Partido Republicano Paulista, para o pleito de 14 de Outubro ultimo, uma parte desse partido, chamada a "ala moça", abandonou-o, uniu-se ao Partido Constitucionalista e foi este que elegeu o sr. Armando Salles de Oliveira para a suprema governança daquelle Estado.

O que se passou em S. Paulo, o que vem acontecendo ha tantos annos no Rio Grande, repete-se na Bahia, no Districto Federal, igualmente em Minas, na historica Minas Geraes que durante tanto tempo controlou toda a politica nacional e, hoje, também está dividida! Aqui os factos se repetem em proporções menores, mas, perfeitamente iguaes, similares, identicos, não surprehendendo a ninguém que milite em politica, nem aos novos, mormente aos antigos.

Esta lucta, srs. deputados, que se vac delineando e neste momento preoccupa as correntes politicas do Estado, é uma lucta que vac girar em torno ás eleições proximas, municipaes e federaes.

Não representa a lucta um phenomeno vital, como V. Excia. muito judiciosamente affirmou, sr. deputado Madeira?

Sim! E os moços, e quem mais que os moços poderão recusar a lucta? Estão elles promptos para a pejeira, como estiveram ha pouco, nas campanhas civicas memoraveis que antecederam o pleito de 14 de Outubro!

Pergunto, sr. deputado Madeira, pergunto sr. deputado Julio Lima: — Quem participou dos comicios, quem se dirigiu aos suburbios, quem assumiu compromissos sagrados perante o povo, quem pregou uma causa, quem levou ao povo a palavra de esperanza, a certeza de que a terra seria entregue a seus filhos e aos que aqui se radicaram para, honestamente, cooperarem para a sua evolução, para o seu engrandecimento, para o seu progresso, nas campanhas de Outubro do anno passado?

Eu mesmo respondo: — Foi a mocidade desta terra! Foram, para não citar outros, o sr. deputado Felix Valois Coelho, o sr. deputado Moacyr Dantas, o sr. deputado Antovilla Vieira, o sr. deputado Nogueira da Malta, também o humilde orador...

Os Srs. Antovilla Vieira e Felix Valois — Humilde orador, não apoiado!

O Sr. Paula Gonçalves — Foi toda uma mocidade idealista e luctadora, sincera e desassombrada, que, pregando a idéa moça, affirmava que o Amazonas seria dos amazonenses!

Pois, muito bem, sr. deputado Madeira! Esta mesma mocidade que luctou por um ideal ainda não debandou nem debandará, constitue ainda a columna victoriosa que proseguirá a marcha não terminada, mocidade que é o nucleo central de todo este movimento de renovação, alerta para a lucta, hoje, amanhã e sempre!

Nada nos intimida, nada receamos, srs. da opposição!

Lamentamos, tão somente, que companheiros beneficiados por todos nós, hoje nos abandonem levados por exigencias injustas, porque entenderam, certa ou erradamente — não desejo aprofundar-me no seu pensamento — entenderam absurdamente de se assenhorarem da direcção politica do Estado! Mas não o conseguirão! Não o conseguirão, repito, porque crepita ainda o fogo sagrado que amalgamou

toda uma multidão, continúa viva, em lucta permanente, aquella pleiade de moços que constituem o Nucleo Tres de Outubro do Amazonas e o Partido Socialista Amazonense!

Arregimentem-se todas as forças políticas para a lucta dos proximos dias! Na vanguarda estamos e estaremos nós!

Sr. Presidente, srs. deputados — O phenomeno politico que atravessamos, os acontecimentos que estamos assistindo nada têm de extraordinario. O sr. deputado Vivaldo Lima trouxe do Paredão, deslumbrando-nos, quantidade consideravel de estanho. Registro o facto porque é uma prova de que até a natureza morta se desagrega. Na natureza viva, entre os vegetaes, o mesmo acontece. Porque nós, humanos, não podemos nos separar se as proprias rochas se desagregam?

Absolutamente não nos alterarão os rumos, nem nos preocupam as dissensões que vão surgindo. Absolutamente, sr. deputado Armando Madeira! Nossa corrente augmenta, avoluma-se e seguirá seu curso natural.

O proximo pleito dará a prova de que o povo saberá a quem escolher, a quem acompanhar, dirá com quem está a razão, seleccionará os bem dos mal intencionados!

Este caso Raymundo Carvalho — Lima Castro está sendo demasiado deturpado. Preferia não abordá-lo, passar-lhe por sobre porque, finalmente, nelle está envolvida a pessoa de um antigo companheiro nosso, o ex-deputado Lima Castro, também ex-prefeito municipal de Manãos. Mas, argumenta-se que devido a esse incidente natural de administração periclitia a estabilidade de uma situação, abalando-a; argumenta-se que desappareceu a disciplina; affirma-se que vae imperar a anarchia, a desordem; a machina administrativa talvez se paralysa...

Todos esses presagios, porque? Unicamente porque o sr. Governador do Estado, no uso de um legitimo direito, dentro desta Constituição que todos nós elaboramos, exoncou o sr.

Lima Castro do cargo de Prefeito da Capital, cargo de absoluta confiança!

Pergunto ao sr. deputado Madeira e aos demais srs. deputados da opposição: — Fallece, ao sr. Governador do Estado, auctoridade para tanto? Absolutamente não! E tanto não fallece que V. Exas. nada respondem! A ordem e a disciplina administrativas continuam asseguradas. Continuam asseguradas porque, se na apparencia, o honesto funcionario Raymundo Carvalho passou, para os que não o conhecem, como um relapso, como um insubordinado, devo dizer a V. Exas., srs. deputados, que, guardadas as proporções, tão ou mais insubordinado que Raymundo Carvalho, tão relapso quanto esse humilde funcionario do mercado, era esse ex-Prefeito Lima Castro que desobedecia constantemente, que recalcitrava sempre ás ordens do sr. Governador do Estado!

O Sr. Armando Madeira — V. Exa. esquece que o Municipio é autonomo?

O Sr. Paula Gonçalves — Para que o fosse, totalmente, era necessario que tivesse sido determinada, na Constituição do Estado, a elegibilidade do Prefeito!

O Sr. Ariolino Azevedo — Si o sr. Lima Castro era recalcitrante, porque não lhe deram a demissão, duas vezes pedida?

O Sr. Paula Gonçalves — Posso affirmar e garantir a V. Exa. que elle nunca chegou a pedir demissão. Alardeou, apenas, para armar effeito perante a opinião publica!

(Continuando) — Sr. Presidente, o caso Lima Castro não foi mais que a culminancia de factos, como vinha dizendo, de recalcitrancia, passados na Prefeitura, até bem pouco sob a direcção voluntariosa do ex-prefeito.

Manãos é uma cidade pequena. E é uma felicidade, isso, para todos nós. Todos os nossos actos são conhecidos, mormente os dos que occupam logar de destaque numa administração. Raymundo Carvalho é um homem conhecido. Administrador do Mercado Publico Municipal, pelo facto de ser modesto e humilde, de ser homem pobre, sem grande representação na so-

cidade, não será, acaso, digno de consideração, de atenção, do amparo moral do sr. Governador e de nós outros? E'. E tanto é, e tanto o foi que o sr. Governador do Estado preferiu conservá-lo, e lá continúa elle, no seu posto, satisfazendo integralmente os seus deveres, passando por suas mãos callosas e grossas, mas honestas, mais de 500:000\$000 annuaes, sem o menor deslize, sem a menor falta.

Determinou o sr. Lima Castro que se fizesse uma tomada de contas rigorosa, na ancia de lhe fazer mal, mas nada foi encontrado que desabonasse a honestidade e a probidade de Raymundo Carvalho! Essa devassa subita, inesperada, processou-se num pleno domingo e notas de escandalo foram remetidas á imprensa local — e essa imprensa, no dia seguinte, nada referiu a respeito da lisura das contas de Raymundo Carvalho!

Raymundo Carvalho era um insubordinado, affirmou-se aqui. E eu affirmo-o: — Lima Castro tambem o era, e vou provar. Determinações feitas, não como superior seu, mas realmente solicitações de amigo para amigo, pelo sr. Governador, nunca foram attendidas pelo sr. Lima Castro. Promettia, promettia, recalcitrava, recalcitrava sempre!

Poderia relatar uma serie extensa de factos censuraveis, occorridos na administração municipal, mas entendo que á Assembléa Legislativa pouco interessarão. E' mistér, porem, fique bem claro que o crime, no entender do sr. Lima Castro, desse humilde e honesto administrador do Mercado Publico, foi unica e exclusivamente o seguinte: Como membro do Partido Socialista, no uso de um legitimo direito de cidadão e associado, assignou uma convocação politica, juntamente com cerca de 100 outros companheiros, marcando uma Assembléa Geral para escolha do novo Directorio.

Esse o grande crime de Raymundo Carvalho!.... Mas, vou igualmente provar que se tanto é crime, maior criminoso foi o sr. Lima Castro querendo, dentro do Partido Socialista, fazer politica, mas, politica pessoal, que não visava os interesses da aggre-

gação, mas o beneficio de sua propria pessoa! Porque affirmo assim? Porque o sr. Lima Castro tinha certeza absoluta de que não seria suffragado na chapa cuja eleição, então, se iria proceder. Tentava, com o golpe projectado, impedir o desejo, cercar a vontade de centenas de cidadãos, nossos correligionarios, que não mais o supportavam justamente pela orientação draconiana que seguia na Prefeitura.

Permittam-me os nobres deputados que relate ainda alguns detalhes a respeito deste caso, muito embora contrariando meus propositos.

Convocada a Assembléa do Partido, convocação assignada por Carvalho e outros companheiros, pela vez primeira, na vida administrativa municipal, Raymundo Carvalho e mais 14 empregados subalternos do Mercado são, incontinenti, intimados a comparecer ao gabinete do sr. Prefeito para tratar de interesses da Communa... Mas, todos sabiam que foram intimados para receber gritos, ordens absurdas que não poderiam ser cumpridas porque homens dignos, homens de brio jamais recebem imposições e ordens absurdas de quem quer que seja — muito menos humilhações!

Raymundo Carvalho e demais companheiros, preocupados e intimados procuraram aconselhar-se com pessoas do Partido, com amigos, e são aconselhados a se dirigirem ao sr. Governador do Estado, quem, com sua bondade e tolerancia nunca desmentidas, poderia solucionar a difficuldade.

Inteirado dos factos, quasi que no mesmo instante o sr. Governador conversa com o Prefeito Lima Castro, procurando, talvez pela decima ou vigesima vez collocar-o nos eixos, solicitando-lhe terminasse, de vez, com esses actos condemnaveis de administrar que se não coadunavam com uma administração isenta de paixões e de odios, como a sua.

O Sr. Ariolino Azevedo — E porque o sr. Lima Castro, ao sahir da Prefeitura, foi homenageado pelos seus antigos inimigos?

O Sr. Paula Gonçalves — O sr. Lima Castro, esquecendo aquelles hombros

que o auxiliaram a galgar a Prefeitura, a quem passou a prestigiar dentro da Comuna? Aos inimigos da vespéra, áquelles que viviam nas esquinas nos desprestigiando, fazendo sobre a pessoa de cada um de nós — e até sobre a de V. Excia., sr. deputado Ariolino Azevedo! — as mais torpes e miseráveis referencias!

Nas costas de Raymundo Carvalho, que lhe serviram para subir, surgiram defeitos, como nas de Francisco de Mattos Soares, tambem nosso amigo e tambem victima sua, assim como de outros e outros mais. Considerações, meritos só os possuíam e mereciam aquelles que não desejo aqui citar, perseguidores conhecidos de todos os funcionarios municipaes.

Considero tambem inherente á natureza humana a ingratiidão, e Lima Castro foi ingrato, elle e outros mais qua galgaram posição politica nesta terra fazendo de escadas as costas grossas de Raymundo Carvalho.

Deixo sem commentarios essa ingratiidão, essas injustiças para com os nossos amigos e antigos companheiros. Não desejo, porque não é de meu feitiço, reavivar outros casos. Elles servem, apenas para quebrar o rythmo do trabalho, de labor proficuo que deve existir e existe dentro desta Assembléa. Preciso declarar, srs. deputados, é que o julgamento dos homens publicos desta terra, o julgamento de cada um de nós, ha de ser feito em todos os momentos e em especial nos momentos decisivos.

Não é com palavras, não é com escriptos, srs., sim com o voto, que se decidem as situações hoje em dia! Approxima-se o anciado dia 7 de Setembro, caminhamos a passos largos para o dia 31 de Agosto! Nesses dias as forças politicas deste Estado, as que têm prestigio real, comparecerão ás urnas e, então, veremos a quem o povo fará justiça — essa justiça popular inexoravel com que paula seus menores actos, quem esse povo escolherá nas urnas para os mandatos federaes e municipaes!

Quizera viver 100 annos como tenho a certeza da victoria do Partido Socialista Amazonense, consolidado e pres-

tiado na opinião publica, chefiado por um moço dos mais dignos e dos mais respeitaveis de sua geração, que, disse hontem e repito hoje, soffreu as maiores humilhações, foi victima da mais atroz das campanhas diffamatorias, das mais rudes injustiças, ferido até na pessoa de entes queridos de familia — aquelles em cujas veias e arterias corria seu proprio sangue generoso — esse moço, idolo de seu povo nem se apercebe desses cães vadios que nada fazem senão ladrar, ganir continuamente no vazio e na calada das noites!...

Alvaro Maia está em Palacio, maior no conceito do povo! O pleito aproxima-se! Em torno a sua pessoa respeitada e respeitavel está o povo amazonense que o escolheu e o elevou á mais alta representação politica e administrativa desta terra!

Somos os delegados reaes e legitimos do povo amazonense. Vou submeter á apreciação desta respeitavel Assembléa, sr. Presidente, a moção seguinte, cuja leitura peço permissão para fazer: — (leitura)

moção

"A Assembléa Legislativa do Estado do Amazonas, corporação que encarna a soberania popular, hypotheca integral e irrestricto apolo politico á pessoa do honrado sr. Governador do Estado, dr. Alvaro Maia, applaudindo e louvando a maneiira criteriosa como vem dirigindo os negocios publicos, e cujos actos são norteados pela mais elevada moralidade administrativa e escudados dentro da Constituição e das Leis".

S. S. Manaus, 4 de Julho de 1935.

(a) João de Paula Gonçalves.

Posta em discussão a moção apresentada pelo sr. Paula Gonçalves, retira-se do recinto o sr. Philadelpho de Moraes. Pede a palavra o sr. Antonio de Vasconcellos, que diz o seguinte:

Sr. Presidente

Não ha muito ainda, affirmei desta tribuna que em torno do sr. Governador Alvaro Maia gravitavam amigos ursos!

O Sr. Ariolino Azevedo — Se fossem amigos *ursos* não teriam procedido desta maneira; não teriam tomado esta attitudão!

O Sr. Antonio de Vasconcellos — (Continuando) Dissera eu que ás primeiras ambições que fossem contrariadas, seria o sufficiente para que cahissem as primeiras mascaras, e cahidas as primeiras mascaras, fossem assentadas as baterias contra a honestidade do sr. Alvaro Maia.

O Sr. Ariolino Azevedo — De V. Excia., é possível que tenha cahido a mascara!

O Sr. Antonio de Vasconcellos — Houve quem affirmasse, então, que o Partido Trabalhista, fazendo justiça ao moço amazonense, nutria o desejo de apoiar-se em *muletas*, de acercar-se, de acolher-se á sombra governamental.

Entretanto, sr. Presidente, toda a cidade o sabe, e torno a dar testemunho que o Partido Trabalhista, até hoje, nada pediu ao sr. Alvaro Maia.

Bastou que o sr. Alvaro Maia se recusasse a submeter-se a exigencias humilhantes para que se desmascarassem os laes amigos *ursos*; os mesmos que viviam allegando haver prestigiado, prestado serviços ao moço amazonense; os mesmos que se vangloriam de que a elles deve o sr. Alvaro Maia estar no Governo...

O Sr. Ariolino Azevedo — Essa primazia cabe ao deputado Vivaldo Lima, que se gabou de ter convencido o sr. Alvaro Maia a acceitar o Governo do Estado!

O Sr. Antonio de Vasconcellos — (continuando) ... são os que hoje deixam cahir a mascara e mostram ao povo amazonense as suas proprias consciencias!

O Sr. Ariolino Azevedo — Se assim fosse não teriamos tomado a attitudão que tomamos; esta attitudão digna, honesta, decente e de desassombro!

O Sr. Arthur Bonates — Se nós parecemos *ursos*, o Sr. é direitinho um camello! E depois, V. Excia. audou até implorando o accordo e não conseguiu!

O Sr. Antonio de Vasconcellos — Dispensome de responder ao aparte de V. Excia. porque considero inutil

perda de tempo qualquer resposta. (Continuando) Naquella occasião, sr. Presidente, conhecedor que sou, pelo meu grande, prolongado tempo de residencia nesta terra; pela posição que sempre occupei, de galeria na politica do Amazonas, como vulgarmente se diz, conheço bem os seus homens e as suas coisas. Não eram, para mim, desconhecidos aquellos que custodiavam o sr. Alvaro Maia, fazendo-lhe exigencias, muitas vezes, revoltantes!

Foi por isso que a Bancada Trabalhista assumio a defesa do sr. Governador, sem nada lhe pedir, sem nada receber, até hoje, desse Governo.

Esta é a justificativa, sr. Presidente, da nossa attitudão nesta Casa. Esta é a justificativa da attitudão do Partido Trabalhista Amazonense, prestigiando o sr. Alvaro Maia, suffragando-lhe o nome para o Governo, porque o Partido Trabalhista o considera um moço amigo de sua terra, capaz de conduzir o seu Estado á prosperidade, necessitando, porem, da paz e do concurso de quantos aqui têm interesses radicados.

Justificada assim, sr. Presidente, a attitudão de meu partido e de minha bancada, declaro que votamos pela moção, e requeiro a V. Excia. que consulte á Casa se permite que a votação seja nominal.

Vem á tribuna, depois, o sr. Antovilla Vieira para encaminhar a votação do requerimento do sr. Antonio de Vasconcellos, achando que a maioria está de pleno accordo com o deputado trabalhista. Aparteando, diz o sr. Armando Madeira que a minoria nada tem a oppôr ao requerimento. Final, verificada a votação nominal, manifestam-se a favor da moção do sr. Paula Gonçalves os srs. João Verçosa, Leopoldo Neves, Nogueira da Matta, Carlos Machado, Felix Valois, Ananias de Almeida, Moacyr Dantas, Maria Leão, Paula Gonçalves, Manoel Monteleiro, Vivaldo Lima, Ruy Barreto, Ary Tapajós, Antovilla Vieira, Benjamin Ferreira, Antonio de Vasconcellos, Felismino Soares e Chaves Ribeiro (18) e contra os srs. Julio Lima, Ariolino Azevedo, Nunes de Lima, Armando

Madeira, Tilo Bittencourt, Aristides Rocha e Pimentel Salles (7).

Ao finalizar a votação, o sr. Ariolino Azevedo, com a palavra, renuncia a todas as comissões para que fôra eleito, declarando em seguida o sr. Presidente encerrados os trabalhos e marcando para amanhã: eleição das vagas existentes nas comissões regimentaes, em virtude das renúncias dos srs. Armando Madeira e Ariolino Azevedo.

SESSÃO de 5 de Julho

Presidência do sr. João Verçosa. — Secretários — srs. Nogueira da Matta e Carlos Machado.

A' hora regimental, presentes os srs. João Verçosa, Nogueira da Matta, Carlos Machado, Felix Valois, Ananias de Almeida, Moacyr Dantas, Paula Gonçalves, Manoel Monteiro, Julio Lima, Ariolino Azevedo, Leopoldo Pêres, Nunes de Lima, Ruy Barreto, Armando Madeira, Tilo Bittencourt, Ary Tapajós, Antovilla Vieira, Philadelpho de Moraes, Benjamin Ferreira, Antonio de Vasconcellos, Felismino Soares, Aristides Rocha e Arthur Bonates, faltando com causa justificada o sr. Manoel Lobo e sem ella os demais deputados, abre-se a sessão.

Lida e approvada sem debate a acta anterior, o primeiro secretario dá conta do seguinte

EXPEDIENTE

Mensagem do Governador do Estado, enviando uma exposição sobre differenças de remuneração de alguns cargos publicos.

Petição de Joanna das Mercês, solicitando uma pensão.

Officio do desembargador Hamilton Mourão, communicando que fôra eleito com seu collega Arthur Virgilio do Carmo Ribeiro para presidente e vice, respectivamente, da Corte de Appellação.

Idem do presidente e primeiro secretario da Federação Amazonense de Desportos Athleticos e Associação Be-

neficente dos Funcionários do Estado, agradecendo a communicação da eleição da Mesa da Assembléa.

Annunciada a

ORDEM DO DIA

o sr. Presidente consulta a Casa sobre se pode ser adiada, para depois do pleito eleitoral dos classistas, a eleição marcada na ordem dos trabalhos de hoje, visto que os deputados, de accordo com o art. 51 do Regimento interno, não podem fazer parte de mais de duas comissões.

Pede a palavra o sr. Aristides Rocha, que se manifesta contra, lembrando a ultima eleição da Mesa, para a qual a Assembléa não teve em consideração a falta dos classistas, havendo a maioria deliberado contra a sua opinião e a de outros collegas. Acha por isso que a Assembléa deve ser logica, cumprindo á risca a ordem do dia, para o que pede seja o seu parecer submettido á votação da Casa. Resumindo nas suas considerações, diz o orador:

A Assembléa Legislativa não aguardou a eleição dos classistas para a eleição da Mesa.

Quando eu observei que a eleição da Mesa, cujo mandato não havia ainda terminado, ou melhor, a deposição da Mesa, traduzia um acto de violencia contra os classistas porque privava a esses compatriotas, que mais tarde serão representantes da Assembléa, do direito de votar e serem votados, a maioria deliberou que se devia fazer a eleição da Mesa, independente da eleição dos classistas.

E ella se fez!

Mais tarde, como uma consequencia da eleição da Mesa, fez-se a eleição das Comissões permanentes, sem que se lembrassem dos classistas!

Ora, aberto que está o precedente, se V. Excia. deu para a ordem do dia de hoje a eleição para o preenchimento das vagas existentes nas Comissões, e se ha numero legal no recinto, o que cumpre a V. Excia. é mandar recolher os votos e fazer a eleição.

A Mesa, depois de dado o assumpto para a ordem do dia, não tem competência par alteral-o.

O Sr. Leopoldo Neves — Mas, consulte a Casa !

O Sr. Aristides Rocha — Como acto de homenagem á Casa, V. Excia. a consultou, realmente, para deliberar sobre o assumpto.

Eu entendo, sr. Presidente, que, marcada a eleição para hoje, hoje deverá ser procedida, mesmo porque, a dura verdade é que a Assembléa Legislativa, por intermedio das suas Comissões eleitas, até agora, não tomou a menor iniciativa, para o effeito de apresentar uma lei organica, ou outra qualquer lei.

Nestas condições, sr. Presidente, acredito que essa delonga seja oriunda, justamente, do facto da não organização integral das Comissões.

O regimento determina que os deputados não podem fazer parte de mais de duas Comissões.

Mas, se os deputados Armando Madeira e Ariolino Azevedo renunciaram as Comissões, tem de ser preenchidos os seus logares por deputados que occupam mais de duas Comissões, desde o momento em que não ha numero para fazer a distribuição equitativa, de maneira que deputados não occupem mais de dois logares.

Expendidas estas considerações, que faço apenas por uma questão de ordem regimental, penso que V. Excia. deve mandar fazer a eleição da Mesa, porque o assumpto está dado para a ordem do dia.

Depois, o sr. Moacyr Dantas, com a palavra, elucida a questão, explicando o modo de entender da maioria no tocante á votação nominal. Verificada esta, apura-se o seguinte resultado : Nogueira da Malta, Carlos Machado, Felix Valois, Ananias de Almeida, Moacyr Dantas, Paula Gonçalves, Manoel Monteiro, Ruy Barreto, Ary Tapajós, Antovilla Vieira, Benjamin Ferreira, Antonio de Vasconcellos e Felismino Soares (13) pelo adiamento da eleição; e contra o adiamento, Julio Lima, Ariolino Azevedo, Leopoldo Pé-

Tito Bittencourt, Philadelpho de Moraes, Aristides Rocha e Arthur Bonates (9) .

Conhecida essa deliberação, vem á tribuna o sr. Leopoldo Pêres, que diz pedir a palavra apenas para declarar que, inteiramente solidario e coherente com a orientação civica invariavelmente seguida na Assembléa pela representação a que tem a honra de pertencer, não poderia ter dado seu voto a favor da moção de irrestricto apoio e solidariedade politica, hontem approvada por maioria de votos, de referencia á honrada pessoa e á administração do sr. Governador do Estado. Pede, portanto, ao sr. Presidente, que faça consignar na acta dos trabalhos a declaração de que, se presente á sessão de hontem, o orador votaria contra a moção.

Fizera já, anteriormente, igual declaração o sr. Philadelpho de Moraes. (Entram no recinto os deputados Chaves Ribeiro e Maria Leão) .

Occupava ainda a tribuna o sr. Antovilla Vieira, que lê um discurso em resposta ao proferido na vespera pelo sr. Armando Madeira, no qual explica a attitude do Governo em relação ao senador Cunha Mello, dizendo que este representante do Amazonas tentará crear entraves ao sr. Alvaro Maia, quando da sua precipitada viagem ao sul do paiz. Depois, o orador historia os factos que concorreram para a demissão do sr. Lima Castro, citando varios casos, entre os quaes os occorridos com os srs. Castro Carneiro, Francisco Soares e Raymundo Carvalho. Referiu mais que o Governador, impressionado com as injustiças feitas a funcionarios, reparou o mal que o ex-prefeito praticára, sendo sua opinião pessoal que essa ex-autoridade havia fallado no desempenho da função que occupára. Terminando, diz que o povo está á espera de que a Assembléa faça alguma cousa de aproveitavel, em lugar de entreter-se com questões, que nada adiantam para o Estado.

Respondendo ao sr. Antovilla Vieira, o sr. Armando Madeira pronuncia estas palavras :

Sr. Presidente

Certamente será enfadonho que eu venha refutar, ponto por ponto, as objecções que a Casa acabou de ouvir, proferidas pelo illustre deputado, sr. Antovilla Vieira.

Preciso, todavia, justificar perante a Assembléa a attitude tomada hontem por mim e pelo deputado Ariolino Azevedo, renunciando immediatamente ás Commissões para as quaes haviamos sido eleitos.

Isso, sr. Presidente, se nos afigurou um elementar dever de ordem politica, porquanto, desligados que nos achamos da maioria desta Casa, pela qual fomos eleitos para as referidas Commissões, nada mais natural do que a renuncia desses cargos, com a affirmativa immediata de que não negariamos nossos esforços aos trabalhos da Assembléa.

O Sr. Felix Valois — Quando se organizaram as Commissões, não se cogitou de partidos politicos.

O Sr. Armando Madeira — Parece-me que nas casas parlamentares a maioria é sempre quem dita a ultima palavra.

O Sr. Felix Valois — V. Excia. que trabalhou, que deu á Commissão da Constituição o brilho de seu esforço, sabe perfeitamente que lá estavam representadas todas as facções politicas e sabe tambem que reinou lá sempre a maior harmonia, e sobre esse facto V. Excia. externou seu ponto de vista nesta Casa.

O Sr. Moacyr Dantas — De accordo com o espirito da Constituição.

O Sr. Armando Madeira — Lá chegará, accentuando que durante o trabalho do projecto da Constituição, a Assembléa se manteve numa attitude elevada, que muito honrou o Amazonas, como se fosse uma corporação eleita por um unico partido. Não se distinguiram cores partidarias, ao contrario do que se começou a observar, logo no dia seguinte á promulgação, de 3 de junho a esta data.

Assim, sr. Presidente, si desde hontem estamos assegurando que não negamos os nossos esforços aos trabalhos parlamentares, não se justifica que o

sr. deputado Antovilla Vieira, ha pouco, occupando a tribuna, increpasse o nosso procedimento, por isso que, sem querer allegar serviços, eu poderia proclamar desta tribuna que não fui dos mais inoperantes cooperadores na elaboração da Constituição do Amazonas.

O Sr. Leopoldo Pêres — Eu dou o meu testemunho e toda a Casa. Bastariam os serviços que V. Excia. prestou nessa occasião, para impor-se á consideração de todo o Amazonas.

O Sr. Armando Madeira — Muito grato pela declaração de V. Excia.

O Sr. Antovilla Vieira — Não neguei os trabalhos de V. Excia. Disse que daqui por diante não estava mais disposto V. Excia. a trabalhar, renunciando, como renunciou, ás Commissões para que fôra eleito.

O Sr. Paula Gonçalves — Os serviços prestados á Constituição do Amazonas foram prestados por nós todos, e não por determinados deputados, na medida de nossas forças e de nossas possibilidades. Deixemos de personalidades.

O Sr. Leopoldo Pêres — Ninguém chamou a si trabalhos, nem paternidades.

O Sr. Armando Madeira — Eu nunca neguei esta verdade. Nunca chamei a mim a autoria da Constituição.

O Sr. Paula Gonçalves — Eu disse que se deve ao trabalho de todos.

O Sr. Ariolino Azevedo — Dá um aparte.

O Sr. Paula Gonçalves — V. Excia. está no todos. Garanto que está.

O Sr. Ariolino Azevedo — Mas o deputado Antovilla Vieira não disse isto.

O Sr. Armando Madeira — Eu quero apenas accentuar, sr. Presidente, que a renuncia de hontem não importa numa systematica e obstinada resolução de negar o nosso esforço e cooperação aos trabalhos desta Assembléa.

A renuncia foi uma simples consequencia da attitude politica a que fomos arrastados pela propria maioria.

Sem querer alongar-me, tenho ainda motivos para declarar á Casa que a viagem do sr. senador Cunha Mello, no início da presente situação, não

obedeceu a intuitos subalternos para collocar nas posições do Estado esta ou aquella figura de sua immediata confiança. S. Excia., antecipando sua viagem, quiz exactamente ficar fóra de semelhante apreciação.

O Sr. Paula Gonçalves — Aguardando na Bahia o sr. Alvaro Maia!

O Sr. Armando Madeira — Na Bahia, a conferencia com o sr. Alvaro Maia foi para ouvil-o.

O Sr. Paula Gonçalves — Não foi para ouvil-o; elle não fazia, queria aproximação.

O Sr. Ariolino Azevedo — O proprio Senador Cunha Mello estava cheio de chamados para tomar parte nos trabalhos da Camara. Elle não solicitava aproximação, pois bem sabe V. Excia. que estavam unidos, na propria phrase de V. Excia.

O Sr. Paula Gonçalves — Não sabia, fiquei inteirado.

O Sr. Armando Madeira — Não pretendo, sr. Presidente, como já disse, esmiuçar, ponto por ponto, as allegações do deputado sr. Antovilla Vieira a respeito do sr. Lima Castro, por isso que os factos são do conhecimento da Casa e do publico em geral. O que affirmei não foi senão a folha de serviços desse illustre administrador, por espaço de quatro mezes.

Esses serviços são notorios, não podem ser desmentidos e podem ser provados a qualquer momento.

O sr. Lima Castro trabalhou effizacamente em beneficio da Communa de Manaus, correspondendo á confiança de S. Excia., o sr. Governador do Estado, e somente pelos motivos que já expuz, exactamente no momento em que periclitava sua autoridade, foi afastado do cargo, simplesmente porque não concordou com um empregado de sua immediata confiança, se recusasse a cumprir uma portaria, e desobedece a determinações de seu chefe.

O Sr. Paula Gonçalves — (Dá um aparte).

O Sr. Armando Madeira — Mesmo que assim fosse, V. Excia. estaria laborando num equivoco, visto que o

municipio é autonomo, e uma vez nomeado o Prefeito, o Governador não tem attribuições para intervir na administração municipal.

O Sr. Paula Gonçalves — Si fosse autonomo, elle não estava em casa, ainda estaria na Prefeitura.

O Sr. Armando Madeira — Não se admite que o Prefeito ficasse amarrado de pés e mãos. A autonomia do municipio lhe assegura a mais ampla liberdade de acção, no exercicio legal de suas funcções, e o sr. Governador não podia invadir essa esphera, sem violentar os principios constitucionaes, que são basilares no nosso regimen politico.

O Sr. Paula Gonçalves — Não podia permittir que...

O Sr. Felix Valois — A liberdade como tudo, é relativa. Compreende-se a liberdade dentro da orientação traçada pelo chefe do Governo.

O Sr. Armando Madeira — Isso não é preceito legal, não está impresso em nenhum codigo de lei.

O Sr. Felix Valois — Não importa, porque toda gente assim pensa!

O Sr. Armando Madeira — O facto é que o Prefeito só tem de obedecer aos preceitos legais. É certo que podia ser livremente demittido como o foi; é cousa que nunca ninguém negou. Mas durante o exercicio de seu cargo, podia livremente praticar os actos que praticou. O que é fora de toda duvida é que o gesto do sr. Governador foi inoportuno, no momento em que o Prefeito procurava manter o principio da autoridade.

Quanto as imaginarias personificações, que alardeou o sr. Antovilla Vieira.

O Sr. Antovilla Vieira — Mas, provadas...

O Sr. Armando Madeira — Imaginarias, sim, porque V. Excia. argumentou com simples presumpções, conjecturas; nem ao menos são presumpções no sentido juridico, não houve sequer a prudencia de expor que ellas se tratavam de conjecturas.

Supponhamos a Directoria de Agricultura, o sr. Lima Castro não tem personificação nenhuma; apenas officina

deu as rendas municipaes, eliminando um departamento inutil, que abusava de suas attribuições e não prestava os serviços a que era destinado.

O Sr. Paula Gonçalves — E havia milhares de pobres pelos suburbios que ia auxiliando!

O Sr. Armando Madeira — Então era assistencia publica, não era agricultura.

O Sr. Paula Gonçalves — V. Excia. trabalhou por ella na Constituição e lá collocou isso: fomentar a agricultura...

O Sr. Armando Madeira — A pasteurização do leite, também apontada como motivo de perseguição, por parte do sr. Lima Castro, traz á baila a mesma argumentação que se faz sempre quando a iniciativa de um governante bem intencionado procura lançar melhoramentos no seio da collectividade.

Foi o que aconteceu quando o sr. Emmanuel de Moraes procurou melhorar o serviço do transporte do leite, em frigorifico.

O caso foi parar até em Juizo, perante os tribunaes, como violencia praticada contra os negociantes de leite, somente porque estava a traz o interesse particular do sr. Miranda Corrêa, como fornecedor de gelo, a quem o sr. Antovilla acaba de se referir como atingido pelas providencias decretadas pelo sr. Lima Castro.

Não querendo, repito, alongar-me em considerações em torno do discurso do sr. Antovilla, apenas declaro que sustento, em absoluto, todas as minhas affirmativas no discurso proferido ontem, porque não me afasto, nem me afastei da verdade.

As hostilidades ao sr. Senador Cunha Mello estavam aos olhos de todos, e somente por um desejo de harmonia é que S. Excia. vinha mantendo muito a custo, a integridade do partido, pelos motivos que já relatei, e que são do conhecimento do publico em geral.

Nada mais havendo a tratar, o sr. Presidente encerra os trabalhos, maficando para a ordem do dia de amanhã — o que occorrer.

TERMO de 6 de Julho

Presidencia do sr. João Verçosa. — Secretarios — srs. Nogueira da Matta e Carlos Machado.

As quinze horas, presentes os srs. João Verçosa, Nogueira da Matta, Carlos Machado, Leopoldo Neves, Vivaldo Lima, Leopoldo Pêres, Tito Bittencourt, Ruy Barreto e Philadelpho de Moraes, não havendo numero legal, deixa de realizar-se a sessão, continuando a mesma ordem do dia.

SESSÃO de 8 de Julho

Presidencia do sr. João Verçosa. — Secretarios — srs. Nogueira da Matta e Carlos Machado.

A' hora regimental, presentes os srs. João Verçosa, Nogueira da Matta, Carlos Machado, Leopoldo Neves, Felix Valois, Ananias de Almeida, Moacyr Dantas, Maria Leão, Manoel Monteiro, Julio Lima, Ariolino Azevedo, Vivaldo Lima, Leopoldo Pêres, Nunes de Lima, Ruy Barreto, Armando Madeira, Tito Bittencourt, Ary Tapajós, Antovilla Vieira, Benjamin Ferreira, Antonio de Vasconcellos, Felismino Soares, Chaves Ribeiro, Aristides Rocha, Pimentel Salles e Arthur Bonates, fallando com causa justificada o sr. Manoel Lobo e sem ella os demais deputados, abre-se a sessão.

Lidos e approvados sem debate a acta e os termos anteriores, o primeiro secretario informa que o

EXPEDIENTE

consta de um officio do prefeito municipal de Labrea, capeando um relatorio dessa prefeitura; outro do presidente da Associação dos Empregados no Commercio do Amazonas, agradecendo a communicação da eleição da Mesa da Assembléa; outro do presidente do Tribunal Regional Eleitoral, communicando haver assumido as funcções desse cargo; circular do commandante do 27º B. C., de agradecimento ao convite para assistir á promulgação da Carta Magna do Estado; carta do advogado Alvaro Marçillo, de Minas Geraes, solicitando a

remessa de um exemplar da Constituição amazonense.

Aberta a

ORDEM DO DIA

e não havendo matéria a tratar na primeira, nem na segunda parte, o sr. Presidente suspende os trabalhos marcando para ordem do dia de amanhã — o que occorrer.

SESSÃO de 9 de Julho

Presidência do sr. João Verçosa. — Secretários — srs. Nogueira da Matta e Carlos Machado.

A hora regimental, presentes os srs. João Verçosa, Nogueira da Matta, Carlos Machado, Leopoldo Neves, Ananias de Almeida, Moacyr Dantas, Maria Leão, Cosme Ferreira, Manoel Monteiro, Julio Lima, Ariolino Azevedo, Leopoldo Peres, Nunes de Lima, Ruy Barreto, Tito Bittencourt, Ary Tapajós, Antovilla Vieira, Antonio de Vasconcellos, Felismino Soares, Chaves Ribeiro, Aristides Rocha e Arthur Bonates, faltando com causa justificada o sr. Manoel Lobo e sem ella os demais deputados, é aberta a sessão.

Lida e approvada sem debate a acta de 8, o primeiro secretario dá conta deste

EXPEDIENTE

Mensagem do Governador do Estado, enviando á consideração da Assembléa uma petição de d. Maria Ritta do Nascimento.

Annunciada a

ORDEM DO DIA

pede a palavra o sr. Ary Tapajós para informar a Casa haver sido eleito presidente da Commissão de Poderes, na qual apenas existe uma vaga, que será preenchida depois da eleição dos classistas.

Depois, o sr. Chaves Ribeiro, como relator da Commissão referida, apresenta o seguinte — Parecer sobre o projecto n. 5, da autoria do sr. Cosme Ferreira :

“A Commissão de Poderes, guarda da Constituição e das Leis e dos inte-

resses municipaes, a que foi presente o projecto n. 5, da autoria do deputado Cosme Ferreira, attendendo encontrar-se dito projecto devidamente amparado pelo art. 29, alinea VII da Constituição do Estado, é de parecer seja elle convertido em lei pela Assembléa, ouvida, porem, antes, a Commissão de Finanças sobre a abertura do credito previsto para execução da autorização contida no mesmo. S. C., em Manáos, 9 de Julho de 1935. Ary Tapajós, presidente. — Chaves Ribeiro, relator. — Ruy Barreto. — Moacyr Dantas. — Maria Leão.

Tambem sr. Ruy Barreto, com a palavra, apresenta parecer favoravel ao projecto n.º 3, do sr. João de Paula Gonçalves, creando um juizado de menores, o qual vae a imprimir com o projecto. É concebido nestes termos:

PARECER

O projecto, junto, cria um juizo privativo de menores, em Manáos, designando o Patronato Agrícola do Estado e o Instituto Benjamin Constant para recolhimento de menores abandonados ou delinquentes, e dá outras providencias.

Quando da apresentação desse projecto, em plenário, pelo illustre deputado Paula Gonçalves, o nobre collega deputado Aristides Rocha levantou a preliminar de sua inconstitucionalidade, em face, principalmente, do art.º 79 da Constituição do Estado, que diz: “A organização judiciária do Estado se fará em lei ordinaria, que preceituará tudo quanto for pertinente á distribuição de justiça”, etc. e na letra e do mesmo artigo, acrescenta: “A comarca da capital do Estado será servida por tantas varas privativas de juizes de direito, quantas forem fixadas na lei de organização judiciária” etc.

A interpretação do art.º 79, letra c é a de que a Constituição deixou á legislatura ordinaria a fixação do numero e das attribuições das varas, o que parece tanto pode ser feito em varias leis isoladas que, posteriormente, serão consolidadas numa unica que abranjá tudo quanto fór referente á or-

ganização judiciária do Estado, como pode ser feita, apenas, em uma só lei.

Feito isto, por um ou outro meio, comecem então, a vigorar os arts. 80 e 81 da Constituição do Estado, isto é, aquella organização não poderá ser alterada, dentro de cinco annos contados da lei que a estabelecer e não mais se poderá crear ou supprimir comarcas, nem lhes alterar a essencia sem proposta motivada da Corte de Appellação.

Inconstitucional, ainda, é aquillo que vai de encontro aos dispositivos da Constituição.

A Constituição do Amazonas não veda a creação duma vara privativa de menores, nem poderia fazel-o, quando ha, ainda sem regulamentação no Estado, um Código de menores da Republica — concretização de verdadeiras aspirações populares, no sentido de protecção e da preservação duma juventude que se forma, em grande parte, ao léo da sorte, sujeita a multiplos influencias perniciosos, que desviam, quasi sempre, para o vicio, jovens desprotegidos do amparo moral e material.

O Dec. Fed. n.º 5.083, de 1.º de dezembro de 1926, que institue o Código de Menores, determina no seu art.º 11, que os Estados e Municipios discriminarão em leis e regulamentos, os modos de organização do serviço de vigilancia, como, no art.º 45, a internação de menores delinquentes em asylo apropriado ou reformatório.

A organização judiciária do Estado, ainda em vigor, não regulou, nem podia fazel-o, a applicação desse importante e valioso estatuto juridico, mesmo porque é muito anterior á sua creação.

Muitos accordãos da Corte de Appellação reconhecem a necessidade da regulamentação e da applicação do Código de Menores no Amazonas.

Cito, ao acaso, os accordãos exarados na appellação criminal n.º 1.256, e nos recursos criminaes ns. 1.262, todos publicados nos "julgados e Decisões" do 1.º Semestre de 1931.

Devemos levar em consideração, ainda, que no Título IV da Constituição do Estado, na parte erferente á ordem Social e Economica, nas letras do art.º

121, estão impressas imperiosas exigencias, como o combate á vagabundagem e a mendicancia, com o internamento dos menores em aprendizados industriais ou agricolas, etc.

A questão dos menores por outro lado, ficou actualizada, agora, no Amazonas, com as medidas, louvaveis, certamente, pela intenção, da Chefatura de Policia, mas lamentaveis em parte, por alguns excessos no cumprimento daquellas determinações.

A regulamentação immediata do Código de Menores somente poderia trazer beneficios para a sociedade amazonense.

Não vejo, pois, como qualificar-o de inconstitucional.

Manáos, 5 de Julho de 1935.

(a) Ruy Barreto — Relator.

A Comissão de Constituição, etc, adopta integralmente o parecer supra, propondo, entretanto, as seguintes emendas ao projecto: Art.º 2, n.º 7, — Acrescenta-se depois de "acção de nullidade" as palavras ou anulação.

Art.º 7.º — Diga-se "Os Curadores, que serão os promotores publicos da capital, por revezamento de accordo com o respectivo districto criminal, desempenharão, etc.

S. S. em 9 de Julho de 1935.

(aa) ARY TAPAJÓS CAHN — Presidente.

RUY BARRETO — Relator.

MOACYR DANTAS

MARIA MIRANDA LEAO

R. CHAVES RIBEIRO.

Occupa a tribuna, logo após, o sr. Cosme Ferreira, que lê o seguinte discurso :

Sr. Presidente.

Volto pela segunda vez á tribuna da Assembléa, para versar materia de interesse colectivo e de natureza urgente.

E' conhecida de todos e, particularmente, de v. excia. a situação de angustia em que se vem debatendo, de alguns annos a esta parte, a mais typica das industrias amazonenses, que é a industria do guaraná. Sabe v. excia. quantos esforços foram tentados, no intuito de melhorar a situação deste pro-

ducto, quer na sua produção, quer no seu commercio. V. excia. mesmo teve oportunidade de acompanhar minha acção, quando se tratou de financiar o consorcio do guaraná, que devia trazer momentos de alento a essa industria, como realmente se verificou.

Entretanto, as medidas adoptadas não são radicaes, de maneira que possam, de uma vez por todas, resolver a situação profundamente afflictiva em que se debate a industria do guaraná.

Agora mesmo, depois de concluida a safra, depois de feitas as exportações para todos os Estados, principalmente Matto Grosso, segundo estou informado, ainda sobram cerca de 70.000 kgrs. do producto, que não tem destino certo, prevendo-se até mesmo a possibilidade de sua inutilização, como ha tempos se fez com o café paulista. Está claro que esta medida seria realmente desastrosa, quando se sabe que ha mercados que desconhecem não só as propriedades, como a propria existencia do guaraná.

Os motivos, sr. Presidente, desta situação, são todavia bem singulares.

Constitue um verdadeiro paradoxo o facto do guaraná, á medida que sua produção augmenta, mercê de intensiva propaganda, na espectativa de novos mercados, seu consumo diminua, suas solicitações minguem por parte mesmo dos antigos consumidores.

A explicação deste phenomeno está em que, ao passo que se faz conhecido o guaraná, tambem se desenvolve, com uma progressão verdadeiramente assustadora, a industria de suas falsificações e mystificações.

O sr. *Aristides Rocha* — Ha bebidas de sabor excellente que dizem ser guaraná e absolutamente não tem guaraná. O projecto de v. excia., deverá propor que nenhuma bebida com o nome de guaraná, poderá ser consumida sem determinada percentagem de guaraná.

O sr. *Cosme Ferreira* — E' nestas bebidas á que v. excia. se refere que justamente se verifica a ausencia do guaraná.

Ainda em Janeiro deste anno, quando de retorno do Sul do Paiz, tive occasião de escrever na "Revista da Associação Commercial", um artigo sob

o titulo "As falsificações do guaraná". Nelle se encontra o topico que passarei a ler:

"De todos os productos exportaveis do Amazonas nenhum alcançou, nestes ultimos annos, situação tão deploravel como o guaraná. De preços considerados regios, que o tornavam um artigo de alto rendimento, para o producto e para o commerciante, desceu a cotações ridiculas, quasi não compensadoras do complexo trabalho de sua cultura, preparação e exportação. De vinte e cinco mil reis em kilo, em epoca de bom cambio, resvalou para seis mil reis, no presente momento, em que a moeda brasileira bate quase um record de desvalorisação.

O que existe, porem, de singular nesta situação é que tão alarmante baixa de preços se processa, exactamente, no momento em que o guaraná, mercê de intensa propaganda, logra ser conhecido e apreciado em todos os centros consumidores do paiz e do exterior. Em toda parte se exaltam as suas virtudes, proclamam-se as suas qualidades nutritivas e medicamentosas, e, na mesma medida, diminuem as suas possibilidades de exito commercial, enquanto augmentam seus stocks sem collocação.

A explicação de semelhante phenomeno, de tão paradoxal situação, está todavia, ao alcance de todo o mundo. Resulta de um facto criminoso, que a todos enche de revolta. A' proporção que o guaraná se faz conhecido, augmenta, allucinantemente, a sua falsificação em diferentes modalidades. A' sombra da propaganda e da preferencia que logrou obter o guaraná legitimo, vende-se, por toda parte, em todo paiz, uma quantidade fabulosa de artigos com a sua denominação, sem que desse producto contenham o mais ligeiro vestigio. Falsificações e mystificações, que, em outro qualquer lugar, constituiriam crime e motivo de punição, mas que, entre nós, infelizmente, não conseguem despertar a attenção dos poderes publicos.

Como exemplo escandaloso do que affirmamos, basta citar que já se vende, na capital do paiz, nosso reputado xarope de guaraná, para preparação de

refrescos, ao preço incrível de 2\$000 por litro! E observa-se que o mesmo artigo, fabricado em Manaus, com sufficiente quantidade de guaraná, não pôde ser offerecido á metropole a menos de 6\$000, pelo mesmo volume, isto é por preço tres vezes mais elevado!

Temos, insistentemente, protestado contra semelhante estado de cousas, appellando para uma lei que torne compulsiva a applicação de determinada percentagem de guaraná nos productos assim rotulados. Tudo em pura perda. Isto, porém, não nos desanima e voltaremos a encarar, de frente, este problema, cuja unica solução reside na existencia de um dispositivo de lei, que prohiba e puna, severamente, essas mystificações, que tão grande mal vem causando á economia amazonense".

O sr. Cosme Ferreira — (Continuando) — Em nosso Paiz, só se executam fora do Rio de Janeiro, as leis tributarias. As leis contendo medidas de ordem puramente social são abandonadas!

Como dizia, sr. Presidente, a situação do guaraná é de uma existencia immobilizada e ameaçada consequentemente de ser destruida, de cerca de 70.000 kgrs. Entretanto, por estatisticas que tenho em mãos, o consumo de gazozas, muito especialmente de gazozas denominadas guaranás effervescentes, é de 20.000.000 de litros no Paiz!

O sr. Leopoldo Nepes — Levam quina em vez de guaraná!

O sr. Cosme Ferreira — Somente na capital paulista, ou melhor, nos centros urbanos de S. Paulo, se fabricam 10.000.000 de litros por anno!

Alem disto a industria paulista produz cerca de um milhão de litros de xaropes de diferentes typos. Ora, sr. Presidente, si se conseguisse, ao menos, que numa quarta parte daquella produção fosse adoptado o guaraná, nos productos desta denominação, em coefficiente minimo, a exemplo de 4 por mil, teriamos um consumo nunca inferior a 25.000 kgrs. e essa applicação seria de resultado immediato para a industria guaranazeira.

Arguem industriaes de guaraná com

a sua insolubilidade em presença do anhydrido carbonico.

Realmente, tem sido um problema até hoje não resolvido.

O sr. Ariolino Azevedo — A formula de xarope tem resolvido!

O sr. Cosme Ferreira — Mas o xarope não denuncia os residuos!

O sr. Ariolino Azevedo — Não, pelo uso immediato. Mas, se v. excia. mandar preparar a bebida gazozza, se houver guaraná, verá que mais tarde o precipitado apparecerá, aliás é um meio facil de se verificar a existencia do guaraná.

O sr. Cosme Ferreira — Faz-se mister, portanto, em primeiro logar, contornar esta difficuldade, que é a insolubilidade do guaraná, ou conseguindo uma formula que realmente solucione este caso, ou uma modalidade technica industrial que resolva a situação. Este é o primeiro óbice a vencer. Estas considerações, porém, não escondem a importancia do problema, em si mesmo, antes a evidenciam e definem a necessidade de um prompto remedio, para que se ponha a industria do guaraná a cavalleiro de suas necessidades actuaes.

E' com este objectivo, sr. Presidente, que trago á consideração da Casa um projecto que visa, não somente a solução do aspecto technico do problema, como de sua parte fiscal e economica.

Passo a ler o projecto: (Leitura do projecto).

Faz-se mister, evidentemente, a colaboração dos governos estaduais, porquanto, conforme acabei de affirmar, as leis federaes, quando não são tributarias, não visam obter recursos para o erario federal, são observadas com relativa negligencia, principalmente tratando-se do guaraná, que é do interesse dum estado longinquo e de significação politica muito precaria.

O mesmo não se dá com a legislação estadual que se faz cumprir com mais efficiencia. Aqui mesmo temos exemplos, quando a legislação estadual ou municipal, manda fiscalizar a venda do café, impedindo que se façam misturas.

O sr. *Aristides Rocha* — A idéa de v. excia. deve ser aproveitada pela *Bancada Federal*. A idéa é admirável! E' magnifica!

O sr. *Cosme Ferreira* — Supponho o assumpto assim nitidamente exposto e justificado. Tenho, portanto, dito.

Considerado objecto de deliberação, é enviado o projecto do sr. *Cosme Ferreira* á commissão competente para emitir parecer.

Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente suspende os trabalhos, marcando para ordem do dia da proxima sessão — o que occorrer.

SESSÃO de 10 de Julho

Presidencia do sr. *João Verçosa*. — Secretarios — srs. *Nogueira da Matta* e *Carlos Machado*.

A' hora regimemntal, presentes os srs. *João Verçosa*, *Nogueira da Matta*, *Carlos Machado*, *Leopoldo Neves*, *Felix Valois*, *Ananias de Almeida*, *Moacyr Dantas*, *Manoel Monteiro*, *Ariolino Azevedo*, *Vivaldo Lima*, *Leopoldo Peres*, *Ruy Barreto*, *Armando Madeira*, *Tito Bittencourt*, *Aristides Rocha* e *Arthur Bonates*, faltando com causa justificada os srs. *Julio Lima* e *Manoel Lobo* e sem ella os demais deputados, é aberta a sessão.

Lida e approvada sem debate a acta de 9, o primeiro secretario apresenta o seguinte

EXPEDIENTE

Mensagem do Governador do Estado, agradecendo a moção de apoio apresentada pela maioria da Assembléa, na sessão de 4 do corrente.

Idem da mesma autoridade, solicitando abertura de credito para pagamento á *Manaos Tramways*.

Officio do tabellião de *Maués*, communicando haver assumido o exercicio do seu cargo.

Idem do prefeito municipal de *Teffé*, fazendo identica communicação.

Idem do primeiro secretario da Constituinte de *Minas Geraes*, agradecendo a communicação de haver sido promulgada a Constituição do Amazonas.

Idem do juiz de direito de *Manicoré*, do primeiro secretario da Constituinte do *Ceará*, do juiz de direito do *Rio Branco*, dos juizes preparadores de *Barreirinha* e *Carauary*, dos prefeitos de *Porto Velho*, *Coury*, *Maués*, *Parintin*, *Carauary*, *Borba* e *Boa Vista* do *Rio Branco*, agradecendo o communicado da eleição da Mesa da Assembléa.

Finda a leitura do expediente e não havendo materia para ser tratada na ordem do dia, o sr. presidente encerra os trabalhos, marcando para amanhã o que occorrer.

SESSÃO de 11 de Julho

Presidencia do sr. *João Verçosa*. — Secretarios — srs. *Carlos Machado* e *Felismino Soares*.

A's quinze horas, feita a chamada, respondem os srs. *João Verçosa*, *Carlos Machado*, *Leopoldo Neves*, *Felismino Soares*, *Felix Valois*, *Ananias de Almeida*, *Moacyr Dantas*, *Manoel Monteiro*, *Julio Lima*, *Ariolino Azevedo*, *Vivaldo Lima*, *Leopoldo Peres*, *Nunes de Lima*, *Ruy Barreto*, *Armando Madeira*, *Tito Bittencourt*, *Antovilla Vieira*, *Antonio de Vasconcellos*, *Chaves Ribeiro*, *Aristides Rocha*, *Pimentel Salles* e *Arthur Bonates*. Havendo numero legal, abre-se a sessão e procede-se á leitura da acta, que a Casa approva unanimemente.

Depois de apresentado o

EXPEDIENTE

que consta apenas de um officio do prefeito de *Codajás*, agradecendo a communicação da eleição da Mesa da Assembléa, o sr. presidente declara que não ha materia para ser discutida na ordem do dia e marca para a proxima sessão — o que occorrer.

SESSÃO de 12 de Julho

Presidencia do sr. *João Verçosa*. — Secretarios — srs. *Nogueira da Matta* e *Carlos Machado*.

A' hora regimental, presentes os srs. *João Verçosa*, *Nogueira da Matta*, *Carlos Machado*, *Felix Valois*, *Ananias*

de Almeida, Moacyr Dantas, Maria Leão, Manoel Monteiro, Julio Lima, Ariolino Azevedo, Vivaldo Lima, Nunes de Lima, Ruy Barreto, Armando Madeira, Tito Bittencourt, Ary Tapajós, Antovilla Vieira, Philadelpho de Moraes, Antonio de Vasconcellos, Felismino Soares, Chaves Ribeiro, Aristides Rocha e Pimentel Salles, faltando com causa justificada os srs. Manoel Lobo, Cosme Ferreira e Paula Gonçalves e sem ella os demais deputados, abre-se a sessão.

Lida e approvada sem debate a acta anterior, o primeiro secretario dá conta do seguinte

EXPEDIENTE

Officios do primeiro secretario da Constituinte do Piauí, do juiz de direito do Rio Negro, do juiz preparador de Urucará, agradecendo a comunicação da eleição da Mesa da Assembléa.

Idem do juiz federal, agradecendo a remessa de um exemplar dos Annaes da Constituinte do Amazonas.

Idem da Sociedade Beneficente União Popular, communicando a eleição e posse dos seus novos corpos dirigentes.

Idem do Conselho do Estado do Pará, communicando sua instalação e posse dos respectivos membros.

Idem do capitão dos Portos do Amazonas, participando haver assumido o exercicio desse cargo.

Finda a leitura do expediente e annunciada a

ORDEN DO DIA

pede a palavra o sr. Ary Tapajós, que, em nome da Comissão de Poderes, envia á Mesa o seguinte — Parecer :

A Constituição do Estado, promulgada em 2 de junho de 1935, tratando das attribuições da Assembléa Legislativa, deixa no seu art. art. 29, inciso XXX letra a :

"Legislar sobre todas as materias da competência do Estado, privativamente ou concorrentemente com a União, na fórmula dos arts. 7.º, 8.º e 10.º e ainda do art. 138, da Constituição da Republica e, em especial sobre :

a) organização administrativa e judiciaria".

Ainda no seu art. 74, § unico, determina a nossa Lei Magna :

"A lei poderá instituir juizos districtaes, servidos por funcionarios de investidura temporaria e competencia restricta á celebração de casamentos".

Ora, devendo entretanto, dentro da presente sessão legislativa, ser apresentado o projecto de reforma da nossa Organização Judiciaria, parece que somente quando se tratar dessa reforma é que se deverá cogitar do caso em apreço, de vez que não ha uma necessidade premente que determine, desde logo, a criação de mais um juizado de casamentos, localizado na costa do Ajaratuba.

Nestas condições, a Comissão de Poderes, guarda da Constituição e das Leis e dos interesses municipaes, opina contrariamente á suggestão dos moradores de Ajaratuba, no actual momento, devendo, todavia, na occasião opportuna, ser dita suggestão objecto dos devidos estudos.

S. S. em 12 de julho de 1935.

Ary Tapajós, presidente e relator.

Maria de Miranda Leão.

Moacyr Dantas.

Ruy Barreto.

Chaves Ribeiro.

Esse parecer vae a imprimir.

Depois, com a palavra, o sr. Felix Valois, em seu nome e no de seu collega Nogueira da Matta, requer vinte e cinco dias de licença para acompanharem ambos, na sua excursão a Belem, a embaixada academica, que alli vae em visita de cordialidade.

Em discussão esse requerimento, falla o sr. Moacyr Dantas, que diz o seguinte :

Sr. Presidente. Sabe-se, pelo officio ora apresentado, que os nobres deputados Valois Coelho e Nogueira da Matta requereram a v. excia. e aos srs. deputados a licença regimental afim de poderem integrar a embaixada academica amazonense que, nestes dias, seguirá com destino a Belém, em visita de cordialidade e retribuição.

Antecipando-me á decisão da Casa, venho suggerir a v. excia. e á Assem-

bléa a idéa de endereçar-se, por intermédio dos nossos collegas e em nome do Poder Legislativo deste Estado, uma mensagem de saudação ao Poder Constituinte do Pará.

Não preciso justificar o alvitre, que se impõe por si proprio, maxime na hora amazonica em que brasileiros do Pará e brasileiros do Amazonas, numa formula de brasilidade, procuram aproximar cada vez mais os dois grandes Estados irmãos.

Espero que v. excia. submeta a votos esta indicação.

Posto a votos, é aprovado o requerimento do sr. Moacyr Dantas.

Vem á tribuna o sr. Vivaldo Lima, que justifica a ausencia, por doença, do sr. Paula Gonçalves, pedindo a nomeação de uma comissão para visital-o em nome da Assembléa. Attendida a solicitação, o sr. presidente nomeia os deputados Vivaldo Lima, Felix Valois e Antovilla Vieira.

Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente encerra os trabalhos, marcando para a sessão proxima : primeira parte, apresentação de requerimentos, projectos, indicações, etc.; segunda parte, primeira discussão do projecto n. 3, creando o juizado de menores.

TERMO de 13 de Julho

Presidencia do sr. João Verçosa — Secretarios — srs. Nogueira da Matta e Carlos Machado.

A' hora regimental, presentes os srs. João Verçosa, Nogueira da Matta, Carlos Machado, Ariolino Azevedo, Philadelpho de Moraes, Felismino Soares, Moacyr Dantas, Ary Tapajós e Nunes de Lima, não havendo numero legal, deixa de realizar-se a sessão, continuando a mesma ordem do dia.

SESSÃO de 15 de Julho

Presidencia do sr. João Verçosa — Secretarios — srs. Nogueira da Matta e Carlos Machado.

A' hora regimental, presentes os srs. João Verçosa, Nogueira da Matta, Carlos Machado, Leopoldo Neves, Felix Valois, Ananias de Almeida, Moacyr

Dantas, Maria Leão, Paula Gonçalves, Manoel Monteiro, Julio Lima, Ariolino Azevedo, Vivaldo Lima, Leopoldo Peres, Nunes de Lima, Ruy Barreto, Armando Madeira, Tito Biltencourt, Ary Tapajós, Antovilla Vieira, Philadelpho de Moraes, Antonio de Vasconcellos, Chaves Ribeiro, Aristides Rocha, Pimentel Salles e Arthur Bonates, faltando com causa justificada os srs. Cosme Ferreira, Felismino Soares, Manoel Lobo e Benjamin Ferreira, é aberta a sessão.

Lida e aprovada sem debate a acta anterior, o primeiro secretario apresenta este

EXPEDIENTE

Telegrammas dos presidentes das Assembléas Constituintes de S. Paulo e Pernambuco, communicando a promulgação das respectivas Constituições.

Officio do desembargador procurador geral do Estado, participando haver tomado posse desse cargo.

Idem do presidente da Corte de Appellação, agradecendo a remessa de um exemplar dos Annaes da Constituinte.

Idem do secretario do Syndicato dos Operarios das Quatro Artes de Construção Civil, participando a eleição e posse dos seus novos corpos dirigentes.

Finda a leitura do expediente e annunciada a

ORDEM DO DIA

pede a palavra o sr. Antovilla Vieira, que diz as seguintes palavras sobre a data de amanhã :

Sr. Presidente

A data de amanhã, dia 16 de Julho, recorda na historia politica do Brasil um grande acontecimento. Faz precisamente 385 dias que o Brasil promulgou a sua Carta Magna. Por esse motivo, sr. Presidente e srs. deputados, eu proponho que esta Casa Legislativa enderece a S. Exa. o sr. Getulio Vargas, que encarna, no momento, a mais alta expressão politica da nacionalidade; enderece, como ia dizendo, um telegramma congratulatorio, pela passagem do primeiro anniversario da promulgação da Constituição da Republica.

Posto a votos o requerimento, é approvedo pór unanimidade.

A seguir, falla nestes termos o sr. Paula Gonçalves :

Sr. Presidente

Pedi a palavra para agradecer a esta Assembléa o conforto que me dispensou, designando uma comissão para visitar-me, quando da enfermidade que me prendeu ao leito por alguns dias. Aos meus nobres collegas, a minha sincera gratidão.

Depois, com a palavra, o sr. Antonio de Vasconcellos, pela Comissão de Fazenda e Orçamento, envia á Mesa o seguinte Parecer sobre o projecto n.º 5 :

A Comissão de Fazenda e Orçamento, a quem foram presentes o Projecto n. 5 e o parecer da Comissão de Poderes, attendendo aos legitimos interesses do Estado, que o referido projecto precisa amparar, na previsão de assegurar maior effieciencia na tributação e arrecadação de suas rendas na zona limitrophe com o visinho Estado do Pará, consciente de que sem um convenio fiscal entre os dois Estados, negociado em termos claros e precisos, difficil, si não impossivel, se torna impedir o desvio de rendas estadoaes, pelas facilidades que a propria rede hydrographica offerece ao contrabando, mormente quando qualquer ausencia ou simples differença tributaria possa vir beneficiar o infractor, sem riscos positivos, e attendendo a que é dever precipuo dos poderes publicos, velar por todos os meios ao seu alcance pela maxima segurança da Causa Publica, endossa os conceitos emitidos pela Comissão de Poderes, em seu parecer, no qual foi solicitada audiencia desta Comissão.

S. C. em 11 de julho de 1935.

(aa) Leopoldo Neves, Presidente.

Antonio de Vasconcellos, relator.

Vivaldo Lima.

Moacyr Dantas.

Benjamin Ferreira.

Tambem os srs. Leopoldo Neves e Moacyr Dantas, este pela Comissão de Poderes e aquelle pela de Fazenda e Orçamento, apresentam os seguintes pareceres favoraveis ao projecto n.º 2, da autoria do sr. Vivaldo Lima, os quaes vão a imprimir para entrar na ordem dos trabalhos:

PARECER

A proposição n. 2, da iniciativa não do Poder Executivo, mas do deputado Vivaldo Lima, manda votar os creditos de 15 contos de réis "para occorrer ás despesas com a tiragem da edição official da Constituição do Estado para ser distribuida ampla e gratuitamente, nos termos do art. 19 das Disposições Transitorias da mesma Constituição; e de 3 contos de réis para occorrer ás despesas com o material necessario ao serviço eleitoral das eleições dos deputados classistas, dos prefeitos e vereadores e dos deputados federaes que se devem realizar no corrente anno".

A declaração do art. 19, das Disposições Transitorias da Constituição, que entrará em vigor na data em que fór promulgada pela Mesa da Assembléa, depois de assignada pelos deputados presentes, o Governo fará uma edição official para ser distribuida ampla e gratuitamente".

Compete ao Poder Legislativo votar ou conceder as verbas necessarias ás despesas ou serviços publicos.

Trata-se, no caso, de credito supplementar para attender á despesa creada pela propria Constituição.

Quanto ao segundo credito, sabe-se pelo officio n. 127, de 31 de maio ultimo, que o sr. Ministro da Justiça solicitou do sr. Governador do Estado o material necessario para as proximas eleições federaes e municipaes. O Codigo Eleitoral, no seu art. 43, § 2º, instituindo juntas especiaes para a apuração das eleições municipaes, determina tambem que "os membros das juntas, que tiverem de locomover-se para fóra do logar onde tenham exercicio, perceberão dos cofres publicos estadoaes, as despesas de transporte e as diarias fixadas para casos analogos". Esse ultimo credito deve se estender, portanto, ás despesas de

transportes e diarias dos referidos magistrados.

A' Comissão de Finanças e Orçamento tóca a competencia para dizer do valor do material pedido. Este o meu parecer.

S. C. em 4 de julho de 1935.

(a) Moacyr Dantas, relator.

A Comissão de Poderes, guarda da Constituição e das Leis e de interesses municipaes, adopta o parecer supra.

S. C. em 8 de julho de 1935.

(aa) Ary Tapajós Cahn, Presidente.

Moacyr Dantas, relator. . . .

Maria Leão.

Roy Barreto.

Chaves Ribeiro.

PARECER :

Tendo em vista o parecer do sr. deputado Moacyr Dantas, adoptado pela Comissão de Poderes guarda da Constituição e das Leis e interesses municipaes, e a determinação expressa no art. 19 das Disposições Transitórias da Constituição do Estado, bem como a solicitação do Presidente do Tribunal Eleitoral ao sr. Governador do Estado e o officio n. 127 de 31 de maio proximo passado do sr. Ministro da Justiça, dirigido tambem ao Governador do Estado, relativos ás despesas com o serviço eleitoral, sou de parecer que devem ser votadas as duas verbas constantes da proposição n. 2 do sr. deputado Vivaldo Lima, fazendo-se nas mesmas as seguintes modificações: -- para a edição da Constituição, 10:000\$000 e para attender ás despesas com o material e transportes de juizes e promotores para constituição das juntas especiaes de apuração das proximas eleições, de accordo com o art. 43, § 2º do Código Eleitoral, seja votada a verba de 8:000\$000 visto considerar insufficiente a de 3:000\$000.

Este o meu parecer, salvo melhor juizo da Comissão a que tenho a honra de pertencer.

S. C. 4 de julho de 1935.

(a) Benjamin Ferreira, relator.

A Comissão de Finanças e Orça-

mento adopta o parecer com as modificações apresentadas pelo sr. relator.

S. C. em 15 de julho de 1935.

(aa) Leopoldo Neves, Presidente. . .

Vivaldo Lima.

Antonio de Vasconcellos.

Moacyr Dantas.

Sr. Presidente.

Extincta a Guarda Civil, foi creado o Corpo de Segurança do Estado. Devido á precipitação com que este Corpo foi organizado, não pôde precisar o numero sufficiente de guardas necessarios para manter a ordem e velar pela segurança do povo.

A pratica tem demonstrado que o numero de guardas é por demais insufficiente, porquanto o Commandante desta corporação leva sempre a dobrar o serviço, fazendo muitas vezes os guardas dobrarem na ordem de distribuição do serviço, sem tempo sufficiente para o descanso.

E assim, não só a corporação se encontra sobrecarregada de serviço como a população não conta com a efficiencia da nova corporação creada, dahi reclamações constantes de jornaes pela defficiencia do seu serviço.

A população, por sua vez, a reclamar o augmento dos guardas de Segurança, para que o serviço se torne efficiente, como deve ser. Por estas razões, Sr. Presidente, envio á Mesa o seguinte projecto:

A Assembléa Legislativa do Estado decreta:

Art. 1.º Fica augmentado de mais cincoenta o numero de Guardas do Corpo de Segurança do Estado e aberto no orçamento o credito necessario para tal fim.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Lido esse projecto na Mesa, é considerado objecto de deliberação, toma o n.º 7 e vae ás Comissões de Orçamento e Segurança Publica.

Passando-se logo á segunda parte da ordem do dia, entra em primeira discussão o projecto n.º 3, creando um juizado de menores. Occupam successivamente a tribuna os srs. Aristides Rocha e Leopoldo Peres, que se

estendem em considerações sobre a inconstitucionalidade do projecto, o qual, segundo o modo de vêr de ambos, é também passível de censura do ponto de vista technico. Falla ainda o sr. Moacyr Dantas, que assim se exprime em defesa do projecto:

Sr. Presidente.

Tendo, ha um mês, me manifestado favoravelmente ao projecto que cria o Juizo de Menores, em Manáos, ora em primeira discussão, acho-me por isso mesmo no dever de defendel-o acto continuo ás criticas que acabam de fazer, em longos discursos de gabinete, os deputados Aristides Rocha, Armando Madeira e Leopoldo Peres.

Vê V. Excia., sr. presidente, a posição algo difficil em que me colloco, respondendo incontinentemente a três juristas renomados, o primeiro e o terceiro professores da Faculdade de Direito, e o segundo advogado notavel no fóro da capital. Sinto-me no entanto forte para a trepica, por isso que defendo uma idéa merecedora de se corporificar em lei.

O projecto em discussão, no qual collaborei exclusivamente no capitulo dos "Accidentes no Trabalho", deve ser encarado, segundo o Regimento, sob dois unicos aspectos: o da sua utilidade e o da sua ou não constitucionalidade, em apreciação feita de globo.

A utilidade do projecto Paula Gonçalves impõe-se á consciencia e aos olhos de todos. OCodigo de Menores o exige. Ao Poder Legislativo cabe decretal-o. A nossa Corte de Appellação, em successivos accordões, vem demonstrando a necessidade, entre nós, de um regime de assistencia e protecção aos menores abandonados e delinquentes. Versou o assumpto a comissão elaboradora do nosso projecto de Constituição. A Constituição, na parte referente á ordem social, declara que o Estado providenciara quanto á protecção á juventude e especialmente aos menores vadios e delinquentes.

Se isso tudo nada significasse, bastaria lembrar, sr. presidente, e eu estou autorizado a fazel-o, por um dos seus componentes, que, na Intervento-

ria Waldemar Pedrosa, uma grande comissão encarregada de elaborar theses educacionais para o memoravel congresso nacional de protecção á infancia brasileira, propoz ao governo, em relatório publico, a criação de um Juizo de Menores em Manáos. Comissão constituída por um Sá Peixoto, presidente, por um Adriano Jorge, cultura assombrosa, por um Araujo Lima, scientista de renome, por um Arthur Virgilio, relator da parte juridica e luminar do direito, por professores, juristas e medicos, representantes da mais alta e verdadeira intellectualidade amazonense. Basta a opinião desses homens eminentes para realçar luminosamente o projecto Paula Gonçalves.

Quanto á inconstitucionalidade arguida pelos oradores das opposições congregadas, ella não existe absolutamente, por isso que, na opinião irrefragavel de um Azevedo Marques, hoje Ministro da Corte de Appellação de S. Paulo, a criação do Juizo de Menores "é obra da propria lei".

Respondendo em primeiro logar ao sr. Aristides Rocha, que considera o projecto inconstitucional pelo facto do seu art. 5, determinando que a primeira nomeação seja feita livremente pelo Governador, se este não quizer remover do interior um Juiz de Direito, contrariar o principio constitucional da investidura mediante concurso. Se esse artigo é realmente inconstitucional, o projecto, no todo, não o é, cabendo á sua. excia. apresentar emendas modificativas. Mas não se trata disso. Não se façam interpretações capciosas.

Não ha concurso, por que Manáos é comarca de segunda entrancia. É claro que o provimento do cargo se fará naturalmente por remoção a pedido de um Juiz do interior, cuja vaga será occupada, como quer o deputado Aristides Rocha, por um Juiz em disponibilidade remunerada.

Querer ainda que uma lei sobre organisação judiciaria origine-se de proposta do Poder Executivo, como a Casa acaba de ouvir, sob o fundamento de criação de empregos, é mais do que sophismar, é torcer lamenta-

velmente a lei, é querer brincar com a letra da Constituição. As leis especiaes sobre organização judiciaria são, como ninguem ignora, da competencia privativa da Assembléa, nos termos do art. 29, n. 30, alinea a, da Constituição.

Apareceu de novo o argumento do encargo que se creará ao thesouro sem attribuições de recursos para lhe custear a despeza, a que já respondi, provando que o projecto não cria nenhum encargo ao thesouro, sendo gratuitos como são, os serviços prestados pelas pessoas do Juizo.

O sr. Aristides Rocha informou, finalmente, que a lei n. 1.384, de 1.º de setembro de 1928, instituiu já o Juizo de Menores. Peço permissão para dizer que não é verdadeira a affirmativa do illustre deputado Aristides Rocha. Sustento, estribado em jurisprudencia da nossa Corte de Appellação, que o Estado vem infringindo a lei, desrespeitando o Codigo de Menores e sufficiente ler a emenda da lei citada, que tenho em mãos por gentileza do illustre parlamentar, para se verificar que a tal lei, agora exhumada, dispõe (escute a Assembléa!) sobre as promotorias da capital e materia processual, estendendo, no seu art. 2.º, aos juizes de orphãos, em materia civil, a competencia a todos os menores. Não é, como se vê, uma lei criando o Juizo de Menores, onde não ha a mais leve referencia ao Codigo...

Respondo ao deputado Armando Madeira. S. Excia. foi realmente quem alvitrou, no seio da commissão dos 11, a necessidade de 3 varas de Juizes de Direito na Capital. Ao meu parecer, o Juizo de Menores deve ser uma vara privativa, porque assim o é em todos os Estados, sobretudo no Districto Federal e em S. Paulo; porque esse é o espirito do Codigo; porque a tendencia moderna é a especialização, entregando-se a um Juiz Privativo todas as questões referentes a menores.

Folgo em registrar que o deputado Armando Madeira, que é um estudioso dos problemas juridicos e sociacs, não taxou o projecto, considerado no seu conjuncto, inconstitucional. Apontou pequeninas falhas, mostrou

algumas imperfeições, suggeriu emendas. Aliás, o autor do projecto indicou inicialmente todas as fontes da lei. Mais: solicitou a collaboração de todos os srs. deputados, lembrando que uma lei é obra commun e resulta do patriotismo e da intelligencia dos legisladores, sem opposições nem caprichos.

A opposição não fica bem explorar, patheticamente, o capitulo dos Abrigos de Menores. Somente quem não conhece o que é escola de prevenção, methodo preventivo e as escolas de reformas, poderá estranhar que um Patronato Agricola não seja um abrigo apropriado para menores vadios e delinquentes. Os aprendizados, quer agricolas, quer industriaes, são precisamente os estabelecimentos de reforma, abrigos disciplinares. Para as chamadas escolas correccionaes devem ir apenas os vadios reincidentes, aquellos que realmente necessitarem de colonias.

Na parte que se refere ao Instituto Benjamin Constant, apresentarei opportunamente uma emenda modificativa ao projecto. Aliás, este, muito acertadamente, considera-o escola de prevenção para menores do sexo feminino, e não escola correccional. Para o Instituto vão justamente creancas orphãos, sem a protecção das familias. Recebem alli uma educação preventiva. Não existisse aquelle importante educandario, entregue ao zelo e á dedicação de irmãs franciscanas, infinitamente maior seria o numero de menores delinquentes e abandonados. O Estado, opportunamente, creará os abrigos definitivos, os institutos disciplinares e os conselhos de assistência.

Respondo ao sr. Leopoldo Peres. O nobre deputado nada apresentou de novo, e mostrou-se incoherente defendendo brillantemente a idéa e atacando fortemente o projecto, sem em verdade provar-lhe a inconstitucionalidade. Estamos fazendo lei especial, que ainda não é a grande lei de organização judiciaria. A actual lei de organização judiciaria, sendo, como é, anterior ao Codigo, não poderia cogitar do Juizo de Menores. A iniciativa

do deputado Paula Gonçalves consulta a Constituição e as necessidades locais.

Merceu por isso o nosso voto sincero.

Deixando a tribuna o sr. Moacyr Dantas, occupa-a o sr. Armando Madeira, que assim se manifesta:

Sr. Presidente:

A argumentação do illustre deputado Aristides Rocha suppre, em certos pontos, alguns aspectos sobre os quaes eu pretendia me externar neste momento, relativamente ao projecto n. 3, o qual pode ainda ser encarado por outras faces, ou modalidades.

Como já expliquei aqui, em sessão anterior, a sub-comissão encarregada de redigir o ante-projecto da Constituição, na parte referente ao Poder Judiciario, cogitou claramente do Juizado de Menores, e tanto é assim que, redigindo o art. 8º, suggeriu o texto incluindo uma vara de juiz de direito para esse fim, e estabeleceu que a capital do Estado tivesse tres varas de juiz, pelas quaes fossem distribuidas as diversas funções judicarias.

Mantenho ainda agora o mesmo ponto de vista, entendendo que ha indeclinavel necessidade de tres juizes de direito em Manaós, cabendo a todos, com revezamento annual, os diversos serviços do fóro civil, commercial, criminal, orphanologico, eleitoral, feitos da fazenda etc. Um delles exerceria as attribuições de juiz de menores, visto que somente para estas de modo exclusivo, não haverá trabalho para occupar um juiz e outros serventuarios privativos.

O Sr. Aristides Rocha — Apoiado. Em todas as varas privativas deve haver revezamento, para habilitar o juiz a todos os ramos, afim de poder ser futuramente desembargador; do contrario, quando chegar ao Tribunal, não terá a sufficiencia pratica de julgar.

O Sr. Moacyr Dantas — Mas a vara de menores é uma vara administrativa, que deve ser privativa.

O Sr. Ary Cahn — Aliás já tivemos uma vara criminal privativa.

O Sr. Armando Madeira — Mas não deu o resultado que se esperava, e

teve de ser extincta. Quem conhece, como eu, o movimento forense de Manaós, sabe muito bem que as duas varas de juiz de direito não são sufficientes para a distribuição regular da justiça, resultando um accumulo de serviço em poder dos dois juizes, em tudo prejudicial ás partes interessadas.

Entendo que tres juizes poderão perfeitamente attender a essa necessidade, com absoluta efficiencia, cabendo a um delles o juizado especial para menores.

Entretanto, assim não foi deliberado pela Comissão de Constituição, que, na sua sabedoria, julgou mais acertado aguardar a organização judiciaria do Estado, para, em lei ordinaria, providenciar sobre o numero de juizes de direito da Capital.

O fundamento desse proceder foi a vantagem de não se determinar no texto rigido da Constituição o numero de juizes, que a lei ordinaria poderia augmentar, ou diminuir, segundo as necessidades occorrentes.

Passemos a apreciar o projecto n. 3 em seus detalhes. Observaremos desde logo que elle se ampara, como declarou seu illustre autor, no art. 147 do Decreto n. 17.943 A, de 12 de outubro de 1927, que é o Codigo de Menores, em vigor em toda a Republica.

Nota-se, porém, que os dispositivos do projecto não guardam a mesma fiel observancia dos textos do Codigo, e onde os alterou, o fez com infelicidade.

Redigido como se acha o inciso n. 1, do projecto, e combinado com o art. 12, a conclusão natural a que se pode chegar, é que o Estado dispõe de meios para assegurar e pôr em pratica as medidas previstas no Codigo de Menores, consignadas na parte geral do mesmo.

Do contrario, não se compreenderá que estejamos a elaborar uma lei puramente processual, discriminando a competencia de um juiz, e mais funcionarios, sem se visar os objectivos collimados naquella Codigo; estaremos a organizar um simples diploma legislativo, sem nenhum resultado pratico.

Fazendo a analyse dos dispositivos do projecto, veremos quanto são defeituosos. Vejamos:

O inciso n. 2 diz: — Inquirir e examinar o estado physico, mental, moral, dos menores submettidos a processo, etc.

O texto do Código é preferivel: não se refere a menores submettidos a processo, e sim a menores que compareçam a juizo. Haverá casos em que não se instaura processo, propriamente, como o que se acha previsto no art. 55 do Código. O Juiz poderá entregar o menor abandonado aos paes, ou tutor, ou pessoa encarregada de sua guarda, sem condição alguma, ou sob as condições que julgar uteis á saúde, segurança e moralidade do menor.

O n. 3 do art. 2 repete, sem necessidade, a especificação: menores, abandonados, delinquentes, vadios, mendigos, libertinos, já constante do inciso n. 2.

Os ns. 5 e 6 poderão ser unificados em um só inciso, evitando-se a repetição enfadonha de expressão: — sob sua jurisdição, que se acha cinco vezes no mesmo art. 2.

O n. 8, copiando o n. 8 do Código, termina com um acrescimo desnecessario.

Os ns. 9 e 18 cogitam da mesma materia, e devem ser unificados.

O n. 11, do Código, estabelece: fiscalizar o trabalho de menores, sem a superfectação do projecto.

O n. 15, do projecto, emite a discriminação de — causas civis e criminaes — da competencia do juiz, como se acha no Código.

Já o art. 38 do Dec. n. 16.272 determinava que o juiz de menores tem jurisdição mixta — civil e criminal. —

Apreciemos, agora, o projecto na parte em que se occupa de pessoal do Juizo.

Propõe que o pessoal seja: 1 juiz de direito, 2 promotores, que serão os mesmos da Capital, accumulando as funções de Curadores; 1 escrivão que será o mesmo do cartorio de orphãos; 2 officiaes de justiça, dentre os existentes, designados pelo Presi-

dente do Superior Tribunal de Justiça, etc.

O art. 7 se refere a um CURADOR para desempenhar as seguintes funções: — de Curador de orphãos, nos processos de abandono, e de suspensão do patrio poder, ou destituição de tutela; de Promotor, nos processos de menores delinquentes; nos de infracções penaes ás leis de assistencia e protecção de menores; nas outras acções, funcionará como representante do ministerio publico.

O parecer da Commissão de Leis suggere uma emenda ao art. 7. Parece que esta emenda elimina o cargo de Curador, declarando que os Promotores funcionarão como — Curadores — "por revezamento", expressão cacophonica e de mau effeito.

Entretanto, o Código é de extrema simplicidade, determinando que ha um Curador, para:

desempenhar as funções de Curador de Orphãos nos processos de abandono, e de suspensão ou perda do patrio poder, ou destituição de tutela;

desempenhará as funções de Promotor Publico nos processos de menores delinquentes; nas outras acções que lhe couberem, funcionará como representante do ministerio publico.

O escrivão, diz o projecto, será o mesmo do cartorio de orphãos. Não é razoavel; se se vai crear um juizo privativo, deverá ser servido por um escrivão tambem privativo, devidamente remunerado, uma vez que no juizo de menores não ha custas, todo o trabalho é gratuito.

Não se deve exigir de um serventuario não remunerado pelos cofres publicos — um augmento de serviço, gratuitamente, desde que elle vive da remuneração pro-labore, no cartorio de orphãos; isso seria tomar-lhe o tempo, de que dispõe em proveito de seu trabalho, para applica-lo em funções gratuitas, sem nenhuma compensação. O projecto neste particular chega a ser absurdo.

Ainda haverá um escreventê; o projecto não diz que será remunerado;

provavelmente o será; teremos então e anomalia de um escrivão sem vencimentos e o seu escrevente, mero auxiliar de sua confiança, estipendiado pelo Estado.

O projecto manda que os 2 officiaes de justiça sejam designados pelo Presidente do Superior Tribunal de Justiça, esquecido de que este Tribunal foi extinto e se acha substituído pela egregia Corte de Appellação.

Os commissarios de vigilancia são 6, também servindo gratuitamente, e serão nomeados pelo Juiz, dentre pessoas de sua confiança. Nada ha a observar quanto a essa abnegação, visto como já foi declarado neste plenário que notaveis medicos, e outros philantropos se acham dispostos a exercer taes funções sem perceber vencimentos.

Haverá um medico psychiatra; mas o projecto não define suas attribuições, como faz o Codigo de Menores. Ainda não diz quem o nomeia, si é o Juiz, ou o Governador. Também servirá gratuitamente, no systema do projecto; será um serviço benemerito, e dos maiores, pois a assistência medica a menores, havendo estabelecimentos de internação, dará para absorver as actividades de um medico, desde que esteja disposto a cumprir fielmente seus deveres.

O Sr. Leopoldo Peres — Apoiado.

O Sr. Armando Madeira — Quanto á classificação do juizo, o projecto declara que é uma vara administrativa da justiça local, e acrescenta: — gozará de todas as vantagens e regalias de magistrado, — de modo que não é somente o juiz que assim se classifica, porém todo o conjunto terá as regalias de magistrado!

A nomeação do juiz, no systema do projecto, já foi analysada pelo deputado Aristides Rocha, mas, sr. Presidente, não posso deixar de accentuar que é exactamente, neste ponto, onde o projecto pecca por unconstitutional.

O projecto manda que a nomeação seja feita livremente pelo Governador.

Este dispositivo fere formalmente o art. 88 da Constituição do Estado, que não abre excepção alguma para

nomeação deste ou daquelle juiz de direito. Será juiz de direito o juiz de menores, e nem poderá deixar de ser. Não vejo como sua nomeação possa ser feita independente da audiencia da Corte de Appellação, observando-se o mandamento constitucional.

Ainda é unconstitutional a faculdade constante do art. 5 do projecto, permitindo a remoção de um juiz de direito do interior para a vara de menores, na capital.

Basta ler o art. 75, letra b, da Constituição do Estado.

E' o mesmo texto da Constituição Federal, quando determina a inamovibilidade dos juizes, a qual tem apenas tres excepções :

remoção a pedido; promoção aceita; remoção determinada pelo voto de dois terços dos membros da Corte de Appellação, em virtude de interesse publico.

Comentando o texto constitucional, escreve o proecto Araujo Castro, em obra recentissima, publicada este anno: A NOVA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA:

O principio da inamovibilidade não permite que o Juiz seja removido contra sua vontade. A Constituição estabelece entretanto uma excepção, admittindo a remoção em virtude de interesse publico, mas para isso exige o voto de dois terços dos juizes effectivos do Tribunal Superior competente. E' hem de ver que, em tal hypothese, o tribunal superior somente deverá usar dessa faculdade, quando estiver provado ser inconveniente aos interesses da justiça a permanencia do juiz no local em que exercer sua jurisdição.

Ora, sr. Presidente, o projecto arma o Governador do poder de remoção, si assim o entender, de um juiz de direito do interior para a vara de menores da Capital. E' um dispositivo de arbitrio, inteiramente prohibido pelo art. citado, da Constituição do Estado, e pelo art. 64, letra b, da Constituição Federal.

O projecto, como está redigido, no art. 5, viola os direitos dos juizes preparadores que tiverem os requisitos do art. 88 da nossa Constituição; offende radicalmente as normas desse mesmo artigo.

Si, afinal, tiver o voto da maioria desta Casa, poderá ser declarado nullo pelo Poder Judiciario, de accordo com o disposto no art. 87, letra f, da Constituição estadual.

Ter-se-á instituido um juiz sem jurisdição, visto que a Corte de Appellação não lhe reconhecerá a investidura nem lhe dará posse.

O Sr. Aristides Rocha — Apoiado. Poderá ser annullado o acto.

O Sr. Armando Madeira — Por consequente, sr. Presidente, si vingar esse artigo não subsistirá, e para isso bastará que aquella Corte se pronuncie...

O Sr. Moucyr Dantas — V. Exa. apresentará uma emenda ao artigo.

O Sr. Armando Madeira — A propria commissão que subscreveu o projecto poderá emendá-lo.

Agora tratemos dos institutos disciplinares.

O Codigo de Menores instituiu o Abrigo para receber, provisoriamente, até destino definitivo, os menores abandonados e delinquentes.

Esse Abrigo tem de ser, de modo obrigatorio, separado em duas divisões: uma para meninos e outra para meninas; subdivididas em secções para abandonados e para delinquentes; os menores serão distribuidos em turmas, conforme o motivo do recolhimento, a idade do menor e grau de perversão.

O projecto manda que abandonados e delinquentes sejam recolhidos ao Patronato Agrícola do Paredão, ou a uma secção de menores delinquentes que o Governo creará opportunamente.

Não se sabe si o Patronato do Paredão tem as condições exigidas pela lei para servir de Abrigo; aquelle predio foi construido para fim muito differente e não se acha adaptado ao que ora se estabelece.

Será, pois, indispensavel que se realizem ali as obras indispensaveis ao

systema visado pelo Codigo de Menores.

Como escola de prevenção, o projecto manda considerar o Instituto Benjamin Constant, onde serão recolhidas as menores de 18 annos e maiores de 7, que necessitarem da protecção do Juiz de Menores. Mas não diz o projecto até que limite se fará esse recolhimento, nem indaga si aquelle Instituto tem as condições previstas no Codigo para uma escola de prevenção que terá de ser constituída:

por pavilhões proximos uns dos outros, mas independentes, cada um dos quaes abrigará tres turmas de educandas, constituída cada uma por numero não superior a 20, e com capacidade para 300 menores abandonadas:

haverá ainda um pavilhão para as menores que forem processadas e julgadas por infracção da lei penal;

haverá outros pavilhões divididos em compartimentos destinados á observação das menores, á sua entrada, e ás indisciplinadas.

Como bem observou o sr. Aristides Rocha, o Instituto Benjamin Constant está repleto, não só de menores pobres que ali são recolhidas, como de pensionistas; é um estabelecimento que não deverá, em absoluto, ser destinado a funcionar como escola de prevenção, não só pelos motivos já apontados, como porque se teria de admitir uma promiscuidade nociva, inteiramente contraria aos fins visados pela lei.

O projecto, alem de tudo, não cogita da escola de reforma, que é a finalidade maxima da protecção á infancia abandonada, para o aproveitamento, em nosso meio, dessas dezenas de meninos que perambulam pelas ruas, morcegando pelos bondes, atirando pedras, jogando nas calçadas, na mais infrene vagabundagem.

Tal estabelecimento, segundo o art. 204 do Codigo de Menores, se destina a receber, para regenerar pelo trabalho, educação e instrução, os menores do sexo masculino, de mais de 14

annos e menos de 18, que forem julgados pelo Juiz de Menores e mandados internar.

Assim, sr. Presidente, o projecto está cheio de defeitos, se reveste de falhas enormes, encerra dispositivos inconstitucionaes, e, nestas condições, nego-lhe o meu voto em primeira discussão, porque o considero inviável.

Encerrada a discussão e aprovado em primeiro turno o projecto n.º 3, o sr. presidente suspende os trabalhos, marcando para amanhã esta ordem do dia: primeira parte, apresentação de projectos, requerimentos, indicações, etc; segunda parte, segunda discussão do projecto n.º 3, creando um juizado de menores.

SESSÃO de 17 de Julho

Presidência do sr. João Verçosa. — Secretários — srs. Nogueira da Matta e Carlos Machado.

A' hora regimental, presentes os srs. João Verçosa, Nogueira da Matta, Carlos Machado, Leopoldo Neves, Felix Valois, Ananias de Almeida, Moacyr Dantas, Maria Leão, Paula Gonçalves, Manoel Monteiro, Julio Lima, Ariolina Azevedo, Vivaldo Lima, Leopoldo Pêres, Nunes de Lima, Ruy Barreto, Armando Madeira, Tito Bittencourt, Antonio de Vasconcellos, Felismino Soares, Chaves Ribeiro e Aristides Rocha, faltando com causa justificada os srs. Cosme Ferreira, Philadelpho de Moraes, Benjamin Ferreira e Manoel Lobo e sem ella os demais deputados, é aberta a sessão.

Lida e approvada sem debate a acta anterior, o primeiro secretario dá sciencia á Casa do seguinte

EXPEDIENTE

Officio do director da Fazenda Publica, enviando o tempo de serviço do sr. Genuino de Almeida Albuquerque, porteiro da secretaria da Assembléa, para effeito de aposentadoria.

Idem do presidente do Tribunal Regional Eleitoral, agradecendo a remessa de um exemplar dos Annaes da Constituinte.

Idem, no mesmo sentido, dos srs. Prefeito interino de Manáos e Secretario Geral do Estado.

Idem do dr. Antonio Monteiro de Souza, communicando haver assumido o cargo de director da Instrução Publica.

Idem do primeiro secretario do Luso Sporting Club, participando a eleição e posse dos seus novos corpos dirigentes.

Idem do Governador do Estado, agradecendo a remessa de um exemplar dos Annaes da Constituinte.

Terminada a leitura do expediente é aberta a

ORDEM DO DIA

pede a palavra o sr. Moacyr Dantas, que, na qualidade de relator da Comissão de Poderes, envia á Mesa o parecer da mesma commissão, opinando pela concessão da licença solicitada pelo sr. Felix Valois, afim de acompanhar, como academico, a embaixada que vae a Belem em visita de cordialidade, ficando com direito á percepção dos subsidios durante sua ausencia. O relator pede ainda dispensa de interstício e impressão do parecer, para effeito de inclusão na proxima ordem do dia.

Falla depois o sr. Leopoldo Neves para, pela Comissão de Orçamento, submeter á consideração da Casa o parecer sobre o projecto n. 8, que abre um credito de 4:754\$800 no orçamento em vigor para pagamento a Manáos Tramways, na conformidade da mensagem enviada á Assembléa pelo Governador do Estado.

Na integra, é este o parecer, que vae a imprimir com o projecto :

PARECER :

O sr. Governador do Estado endereçou á Assembléa Legislativa a seguinte Mensagem — "Tendo a Manáos Tramways and Light Co. Limited de entrar com a importancia de *Cento e cincoenta contos de réis* (150:000\$000) equivalente a segunda prestação deste anno, a que está sujeita pela clausula segunda do seu contracto, e sendo a mesma credora do Estado, venho so-

licitar-vos a abertura de um credito de *Quatro contos secentos cincoenta e quatro mil e oitocentos réis* (4:754\$800) por exercicios findos afim de que possa ser regularizado o pagamento daquelle importancia, de accordo com a modificação da referida clausula segunda".

Examinando-a detidamente, a Commissão de Finanças e Orçamento opina pela abertura do credito solicitado, apresentando o seguinte

PROJECTO N. 8

A Assembléa Legislativa do Amazonas

DECRETA :

Art. unico — Fica aberto no orçamento o credito de *Quatro contos secentos cincoenta e quatro mil oitocentos réis* (4:754\$800) para pagamento a Manóos Tramways and Light Co. Limited, afim do Estado regularizar os seus pagamentos com aquella companhia, de accordo com a modificação da clausula segunda do respectivo contracto; revogadas as disposições em contrario.

S. C. em 17 de julho de 1935.

(aa) Leopoldo Neves, Presidente.

Moacyr Dantas, relator.

Cosme Ferreira.

Antonio de Vasconcellos.

Vivaldo Lima.

Logo após, o sr. Presidente põe em discussão o requerimento do sr. Moacyr Dantas, relativamente à concessão da licença ao sr. Felix Valois. Não havendo quem queira usar da palavra, é aprovado por unanimidade o requerimento, abstendo-se de votar o deputado interessado no assumpto.

Entra em segunda discussão o projecto n. 3, que institue o Juizado de Menores. Com a palavra, o sr. Vivaldo Lima requer o adiamento por quarenta e oito horas, o que a Casa approva.

Nada mais occorrendo, o sr. Presidente encerra os trabalhos, marcando para ordem do dia da proxima sessão: primeira parte, apresentação de requerimentos, projectos, indicações, pareceres, etc.; segunda parte, discussão

unica dos pareceres da Commissão de Poderes, relativos à criação de um juizado de casamentos em Ajaratuba e ao requerimento de licença do sr. Felix Valois.

SESSÃO de 18 de Julho

Presidencia do sr. João Verçosa. — Secretarios — srs. Nogueira da Matta e Carlos Machado.

A' hora regimental, presentes os srs. João Verçosa, Nogueira da Matta, Carlos Machado, Leopoldo Neves, Felix Valois, Ananias de Almeida, Moacyr Dantas, Maria Leão, Cosme Ferreira, Manoel Monteiro, Julio Lima, Ariolmo Azevedo, Vivaldo Lima, Nunes de Lima, Ruy Barreto, Tito Bittencourt, Ary Tapajós, Antovilla Vieira, Philadelpho de Moraes, Antonio de Vasconcellos, Felismino Soares, Chaves Ribeiro e Arthur Bonates, faltando com causa justificada os srs. Benjamin Ferreira, Pimentel Salles e Manoel Lobo e sem ella os demais deputados, abre-se a sessão.

Lida e approvada sem debate a acta de 17, o primeiro secretario apresenta o seguinte

EXPEDIENTE

Officios do delegado municipal de Urucará e do prefeito de Labrea, agradecendo a communicação da eleição da Mesa da Assembléa.

Radio do presidente do Superior Tribunal Eleitoral, no mesmo sentido.

Idem do presidente da Assembléa Constituinte de Sergipe, participando a promulgação da Constituição desse Estado.

Terminada a leitura do expediente e aberta a

ORDEM DO DIA

pede a palavra o sr. Moacyr Dantas, que, pela Commissão de Finanças, justifica e envia á Mesa um projecto, que toma o n. 9, argmentando a verba para pagamento dos curadores e juizes em disponibilidade, e abrindo credito para o primeiro estabelecimento e representação do actual Governador.

conforme a Mensagem endereçada á Assembléa.

Ainda com a palavra, o mesmo deputado apresenta o seguinte

PROJECTO N. 10

A Assembléa Legislativa do Amazonas

DECRETA :

Art. 1º — Fica aberto no orçamento vigente o credito necessario para o pagamento da gratificação de *Cem mil réis* (100\$000) mensaes ao escrivão designado para o serviço de alistamento eleitoral de Manáos; revogadas as disposições em contrario.

JUSTIFICAÇÃO

Pelo acto n. 2, de 1º de abril de 1933, o dr. Waldemar Pedrosa, então Secretario Geral do Estado, no exercicio da Interventoria Federal, tendo em vista o parecer favoravel do Conselho Consultivo, mandou abrir na lei orçamentaria de 1933 a remuneração mensal de 300\$000 ao escrivão encarregado dos serviços eleitoraes, sr. Carlos Augusto Machado, hoje deputado á Assembléa Legislativa.

Nada mais razoavel do que o Estado gratificar a um funcionario publico encarregado de serviços extraordinarios e importantissimos. Basta consultar oCodigo Eleitoral, art. 38 e seguintes, para se verificar a responsabilidade de um escrivão eleitoral, cujo cartorio funciona diariamente, pela manhã e á tarde, com a faculdade dada ao juiz de prorogar o expediente. Tem a seu cargo ainda todos os livros para a materia de qualificação, inscripção e protocollo alem das suas innumeras funções na justiça commum.

A gratificação fixa de 50\$000 mensaes abonada pelo Codigo, em verba federal, é evidentemente insufficiente. Estados ha, de maiores recursos do que o nosso, que crearam cartorios privativos, para a perfeita regularidade nos trabalhos de inscripção.

Cabe á Assembléa providenciar opportunamente quanto á remuneração a todos os escrivães eleitoraes, dentro das actuaes possibilidades financeiras, determinando desde já a gratifica-

ção do da capital, pela sua situação especialissima, por ser de elementar justiça.

S. C. em 18 de julho de 1935.

(aa) Leopoldo Neves, Presidente.

Moacyr Dantas, relator.

Cosme Ferreira Filho.

Antonio de Vasconcellos.

Vivaldo Lima.

Vindo á tribuna, o sr. Cosme Ferreira, depois de os justificar largamente, apresenta á consideração da Casa os seguintes projectos que tomam, respectivamente, os ns. 11, 12 e 13 :

PROJECTO N. 11

A Assembléa Legislativa do Estado

DECRETA

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a nomear uma comissão de seis membros, para rever, coordenar e consolidar a legislação fiscal e tributaria do Estado, ajustando-a aos preceitos constitucionaes, modernizando-a no seu mechanismo e escolhendo-a de processos e dispositivos archaicos, inoperantes ou perturbadores da elaboração e circulação da riqueza.

Art. 2º — Constituirão a comissão referida no artigo precedente o Director Geral da Fazenda Publica do Estado, o Procurador Fiscal da Fazenda Estadual, um representante da produção, um do commercio, um membro do Instituto da Ordem dos Advogados e um despachante estadual, sob a presidencia do chefe do Governo.

Art. 3º — Até quinze dias depois de sancionado e publicado o presente decreto, deverá a comissão enviar suas conclusões á Assembléa Legislativa do Estado, para as providencias que lhe são privativas.

Art. 4º — Para os membros da comissão, que não forem funcionarios do Estado, o Governador arbitrá conveniente gratificação, por conta do saldo da Indemnização do Acre.

Art. 5º — Revogam-se as disposições em contrario.

S. S. em 18 de Julho de 1935.

(a) Cosme Ferreira Filho.

PROJECTO N. 12

A Assembléa Legislativa do Amazonas

DECRETA :

Art. 1º — Os productos do Estado, para effeito de applicação dos impostos de exportação, deverão ser classificados nos quatro grupos seguintes.

- I — Da Industria Extractiva;
- II — Da Industria Agricola;
- III — Da Industria Pastoril;
- IV — Da Industria Fabril.

Art. 2º — Não poderá ser superior a 5% a tributação dos productos resultantes das industrias agricola e pastoril, nem superior a 4% a daquelles provenientes das industrias fabris, excluidos da presente limitação os productos nominalmente taxados.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrario.

S. S. em 18 de julho de 1935.

(a) Cosme Ferreira Filho

PROJECTO N. 13

Considerando que o Estado deve apparellhar-se, convenientemente, para demonstração effectiva e constante de seu progresso e de suas riquezas, já com fins educacionais e patrióticos, perante a mocidade e por motivo de commemorações nacionaes e estaduais, já com objectivos de propaganda de ordem economica

A Assembléa Legislativa do Amazonas

DECRETA :

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a dispendar, por conta do saldo da Indemnização do Acre, até a quantia de *nove contos de réis*, com a aquisição de uma copia do film "No paiz das Amazonas", devidamente ampliada, de maneira a registrar o progresso material e cultural do Estado, até os dias presentes.

Art. 2º — Destina-se esse film a exhibições publicas, nos dias de festa nacional ou estadual, por occasião de cruzeiros turisticos, para beneficio de instituições pias, nos estabelecimentos

de ensino e nas feiras e exposições a que o Estado tenha de comparecer.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrario.

S. S. em 18 de julho de 1935.

(a) Cosme Ferreira Filho.

Na segunda parte da ordem do dia, são approvados em discussão unica os pareceres da Commissão de Poderes, relativos á creação de um juizado de casamentos em Ajaratuba e á concessão da licença ao deputado Valois.

Nada mais havendo a tratar, o sr. Presidente encerra os trabalhos, marcando para a proxima ordem do dia : primeira parte, apresentação de projectos, requerimentos, pareceres, etc.; segunda parte, segunda discussão do projecto n. 3, creando um juizado de menores; primeira discussão dos projectos n. 5, que autoriza o Governador a proseguir os entendimentos com o Governo do Pará para a consecução de convenios tributarios, e 9, que augmenta diversas verbas no orçamento vigente, de acordo com os arts. 7, 8 e 16 das Disposições Transitorias da Constituição do Estado.

SESSÃO de 19 de Julho

Presidência do sr. Leopoldo Neves. — Secretarios — srs. Nogueira da Matta e Carlos Machado.

A' hora regimental, presentes os srs. Leopoldo Neves, Nogueira da Matta, Carlos Machado, Felix Valois, Ananias de Almeida, Moacyr Dantas, Paula Gonçalves, Manoel Monteiro, Julio Lima, Ariolino Azevedo, Vivaldo Lima, Leopoldo Pêres, Nunes de Lima, Ruy Barreto, Armando Madeira, Tito Bittencourt, Ary Tapajós, Antovilla Vieira, Benjamin Ferreira, Antonio de Vasconcellos, Felismino Soares, Chaves Ribeiro, Aristides Rocha, Pimentel Salles e Arthur Bonates, faltando com causa justificada os srs. João Verçosa, Maria Leão, Cosme Ferreira, Philadelpho de Moraes e Manoel Lobo, é aberta a sessão.

Lida e approvada sem debate a acta de 18, o primeiro secretario dá conta deste

EXPEDIENTE

Mensagem do Governador, remetendo uma petição em que o industrial Julio Cardoso Pires Ferreira solicita a criação de um entreposto para beneficiamento de pelles e couros de animais selvagens.

Offícios dos consules da Bolivia e da França, communicando que, na ausencia dos titulares effectivos, responderá pelo expediente dos mesmos o sr. E. Vaz de Oliveira.

Telegramma do presidente da Assembléa Constituinte do Piauí, participando o encerramento dos seus trabalhos com a promulgação da Constituição desse Estado.

Circular da Sociedade Amazonense de Professores, communicando a eleição e posse dos seus corpos dirigentes.

Terminada a leitura do expediente e annunciada a

ORDEM DO DIA

pede a palavra o sr. Vivaldo Lima, que se refere aos telegrammas tendenciosos publicados pela imprensa local sobre a politica amazonense, defendendo o Governador Alvaro Maia, que, segundo o orador, é uma garantia de liberdade e de ordem.

Vem depois á tribuna o sr. Antovilla Vieira, que pronuncia estas palavras:

Sr. Presidente

Em additamento ás palavras do meu nobre e illustre collega Dr. Vivaldo Lima, eu quero occupar a tribuna desta Assembléa, por poucos momentos, para declarar que essa politica inaugurada fóra do Estado á custa de noticias tendenciosas e falsas, começa a envolver pessoas que não usam dos processos indicados nessas mesmas noticias.

Tenho em mãos, sr. Presidente, um recorte da "A Vanguarda" do Rio de Janeiro, do dia 7 do corrente, em que se affirma, em que se diz, que o humilde orador que ora occupa esta tribuna, fóra ao Rio de Janeiro á custa dos cofres publicos, tratar exclusiva-

mente de politica, junto aos altos poderes, no sul.

Repugna á minha consciencia, á minha indole, viajar á custa do Governo. Jamais, sr. Presidente, na minha curta vida de homem publico, usufrui qualquer abatimento, siquer de 10%, numa passagem! E não fóra estar invocado nominalmente neste caso, que considero um escandalo, ou por outra, para crear escandalo, na Capital da Republica, eu não viria ler essa noticia em que se vem insultando a honestidade do Governador Alvaro Maia e em parte a minha propria probidade.

Está concebida nos seguintes termos: (leitura)

O Sr. *Aristides Rocha* — Mas, V. Excia. vag fazer constar dos annaes uma publicação que reputa de injuriosa?

O Sr. *Antovilla Vieira* — Para me defender das accusações que ella contém! É um processo honesto.

O Sr. *Aristides Rocha* — Eu acho original esse processo!

O Sr. *Antovilla Vieira* — (terminada a leitura) Eu venho, sr. Presidente, em resposta aos sorrisos e ás gargalhadas de alguns dos meus collegas que me ouvem, affirmar que na minha vida particular ou publica, no Estado do Amazonas...

O Sr. *Aristides Rocha* — Mas, não havia necessidade de affirmar, se está aqui presente neste momento, bastaria isso para affirmar!

O Sr. *Antovilla Vieira* — Está defesa parece até uma pilheria. Mas, ella é feita para V. Excia. saber quaes os processos usados para combater o Governo honesto e acima de todas as suspeitas, do dr. Alvaro Maia.

Iniciada logo após a segunda parte da ordem do dia, é dado para segunda discussão o projecto n. 3, que crea um juizado de menores. Occupa a tribuna o sr. Paula Gonçalves, que faz demorada defesa desse projecto de sua autoria, lendo opiniões de varias autoridades em abono das suas considerações e affirmativas. Responde ao sr. Paula Gonçalves o sr. *Aristides Rocha*, que combate os argumentos do seu collega, entendendo que o projecto

n. 3 precisa de ser grandemente modificado para entrar nos moldes constitucionaes.

Entrando no debate, assim se manifesta o sr. Armando Madeira :

Sr. Presidente

Pela palavra autorizada do nobre orador que me precedeu, o sr. deputado Aristides Rocha, a Assembléa deve ter ficado convencida de que a actuação dos juristas, com assento nesta Casa, não é contradictoria, porém meramente constructiva, relativamente á instituição do juizado de menores; nunca alimentaram elles a intenção de dar combate á idéa, para destruir a iniciativa de ser creado em Manaus esse aparelhamento de incontestavel utilidade social, que se denomina protecção á infancia abandonada e delinquente.

O Sr. Leopoldo Peres — Muito bem.

O Sr. Armando Madeira — Fui o primeiro a demonstrar aqui, quando o nosso eminente collega, cujo nome peço venia para declinar, o sr. deputado Paula Gonçalves, trouxe a plenário o projecto n. 3, que os juristas a quem fôra distribuido o capitulo — Do Poder Judiciario —, para o projecto da Constituição do Amazonas, cogitaram do juizado de menores, tendo assim a prioridade de sua fundação entre nós; em mais de um dispositivo desse capitulo, que já tive ensejo de ler desta tribuna, se fez referencia expressa a uma vara de juiz de direito com attribuições especializadas ao nobilitante mistér de cuidar da infancia carecedora da assistencia social.

Não seria, pois, explicavel que, sem fundamentos justos, os mesmos propugnadores da referida iniciativa, das mais elevadas e uteis, no seio da Commissão dos Onze, da qual fazia parte o deputado Paula Gonçalves, viessem agora se alistar entre aquelles que lhe poderiam dar combate systematico, para destrui-la.

O Sr. Leopoldo Peres — Provando a inconstitucionalidade do projecto n. 3, somos apenas coerentes.

O Sr. Moacyr Dantas — E' muito avançada a opinião de V. Excia., por-

quanto a Assembléa, na primeira discussão do projecto, já julgou que elle é perfeitamente constitucional.

O Sr. Armando Madeira — Foram unanimes as nossas opiniões no que se refere ao art. 5º, que fere de frente a Constituição do Estado.

O Sr. Paula Gonçalves — Fere de frente, mas não constitue absurdo.

O Sr. Leopoldo Peres — Mas, ninguém disse isto; entretanto, não seria um despropósito, pois se fere a Constituição, não deixa de ser absurdo, na technica do direito.

O Sr. Paula Gonçalves — A nomeação livre por parte do Governo é uma these victoriosa, defendida brilhantemente por...

O Sr. Leopoldo Peres — A these não pode subverter a lei.

O Sr. Paula Gonçalves — Esta lei está fóra do tempo.

O Sr. Leopoldo Peres — Mas V. Excia. collaborou na Constituição, que é muito recente.

O Sr. Paula Gonçalves — Porque não tinha lido isto antes; senão teria votado contra...

O Sr. Armando Madeira — Assim, sr. Presidente, como confirmação incontestavel de que a attitudo dos juristas não é contradictoria, porém, ao contrario, vae ao encontro dos nobres intuitos do illustre deputado Paula Gonçalves, dei-me ao trabalho de elaborar um substitutivo ao projecto n. 3, no qual, aproveitando em grande parte seus dispositivos, todos collidos na mesma fonte, que é oCodigo de Menores, procuro dar ao futuro juizado de menores feição constitucional, quanto ao modo de nomeação do juiz, e total-o do aparelhamento indispensavel para a protecção de menores, para que não seja apenas uma abstracção legislativa, uma utopia sem objectivo pratico.

Para responder a essa necessidade, que todos nós sentimos, a que ninguém se oppõe, entendo que a Assembléa deve redigir uma lei, não nos moldes do projecto n. 3, defeiciente e defeituoso, porém encerrando pelo menos as providencias elementares para a realização de tão elevada finalidade.

Passo a ler o substitutivo, que é o

seguinte, acompanhado de sua justificação escrita :

(*Leitura do substitutivo*).

Concluindo esta exposição de motivos, renovo a affirmativa de que os juristas com assento nesta Assembléa, não estão combatendo a iniciativa do deputado Paula Gonçalves, trazida a plenário, depois de ter sido aventada no seio da Comissão dos Onze; os mesmos juristas qua ali a esboçaram, e defenderam, não a estão agora contrariando. Estão apenas construindo, procurando edificar obra efficiente e duradoura.

O Sr. Paula Gonçalves — Louvo a V. Excia. ao ouvir esta declaração, que muito honra aos srs. deputados juristas.

O Sr. Armando Madeira — Agradeço a V. Excia. sua gentileza, e requeiro, sr. Presidente, que o meu substitutivo, também assignado pelos deputados Ariolino Azevedo e Arthur Bonates, tenha o necessario andamento.

Continuando em discussão o projecto n. 3, apresentam-lhe emendas os srs. Aristides Rocha, Armando Madeira, Vivaldo Lima, Moacyr Dantas e Pimentel Salles, as quaes são remetidas á Comissão competente para opinar sobre ellas. São as seguintes, começando pelo substitutivo do sr. Armando Madeira :

SUBSTITUTIVO AO PROJECTO N. 3

Crêa o Juizado de Menores em Manãos e dá outras providencias para assistencia a menores abandonados e delinquentes.

CAPITULO I

O objecto e fim da lei

Art. 1.º — O menor, de um ou outro sexo, abandonado ou delinquente, que tiver menos de dezoito annos de idade, será submettido, pela autoridade competente, ás medidas de assistencia e protecção contidas no Codigo de Menores.

Art. 2.º — Para esse fim, fica creado na capital do Estado o Juizo Privativo de Menores, a cujo titular compete :

1.º — Processar e julgar, o abandono de menores de dezoito annos, nos termos daquelle Codigo, e os crimes e contravenções perpetrados por menores abandonados, vadios, mendigos e libertinos;

2.º — Inquirir e examinar o estado physico, mental e moral dos menores que comparecerem a Juizo, bem como a situação social, moral e economica dos paes, tutores e responsaveis por sua guarda;

3.º — Ordenar as medidas concernentes ao tratamento, collocação, guarda, vigilancia e educação de menores;

4.º — Decretar a suspensão ou a perda do patrio poder ou a destituição da tutela, e nomear tutores;

5.º — Conceder a emancipação nos termos do art. 9.º, § unico, numero 1, do Codigo Civil, bem como supprir o consentimento dos paes ou tutores, para casamento de menores sujeitos á sua jurisdição;

6.º — Expedir mandado de busca ou apprehensão de menores, salvo sendo incidente de nullidade ou annullação de casamento ou de desquite, ou tratando-se de casos da competencia dos Juizes de Orphãos;

7.º — Processar e julgar as infracções das leis e dos regulamentos de assistencia e protecção aos menores de dezoito annos;

8.º — Processar e julgar as acções de salarios ou soldadas dos menores sob sua jurisdição;

9.º — Conceder fiança nos processos de sua competencia;

10.º — Fiscalizar o trabalho dos menores onde quer que seja executado;

11.º — Fiscalizar os estabelecimentos de preservação e de reforma, e quaesquer outros em que se achem menores, tomando as providencias que lhe parecerem necessarias;

12.º — Praticar todos os actos de jurisdição voluntaria tendentes á protecção e assistencia aos menores de dezoito annos, embora não sejam abandonados, resalvada a competencia dos Juizes de Orphãos;

13º — Exercer as demais attribuições pertencentes aos Juizes de Direito e comprehensivas na sua jurisdição privativa;

14º — Cumprir e fazer cumprir as disposições do Código de Menores, applicando nos casos omissos as disposições de outras leis que forem adaptaveis ás causas civis e criminaes de sua competência;

15º — Organizar uma estatística annual e um relatório documentado do movimento do Juizo, que remetterá ao Chefe do Ministerio Publico, para os fins do art. 90 da Constituição do Estado;

16º — Fiscalizar os theatros, cinemas e casas de diversões publicas, quanto á frequencia de menores de dezoito annos, providenciando para a execução das leis e dos regulamentos a esse respeito.

CAPITULO II

Do pessoal do Juizo de Menores

Art. 3.º — No Juizo privativo de menores haverá o seguinte pessoal :

- 1 Juiz de Direito
- 1 Medico psychiatra
- 1 Curador, que accumulará as funções de Promotor, e que será o mesmo Curador de Orphãos, Menores, Auzentes e Interdictos
- 1 Escrivão
- 2 Officiaes de Justiça
- 1 Servente
- 6 Commissarios de Vigilancia

Art. 4.º — O Juiz será nomeado de accordo com o art. 88 da Constituição do Estado.

§ 1.º — Suas attribuições privativas são as constantes da presente lei, além das que accumulará em virtude da distribuição de funções a ser feita pela lei de Organização Judiciaria. (Const. do Estado, art. 79).

§ 2.º — Para melhor execução dos serviços judiciarios, a lei organica da justiça, estabelecerá o revezamento periodico entre os Juizes de Direito da Comarca de Manaus.

Art. 5.º — Ao medico, que será nomeado pelo Governador do Estado, dentre tres indicados pelo Juiz, incumbe :

- 1.º — Proceder a todos os exames

medicos e observações dos menores levados a Juizo, e aos que o Juiz determinar;

2.º — Fazer ás pessoas das familias dos menores as visitas medicas necessarias para as investigações de antecedentes hereditarios e pessoas destes;

3.º — Desempenhar o serviço medico do Abrigo annexo ao Juizo de menores.

§ unico — O medico servirá sem onus para o Estado, e será indicado dentre aquellos que já foram remunerados pelos cofres publicos federaes, estaduais ou municipaes, ficando dispensado de suas funções depois de dois annos de effectivo exercicio, quando poderá ser substituído, salvo se voluntariamente quizer continuar a exercel-as. O tempo de serventia do medico será contado em dobro para a aposentadoria.

Art. 6.º — O Curador desempenhará as funções de Curador de Orphãos nos processos de abandono, e de suspensão ou perda do patrio poder ou destituição de tutela, e as de Promotor Publico nos processos de menores delinquentes e nos das infracções penaes ás leis de assistencia e protecção de menores. Nas outras acções terá as attribuições que lhe couberem como representante do Ministerio Publico.

Art. 7.º — O Escrivão, os Officiaes de Justiça e o Servente exercerão as funções que lhes são peculiares e attribuidas por leis, regulamentos e praxe do fóro, e serão nomeados nos termos do disposto no art. 87, letra b) da Constituição e mais disposições legais em vigor.

§ unico — O Escrivão é obrigado a ter um registro, no qual serão inscriptos os assentamentos relativos ao menor, e um promptuario, onde serão reunidos todos os documentos e papeis uteis no mesmo.

Art. 8.º — Os Commissarios de Vigilancia serão escolhidos pelo Juiz dentre pessoas de reconhecida idoneidade moral, sem percepção de vencimentos, e seus serviços serão considerados de alta relevancia.

Incumbe-lhes :

- 1.º — Proceder a todas as investigações relativas aos menores, seus paes, tutores e encarregados de sua guarda, e

cumprir as instrucções que lhes forem dadas pelo Juiz;

2.º — Deter ou apprehender os menores abandonados ou delinquentes, levando-os á presença do Juiz;

3.º — Vigiar os menores que lhes forem indicados e desempenhar os serviços ordenados pelo Juiz;

§ unico — Os Commissarios poderão ser secretos, voluntarios e provisórios, alem dos de numero fixado nesta lei, que serão os effectivos, todos de confiança immediata do Juiz;

Art. 9.º — Compete ao Juiz nomear defensor aos menores que responderem a qualquer processo perante o Juizo de Menores, providenciando de accordo com os dispositivos legais sobre a assistência judiciaria.

CAPITULO III

Do processo

Art. 10.º — O menor que fôr encontrado abandonado nos termos do Código de Menores, ou que tenha commettido crime ou contravenção, deve ser levado ao Juizo de Menores, para o que a autoridade judicial ou administrativa deve, e qualquer pessoa pôde, apprehendê-lo ou detê-lo.

Art. 11.º — As normas processuaes, constantes do Capitulo II da parte especial do Decreto Federal n. 17.913-A, de 12 de outubro de 1927, deverão ser observadas no Estado, em tudo quanto forem applicaveis.

CAPITULO IV

Dos institutos disciplinares

Art. 12.º — O Governo do Estado adaptará o Patronato Agrícola do Parredão ao Abrigo destinado ao recolhimento de menores abandonados e delinquentes, e creará uma escola de prevenção para menores do sexo feminino.

Art. 13.º — Haverá em Manaus uma escola de reforma, destinada a receber para regenerar pelo trabalho, educação e instrucção, os menores do sexo masculino de mais de quatorze annos e menores de dezoito, que forem julgados pelo Juiz de Menores e por este mandados internar.

Art. 14.º — O Governo regulamen-

tará os dispositivos deste Capitulo, em harmonia com as condições financeiras do Estado, de modo a serem os institutos disciplinares fundados com a maior brevidade possível, com os requisitos estritamente indispensaveis, ouvido o conselho technico respectivo (Const. do Estado, art. 96).

§ 1.º — Para a execução desta lei, o Governo solicitará opportunamente, o necessario credito, evitando a criação de novos impostos destinados á fundação e custeio do Juizo de Menores, tendo em vista o art. 36 da Constituição do Estado.

§ 2.º — O Instituto Benjamin Constant, enquanto conservar sua organização de educandario e pensionato, não poderá ser aproveitado como escola de prevenção.

Art. 15.º — Revogam-se as disposições em contrario.

Sala das Sessões da Assembléa Legislativa, em Manaus, 19 de julho de 1935.

Armando Madeira

Ariolino Aguiar Azevedo

Arthur Bonates

JUSTIFICAÇÃO

O Juizado de Menores foi objecto de cogitação, por parte dos deputados que reeligiram o capitulo sobre o Poder Judiciario, quando se organizou o projecto da Constituição do Estado.

Pelos motivos já conhecidos da Assembléa, deixou-se á lei organica da justiça providenciar sobre o Juizo de Menores.

Tendo porém, sido apresentado o projecto n. 3, julgamos conveniente substituí-lo, em vez de emendá-lo.

O trabalho que ora submettemos á apreciação da Assembléa visa supprir as lacunas principaes daquelle projecto, e evita dispositivos inconstitucionaes, como o seu art. 5.º.

Sempre nos pareceu acertado que a comarca da Capital do Estado tenha tres varas de juiz de direito, pelas quaes sejam distribuidos, conveniente e equitativamente, os serviços judiciais do civil, commercio, crime, feitos da fazenda, materia eleitoral, orphanologica, menores, ausentes, interdictos, provido-

ria e residuos, casamentos, accidentes do trabalho, etc.

Creando-se antecipadamente a vara privativa de menores, o nosso substitutivo prevê desde logo essa distribuição, para ser regulada pela lei de organização judiciaria.

Providencia quanto á nomeação do Juiz de modo inteiramente diverso do indicado no projecto, respeitando as normas da Constituição do Estado, de que nenhuma lei se poderá afastar.

Regula a nomeação do medico psychiatra, suas attribuições e vantagens. Propõe que sirva sem onus para o Estado, seguindo a orientação do projecto, mas limita o tempo de serventia, mandando contal-o em dobro, para effeitos de aposentadoria.

Dá ao curador as mesmas attribuições constantes do Código de Menores, e, como medida de economia, manda que seja o mesmo que serve no juizo de orphãos, já remunerado.

O escrivão não deverá ser o mesmo desse juizo, para servir no de menores, gratuitamente. Terá de ser um funcionario privativo, percebendo remuneração, em vista da natureza e extensão do trabalho que vae ter. Não é justo que se exija do escrivão de orphãos um consideravel augmento de responsabilidade e de funções, de modo gratuito, por isso que elle não percebe nada dos cofres publicos. Quanto ao escrevente, não será por ora necessario; ao escrivão cabe requisital-o, segundo o movimento do cartorio.

Para os demais funcionarios, o substitutivo mantem as linhas geraes do projecto.

O processo será regulado pelas regras do Código de Menores, a ser observadas em todo o Estado, em tudo que forem applicaveis.

Ha uma divergencia radical na parte relativa aos institutos disciplinares.

O substitutivo é mais completo, cogitando da escola de reforma, da escola de prevenção e do Abrigo, para menores delinquentes e abandonados.

Concede ao Governo a faculdade de fundar esses institutos, em harmonia com as condições financeiras do Estado, e para isso baixará regulamento e solicitará o credito necessario, sem crear

novos impostos, uma vez que já existe disposição sobre fundos para o amparo da infancia : Const. art. 36.

Prohibe que o Instituto Benjamin Constant seja aproveitado como escola de prevenção, evitando a medida nociva, consignada no projecto, pela qual meninas de má conducta seriam recolhidas a esse educandario. Chegar-se-ia assim a resultado inteiramente opposto ao fim visado pela lei.

O substitutivo não é um trabalho completo, pois a protecção á infancia desvalida e delinquente exige apparellamento muito custoso, que não poderá ser adquirido pelo Estado, devido ás suas condições financeiras actuaes.

Representa, entretanto, um esboço methodico, enquadrado nos preceitos constitucionaes, de que tanto se afastou o projecto n. 3.

S. S., em Manáos, 19 de janeiro de 1935.

Armando Madeira

Ariolino Aguiar Azevedo

Arthur Bonates

Emenda Substitutiva ao Projecto n. 3

AO art. 1.º — Elimine-se, substituindo-se pelo seguinte :

“O Juiz de Direito da primeira vara da comarca de Manáos, continuando a accumular as funções de juiz de orphãos e menores, ausentes e interdictos”.

JUSTIFICAÇÃO

Não ha necessidade de sobrecarregar o Estado com a despesa da criação de um juizo privativo de menores. O movimento do fóro cada vez diminue mais, por força da precaria situação economica-financeira do Estado. A assistencia, protecção e defesa dos menores, o processo e julgamento dos abandonados e delinquentes menores, que tenham menos de 18 annos, tudo isso deve correr pelo juizado da primeira vara. Argumentar que não ha juiz de menores, nesta capital, é um perfeito absurdo. Abra-se qualquer exemplar do DIÁRIO OFFICIAL do Estado e ahi se deparará ediliaes com os seguintes dizeres: — O JUIZO DE DIREITO DA PRI-

MEIRA VARA DA COMARCA DE MANA'OS — "(ORPHAOS E MENORES, AUSENTES E INTERDICTOS)". A Assembléa Legislativa, é de supor, não acreditará que o juiz da primeira vara esteja usurpando as funções de juiz de menores. Ellas lhe foram concedidas por lei. A criação de um juizado privativo de menores trará, como consequencia logica, a criação tambem de um Escrivão privativo, corpo de officiaes de justiça etc. A situação precaria de nossas finanças não autoriza esse aparelhamento luxuoso, só admissivel nos centros ricos e de grande movimento.

S. das Sessões, em 17 de julho de 1935.

(aa) **Aristides Rocha**
Leopoldo Péres

Emenda Substitutiva ao Projecto n. 3

Eliminem-se do Capitulo—DO ABRI-GO DE MENORES — os arts. 13 e 14, substituindo-se pelos seguintes :

Art. — Fica o Governador do Estado autorizado a conceder á Santa Casa de Misericórdia de Manáos a exploração de uma loteria bi-semanal, com sorteios de 20 a 50 contos, distribuindo 30 % de premios, cabendo a totalidade das vantagens a essa instituição, que fica obrigada a custear dois asylos — um do sexo masculino e outro do feminino — para recolhimento de menores abandonados e delinquentes.

§ — O Estado construirá ou adaptará os edificios necessarios para esse fim, ficando aberto o credito de 200:000\$000, que será retirado dos fundos de educação a que se refere o art. 156 da Constituição do Estado.

JUSTIFICAÇÃO

O projecto auctoriza o juiz de menores a mandar recolher ao Patronato Agrícola do Paredão os menores do sexo masculino, abandonados e delinquentes, como transforma o Asylo Benjamin Constant em Escola de Prevenção para menores do sexo feminino. E' inadmissivel o que o Projecto auctoriza. O Patronato do Paredão é um estabelecimento especializado de ensino, com determinado numero de alumnos e pro-

fessores. Sua finalidade é bem differente da que o Projecto lhe quer attribuir, deturpando os seus fins. A mesma coisa referente ao Instituto Benjamin Constant. E' um educandario mixto, que recolhe creanças desvalidas, de moralidade reconhecida e que recebe pensionistas. Tem um numero limitado de matriculas, que não pôde mais ser excedido, por não haver capacidade para isso. Menores de antecedentes duvidosos, abandonados e delinquentes, não podem e nem devem ser recolhidos aos estabelecimentos referidos. Isto seria uma aberração. Deve a Assembléa repellir o contagio malsão determinado pelo Projecto.

S. das Sessões, em 17 de julho de 1935.

(aa) **Aristides Rocha**
Leopoldo Péres

Projecto n. 3 (Cria um Juizo de Menores em Manáos, etc.).

Emenda modificativa

Ao art. 3.º—

Redija-se:—

1—Medico-psychiatra, nomeado pelo juiz, com as attribuições definidas no Codigo de Menores, o qual servirá sem onus para o Estado, sendo seus serviços considerados relevantes.

S. das Sessões, em 17 de julho de 1935.

(a) **Moacyr Dantas**

Emenda Substitutiva ao Projecto n. 3

Como consequencia da substituição do art. 1.º, seja eliminado o art. 3.º.

S. das Sessões, em 17 de julho de 1935.

(aa) **Aristides Rocha**
Leopoldo Péres

Emenda Substitutiva ao Projecto n. 3

Elimine-se o art. 4.

S. das Sessões, em 17 de julho de 1935.

(aa) **Aristides Rocha**
Leopoldo Péres

Projecto n. 3 — (Cria um Juizo de Menores em Manáos, etc.).

Emenda modificativa**Substitua-se**

Art. 5.º — A primeira nomeação para Juiz de Menores da Capital será feita de accordo com a Constituição do Estado, podendo o Governador, se entender, remover do interior qualquer dos Juizes de Direito de segunda entrancia. Em 19-5-1935.

(a) **Moacyr Dantas**

Emenda

Art. 5.º — O Governador do Estado poderá remover do interior, a pedido, algum dos Juizes de segunda entrancia que acceite a vara privativa de menores, ou nomeará algum dos juizes de direito em disponibilidade.

S. S. em 19 de julho de 1935.

(a) **Vivaldo Lima**

Emenda Substitutiva ao Projecto n. 3

Substitua-se o art. 5.º pelo seguinte:—

O Governo chamará ao exercicio do cargo de juiz de menores da capital o juiz de direito em disponibilidade, da Capital.

JUSTIFICACAO

Não se comprehende que, havendo um juiz de direito da Capital em disponibilidade, ganhando, sem trabalhar (24:000\$000) annuaes, a Assembléa vá estipendar outro juiz, com igual quantia, onerando, assim, desnecessariamente, os cofres do Estado.

S. S. em 19 de julho de 1935.

(a) **José Pimentel Salles**

Emenda Suppressiva ao Projecto n. 3

Elimine-se o art. 5.º.

S. das Sessões, em 17 de julho de 1935.

(aa) **Aristides Rocha
Leopoldo Pères**

Emenda Suppressiva ao Projecto n. 3

Supprima-se o art. 6.º.

S. das Sessões, em 17 de julho de 1935.

(aa) **Aristides Rocha
Leopoldo Pères**

Emenda Suppressiva ao Projecto n. 3

Supprima-se o art. 7.º.

S. das Sessões, em 17 de julho de 1935.

(aa) **Aristides Rocha
Leopoldo Pères**

Emenda Suppressiva ao Projecto n. 3

Supprima-se o art. 10º e seu paragraho unico.

S. das Sessões, em 17 de julho de 1935.

(aa) **Aristides Rocha
Leopoldo Pères**

Emenda

Art. 11 — O Juizo de Menores é classificado entre as varas administrativas da Justiça local, e o Juiz gozará de todas as prerrogativas e regalias de Magistrado.

S. S. em 19 de julho de 1935.

(a) **Vivaldo Lima**

Emenda Suppressiva ao Projecto n. 3

Supprima-se o art. 11.

S. das Sessões, em 17 de julho de 1935.

(aa) **Aristides Rocha
Leopoldo Pères**

Emenda

(onde convier)

Art. A presente lei será incorporada á de reorganização judiciaria do Estado, logo que esta chegue, na Assembléa Legislativa do Estado, á redacção final.

S. S. em 19 de julho de 1935.

(a) **Vivaldo Lima**

Emenda modificativa

Ao art. 1.º

Accrescente-se depois "de 18 annos", na forma do decreto federal n. 17.943A, de 12 de outubro de 1935.

Em 19-7-1935.

(a) **Moacyr Dantas**

Emenda modificativa

Ao art. 11.

Diga-se :

Art. 11 — O Juizo de Menores é classificado entre as varas administrativas da Justiça local, gozando o respectivo Juiz de todas as prerogativas e regalias do Magistrado.

Em 19-5-1935.

(a) Moacyr Dantas

Emenda modificativa

Ao art. 14.

Deve ser :

Art. 14 — Como escola de prevenção para menores do sexo feminino, será providenciado pelo Estado um estabelecimento publico apropriado, onde serão recolhidas as menores de 18 annos e maiores de sete, que necessitam da protecção do Juiz de Menores.

Em 19-5-1935.

(a) Moacyr Dantas

PROJECTO N. 3 — (Cria um Juizo de Menores em Manáos, etc.)

Emenda additiva

Depois do art. 15.

O Estado providenciará opportunamente quanto aos Abrigos definitivos, Institutos disciplinares e Conselho de Assistencia e Protecção aos Menores.

Em 19-5-1935.

(a) Moacyr Dantas

PROJECTO N. 3 -- (Cria um Juizo de Menores em Manáos, etc.)

Emenda additiva

Depois do art. 18.

A presente lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Em 19-5-1935.

(a) Moacyr Dantas

A seguir, são discutidos e approvados em primeiro turno os projectos ns. 5 e 9.

Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente encerrá os trabalhos, marcando para amanhã esta ordem do dia : primeira parte, apresentação de projectos, pareceres, indicações, etc.; segunda parte, primeira discussão do projecto n. 2, que abre credito para a edição official da Constituição do Estado

e para o material necessario ao serviço de eleições.

TERMO de 20 de Julho

Presidencia do sr. João Verçosa. — Secretarios — srs. Nogueira da Matta e Carlos Machado.

A' hora regimental, presentes os srs. João Verçosa, Nogueira da Matta, Carlos Machado, Ariolino Azevedo, Philadelpho de Moraes, Benjamin Ferreira, Moacyr Dantas, Ananias de Almeida e Aristides Rocha, não havendo numero legal, deixa de realizar-se a sessão, continuando a mesma ordem do dia.

SESSÃO de 22 de Julho

Presidencia do sr. João Verçosa. — Secretarios — srs. Nogueira da Matta e Carlos Machado.

As quinze horas, feita a chamada, respondem os srs. João Verçosa, Nogueira da Matta, Carlos Machado, Ananias de Almeida, Moacyr Dantas, Paula Gonçalves, Manoel Monteiro, Julio Lima, Ariolino Azevedo, Vivaldo Lima, Nunes de Lima, Ruy Barreto, Tito Bitencourt, Ary Tupajós, Antovilla Vieira, Benjamin Ferreira, Antonio de Vasconcellos, Chaves Ribeiro, Pimentel Salles e Arthur Bonates, faltando com causa justificada os srs. Felix Valois e Manoel Lobo e sem ella os demais deputados. Aberta a sessão, o primeiro secretario apresenta o seguinte

EXPEDIENTE

Officios do primeiro secretario da Assembléa Constituinte do Pará, do prefeito municipal de Humaythá e do secretario da prefeitura de Canutama, agradecendo a communicação da eleição da Mesa da Assembléa.

Circular da Sociedade Hespanhola de Soccorros Mutuos e da Faculdade de Sciencias Juridicas e Sociaes de Manáos, communicando a eleição e posse dos seus novos dirigentes.

Officio do deputado Felix Valois, apresentando despedidas á Assembléa por ter de seguir para o vizinho Es-

tado, como membro da embaixada academica.

Telegramma do presidente da Republica, agradecendo as congratulações da Assembléa pelo primeiro anniversario da Constituição Federal.

Annunciada a primeira parte da

ORDEM DO DIA

pede a palavra o sr. Ary Tapajós para justificar o seguinte parecer da Comissão de Poderes sobre o projecto n.º 4:

A Comissão de Poderes, guarda da Constituição e das leis e dos negocios municipaes, a que foi presente o projecto n. 4 (Organização dos Municipios) considerando que o referido projecto consultou a Constituição, é de parecer seja o mesmo submettido á discussão e approvação da Assembléa, com as necessarias emendas apresentadas em plenário.

S. C. em 21 de julho de 1935.

(taa) Ary Tapajós Cahn, Presidente e

Relator.

Moncyr Dantas

Chaves Ribeiro

Ruy Barreto

Esse parecer vae a imprimir com o projecto.

Pede a palavra o sr. Vivaldo Lima, que, referindo-se a uma local da "Folha do Norte", sobre factos occorridos na Assembléa do Amazonas, diz que esse jornal vehiculou informações mentirosas, naturalmente fornecidas por espiritos tendenciosos, que se obstinam em desacreditar o Estado.

Passando-se depois á segunda parte da ordem do dia, são approvados: em primeira discussão o projecto n. 2, que abre creditos no orçamento, e em terceira o projecto n. 9, que vae á Comissão de Redacção.

O sr. Antovilla Vieira requer, sendo approvado, que o projecto n. 2 seja dispensado de impressão e intersticio para ser incluido na ordem do dia de amanhã.

Em seguida, o sr. Presidente encerra os trabalhos, marcando para a proxima sessão: primeira parte, apresentação de projectos, pareceres, indi-

cações, etc.; segunda parte, segunda discussão dos projectos ns. 2, 5 e 8.

TERMO de 23 de Julho

Presidencia do sr. João Verçosa. — Secretarios — srs. Nogueira da Matta e Carlos Machado.

A' hora regimental, presentes os srs. João Verçosa, Nogueira da Matta, Carlos Machado, Ariolino Azevedo, Pimentel Salles, Vivaldo Lima, Benjamin Ferreira, Paula Gonçalves e Manoel Monteiro, não havendo numero legal, deixa de realizar-se a sessão, continuando a mesma ordem do dia.

SESSÃO de 24 de Julho

Presidencia do sr. João Verçosa. — Secretarios — srs. Nogueira da Matta e Carlos Machado.

A' hora regimental, presentes os srs. João Verçosa, Nogueira da Matta, Carlos Machado, Leopoldo Neves, Ananias de Almeida, Moncyr Dantas, Maria Lobo, Manoel Monteiro, Julio Lima, Ariolino Azevedo, Philadelpho de Moraes, Vivaldo Lima, Leopoldo Peres, Nunes de Lima, Ruy Barreto, Armando Madeira, Tito Bittencourt, Ary Tapajós, Antovilla Vieira, Benjamin Ferreira, Antonio de Vasconcellos, Chaves Ribeiro, Aristides Rocha, Pimentel Salles e Arthur Bonates, faltando com causa justificada os srs. Felix Valois, Manoel Lobo e Cosme Ferreira e sem ella os demais deputados, abre-se a sessão

Lida e approvada a acta de 22, bem como o termo de 23, o primeiro secretario dá conta deste

EXPEDIENTE

Officio do dr. Armando Barbuza, communicando a sua nomeação para o cargo de procurador fiscal da fazenda municipal.

Circular do Syndicato dos Officiaes em Alfaiataria, participando a eleição e posse dos seus novos corpos dirigentes.

Petição do deputado Benjamin Ferreira, solicitando permissão para ausentar-se do Estado.

Telegramma da familia do general Mello Portella, agradecendo as homenagens prestadas pela Assembléa á memoria desse militar.

Passando-se depois á

ORDEM DO DIA

pede a palavra o sr. Vivaldo Lima, que, referindo-se ao passamento, hoje, no Rio, do dr. Arthur Cesar Moreira de Araujo, que aqui exerceu importantes cargos na politica e no magisterio, requer se consigne na acta um voto de pesar por esse facto.

Em discussão o requerimento, falla o sr. Ariolino Azevedo, que declara associar-se á manifestação de pesar proposta, por ter sido discipulo do illustre extinto, cuja personalidade illustre põe em relevo.

E' approvedo o requerimento do sr. Vivaldo Lima, por unanimidade de votos.

Seguidamente, occupa a tribuna o sr. Moacyr Dantas, que pronuncia este discurso :

Sr. Presidente

Os deputados Antovilla Vieira e Vivaldo Lima rectificaram, sexta-feira ultima, mais de uma noticia tendenciosa publicada nos jornaes cariocas sobre a actual situação amazonense.

Quem lê, realmente, sr. Presidente, as informações capciosas estampadas em alguns diários do Rio, a proposito do momento politico de delicada transição por que passamos, sente uma repulsa natural e humana a esses processos inconvenientes e desprezíveis, denunciadores de uma forte campanha de descredito, posto que anonyma e irresponsavel, contra o nosso Estado e os homens publicos que o governam com justicia, criterio, prudencia e des-cortino administrativo.

Explora-se, em primeiro lugar, a chamada questão glebaria, transformada por elles num systema partidario puramente nativista. Mas não é isso, sr. Presidente. No discurso que tive a honra de proferir por occasião da promulgação da Constituição, muito antes, portanto, do rompimento politico nos quadros do situacionismo, já affirmava que os constituintes ama-

zonenses não haviam esquecido a gleba verde, o regionalismo bemdito de que falou, no seio da Assembléa Nacional Constituinte, perante a Nação e deante do Brasil, a autoridade de um Cincinnati Braga, a maior figura de projecção da opposição brasileira. Amazonismo sagrado que Alvaro Maia vem pregando, com os olhos no Brasil maior, dentro e fóra da jangla tumultuaria. Glebarismo sem fronteiras.

A propria opposição desta Casa, a cujas credenciaes de cultura e intelligencia todos fazemos justiça, não condemna jamais o regionalismo. Comprehende-o tambem, segundo a palavra fulgurante de um de seus leaders, como uma das nossas prerogativas autonomicas que se deve encaminhar para a formação da psyché nacional.

O Sr. Leopoldo Péres — E' precisamente o meu conceito de regionalismo. O regionalismo como uma formula de brasilidade !

O Sr. Moacyr Dantas — Agradeço ao honroso aparte de V. Excia. De resto, glebarismo, com nomes diversos, ha no Pará, no Ceará, em Pernambuco, em S. Paulo, no Rio Grande do Sul, em toda parte, em todos os Estados da Federação. Ouçamos, sr. Presidente, a palavra de Cincinnati Braga : "Nas discussões, dentro da Assembléa Nacional Constituinte, tenho já ouvido objurgatorias contra o regionalismo. Discordo dellas, tanto no meu consciente, como no meu sub-consciente. Em sua essencia, em que consiste o sentimento regionalista? Perscrutando esse phenomeno da alma humana eu já uma vez escrevi o que agora quero repelir : Não ha paiz nenhum do mundo, em que deixe de existir o espirito regionalista". E mais adiante : "A Constituição que vamos votar fallará por completo á sua finalidade, si não constituir uma grandiosa Cathedral para o culto da religião ali-cerçada nesses sentimentos. No fundo da nave majestosa fique erigido o Altar Mór, consagrado como devoção ao culto da Patria Commum. Lado a lado da soberba nave sejam os muros ornamentados pelos 20 altares menores, sob a invocação de cada Estado.

Dentro desse amovavel santuario, os ciúmes, os antagonismos, as hostilidades de qualquer feitio, de um contra outros altares, hão de ser tidos como sacrilegio, como demencia!"

Sr. Presidente. Quanto ás accusações feitas pessoalmente ao Sr. Governador do Estado, S. Excia. vem de publicar uma nota official, em que dá resposta completa a todas as denuncias. Leio-a, para que fique constando dos nossos annaes uma peça publica notavel, pela documentação e serenidade.

NOTA

Alguns jornaes da Capital da Republica, baseados em informações tendenciosas, como tambem em affirmativas do senador Cunha Mello e deputado Ribeiro Junior, feitas em despachos publicados na imprensa local, estampam :

1 — que alguns amigos do senador Cunha Mello solicitaram garantias de vida;

2 — que o Governo do Estado estipendiou uma viagem aerea do deputado Antovilla Vieira ao Rio, no total de mais de sete contos de réis;

3 — que o Governo cedeu um predio de vinte contos de réis á Academia Amazonense de Letras;

4 — que o Governo nomeára peculatórios para os cargos publicos, obedecendo a estreito partidario, ou persegue funcionarios;

5 — que o Governo dispõe de 1.800 contos em cofre, mas não paga exercicios findos de um professor;

6 — que o Governo é comunista disfarçado.

O Governo declara, como a população inteira facilmente verifica, que :

1 — Todos os cidadãos têm segurança de vida, nada constando quanto a perseguições por motivos politicos, ou de qualquer outra ordem;

2 — O Governo não estipendiou viagem aerea ao deputado Antovilla Vieira, que se encontra em Manaus e lavrou o competente protesto na Assembléa Legislativa;

3 — O predio e a quantia de vinte contos á Academia de Letras foram concedidos pelo ex-Interventor Nelson Mello, que praticou um justo acto de amparo a uma associação cultural;

4 — Foram preenchidos os cargos de desembargadores á Corte de Appellação, curador geral dos Orphãos, director geral da Instrução Publica, procurador fiscal da Fazenda Municipal, pelos srs. drs. Ismael de Almeida, Cassio Dantas, Antonio Monteiro de Souza e Armando Barbuda, cidadãos probos, sem extremismo partidario. Contra prefeitos nomeados para Boa Vista do Rio Branco e Fonte Boa, srs. dr. Aluysio Brasil e major José Pessoa, não ha accusações daquella ordem. Quanto ao sr. José Bentes de Farias, primitivamente nomeado para Fonte Boa, houve protestos por motivos politicos, enviados pelos amigos do senador Cunha Mello, residentes daquelle municipio. O sr. José Bentes de Farias foi o primeiro a declinar das funcções. Não ha perseguições de especie alguma a funcionarios por idéas politicas. O sr. Joaquim Botelho, administrador da villa do Carreiro, occupava interinamente as funcções. E' funcionario effectivo o sr. Julio Lima, cuja licença terminára;

5 — O orçamento para 1935 não consignou verba para exercicios findos e, por esse motivo, o Governo não pôde attender, de accordo com a lei, a solicitações de pagamento, sem incidir em grave responsabilidade;

6 — A vida do Estado vae se processando dentro da lei, sob a harmonia de todos os poderes, e o Governo publica diariamente os seus actos. Não é communismo viver em contacto com o povo e receber, com a maior attenção, todas as pessoas que procuram o Governo : é uma delegação decorrente das proprias funcções".

Nunca é demais repetir que o dr. Alvaro Maia governa prestigiado pela opinião publica, com o apoio tambem da maioria desta Casa, que já lhe votou expressiva moção de alta solidariedade politica.

Logo, após, obtendo a palavra, assim se pronuncia o sr. Armando Madeira:

Sr. Presidente

Nada teria a oppor ao brilhante discurso que esta Casa acaba de ouvir, proferido pelo illustre leader da mai-

ria, si nelle não tivesse ficado envolvido: a Nota Official a que S. Excia. faz referencia especial. Sabia-se ha veria de ser requerida, na sessão de hoje, a inclusão dessa Nota nos Annaes da Assembléa; entretanto foi posto em pratica um expediente indirecto, o que sinceramente lamento, por isso que si um requerimento tivesse sido formulado nesse sentido, contra o mesmo votariam todos os membros da minoria. Esta não poderia, absolutamente, se solidarizar com qualquer allusão, embora vaga e imprecisa, aos nomes dos illustres representantes federaes do Estado, Senador Cunha Mello e Deputado Ribeiro Junior.

A estes a Nota não se refere directamente, mas procura envolver, de certo modo, a responsabilidade dos meannos e noticias, que classifica de tendenciosas, publicadas pela imprensa do Rio, attribuindo áquelles nossos representantes as informações de que se serviram os jornaes.

O Senador Cunha Mello e o Deputado Ribeiro Junior, quando entenderem de increpar isto ou aquillo ao Governo do Estado, o farão ostensivamente, de modo claro e positivo, pois não lhes falta coragem cívica para tanto.

Si o Governo vae se dar ao trabalho de publicar notas officiaes toda vez que a imprensa de Manaus, do Rio ou de qualquer outra parte lhe fizer censuras, não terá outra cousa a fazer, e diariamente terá de redigir taes notas. Agora mesmo estaria na contingencia de publicar uma contra o editorial da "A Nação", contendo topicos como estes, que passo a ler:

"E' deposto da presidencia da Assembléa Legislativa o sr. Julio Lima! E' escoreaçado da Prefeitura o sr. Lima Castro! Funda-se o Partido Popular com a massa fluctuante dos socialistas e trabalhistas. Sabia-se que seriam indicados para os cargos de deputados federaes os srs. Tirelli, Antovilla e João Gonçalves. Corre o escurtinio secreto e apura-se que o sr. João Gonçalves, que ajudára a trahir os outros, fôra tambem trahido! O Governador, que no dia

da eleição tivera vinte e oito deputados a lhe suffragar o nome, conta agora com a opposição de doze deputados, os melhores elementos do legislativo estadual. A bancada federal é unanime contra o Governador! A opposição cresce e se avoluma na razão directa das derribadas que vão sendo feitas pelo interior. Um verdadeiro desastre!"

Finalmente, sr. Presidente, posso affirmar que a nota official causou má impressão ao publico, especialmente pelo facto de querer attribuir aos representantes federaes do Estado a autoria de todas as noticias que encerra. Deixo de analysal-a uma vez que não foi posta em discussão, e mais uma vez declaro que os srs. Cunha Mello e Ribeiro Junior jamais recorrerão a sueltos de jornaes quando quizerem atacar ao Governo.

Vindo á tribuna depois do sr. Armando Madeira, o sr. Vivaldo Lima considera ligeiramente alguns pontos de seu discurso, insistindo na injustiça da campanha feita contra o Governador Alvaro Maia, seguindo-se com a palavra o sr. Moacyr Dantas, que diz o seguinte:

Sr. Presidente

Estranho vivamente que o deputado Armando Madeira, que é parlamentar brilhante, ache anti-regimental a inclusão de uma nota official no corpo do meu ligeiro discurso, sem um previo requerimento no sentido de poder figurar a mesma nos annaes da Assembléa.

Desconheço os processos directo e indirecto de que fala. Lendo, como li, a nota official, estava por consequencia dispensado de formular qualquer requerimento, de vez que aquelle notavel documento publico terá que figurar nos annaes da Casa, por ser parte integrante das minhas rapidas palavras.

O Sr. Ary Tapajós — Perfeitamente.

O Sr. Armando Madeira — Mas essa não é a praxe.

O Sr. Moacyr Dantas — (continuando) Esse é que tem sido o processo

uado por varios dos srs. deputados, excepção feita de um ou outro que, desnecessariamente, tem solicitado a consulta da maioria.

Valho-me do uso da palavra, sr. Presidente, para registrar prazerosamente que o deputado Armando Madeira e os seus collegas de opposição não subscrevem as noticias tendenciosas editadas contra o Governador do Estado.

O sr. Armando Madeira — Eu affirmei apenas que os srs. deputados Ribeiro Junior e senador Cunha Mello, quando tiverem de atacar o Governo, farão com a sua completa responsabilidade.

O sr. Moacyr Dantas — (continuando) O certo é que o sr. Governador andou acertadissimo, respondendo de plano a accusações de procedencias conhecidas, para que a nobre população amazonense que o admira e prestigia tenha conhecimento directo da verdade dos factos.

Logo após, passando-se à segunda parte da ordem do dia, são discutidos e approvados, em segundo turno, os projectos ns. 2, 5 e 8.

Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente encerra os trabalhos, marcando para amanhã: primeira parte, apresentação de projectos, indicações, pareceres, etc.; segunda parte, segunda discussão do projecto n. 10.

SESSÃO de 25 de Julho

Presidência do sr. João Verçosa. — Secretarios — srs. Nogueira da Matta e Carlos Machado.

A' hora regimental, presentes os srs. João Verçosa, Nogueira da Matta, Carlos Machado, Leopoldo Neves, Ananias de Almeida, Moacyr Dantas, Maria Leão, Cosme Ferreira, Manoel Monteiro, Ariolino Azevedo, Vivaldo Lima, Leopoldo Peres, Nunes de Lima, Ruy Barreto, Tito Bittencourt, Ary Tapajós, Antonio Vieira, Benjamin Ferreira, Antonio de Vasconcellos, Felismino Soares, Aristides Rocha e Arthur Bonafes, faltando com causa justificada os srs. Felix Valois e Manoel Lobo, e sem ella os demais deputados, é aberta a sessão.

Lida e approvada a acta anterior, o primeiro secretario dá conta do seguinte

EXPEDIENTE

Petição dos officiaes de justiça, solicitando augmento da gratificação que percebem.

Circular do primeiro secretario do Partido Popular do Amazonas, no bairro de S. Raymundo, participando a eleição e posse de sua directoria.

Idem da Sociedade Beneficente dos Compradores e Revendedores, fazendo identica participação.

Findo o expediente e annunciada a primeira parte da

ORDEM DO DIA

é dado para discussão o projecto n. 10, que manda abrir o necessario credito para pagamento de cem mil réis mensaes ao escrivão designado para o serviço de alistamento eleitoral em Manaus; apresenta-lhe uma emenda o sr. Ariolino Azevedo, a qual é remetida com o projecto à commissão competente para emitir parecer.

Em seguida, suspendendo os trabalhos, o sr. presidente marca para amanhã esta ordem do dia: primeira parte, apresentação de projectos, pareceres, indicações, requerimentos etc.; segunda parte, terceira discussão dos projectos: numero 2, que abre no orçamento vigente o credito de quinze contos para occorrer ás despesas com a tiragem especial da Constituição do Estado e com o material preciso para as eleições proximas; numero 5, que autoriza o Governador a proseguir nos entendimentos com o Governo do Pará para effeito de convenios tributarios, e numero 8, que abre no orçamento o credito de 7:754\$800 para pagamento a Manaus Tramways.

SESSÃO de 26 de Julho

Presidência do sr. Leopoldo Neves. — Secretarios — srs. Nogueira da Matta e Carlos Machado.

A' hora regimental, presentes os srs. Leopoldo Neves, Nogueira da Matta, Carlos Machado, Ananias de Almeida, Moacyr Dantas, Maria Leão, Cosme

Ferreira, Manoel Monteiro, Julio Lima, Ruy Barreto, Tito Bittencourt, Ary Tapajós, Antovilla Vieira, Benjamin Ferreira, Antonio de Vasconcellos, Felismino Soares, Chaves Riheiro, Aristides Rocha e Arthur Bonates, faltando com causa justificada os srs. Manoel Lobo e Paula Gonçalves e sem ella os demais deputados, é aberta a sessão.

Lida e approvada sem debate a acta anterior, o primeiro secretario declara que não ha expediente.

Anunciada a primeira parte da

ORDEM DO DIA

vem á tribuna o sr. Ruy Barreto, que, pela Comissão de Poderes, justificando o Parecer sobre o projecto relativo ao juizado de menores, profere este discurso :

Sr. Presidente.

Vou passar ás mãos de v. excia., para os devidos fins, o parecer da Comissão de Poderes, a respeito do Projecto n. 3 que trata da organização do Juizo Privativo de Menores na capital do Estado.

Com as responsabilidades, porem, de relator que fui do Projecto, tanto na sua phase inicial, como agora, após as emendas apresentadas em plenario, devo salientar a v. excia. e a Casa, que foi criterio da Comissão de Constituição encargar o Projecto de cheio, olhando para a sua essencia, se estava ou não moldado na Constituição do Estado, sem se deter demoradamente em diversos artigos a que se referia, como nas partes complementares do referido projecto.

Assim foi que, encarado apenas em seu todo, parecia, assim á primeira vista, que soffria uma crise de oppor-tunidade, que era o facto de poder ou não vir antes da lei de organização judiciaria.

A Comissão, por unanimidade, adoptou o parecer, achando que poderia vir com antecedencia a criação desse juizo desde que a Constituição deixou para a lei de organização judiciaria a fixação de numero de varas e descrição de suas attribuições.

Vindo portanto, assim como veio para plenario o Projecto n. 3 recebeu,

como era de esperar, a collaboração de diversos deputados, cujos nomes peço venia para declinar : Aristides Rocha, Leopoldo Peres, Armando Madeira, Ariolino Azevedo, Arthur Bonates, Pimentel Salles, Moacyr Dantas e Vivaldo Lima.

Deste peneiramento porque passou o projecto, folgo em dizer que elle está agora, perfeitamente lapidado naquelles artigos de arestas inconstitucionaes.

Peço assim venia á Casa, para ler o parecer a respeito das emendas apresentadas ao Projecto.

PARECER A'S EMENDAS APRESENTADAS AO PROJECTO N. 3

(Creação, do Juizo de Direito de Menores, em Manáos)

O projecto n. 3, creando um juizo de menores, na capital do Estado, recebeu em plenario, quando de sua segunda discussão, diversas emendas apresentadas pelos illustres deputados Aristides Rocha, Leopoldo Peres, Armando Madeira, Ariolino Azevedo, Arthur Bonates, Pimentel Salles, Moacyr Dantas e Vivaldo Lima, e sobre as quaes passa a Comissão de Poderes, etc., a opinar :

Os deputados Aristides Rocha e Leopoldo Pères, apresentaram ao projecto uma emenda substitutiva, mandando que o juiz de direito da 1.^a vara da comarca de Manáos, continuasse a acumular as funções de juiz de orfãos, menores, auzentes e interdictos, com a justificativa de que a criação do juizo de menores é desnecessaria em vista do diminuto movimento forense e tambem, em face da precaria situação economica e financeira do Estado, que não permite esse aparelhamento luxuoso, só admissivel em centros ricos e de grande movimento.

A Comissão de Poderes, opina pela rejeição dessa emenda, pois a criação desse juizo não acarretará, certamente, sacrificios de ordem material de grande vulto, desde que fica o governo autorizado a remover, na forma da Constituição, juizes de direito do interior para o provimento do cargo ora creado, o que provavelmente succe-

derá. Fica ainda o governo autorizado a adaptar estabelecimentos publicos para escolas de prevenção para menores".

O sr. *Aristides Rocha* — E quem fôr para o interior não ganha nada? V. excia devia se propor então a ir!

O sr. *Ruy Barreto* — Deixando-se ao Governador a faculdade de remover na forma constitucional qualquer juiz do interior, estamos certos de que o sr. Governador procurará agir, de modo a poder chamar qualquer juiz de direito em disponibilidade, para o exercicio na vaga aberta.

O sr. *Ruy Barreto* (continúa a leitura): "Ademais, o juiz de direito da 1.^a vara da comarca de Manaus, pelos serviços que já tem a seu cargo, não poderá dedicar-se exclusivamente, como se faz mister, ao estudo e tratamento das questões relativas á infancia e á adolescencia, questões, por sua delicadeza, difficilimas e sempre numerosas.

Na epoca em que a tendencia geral é para a especialização em todos os sectores das actividades humanas e, num seculo já denominado por varios sociologos, como o seculo da creança, considerado esta como a raiz da familia, deve ser privativo o juiz de menores, afim de especializar-se, inteiramente, no importante assumpto.

A propria lei brasileira já preferiu o juiz de menores como singular e privativo.

Quanto ao substitutivo apresentado pelos deputados Armando Madeira, Ariolino Azevedo e Arthur Bonates, excluidas as alterações feitas aos arts. 3.^o, 4.^o e 5.^o do projecto n. 3, e algumas outras pequenas modificações, principalmente na parte referente aos Institutos disciplinares, — é quasi identico ao projecto do deputado João de Paula Gonçalves".

O sr. *Ariolino Azevedo* — Perfeitamente, o substitutivo aproveitou tudo quanto era possivel e com toda a boa vontade. E deixa ao Governador do Estado á sua inteira responsabilidade e criterio, a criação dos Institutos.

O sr. *Ruy Barreto* — Justamente. Não procurei, absolutamente, diminuir o valor do substitutivo, tanto que o

aproveitei, excepto naturalmente, nas partes identicas ao projecto. Elle trouxe, aliás, valiosos subsidios para este parecer".

O sr. *Ruy Barreto* (continúa a leitura): "A Comissão aproveita a sugestão contida no art. 5.^o do substitutivo Armando Madeira e na emenda do deputado Moacyr Dantas, para assim redigir a parte final do art. 3.^o do projecto em questão:

"Um medico-psychiatra, nomeado pelo Governador do Estado, dentre tres indicados pelo juiz, com as attribuições definidas no Codigo de Menores, na parte respectiva e servindo sem onus para o Estado, sendo seus serviços considerados relevantes. Quando esta nomeação recair em medico que seja funcionario publico estadual ou municipal, esse tempo de serviço será contado em dobro, para effeito de aposentadoria".

A Commissão accceita, ainda, a emenda do citado substitutivo ao art. 4.^o do projecto, dando, porem, a seguinte redacção — "Art. 4.^o — O provimento do cargo de juiz de menores da Capital será feita de accordo com a Constituição do Estado, podendo, no entanto, o Governo remover, a pedido, qualquer juiz de direito do interior, de 2.^a entrancia.

§ unico — As attribuições privativas do juiz de menores são as constantes da presente lei. A lei de organização judiciaria do Estado, poderá, entretanto, attribuir-lhe outras funções".

Justifica plenamente o acrescimo feito á emenda ao art. 5, o facto das comarcas do Estado serem divididas em entrancias, e contrariar o espirito constitucional, o ingresso dum juiz novo numa comarca de 2.^a entrancia, ou promoção a um inferior, segundo a interpretação que deve ser dada ás alíneas a e l do art. 79 da Constituição do Estado, e á letra a do art. 104 da Constituição da Republica".

O sr. *Aristides Rocha* — Ha um juiz da Capital em disponibilidade, e porque não aproveitá-lo?

O sr. *Ruy Barreto* — Responderei já a v. excia.

O sr. Aristides Rocha — Se v. excia. não quizesse escangalhar de antemão este Projecto, não procuraria proteger, apenas, um determinado juiz do interior.

O sr. Ruy Barreto — Eu não posso acreditar que algum de nós tenha interesse pessoal neste Projecto. Ademais, não está em nossas mãos a nomeação de nenhum juiz. Isto é da competência do Governador do Estado, que a fará sob suas grandes responsabilidades.

O sr. Ruy Barreto (continua a leitura): "A emenda do deputado Pimentel Salles, ao mesmo artigo, é também considerada improcedente, não só por contrariar o espirito liberal da emenda acima adoptada, como por ser do conhecimento desta comissão o bem grave estado de saúde do citado juiz de direito, em disponibilidade, da capital.

O sr. Aristides Rocha — V. excia. está bancando uma Comissão Médica antecipada.

Si este juiz está em condições de ser aposentado, que se submeta a uma inspecção de saúde. O que é facto é que elle não pode permanecer em disponibilidade. Crea-se uma vaga, chama-se o juiz, elle diz que não pode assumir o exercicio... com o tempo de exercicio que elle tem, aposenta-se este juiz.

O sr. Leopoldo Pêres — Isso são factos particulares, de ordem intima, com os quaes a Assembléa não pode ter coisa alguma.

E v. excia. não pode fazer destes argumentos.

O sr. Aristides Rocha — E' um escândalo! E' um absurdo!

O sr. Ruy Barreto — Citado pessoalmente que foi o juiz em disponibilidade, da capital, coube-nos julgar que elle não reunia todos aquelles requisitos indispensaveis ao juiz de menores!

O sr. Aristides Rocha — Se elle não pode assumir o cargo, que se aposente na forma da lei!

V. excia. é moço, mas é corajoso! Tem uma coragem de assombrar.

O sr. Ruy Barreto — Ainda bem!

O sr. Aristides Rocha — O essencial é proteger menores! Mas, não é isso! E' proteger um juiz.

O sr. Ruy Barreto — Na opinião

apaixonada de v. excia., a qual deixa de nos interessar desde que v. excia. procura, apenas, obstruir o projecto em discussão!

O sr. Ruy Barreto (continua a leitura): "A Comissão, aproveitando também a parte do substitutivo, relativo ao curador de orfãos, etc., adopta-a, com a seguinte redacção: "Art. 3.º, n. 2:—Um curador, que será o mesmo curador de orfãos, menores, ausentes e interdictos da Capital". Art. 7.º—O curador acumulará as funções de promotor publico e desempenhará as funções de curador de orfãos nos processos de abandono e de suspensão ou perda do patrio poder ou destituição de tutela, e as de promotor publico nos processos de menores delinquentes, e nos de infracções penaes ás leis de assistência e protecção de menores. Nas outras acções terá as attribuições que lhe couberem como representante do Ministerio Publico".

Essa alteração será introduzida no art. 7.º do projecto n. 3, ficando desprezada a sub-emenda feita a esse mesmo artigo por esta comissão, no final do parecer do relator do mesmo projecto, na sua phase inicial.

Exceptuados esses pontos adoptados, a comissão deixa de aceitar os demais do substitutivo Armando Madeira.

A Comissão adopta integralmente as emendas do deputado Moacyr Dantas, aos arts. 1.º, 11.º, 14.º e 15.º, bem como a emenda additiva, mandando que a presente lei entre em vigor na data de sua promulgação.

Acceita, também a emenda do deputado Vivaldo Lima que traz a legenda "Onde convier" com a seguinte redacção: "Art.... A presente lei será incorporada á de reorganização judiciaria do Estado, com as modificações que, porventura, esta lhe possa trazer".

Deixa, esta Comissão, de adoptar as demais emendas, por estarem prejudicadas ou pelas emendas acceitas, ou sub-emendas adoptadas, ou ainda, por serem consideradas difficilmente praticaveis.

As corrigendas vindas nas emendas apresentadas pelos nobres deputados inicialmente citados, vieram melhor constitucionalizar o projecto, pondo-o

dentro da technica do direito e das aspirações da Assembléa do Amazonas que assim bem corresponde aos anseios do povo!"

O sr. *Aristides Rocha* — Do povo! Porque v. excia não escreveu assim:

Ficava mais bonito: — do pobre povol...

O sr. *Ruy Barreto* — *Digo bem*: Anseios do povo sim, porque si apoiamos esse projecto é porque elle visa um bem para o povo do qual somos representantes nesta Assembléa.

Durante a leitura do Parecer, o relator é muito apartado pelo sr. *Aristides Rocha*, que estranha o criterio da Comm'ssão de Poderes, recusando as emendas que, em seu modo de ver, amparavam perfeitamente o projecto, dando-lhe forma juridica e constitucional.

Ainda pela Comm'ssão de Poderes o sr. *Moacyr Dantas* envia á Mesa o seguinte projecto, que, julgado objecto de deliberação, toma o numero 14 e vai a imprimir:

A Assembléa Legislativa do Amazonas

DECRETA:

Art. unico — Fica revogado o acto n. 4.238, de 19 de novembro de 1934, do então Interventor Federal do Estado do Amazonas, continuando em pleno vigor os artigos 49, 50 e 110 do acto n. 475, de 22 de abril de 1931, como expressamente determina o § 2.º do art. 11 das Disposições Transitorias da Constituição da Republica.

JUSTIFICAÇÃO

O art. 11 e seus respectivos paragraphos estabelecem que o Presidente da Republica nomeará uma comm'ssão especial para organizar o projecto de Codigo do Processo Penal, afim de ser discutido e votado pelo Poder Legislativo Federal, de vez que compete privativamente á União legislar sobre o direito processual (art. 5.º, n. XIX, a).

Emquanto não fôr decretado aquelle Codigo, reza a Constituição da Republica, "continuarão em vigor, nos respectivos territorios, os dos Estados".

Ora, o acto n. 4.238, de 19 de novembro de 1934, baixado em plena vigencia da Carta Magna, é desse modo

evidentemente inconstitucional, por isso que, além de regular materia processual da competencia federal, fêre de frente o § segundo do art. 11 das Disposições Transitorias da Constituição, pelo qual continúa em vigor o acto n. 475, impondo-se por isso e por todos os titulos a sua derrogação.

S. C. em 26 de julho de 1935.

(aa) *Ary Tapajós Cahn*, presidente
Moacyr Dantas, relator.
Ruy Barreto
Maria Miranda Leão
Chaves Ribeiro

A sra. *Maria Leão*, também pela Comm'ssão de Poderes, manda á Mesa um parecer favoravel ao pedido de licença do sr. *Benjamin Ferreira*, reque-rendo para o mesmo dispensa de impressão e de interstício, afim de entrar na ordem do dia da proxima sessão. E' approved o requerimento.

Ainda como relatora da mesma Comm'ssão, a sra. *Maria Leão* justifica o parecer desta, referente ao projecto n. 11, o qual é concebido nestes termos:

A Comm'ssão de Poderes, estudando cuidadosamente o projecto junto, declara-o perfeitamente integrado nos moldes constitucionaes, opinando pela sua approvação, depois de ouvida a Comm'ssão de Finanças, quanto á sua constituição interna e artigo final, que manda arbitrar conveniente gratificação, por conta do saldo da indemnisação do Acre, aos membros da Comm'ssão, que não forem funcionarios do Estado.

S. C. em 26 de julho de 1935.

Ary Tapajós Cahn, presidente.
Maria de M. Leão, relator.
Chaves Ribeiro.
Moacyr Dantas.
Ruy Barreto

Continuando a ordem do dia, pede a palavra o sr. *Cosme Ferreira*, que justifica longamente o seguinte projecto:

A Assembléa Legislativa do Amazonas

DECRETA:

Art. 1.º — Nos pagamentos de impostos e taxas ao erario estadual não serão permittidas fracções de cem réis,

devendo elevar-se a esta cifra ou a seus multiplos o total de cada titulo de tributação.

Art. 2.º — Observar-se-á igual criterio na elaboração das pautas para o calculo e cobrança dos direitos de exportação, onde os valores deverão, sempre, finalizar em cincoenta réis ou nos seus multiplos.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrario.

S. S. em 26 de julho de 1935.

Cosme Ferreira

Este projecto, que é julgado objecto de deliberação, toma o n. 15 e vae ás Comissões de Poderes e de Fazenda.

Falla depois o sr. Arthur Bonates para combater a campanha que se vem fazendo por meio de boletins, contra a personalidade do senador Cunha Mello. Depois de condemnar esse processo, em que se procura diminuir a actividade do parlamentar amazonense em favor do Estado, termina lendo um telegramma de sua excellencia, estampado no "Jornal do Commercio".

Na sua qualidade de leader da maioria, responde ao sr. Arthur Bonates o sr. Moacyr Dantas, com as palavras que vão a seguir :

Sr. Presidente.

Lendo uma local publicada, a pedido, no "Jornal do Commercio" de hoje, para que conste dos nossos annaes, o meu distinctissimo collega e amigo Arthur Bonates precedeu-a de commentarios injusos, invertendo, lamentavelmente, a verdade dos factos.

Nego que o sr. Governador, homem publico de uma serenidade invulgar e de uma superior elegancia de espirito e coração, promova, por si ou por intermedio de amigos dedicados, qualquer campanha contra o sr. senador Cunha Mello ou qualquer outro respeitavel adversario politico. As divergencias partidarias devem ser mantidas no terreno dos principios e das idéas, no campo das convicções e dos programmas, acatadas as pessoas e os seus serviços prestados á causa estadual.

Se existe campanha, esta visa directamente o Governo, sem, contudo, alcançal-o, por isso que os homens in-

pollutos não poderão jamais ser atingidos pela maldade humana.

Quanto ás credenciaes retiradas pelo Governo das mãos illustres do amigo de hontem, parece-me um facto normal, logico e natural, decorrente mesmo de um rompimento politico, cujas causas estão analysadas. Apesar disso, o sr. Governador já nomeou a comissão especial que accordará a formula a ser encaminhada ao Governo Federal para a solução da indemnização do Acre.

Creio tambem no patriotismo dos representantes amazonenses, os quaes por sua vez, tratarão, de certo, da execução immediata do art. 5.º das Disposições Transitorias da Constituição da Republica.

Passando-se á segunda parte da ordem do dia, entra em segunda discussão o projecto n. 2, sobre o qual falla o sr. Aristides Rocha, dizendo que o credito aberto para occorrer a despesas com as eleições dos classistas não tem razão de ser, pois taes despesas se acham a cargo do governo federal, devendo assim o autor do projecto dar explicações sobre isso. Ainda com a palavra, o sr. Aristides Rocha, justificando-a, envia á Mesa uma emenda, abrindo tambem o credito de cincoenta contos de réis para auxiliar as obras da Cathedral, tendo o sr. presidente observado que as emendas apresentadas em terceira discussão somente poderiam ser acceitas, quando apoiadas por um terço de deputados presentes. Requer, então, o sr. Aristides que se consulte o plenario sobre esse ponto, verificando-se logo que a emenda é apoiada por unanimidade.

Discursa ainda sobre o projecto em discussão o sr. Vivaldo Lima, que discorda, em parte, da opinião do sr. Aristides Rocha, fazendo a defesa integral do projecto e enviando á Mesa uma emenda additiva, que, submettida a votos, é approvada.

Afinal, com a palavra, o sr. Moacyr Dantas requer o adiamento da discussão do projecto por 48 horas, o que a Casa concede.

Seguidamente, são approvados em terceira discussão os projectos numeros

5 e 8, que são enviados á Commissão de Redacção.

Encerrando os trabalhos, o sr. presidente marca para ordem do dia de amanhã : primeira parte, apresentação de projectos, requerimentos, indicações, etc.; segunda parte, discussão unica do parecer da Commissão de Poderes, concedendo licença ao deputado Benjamin Ferreira, segunda discussão do projecto n. 10 e terceira do n. 2.

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. COSME FERREIRA, NA SESSÃO DE 18 DE JULHO.

O Sr. Cosme Ferreira — Desejo merecer a honrosa attenção da Casa para a apresentação e leitura de 3 projectos, cuja justificação quasi que se acha integrada em seus proprios "considerandos".

Desta maneira, passo a ler os projectos, fazendo ligeiros commentarios, quando estes se tornarem necessarios. (Leitura do 1º Projecto).

Como diz o primeiro "considerando", o objectivo do decreto é modernizar nossa technica tributaria que, infelizmente, se tem afastado daquillo que se observa nos demais Estados brasileiros, para não sabir do Paiz.

Tenho em meu poder as legislações tributarias de 19 Estados brasileiros e em todos elles prepondera o criterio de uma taxa para os productos resultantes da industria extractiva e outras taxas, claramente diversificadas, para os productos de outra ordem, sobretudo aquelles que resultam das actividades fabris, que são tratados com tariffação muito modica e generosa, considerando o coefferiente de trabalho que elles proporcionam ás massas operarias, conforme disse em meu terceiro "considerando".

Por outro lado, esta modificação não causa a menor diminuição da receita publica, porquanto, em seu art. 2º, diz o projecto que ficam excluidos desta contribuição, os productos nominalmente taxados.

De maneira que, por este lado, a fiança publica não tem que se arrear de uma possivel diminuição da receita.

O 2º Projecto visa realizar um tra-

balho preparatorio para a composição do orçamento da receita. Sem esse trabalho de reajustamento e adaptação das leis tributarias e fiscaes aos novos preceitos da Constituição, penso que será muito difficil ao Poder Executivo traçar o seu orçamento.

Dahi o meu proposito de entregar este trabalho a uma Commissão de entendidos, consultando, naturalmente, os interesses de todas as classes que contribuem para formação do orçamentario da receita.

Passo a ler o projecto : (leitura do 2º Projecto) :

Parece-me que este projecto está, pelos proprios "considerandos", amplamente justificado. Trata-se de consolidar a legislação fiscal e tributaria a exemplo do que se faz na legislação tributaria federal, que é objecto de lei unica.

A Commissão está constituída de elementos que visam defender os varios interesses em jogo, dentro do espirito da possivel cooperação.

E' o Director da Fazenda Publica do Estado e o seu procurador como representantes do Governo, um representante da produção, um do commercio, um membro do Instituto da Ordem dos Advogados e um despachante estadual. Este ultimo é quem articula o contribuinte ao erario estadual; é o que conhece a lei em suas menores falhas e pequenos defeitos, constituindo, portanto, um excellent elemento de elucidación.

O ultimo Projecto é o seguinte : (leitura do 3º Projecto).

TERMO de 27 de Julho

Presidencia do sr. João Verçosa. — Secretarios — srs. Nogueira da Matta e Carlos Machado.

As quinze horas, tendo respondido á chamada apenas os srs. João Verçosa, Nogueira da Malta, Carlos Machado, Leopoldo Neves, Ariolino Azevedo, Vivaldo Lima, Ananias de Almeida, Julio Lima e Chaves Ribeiro, deixa de realizar-se a sessão á falta de numero legal, continuando a ordem do dia anteriormente marcada.

SESSÃO de 29 de Julho

Presidência do sr. João Verçosa. — Secretários — srs. Nogueira da Matta e Carlos Machado.

A' hora regimental, presentes os srs. João Verçosa, Nogueira da Matta, Carlos Machado, Ananias de Almeida, Moacyr Dantas, Manoel Monteiro, Julio Lima, Ariolino Azevedo, Vivaldo Lima, Leopoldo Péres, Nunes de Lima, Ruy Barreto, Armando Madeira, Tito Bittencourt, Ary Tapajós, Antovilla Vieira, Philadelpho de Moraes, Benjamin Ferreira, Antonio de Vasconcellos, Felismino Soares, Chaves Ribeiro, Aristides Rocha, Pimentel Salles e Arthur Bonates, faltando com causa justificada os srs. Felix Valois, Paula Gonçalves e Manoel Lobo e sem ella os demais deputados, abre-se a sessão.

E' lida e approvada sem debate a acta de 26, bem como o termo de 27, depois do que o primeiro secretario apresenta este

EXPEDIENTE

Circular do sr. Aluysio Brasil, prefeito municipal do Rio Branco, comunicando que assumiu o exercicio desse cargo.

Anunciada a primeira parte da

ORDEM DO DIA

pede a palavra o sr. Ananias de Almeida e, pela respectiva Comissão, manda á Mesa a redacção final do projecto n. 9, a qual, discutida e posta a votos, é approvada.

Segue-se na tribuna o sr. Moacyr Dantas, que, pela Comissão de Poderes, tambem envia á Mesa o seguinte projecto :

Considerando que a execução do decreto n. 42, de 30 de Abril do corrente anno, modificado pelo decreto n. 51, de 8 de Maio seguinte, não deve onerar os adquirentes de terras do Estado, que deixaram de ultimar os respectivos processos, em virtude da interrupção imposta pelo Acto n. 5.563, de 19 de Maio de 1934, da ultima Interventoria Federal, a Comissão de Poderes apresenta o seguinte

PROJECTO

A Assembléa Legislativa do Estado

DECRETA

Art. 1.º — Nos processos para compra de terras devolutas, iniciados em data anterior á do decreto n. 42, de 30 de Abril deste anno, o preço do hectare obedecerá ás tabellas que serviram de base á cobrança da primeira prestação, quando esta tenha sido liquidada antes daquella data e occorra o pagamento do debito restante até 180 dias após a promulgação da presente lei.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrario.

S. C. em 29 de Julho de 1935.

Ary Tapajós Cahn, Presidente.
Moacyr Dantas, Relator.
Ruy Barreto
Chaves Ribeiro

Considerado objecto de deliberação, esse projecto toma o n. 17 e vae a imprimir.

Passando-se á segunda parte da ordem do dia, são discutidos e approvados o Parecer da Comissão de Poderes, concedendo licença ao deputado Benjamin Ferreira para ausentar-se do Estado, e o projecto n. 10, em segundo turno. Dado depois para terceira discussão o projecto n. 2, com as emendas que lhe foram offerecidas, vem á tribuna o sr. Leopoldo Neves, que diz o seguinte :

Sr. Presidente

Solicitei a palavra para apresentar a esta Casa um substitutivo ao Projecto n. 2 de autoria do deputado Vivaldo Lima.

Devo explicar, sr. Presidente, que decalquei este substitutivo ao projecto, ampliando apenas em alguns dizeres e incorporando ao mesmo a emenda do sr. deputado Aristides Rocha, tornando mais facil ao Governo o cumprimento deste projecto, se for approvado por esta Casa.

Nestas condições, sr. Presidente, peço permissão para ler o substitutivo.

SUBSTITUTIVO AO PROJECTO N. 2

A Assembléa Legislativa do Estado do Amazonas

DECRETA

Art. 1º — Fica aberto no orçamento vigente o credito de dez contos de réis, na conformidade do art. 19 das Disposições Transitorias da Constituição do Estado, para ser feita a impressão official da mencionada Constituição, afim de ser distribuida ampla e gratuitamente, impressão esta que será effectuada dentro do credito acima, de accordo com as possibilidades financeiras do Estado.

Art. 2º — Abre o credito de oito contos no orçamento vigente, para occorrer ás despesas com as eleições municipaes de prefeitos, vereadores e deputados classistas e federaes, transportes de juizes, diarias e demais serviços eleitoraes; quantia esta, cuja restituição deverá ser opportunamente pleiteada pelo Governo do Estado ao Governo Federal, na conformidade dos dizeres contidos no officio n. 27 do sr. Ministro da Justiça ao sr. Governador do Estado.

Art. 3º — Autoriza o Governo do Estado a dispender, a titulo de auxilio ás obras de remodelamento da Cathedral e construção das igrejas de Constantinopolis e S. Raymundo, a importância de cincoenta contos de réis, em parcelas, a criterio do Governo, de accordo com as condições e possibilidades financeiras do Estado.

Art. 4º — Revogam-se as disposições em contrario.

S. S. em 29 de Julho de 1935.

Leopoldo Amorim da Silva Neves.

Occupa em seguida a tribuna o sr. Aristides Rocha, que, preliminarmente, declara fallar em nome de dez deputados que, no momento, formam a minoria da Assembléa e apoiam, francamente, a emenda que teve oportunidade de apresentar, em sessão anterior. Considera depois que os deputados da Liga Catholica, cujas credenciaes são a defesa da causa da Igreja, não podem deixar de apoiar a emenda, estando, pois, esta, logicamente

victoriosa. Continuando, entra a analysar o substitutivo do sr. Leopoldo Neves, dizendo que o mesmo vem crear embaraços á emenda de sua autoria, uma vez que transforma a abertura do credito em medida administrativa, deixando-lhe a execução ao criterio do Governador, caso o permitam as condições financeiras do Estado. Ponderou que o substitutivo, dividindo o auxilio proposto com outros templos, não auxiliava a nenhum delles, uma vez que se tornava insufficiente; e, rematando suas considerações, faz um appello aos representantes da Liga Catholica na Assembléa, no sentido de ampararem a emenda na sua integridade.

Responde ao sr. Aristides Rocha o sr. Leopoldo Neves, que, declarando haver sempre da parte de quem legisla a intenção de proteger alguma coisa, combate os argumentos do seu collega, affirmando que, ao formular o seu substitutivo, não teve intuitos subalternos. Depois de produzir a sua defesa pessoal, em casos arduos pelo orador precedente, observa que o substitutivo buscou apenas dividir o auxilio monetario com outros templos, pagando-o em parcelas, para facilitar ao Governo a execução da medida legislativa.

Seguidamente, o sr. Arthur Bonates, depois de se manifestar de accordo com a emenda proposta pelo sr. Aristides Rocha, manda á Mesa uma outra, auxiliando com dez contos e cinco contos de réis, respectivamente, as igrejas de Constantinopolis e São Raymundo.

O sr. Presidente declara que, na forma do Regimento, tanto a emenda do sr. Arthur Bonates como o substitutivo do sr. Leopoldo Neves, serão incorporados ao projecto.

Pedindo a palavra, o sr. Antovilla Vieira, allega a necessidade de estudar o projecto em discussão com as modificações propostas, e requer por isso o adiamento por 48 horas, o que a Casa concede.

Nada mais havendo a tratar, o sr. Presidente encerra os trabalhos, marcando para ordem do dia de amanhã: primeira parte, apresentação de projectos, requerimentos, indicações, pa-

receres, etc.; segunda parte, primeira discussão do projecto n. 4, que dá nova organização aos municípios do Estado.

SESSÃO de 30 de Julho

Presidência do sr. João Verçosa. — Secretários — srs. Nogueira da Matta e Felismino Soares.

A' hora regimental, presentes os srs. João Verçosa, Nogueira da Matta, Felismino Soares, Leopoldo Neves, Ananias de Almeida, Moacyr Dantas, Maria Leão, Cosme Ferreira, Manoel Monteiro, Julio Lima, Vivaldo Lima, Nunes de Lima, Ruy Barreto, Armando Madeira, Tito Bittencourt, Ary Tapajós, Antovila Vieira, Philadelpho de Moraes, Benjamin Ferreira, Antonio de Vasconcellos, Chaves Ribeiro, Aristides Rocha e Arthur Bonates, faltando com causa justificada os srs. Felix Valois, Paula Gonçalves e Manoel Lobo e sem ella os srs. Carlos Machado, Ariolino Azevedo, Leopoldo Pêres e Pimentel Salles, é aberta a sessão.

Lida e approvada sem debate a acta anterior, o primeiro secretario apresenta este

EXPEDIENTE

Mensagem do Governador do Estado, submettendo á consideração da Assembléa copia do contracto que faz com o Estado o sr. Isukasa Uyetsuka, a qual é enviada á Commissão de Poderes.

Annunciada a primeira parte da

ORDEM DO DIA

pede a palavra o sr. Aristides Rocha e, depois de o justificar, manda á Mesa o seguinte requerimento:

"Como um acto de justa homenagem, requeiro que a Assembléa Legislativa do Amazonas faça consignar na acta dos nossos trabalhos de hoje, um voto de congratulações pelo retorno a esta capital, séde de sua base, do 27º Batalhão de Caçadores, unidade disciplinada do Exercito, quasi toda composta de filhos deste Estado, em cujos lares, por esse auspicioso acontecimento, reina a maior alegria. Re-

queiro ainda a nomeação de uma commissão especial, que, em nome desta Assembléa, leve seus cumprimentos ao commandante, officiaes e praças dessa corporação".

Em seguida, o requerente aprecia, enaltecendo-a, a maneira digna como o 27º B. C. desempenhou a missão que lhe confiara o Governo Federal, terminando por observar que o seu requerimento, pelo alto sentimento que o inspira, não comporta discussão. Posto a votos pelo sr. Presidente é, com effeito, approvado o requerimento por unanimidade, não havendo quem se pronuncie sobre elle. A commissão para o fim requerido é composta, por designação da Presidencia, dos srs. Aristides Rocha, Moacyr Dantas e Antonio de Vasconcellos.

Falla depois o sr. Ananias de Almeida, que, pela Commissão de Redacção, lê e envia á Mesa as dos projectos n. 5 e 8, seguindo-se na tribuna o sr. Benjamin Ferreira, que fundamenta o seguinte projecto, creando um entreposto, no porto de Manáos, para os cereaes de producção do Estado:

A Assembléa Legislativa do Amazonas

DECRETA:

Art. 1º — O Governo do Estado creará em estabelecimento apropriado, no porto de Manáos, um entreposto para todos os cereaes produzidos no Estado.

Paragrapho unico — Esse deposito, que terá immunizadores e aparelhagem para beneficiamento, conservação, padronização e venda de cereaes, será confiado a pessoa idonea, que tenha pratica de commercio e finanças.

Art. 2º — O Governo do Estado, em entendimento com as companhias e armadores de navios e de toda a sorte de embarcações, procurará obter uma redução de fretes, minima de 40%, para todos os cereaes de producção do Estado, destinados ao Entreposto.

Art. 3º — Cobrará o Governo do Estado, por dois annos, afim de auxiliar a tentativa, sómente metade de todos os impostos estaduais e municipa-

paes sobre os cereaes de produção do Estado, destinados ao Entrepósito.

Art. 4º — A' Manáos Harbour serão pagas, mediante accordo, metade das actuaes taxas por ella cobradas actualmente, como auxilio dessa Companhia ao desenvolvimento do Porto.

Art. 5º — Os agricultores e carregadores embarcarão os productos em consignação ao "Entrepósito de Cereaes", que promoverá despacho, desembarque, beneficiamento, immunização, padronização e venda immediata dos mesmos pelos melhores preços, fazendo-se leilão, se preciso fór.

Art. 6º — Effectuada a transacção, o Entrepósito fornecerá conta de venda aos consignadores, fazendo-lhes remessa immediata do liquido dos productos, deduzidas as despesas.

Art. 7º — Será obrigatorio o consumo dos cereaes de produção do Estado em todos os estabelecimentos sob a administração do Governo e naquelles que se acharem sob sua dependência, directa ou indirecta, em igualdade de preços e condições.

Art. 8º — O Entrepósito estabelecerá, de accordo com os *stocks* e movimento da Praça, preços mensaes ou quinzenaes para todos os productos, devendo ser publicadas essas tabellas no "Diario Official", até o dia 5 de cada mez.

Art. 9º — Os preços das tabellas acima não soffrerão augmento durante o mez, ou quinzena, depois de publicados, podendo, no entanto, haver abatimento razoavel para facilitar as vendas e evitar que os productos se deterioreem.

Art. 10º — Todo o numerario do "Entrepósito" será depositado no Banco do Brasil; e os lucros mensaes obtidos na commissão cobrada pela guarda, beneficiamento, padronização e venda dos productos, recolher-se-ão mensalmente ao Thesouro do Estado, por meio de guias acompanhadas de uma demonstração.

Art. 11º — O Governo fiscalizará o movimento do "Entrepósito" por funcionario indicado pelo Director da Fazenda Publica, examinando a sua escripta, *stocks*, etc., e porá em pratica medidas de auxilio e desenvolvimento da instituição.

Art. 12º — Tendo o Governo do Estado em vista o auxilio á agricultura — fonte de riqueza do Estado — e o barateamento da vida, facilitará, por todos os meios, o movimento do "Entrepósito", cujo regulamento será feito e modificado de accordo com a experiencia obtida e as exigencias do momento.

Art. 13º — O Governo permittirá ao "Entrepósito" a organização de "Feiras Livres", semanaes ou mensaes, da qual participarão todos os agricultores e commerciantes de generos de produção do Estado.

Art. 14º — Para as vendas em "Feiras Livres" não haverá licenças especiaes, nem impostos novos para os generos de produção do Estado.

Art. 15º — O Governo mandará fazer, por technicos especializados, de reconhecida competencia, a propaganda e o ensino pratico, no interior, das culturas mais apropriadas ás terras do Estado, distribuindo sementes aos agricultores e lavradores e promovendo inspecções periodicas ás plantações, afim de serem suggeridas medidas aos agricultores para o que se utilizará de transporte nas lanchas da Saude Publica.

Art. 16º — Os Prefeitos dos Municipios serão encarregados permanentemente dessa propaganda, facilitando a remessa de cereaes de boa qualidade, recomendando aos agricultores a selecção das sementes, dando-lhes instrucções para a colheita e acondicionamento, auxiliando-os com instrumentos agrarios, tudo de accordo com as posses de cada Municipio.

Art. 17º — Sempre que fór possivel, o "Entrepósito" promoverá, na Capital, reuniões de lavradores, carregadores e commerciantes de productos do Estado, afim de colher e transmittir suggestões aos interessados, fazendo, nessas oportunidades, exposição dos productos regionaes.

Art. 18º — O Encarregado do "Entrepósito" será pessoa de confiança do Governo, e terá um ou mais auxiliares para trabalhos de escripta, vendas, etc. O serviço de estiva e outros semelhantes serão feitos por estivadores contractados, diariamente, na proporção das necessidades occorrentes,

Art. 19º — As vendas no "Entrepoto" far-se-ão a particulares a dinheiro, e a prazo maximo de um mez a commerciantes idoneos, mediante promissórias, que, não liquidadas no vencimento, serão entregues ao Contencioso Fiscal para cobrança executiva.

Art. 20º — Os vencimentos do encarregado e de seus auxiliares e as diarias dos trabalhadores fixar-se-ão em decreto do Governo do Estado, no qual se regulará também o funcionamento do "Entrepoto".

Art. 21º — O Governo fornecerá a importancia necessaria para a instalação do "Entrepoto" e aquisição de instrumentos e utensilios indispensaveis ao seu funcionamento, custeando ainda outras despesas de inicio do movimento.

Art. 22º — O "Entrepoto" não se responsabilizará pela perda total ou parcial dos productos mal colhidos, ou de má qualidade, que sejam entregues já em começo de deterioramento, ou que venham a se estragar por falta de compradores e insufficiencia de consumo.

Art. 23º — Todo e qualquer produtor ou carregador de generos poderá se entender directamente com o encarregado do "Entrepoto", que será o responsavel directo de todo o movimento deste.

Art. 24º — O "Entrepoto" terá os livros necessarios ao seu movimento escripturados com a maior clareza, servindo não só para esclarecer qualquer duvida entre consignatarios, compradores e o "Entrepoto", como para a fiscalização do Governo do Estado.

Art. 25º — O Encarregado do "Entrepoto" envidará todos os esforços para o bom funcionamento dos serviços e responderá perante o Governo por qualquer irregularidade nas suas funções e nas de seus subordinados.

Art. 26º — Todas as publicações de tabellas, propaganda e impresos serão feitas no "Diario Official", gratuitamente, a titulo de auxilio á agricultura.

Art. 27º — Conforme o movimento, a qualidade e quantidade de generos,

o "Entrepoto" poderá desenvolver a exportação.

Art. 28º — O "Entrepoto" estudará a organização de "Cooperativas" entre produtores e consumidores, afim de desenvolver a produção e garantir o seu consumo em maior escala.

Art. 29º — Haverá no "Entrepoto" um registro dos "Sem Trabalho", fornecendo o Governo passagens aos desempregados que forem trabalhadores de campo, á custa dos Municípios, cujos prefeitos cobrarão essas passagens aos agricultores por conta de quem forem embarcados os trabalhadores.

Art. 30º — Para maior facilidade e desenvolvimento da pequena lavoura, o Governo do Estado autorizará o "Entrepoto" a adeantar aos pequenos lavradores, quando acompanharem seus productos, 50% do valor dos mesmos, deduzidas as despesas, cuja liquidação será feita com a venda dos productos. Para o calculo desse adiantamento, servirão de base os preços da tabella do mez, ou quinzena, da entrega dos productos ao "Entrepoto".

Art. 31º — Não se fará o adiantamento de que trata o n. 30, se os productos não chegarem em condições de serem vendidos com facilidade, ou havendo grande stock na Praça, que force a demora da venda.

Art. 32º — O Governo aproveitará de preferencia o pessoal e material empregado na Secção de Agricultura annexa á Directoria dos Serviços Technicos para o serviço do "Entrepoto".

Art. 33º — Serão gravados pelo Governo do Estado todos os productos similares importados do estrangeiro e de outros Estados, como auxilio, defesa e desenvolvimento da agricultura no Amazonas.

Art. 34º — O Governo entregará ao "Entrepoto" todos os aparelhos e utensilios agrarios de propriedade do Estado, afim de serem cedidos, por emprestimo e sob fiança idonea, aos agricultores que delles precisarem, e bem assim um automovel para serviço de transporte.

S. S. em 30 de Julho de 1935.

(a) Benjamin Ferreira.

FUNDAMENTOS DO PROJECTO SOBRE
A CREAÇÃO DO ENTREPOSTO
DE CEREAS

Considero a agricultura a melhor fonte de receita de um estado.

Animado por essa crença e convencido de que o nosso Estado poderá concentrar suas finanças, animar suas indústrias, atraindo e prendendo em seu solo uma grande população dedicada á lavoura e á pecuária — já tão bem iniciada — julgo conveniente a criação de um "Entreposto", na conformidade deste projecto. Successivos governos têm posto em execução varias medidas atinentes ao desenvolvimento da agricultura no Estado. Têm-se gasto grandes sommas, sem atingir o verdadeiro, o principal objectivo. Cuidou-se sempre da cultura e da produção e nunca da circulação. Eis a explicação do fracasso das tentativas. É imprescindível a criação em Manaus de um "Entreposto de Cereaes", que cuide do beneficiamento, immunização, padronização e consumo dos productos da lavoura estadual. Sem beneficiamento, sem amparo, sem consumo, sem saída para esses productos não pode haver effieciencia na agricultura. Com o concurso indispensavel do Estado e, se possivel, da União precisamos resolver esse problema no Amazonas. A necessidade urgente que temos de salvar a nossa situação financeira não admite delongas, nem indecisões. Precisamos agir, lutar, tentar algo de novo que anime e dê trabalho productivo aos habitantes desta grande terra, onde quasi só se tem cuidado de extrair e destruir!

Não se diga, entretanto, que não possuímos agricultores e que não ha lavoura; nós os temos em todos os municipios. Falta, porem, a organização do trabalho, a garantia do consumo, a saída dos productos, a circulação enfim. Que se facilite o transporte e que este seja barato. Que se consumam, de preferencia, esses productos que devem tambem ser exportados, depois de sufficientemente beneficiados e padronizados. Quem cultiva espera tirar proveito do seu tra-

balho. Desde que não haja essa compensação, tudo cessa. A falta de um departamento, de um "Entreposto" regulador e defensor da agricultura tem sido, a meu ver, a causa de todo o fracasso. Eis porque, Snr. Presidente, envio á mesa o meu projecto de criação, immediata, de um "Entreposto" de Cereaes", que receba, proteja, defenda e faça circular a nossa produção cerealifica.

Creio que só assim, poderemos tirar proveito da agricultura no Amazonas. Solicito a attenção dos meus illustres collegas para o assumpto. Peço as suas luzes, suas emendas correctivas, sua experiencia, sob os pontos que, porventura, hajam escapado á minha previsão, baseada na vontade de acerlar e de fazer algo de pratico e proveitoso, em favor da agricultura neste grande Amazonas, que, já alguem affirmou, virá a ser o futuro celeiro do mundo. Ponhamos, pois, o pensamento em obra, para ser uma realidade.

S.S da Assembléa Legislativa, em
30 de Julho de 1935.

Benjamin Ferreira

Lido pelo primeiro secretario e considerado objecto de deliberação, esse projecto toma o n.º 18 e é remellido ás commissões de Poderes, Finanças e Agricultura.

Pedindo e obtendo a palavra, diz o sr. Aristides Rocha, que, se se cogitasse de uma opinião, embora através de simples leitura, sobre o projecto que acaba de ser apresentado, no sentido de o approvar ou rejeitar, não teria duvida em opinar pela ultima fórmula. Mas, como se trata de saber apenas se o projecto deve ser considerado objecto de deliberação, vota essa medida por uma gentileza ao seu autor, declarando, entretanto, desde logo, que o projecto é desnecessario e extravagante.

Discursa logo após o sr. Vivaldo Lima para justificar um projecto, que envia tambem á Mesa, creando um departamento de produção mineral. O orador, enumerando factos, prova a existencia de immensas riquezas occultas em nosso sub-solo, de

algumas das quaes dará conhecimento á Assembléa, logo que terminem as experiencias a que está procedendo.

Considerado, igualmente, objecto de deliberação, é o projecto do sr. Vivaldo Lima remettido ás commissões de Poderes, Orçamento e Obras Publicas, tomando o n.º 19.

Passando-se á segunda parte, é approvedo em primeira discussão o projecto n.º 4 (lei organica dos municipios).

Encerrados os trabalhos, o sr. presidente marca para amanhã esta ordem do dia: primeira parte, apresentação de projectos, pareceres, indicações, etc.; segunda parte, segunda discussão do projecto n.º 14 e terceira do n.º 2.

SESSÃO de 31 de Julho

Presidência do sr. João Vercosa. — Secretarios — srs. Nogueira da Matta e Carlos Machado.

À hora regimental, presentes os srs. João Vercosa, Nogueira da Matta, Carlos Machado, Leopoldo Neves, Ananias de Almeida, Moacyr Dantas, Maria Leão, Manoel Monteiro, Julio Lima, Ariolino Azevedo, Vivaldo Lima, Leopoldo Peres, Nunes de Lima, Armando Madeira, Tito Bittencourt, Ary Tapajós, Antovilla Vieira, Benjamin Ferreira, Antonio de Vasconcellos, Felismino Soares, Chaves Ribeiro, Aristides Rocha e Arthur Bonates, faltando com causa justificada os srs. Felix Valois, Paula Gonçalves, Cosme Ferreira e Manoel Lobo e sem ella os srs. Ruy Barreto, Philadelpho de Moraes e Pimentel Salles, é aberta a sessão.

Lida e approvada sem debate a acta anterior, o primeiro secretario apresenta este

EXPEDIENTE

Mensagem do Governador do Estado, solicitando o credito necessario para occorrer ás despesas com as festas civicas do proximo 7 de Setembro.

Circular do primeiro secretario do Syndicato de Praticos e Mestres Flu-

vias de Manáos, participando a posse dos seus novos corpos dirigentes.

Comunicação do deputado Benjamin Ferreira, de que, na conformidade da autorização da Assembléa, entrará em gozo de licença a 1.º de Agosto.

Findo o expediente e annunciada a

ORDEM DO DIA

pede a palavra o sr. Antovilla Vieira, que, depois de tratar das personalidades dos srs. Pedro de Toledo e Joaquim de Barros Corrêa, recém-fallecidos, requer se consigne na acta um voto de pesar, como merecida homenagem á memoria dos dois illustres cidadãos. Posto em discussão o requerimento, vem á tribuna o sr. Aristides Rocha, que diz o seguinte :

Sr. Presidente

Eu me associo de alma e de coração, como brasileiro e como patriota, como homem que tem horror aos Governos discretionarios e autoritarios, ao voto de pesar que se pede seja consignado na acta pelo fallecimento do grande brasileiro Pedro de Toledo.

O Brasil inteiro, neste momento, Sr. Presidente, curva-se reverente diante da memoria desse velho augusto, verdadeiro varão de Plutarco, apostolo da reconstitucionalisação do Brasil.

Interventor do Estado de S. Paulo, já afastado ha muitos annos das lides politicas por ter ingressado na vida diplomatica, onde se aposentou, Pedro Toledo não ficou surdo aos reclamos do povo paulista, ou melhor, do povo brasileiro que pedia o amparo dos bandeirantes para que o Brasil se reconstitucionalisasse, isto é, ingressasse no regime constitucional.

Em pleno periodo discretionario, Pedro Toledo é aclamado Governador de sua terra e como Governador puzsou a dispôr do apoio unanime da população, e, porque não confessar, de todos os brasileiros, do Amazonas ao Prata e do Rio Grande ao Pará Velho benemerito, vencida a revolução paulista, Sr. Presidente, foi vencida em apparencia, porque vencedor ficou o principio de reconstitucionalisação do

Brasil, porque o Brasil deve a sua reconstitucionalisação, o restabelecimento das franquias constitucionaes a esse grande paulista, cuja memoria nós devemos reverenciar como patriotas.

S. Paulo unanime, agora mesmo, por todas as bancadas dos Congressos Estadual e Federal, sem discrepância de um só dos seus membros, todos elles acompanharam o cadaver do velho paulista á terra bandeirante, afim de o enterrar no Cemiterio da Consolação, na Cidade onde elle viu a luz.

Sr. Presidente, é preciso rememorar que Pedro Toledo na occasião em que se sacrificou pelo Brasil, perseguido, demittido até de sua aposentadoria, elle já maior de 70 annos não se curvou.

Regressando do exilio, o povo bandeirante o recebeu numa dessas apotheeses que glorificam até os Deuses, porque foi o povo paulista unanime que o aclamou sem differença de credos politicos ou religiosos.

Elle passou a ser o idolo da população de S. Paulo.

O Brasil portanto, Sr. Presidente, reconstitucionalizado como está, não deve esquecer que a restauração de nossos direitos, das nossas franquias constitucionaes, direitos esses que não existiam, que estavam entregues ao sabor dos despotas e prepotentes, essas garantias constitucionaes nós devermos a esse velho augusto que desaparece cercado do respeito e gratidão de sua Patria.

Portanto, Sr. Presidente, faço um additivo ao requerimento de meu collega, solicitando que a Assembléa Legislativa como acto de justificada homenagem ao grande paulista, telegraphie ao Congresso do Estado de S. Paulo, ao Sr. Vicente Ráo, Ministro da Justiça e ao Presidente Armando Salles, enviando os sentimentos de condolencias do povo do Amazonas, pelo desaparecimento do brasileiro benemerito que foi Pedro Toledo.

Continuando em discussão o requerimento do sr. Anjovilla Vieira, volta este á tribuna e declara que, em nome da maioria, acceta integralmente a proposta do seu collega Aristides Ro-

cha, sendo em seguida approvados, por unanimidade, ambos os requerimentos.

Falla depois o sr. Felismino Soares, nos seguintes termos :

Sr. Presidente

Srs. Deputados

Quiz occupar a attenção da Casa, neste momento, para enviar á Mesa um projecto que se me afigura indisponivel.

Trata-se do funcionalismo publico estadual, trata-se do reajustamento e revisão de seus quadros.

Até agora os funcçionarios veem sendo muito mal distribuidos pelas Repartições publicas.

Trata-se ainda do augmento dos vencimentos actuaes. Não é augmento aliás, é uma restauração dos antigos vencimentos, que haviam sido diminuidos.

Tendo em conta a situação financeira do Estado, eu não quiz dar a este projecto uma forma concreta, e deixei que o Governo do Estado pudesse equitativa e proporcionalmente fazer o augmento.

O Sr. Leopoldo Neves — Devo lembrar a V. Excia. que o Governo ha muito já tomou esta providencia, pedindo que se fizessem quadros em todas as repartições.

O Sr. Felismino Soares — Se é assim, tanto melhor. O meu projecto vem ao encontro das aspirações do Governo.

Por isso, Sr. Presidente, apresento o presente projecto :

A Assembléa Legislativa do Amazonas

DECRETA :

Art. 1º — Fica o Governo do Estado autorizado a reorganizar os quadros dos funcçionarios publicos estaduais, reajustando e augmentando, proporcional e equitativamente, os seus vencimentos, de accordo com as possibilidades do erario publico.

Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrario.

S. S. em 1 de Julho de 1935.

(a) Felismino Soares

Esse projecto, que toma o n. 20, é enviado ás Commissões de Fazenda e Poderes para o parecer regimental.

Com a palavra, o sr. Leopoldo Neves declara que o Governo já está providenciando sobre esse assumpto, tendo requisitado das repartições competentes os dados indispensaveis.

Segue-se na tribuna o sr. Vivaldo Lima, que faz a defesa do Governo a proposito de certos ataques da imprensa do sul, lendo um artigo inserido em "O Jornal", com as iniciaes L. M., no qual se faz justiça á administração do Dr. Alvaro Maia. Nessa altura do discurso do sr. Vivaldo Lima, trocam-se muitos apartes entre o orador e os srs. Aristides Rocha, Leopoldo Peres, Ariolino Azevedo, Julio Lima e Arthur Bonates.

Depois, o sr. Antonio de Vasconcellos dá sciencia á Casa de que a Comissão encarregada de cumprir o commandante e officialidade do 27º B. C., por ter ha pouco regressado a Manáos, desempenhou a incumbencia que lhe fôra commettida pela Mesa.

O sr. Leopoldo Neves envia á Mesa, depois de o lêr, o seguinte Parecer da Comissão de Finanças ao projecto numero 7 :

"Havendo sido, ha pouco, reorganizada a policia civil, cujo numero de guardas desconheço e afirm de poder a Comissão de Finanças e Orçamento, a que tenho a honra de pertencer, manifestar-se, com segurança, sobre o presente projecto, sou de parecer que, preliminarmente, sejam solicitadas ao Governo do Estado as necessarias informações sobre o actual Corpo de Segurança do Estado e sobre a necessidade, ou não, do augmento dos referidos quadros para attender o serviço publico.

S. C. em 31-7-935.

(aa) *Leopoldo Neves*
Benjamin Ferreira
Antonio de Vasconcellos
Cosme Ferreira Filho

Esse parecer vae a imprimir com o projecto.

O sr. Antovilla Vieira, depois da respectiva justificação, envia á Mesa o seguinte projecto, que, tomando o numero 24, vae á Comissão de Poderes para dizer a respeito :

"Considerando que o município de João Pessoa conta presentemente uma população superior a trinta e cinco mil almas, sendo de cerca de mil seiscentos o numero de habitantes da respectiva séde;

Considerando que dos nossos municípios do interior, é o de João Pessoa um dos de maiores possibilidades economicas, pelo seu intenso movimento commercial;

Considerando, finalmente, que a elevação de sua séde á categoria de Cidade nenhum onus acarreta ao Estado, e accorrendo aos desejos de seus habitantes, manifestados em appellos dirigidos aos membros desta Assembléa,

A Assembléa Legislativa do Amazonas

DECRETA :

Art. 1º — Fica elevada á categoria de cidade a actual villa de JOÃO PESSOA, séde do município e comarca do mesmo nome.

Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrario.

S. S. em 31 de Julho de 1935.

(aa) *Antovilla Vieira*
Vivaldo Lima
Antonio de Vasconcellos
Ananias de Almeida
Moacyr Dantas
Maria Leão
Felismino Soares
Ary Cabn
Arthur Bonates
Tito Bittencourt
Leopoldo Neves
Chaves Ribeiro
Armando Madeira
Cosme Ferreira
Benjamin Ferreira
Padre Manoel Monteiro
Ariolino Azevedo
Julio Lima
Leopoldo Peres
Ruy Barreto
Aristides Rocha

Passando-se á segunda parte da ordem do dia, é dado para terceira discussão o projecto n. 2, com as emendas que lhe foram apresentadas anteriormente. Pede a palavra o sr. Manoel Monteiro, que justifica um substitutivo, assim concebido :

A Assembléa Legislativa do Amazonas

DECRETA :

Art. 1.^o — Sem modificação.

Art. 2.^o — Sem modificação.

Art. 3.^o — Fica aberto o credito especial das quantias de quarenta contos de réis como auxilio á actual restauração da Sé-Cathedral de Manáos; cinco contos de réis para conclusão das obras de construção da Igreja Catholica do bairro de S. Raymundo, em Manáos; cinco contos para a construção da Igreja Catholica do bairro de Constantinopolis, em Manáos; quotas com que o Estado concorre para a conservação e criação de tres patri-mônios historicos do Amazonas.

§ Unico — As referidas importancias serão entregues ao Bispo Diocesano de Manáos (Amazonas), pagas em prestações mensaes, a criterio do Governo, dentro do menor prazo possivel, consultada a situação financeira do Estado.

JUSTIFICAÇÃO

Preliminarmente: o substitutivo é constitucional. Se as Constituições Federal e Estadual vedam ao Estado "estabelecer, subvencionar ou emba-raçar o exercicio de cultos religiosos", permitem, entretanto, na alinea seguinte, entre o Estado e a Igreja, "a collaboração reciproca em prol do interesse colectivo". Procedem, portanto, os argumentos constitucionaes invocados pelo autor da primeira emenda ao projecto. Recentemente, o Estado do Rio, em plena vigencia da Carta Magna, concedeu o auxilio pecuniario de cem contos para a criação da Cathedral da cidade de Campos. Opinando a respeito, o Conselho Consultivo daquelle Estado concluiu o seu

luminoso parecer favoravel com estas bellissimas considerações: "Em se tratando, pois, de erguer um monumento, que enriqueça o patrimonio artistico do Estado do Rio, parece-nos que a sua finalidade — o culto religioso da Igreja Catholica Apostolica Romana — não deve ser óbice á acção do Poder Publico, que ampara a aspiração espiritual da grande maioria da população campista. A nosso vêr é do interesse colectivo que as obras de arte mereçam a protecção do Poder Publico, maxime quando ellas correspondem a objectivos moraes de ordem superior, marcando a elevação espiritual da sociedade". (Conselheiro João Guimarães).

Acontece, entretanto, que a precaria situação financeira do Estado, cujo orçamento é deficitario, não permite o pagamento integral de cincoenta contos para a Cathedral, dez contos para Constantinopolis e cinco para S. Raymundo, nos termos das louvaveis emendas apresentadas. Attendendo aos reclamos da collectividade catholica de Manáos e daquelles dois populosos arrabaldes, mercedores tambem das vistas do poder publico, este substitutivo reconcilia com absoluta sinceridade os interesses espirituaes da população religiosa com os do Estado, dentro de uma collaboração reciproca perfeitamente constitucional, concedendo quarenta contos para a Sé e dez para os demais templos, tanto quanto o primeiro carecedores do auxilio governamental. Desse modo, o pagamento das respectivas importancias será feito directamente ao Bispo Diocesano, em prestações mensaes, cuja fixação minima este substitutivo não estabeleceu, entregando-a ao honrado criterio do Governo, deante das copiosas informações prestadas pelo Thesouro, indicando, entretanto, o menor prazo possivel, consultada a situação financeira do Estado.

Procedem as informações prestadas pelo Thesouro. No orçamento vigente foram computadas despesas inadivels que ascendem a mais de mil contos, a julgar pelo primeiro semestre, que está demonstrando a difficuldade em que se encontra o Estado de effectuar

de prompto todos os seus compromissos. Acresce notar que o orçamento não previu determinados serviços, não consignando verbas para pagamento dos proprios subsidios dos deputados e vencimentos de todo o pessoal das escolas de emergencia, alem de innumeras outras despesas, inclusive as creadas, com toda justica, pela Constituição de 2 de Junho. Mais: a Assembleia Legislativa vem abrindo creditos supplementares necessarios e urgentes, ampliando ainda mais a dotação orçamentaria. Os creditos supplementares attingem a mais de quinhentos contos e os especiaes sobem a cento e cincoenta. Apesar disso, declara o Thesouro, o orçamento será integralmente executado, sem augmento de contas, dadas as medidas postas em pratica pela Directoria da Fazenda, no sentido de uma fiscalização productiva e intelligente.

Em face dessas justas e rasoaveis ponderações, o substitutivo afastou-se um pouco da primeira emenda, mandando, como esta, votar um credito especial, mas o subordinando a prazos mensaes. A ninguém de boa fé, patriotismo e sinceridade, é licito negar que o objectivo do substitutivo é attender ás aspirações da familia catholica e aos interesses economicos do Estado e da propria collectividade amazonense.

Em 31 de Julho de 1935.

(aa) Padre Manoel Monteiro da Silva
Antovilla Vieira
Moacyr Dantas
Carlos Augusto Machado
Benjamin Ferreira
João Nogueira da Matta
Chaves Ribeiro
Maria Miranda Leão
Ary Tapajós Cahn
Ananias do Almeida
Antonio de Vasconcellos

Com a palavra, o sr. Leopoldo Neves dá á Casa a seguinte explicação:

Sr. Presidente

Solicitei a palavra para, de uma vez, explicar a esta Casa as razões que determinaram que eu apresentasse o substitutivo ao projecto n. 2 principalmente á emenda de 50:000\$000 apre-

sentada na ultima discussão do Projecto em apreço pelo sr. Deputado Aristides Rocha.

Membro que sou da Comissão de Finanças desta Casa, sr. Presidente, eu sei da situação financeira do Estado e avaliei perfeitamente as dificuldades em que iria collocar o sr. Governador do Estado, o imperativo de um Projecto que dava 50:000\$000 em auxilio ás obras da Cathedral, pagos em uma só prestação.

A emenda apresentada por mim, no substitutivo, não nega a benemerencia solicitada pelo sr. Deputado Aristides Rocha, maximé, sr. Presidente, em se tratando de templos, que são considerados hoje monumentos publicos, dignos portanto, do nosso respeito e amparo.

No entanto, procurei collocar, como membro da Comissão de Finanças, o Governo em situação favoravel para pagamento em parcelas, a seu criterio, porque somente o Governo é que poderá ter esse criterio de ajuizar do *quantum* possivel a dispendir mensalmente ou bimestralmente para a realização desse pagamento.

Eu não tive a intenção de tornar innocua a emenda do sr. Deputado Aristides Rocha, S. Excia. talvez tenha encarado o substitutivo por um outro prisma differente.

Eram estas, sr. Presidente, as explicações que eu necessitava dar a esta Casa e ao povo, para que não se façam lá fóra explorações em torno do substitutivo, que apenas visou facilitar ao Governo do Estado, as condições de attender o Projecto ora em discussão.

Era o que eu tinha a declarar, sr. Presidente.

Deixando a tribuna o sr. Leopoldo Neves, obtem a palavra o sr. Felismino Soares e profere este discurso:

Sr. Presidente

Srs. Deputados

Pedi a palavra para dar a minha opinião franca e sincera em torno do projecto n. 2, e suas emendas, em 3ª discussão neste momento.

Não ficaria bem que eu appoiasse o

projecto, com as emendas que lhe fez o proprio autor, eminente deputado Vivaldo Lima, regeitando as emendas apresentadas pelos deputados Aristides Rocha, Leopoldo Neves, Arthur Bonates e Manoel Monteiro da Silva sem que explicasse a minha maneira de pensar.

Acho que o projecto, com as emendas do autor, deve ser acceito, porque determina a abertura de verbas necessarias e que não podem ser adiadas.

Como, sr. Presidente, poderia o Governo do Estado por em execução o artigo 19, das Disposições Transitórias, da Constituição Estadual, que nós promulgamos a 2 de Junho passado, sem ter no orçamento a verba necessaria para occorrer a essa despesa?

Não podendo lançar mão das verbas orçamentarias, senão para os fins a que estão destinadas, o Governo não poderá attender á solicitação que lhe fez o Governo Federal, por intermedio do sr. Ministro da Justiça, adiantando os recursos necessarios á realização dos pleitos que se approximam.

Por estas razões, e só por ellas, sr. Presidente, sou favoravel ao projecto numero 2.

Não posso, porem, pensar da mesma forma, em se tratando das emendas apresentadas pelos deputados Aristides Rocha, Leopoldo Neves, Arthur Bonates e Manoel Monteiro da Silva.

O funcíonalismo publico que, ha trinta annos, vinha percebendo vencimentos insufficientes para suprir as suas necessidades, soffreu, depois da victoria da revolução, um corte consideravel nesses vencimentos, e, resistindo a toda sorte de privações, espera resignado, não o augmento, mas a restauração de seus salarios, convencido de que, se o Estado ainda não os restaurou, foi devido a falta absoluta de recursos.

O Estado não pôde dispôr de quantia relativamente ridicula para construir casas de madeira, cobertas de palha, para sede de suas escolas ruíraes, permitindo; assim, que os professores, que recebem minguados vencimentos de 200\$000 mensaes, obriguem-se ao pagamento do aluguel da casa onde deve funcionar a escola.

Até em villas, ha professores que são compellidos ao pagamento do aluguel da sede de suas escolas, pois o Estado não dispõe de proprios para o seu funcíonamento.

Além disso, enormes e numerosas são outras responsabilidades que cabem ao Estado, neste momento, e que seria enfadonho enumerar-as, quando são do conhecimento publico. Todavia, a carencia de meios obriga ao Estado a procrastinação de varias medidas. Como forçá-lo a contribuir com tão elevada quantia?

Se o nosso Estado, a nossa Capital, como affirmou o illustre deputado Aristides Rocha, possui 80% de catholicos, nada mais facil, para solucionar a questão: lancemos um appello a esses 80% da população.

Manãos possui, no minimo, 50.000 habitantes. 80% de 50.000, são 40.000. Se cada um, em média, der 5\$000, teremos apurados, só na Capital, 200.000\$, o necessario para a realização das obras em apreço.

Estou certo, porem, que, se fôr organizada uma commissão de ardorosos catholicos, como aconteceu, ha vinte annos, quando o deputado Aristides Rocha e outros conseguiram fazer serios e proveitosos melhoramentos nessa mesma cathedral, muito maior será o resultado, dado o fim altruistico a que se destina.

Desta fórma, não vejo a necessidade de abrir-se um credito, ou autorizar-se ao Governo o pagamento de um auxilio que, apesar de necessario ao embellezamento de Manãos ainda não foi lembrado, nesta Casa, certamente em virtude da situação financeira do Estado, para ampliar e melhorar as condições do hospital de S. Sebastião, onde centenas de pessoas soffreram e soffrem a consequencia dos dias máos, dos erros do passado, no Amazonas.

Occupa depois a tribuna o snr. Vivaldo Lima para declarar que vota pelo projecto tal como o apresentara, isto é, concedendo apenas as verbas necessarias para custear a edição official da Constituição e occorrer ás despesas com o material preciso para as proximas eleições, não esperando nunca que o projecto viesse levantar

celeuma, sobretudo depois que o sr. Aristides Rocha lhe atrelou uma emenda, dificultando o andamento das discussões. Esse proposito, porem, nada mais é do que uma armadilha do seu collega, afim de conseguir as sympathias do eleitorado catholico.

Replicando ao sr. Vivaldo Lima, o sr. Aristides Rocha diz ter a impressão de que o seu collega involuiu, e de tal forma, que chega a causar piedade. Pondera que é obrigado a defender-se dos ataques do representante trabalhista, achando que elle, alem de injusto em seus argumentos, se torna grosseiro na linguagem, sem attentar na responsabilidade do ambiente, que lhe deveria merecer maior consideração. Explica ainda o orador os seus intuitos ao formular a emenda, affirmando não haver sido influenciado por interesse politico. Referindo-se aos auxilios que sempre pleiteara para os templos catholicos da cidade, esclarece que elles datavam dos tempos em que o sr. Vivaldo Lima andava sob as asas do orador, traçando, a seguir, um parallelo entre o seu e o criterio do politico, do deputado trabalhista, que muda a todo instante de aggremação e de credos, ao contrario das attitudes coherentes do replicante, que sempre foi fiel ás tradições do seu partido. Termina o sr. Aristides Rocha o seu discurso, explicando á Casa, claramente, a genese da emenda que apresentou ao projecto do sr. Vivaldo Lima.

Segue-se na tribuna o sr. Leopoldo Pères, que pronuncia um discurso longo sobre a materia em debate, o qual será inserido mais adiante.

Discursa logo após, nos seguintes termos, o sr. Moacyr Dantas:

Sr. Presidente.

Depois dos vehementes e intempestivos discursos que acabam de ser pronunciados, quebrando a calma e clareza com que os projectos devem ser discutidos e analysados, venho proferir uma palavra de serenidade num debate interessante e apaixonado.

Aliás essa palavra de serenidade não é minha. Disse-a, com elegancia espirital, o Pe. Monteiro, cujas virtu-

des moraes dignificam a propria Assembleia.

O substitutivo Manoel Monteiro, como o Leopoldo Neves, mandam ambos abrir creditos especiaes para a conservação e construção de egrejas que são, antes de tudo, patrimonios historicos e artisticos do Amazonas. A Constituição foi integralmente respeitada, por isso que a collaboração reciproca entre a Igreja e o Estado, em prol do interesse colectivo, é um imperativo constitucional, uma garantia de paz e de trabalho entre as duas maiores forças espirital e temporal.

A justificação que foi lida esclarece perfeitamente a questão, collocando-a acima de qualquer interpretação capciosa.

Posso dizer, sem medo de incorrer em erro, que o sr. Governador receberá o projecto com a sympathia que elle merece, pela finalidade moral que elle encerra.

O Sr. Aristides Rocha — Muito bem! Por ultimo, intervindo no debate, assim falla o sr. Felismino Soares:

Snr. Presidente, Snrs. Deputados

Muito embora eu não procure censurar nenhuma aggremação politica do Paiz, qualquer que seja o seu credo, porque acho que a cada brasileiro assiste o direito de pensar como melhor lhe aprouver, preciso salientar que, quando fiz justificação do meu voto contra a emenda e os substitutivos apresentados pelos illustres deputados Aristides Rocha, Leopoldo Neves, Arthur Bonates e Padre Monteiro, disse que achava justo o auxilio a um monumento de arte, como é a cathedral, mas que a situação financeira do Estado não comportava, no momento, um augmento de 50:000\$000 na despesa, mormente quando este augmento se destinava, não a realizações de ordem economica, mas á reconstrução de uma cathedral, sabendo-se que, por meio de uma subscripção, se de facto 80% da nossa população é catholica, como affirmára o deputado Aristides Rocha, facilmente se conseguiria o quanto necessario para tal fim.

O Snr. Leopoldo Pères — Isso é

um meio de combater, da mesma maneira, a iniciativa.

O Snr. Felismino Soares — E'. Combato-a, porque, se não se pode restaurar os vencimentos dos funcionarios publicos, como se pode dar auxilios desta natureza?.

O Snr. Leopoldo Pêres — Mas, V. Excia. acaba de propor essa medida, como poderá propor auxilios ao Hospital de S. Sebastião que nós estamos aqui para approval-os.

O Snr. Felismino Soares — Acabo de propor essa medida, porque acho que ella seja mais justa do que a que vai ser approvada, contra o meu voto.

As casas de caridade de Manaus lutam com difficuldades. Junto a nós, temos sentada como deputada, uma das pessoas encarregadas da manutenção de algumas dellas, destinadas ás creanças que, apesar de muito necessitarem, bem pouco é o que elles pôde dar o Estado.

No Carreiro, Cambixé, Terra-Nova, Varre Vento, etc. os pobres professores, na maioria dos casos, são forçados a pagar o aluguel da séde de suas casas.

O Snr. Nunes de Lima — Pode ser que o Governo não saiba disto!

O Snr. Felismino Soares — Que ingenuidade! O Governo sabe, não pôde é dispor do numerario sufficiente para attender a essa necessidade, como não tem para a garantia dos compromissos que é forçado a tomar, para a reconstrucção de seus edificios abandonados, para augmentar o salario do trabalhador modesto que ajuda o seu progresso.

E' por isso que me insurjo.

Vamos amparar a pobreza e, depois, tratemos de construir monumentos de arte; mas, façamol-o com o nosso dinheiro, não com o do erario publico.

Nenhum de nós, nenhum dos habitantes do Amazonas se negará a concorrer para as obras de arte.

E se os tão fallados 80% de catholicos da nossa população forem convidados a concorrer para a reconstrucção desse predio, quantas centenas de contos de reis se arranjarão?

Não tem sido pequeno o nosso auxilio á Igreja.

E, com esses recursos, tem-se construido já as capellas do Collegio "D. Bosco", das Auxiliadoras, da Villa Municipal, da Igreja dos Remedios e muitas outras.

Nós, particularmente, cada um dos amazonenses, temos concorrido mensalmente para custear as despesas do Leprosario Belisario Penna.

Todos dão e ninguém reclama que sejam sacrificados os cofres publicos para auxiliar esta ou aquella instituição necessaria á hygiene e protecção da pobreza.

Neste momento em que o Padre Manoel Monteiro da Silva, quando da apresentação do seu substitutivo, declarou que o nosso orçamento é defficitario, eu não posso, de accordo com a minha consciencia, a par da maneira de pensar que sempre me acompanhou, desde quando acompanhava outros Governos no Amazonas, Governos estes que sempre defendi e defenderei, eu não posso, como ia dizendo, em boa e sã consciencia dar o meu voto para approvar essa emenda.

Não é questão de extremismo! Eu não sou extremista e não pertencço a nenhuma facção extremista.

Poderia dizer ao deputado Leopoldo Pêres que elle foi integralista.

O Snr. Leopoldo Pêres — Fui, não. Eu fui fundador e sou sympathisante dessas doutrinas. Não é extremismo o integralismo! Não é doutrina extremista!

O Snr. Felismino Soares — Contraria a liberal-democracia, contraria os principios constitucionaes, portanto, V. Excia. está se rebellando contra a nossa Carta Magna. E' extremista, porque pretende mudar a forma do nosso Governo Constitucional.

O Snr. Leopoldo Pêres — V. Excia. está revelando os seus instinctos libertarios. Vamos contar a historia como ella é!

O Snr. Felismino Soares — Os meus instinctos libertarios são para resguardar os cofres publicos contra as investidas dessa natureza. São para amparar a pobreza do nosso Estado,

cujas riquezas tem sido esbanjadas a torto e a direito.

O *Sr. Leopoldo Pêres* — Muito bonito dizer isso, para armar effeito!

O *Sr. Felismino Soares* — Para armar effeito, não. O povo nos julgará. O povo nos conhece.

O *Sr. Leopoldo Pêres* — Insurgindo-se contra medidas que o povo sancionou.

O *Sr. Felismino Soares* — O povo não pôde sancionar medidas desta natureza. O povo reclama, desde muito, contra essas medidas. E' o que posso affirmar a V. Excia.

Continuando a discussão do projecto e respectivas emendas, o sr. Aristides Rocha requer preferencia para a votação do substitutivo apresentado pelo sr. Manoel Monteiro, propondo ainda que a votação se faça nominalmente. E' approvedo.

Procedida a votação, nos termos do requerimento, pronunciam-se a favor os srs. Nogueira da Matta, Leopoldo Neves, Carlos Machado, Ananias de Almeida, Moacyr Dantas, Maria Leão, Manoel Monteiro, Julio Lima, Ariolino Azevedo, Leopoldo Pêres, Nunes de Lima, Armando Madeira, Tito Bittencourt, Ary Tapajós, Antovilla Vieira, Benjamin Ferreira, Antonio de Vasconcellos, Chaves Ribeiro, Aristides Rocha e Arthur Bonates (vinte deputados); e contra os srs. Vivaldo Lima e Felismino Soares, que entretanto declararam aceitar a primeira parte do projecto.

Em seguida, é approvedo em segunda discussão o projecto n. 14, o qual, a requerimento do sr. Moacyr Dantas, é dispensado do interstício regimental para entrar na ordem do dia de amanhã.

Nada mais havendo a tratar, o sr. Presidente encerra os trabalhos, marcando para a proxima ordem do dia: primeira parte, apresentação de projectos, requerimentos, pareceres, etc.; segunda parte, terceira discussão dos projectos ns. 10 e 14, este revogando o acto n. 4.238, de 19 de novembro de 1934, e aquelle abrindo credito para pagamento da gratificação ao escrivão que servir no alistamento eleitoral.

Sessão de 1 de Agosto

Presidência do sr. João Verçosa. — Secretarios — srs. Nogueira da Matta e Carlos Machado.

A' hora regimental, presentes os srs. João Verçosa, Nogueira da Matta, Carlos Machado, Ananias de Almeida, Moacyr Dantas, Leopoldo Neves, Maria Leão, Paula Gonçalves, Manoel Monteiro, Ariolino Azevedo, Vivaldo Lima, Leopoldo Pêres, Nunes de Lima, Ray Barreto, Armando Madeira, Tito Bittencourt, Ary Calh, Antovilla Vieira, Antonio de Vasconcellos, Felismino Soares, Chaves Ribeiro, Aristides Rocha, Pimentel Salles e Arthur Bonates, faltando com causa justificada os srs. Felix Valois, Cosme Ferreira, Manoel Lobo, Benjamin Ferreira, Julio Lima e Philadelpho de Moraes, é aberta a sessão.

Deixa de ser lida a acta anterior por não se achar sobre a mesa.

Consta do seguinte o

EXPEDIENTE

Officio do director da Secretaria da Assembléa, solicitando augmento do credito da verba numero vinte do organamento vigente.

Comunicação de d. Astrogilda de Mello Andrade, participando haver assumido o exercicio do cargo de compromissaria dos officios de justiça do termo de Maués.

Petição do engenheiro Maximino Corrêa, solicitando favores para si, ou empresa que organizar, para exploração, em grande escala, da sericultura neste Estado.

Officio do primeiro secretario da Assembléa Constituinte de Minas Gerais, agradecendo o communicado da eleição da Mesa da Assembléa do Amazonas.

Idem, no mesmo sentido, dos primeiros secretarios das Assembléas do Paraná e da Bahia.

Terminada a leitura do expediente e annunciada a primeira parte da

ORDEM DO DIA

pede a palavra a senhora Maria Leão, que, depois de o justificar, apresenta o seguinte projecto:

A Assembléa Legislativa do Amazonas

DECRETA :

Art. único — Fica reconhecida de utilidade publica a SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULA do Amazonas, revogadas as disposições em contrario.

JUSTIFICAÇÃO

A SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULA do Amazonas, constituida por um Conselho Particular, com sede nesta cidade, e varias conferencias vicentinas, tem uma finalidade exclusiva e eminentemente social e philantropica. O seu objectivó maior é socorrer material e espiritalmente as familias pobres, viúvas, orphãs, invalidos, amenizando-lhes as difficuldades da vida. Essa benemerita Sociedade mantem em Manaus os seguintes serviços : Galpão, onde residem centenas de pessoas, funcionando tambem uma escola publica mantida pelo Estado; socorros pecuniarios que sobem semestralmente a mais de quatro contos; auxilios para enterros, etc.

A' vista da inestimavel assistencia que ha longos annos vem ella facultando á pobreza amazonense, é justo que se lhe reconheça como de utilidade publica, em lei estadual.

Em 1.º de agosto de 1935.

(aa) Maria de Miranda Leão
Moacyr Dantas
João Nogueira da Matta
Aristides Rocha
Chaves Ribeiro
Padre Manoel Monteiro
Antovilla Vieira
Leopoldo Peres

Esse projecto, que é considerado objecto de deliberação, toma o n. 22 e vae á Commissão de Poderes.

Em seguida, o sr. Leopoldo Neves envia á Mesa uma declaração da Commissão de Finanças, subcrevendo o juridico parecer da Commissão de Poderes sobre o projecto n. 13, o qual é assim concebido :

A Commissão de Poderes é de parecer seja o projecto n. 13, da autoria do sr. deputado Cosme Ferreira Filho,

submettido á approvação da Assembléa Legislativa, tendo em vista não só a sua constitucionalidade, como a sua utilidade.

S. C. em 30 de julho de 1935.

(aa) Ary Tapajós Cahn, presidente
Chaves Ribeiro, relator
Moacyr Dantas
Ruy Barreto
Maria de Miranda Leão

E' este o projecto n. 13 :

Considerando que o Estado deve apparellhar-se, convenientemente, para demonstração effectiva e constante de seu progresso e de suas riquezas, já com fins educacionais e patrioticos, perante a mocidade e por motivo de commemorações nacionaes e estaduais, já com objectivos de propaganda de ordem economica —
A Assembléa Legislativa do Amazonas

DECRETA

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a dispendar, por conta do saldo da indemnização do Acre, até a quantia de nove contos de réis, com a aquisição de uma copia do film "No Paiz das Amazonas", devidamente ampliada, de maneira a registar o progresso material e cultural do Estado, até os dias presentes.

Art. 2.º — Destina-se esse film a exhibições publicas, nos dias de festa nacional ou estadual, por occasião de cruzeiros turisticos, para beneficio de instituições pias, nos estabelecimentos de ensino e nas feiras e exposições a que o Estado tenha de comparecer.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrario.

S. S. em 18 de julho de 1935.

(a) Cosme Ferreira Filho.

Occupa depois a tribuna o sr. Antonio de Vasconcellos, que diz o seguinte :

Sr. Presidente.

Srs. Deputados.

O "Jornal do Commercio", de hoje, dando o resumo dos trabalhos de hontem desta casa, affirma que o nobre deputado sr. Leopoldo Peres, no seu

discurso, havia taxado o humilde orador de comunista.

Confesso, Sr. Presidente, que até este momento não me tem sobrado tempo para ler o que se tem escripto sobre essa idéa.

Conheço apenas o pouco que pelos jornaes vem espasmo em pequenos artigos, ou em telegrammas, procedentes da Russia ou de outras nações.

Com tão poucos elementos, por essas noticias, Sr. Presidente, concluo que a idéa comunista não pode absolutamente enquadrar-se ao meu modo de pensar, e consequentemente, conhecendo apenas esta parte, o meu espirito não pode aceitar e seria absurdo que eu, assim ás cegas, acceitasse o credo moscovita.

Affirmo que não ouvi o nobre deputado fazer referencia ao meu nome, e confesso que não o creio capaz de lancar-me essa pecha.

O Sr. Leopoldo Péres — Não fiz nenhuma.

O Sr. Antonio de Vasconcellos — Seria absurdo que eu, proprietario, pudesse adaptar-me á idéa do comunismo, que manda dividir, ou entregar os bens ao Estado.

O que possuo, muito me tem custado a ganhar; tenho conseguido accumular muito lentamente e confesso que sou bastante egoista, para não dividir o fructo do meu trabalho com aquelles que nada produziram.

Dadas estas ligeiras explicações, com a affirmativa de que nada ouvi e nem creio que o sr. Leopoldo Péres fosse capaz de me taxar de comunista, — tenho feito as minhas declarações.

Respondendo ao Sr. Antonio de Vasconcellos, explica o Sr. Leopoldo Péres :

Impõe-se-me, em forma de explicação pessoal, declarar que, realmente, no meu discurso de hontem, não me referi de qualquer modo ao nome do meu nobre collega Antonio de Vasconcellos.

O meu discurso constará, em resumo, da acta dos nossos trabalhos de hontem e, depois, na integra, dos annaes da Casa, de modo a desfazer qualquer equivoco das notas da imprensa.

Finda essa explicação, obtem a palavra o sr. Antovilla Vieira, que, referindo-se á ausencia do deputado Benjamin Ferreira, requer seja elle substituido pelo sr. Felismino Soares, na commissão nomeada para rever a lei do montepio dos funcionarios es-taduaes, sendo o requerimento deferido pelo Sr. Presidente.

Passando-se á segunda parte da ordem do dia, entram em terceira discussão, sendo approvados, os projectos numeros 10 e 14, este revogando o acto n. 4.238, de novembro de 1934, e aquelle, abrindo no orçamento o credito preciso para pagamento da gratificação ao escriptão encarregado do serviço eleitoral de Manaus. Ambos os projectos vão á Comissão de Redacção.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerra os trabalhos, marcando esta ordem do dia para a sessão seguinte : primeira parte, regimental; segunda parte, segunda discussão do projecto n. 4, que dá nova organização aos municípios.

Sessão de 2 de Agosto

Presidencia do sr. João Verçosa. — Secretarios — srs. Nogueira da Matta e Carlos Machado.

A' hora regimental, presentes os srs. João Verçosa, Nogueira da Matta, Carlos Machado, Leopoldo Neves, Ananias de Almeida, Moacyr Dantas, Maria Leão, Paula Gonçalves, Manoel Monteiro, Ariolino Azevedo, Vivaldo Lima, Leopoldo Peres, Nunes de Lima, Ruy Barreto, Armando Madeira, Tito Bittencourt, Ary Tapajós, Antovilla Vieira, Philadelpho de Moraes, Antonio de Vasconcellos, Felismino Soares, Chaves Ribeiro, Aristides Rocha e Arthur Bonates, faltando com causa justificada os srs. Felix Valois, Benjamin Ferreira e Manoel Lobo e sem ella os srs. Cosme Ferreira, Julio Lima e Pimentel Salles, é aberta a sessão.

Lidas e approvadas as actas de 31 de julho e 1.º do corrente, o primeiro secretario dá conta do seguinte

EXPEDIENTE

Convite da instructora do curso de Promotoras da Saude para a cerimonia da entrega do certificado ás alumnas que concluíram o apprendizado.

Annunciada a primeira parte da

ORDEM DO DIA

o sr. Ananias de Almeida, pela respectiva comissão, apresenta a redacção final do projecto n. 14, que é enviado á sancção.

Com a palavra, os srs. Leopoldo Neves e Chaves Ribeiro, por seu turno, apresentam: o primeiro, o parecer da Comissão de Finanças favoravel ao projecto n. 11, do sr. Cosme Ferreira, o qual vae a imprimir; e o segundo, o parecer da Comissão de Poderes, favoravel ao projecto n. 12, tambem da autoria do referido deputado.

Vem á tribuna a senhora Maria Leão, que, depois de o justificar, envia á Mesa o seguinte projecto, tambem subscripto por diversos deputados:

A Assembléa Legislativa do Estado do Amazonas

DECRETA:

Artigo Unico — Fica sem effeito o acto n. 2.855, de 28 de dezembro de 1933, da Interventoria Federal no Estado, que revogou a lei n. 1.142, de 12 de abril de 1922, a qual concedia á d. Maria Rodrigues Ribeiro, viuva do funcionario da Assembléa Legislativa do Estado, Raymundo Rodrigues Ribeiro a pensão mensal de cento e cincoenta mil réis, voltando a referida lei n. 1.142 a vigorar da data da promulgação deste decreto, ficando aberto no orçamento vigente o necessario credito.

S. S. em 3 de julho de 1935.

(aa) Ary Tapajós Cahn
Maria de Miranda Leão
Ananias de Almeida
Moacyr Dantas
Fellomino Soares
Leopoldo Neves
Vivaldo Lima
Leopoldo Péres
Carlos Machado
Ariolino Azevedo

Tito Bittencourt

Antonio Vasconcellos
Padre Manoel Monteiro
Antovilla Vieira
Chaves Ribeiro
Nogueira da Matta
Cosme Ferreira
Ruy Barreto
Arthur Bonates

Esse projecto toma o n. 23 e vae á Comissão de Poderes.

Annunciada a segunda parte da ordem do dia, entra em segunda discussão o projecto n. 4, que dá nova organização aos municipios.

Com a palavra, o sr. Leopoldo Peres requer o adiamento da discussão por 48 horas, o que a Casa concede, declarando o sr. Leopoldo Neves votar a favor com a maior satisfação.

Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente encerra os trabalhos, marcando para ordem do dia da proxima sessão: primeira parte, regimental; segunda parte, segunda discussão do projecto n. 4, que dá nova organização aos municipios.

Termo de 3 de Agosto

Presidencia do sr. João Verçosa. — Secretarios — srs. Nogueira da Matta e Carlos Machado.

A's quinze horas, havendo comparecido apenas os srs. João Verçosa, Nogueira da Matta, Carlos Machado, Julio Lima, Leopoldo Peres, Vivaldo Lima, Pimentel Salles, Ariolino Azevedo e Ananias de Almeida, deixa de realizar-se a sessão á falta de numero legal, continuando a mesma ordem do dia.

Sessão de 5 de Agosto

Presidencia do sr. João Verçosa. — Secretarios — srs. Nogueira da Matta e Ary Tapajós.

A' hora regimental, presentes os srs. João Verçosa, Nogueira da Matta, Ary Tapajós, Leopoldo Neves, Ananias de Almeida, Moacyr Dantas, Maria Leão, Manoel Monteiro, Julio Lima, Ariolino Azevedo, Vivaldo Lima, Leopoldo Peres, Nunes de Lima, Ruy Barreto, Ar-

mando Madeira, Tito Bittencourt, Ary Tapajós, Antovilla Vieira, Philadelpho de Moraes, Antonio de Vasconcellos, Chaves Ribeiro, Aristides Rocha, Pimentel Salles e Arthur Bonates, faltando com causa justificada os srs. Felix Valois, Paula Gonçalves, Benjamin Ferreira e Manoel Lobo e sem ella os srs. Cosme Ferreira e Felismino Soares, é aberta a sessão.

Lido e approvada a acta de 2 do corrente, bem como o termo de tres, o primeiro secretario apresenta o seguinte

EXPEDIENTE

Officios do presidente do Tribunal Regional Eleitoral, remettendo o mappa demonstrativo dos eleitores do Estado.

Telegramma do presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Piahy, solicitando um exemplar da lei de organização judiciaria.

Idem do ministro Plinio Casado, da Suprema Corte, pedindo a remessa de dois exemplares da Constituição.

Idem do presidente da Assembléa Constituinte do Pará, communicando a promulgação da Constituição desse Estado.

Findo o expediente e annunciada a primeira parte da

ORDEN DO DIA

pede a palavra o sr. Vivaldo Lima, que justifica e manda á Mesa o seguinte projecto, que, considerado objecto de deliberação, toma o n. 24 e vae ás commissões de Poderes e de Fazenda :

A Assembléa Legislativa do Estado do Amazonas

DECRETA :

CAPITULO I

Dos despachantes e seu officio

Art. 1.º — O cargo de despachante da Directoria Geral da Fazenda Publica, só poderá ser exercido por pessoa legalmente habilitada, em numero limitado, que será de vinte e quatro.

Art. 2.º — Os despachantes, ficam sob a jurisdicção da Directoria Geral da Fazenda Publica, sendo entretan-

to, nomeados e demittidos pelo Chefe do Governo Estadual.

Art. 3.º — Para a nomeação de despachante, é necessaria a petição do candidato á autoridade respectiva, com os seguintes documentos :

1.º — Prova da qualidade de cidadão brasileiro nato, e de maioridade;

2.º — Certidão dos cartorios da Justiça Estadual e Federal, de não se achar criminalmente condemnado nem processado;

3.º — Attestado da Junta Commercial, de não ser fallido ou não reabilitado;

4.º — Prova de residencia por mais de um anno no Estado;

5.º — Attestado de conducta, passado pela Chefia de Polícia Civil;

6.º — Certidão passada pela Directoria Geral da Fazenda Publica, provando que é ajudante de despachante;

7.º — Caderneta de reservista do exercito ou da marinha, ou certidão de alistamento militar, e titulo de eleitor.

Art. 4.º — O despachante só poderá entrar no exercicio do cargo, quando nomeado, preenchendo as seguintes formalidades :

1.º — Prestar, no Thesouro do Estado, a fiança de quinze contos de réis (15:000\$000), em moeda corrente, ou em apolices da divida publica federal ou estadual;

2.º — Prestar o devido compromisso;

3.º — Registrar e pagar os emolumentos devidos na Directoria Geral da Fazenda Publica, dos livros necessarios ao exercicio do cargo.

§ Unico — Si o despachante nomeado, não prestar fiança, dentro de sessenta dias seguintes ao de nomeação, ficará esta sem effeito.

Art. 5.º — A fiança do despachante responderá, em caso de falta de pagamento no tempo devido :

1.º — Pelas multas em que incorrer;

2.º — Pelas obrigações assumidas no desempenho das suas funcções;

3.º — Pelas indemnizações a que fôr obrigado.

Art. 6.º — Occorrendo fallecimento, renuncia ou destituição do despachante, a Directoria Geral da Fazenda Publica publicará edital para conheci-

mento dos interessados, somente podendo a fiança ser levantada, no prazo minimo de tres mezes se não houver reclamação ou duvidas sobre a sua liquidação.

Art. 7.º — Os despachantes só poderão ser destituídos de suas funções, mediante processo administrativo e por falta grave, ou delicto previsto na legislação em vigor.

Art. 8.º — Nenhum despachante poderá afastar-se, por qualquer motivo, do exercicio do seu cargo, sem prévia participação á Directoria Geral da Fazenda Publica, sendo substituído pelo ajudante, regularmente constituído, o qual o substituirá também no caso de fallecimento, com preferença a nomeação para a vaga.

Art. 9.º — O logar de ajudante ou preposto de despachante, será de nomeação do director geral da Fazenda Publica, mediante indicação do despachante, instruído com os documentos exigidos no art. 30.

Art. 10.º — Os ajudantes ou prepostos podem ser livremente dispensados pelos despachantes, com approvação da Directoria Geral da Fazenda Publica, observadas as formalidades legais e publicados os competentes editaes, para conhecimento dos interessados.

Art. 11.º — Os despachantes respondem pelos seus ajudantes ou prepostos, sendo vedado a estes, sob pena de responsabilidade, fazer operações por conta propria.

CAPITULO II

Das attribuições dos Despachantes

Art. 12.º — O desembaraço de generos ou mercadorias perante a 3ª Secção da Directoria Geral da Fazenda Publica, quer de producção do Estado, quer de outras procedencias, sobre que o Estado tenha direito de fiscalização, incumbem exclusivamente aos despachantes em pleno exercicio das suas funções, e, somente será permittido o processo regular dos despachos na forma e de accordo com a legislação Fiscal em vigor.

§ Unico — Os donos de generos ou mercadorias darão previamente aos

despachantes autorização expressa para o fim de procederem aos despachos e defenderem os seus interesses e direitos.

Art. 13.º — De conformidade com o disposto no artigo antecedente, todos os despachos deverão ser formulados e assignados por despachantes, aos quaes são attribuidas, por força do cargo, todas as funções de tratarem de todo e qualquer negocio na Repartição Fiscal; assignando todos os papeis que se relacionarem com os mesmos e acompanhando os respectivos processos por onde elles transitarem, como representantes directos e legaes de seus committentes.

CAPITULO III

Dos livros dos Despachantes

Art. 14.º — Cada despachante é obrigado a ter uma escripturação regular e limpa, em livros proprios, em numero de dois, sendo um para escripturação de despachos de "Exportação Municipal" e outro para escripturação de despachos de generos exportados, de *averesaver procedencias*, sendo ditos livros sellados, numerados e rubricados pela Secção competente.

§ Unico — Os livros a que se refere o artigo antecedente devem estar sempre escripturados em dia, para serem examinados por funcionarios designados pela Repartição, para esse fim.

CAPITULO IV

Das penas disciplinares

Art. 15.º — Os despachantes, além das sancções em que possam incorrer por infracção das leis penaes, são passíveis das penas disciplinares de advertencia, multa, suspensão e destituição.

Art. 16.º — Será applicada a pena de advertencia:

I — Ao despachante que faltar com a devida consideração aos chefes da Repartição;

II — Ao que recusar informações requisitadas por autoridades competentes;

III — Incorre na multa de cincoenta mil réis (50\$000) o despachante que não apresentar os seus livros devida-

mente escripturados dentro do prazo em que forem requisitados pela Repartição.

Art. 17º — Será suspenso de suas funcções, por trinta dias, o despachante que reincidir em faltas regulamentares e na escripturação de seus livros.

Art. 18º — Incurrerá na pena de destituição do cargo:

I — O despachante que deixar de prestar a caução ou fiança dentro de vinte dias da data da intimação feita pela Repartição competente;

II — O que soffrer condemnação penal pelos crimes de falsidade, furto, roubo, apropriação indebita, moeda falsa e suborno;

III — O que receber pelo seu trabalho quantia inferior ou superior ás constantes da tabella annexa.

§ Unico — A pena da advertencia será imposta pelo chefe da 3ª Secção da Directoria Geral da Fazenda Publica, as de multa e suspensão pelo Director Geral e a de destituição será imposta pelo Governador do Estado, conforme preceitua o artigo 2º.

CAPITULO V

Dos emolumentos dos Despachantes

Art. 19º — Os despachantes, por seus serviços, perceberão os honorarios constantes das tabellas annexas.

Art. 20º — Essa remuneração não poderá ser accrescida de quaesquer outros proventos, nem augmentada, nem diminuida sob pena de destituição do despachante, de accordo com o item III do artigo 18º.

Art. 21º — Os honorarios serão cobrados no proprio despacho e arrecadados com os impostos e direitos pertencentes ao Estado; ficando porém, em deposito, para, mensalmente e depois de escripturado em livro proprio, ser distribuido o liquido, com absoluta equidade, entre os despachantes que estiverem funcionando.

§ Unico — Do producto total arrecadado e depositado, dos honorarios dos despachantes, serão deduzidos onze por cento (11%) assim distribuidos:

I — seis por cento (6%) para o Estado;

II — um por cento (1%) para o caixa recebedor da 3ª Secção;

III — quatro por cento (4%) para os funcionarios da 3ª Secção.

CAPITULO VI

Da organização e distribuição do serviço

Art. 22º — A distribuição de despachos ficará a cargo do chefe da 3ª secção ou de outro funcionario por elle designado e será feito por ordem chronologica, entre os despachantes que estiverem em exercicio de seus cargos.

Art. 23º — Haverá na 3ª secção da Directoria Geral da Fazenda Publica o livro especial para escripturação dos depositos provenientes dos honorarios dos despachantes, escripturado por forma a, mensalmente, demonstrar o total dos honorarios arrecadados, e o "quantum" da percentagem devida ao Estado, ao Caixa Recebedor e aos funcionarios da mesma secção, afim de serem, respectivamente, distribuidos e recolhidos.

Art. 24º — E' da competencia da 3ª secção organizar, mensalmente, a folha de pagamento dos despachantes, de accordo com o disposto no art. 21.

Art. 25º — Todos os documentos relativos a generos ou productos sujeitos a despachos, deverão ser entregues pelos interessados, ao chefe da 3ª secção, afim de serem distribuidos aos despachantes, de accordo com o art. 22.

Art. 26º — Para que os serviços de despachos não soffram demora, os despachantes ficarão obrigados a comparecer diariamente, por si ou seus ajudantes, á 3ª secção, uma vez pelo menos, em cada expediente, afim de receber o serviço que lhes for distribuido.

Art. 27 — Aos despachantes, será concedido o prazo de vinte e quatro (24) horas uteis para a organização dos serviços que lhes forem distribuidos.

CAPITULO VII

Disposições Geraes

Art. 28 — Fica o Governo do Estado autorizado a crear a CAIXA DE PENSOES E APOSENTADORIAS dos despachantes, nomeando para isso o Director Geral da Fazenda Publica, uma

comissão composta de funcionarios dessa repartição e despachantes, afim de organizarem as suas bases.

Art. 29 — Os casos omisso no presente decreto, serão regulados pelas leis em vigor.

Art. 30 — Entrará o presente decreto em vigor, na data de sua publicação.

Art. 31 — Revogam-se as disposições em contrario.

S. S., 5 de agosto de 1935.

(a) VIVALDO LIMA.

ANNEXO

Honorarios dos despachantes da Directoria Geral da Fazenda Publica

TABELLA N. 1

Importação

Borracha estadual (por kilo)	\$008
Borracha de Matto Grosso (por kilo)	\$008
Madeira estadual (por kilo)	\$001
Castanha estadual (por hect.)	\$200
Idem de Matto Grosso (por hect.)	\$200
Despacho livre de madeira:	
Em transito (por kilo)	0,5 de real
Borracha federal, boliviana, colombiana, venezuelana e outros generos, em transito para Belém do Pará, outros Estados da União e para o estrangeiro (por kilo)	\$003
Castanha em transito para Belém do Pará (por hect.)	\$200
Outros generos de entrada, excepto couros (por kilo)	\$005
Couros de qualquer especie (s/valor official)	1/2%
Despachos livres de qualquer especie, excepto da generos do estrangeiro, em transito e que não desembarcarem em Mandos (por kilo) 0,5 de real	
Despachos de animaes:	
Até 10 cabeças	10\$000
De 26 a 50 cabeças	15\$000
De 51 a 100 cabeças	20\$000
De 101 a 150 cabeças	40\$000
De 151 a 200 cabeças	60\$000
De 201 a 300 cabeças	70\$000
(Assim por diante, cobrando-se mais 10\$000, por 50 cabeças excedentes).	
Despachos de tartarugas e congeneres:	
Até 10	10\$000
De 11 a 50	15\$000
De 51 a 100	20\$000
De 101 a 150	30\$000
De 151 a 200	40\$000
De 201 a 250	50\$000
De 251 a 300	60\$000
Assim por diante, cobrando-se por mais 50 cabeças excedentes 10\$000).	
Passos de embarcações	10\$000

Despacho mínimo, qualquer que elle seja, mesmo que as taxas não excedam de 10\$000, cobrando-se esta importancia.

ANNEXO

Honorarios dos despachantes da Directoria Geral da Fazenda Publica

TABELLA N. 2

Importação

Borracha estadual (por kilo)	\$010
Bafata estadual (por kilo)	\$010
Borracha de Matto Grosso (por kilo)	\$010
Madeira estadual (por kilo)	\$001
Castanha estadual (por hect.)	\$200
Idem de Matto Grosso (por hect.)	\$200
Couros estaduais e de Matto Grosso (s/valor official)	1/2%
Outros generos do Amazonas e do Matto Grosso (por kilo)	\$005
Castanha descascada (por kilo)	\$010

Pela respectiva Commissão, o snr. Ananias de Almeida apresenta a redacção final do projecto n.º 10, a qual é approvada e vae á sancção.

Com a palavra, o snr. Leopoldo Neves envia á Mesa, pela Commissão de Fazenda e Orçamento, o seguinte parecer ao projecto n.º 20, augmentando o credito da verba n.º 20 do orçamento vigente, e requer dispensa de impressão e intersticio para o mesmo parecer, o que é approvado.

E' este o parecer:

A Commissão de Fazenda e Orçamento, tendo em vista as allegações contidas em officio dirigido pelo snr. Director da Secretaria ao sr. primeiro secretario da Assembléa, é de parecer que seja augmentada a verba de que trata o mesmo officio, para o que apresenta o seguinte —

PROJECTO

Art. Unico. Fica augmentada de quinze contos de reis (15:000\$000), no orçamento vigente, a verba n.º 20 — Expediente da Secretaria da Assembléa — revogadas as disposições em contrario.

S. C. em 5 de Agosto de 1935

Leopoldo Neves
Antonio de Vasconcellos
Moacyr Dantas
Cosme Ferreira
Vivaldo Lima

Esse projecto tomou o n.º 25.

Passando-se á segunda parte da ordem do dia, é dado para discussão o projecto n.º 4, o qual é approvedo até ao capitulo segundo, com diversas emendas apresentadas pelos deputados Nunes de Lima, Armando Madeira, Moacyr Dantas, Leopoldo Neves, Ruy Barreto e Ariolino Azevedo, não proseguindo a discussão em virtude de um requerimento do sr. Antovilla Vieira, pedindo adiamento por 48 horas.

Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente suspende os trabalhos, marcando esta ordem do dia para amanhã: primeira parte, apresentação de projectos, requerimentos, indicações, etc; segunda parte, segunda discussão dos projectos n.ºs. 13, 16, 17 e 25.

Sessão de 6 de Agosto

Presidência do sr. João Verçosa. — Secretários — srs. Nogueira da Matta e Ary Tapajós.

A' hora regimental, presentes os srs. João Verçosa, Nogueira da Matta, Ary Tapajós, Ananias de Almeida, Moacyr Dantas, Maria Leão, Manoel Monteiro, Julio Lima, Vivaldo Lima, Nunes de Lima, Tito Bittencourt, Antovilla Vieira, Philadelpho de Moraes e Antonio de Vasconcellos, faltando com causa justificada os srs. Felix Valois, Benjamin Ferreira e Manoel Lobo e sem ella os demais deputados, é aberta a sessão.

Lida e approveda a acta da sessão anterior e não sendo apresentado nenhum expediente pelo primeiro secretario, o sr. presidente, declarando haver falta de mesmo para deliberação, suspende os trabalhos, mantendo a ordem do dia de hontem.

Sessão de 7 de Agosto

Presidência do sr. João Verçosa. — Secretários — srs. Nogueira da Matta e Carlos Machado.

A' hora regimental, presentes os srs. João Verçosa, Nogueira da Matta, Carlos Machado, Leopoldo Neves, Ananias de Almeida, Moacyr Dantas, Maria Leão, Paula Gonçalves, Cosme Ferrei-

ra, Manoel Monteiro, Ariolino Azevedo, Vivaldo Lima, Leopoldo Peres, Nunes de Lima, Ruy Barreto, Tito Bittencourt, Ary Tapajós, Antonio de Vasconcellos, Aristides Rocha e Arthur Bonates, faltando com causa justificada os srs. Felix Valois, Benjamin Ferreira e Manoel Lobo e sem ella os demais depulados, abre-se a sessão.

Lida e approveda a acta anterior, o primeiro secretario apresenta o seguinte —

EXPEDIENTE

Officio do prefeito municipal de Fonte Boa, communicando haver assumido o exercicio desse cargo.

Idem do prefeito de Benjamin Constant e do juiz preparador do mesmo municipio, agradecendo a communicação da eleição da Mesa da Assembléa.

Circular do sr. Flavio de Araujo Rosas, participando sua nomeação para vice-consul da Republica Argentina, neste Estado.

Telegramma do presidente da Assembléa Legislativa de Goyaz, communicando a promulgação da Constituição desse Estado.

Findo o expediente e annunciada a primeira parte da

ORDEN DO DIA

nada occorre, pelo que o sr. presidente, passando á segunda, dá para primeira discussão o projecto n.º 13, que é approvedo. Entram, successivamente, em segunda discussão, os de numeros 16, 17 e 25, sendo para este requerida dispensa de intersticio, afim de ser submellido á terceira discussão, immediatamente. E' approvedo o requerimento e em seguida o projecto, que vae á Commissão de Redacção.

Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente suspende os trabalhos, marcando para amanhã esta ordem do dia: primeira parte, apresentação de projectos, requerimentos, indicações, pareceres, etc; segunda parte, primeira discussão do projecto n.º 11, que autoriza o Goyerno a nomear uma commissão para consolidar a legislação fiscal; do n.º 12, que classifica em quatro grupos, para effeito de impostos de exportação, os productos do Estado;

proseguimento da discussão do projecto n.º 4, que dá nova organização aos municípios.

Sessão de 8 de Agosto

Presidência do sr. João Verçosa. — Secretários — srs. Nogueira da Matta e Carlos Machado.

A' hora regimental, presentes os srs. João Verçosa, Nogueira da Matta, Carlos Machado, Ananias de Almeida, Moacyr Dantas, Maria Leão, Cosme Ferreira, Manoel Monteiro, Julio Lima, Ariolino Azevedo, Vivaldo Lima, Leopoldo Peres, Nunes de Lima, Ruy Barreto, Armando Madeira, Tito Bittencourt, Ary Tapajós, Antovilla Vieira, Philadelpho de Moraes, Antonio de Vasconcellos, Aristides Rocha, Pimentel Salles e Arthur Bonates, faltando com causa justificada os srs. Felix Valois, Benjamin Ferreira e Manoel Lobo e sem ella os demais deputados, é aberta a sessão.

Lida e approvada sem debate a acta de 7, o primeiro secretario dá conta do seguinte

EXPEDIENTE

Mensagem do Governador do Estado, submettendo á consideração da Assembléa uma exposição do serviço de Aguas e Esgotos, na qual se solicita um credito para diversas despesas dessa repartição.

Circular do Comité Israelita do Amazonas, communicando a eleição e posse da sua directoria.

Telegramma do Ministro da Justiça agradecendo a moção de pesar votada pela Assembléa, em homenagem á memoria do embaixador Pedro de Toledo.

Annunciada a primeira parte da

ORDEM DO DIA

péde a palavra o sr. Cosme Ferreira, que, depois de os justificar, envia á Mesa dois protestos : um, da Associação Commercial do Amazonas, subscripto por setenta e sete firmas commerciaes da praça, e outro firmado por dezoito despachantes, os quaes requer aquelle deputado sejam appensos ao projecto n. 24, ora em estudo

das commissões a quem foi distribuido.

Em seguida, o sr. Ananias de Almeida, pela respectiva commissão, apresenta a redacção final do projecto n. 25, a qual, approvada, vae á sancção.

Passando-se á segunda parte da ordem do dia, entram em discussão, sendo approvados, os projectos ns. 11 e 12. Proseguindo depois a discussão, em segundo turno, do projecto n. 4, é elle approvado do capitulo terceiro até ao oitavo, com dezenove emendas offerecidas pelos srs. Nunes de Lima, Armando Madeira, Moacyr Dantas, Leopoldo Neves, Ruy Barreto, Ariolino Azevedo e Ananias de Almeida. Nessa altura, é adiada a discussão por 48 horas a requerimento do sr. Antovilla Vieira.

Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente encerra os trabalhos, marcando para ordem do dia de amanhã : primeira parte, apresentação de projectos, indicações, pareceres, etc.; segunda parte, primeira discussão do projecto n. 23, segunda do n. 13 e terceira dos numeros 16 e 17.

Sessão de 9 de Agosto

Presidência do sr. João Verçosa. — Secretários — srs. Nogueira da Matta e Carlos Machado.

A' hora regimental, presentes os srs. João Verçosa, Nogueira da Matta, Carlos Machado, Ananias de Almeida, Moacyr Dantas, Maria Leão, Paula Gonçalves, Cosme Ferreira, Manoel Monteiro, Vivaldo Lima, Ruy Barreto, Ary Tapajós, Antovilla Vieira, Antonio de Vasconcellos, Felismino Soares, Chaves Ribeiro e Manoel Lobo, faltando com causa justificada os srs. Felix Valois e Benjamin Ferreira e sem ella os demais deputados, abre-se a sessão.

Lida e approvada sem debate a acta anterior. o primeiro secretario apresenta este

EXPEDIENTE

Mensagem do Governador do Estado, pedindo o augmento de quatro contos de réis na verba n. 43 do orça-

mento vigente, para compra de livros e objectos escolares, de accordo com o pedido do director da Instrução Publica.

Officio do secretario geral do Estado, communicando que foram sancionadas e publicadas como leis do Estado, tomando os ns. 1 e 2, duas resoluções da Assembléa Legislativa.

Idem do vice-consul da Argentina, agradecendo o communicado da eleição da Mesa da Assembléa.

Finda a leitura do expediente, são convidados a levantar-se os deputados, que assim assistem á promulgação das leis ns. 3 e 4.

Após essa formalidade regimental, é iniciada a primeira parte da

ORDEM DO DIA

Pede a palavra o sr. Vivaldo Lima e, pela Comissão de Finanças, manda á Mesa o seguinte projecto :

A Comissão de Fazenda e Orçamento, tendo em vista a mensagem enviada pelo Governador do Estado a esta Assembléa, em 29 de julho ultimo, apresenta o seguinte projecto :

Art. 1.º — Fica aberto no orçamento vigente o credito de doze contos de réis (12:000\$000) para occorrer ás despesas com as festas do dia 7 de setembro do corrente anno, pela primeira vez considerado "Dia da Patria".

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrario.

JUSTIFICAÇÃO

Tendo o Estado de participar das grandes festas cívicas com que deverá ser commemorado o proximo dia 7 de setembro, pela primeira vez considerado Dia da Patria, é necessario fornecer ao Governo os recursos precisos para occorrer ás despesas com as solemnidades, de accordo com o programma organizado por uma comissão, que foi para esse fim designada.

Estes festejos tornam-se necessarios para despertar e augmentar os sentimentos cívicos do povo, no sentido de fortalecer ainda mais a unidade da Patria, elevando-a no concerto das

grandes nações, afim de que possa cumprir os seus gloriosos destinos.

S. C. em 9 de agosto de 1935.

Leopoldo Neves, presidente
Vivaldo Lima, relator
Mecayr Dantas
Antonio de Vasconcellos
Cosme Ferreira

Esse projecto que é considerado objecto de deliberação, toma o n. 26 e vai a imprimir. Ainda com a palavra, o sr. Vivaldo Lima requer seja o projecto dispensado de impressão e intersício para discussão em segundo turno, na segunda parte da ordem do dia, visto haver sido apresentado por comissão. E' approvedo o requerimento.

Pela Comissão de Redacção, o sr. Ananias de Almeida manda á Mesa a do projecto n. 2, que é approveda e vai á sanção. O sr. Ruy Barreto, por sua vez, submete á consideração de seus pares o seguinte parecer ao projecto n. 22 :

A Comissão de Poderes, accetando os motivos da justificação que acompanha o projecto n. 22, é de parecer seja reconhecida de utilidade publica a Sociedade de São Vicente de Paula do Amazonas, devendo, entretanto, serem extensivos á Sociedade Beneficente dos Funcionarios Municipaes de Manaus identicos favores.

S. C. em 9 de agosto de 1935.

(aa) Ary Tapajós Cahn, presidente
Ruy Barreto, relator.
Chaves Ribeiro
Mecayr Dantas
Maria de Miranda Leão

PROJECTO N. 22

A Assembléa Legislativa do Amazonas

DECRETA :

Art. Unico — Fica reconhecida de utilidade publica a Sociedade de São Vicente de Paula do Amazonas, revogadas as disposições em contrario.

JUSTIFICAÇÃO

A Sociedade de São Vicente de Paula do Amazonas, constituída por um Conselho Particular, com séde nesta

cidade, e varias conferencias vicentinas, teve uma finalidade exclusiva e eminentemente social e philantropica. O seu objectivo maior é soccorrer material e espiritalmente as familias pobres, viúvas, orphãos, invalidos, amenizando-lhes as difficuldades da vida. Essa benemerita Sociedade mantem em Manãos os seguintes serviços: Galpão, onde residem centenas de pessoas, funcionando tambem uma escola publica mantida pelo Estado; soccorros pecuniarios que sohem semestralmente a mais de quatro contos; auxilios para enterros, etc. A' vista da inestimavel assistencia que ha longos annos vem ella facultando á pobreza amazonense, é justo que se lhe reconheça como de utilidade publica, em lei estadual.

S. C. em 1 de agosto de 1935.

(aa) Maria de Miranda Leão
Moacyr Dantas
João Nogueira da Matta
Aristides Rocha
Chaves Ribeiro
Mannel Monteiro
Antorilla Vieira
Leopoldo Peres

Em seguida, o sr. Chaves Ribeiro, tambem pela Commissão de Poderes, manda á Mesa os seguintes pareceres sobre os projectos ns. 6 e 15, que, na forma do regimento, vão a imprimir:

A Commissão de Poderes, tendo examinado delidamente o projecto anexo sob numero 6, opina estar o mesmo dentro das normas constitucionaes. No entanto, propõe seja o art. 2.º redigido da forma seguinte:

Art. 2.º — Ao concorrente, ou concorrentes, cujos processos forem julgados em condições de utilização vantajosa, concederá o governo, alem dos favores previstos em lei, um premio de cinco contos de réis em dinheiro. Fica tambem assegurado aos mesmos o direito á percepção de vinte por cento sobre a differença, para mais, que se venha a verificar, entre o corrente anno e os subsequentes, na arrecadação dos impostos de exportação do

guaraná, em sementes, xaropes, extractos e preparações semelhantes.

S. C. 9 de agosto de 1935.

Ary Tapajós Cahn, presidente
Chaves Ribeiro, relator.
Ruy Barreto
Maria de Miranda Leão
Moacyr Dantas

E' deste teor o projecto n. 6 e respectivos considerandos:

PROJECTO N. 6

Considerando que é funcção do poder publico accelerar a evolução economica do Estado, norteando-a e, sobretudo, assegurando ambiente mais favoravel á sua progressão;

Considerando que uma das nossas actividades productoras, que mais urgentemente solicitam a intervenção defensiva e revitalizadora do governo, é a que resulta da tradicional e typica industria do guaraná;

Considerando que este singular e valiosissimo producto, em face das circumstancias profundamente desfavoraveis em que se desenvolvem seu commercio e applicação industrial, está destinado a irremediavel declínio se não lhe virem em soccorro medidas legaes de amparo;

Considerando que a presente estagnação da industria do guaraná, com reflexos depressivos na economia publica e privada, decorre, simultaneamente, da falta de assistencia e orientação technica na sua apresentação para industria, e da ausencia completa de fiscalização no seu emprego, abrindo campo a falsificação de toda ordem;

Considerando que, em ambos os casos, node e deve o poder publico interferir, proporcionando meios para solução do problema da applicação proveitosa do guaraná, ao lado de medidas de ordem fiscal, que evitem, no Estado, a produção e venda de bebidas com essa denominação, quando não contenham determinado coefficiente do producto em causa;

Considerando que taes medidas devem ser generalizadas, de sorte a crear para o guaraná amazonense, igual si-

tuação de garantia de consumo em todo o território nacional :
A Assembléa Legislativa do Amazonas

DECRETA :

Art. 1.º — Fica o poder executivo autorizado a abrir concorrência, por espaço de sessenta dias ou mais, quando assim se faça necessario, para a apresentação de processos, que assegurem a applicação do guaraná, nas bebidas gozozas e outras, sem prejuizo das propriedades organolepticas desse producto e das condições de technica industrial, que devem presidir á fabricação das mesmas bebidas.

Paragrapho — Os processos apresentados deverão ser acompanhados de formula pratica, para a pesquisa do guaraná nas bebidas, de maneira a facilitar a determinação do coefficiente desta materia, nas diferentes preparações daquella natureza.

Art. 2.º — Ao concurrente ou concurrentes, cujos processos forem julgados em condições de utilização vantajosa, concederá o governo, além dos favores constantes do acto n. 2.782, de 6 de dezembro de 1933 e de outros, porventura existentes, um premio de Rs. 5:000\$000, em dinheiro. Fica tambem, assegurado aos mesmos o direito á percepção de 20 % sobre a differença para mais, que se venha a verificar, entre o corrente anno e os subsequentes, na arrecadação dos impostos de exportação do guaraná em sementes, xaropes, extractos e preparações semelhantes.

Paragrapho — Occorrendo a adopcção de mais de um processo, serão divididos, em parte iguaes, o premio e o resultado da referida percentagem, cuja entrega se fará trimestralmente.

Art. 3.º — Aceito o processo ou processos e pago o premio, mediante contracto lavrado no Contencioso da Directoria da Fazenda Publica, serão transferidos ao Estado todos os direitos de propriedade das formulas julgadas boas e de seus respectivos "contrastes", aos quaes será dada ampla divulgação pelo governo, dentro e fóra do paiz, para conhecimento e utilização do publico.

Art. 4.º — Dentro de noventa dias, contados da lavratura do contracto com o concurrente ou concurrentes victoriosos, o governo determinará, de accordo com a technica do processo ou processos adoptados, as percentagens minimas de guaraná, que deverão conter as bebidas com esta determinação, baixando para os necessarios efeitos fiscaes, conveniente regulamentação, onde se determinem se severas medidas punitivas dos infractores.

Art. 5.º — Uma vez fixadas aquellas percentagens, para vigencia no Estado, o poder executivo entrará em immediato entendimento com o governo federal e com os governos estaduais, no sentido de ser adoptada no território nacional, ou no de cada Estado, separadamente, uma legislação que obrigue o emprego do guaraná, nos coefficientes estabelecidos em todas as bebidas com esta denominação.

Art. 6.º — De accordo com o Consorcio do Guaraná e por este custeado, poderá o Governador enviar um delegado especial que, percorrendo as capitales dos Estados de maior produção e consumo de bebidas á base do guaraná, obtenha dos respectivos governos a legislação a que se refere o artigo precedente.

Art. 7.º — Mediante modificação no respectivo contracto com o Governo do Estado, serão dadas ao Consorcio do Guaraná attribuições para a fiscalização do cumprimento da presente lei, no territorio do Estado, e para agir judicialmente, por intermedio de seus representantes, contra os falsificadores e mistificadores do guaraná, em qualquer ponto do paiz, sem prejuizo da acção simultaneo dos poderes publicos.

Art. 8.º — Para julgamento dos processos apresentados, o governador nomeará uma commissão, constituída por technicos de reconhecida competencia, sob a presidencia do Secretario Geral do Estado.

Art. 9.º — Revogam-se as disposições em contrario.

S. S. em 9 de julho de 1935.

(a) Cosme Ferreira Filho

O projecto n. 15 é concebido nestes termos :

A Assembléa Legislativa do Amazonas

DECRETA :

Art. 1.º — Nos pagamentos de impostos e taxas ao erário estadual não serão permitidas fracções de centavos, devendo elevar-se a esta cifra ou a seus múltiplos o total de cada título de tributação.

Art. 2.º — Observar-se-á igual critério na elaboração das pautas para o cálculo e cobrança dos direitos de exportação, onde os valores deverão sempre finalizar em cinquenta réis ou nos seus múltiplos.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrario.

S. S. em 25 de julho de 1935.

Cosme Ferreira Filho

Passando-se á segunda parte da ordem do dia, são dados para discussão e approvados : em primeiro turno, o projecto n. 23 e em segundo o numero 13, com uma emenda do sr. Moseyr Dantas, aumentando o credito do projecto para treze contos, e o numero 26 que, a requerimento do sr. Ary Tapajós, é dispensado de interstício para entrar em ultima discussão na sessão seguinte.

Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente encerra os trabalhos, marcando para ordem do dia de amanhã : primeira parte, apresentação de projectos, requerimentos, indicações, etc. ; segunda parte, terceira discussão do projecto n. 26, que abre o credito de doze contos para ocorrer ás despesas com as festas do Dia da Patria.

Termo de 10 de Agosto

Presidencia do sr. João Verçosa. — Secretarios — srs. Nogueira da Matta e Carlos Machado.

A's quinze horas, presentes os srs. Matta, Carlos Machado, Leopoldo Neves, Moacyr Dantas, Julio Lima, Antonio Vasconcellos, Ruy Barreto, Ananias de Almeida e Philadelpho de Moraes, não havendo numero legal, deixa de realizar-se a sessão, continuando a mesma ordem do dia.

Sessão de 12 de Agosto

Presidencia do sr. João Verçosa. — Secretarios — srs. Nogueira da Matta e Carlos Machado.

A' hora regimental, presentes os deputados João Verçosa, Nogueira da Matta, Carlos Machado, Leopoldo Neves, Ananias de Almeida, Moacyr Dantas, Maria Leão, Paula Gonçalves, Manoel Monteiro, Julio Lima, Ariolino Azevedo, Vivaldo Lima, Nunes de Lima, Ruy Barreto, Tito Bittencourt, Ary Tapajós, Antovilla Vieira, Philadelpho de Moraes, Antonio de Vasconcellos, Felismino Soares, Chaves Ribeiro, Aristides Rocha, Pimentel Salles, Arthur Bonates e Manuel Lobo, faltando com causa justificada os srs. Felix Valois e Benjamin Ferreira e sem ella os demais deputados, é aberta a sessão.

Approvados a acta e o termo anteriores, sem debate, o primeiro secretario dá conta do seguinte

EXPEDIENTE

Officio do secretario geral do Estado, communicando que foram sancionadas e publicadas como leis varias resoluções da Assembléa Legislativa tomando, respectivamente, os numeros 3, 4 e 5.

Idem, da mesma autoridade, accusando o recebimento das copias das leis promulgadas pela Assembléa Legislativa.

Annunciada a primeira parte da

ORDEM DO DIA

o snr. Leopoldo Neves, pela Comissão de Fazenda, apresentou parecer favoravel ao requerimento do engenheiro Maximino Corrêa, o qual conclue pelo projecto n.º 27. Projecto e requerimento vão a imprimir, em virtude de solicitação do sr. Aristides Rocha.

PARECER

A Comissão de Fazenda e Orçamento, é favoravel ao que requer o engenheiro Luiz Maximino de Miranda Corrêa. Justo se torna facilitar as industrias nascentes de todos os meios, maximé em se tratando de assumpto agricola, todo elle de natureza incipien-

te no Estado do Amazonas; attendendo, porém, acha a comissão demandado o prazo solicitado de 15 e 10 annos, respectivamente, pelo que resolveu diminuir-o para 10 e 6 annos, julgados bastantes necessários para o empreendimento em apreço.

Quanto à concessão das terras para as plantações a Comissão também é favorável, respeitando-se na forma do regulamento de terras em vigor os direitos adquiridos por terceiros, nas zonas que forem preferenciadas pelo requerente.

S. S. em Manaus, 12 de agosto de 1935.

(aa) Leopoldo da Silva Neves.
Antonio de Vasconcellos.
Vivaldo Lima
Moacyr Dantas.

PROJETO Nº 27.

A Assembléa Legislativa do Amazonas

DECRETA:

Art. 1.º — Fica concedido ao engenheiro civil Luiz Maximino de Miranda Corrêa ou à Empresa que organizar, isenção de todos os impostos creados e por crear, directos ou indirectos, sobre os productos sêricos e suas fabricas, pelo prazo de 10 annos, bem como, isentar por espaço de seis annos (6), do imposto de exportação os mesmos productos e conceder as terras que se tornarem necessárias à integral effectivação dos empreendimentos, na conformidade do Reg. de Terras em vigor respeitando-se, porem, quanto à concessão das terras, os direitos adquiridos por terceiros, nas zonas onde forem ellas escolhidas.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrario.

REQUERIMENTO

Exmos. Srs. Presidente e mais Membros da Assembléa Legislativa do Estado do Amazonas,

O engenheiro civil LUIZ MAXIMINO DE MIRANDA CORRÊA — estando, como é do dominio publico, empenhado no estabelecimento da sericicultura neste Estado, levado pelas privilegias das condições do solo e do clima amazonenses, abonadoras do exito do em-

prehendimento, como tem demonstrado em exhibições publicas, nesta Capital, do resultado de suas criações de ensaio de sirgos de diversas raças e na Feira de Amostras da Capital da Republica, onde, no Club de Engenharia, realizou uma conferencia sobre as facilidades extraordinarias que aqui se encontram para levar-o a effecto, como promissora fonte de riqueza para o Amazonas; e, achando-se em entendimento com capitalistas para explorar a sericicultura em larga escala neste Estado — requer a V.V. Excias., como condição necessaria do exito das negociações que tem entabulado e em via de realização, os seguintes favores, para si, syndicato ou companhia que organizar:

a) isenção de todos os impostos creados e por crear, directos ou indirectos, sobre os productos sêricos e suas fabricas, durante o prazo minimo de 15 annos;

b) isenção do imposto de exportação dos mesmos productos pelo espaço de 10 annos;

c) concessão das terras que se tornarem necessárias à integral effectivação do empreendimento.

Conscio de que V.V. EEx., com a larga visão que os caracteriza, saberão medir o alcance da implantação da industria sêrica no Amazonas, a que insuflará nova vida economica,

E. deferimento.

Manaus, 31 de julho de 1935.

(a) Luiz Maximino de Miranda Corrêa.

O sr. Ananias de Almeida, obtendo a palavra, manda à Mesa a redacção do projecto n.º 17, a qual, approvada pela Casa, vae á sancção.

Passando à segundada parte da ordem do dia, o sr. presidente declara que deixa de ser discutido o projecto n.º 3, referente ao Juizado de menores, por não terem sido impressas em avulsos as emendas que lhe foram apresentadas.

Continúa a discussão do projecto n.º 4, em segundo turno, capitulo a capitulo. São enviadas à Mesa, successivamente, 17 emendas dos srs. Armando Madeira, Ariolino Azevedo, Vivaldo

Lima e Nunes de Lima, as quaes com o projecto, vão á commissão competente para opinar. Approvado tambem em terceira discussão o projecto n.º 26, vae á Commissão de Redacção.

Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente suspende os trabalhos, marcando para ordem do dia: primeira parte, regimental; segunda parte, segunda discussão dos projectos nos, 11, 12 e 23.

Sessão de 13 de Agosto

Presidencia do sr. João Verçosa. — Secretarios — srs. Nogueira da Matta e Carlos Machado.

A' hora regimental, presentes os srs. João Verçosa, Nogueira da Matta, Carlos Machado, Leopoldo Neves, Ananias de Almeida, Moacyr Dantas, Maria Leão, Paula Gonçalves, Manuel Monteiro, Julio Lima, Ariolino Azevedo, Vivaldo Lima, Tito Bittencourt, Ary Tapajós, Antovilla Vieira, Philadelpho de Moraes, Antonio de Vasconcellos, Pimentel Salles e Arthur Bonates, faltando com causa justificada os srs. Felix Valois e Benjamin Ferreira e sem ella os demais deputados, é aberta a sessão.

Lida e approvada sem debate a acta anterior, o primeiro secretario dá conta deste

EXPEDIENTE

Officios dos primeiros secretarios das Assembléas Legislativas de S. Paulo e Páuly, communicando a eleição e posse das respectivas mesas.

Idem do juiz preparador de S. Gabriel e do primeiro secretario da Assembléa Legislativa de Santa Catharina, accusando e agradecendo a participação da eleição da mesa da Assembléa do Amazonas.

Idem do commandante do 27 B. C. participando haver assumido o exercicio das suas funcções.

Idem do director da Bibliotheca Publica de Sergipe, solicitando a remessa de um exemplar da Constituição amazonense.

Petição de Joel Paes Barreto, solicitando auxilio pecuniario, afim de adquirir novo aparelho para sua perna esquerda, inutilizada na revolução de 1924.

Telegramma do presidente da Assembléa Legislativa do Espirito Santo, communicando a promulgação da Constituição desse Estado.

Finda a leitura do expediente e annunciada a primeira parte da

ORDEM DO DIA

pede a palavra o sr. Ananias de Almeida e envia á Mesa a redacção final do projecto n.º 26, a qual, approvada, é remittida á sanção.

Passando-se á segunda parte da ordem do dia, é approvado em segundo turno o projecto n.º 11. Igualmente approvado em segunda discussão o projecto n.º 12, volta elle á commissão competente, visto lhe terem sido propostas duas emendas pelo sr. Vivaldo Lima.

Em segunda discussão o projecto n.º 26, mandando revigorar a pensão de cento e cincoenta mil reis á viuva de Raymundo Rodrigues Ribeiro, pede a palavra o sr. Paula Gonçalves, que se declara contra esse acto legislativo, allegando que o Estado não está em condições de dar pensões a quem quer que seja. Responde a esse deputado o sr. Antonio de Vasconcellos, que diz o seguinte:

Sr. Presidente —

Lamento que o meu nobre collega Snr. deputado Paula Gonçalves somente agora, quando se trata de restabelecer uma pensão que era concedida á viuva de um funcionario que durante 23 annos, ininterruptos, prestou bons serviços a esta Assembléa, venha descobrir que o thesouro possa ir á falencia por esta migalha de 150\$000!

O sr. Paula Gonçalves: — São centenas de migalhas!

O sr. Antonio de Vasconcellos: — Admitto. Mas V. Excia., ainda ha pouco, na Constituinte, concorreu ardorosamente para que um rosario de favores pessoas, alguns delles apenas faltando declinar o nome do interessado, viesse onerar os cofres publicos em muitas dezenas de contos de reis, mensalmente. São tardios esses escrúpulos de V. Excia. Quando, Snr. Presidente, dei a minha assignatura a este Projecto sabia, como tambem não

ignorava a Assembléa, que iamoz fazer um favor, mas todos os deputados que o subscreveram foram movidos pelo nobre intuito de amparar a viuva de um pobre e devotado servidor do Estado, senhora que conta hoje mais de 60 annos de idade, e ha mais de trez annos acorrentada a um leito de dor.

Foi esta, Sr. Presidente, a razão principal, talvez unica mesmo, por que 22 membros desta Casa não negaram...

O sr. Paula Gonçalves: — Ha milhares de viuvaz nestas condições!

O sr. Antonio de Vasconcellos: — (continuando)... a concessão desta migalha, que hoje o meu nobre collega pretende recusar. Era o que tinha a dizer.

O sr. Paula Gonçalves: — Já recusei; não pretendo unicamente recusar.

Encerrada a discussão e posto a votos o projecto, é approvado.

Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente encerra os trabalhos, marcando para ordem do dia de amanhã: primeira parte, apresentação de projectos, indicações, requerimentos, etc; segunda parte, o que occorrer.

Sessão de 14 de Agosto

Presidência do sr. João Verçosa. — Secretarios — srs. Nogueira da Matta e Carlos Machado.

A' hora regimental, presentes os srs. João Verçosa, Nogueira da Matta, Carlos Machado, Ananias de Almeida, Moacyr Dantas, Maria Leão, Paula Gonçalves, Manoel Monteiro, Vivaldo Lima, Ruy Barreto, Ary Tapajós, Antonio de Vasconcellos, Chaves Ribeiro, faltando com causa justificada os srs. Felix Valois e Benjamin Ferreira, e sem ella os demais deputados, é aberta a sessão.

Feita pelo segundo secretario a leitura da ultima acta, deixa de ser approvada á falta de quorum. Não havendo, pois, numero para deliberar, o sr. presidente suspende os trabalhos, marcando para ordem do dia de amanhã: primeira parte, apresentação de projectos, indicações, requerimentos, pareceres, etc; segunda parte, terceira discussão dos projectos nos. 11, que autoriza o Governo a nomear uma commissão

para consolidar a legislação fiscal e tributaria do Estado, e 23, que resta-belece a pensão concedida a Maria Rodrigues Ribeiro por uma lei de abril de 1922.

Sessão de 16 de Agosto

Presidência do sr. João Verçosa. — Secretarios — srs. Nogueira da Matta e Carlos Machado.

A' hora regimental, presentes os srs. João Verçosa, Nogueira da Matta, Carlos Machado, Ananias de Almeida, Moacyr Dantas, Maria Leão, Paula Gonçalves, Manoel Monteiro, Julio Lima, Leopoldo Peres, Nunes de Lima, Ariolino Azevedo, Vivaldo Lima, Ruy Barreto, Armando Madeira, Tito Bitencourt, Ary Tapajós, Antovilla Vieira, Philadelpho de Moraes, Antonio de Vasconcellos, Felismino Soares, Chaves Ribeiro, Aristides Rocha, Pimentel Salles, Arthur Bonates e Manoel Lobo, faltando com causa justificada os srs. Felix Valois e Benjamin Ferreira e sem ella o sr. Cosme Ferreira, é aberta a sessão.

Approvadas sem debate as actas de 13 e 14, o primeiro secretario apresenta o seguinte

EXPEDIENTE

Petição de Sergio do Areal Souto, cobrador da repartição de Aguas e Esgotos, solicitando lhe seja regularizada a situação de funcionario.

Officio do presidente do Tribunal Regional Eleitoral, communicando que deixou de cumprir a disposição do art. 26, letra C, das instrucções do Tribunal Superior, para as eleições dos representantes profissionaes á Assembléa Legislativa, porque a Constituição do Amazonas não determina as classes a serem representadas.

Officio do consul de Portugal, solicitando um exemplar da Constituição do Estado.

Telegramma do primeiro secretario da Assembléa Legislativa do Pará, communicando a eleição e posse da respectiva Mesa.

Findo o expediente e annunciada a primeira parte da

ORDEM DO DIA

pede a palavra o sr. Moacyr Dantas e, depois de o fundamentar longamente, manda á Mesa, pela Comissão de Poderes, um projecto que revoga o acto n. 4.552 e respectivo regulamento de 2 de fevereiro de 1935, ambos baixados pelo então interventor federal, continuando assim vigorando a anterior organização do montepio dos funcionarios estaduais. Esse projecto, que toma o n. 28 e vae a imprimir, é assim redigido :

A Assembléa Legislativa do Amazonas

DECRETA :

Art. 1.º — Fica revogado o acto n. 4.552 e seu respectivo regulamento de 2 de fevereiro de 1935, do então Interventor Federal no Estado do Amazonas, continuando em vigor a anterior organização do montepio dos funcionarios publicos do Estado.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrario.

JUSTIFICAÇÃO

O acto n. 4.552, que deu nova organização e denominação á instituição do montepio, não consultou os altos interesses do funcionalismo e os do proprio Estado, taes e tantas são as reclamações endereçadas aos membros da Assembléa por parte dos servidores publicos e autoridades administrativas.

O presidente desta Assembléa já nomeou mesmo uma comissão especial, constituída dos deputados Aristides Rocha, Antovilla Vieira e Felismino Soares, para elaborar um projecto de lei capaz de dar uma organização perfeita e harmoniosa ao monte-pio, de accordo com a orientação moderna seguida nas sociedades similares.

Emquanto o Poder Legislativo não decretar a nova lei, mandam as aspirações daquella classe e os interesses da administração que se revogue o citado acto interventorial.

S. S. em 16/VIII/1935.

(aa) Ary Tapajós Cahn, presidente
Moacyr Dantas, relator.
Maria de Miranda Leão
Chaves Ribeiro
Ruy Barreto

Ainda com a palavra, o sr. Moacyr Dantas, pela mesma Comissão, apresenta á consideração da Casa outro projecto, fixando em quatro o numero de representantes profissionaes á Assembléa Legislativa, o qual, depois de tomar o n. 29, é dispensado de impressão e de interstício, afim de entrar em discussão na segunda parte da ordem do dia. Seguidamente, obtendo a palavra, o sr. Aristides Rocha diz o seguinte :

Sr. Presidente.

Esse officio que acaba de ser lido á Mesa, dirigido á Assembléa Legislativa pelo presidente do Tribunal Regional Eleitoral, é a demonstração de que a teimosia é a peor das conselheiras.

Se me tivessem ouvido, este caso estaria regulado na Constituição.

Não quizeram, apresentaram emendas, teimaram, declarando que a Constituição do Estado não devia regular este assumpto, não devia prever e nem designar o numero de representantes classistas, que á Assembléa fallecia competencia para regular o caso por uma lei.

Os representantes, então trabalhistas, sabem que o que eu estou dizendo é verdade.

As emendas são delles e os annaes attestam o que estou dizendo.

Agora recebamos a lição, que, para quem tem amor proprio, é sempre dolorosa.

Pedi a palavra para registrar isto e voto pelo requerimento do sr. Moacyr Dantas, porque, na realidade, o assumpto requer a maxima urgencia.

Peço, porem, a s. excia. para que attente bem para a Constituição.

Parece que ella assegura á representação classista o quinto da totalidade dos 30 deputados de que se compõe a Assembléa Legislativa.

Este quinto deve ser 6 e não 4.

O sr. Moacyr Dantas: — E' principio constitucional, cardinal, a representação de profissões, mas não a fixação do numero.

O sr. Aristides Rocha: — Diz s. excia. isso.

Mas, parece-me que o numero tambem é, porque a Constituição Federal assegura esse direito á representação das classes.

Se é um direito que a Constituição assegura, pergunto se cabe a nós, se está na nossa alçada, retirar da representação classista semelhante prerrogativa.

Bem sei que s. excia. tem razão, quando assegura que este assumpto ainda não foi perfeitamente apprehendido por todos os legislativos dos Estados.

O Estado de São Paulo não assegura na lei o quinto de que falla a Constituição Federal.

Alguns Estados não asseguram nem quarto.

De maneira que s. excia. tem neste assumpto a companhia de alguns Estados.

Mas, a verdade, sr. presidente, é que estes casos regulados por esses Estados, uns diminuindo o quinto, outros até negando a representação das classes, ainda não foram affectos ao Poder Judiciario.

Se por acaso houver uma provocação, pergunto: — O Poder Judiciario assegurará a representação das classes este quinto?

Não pedi a palavra para emendar o projecto.

Não quero empecer a marcha do projecto; ao contrario, sr. presidente, ajudal-o-ei a transitar célere, porque, repito, estou envergonhado com a lição que nós recebemos.

Quem está afeito á vida parlamentar e tem algum conhecimento juridico, envergonha-se com foguetes desta natureza, que são, por assim dizer, a demonstração de uma incuria, de uma falta de cumprimento do dever.

Lastimo profundamente esta falta e peço que a Assemblêa, registrando, não a receba como uma lição para deixar de lado a teimosia malsã, quando um collega em boa fé aconselhar cousas que devem ser acceitas.

Volta á tribuna o sr. Moacyr Dantas, que, depois de agradecer ao sr. Aristides Rocha seu voto favoravel ao requerimento que formulou, explica

os motivos por que a Constituição do Estado não fixara a representação classista, justificando igualmente o criterio adoptado no projecto, estabelecendo em quatro o total de representantes das organizações profissionais.

Depois, occupa a tribuna o sr. Vivaldo Lima, que, em nome da Comissão de Finanças, envia á Mesa um projecto, augmentando de quatro contos a verba n. 43 do orçamento vigente, tendo em vista a mensagem dirigida á Assemblêa pelo Governador do Estado. Esse projecto, que toma o n. 30 e vae a imprimir, está assim redigido :

A Commissão de Finanças e Orçamento, tendo em vista a Mensagem dirigida a esta Assemblêa pelo Governador do Estado, em 8 do corrente mez, é de parecer que seja enviado ao plenario o seguinte :

PROJECTO N.º 30

A Assemblêa Legislativa do Amazonas

DECRETA :

Art. 1.º — Fica augmentado de quatro contos de réis (4:000\$000) a verba 43 do orçamento vigente.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrario.

S. C. em 16 de agosto de 1935.

(an) Leopoldo Neves, presidente.

Vivaldo Lima, relator

Moacyr Dantas

Antonio de Vasconcellos

Tambem pela Commissão de Poderes, os srs. Chaves Ribeiro e Ruy Barreto apresentaram : o primeiro, parecer favoravel ao projecto n. 21, elevando á categoria de cidade a actual villa de João Pessoa; o segundo, parecer igualmente favoravel ás duas emendas apresentadas ao projecto n. 16, as quaes vão a imprimir.

Passa-se á segunda parte da ordem do dia.

Depois de discutidos, são approvados em terceiro turno os projectos ns. 11 e 23, este ultimo contra o voto do sr. Paula Gonçalves, sendo ambos enviados á Commissão de Redacção. E' ainda approvado em segunda discus-

são o projecto n. 29, relativo á representação classista.

Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente encerra os trabalhos, marcando para ordem do dia da proxima sessão : primeira parte, apresentação de projectos, requerimentos, indicações, pareceres, etc.; segunda parte, primeira discussão do projecto n. 22, considerando de utilidade publica a Sociedade de S. Vicente de Paula, segunda do n. 27, concedendo favores a Maximino Corrêa, e terceira do n. 29, fixando o numero de representantes das organizações profissionais.

Termo de 17 de Agosto

Presidência do sr. João Verçosa. — Secretarios — srs. Nogueira da Matta e Carlos Machado.

A' hora regimental, presentes os srs. João Verçosa, Nogueira da Matta, Carlos Machado, Moacyr Dantas, Aristides Rocha, Leopoldo Peres, Pimentel Salles, Ariolino Azevedo, Ananias de Almeida e Ary Tapajós, não havendo numero legal deixa de realizar-se a sessão, continuando a mesma ordem do dia.

Sessão de 19 de Agosto

Presidência do sr. João Verçosa. — Secretarios — srs. Carlos Machado e Chaves Ribeiro.

A' hora regimental, presentes os srs. João Verçosa, Carlos Machado, Chaves Ribeiro, Leopoldo Neves, Felix Valois, Ananias de Almeida, Moacyr Dantas, Maria Leão, Manoel Monteiro, Julio Lima, Ariolino Azevedo, Vivaldo Lima, Leopoldo Peres, Nunes de Lima, Ruy Barreto, Armando Madeira, Tito Bittencourt, Ary Tapajós, Antovilla Vieira, Philadelpho de Moraes, Antonio de Vasconcellos, Felismino Soares, Aristides Rocha, Arthur Bonates e Manoel Lobo, faltando com causa justificada o sr. Benjamin Ferreira e sem ella os demais deputados, é aberta a sessão.

Approvados, sem debate, o termo e o acta anteriores, o primeiro secretario procede á leitura do seguinte

EXPEDIENTE

Mensagem do Governador do Estado, submettendo á consideração da Assembléa uma petição de d. Catharina Paulina de Vries, propondo a compra do terreno do Estado, onde estava installada a Usina de Electricidade do Theatro Amazonas.

Idem, da mesma autoridade, enviando a petição em que d. Antonia Lopes Bayma solicita uma pensão.

Officio do presidente do Tribunal Regional Eleitoral, enviando um exemplar das instrucções de 31 de julho de 1934 e outro das instrucções de 11 de julho pasado, para as eleições federaes e municipaes, respectivamente.

Circular do secretario da Assembléa Legislativa do Rio Grande do Sul, communicando a eleição da respectiva Mesa.

Officios : do prefeito municipal de Fonte Boa e do de São Paulo de Olivença; dos juizes preparadores de Moura e São Paulo de Olivença, do juiz de direito da comarca do Alto Solimões, do presidente da Assembléa Constituinte de Sergipe, todos agradecendo á Assembléa Amazonense a participação da eleição da sua nova Mesa.

Findo o expediente e annunciada a primeira parte da

ORDEM DO DIA

pede a palavra o sr. Leopoldo Peres que, depois de o justificar longamente, envia á Mesa um projecto, restabelecendo os vencimentos do magisterio primario e dos professores da Escola Modelo. Em defesa do projecto, diz que era pensamento da minoria abrançar todo o funcionalismo estadual num reajustamento que se impõe em face das exigencias da vida actual, mas essa idéa só mais tarde terá sua oportunidade, dadas as condições melindrosas do Thesouro. Submettido o projecto á consideração da Casa, occupa a tribuna o sr. Leopoldo Neves e, na qualidade de presidente da Comissão de Finanças, dá longas explicações acerca da materia do projecto, accentuando o interesse que tem o governo actual pela solução desse caso, havendo até solicitado já das repartições competentes a remessa dos

quadros do funcionalismo para o necessario reajustamento. Depois de outras considerações sobre o assumpto, o sr. Leopoldo Neves declara justificavel o projecto do representante da minoria, o qual, considerado objecto de deliberação, toma o n. 31 e vaca imprimir.

E' este o projecto :

A Assembléa Legislativa do Amazonas

DECRETA :

Art. 1.º — São restaurados os vencimentos do magisterio primario do Estado e da Escola Modelo, constantes das tabellas para o orçamento de 1931 (Lei n. 1.479, de 21 de outubro de 1930) revogadas pelos actos ns. 129, de 31 de dezembro de 1930 e 1.160, de 9 de dezembro de 1931, da Interventoria Federal do Amazonas, ficando aberto para tal fim, no orçamento vigente, o credito necessario.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrario.

S. S. em 19 de agosto de 1935.

(aa) Leopoldo Peres
Armando Madeira
Philadelpho de Moraes
Tito Bittencourt
Arthur Bonates
Aristides Rocha

Depois, o sr. Ariolino Azevedo requer, sendo aprovado, a nomeação de uma commissão para cumprimentar o senador Cunha Mello, prestes a chegar do sul, devendo essa mesma commissão apresentar cumprimentos ao sr. deputado Ribeiro Junior, que já se encontra ha dias em Manaus. O sr. presidente, aprovado o requerimento pela Casa, nomeia os srs. Ariolino Azevedo, Nunes de Lima e Moacyr Dantas.

A seguir, este ultimo deputado, em nome da Commissão de Poderes, e o sr. Antonio de Vasconcellos, em nome da Commissão de Fazenda, apresentam pareceres respectivamente á petição de d. Joanna das Mercês Pinto e á emenda offerecida ao projecto n. 13, augmentando para doze contos de réis o credito nelle referido.

Passando-se á segunda parte da ordem do dia, é approvedo em primeiro

turno o projecto n. 22. Entrando em segundo o projecto n. 27, volta logo á commissão competente, visto ter recebido duas emendas dos deputados Ary Tapajós e Armando Madeira, concebidas nestes termos :

"Onde se lê "pelo prazo de 10 annos, bem como isentar por espaço de seis annos do imposto de exportação os mesmos productos", redija-se na forma requerida. S. S. em 19 de agosto 1935.—*Ary Tapajós Cahn*. — "Ao art. 1.º, onde se lê pelo prazo de 10 annos, diga-se quinze annos, e onde se lê por espaço de 6 annos, diga-se por 10 annos. S. S. em 19 de agosto de 1935.—*Armando Madeira*.

Iniciada a terceira discussão do projecto n. 29, o sr. Vivaldo Lima apresenta-lhe duas emendas, pedindo ao mesmo tempo que fossem ellas dispensadas de impressão e intersticio, afim de as discutir a Casa, immediatamente, com o projecto. Approvedo o requerimento do sr. Vivaldo Lima, continua a discussão e, não havendo quem deseje manifestar-se sobre o assumpto, são approvedos o projecto e emendas, que a presidencia envia logo á Commissão de Redacção.

Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente encerra os trabalhos, marcando para ordem do dia de amanhã : — o que occorrer.

Sessão de 20 de Agosto

Presidencia do sr. João Verçosa. — Secretarios — srs. Carlos Machado e Chaves Ribeiro.

A' hora regimental, presentes os srs. João Verçosa, Carlos Machado, Chaves Ribeiro, Leopoldo Neves, Felix Valois, Ananias de Almeida, Moacyr Dantas, Maria Leão, Paula Gonçalves, Manoel Monteiro, Vivaldo Lima, Ruy Barreto, Ary Tapajós, Antovilla Vieira, Antonio de Vasconcellos, Felismino Soares e Aristides Rocha, faltando com causa justificada o sr. Benjamin Ferreira e sem ella os demais deputados, é aberta a sessão.

Approveda sem restricção a acta anterior, o primeiro secretario declara que não ha expediente.

Annuncia-se a primeira parte da

ORDEM DO DIA

e pede a palavra o sr. Moacyr Dantas, afim de declarar que a comissão nomeada pela Mesa para cumprimentar o deputado federal Ribeiro Junior e dar as boas vindas ao senador Cunha Mello, se desempenhou de sua incumbencia.

A seguir, o sr. Ananias de Almeida, pela Comissão de Redacção, apresenta as dos projectos ns. 11, 23 e 29, as quaes, approvadas pela Casa, vão á sancção. Quanto á redacção do projecto n. 29, o sr. Aristides Rocha observa que deve ser promulgada pela Mesa, como lei do Estado, ao que a presidencia accede, por entender que a ponderação encontra apoio no regimento.

Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente encerra os trabalhos, marcando para a proxima sessão : primeira parte, apresentação de projectos, pareceres, indicações, requerimentos, etc.; segunda parte, segunda discussão do projecto n. 16, concedendo isenção de impostos ás industrias que tenham, como principal elemento, materia prima regional; primeira discussão dos projectos ns. 6, que abre concorrência para apresentação de processos, que assegurem a applicação do guaraná nas bebidas gazozas; 15, determinando que, nos impostos e taxas pagas ao Thesouro, não serão acceitas fracções de cem réis, e segunda discussão do n. 28, revogando o acto n. 4.552, da Interventoria Federal, e respectivo regulamento.

Sessão de 21 de Agosto

Presidencia do sr. João Verçosa. — Secretarios — srs. Carlos Machado e Chaves Ribeiro.

A' hora regimental, presentes os srs. Leopoldo Neves, Carlos Machado, Chaves Ribeiro, Felix Valois, Ananias de Almeida, Moacyr Dantas, Maria Leão, Paula Gonçalves, Cosme Ferreira, Manoel Monteiro, Julio Lima, Ariolino Azevedo, Vivaldo Lima, Leopoldo Pêres, Nunes de Lima, Ruy Barreto. Armando Madeira, Tito Bittencourt, Ary Tapajós, Antovilla Vieira, Philadelpho

de Moraes, Antonio de Vasconcellos, Felismino Soares, Aristides Rocha, Pimentel Salles e Arthur Bonates, falando com causa justificada o sr. Benjamin Ferreira e sem ella os demais deputados, é aberta a sessão.

Lida e approvada sem debate a acta anterior, e não havendo expediente sobre a mesa, é annunciada a

ORDEM DO DIA

Pele a palavra o sr. Antonio de Vasconcellos e, pela Comissão de Fazenda, apresenta um parecer sobre as emendas ao projecto n. 27. Submetido á discussão e votação, é approvado esse parecer.

Passa-se á segunda parte da ordem do dia.

São discutidos e approvados em primeiro turno os projectos ns. 6 e 15, e em segundo o n. 16.

Nessa altura dos trabalhos, o sr. presidente é avisado de que se acha na sala de recepção o sr. deputado federal Ribeiro Junior, que vem retribuir a visita que lhe mandara fazer a Mesa da Assembléa, a requerimento do deputado Ariolino Azevedo. Suspende-se immediatamente a sessão por dez minutos e os deputados vêm cumprir o seu dever de cortezia para com o representante do Amazonas na Camara Federal.

Voltando ao plenário e reaberta a sessão, discutem os deputados o projecto n. 28. Occupa a tribuna o sr. Aristides Rocha, que faz algumas sugestões sobre esse projecto e termina enviando á Mesa a seguinte emenda : "Art. Fica revogado o acto n. 456 de 18 de abril de 1931, do sr. Interventor Federal".

Continuando a discussão, falla o sr. Moacyr Dantas para declarar que, em face da emenda apresentada pelo sr. Aristides Rocha, a qual importará na volta do projecto á comissão respectiva, se aguarda para, opportunamente, apreciar o merito da emenda.

Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente encerra os trabalhos, marcando para a proxima sessão esta ordem do dia : primeira parte, apresentação de projectos, indicações, pareceres, requerimentos, etc.; segunda par-

te, primeira discussão do projecto n.º 21, que eleva á categoria de cidade a villa de João Pessoa; segunda dos ns. 22, que considera de utilidade publica a Sociedade de S. Vicente de Paula, 27 que concede favores ao engenheiro Maximino Corrêa, e 30 que abre um credito de quatro contos de réis na verba 43 do orçamento vigente.

Sessão de 22 de Agosto

Presidencia do sr. João Verçosa. — Secretarios — srs. Nogueira da Matta e Carlos Machado.

A' hora regimental, presentes os srs. João Verçosa, Nogueira da Matta, Carlos Machado, Felix Valois, Ananias de Almeida, Moacyr Dantas, Maria Leão, Paula Gonçalves, Manoel Monteiro, Julio Lima, Ariolino Azevedo, Vivaldo Lima, Leopoldo Peres, Nunes de Lima, Ruy Barreto, Armando Madeira, Tito Bittencourt, Antovilla Vieira, Philadelpho de Moraes, Antonio de Vasconcellos, Felismino Soares, Chaves Ribeiro, Aristides Rocha e Arthur Bonates, faltando com causa justificada o sr. Benjamin Ferreira e sem ella os demais deputados, é aberta a sessão.

Lida e approvada sem debate a acta anterior, o primeiro secretario apresenta o seguinte

EXPEDIENTE

Telegramma do primeiro secretario da Assembléa Legislativa da Bahia, communicando a promulgação da Constituição desse Estado.

Officios do juiz de direito da comarca de João Pessoa e do prefeito municipal da mesma localidade, agradecendo a participação da eleição da Mesa da Assembléa.

Anunciada a primeira parte da

ORDEM DO DIA

pede a palavra o sr. Leopoldo Neves e, pela Comissão de Fazenda, apresenta parecer, acompanhado de projecto, sobre a mensagem do Governador do Estado, pedindo augmento de varias verbas do orçamento para attender ao pedido do engenheiro chefe do Serviço de Aguas e Esgotos. Para esse projecto, que toma o n.º 32, o mesmo depu-

tado requer dispensa de impressão e de interstício, o que a Casa approva. E' redigido nestes termos:

A Assembléa Legislativa do Amazonas

DECRETA

Art. 1º — Ficam augmentadas, no orçamento vigente, as seguintes verbas: numero 21 — pessoal da turma de manutenção da Directoria dos Serviços Technicos do Estado, Secção de Aguas e Esgotos — dezeseite contos e quinhentos mil réis (17:500\$00); numero 27 — lenha — dez contos de réis (10:000\$000); numero 28 — custeio e lubrificante — dez contos de réis; numero 29 — serviços extraordinarios — seis contos de réis (6:000\$000).

Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrario.

S. C. em 22 de Agosto de 1935.

(Ass.) Leopoldo Neves, presidente.
Moacyr Dantas, relator
Vivaldo Lima
Antonio de Vasconcellos

Passando-se á segunda parte da ordem do dia, entra em primeira discussão, sendo approvedo, o projecto n.º 21. Discutido em segundo turno o projecto n.º 22, volta á commissão competente, visto lhe ter offerecido uma emenda o sr. Ananias de Almeida.

A seguir, o sr. presidente suspende a sessão por quinze minutos, afim de que os deputados possam receber a visita do senador Cunha Mello, que veio retribuir os cumprimentos da Assembléa e agradecer as homenagens que ella lhe tributou por occasião de sua chegada a Manaus. Cumprida essa formalidade protocolar, são reabertos os trabalhos, submettendo-se á segunda discussão o projecto n.º 27, que é approvedo. Encarecendo a urgencia da terceira discussão, requer o sr. Antonio de Vasconcellos que esse projecto seja dispensado do interstício regimental, afim de entrar em ultima discussão amanhã. E' approvedo o requerimento.

Depois, os srs. Aristides Rocha, Leopoldo Neves e Moacyr Dantas, occupando successivamente a tribuna, bordam considerações em torno do parecer da

terceira comissão, referente ao projecto n.º 32, que augmenta verbas orçamentarias, em virtude de uma representação do chefe do Serviço de Águas e Esgotos. O sr. Aristides Rocha manifesta-se contra os termos do parecer da Comissão de Finanças, o qual é sustentado integralmente por seus citados collegas, tendo resolvido a Mesa, afinal, acceitar o parecer como está redigido, visto tratar apenas da primeira parte da mensagem do Governador e reenviar o projecto á terceira comissão, que deverá dizer quanto á segunda parte daquelle documento. Essa resolução é approvada pela Casa.

Entra ainda em segunda discussão, sendo approvado, o projecto n.º 30 ao qual apresenta uma emenda o sr. Vivaldo Lima, que tambem requer dispensa de interstício para projecto e emenda, afim de serem dados logo para ultima discussão. É' approvado o requerimento e, logo após, o projecto, que segue para a Comissão de Redacção.

Posto igualmente em segunda discussão o projecto n.º 13, que autoriza o Governo a adquirir á firma J. G. Araujo Limitada uma copia do filme "No Paiz das Amazonas", vem á tribuna o sr. Paula Gonçalves, que, depois de fazer varias considerações sobre a inopportunidade dessa acquisição, a qual, segundo o orador, visa somente beneficiar aquelles commerciantes, declara votar contra o projecto por principio de coherencia e por se ter constituído na Assembléa guardião dos dinheiros publicos.

Responde ao sr. Paula Gonçalves o sr. Aristides Rocha, que rebate os conceitos do seu collega, sustentando que a acquisição do filme consulta os interesses do Estado.

Intervindo no debate, o sr. Armando Madeira pede para constar da acta que a firma J. G. Araujo nada solicitou á Assembléa, sendo de iniciativa toda pessoal o projecto que trata da acquisição do filme, do qual são proprietários aquelles commerciantes. Finalmente, é approvado o projecto, contra os votos dos srs. Paula Gonçalves e Felix Valois.

Nada mais havendo a tratar, o sr.

presidente encerra os trabalhos, marcando para ordem do dia da primeira sessão: primeira parte, apresentação de projectos, requerimentos, indicações, pareceres, etc.; segunda parte, segunda discussão dos projectos ns. 3, 6 e 15, e terceira dos ns. 16 e 27.

Sessão de 23 de Agosto

Presidencia da sr. João Vercosa. — Secretarios — srs. Nogueira da Malta e Carlos Machado.

A' hora regimental, presentes os srs. Leopoldo Neves, Nogueira da Malta, Carlos Machado, Felix Valois, Ananias de Almeida, Maria Leão, Paula Gonçalves, Manoel Monteiro, Julio Lima, Ariolino Azevedo, Vivaldo Lima, Leopoldo Pêres, Nunes de Lima, Ruy Barreto, Armando Madeira, Tito Bittencourt Ary Tapajós, Antovilla Vieira, Philadelpho de Moraes, Antonio de Vasconcellos, Felismino Soares, Aristides Rocha, Arthur Bonates e Pimentel Salles, faltando com causa justificada o sr. Benjamin Ferreira e sem ella os demais deputados, é aberta a sessão.

Lida e approvada sem debate a acta anterior, o primeiro secretario apresenta este

EXPEDIENTE

Telegramma do primeiro secretario da Assembléa Legislativa da Bahia, participando a eleição e posse da respectiva Mesa.

Idem do presidente da Assembléa Legislativa de Sergipe, communicando o encerramento dos seus trabalhos.

Annuciada a primeira parte da

ORDEM DO DIA

pede a palavra o sr. Armando Madeira e solicita o adiamento da discussão do projecto n.º 3, que consta da ordem dos trabalhos de hoje, afim de ser cumprido o dispositivo do paragrapho segundo do art. 71 do Regimento, que ordena sejam publicadas no "Diario Official" as leis referentes á Justiça, sendo o requerimento deferido pela Mesa.

A seguir, o sr. Ananias de Almeida, pela Comissão de Redacção, apresen-

ta a do projecto n.º 30, a qual, approvada, vae á sanção constitucional.

Tambem occupa a tribuna o sr. Felismino Soares, que pronuncia estas palavras em justificativa de um projecto:

Snr. Presidente, Snrs. Deputados.

Ha na Escola Normal do Estado do Amazonas, 2 cursos de professores: — o curso de professor primario elemental e o de professor normalista.

O curso de professor elemental é um curso mais rapido. Dahi a maioria das moças e dos rapazes pobres do Amazonas se matricularem, ou melhor, preferirem o curso de professor primario ao de normalista.

Mais rapido e mais facil de conseguir o diploma, esses moços, desejosos de ganhar o pão de cada dia, ingressam nesse curso.

Diplomados, ficam atirados ao interior, sem que jamais possam vir ás cidades mais importantes do Amazonas, principalmente á capital, ainda que grande seja o seu preparo.

Eu não quero dizer, Snr. Presidente, que ha necessidade de equiparar os professores elementares aos normalistas.

Mas, ha necessidade de que se facilite a esses moços, atirados aos rigores do interior do Amazonas, o estudo, para que estes, progredindo, possam chegar um dia a adquirir as mesmas vantagens de que gozam os demais.

O sr. Felix Valois: — Muito bem!

O sr. Felismino Soares: — Assim, pensei em apresentar o projecto que aqui trago, que não equipara, mas permite que, pela dedicação, os primarios possam um dia merecer tambem o seu diploma de normalista.

O Projecto que tambem está assignado pelos deputados Vivaldo Lima, professor da Escola Normal e Antonio de Vasconcellos, é redigido nos seguintes termos:

A Assembléa Legislativa do Amazonas

DECRETA

Art. 1.º — Fica permittido ao professor primario elemental, diplomado pela Escola Normal do Amazonas, que deseje concluir o curso de professor

normalista, prestar exames, na segunda época, independente de matricula e frequencia á referida Escola.

Art. 2.º — O professor primario elemental, que deseje concluir o curso de professor normalista, nos termos do art. anterior, só poderá requerer, em cada segunda época, os exames das disciplinas de uma série do referido curso, obedecida rigorosamente a sequencia a que estão obrigados os alumnos desse curso.

Art. 3.º — Fica dispensado do estagio e do respectivo exame o professor primario elemental, que tenha mais de dois annos de Magisterio.

Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrario.

S. S. em 23 de Agosto de 1935

Felismino Soares

Vivaldo Lima

Antonio de Vasconcellos

Considerado objecto de deliberação, esse projecto toma o n.º 33 e vae á Comissão de Instrução e Saude Publica.

Passando-se á segunda parte da ordem do dia, são postos em terceira discussão e approvados os projectos n.ºs 16 e 27, os quaes vão á Comissão de Redacção. E' igualmente approvado em segunda discussão o projecto n.º 15, deixando de o ser o numero 6 a requerimento do sr. Nunes de Lima, que pediu adiamento por 48 horas.

Encerrados os trabalhos, o sr. presidente marca para amanhã esta ordem do dia: primeira parte, apresentação de projectos, requerimentos, indicações, pareceres, etc; segunda, parte, segunda discussão do projecto n.º 21 e terceira do n.º 13.

Termo de 24 de Agosto

Presidência do sr. João Verçosa. — Secretarios — srs. Nogueira da Matta e Carlos Machado.

A's quinze horas, presentes os srs. Leopoldo Neves, Nogueira da Matta, Carlos Machado, Antovilla Vieira, Arthur Bonates, Vivaldo Lima, Aristides Rocha, Philadelpho de Moraes, Leopoldo Peres e Paula Gonçalves, não ha-

vendo numero legal, deixa de realizar-se a sessão, continuando a mesma ordem do dia.

Sessão de 26 de Agosto

Presidencia do sr. Leopoldo Neves. — Secretarios — srs. Nogueira da Matta e Carlos Machado.

A' hora regimental presentes os srs. Leopoldo Neves, Nogueira da Matta, Carlos Machado, Ananias de Almeida, Paula Gonçalves, Cosme Ferreira, Manoel Monteiro, Julio Lima, Ariolino Azevedo, Vivaldo Lima, Nunes de Lima, Ruy Barreto, Armando Madeira, Tito Bittencourt, Ary Tapajós, Antonio de Vasconcellos, Felismino Soares, Chaves Ribeiro, Aristides Rocha e Arthur Bonates, faltando com causa justificada os srs. Benjamin Ferreira e Moacyr Dantas e sem ella os demais deputados, é aberta a sessão.

Lidos e approvados a acta e o termo anteriores, o primeiro secretario dá conta deste

EXPEDIENTE

Mensagem do Governador do Estado, agradecendo a remessa da copia da lei n.º 5, promulgada pela Assembléa Legislativa, fixando o numero de representantes das organizações profissionais.

Circular do prefeito municipal de Borba, communicando haver assumido o exercicio desse cargo.

Telegramma do presidente da Assembléa Legislativa de Santa Catharina, participando haver sido promulgada a Constituição desse Estado.

Findo o expediente e annunciada a primeira parte da

ORDEN DO DIA

o sr. Ary Tapajós, com a palavra, apresenta o parecer da Comissão de Poderes sobre as emendas offerecidas ao projecto n.º 4, o qual vae a imprimir na forma do Regimento.

A seguir, o sr. Ananias de Almeida envia á Mesa a redacção do projecto n.º 27, a qual, approvada, vae á sanção constitucional.

Obtendo a palavra, o sr. Ruy Barreto

justifica a ausencia do sr. Moacyr Dantas, que se acha enfermo.

Passando-se á segunda parte, são postos em discussão e approvados os projectos n.ºs 21 e 13, este em terceiro e aquelle em segundo termo, tendo votado contra o ultimo o sr. Paula Gonçalves. E' remittido pela Mesa á Commissão de Redacção.

Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente encerra os trabalhos, marcando para a sessão proxima esta ordem do dia: primeira parte, apresentação de projectos, requerimentos, indicações, pareceres, etc; segunda parte, segunda discussão dos projectos n.ºs 6, 12 e 22 e terceira do n.º 15.

Sessão de 27 de Agosto

Presidencia do sr. Leopoldo Neves. — Secretarios — srs. Nogueira da Matta e Carlos Machado.

A' hora regimental, presentes os srs. Leopoldo Neves, Nogueira da Matta, Carlos Machado, Ananias de Almeida, Julio Lima, Ariolino Azevedo, Nunes de Lima, Armando Madeira, Tito Bittencourt, Ary Tapajós, Aristides Rocha, Pimentel Salles e Arthur Bonates, faltando com causa justificada o sr. Benjamin Ferriera e sem ella os demais deputados, é aberta a sessão.

Feita a leitura da acta de 26 e verificada a falta de quorum, o sr. presidente suspende os trabalhos, marcando para a sessão proxima a mesma ordem do dia.

Sessão de 28 de Agosto

Presidencia do sr. João Verçosa. — Secretarios — srs. Nogueira da Matta e Carlos Machado.

A' hora regimental, presentes os srs. João Verçosa, Nogueira da Matta, Carlos Machado, Ananias de Almeida, Moacyr Dantas, Maria Leão, Manoel Monteiro, Ariolino Azevedo, Vivaldo Lima, Ruy Barreto, Ary Tapajós, Antovilla Vieira, Antonio de Vasconcellos e Chaves Ribeiro, faltando com causa justificada o sr. Benjamin Ferreira e sem ella os demais deputados, é aberta a sessão.

Lida a acta anterior e, a seguir, o expediente, verifica-se a falta de numero legal, pelo que o sr. presidente suspende os trabalhos, mantendo a ordem do dia já marcada.

Sessão de 29 de Agosto

Presidencia do sr. João Verçosa. — Secretarios — srs. Nogueira da Matta e Carlos Machado.

A' hora regimental, presentes os srs. João Verçosa, Nogueira da Matta, Carlos Machado, Leopoldo Neves, Felix Valois, Ananias de Almeida, Moacyr Dantas, Maria Leão, Paula Gonçalves, Cosme Ferreira, Manoel Monteiro, Ariolino Azevedo, Vivaldo Lima, Nunes de Lima, Ruy Barreto, Armando Madeira, Tito Bittencourt, Ary Tapajós, Antonio de Vasconcellos, Felismino Soares, Chaves Ribeiro e Aristides Rocha, faltando com causa justificada o sr. Benjamin Ferreira e sem ella os demais deputados, é aberta a sessão.

Lidas e approvadas as actas de 26, 27 e 28 do andante, o primeiro secretario dá conta deste

EXPEDIENTE

Mensagem do Governador do Estado, remettendo um abaixo assignado dos moradores da bocca do lago do Coary, pedindo a criação de um districto com juizado de casamentos no logar Jacaré.

Officio do secretario geral do Estado, participando que foram sancionadas e publicadas como leis do Estado varias resoluções da Assembléa.

Idem do presidente do Tribunal Regional Eleitoral, enviando a relação dos partidos politicos, registados de accordo com a lei e hem assim a dos candidatos registados até ás 18 horas do dia 23 do corrente.

Idem da mesma autoridade, accusando a recepção do officio em que a Assembléa Legislativa do Amazonas dá sciencia da lei que fixou o numero de representantes das organizações profissionais.

Requerimento do deputado Ary Tapajós Cahn, solicitando licença á Assembléa para ausentar-se do Estado.

Telegramma do prefeito municipal de João Pessoa, communicando haver assumido o exercicio desse cargo.

Idem do secretario da Assembléa Legislativa de Santa Catharina, participando a eleição e posse da respectiva Mesa.

Annunciada a primeira parte da

ORDEM DO DIA

pede a palavra o sr. Moacyr Dantas e, pela Comissão de Poderes, apresenta parecer contrario á emenda do sr. Aristides Rocha, offerecida ao projecto n. 28, o qual vae a imprimir.

Tambem o sr. Leopoldo Neves, pela Comissão de Fazenda, apresenta o seguinte projecto, que justifica da tribuna, concedendo amnistia fiscal aos contribuintes do imposto territorial do Estado :

A Assembléa Legislativa do Estado

DECRETA :

Art. 1.º — E' concedida amnistia fiscal aos contribuintes do imposto territorial do Estado, os quaes ficam dispensados do pagamento das multas regulamentares em que incorreram.

Art. 2.º — A presente lei vigorará até 31 de dezembro do corrente anno.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrario.

JUSTIFICAÇÃO

Officio do sr. director geral da Fazenda Publica ao exmo. sr. Governador do Estado.

S. C. em 28 de agosto de 1935.

Leopoldo Neves, presidente.

Moacyr Dantas, relator

Antonio de Vasconcellos

Vivaldo Lima

Cosme Ferreira

Esse projecto toma o n. 34 e vae a imprimir.

Com a palavra, os srs. Ananias de Almeida e Chaves Ribeiro, respectivamente, enviam á Mesa as redacções dos projectos ns. 13 e 16 e o parecer da Comissão de Poderes ao projecto n. 24.

Passando-se á segunda parte da ordem do dia, são dados para segunda

discussão os projectos ns. 6, 12 e 22, sendo approvados os dois ultimos e voltando á commissão respectiva o n. 6, visto lhe ter offerecido uma emenda o sr. Nunes de Lima, que a justificou deste modo :

Sr. Presidente.

O projecto n. 6 da autoria do meu illustre companheiro de bancada, sr. deputado Cosme Ferreira, é, sem duvida, uma tentativa interessante e aproveitavel, que se pretende fazer em torno de um producto amazonense, que tem sido desprezado pelos proprios interessados na sua producção, além da sobriedade de seu consumo pelos nossos conterrancos o GUA-RANÁ. De uma feita, fui convidado pelo dr. William Coêlho de Souza, então director do Serviço de Agricultura do Estado, que era um sincero apaixonado pela grandeza das coisas brasileiras, para tomar parte numa reunião a que compareceriam os productores de guaraná. Ali se cogitára da formação de um *consorcium*, e a minha presença se justificava, como orientador de uma cooperativa, que se projectava como centro protector do prodigioso *arbusio da vida*. Não mais fui procurado para tal assumpto, si bem que a minha contribuição ao mesmo fosse absolutamente graciosa.

Si se tivesse organizado o pequeno instituto, pela sua função e essencia, promissor e productivo que tem sido em todos os Estados da Federação, aonde o problema cooperativista, exemplificado, concretamente, nos grandes Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, tem um grande cunho de fecunda realidade, certo, não necessitaria que o sr. deputado Cosme Ferreira viesse, neste plenário, offerecer aos productores do guaraná as vantagens desta sua tentativa interessante e intelligente. Caberia á Cooperativa existente, dentro de 3, 5 ou 10 annos que fossem, obter ou conseguir a maxima projecção dos seus objectivos, no sentido de resolver-os e desenvolver-os por todas as formas, desde o seu plantio até a sua industrialização exportavel para todos os centros de

consumo. Não ha, sr. presidente e srs. deputados, nenhuma novidade no problema cooperativista brasileiro. A sua maxima efficiencia tem-se sentido atravez e dentro das realizações exemplificantes dos dois grandes Estados sulistas. Rio Grande do Sul, com as suas Caixas Raiffazen, ampara as suas innumeradas colonias agricolas e dá a vida permanente aos varios syndicatos industriaes de profundo espirito de honestidade. São Paulo crea, no Governo intelligente e constructor do sr. Armando Salles, o Departamento Especial das Cooperativas, que attende a todos os desejos e a todas as iniciativas, que lhe reclamam o apoio e os favores em todo o territorio paulista, quaesquer que sejam os pontos de vista — agricola, pecuario ou industrial. Eis o exemplo claro, edificante (que poderia, com vantagens, influir no espirito dos homens que aqui vivem e que se radicaram no Amazonas).

E não se dá o apreço devido a uma iniciativa dessa natureza, sob o ponto de vista cooperativo, porque, em regra, o que se deseja é o immediatismo na obtenção dos resultados. Pretende-se que na proxima semana, no proximo mez, no proximo anno se alcancem lucros satisfatorios. E, por prevalecer este espirito subalterno de immediatismo, ninguém se aventura, quando não seja a tomar a iniciativa, siquer concorrer para as suas primeiras difficuldades. Entretanto, sr. presidente, assim se pratica em toda parte, o espirito de solidariedade atravez do cooperativismo em todas as suas varias modalidades, já é o typo classico para a solução de qualquer problema economico nos lugares de gente pobre como é o nosso, onde os recursos pecuniarios rareiam em contraste com a exuberancia da terra que está implorando trabalho e cultura. Congreguem-se os homens de todas as actividades, lavradores, agricultores, ou industriaes, com o necessario expurgo dos malandros e dos deshonestos, que serão sempre os perturbadores da felicidade alheia, dentro do exacto espirito de cooperação, poderei affirmar, sr. presidente e srs. depu-

tados, que toda obra realizada sob este magnifico ambiente de trabalho honesto, será obra victoriosa e fecunda, para gaudio de seus iniciadores, para o beneficio dos que nella cooperam, para a grandeza, emfim, do Estado e do Brasil. Existe esta falha na organização do Consorciun do guaraná, não crearam a sua cooperativa no tempo opportuno, mas poderão fazel-o hoje mesmo; e por isso a industria do guaraná, como todas as outras iniciativas interessantes do Amazonas, terão, agora ou mais tarde, de solicitar ou mendigar favores precarios, que nunca resolverão os seus objectivos e interesses permanentes.

Acolho, todavia, com maximo prazer, o trabalho do sr. deputado Cosme Ferreira, offerecendo apenas, como minima collaboração, a emenda addictiva que diz respeito ao tempo de duração dos contractos com uma escala decrescente das percentagens, e que peço permissão para enviar pela Mesa á consideração da Assembléa.

Entra ainda em terceira discussão o projecto n. 15, que é aprovado e remittido á Commissão de Redacção.

Vindo á tribuna, o sr. Aristides Rocha requer que seja impressa, de hoje em diante, a ordem do dia e distribuida em avulsos aos deputados, em suas residencias, como sempre foi de praxe. E' approved esse requerimento.

Em seguida, o sr. presidente esclarece que está na ordem do dia da proxima sessão apenas o projecto n. 21 e consulta á Casa se não ha inconveniente em ser incluído naquella o projecto n. 3, que trata do juizado de menores. Respondendo os deputados pela affirmativa, volta á tribuna o sr. Aristides Rocha, que justifica um requerimento de urgencia para votação immediata da lei organica dos municipios. Em discussão o requerimento, o sr. Paula Gonçalves, lembrando dispositivos regimentaes, impugna o requerimento, achando que o projecto em questão deve ser primeiramente publicado no "Diario Official". Entram no debate os srs. Moacyr Dantas e Vivaldo Lima, apoiando o primeiro o sr. Paula Gonçalves e o se-

gundo o sr. Aristides Rocha. Tambem o sr. Ary Tapajós explica que, apesar de já elaborado o parecer sobre as emendas apresentadas ao projecto da lei organica, ainda não fôra assignado pela Commissão de Poderes, entendendo assim que não tem cabimento o que requer o sr. Aristides Rocha, em face das allegações do sr. Paula Gonçalves.

Encerrada a discussão e posto a votos o requerimento de urgencia, é rejeitado por doze votos contra seis.

Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente suspende os trabalhos, marcando para ordem do dia de amanhã o seguinte: primeira parte, apresentação de projectos, indicações, pareceres, requerimentos, etc.; segunda parte, segunda discussão do projecto n. 3 e terceira do n. 21.

Sessão de 30 de Agosto

Presidencia do sr. João Verçosa. — Secretarios — srs. Nogueira da Matta e Carlos Machado.

A' hora regimental, presentes os srs. João Verçosa, Leopoldo Neves, Nogueira da Matta, Carlos Machado, Felix Valois, Ananias de Almeida, Moacyr Dantas, Paula Gonçalves, Manoel Monteiro, Julio Lima, Ariolino Azevedo, Vivaldo Lima, Nunes de Lima, Ruy Barreto, Armando Madeira, Tito Biltencourt, Ary Tapajós, Antovilla Vieira, Antonio de Vasconcellos, Felismino Soares, Chaves Ribeiro, Aristides Rocha, Pimentel Salles e Arthur Bonates, faltando com causa justificada o sr. Benjamin Ferreira e sem ella os demais deputados, é aberta a sessão.

Lida e approvada sem debate a acta da sessão anterior, o primeiro secretario apresenta o seguinte

EXPEDIENTE

Officio do secretario geral do Estado, participando que foi sancionada e publicada como lei do Estado, tomando o n. 11, a resolução da Assembléa Legislativa, concedendo ao engenheiro Luiz Maximino de Miranda Corrêa, ou á empresa que organizar, isenção de impostos sobre productos

sericos, suas fabricas e terras necessarias a esse empreendimento.

Idem do prefeito do Distrito Federal e secretarios das Assembleas Constituintes de Goyaz e Espirito Santos, agradecendo a participacao da eleicao da Mesa da Assembleia do Amazonas.

Findo o expediente e annunciada a primeira parte da

ORDEM DO DIA

pede a palavra o sr. Aristides Rocha e, depois de referir-se aos estreitos laços de amizade que unem o Brasil á Belgica, requer um voto de pesar pelo impressionante desastre automobilistico, em que perdeu a vida a rainha daquella nação. São estes os termos do requerimento escripto e tambem assignado pelos srs. Julio Lima, Armando Madeira, Ariolino Azevedo, Nunes de Lima, Pimentel Salles e Tito Bittencourt :

"Queremos que, na acta dos nossos trabalhos de hoje, seja consignado um voto de profundo pesar pelo lamentavel accidente automobilistico occorrido na Belgica, do qual resultou a morte da rainha dessa nação amiga, havendo ainda a lamentar-se os ferimentos graves, recebidos pelo actual soberano belga. Queremos mais, como homenagem justa e merecida a esse legendario Paiz, que se suspenda immediatamente a sessão, dando-se conhecimento do acto da Assembleia Legislativa do Amazonas ao representante diplomatico da Belgica na capital da Republica".

Em discussão o requerimento, o sr. Ananias de Almeida pede a palavra e, em nome da maioria, diz que, com satisfacção, faz suas as palavras do sr. Aristides Rocha, na parte em que requer o voto de pesar pelo fallecimento da rainha belga. Quanto á suspensão dos trabalhos, entretanto, lamenta discordar do seu collega, uma vez que a Assembleia precisa de votar determinadas resoluções que não podem ser adiadas, todas de interesse geral para a collectividade. Assim, acha opportuno, no momento, que seja apenas approvada a primeira parte do requerimento.

Volta á tribuna o sr. Aristides Rocha, que replica ao sr. Ananias de Almeida, dizendo que esse representante da maioria, ora empunhando o bastão de *leader* no impedimento do sr. Moacyr Dantas, não está agindo de accordo com as boas normas protocolares, oppondo-se á approvação integral do requerimento. Acha essa attitude uma deselegancia para com a nação amiga e termina com um apello para que a maioria, procedendo mais reflectidamente, apoie a sua proposta sem restricções.

Pedindo a palavra, o sr. Moacyr Dantas declara-se solidario com os conceitos do sr. Ananias de Almeida, encarecendo a necessidade de não serem interrompidos os trabalhos pela urgencia que ha na votação de algumas medidas legislativas; e para mostrar a boa vontade da maioria, relativamente ao requerimento do sr. Aristides Rocha, propõe, por sua vez, que se conciliem os gestos da minoria e maioria, suspendendo-se a sessão só por cinco minutos, como justa homenagem á Belgica.

Depois de triplicar o sr. Aristides Rocha e de ser approved o requerimento do sr. Julio Lima para que se faça votação nominal, o sr. presidente encerra a discussão e, mandando tomar os votos, verifica haver sido rejeitada a suspensão dos trabalhos, na forma da proposta do sr. Aristides Rocha, approvando a Casa, em seguida, o levantamento da sessão por cinco minutos, consoante o alvitre do sr. Moacyr Dantas.

Reaberta a sessão, occupa a tribuna o sr. Aristides Rocha, que diz estar na ordem do dia o projecto n. 3, crendo o juizado de menores, e allude aos antigos dissidios entre o ex-interventor Alvaro Maia e o Superior Tribunal de Justiça desse tempo, observando não acreditar que subsistam esses dissidios, uma vez que os magistrados reintegrados se preocupam hoje exclusivamente com a boa distribuição da justiça. Reporta-se em seguida aos bons desejos do Governador em trabalhar de accordo com os demais poderes, afim de que sua administração, sem odios nem preven-

ções, tenha a efficiente collaboração de todos. Nessas condições, sendo o projecto de que trata de grande interesse para o Estado e devendo ser harmonicas e coordenadas as relações reciprocas dos poderes, apresenta, assignado por si e pelos srs. Armando Madeira, Ariolino Azevedo, Arthur Bonates, Pimentel Salles, Tito Bittencourt, Nunes de Lima e Julio Lima, o seguinte requerimento :

"Requeremos que a Assembléa Legislativa, por intermedio da Mesa, enviando á Corte de Appellação copia do projecto, substitutivo, emenda e parecer, solicite as necessarias informações sobre a conveniencia ou inconveniencia da creação dessa vara privativa na comarca da capital".

Em discussão o requerimento, pede a palavra o sr. Moacyr Dantas e diz que a solicitação do sr. Aristides Rocha, no sentido de ser ouvida a Corte de Appellação sobre uma medida da alçada privativa da Assembléa, é anti-regimental, inoportuna e desnecessaria, embora fundamentada na necessidade de coordenação dos poderes. Acha o orador que deve reinar sempre harmonia entre o judiciario e o legislativo, e isso está acontecendo desde o inicio do governo actual, no ambito das necessidades e interesses collectivos. Deixando, porem, a Assembléa de, sobre o assumpto em discussão, ouvir o parecer do poder judiciario, nada mais faz do que exercer um direito que constitucionalmente lhe assiste, collocando-se e agindo dentro da esphera de suas attribuições privativas. Em um caso, apenas, corre a Assembléa o dever de considerar as propostas da Corte de Appellação : é no caso previsto no art. 80 da Constituição do Estado. E, depois de discorrer sobre outros aspectos do requerimento em debate, o sr. Moacyr Dantas conclue pela sua rejeição, por incabível e improcedente.

Occupo logo após a tribuna o sr. Armando Madeira, que diz o seguinte :

Sr. Presidente.

O requerimento que a minoria apresentou ao plenário é perfeitamente

consentaneo com as necessidades da Justiça.

A discussão travada em torno do Projecto de Menores tem sido ampla e sobre a constitucionalidade do Projecto em globo, a propria Assembléa se manifestou; por conseguinte, não se pode mais discutir materia vencida.

Entretanto, ha certos dispositivos do Projecto, certos preceitos que podem ser acimados de inconstitucionaes, que determinarão talvez difficuldades, na applicação da lei, constituindo uma macula, uma pecha da propria lei.

O sr. Moacyr Dantas — Não existe tal na lei ! Cite os defeitos !

O sr. Armando Madeira — O defeito é visível, é claro, porque o Projecto declara que o juiz é livremente nomeado pelo Governador.

O sr. Paula Gonçalves — Nisto, Imenez de Assun.: pleiteia isso ! E' que v.v. excias, estão fóra do tempo.

O sr. Ariolino Azevedo — E v. excia. está fóra do conhecimento juridico ! E' por isso !

O sr. Julio Lima — Eu discuto é com autoridade.

O sr. Paula Gonçalves — V. excia. vae ouvir pela segunda vez a leitura deste precioso volume.

O sr. Julio Lima — Da minoria.

O sr. Ariolino Azevedo — Os menores estão amparados.

O sr. Paula Gonçalves — E' que v.v. excias. não soffreram quando eram pequenos e sempre estiveram e estão bem installados. Sabe v. excia. que é o Amazonas o unico Estado que ainda não tem Juizo de Menores ?

O sr. Armando Madeira — O Projecto pecca essencialmente nesta parte quanto á nomeação do juiz. Porque a emenda que v. excia. apresentou, faculto ao Governador a livre nomeação.

O sr. Moacyr Dantas — V. excia. mesmo deu esse direito ao Governador, quando elaborou o ante-projecto constitucional !

O sr. Armando Madeira — Não é verdade...

O sr. Moacyr Dantas — O provimento do cargo de juiz de menores será feito de accordo com a Constituição do Estado.

O sr. Armando Madeira — A pedido do juiz. Ali é que está a burla: qual será o criterio da escolha?

O sr. Aristides Rocha — A minoria não tem candidato ao cargo.

O sr. Paula Gonçalves — Não estamos no tempo em que os 10 filhos eram os 10 funcionarios bem remunerados do Estado.

O sr. Aristides Rocha — Tal qual os parentes de v. excia., que se locupletaram. Só v. excia. não se locupletou porque ainda era estudante.

O sr. Paula Gonçalves — Porque não sou descendente dessa familia.

O sr. Aristides Rocha — V. excia. sempre grosseiro!

O sr. Paula Gonçalves — V. excia. é que é um grosseirão!

O sr. Aristides Rocha — V. excia. faz as grosserias e ainda chama os outros de grosseiros!

O sr. Armando Madeira — O requerimento visa tão somente evitar uma decepção ao Poder Legislativo. Eu não tenho interesses particulares neste caso. Não sou arauto, nem proclamo a subordinação de um poder ao outro, mas a função do Poder Judiciário é ampla, e permite sua audiencia no sentido consultivo, para que as duvidas fiquem desde logo resolvidas.

O sr. Felix Valois — Porque quando v. excia. apresentou este substitutivo não apresentou esta idéa?

O sr. Armando Madeira — A associação de idéas é um phenomeno subjectivo: accresce que o meu substitutivo não encerra nenhum dispositivo que possa ser acioado de inconstitucional.

O sr. Felix Valois — E' questão de oportunidade?!

O sr. Armando Madeira — Não sou obrigado a pensar pela cabeça dos outros! Tenho convicções proprias. O que o requerimento visa, sr. presidente, é que o Projecto, antes de convertido em lei, seja remettido á Corte de Appellação para que esta, opinando sobre a interpretação do texto em apreço, declare si esse dispositivo está ou não de accordo com a Constituição do Estado.

O sr. Paula Gonçalves — Esse é o desejo de v. excia....

O sr. Armando Madeira — E é o que v. excia. receia.

Falla depois o sr. Paula Gonçalves. Diz que, ao apresentar o projecto n.º 3, declarára que se havia escudado na Constituição do Estado, inspirando-se nas necessidades ambientes, afim de remediar a desgraça dos infelizes menores sem pão e sem tecto. Justificou o projecto, que tanta celeuma tem levantado, com argumentos insuspeitos, esmagadores, graças á brilhante these de um congresso de sabios, em memoravel conferencia internacional, de 1933. Visando amparar a mocidade contra males que a vêm inutilizando, dada a onda cada vez maior de creaturas abandonadas pela falta de um asylo que os proteja, o seu projecto não teve senão esse objectivo. No entanto, prosegue o orador, a minoria, na sua teima de tudo embaraçar, procura prejudicar a obra grandiosa e meritoria, que o projecto deseja promover no Estado. Terminando, depois de outras considerações, o sr. Paula Gonçalves diz que o projecto precisa de ser approvado, dada a sua utilidade para centenares de infelizes que vagueiam pelas ruas da cidade, em promiscuidade diaria com criminosos e indesejaveis.

Vem á tribuna o sr. Nunes de Lima, que pronuncia o seguinte discurso:

Sr. Presidente, senhores deputados

Não fosse, nominalmente, chamado ao debate pelo illustre deputado Sr. Paula Gonçalves, sobre o assumpto que se discute nesta Casa, de criação de um juizado especial de menores, por meio de uma lei isolada para este fim, e ainda mais, appellando o nobre collega para os meus sentimentos rotatorios, como membro dessa Sociedade, limitar-me-ia, como até aqui, em acompanhar as votações, dando o meu voto, dentro, conscientemente, do ponto de vista que adoptei, desde o principio, á apresentação do projecto da sua autoria.

Não sou, nunca poderia ser contrario a qualquer medida que podesse trazer beneficio e amparo a menores abandonados; conheço perfeitamente

a necessidade desse amparo; este como outros problemas tão interessantes que affectam a nossa gente desprotegida e abandonada, sabe o meu digno collega que sempre merecem a minha attenção no sentido de resolvê-los ou ao menos, attenual-os da melhor forma, offerecendo o minúsculo contingente de que disponho. Sem pretensões, sem alardes, tenho, entretanto, merecê de Deus, podido collaborar, em quarenta e cinco annos de permanencia na terra de meus filhos, em beneficio da obra e bem collectivos. Não posso, por isso, ser contrario a qualquer amparo a menores abandonados. No Rotary Club, como seu actual presidente, por bondade dos seus actuaes associados, e em outras organizações de fundo absolutamente beneficente e que buscam a solução dos complexos problemas sociais presentes, a minha attitudo será sempre a mesma, aquella com que formei a minha personalidade modesta e simples, mas communicativa aos necessitados.

Não sou contra a criação de um juizado de menores. Ao contrario, desejo-a como uma necessidade imperiosa. Sou, entretanto, contra a precipitação com que se quer crear, sou contra a forma com que pretendem institui-lo.

O sr. Moacyr Dantas — O juizo de Menores não é só uma criação da Constituição, mas, também do Código de Menores que é de 1927

O sr. Nunes de Lima — Conheço o que V. Excia. está affirmando, mas entendo que legislar por esta forma tem uma feição tumultuaria, não vejo necessidade de precipitarmos um assumpto que, ao contrario, precisará de todo cuidado, de todo carinho, como as leis que se fazem com um fim estavel e duradouro e com objectivos tão capitales e importantes, como seja o amparo da nossa geração.

Si a Constituição que acabamos de adoptar, imperativamente determina que se façam leis como a da organização judiciaria, porque não attender ali a essa necessidade do juizado de menores?

Si a propria Assembléa se resente da falta do seu proprio Regimento interno, pois está funcionando irregu-

larmente sem este seu estatuto interno, que ainda não foi elaborado por competer aos dignos membros da maioria fazê-lo, porque attendermos, antes deste trabalho preliminar, assumpto de tão magna importancia e que exige muito estudo e ponderação?

Perante os meus collegas da maioria e, si me não falla a memoria, ao proprio leader da maioria Sr. Deputado Moacyr Dantas, tive oportunidade de esclarecer meu ponto de vista pessoal sobre o assumpto; e si o não fiz em plenário como justificativa de voto, como o faço agora, aliás por essa provocação cheia de gentil cortezia do nobre deputado Sr. Paula Gonçalves, é porque o assumpto, de alta comprehensão juridica, estaria em melhor estado de discussão e apreciação nas mãos habeis dos doutos e juristas com justificado assento nesta Assembléa.

Não sou, portanto, contra a criação de um Juizado de Menores e sim contra a forma apresentada de o crear. Era o que tinha a dizer, attendendo ao gentil e lisongeiro appello do distincto e illustrado collega Sr. deputado Paula Gonçalves.

Intervindo no debate, falla ainda o sr. Julio Lima, que expende o seu juizo a respeito do projecto, tendo o sr. presidente encerrado em seguida a discussão do requerimento da minoria, o qual é rejeitado pela Casa, votando apenas a favor os seus signatarios.

O sr. Moacyr Dantas, com a palavra, apresenta um parecer, por parte da Comissão de Poderes, deferindo a petição em que Sergio do Areal Souto pede contagem de tempo de serviços para effeito de aposentadoria. Esse parecer termina por um projecto que toma o n.º 35 e vae a imprimir para entrar na ordem dos trabalhos. Continuando na tribuna, o sr. Moacyr Dantas, pela mesma Comissão de Poderes, justifica e manda á Mesa parecer favoravel ao pedido de licença formulado pelo sr. Ary Tapajós.

Passando-se á segunda parte da ordem do dia, é dado para terceira discussão, approvando-o a Casa, o projecto n.º 21, que vae á Comissão de Redacção.

Entrando depois em segunda discussão o projecto n.º 3, occupa a tribuna o sr. Armando Madeira, que profere este discurso:

Sr. Presidente.

Entra em segunda discussão o projecto n. 3, apresentado pelo illustre sr. deputado Paula Gonçalves.

E' lamentavel que no decorrer da discussão, como ainda ha pouco occorreu, se tenha procurado deturpar a ordem das ideas a respeito da instituição de uma vara privativa de juizado de direito para menores, allegando-se que a minoria desta Casa se insurge contra tal medida, o que não é absolutamente verdadeiro, como se poderá observar dos discursos anteriormente aqui proferidos por mim, pelo sr. Aristides Rocha e pelo sr. Leopoldo Peres, actualmente em viagem pelo interior do Estado.

Não ha, nem nunca houve, por parte da minoria, o proposito deliberado, ou obstinado, de impedir a decretação da lei, sob todos os pontos de vista, salutar e humanitaria, de protecção a menores abandonados ou delinquentes.

A idea é vencedora universalmente, em todos os centros da mais adiantada cultura scientifica, e dest'arte não poderia ser combatida no Amazonas.

O que se tem atacado são os dispositivos erroneos que o projecto incluiu, carecedores de reparos e de emendas, para que a lei pudesse ficar em condições de ser applicada pelo Poder Judiciario, e não incidisse no maior de todos os defeitos, o de ser contraria a textos constitucionaes.

Ainda foi com esse intuito que a minoria acabou de fazer um appello á Assembléa, pedindo que se ouvisse, preliminarmente, em caracter consultivo, a egregia Corte de Appellação, requerimento esse que foi rejeitado, sob o pretexto de ser contrario á independencia dos poderes legislativo e judiciario.

Justificada assim a attitude da minoria, em face das increpações injustas que lhe tem sido irrogadas, passo a discutir o assumpto que ora prende a nossa attenção.

Apresentei opportunamente um substitutivo no projecto, o qual teve, sem contestação, tramites tumultuarios no seio da commissão de poderes, e somente depois de feita a publicação exigida pelo nosso Regimento posterior á do respectivo parecer, foi que a materia ficou em condições de ser submettida no seu conjuncto, á apreciação da Assembléa.

E' o que se faz neste momento, cabendo portanto a qualquer dos srs. deputados, no exercicio de um legitimo direito, a faculdade de estudar os dispositivos que se vão converter em lei, analysar as emendas e o substitutivo, bem como os pareceres que foram elaborados. Não ha, pois, como estranhar que eu venha ainda uma vez á tribuna, não com intuitos protelatorios para retardar a votação do projecto, porém para lhe dar a minha collaboração na medida de minhas possibilidades.

Sobre a constitucionalidade, em globo, do projecto, nada mais ha a discutir, por ser materia vencida. Penso, todavia, que ainda encerra textos que não se acham em condições de serem convertidos em normas legais, e que poderão incidir na repulsa do Poder Judiciario.

Na justificação do substitutivo que apresentei, ficaram accentuadas as deficiencias do projecto e os seus erros de technica, como se observa do seguinte topico :

O trabalho que ora submettemos á apreciação da Assembléa visa supprir as lacunas principaes daquelle projecto, e evita dispositivos inconstitucionaes, como o seu art. 5.º.

Entretanto, sr. presidente, o parecer do illustre sr. deputado relator, assevera que o substitutivo é uma especie de decalque, uma identidade, ou quasi identidade do projecto...

Comparando-os, passarei a assignalar, embora ligeiramente, as differenças radicais quanto á orientação e quanto á forma de um e de outro.

Os dois trabalhos não são identicos, nem mesmo iguaes; serão semelhantes, uma vez que versam o mesmo as-

sumpto, distanciando-se, porém, um do outro por diferenças visíveis, como as que se observam nos seguintes capítulos. Por exemplo :

O projecto não faz separação de capítulos, isto é, não os apresenta numerados, havendo um que se inscreve:— Das pessoas do Juízo.

E' uma designação defeituosa, que o meu trabalho corrige, no Capítulo II; sob o título: — Do pessoal do Juízo.

Este capítulo encerra seis artigos, regulando de modo claro, e tão completo quanto possível, as nomeações e atribuições dos diversos funcionarios do juízo, especialmente quanto ao medico psychiatra e commissarios de vigilancia, dos quaes o projecto se occupou de forma perfunctoria, omitindo até quem os deveria nomear. Quanto ao medico, a omissão de disposittivos poder-se-á dizer integral, a não ser uma simples referencia de que servirá gratuitamente, sem vantagem de especie alguma; ao passo que o substitutivo, embora confira ao medico o encargo de serviços não remunerados, porém attendendo a que são trabalhos de grande responsabilidade, concede certas vantagens, que poderão compensar o esforço e a dedicação do facultativo.

Quanto ao juiz, o projecto claudica no art. 5, ferindo a Constituição do Estado, enquanto o substitutivo declara, no art. 4, que será nomeado de accordo com o art. 88 da mesma Constituição; e no § 1.º estabelece que suas attribuições privativas são as constantes da presente lei, além das que accumulará em virtude da distribuição de funções a ser feita pela lei de Organização Judiciaria do Estado. E ainda no § 2.º :

Para melhor execução dos serviços judiciarios, a lei organica da justiça estabelecerá o revezamento periodico entre os juizes de direito da comarca da Capital.

A nomeação do juiz, pelo projecto, mesmo na sua segunda phase, depois de emendada pela Comissão respectiva, vae de encontro aos preceitos da Constituição do Estado, e ainda da

Constituição Federal, como ficou plenamente discutido e provado nesta Assembléa, e tanto é assim que houve um recuo evidente nesse sentido por parte da maioria. Não obstante, o texto do projecto ainda não está de accordo com os preceitos constitucionaes, por isso que a nossa Lei Magna, em caso algum, concede ao Governador a faculdade de nomear livremente juizes de direito, a pretexto de remoção e pedido, do interior para a Capital.

O projecto manda que o escrivão de um juízo privativo seja o mesmo escrivão da vara de orfãos, e que passe a ter mais este encargo sem remuneração, ao mesmo tempo que estabelece um escrevente remunerado.

O projecto estabelece que os dois promotores publicos de Manáos sirvam no Juízo de Menores, accumulando as funções de curadores, e no art. 7 trata de um curador, que desempenhará as funções de curador de orfãos.

O substitutivo, no art. 6, dispensa semelhante confusão, ordenando que o curador, accumulando o exercicio de promotor, tambem funcionará como curador de orfãos, nos casos previstos por lei.

Como se está vendo, só nesse capítulo relativo ao pessoal do Juízo, as diferenças são visceraes, regulando o substitutivo de forma muito mais methodica, regular e constitucional, os diversos assumptos de que o projecto se occupa de modo laconico e illegal.

Mas não fica só nisso a divergencia entre os dois trabalhos; a diferença radical, evidente por si mesma, se encontra na parte que se occupa dos institutos disciplinaes.

O projecto é de uma deficiência lastimavel nesse particular, esboçando providencias inefficazes e outras verdadeiramente contraproducentes e nocivas, como esta de converter o educandario Benjamin Constant em escola de prevenção para menores do sexo feminino, onde seriam recolhidas menores de 18 annos e maiores de 7, que necessitassem da protecção do juiz de menores.

Basta considerar, antes de tudo, que o Instituto Benjamin Constant não tem

capacidade para acolher maior numero de educandas do que as que actualmente ali se acham, provindo disto as difficuldades do conhecimento geral de todos nós para se obter uma vaga nesse estabelecimento, circumstancia que já determinou o systema de sorteio annual entre as candidatas ao internamento gratuito.

Accresce que o Instituto accceita alumnas pensionistas, que ali contribuem pecuniariamente para sua manutenção e ensino, e que não seria possível manter em promiscuidade com as menores sob a vigilancia do juiz de menores, as quaes ou poderiam ser de boa conducta, simplesmente abandonadas, como poderiam ser delinquentes, vagabundas, dignas de assistencia em uma escola de reforma, ou de prevenção devidamente aparelhada.

Considerando tudo isso, o substitutivo accceita o Patronato Agricola do Paredão como *Abrigo*, destinado ao recolhimento de menores abandonados e delinquentes, porém manda crear uma escola de prevenção para menores do sexo feminino.

Determina ainda a criação de uma escola de reforma, para regenerar pelo trabalho, educação e instrução os menores do sexo masculino de mais de 14 annos e menores de 18 annos, que forem julgados pelo juiz de menores e por este mandados internar.

Sem este aparelhamento, sr. presidente, a lei que vamos votar será apenas um enfeite de legislação, sem resultados praticos.

Argumenta-se que o Estado não está em condições economicas e financeiras capazes de custear estabelecimentos de tal natureza.

O substitutivo não esqueceu esta particularidade, e previu o que era possível para a situação actual, como se lê no artigo-14 e seus §§, sendo que no de n. 2 ficou expressa a prohibição de se aproveitar o Instituto Benjamin Constant como escola de prevenção, enquanto fôr pensionato e educandário com a sua organização vigente.

Como estou demonstrando, sem me deter em minucias, o substitutivo não

é uma quasi identidade do projecto, a ponto de ser rejeitado como pretenso o illustre relator. E' intuitivo que haveria de ter coincidencias e até repetições, desde que a lei tem de ser moldada no Codigo de Menores, como eu mesmo assignalei na justificação, onde escrevi :

O substitutivo não é um trabalho completo, pois a protecção á infancia desvalida e delinquente exige aparelhamento muito custoso, que não poderá ser adquirido pelo Estado, devido ás suas actuaes condições financeiras. Representa, entretanto, um esboço methodico enquadado nos preceitos constitucionaes, de que tanto se afastou o projecto n. 3.

Esse afastamento, sr. presidente, se caracterizou principalmente na forma de nomeação do juiz, porquanto não vejo como conciliar a norma constitucional com o preceito de arbitrio que se pretende dar ao Governador, sob a simulação de um pedido de remoção do interior para a Capital.

O sr. *Ruy Barreto* — O pensamento da Commissão foi este : nomear de accordo com a Constituição, podendo porém o Governo remover a pedido. A principio nos pareceu inconstitucional; achamos que a remoção pode ser de um juiz de segunda entrancia.

O sr. *Paula Gonçalves* — Elles não querem permittir nem admittir que um juiz que passa 10 ou 15 annos no interior, nos barrancos do interior, venha para a Capital ! Não se permite.

O sr. *Aristides Rocha* — Todos os juizes da Capital vieram do interior.

O sr. *Paula Gonçalves* — Não querem que venha do interior, querem que venha da Parahyba, ou do Rio Grande do Norte.

O sr. *Aristides Rocha* — Não sou e nem tenho pretendentes ao logar.

O sr. *Paula Gonçalves* — Não sei si v. excia. o é; alguns dos filhos de v. excia. também não sei. Si o juiz que v. excia. suppõe ser o nosso candidato fôr nomeado para esse cargo, lanço um repto a v. excia. : appello para a sua consciencia...

O sr. Aristides Rocha dá um aparte.

O sr. *Armando Madeira* — Si o pensamento da Comissão foi esse, como diz o nobre relator, continuou a encampar um texto inconstitucional, que não deverá ser convertido em lei; não tenho interesse pessoal nem occulto, ao sustentar que o projecto viola as normas constitucionaes, procurando crear um systema especial para a nomeação do juiz de menores, venha ou não do interior. A Constituição não distinguio, a norma é imperativa, e está consignada no art. 88.

O que admira é que, segundo o aparte com que me acaba de honrar o illustre relator do projecto, tivesse s. excia. suscitado que Inconstitucional era o art. 4 do meu substitutivo, redigido nestes termos :

O juiz será nomeado de accordo com o art. 88 da Constituição do Estado.

Passo a ler esse artigo :

Os juizes de direito serão nomeados pelo Governador, dentre os juizes preparadores reconduzidos, na ordem da antiguidade, e na proporção determinada no § seguinte, ou dentre os doutores ou bachareis em direito e membros do Ministerio Publico, que comprovarem suas habilitações em concurso perante a Corte de Appellação, satisfaitas, preliminarmente, as condições de idoneidade moral, de lapso de tempo nunca inferior a quatro annos de formatura e de residencia no Amazonas.

Na opinião do illustre relator, a principio lhe pareceu inconstitucional o dispositivo; mas, sr. presidente, não percebo que semelhante suspeita tivesse assaltado, ao menos de relance o espirito de um cultor do direito, sendo tal declaração para mim uma verdadeira surpresa.

O sr. *Moacyr Dantas* — O projecto consulta a Constituição do Estado. A emenda de v. excia. é que é inconstitucional. Manóas é uma comarca de segunda entrancia.

O sr. *Armando Madeira* — Agora

ainda é maior a minha estranheza, ao ouvir o aparte de v. excia. Si dels, quatro, cinco, trinta juizes de direito pedirem a sua remoção para a vara de menores que se vai estabelecer, qual o criterio que adoptará o Governador para a nomeação ? Como fará a escolha ?

O sr. *Moacyr Dantas* — O Governador nomeará quem elle quizer, attenderá o que fór de direito. E' a Constituição que lhe dá essa faculdade.

O sr. *Felix Valois* — Isso foi a Constituição que a minoria fez. E' obra exclusiva da minoria ! Se a minoria não estivesse aqui, ella não se faria.

O sr. *Julio Lima* — Sem a collaboração efficiente e completa da minoria, não seria feita.

O sr. *Paula Gonçalves* — Sem v. excia....

O sr. *Julio Lima* — Outra assemblea que não esta !

O sr. *Felix Valois* — V. excia. está dentro della e não teve o criterio de renunciar. Conserva-se dentro desta Assembléa; porque não renuncia o seu mandato ?

O sr. *Antovilla Vieira* — V. excia. insulta ! Insulta a Assembléa de que faz parte.

(Trocam-se violentos apartes.)

O sr. *Presidente* — Está suspensa a sessão.

Reaberta a sessão :

O sr. *Armando Madeira* (continuando) :

Sr. presidente, discuta eu o modo de nomeação do juiz para a primeira investidura da vara privativa de menores.

Como já disse e repito, entendo que o texto do projecto é inconstitucional; o que está certo, o que se enquadra no disposto na Constituição do Estado, é o do substitutivo. O que ora se pretende é dar ao Governo a faculdade de prover um cargo de juiz sem obedecer ao criterio determinado pela propria lei, concedendo-lhe a possibilidade illimitada de nomear quem entender.

O sr. *Moacyr Dantas* — Não apoio.

O sr. Armando Madeira — Si todos os juizes requererem tal nomeação, a pretexto de serem removidos, o abuso será o mesmo; o Governador irá usar de uma faculdade illimitada, não prevista na Constituição.

O sr. Armando Madeira — V. excia. foi o relator do projecto da Constituição e deu essa faculdade ao Governador. Manáos é uma comarca de segunda entrancia; por consequencia, o juiz só poderá vir do interior para Manáos.

O sr. Paula Gonçalves — Conforme já provei a esta Assembléa, nos paizes mais cultos e mais avançados, a nomeação é livre; na Hespanha e nos Estados Unidos, onde a nomeação recahiu em uma mulher bacharelá.

O sr. Armando Madeira — Não se pode negar que v. excia. só argumenta com theses...

O sr. Paula Gonçalves — Copiando do estrangeiro, como é nosso habito.

O sr. Moacyr Dantas — V. excia. tem a bondade de ler o art. 75, letra b, da Constituição. E' o caso do juiz de menores. Manáos é uma comarca de segunda entrancia.

O sr. Aristides Rocha — V. excia. é teimoso!

O sr. Moacyr Dantas — Defendo a verdade.

O sr. Paula Gonçalves — O Governo deve escolher quem elle achar capaz.

O sr. Armando Madeira — Porém dentro dos limites traçados pela Constituição.

O sr. Moacyr Dantas — A Constituição foi feita pela propria Assembléa.

O sr. Felix Valois — Pela minoria.

O sr. Armando Madeira — Por isso mesmo é que não vi inconveniente algum no requerimento, no sentido de ser consultada a Corte de Appellação sobre o projecto, e suas emendas, e o substitutivo, que desde logo soluçiona uma outra necessidade: a de dotar a comarca de Manáos com tres varas de juizado de direito.

Pelo exercicio de minha profissão, posso asseverar que os dois juizes actuaes vivem assoberbados de trabalho, e não podem se desobrigar rigo-

rosamente de seus deveres, em face do serviço exaustivo a que têm de attender, ainda accrescido do eleitoral.

Ora, sendo a vara de menores de pequeno movimento, era natural que se procurasse distribuir, equitativamente, todo o trabalho forense por tres juizes, embora ficando em com a competencia privativa para as funcções do juizado de menores.

Não temos aqui nada que justifique uma especialização e obrigue a se manter um juiz em um unico departamento.

O sr. Paula Gonçalves — E' a tendencia moderna...

O sr. Aristides Rocha — Então vamos ter 10 varas...

O sr. Moacyr Dantas — Si o Estado accettasse...

O sr. Ary Cabu — Assim é na Capital da Republica.

O sr. Julio Lima — Mas a Capital da Republica não tem a mesma população que a nossa. Dois juizes são sufficientes.

O sr. Paula Gonçalves — Pois então venha a terceira.

O sr. Armando Madeira — A consequencia a que se pode chegar, sr. presidente, é que a criação da vara de menores deve ser ampliada com o revezamento periodico entre os tres juizes que a comarca da Capital vai ter, para melhor distribuição da justiça, o qual não prejudicará de modo algum o exercicio privativo que ora se procura dar ao novo orgão visado pelo projecto n. 3.

Quanto aos institutos disciplinares, já expuz o meu ponto de vista. Nesta parte, o projecto é falho e a lei nelle vasada será inoperante. Vamos crear uma abstracção: um juizado de menores, desaparelhado do material mais rudimentar para a finalidade da lei.

O sr. Moacyr Dantas — Está cogitando no projecto.

O sr. Armando Madeira — Porém pela forma já apreciada, fazendo até do Instituto Benjamin Constant escola de prevenção.

O sr. Paula Gonçalves dá um aparte.

O sr. Armando Madeira (continuando) — Não se admire v. excia., nem faça ironia. Não estou fazendo

oposição systematica; estou mesmo collaborando com v. excia. para que a sua obra possa ser vista pelos competentes...

O sr. *Paula Gonçalves* — Já bati palmas, e ainda agora o faço a esta declaração de v. excia.

O sr. *Armando Madeira* — Aponte as lacunas do seu projecto...

O sr. *Paula Gonçalves* — Muito obrigado.

O sr. *Armando Madeira* — e ao redigir o art. 4 do substitutivo, não perdi de vista a nossa Constituição, para que a lei possa ter efficiencia na sua applicação, e seja feita dentro dos principios regulamentares.

A minoria nunca cogitou de obstrução; os factos provam o contrario: ao pedir a publicação do projecto no "Diario Official", attendi ao imperativo do nosso Regimento, para que todos os srs. deputados tivessem pleno conhecimento de um assumpto de tão relevante importancia como este.

O sr. *Felix Valois* — Mas ha os discursos...

O sr. *Paula Gonçalves* — Sabe esta Assembléa... Ainda ha pouco ella era unica no genero.

O sr. *Armando Madeira* — Continuando as minhas observações, não obstante a constancia com que sou interrompido...

O sr. *Presidente* — Faltam quatro minutos para terminar o tempo.

O sr. *Armando Madeira* — Agradeço a gentileza da observação de v. excia.

O sr. *Aristides Rocha* — A discussão pode ser artigo por artigo.

O sr. *Armando Madeira* — Dentro desses preciosos quatro minutos, tenho a renovar a esta Assembléa que não vive em mira protelar, ou obstruir a votação do projecto que institue o juizado de menores. Apenas tive de combater certos preceitos incompatíveis com a propria finalidade que se está procurando attingir, como a indicação do Instituto Benjamin Constant para recolhimento de meninas abandonadas ou delinquentes, algumas ou muitas das quaes já poderiam estar contaminadas do contacto malsão do proprio abandono, ou de delictos decor-

rentes de sua triste situação de desamparo; porém de qualquer forma, não deveriam ir conviver sob o mesmo tecto, no mesmo estabelecimento onde se recolhem creanças de tenra idade, e se educam moças honestas e puras.

Terminando, sr. presidente, declaro ainda uma vez que concedi a minha collaboração, de boa vontade, a este clegado tentamen de assistencia aos infelizes abandonados e delinquentes, e o fiz sem outro intuito além do de concorrer para a elaboração de uma lei expurgada de defeitos palpaveis, e que poderiam acarretar a sua falta de applicação por parte do Poder Judiciario.

Si esse é um desserviço da minoria, a que pertenço, me envaideço de tel-o prestado.

Tendo-se estabelecido violenta troca de apartes entre os membros da maioria e da minoria, no final do discurso do sr. *Armando Madeira*, o sr. presidente, para acalmar os animos, suspende a sessão por cinco minutos. Reaberta, occupa novamente a tribuna o sr. *Armando Madeira*, que assim se exprime:

Sr. presidente.

Pedi a palavra para uma explicação pessoal.

A Assembléa acabou de ouvir a affirmativa do "leader" da maioria, sr. *Moacyr Dantas*, cujo nome declino com muito respeito e apreço. S. excia., respondendo ou revidando a um aparte do orador que me precedeu, affirmou e quiz sustentar que um dos textos do substitutivo, que apresentei, envolve ou implica a mesma idéa dessa emenda, criticada e analysada pela minoria por consistir em heresia doutrinaria, tal como será a de mandar a Assembléa que a lei em discussão seja incorporada á futura lei de organização judiciaria.

Ora, sr. presidente, o que ha na redacção dessa emenda, tão justamente analysada pelo illustre deputado *Aristides Rocha*, é um texto que peço permissão para ler e do qual se concluirá que as idéas são radicalmente

opostas. Eu não cogitei absolutamente de incorporar esta em outra lei.

O sr. Moacyr Dantas — Eu me referi á segunda parte. Vou sustentar que é o mesmo.

O sr. Armando Madeira — V. excia. poderia rebater o sr. Aristides Rocha, sem no entanto vir invocar semelhante argumento.

O sr. Moacyr Dantas — Quanto á ultima parte, o espirito é o mesmo. Não é disparate, não é heresia doutrinaria.

O sr. Armando Madeira — Basta ler o substitutivo para se ver que apenas cogitei de ampliar as attribuições do juiz de menores; alludi a esse ponto; repetindo que esse juiz tinha, não só as attribuições desta lei, como outras que por ventura lhe pudessem ser dadas pela lei de organização judiciaria, que se terá de votar em obediencia ao preceito da Constituição. Seria um disparate ordenar a incorporação de uma lei, que ora se faz, a uma outra que de futuro se vai fazer.

O sr. Moacyr Dantas — Não se trata de futuro. Será incorporada á actual lei de organização judiciaria.

O sr. Aristides Rocha — V. excia. tem apreciaveis qualidades de um rapaz culto, apesar de sua pouca idade, mas é obstinado!

O sr. Armando Madeira — A argumentação de v. excia. não procede, como justificativa de seu ponto de vista. A emenda é radicalmente diversa do texto do substitutivo.

O sr. Moacyr Dantas — Eu me aguardo para encaminhar a votação.

Depois do sr. Armando Madeira, volta ainda a fallar o sr. Aristides Rocha, que sustenta os seus argumentos contra o projecto n.º 3 e appella para os seus collegas no sentido de evitarem a sua approvação, attendendo a que a Assembléa não pode nem deve votar leis inconstitucionaes.

Encerrada a discussão e posto a votos o referido projecto, é approvedo.

Pedindo a palavra, o sr. Vivaldo Lima requer que seja o projecto n. 3, com o respectivo parecer, dado immediatamente para terceira discussão, dispensando-se os interstícios regi-

mentaes. Combate esse requerimento o sr. Aristides Rocha e defende-o o sr. Leopoldo Neves, sendo afinal approvado por maioria. O sr. Aristides Rocha pede para constar da acta o voto contrario da minoria, por se tratar de uma medida anti-regimental. Vem á tribuna o sr. Moacyr Dantas, que discorda do modo de ver do sr. Aristides Rocha, sustentando que o acto da maioria encontra apoio nos arts. 101 e 102 do Regimento Interno. Finalmente, posto em terceira discussão o projecto n. 3, é elle approvedo, contra os votos da minoria, indo logo á Commissão de Redacção.

Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente suspende os trabalhos, marcando para ordem do dia da proxima sessão: primeira parte, apresentação de projectos, indicações, pareceres, requerimentos, etc.; segunda parte, segunda discussão do projecto n. 4 (lei de organização municipal).

Sessão de 2 de Setembro

Presidencia do sr. João Verçosa. — Secretarios — srs. Nogueira da Matta e Carlos Machado.

A' hora regimental, presentes os srs. deputados João Verçosa, Leopoldo Neves, Nogueira da Matta, Carlos Machado, Felix Valois, Ananias de Almeida, Moacyr Dantas, Maria Leão, Manoel Monteiro, Julio Lima, Ariolino Azevedo, Vivaldo Lima, Nunes de Lima, Tito Bittencourt, Ary Cahn, Antovilla Vieira, Antonio de Vasconcellos, Felismino Soares, Chaves Ribeiro, Aristides Rocha e Arthur Bonates, faltando com causa justificada o sr. Benjamin Ferreira e sem ella os demais deputados, é aberta a sessão.

Lida e approveda sem debate a acta anterior, o primeiro secretario apresenta este

EXPEDIENTE

Officio do primeiro secretario da Assembléa Legislativa de S. Paulo, agradecendo, em nome desta, as homenagens prestadas á memoria do embaixador Pedro de Toledo.

Idem da mesma autoridade, agradecendo a communicação da eleição

da Mesa da Assembléa do Amazonas.

Idem do coronel Celestino Leite, chefe da vigesima primeira circumscripção do recrutamento, comunicando a cerimonia do sorteio militar.

Passando-se á primeira parte da

ORDEM DO DIA

o sr. Leopoldo Neves dá conhecimento á Assembléa do fallecimento do coronel Carneiro da Motta, discorrendo sobre a personalidade do extinto e sua dedicada actuação de trabalhador pelo progresso amazonense, requerendo seja consignado na acta um voto de pesar por esse triste acontecimento e, outrosim, que se nomeie uma commissão de tres deputados para sentirentarem a Associação Commercial em nome da Assembléa Legislativa. Posto em discussão, é o requerimento approved por unanimidade, nomeando o sr. presidente, para o fim de que se trata, os srs. Leopoldo Neves, Ariolino Azevedo e Felismino Soares.

Depois, os srs. Ananias de Almeida, Felismino Soares e Antonio de Vasconcellos, respectivamente, enviam á Mesa : o primeiro, a redacção do projecto n. 21, que é approved e vac á sancção; o segundo, um projecto que toma o n. 36 e concede aos professores substitutos de grupos escolares, quando no exercicio de sub-classes, a percepção de metade dos vencimentos do professor effectivo; e o ultimo, tambem um projecto que toma o n. 37 e revoga o acto n. 2.844, de 26 de dezembro de 1933, da Interventoria Federal. Considerados objectos de deliberação, esses projectos são enviados ás commissões de poderes e fazenda.

Na segunda parte da ordem do dia, é dado para discussão o projecto n. 4 e respectivo parecer. Occupa a tribuna o sr. Ary Cahn e, na qualidade de relator, discorre demoradamente sobre o parecer, justificando o criterio da commissão de poderes. Com a palavra, o sr. Aristides Rocha combate as razões do orador precedente, assim como as emendas 12 e 5, esta do sr. Moacyr Dantas e aquella do sr. Armando Madeira. O sr. Moacyr Dan-

tas justifica longamente a emenda que apresentou, manifestando-se tambem favoravel á do sr. Armando Madeira. O sr. Leopoldo Neves igualmente se pronuncia de accordo com a emenda do sr. Moacyr Dantas, discordando, porem, da do sr. Armando Madeira, declarando por ultimo o sr. Vivaldo Lima que approva o parecer, menos quanto ao ponto da impugnada emenda 34, de sua autoria. Afinal, encerrada a discussão, é o parecer approved. Posta a votos a emenda n. 12, é por igual approved, contra os votos dos srs. Aristides Rocha, Nunes de Lima, Tito Bittencourt e Leopoldo Neves. Discutida a seguir e posta a votos a emenda n. 5, a casa approva, contra os votos dos srs. Aristides Rocha, Arthur Bonates, Ariolino Azevedo, Tito Bittencourt e Nunes de Lima.

Terminado esse debate, o sr. Vivaldo Lima requer, sendo approved, que seja incluída, na proxima ordem do dia, a terceira discussão do projecto n. 4.

E' deste teor o projecto n. 37 :
A Assembléa Legislativa do Amazonas

DECRETA :

Art. 1.º — Fica revogado o acto n. 2.844, de 26 de dezembro de 1933, da Interventoria Federal.

Art. 2.º — Os funcionarios que, de alguma forma, foram prejudicados pelo referido acto, quer sendo demittidos, quer sendo transferidos, voltarão aos seus primitivos cargos, á medida que se verificarem vagas, na ordem da antiguidade.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrario.

S. S. em 2 de setembro de 1935.

Ananias de Almeida
Felix Valois
Padre Manoel Monteiro
Paula Gonçalves.

PARECER

A Commissão de Poderes é de parecer seja o projecto n. 37 convertido

em lei, visto estar dentro das normas constitucionaes.

S. S., 2 de Setembro 935.

Ary Tapajós Cahn, presidente
Chaves Ribeiro, relator.

Maria Leão
Moacyr Dantas

Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente suspende os trabalhos, marcando para amanhã : primeira parte, regimental; segunda parte, segunda discussão dos projectos n. 28, que revoga o acto n. 4.552 e regulamento de 2 de janeiro de 1935, e 32, que augmenta creditos no orçamento vigente.

Sessão de 3 de Setembro

Presidencia do sr. João Verçosa. — Secretarios — srs. Nogueira da Matta e Carlos Machado.

A' hora regimental, presentes os srs. João Verçosa, Nogueira da Matta, Carlos Machado, Leopoldo Neves, Felix Valois, Ananias de Almeida, Moacyr Dantas, Maria Leão, Paula Gonçalves, Manoel Monteiro, Julio Lima, Tito Bittencourt, Ary Cahn, Antovilla Vieira, Antonio de Vasconcellos, Felismino Soares, Chaves Ribeiro e Aristides Rocha, faltando com causa justificada o sr. Benjamin Ferreira e sem ella os demais deputados, é aberta a sessão.

Lida e approvada sem debate a acta anterior, o primeiro secretario apresenta este

EXPEDIENTE

Officio do prefeito municipal de Coary, agradecendo a communicacão da eleicão da Mesa.

Idem do primeiro secretario da Assembléa Legislativa de Santa Catharina, communicando a eleicão e posse da respectiva Mesa.

Annunciada a primeira parte da

ORDEM DO DIA

o sr. Vivaldo Lima, depois de o justificar, apresenta um projecto, autorizando o Governador do Estado a dispendir até a quantia de vinte contos de réis com a embaixada especial de academicos, que irá representar o Amazonas nas festas do Centenario de

Farroupilha, no Rio Grande do Sul. Considerado objecto de deliberação, toma esse projecto o n. 38, pedindo o mesmo deputado seja elle dispensado de intersticio, afim de ser votado, em segunda e terceira discussão, na segunda parte da ordem do dia. A casa approva o requerimento.

Com a palavra, o sr. Moacyr Dantas tambem envia á Mesa, depois de o justificar, um projecto que estipula os vencimentos mensaes de quatrocentos e cincoenta mil réis a cada professor da Faculdade de Sciencias Juridicas e Sociaes, o qual, considerado objecto de deliberação, toma o n. 39 e vae a imprimir. Ainda o sr. Vivaldo Lima requer dispensa de impressão e intersticio para esse projecto, para entrar em primeira discussão na segunda parte da ordem do dia, tendo a Casa approvado o requerimento.

Pela Commissão de Poderes, o sr. Chaves Ribeiro apresenta o parecer desta ao projecto n. 37, solicitando tambem dispensa das formalidades regimentaes para discussão na segunda parte. E' approvado o requerimento.

Vindo á tribuna, o sr. Cosme Ferreira justifica ligeiramente um projecto, prorogando por sessenta dias o prazo a que se refere o art. 3.º da lei n. 9, de 22 de agosto findo. E' considerado esse projecto objecto de deliberação, toma o n. 40 e vae a imprimir. Está assim redigido o projecto : A Assembléa Legislativa do Amazonas

DECRETA :

Considerando a importancia e o volume da legislação fiscal e tributaria, que deverá ser revista pela commissão para esse mister creada pela lei n. 9, de 12 de agosto findo,

RESOLVE :

Art. unico — Alargar para sessenta dias o prazo a que se refere o art. 3.º da referida lei, revogadas as disposições em contrario.

Cosme Ferreira Filho

E' deste teor o projecto n. 38, apresentado pelo sr. Vivaldo Lima : A Assembléa Legislativa do Amazonas

DECRETA :

Art. unico — Fica o Governador autorizado a dispendir até a quantia de vinte contos de réis (20:000\$000), em credito especial, com a embaixada de academicos de direito, que irá representar o Amazonas no Centenario de Farroupilha, no Estado do Rio Grande do Sul.

S. S. em 3 de setembro de 1935.

Vivaldo Lima
Ananias de Almeida
Felix Valois
Padre Manoel Monteiro
Paula Gonçalves

Com a palavra, o sr. Ananias de Almeida, pela commissão de redacção, apresenta a do projecto n. 15, a qual, approvada, vae á sancção.

Passando-se á segunda parte da ordem do dia, é dado para segunda discussão o projecto n. 28. Pede a palavra o sr. Aristides Rocha e diz que, havendo apresentado uma emenda, rejeitada pela commissão de poderes, vota pelo parecer desta para não prejudicar o projecto, aguardando, entretanto, oportunidade, para converter em projecto especial a sua emenda. Em resposta, o sr. Moacyr Dantas declara que a commissão não compete a iniciativa a que se propõe o sr. Aristides Rocha. Encerrado o debate, é o projecto posto a votos, sendo approvado, depois do que o sr. Moacyr Dantas requer que o mesmo seja ainda discutido e votado em terceiro turno hoje mesmo. Falla o sr. Aristides Rocha, que diz votar pelo requerimento, solicitando apenas que se aprove uma emenda, no sentido de ser actualizado o direito adquirido dos contribuintes. Posto o projecto n. 28 em terceira discussão, é approvado, seguindo-se-lhe o n. 4, que trata da organização dos municipios. Vem á tribuna o sr. Felix Valois, que fundamenta uma emenda modificativa, enviando-a á Mesa. Discute-a o sr. Ary Cahn, declarando votar contra ella. Tambem o sr. Vivaldo Lima apresenta uma emenda additiva, indo esta e a precedente a discussão, separadas do projecto, na forma do regimento,

e sendo ambas approvadas. Approvado igualmente o projecto, vae, com as emendas, á commissão de redacção.

Entrando em primeira discussão o projecto n.º 39, é approvado, contra os votos dos srs. Aristides Rocha, Vivaldo Lima e Ary Cahn, que justificam a sua attitude.

Discute-se, a seguir, em primeiro turno, o projecto n.º 27, que, approvado, passa tambem logo em segundo turno, a requerimento do sr. Chaves Ribeiro, e em terceiro por solicitação do sr. Vivaldo Lima, contra os votos dos srs. Aristides Rocha, Ariolino Azevedo, Tito Bittencourt, Nunes de Lima e Cosme Ferreira. Approvada depois a redacção do projecto n.º 15, vae á sancção. O projecto n.º 28, offerecido á discussão da Casa, tem o voto contrario do sr. Nunes de Lima, que explica sua attitude, dizendo que o ex-interventor Nelson de Mello estabeleceu a obrigatoriedade do montepio, como principio necessario á estabilidade da instituição, e que, achando-se já nomeada uma commissão para reformal-a, é contra o proprio projecto até que a commissão se pronuncie.

Vindo á tribuna, o sr. Ariolino Azevedo justifica uma emenda ao projecto em debate, a qual é approvada, declarando o sr. Moacyr Dantas que a mesma é acceitavel. Continua a discussão do projecto, com a emenda do sr. Ariolino Azevedo, e o sr. Cosme Ferreira pondera que, apesar de concordar com o sr. Nunes de Lima, quanto á obrigatoriedade do montepio, vota entretanto pelo projecto, havendo o sr. Aristides Rocha declarado o mesmo, após algumas considerações. Approvado, finalmente, o projecto contra o voto do sr. Nunes de Lima, é enviado á commissão de redacção.

O projecto n.º 36 está assim redigido:

A Assembleia Legislativa do Amazonas

DECRETA

Art. 1.º — Os professores substitutos nos grupos escolares, quando no exercício de sub-classes, perceberão a metade dos vencimentos a que faz jus o professor effectivo.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

S. S. em 2 de Setembro de 1935

Felismino Soares

Projecto n.º 39

Considerando que a Faculdade de Sciencias Juridicas e Sociaes de Manãos, fundada a 17 de Janeiro de 1909, como parte integrante da antiga Universidade de Manãos, teve os diplomas por ella expedidos reconhecidos como validos em toda a circumscripção do Estado pela lei n.º 601 de 8 de Outubro do mesmo anno;

Considerando que, por portaria de 11 de Setembro de 1923, do Ministro da Justiça e Negocios Interiores, foi a Faculdade de Sciencias Juridicas e Sociaes de Manãos equiparada aos institutos congeneres federaes, de conformidade com o art. 20 do decreto federal n.º 11.530, de 18 de Março de 1915;

Considerando que, em virtude da sua equiparação, ficou a Faculdade de Sciencias Juridicas e Sociaes de Manãos subordinada á fiscalização do Departamento Nacional do Ensino;

Considerando que, pelo acto n. 1.143, de 26 de novembro de 1931, da interventoria federal no Amazonas, passou a Faculdade de Sciencias Juridicas e Sociaes de Manãos a ser, desde 1 de dezembro do mesmo anno, um estabelecimento official de ensino superior do Estado, com autonomia administrativa economico e financeira, provendo as necessidades de sua subsistencia com o patrimonio e os recursos que lhe são proprios, sem nenhum onus para o Estado, salvo as subvenções que lhe são consignadas na legislação em vigor;

Considerando que, no regimen actual da Faculdade de Sciencias Juridicas e Sociaes de Manãos, dadas as precarias condições de suas finanças, percebem apenas os professores cinco mil réis por aula;

Considerando que, no art. 150, § unico, letra f, exige a Constituição Federal, na renovação do plano nacional de educação, que os estabelecimentos particulares de ensino assegurem a seus professores, alem de estabilidade,

emquanto bem servirem, uma remuneração condigna;

Considerando que, em face desse dispositivo constitucional, está a Faculdade de Sciencias Juridicas e Sociaes de Manãos na contingencia de ser desequiparada, o que carregará grandes prejuizos á mocidade estudiosa do Amazonas, que muito deve já a este instituto de ensino superior, através dos seus longos vinte e seis annos de util e proveitosa existencia;

Considerando que compete ao Estado determinar as necessarias providencias para o regular funcionamento da Faculdade de Sciencias Juridicas e Sociaes de Manãos, em virtude de estar a mesma incorporada ao seu aparelhamento administrativo, por força do mencionado acto n. 1.143, de 26 de novembro de 1931

A Assembléa Legislativa do Amazonas

DECRETA :

Art. 1.º — A cada professor da Faculdade de Sciencias Juridicas e Sociaes de Manãos ficam estipulados os vencimentos mensaes de quinhentos mil reis, mediante folha visada pelo respectivo director e paga pela Directoria da Fazenda Publica.

Paragrapho unico — Em cada aula que o professor deixar de dar, será descontada, na mesma folha, a importância de cincoenta e cinco mil reis.

Art. 2.º — Tambem passará a ser feito pela Directoria da Fazenda Publica o pagamento dos vencimentos dos funcionarios da Faculdade de Sciencias Juridicas e Sociaes de Manãos, de accordo com as tabellas constantes do seu regimento interno em vigor.

Art. 3.º — Toda e qualquer renda da Faculdade, inclusive os saldos actualmente existentes em sua thesouraria, será recolhida á Directoria da Fazenda Publica, como receita do Estado.

Paragrapho unico — As taxas, emolumentos e mensalidades, presentemente cobradas na Faculdade, continuam em vigor e passarão a ser pagas á bocca do cofre na Directoria da Fazenda Publica, mediante guia expedi-

da pela secretaria da Faculdade e visada pelo respectivo director.

Art. 4.º — Fica aberto no orçamento vigente o credito necessario para occorrer ás despesas resultantes da presente lei, de conformidade com as tabellas annexas, a qual entrará em vigor a 1 de janeiro de 1936.

Art. 5.º — Revogam-se as disposições em contrario.

S. S. em 3 de setembro 935.

Moacyr Dantas
Nogueira da Matta
Chaves Ribeiro
Vivaldo Lima
Felismino Soares
Ary Tapajós Cahn

TABELLA — A

Pessoal		
17 Professores	a	500\$000 (mensaes)
1 Secretario	a	400\$000 "
1 Official	a	400\$000 "
1 Amanuense	a	250\$000 "
1 Porteiro	a	200\$000 "
1 Servente	a	100\$000 "

TABELLA — B

Expediente

Expediente da Faculdade e da
Inspectoria Federal do Ensi-
no, durante os mezes de ou-
tubro a dezembro 600\$000

Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente, antes de encerrar os trabalhos, scientifica aos srs. deputados do convite feito á Assembléa pelo sr. desembargador Faria e Sousa para assistir á sessão civica de 5 do corrente, na séde da Córte de Appellação, marcando em seguida, para a proxima ordem do dia, terceira discussão dos projectos 12 e 22 e o que occorrer.

Sessão de 4 de Setembro

Presidencia do sr. Leopoldo Neves. — Secretarios — srs. Nogueira da Matta e Carlos Machado.

A' hora regimental, presentes os srs. Leopoldo Neves, Nogueira da Matta, Carlos Machado, Felix Valois, Ananias de Almeida, Moacyr Dantas, Maria Leão, Paula Gonçalves, Cosme Ferreira, Manoel Monteiro, Julio Lima, Leopoldo Peres, Nunes de Lima, Ary Cahn, Philadelpho de Moraes, Antonio

de Vasconcellos, Felismino Soares, Chaves Ribeiro e Aristides Rocha, faltando com causa justificada o sr. Benjamin Ferreira e sem ella os demais deputados, é aberta a sessão.

Lida e approvada sem debate a acta anterior, o primeiro secretario apresenta o

EXPEDIENTE

que consta do seguinte :

Officio do presidente do Tribunal Regional Eleitoral, sciificando a Assembléa haver deliberado estabelecer até 7 de outubro proximo o prazo para se realizarem as eleições dos delegados eleitores, os quaes deverão a seu turno eleger, no periodo de 28 a 30 do mesmo mez, os deputados classistas; circular do director da Escola de Aprendiziz Artifices, communicando haver assumido esse cargo.

Terminada a leitura do expediente, o sr. presidente pediu a attenção dos deputados para o conteúdo do officio do Tribunal Regional Eleitoral, marcando as eleições para os representantes de classe á Assembléa Legislativa. Em face dessa communicação, diz sua excellencia, a Assembléa fica impedida de funcionar por um preceito da Constituição do Estado. Havendo, entretanto, varias redacções de leis dependendo apenas de approvação final, propõe á Casa que se inverta a ordem do dia, sendo essa medida approvada por unanimidade. Acatando tal deliberação, o sr. presidente annuncia a segunda parte, vindo á tribuna o sr. Ananias de Almeida que, pela commissão respectiva, apresenta as redacções definitivas dos projectos ns. 3, 4, 28, 37 e 38, as quaes são dispensadas de leitura a requerimento do sr. Felismino Soares. Postas em discussão, pede a palavra o sr. Aristides Rocha e pondera que as redacções não devem ser approvadas sem ser inseridas primeiramente no "Diario Official"; entretanto, não querendo perturbar a marcha dos trabalhos, lembra a conveniencia de ser essa medida requerida por qualquer collega, uma vez que elle, orador, muito embora disposto a approvar, não pediria essa dispensa de impressão.

Responde ao sr. Aristides Rocha o sr. Felismino Soares, que, acceitando a suggestão do seu collega, requer que as redacções mencionadas sejam dispensadas de impressão no orgão official. Approvado esse requerimento, as redacções são logo enviadas á sanção, na forma do regimento.

Depois, o sr. Ary Cahn, pelas Comissões de Poderes e Finanças, envia á Mesa a seguinte Indicação, assignada por dezesseis deputados :

"Indicamos que, de accordo com o art. 1.º, paragrapho 1.º, e o officio n. 468, de 4 de setembro do corrente anno, do sr. presidente do Tribunal Regional Eleitoral, fiquem suspensos os trabalhos da Assembléa Legislativa do Estado, que os reabrirá dez dias após a expedição dos diplomas aos deputados de classes, considerando-se em férias, com direito aos subsídios, os membros desta Assembléa".

Lida na Mesa essa indicação, o sr. presidente declara que deixa de submeter a discussão e votação por se achar subscripta pela maioria dos deputados, suspendendo em seguida a sessão com a ordem do dia — o que occorrer, para a subsequente.

Sessão de 7 de Dezembro

Presidência do sr. João Verçosa. — Secretários — srs. Carlos Machado e Chaves Ribeiro.

A' hora regimental, presentes os srs. João Verçosa, Carlos Machado, Chaves Ribeiro, Leopoldo Neves, Felix Valois, Ananias de Almeida, Moacyr Dantas, Maria Leão, Paula Gonçalves, Manoel Monteiro, Ariolino Azevedo, Vivaldo Lima, Ruy Barreto, Armando Madeira, Tito Bittencourt, Antonio de Vasconcellos, Felismino Soares, Aristides Rocha, Pimentel Salles, Arthur Bonates e Manoel Lobo, faltando com causa justificada os srs. Ary Cahn e Benjamin Ferreira e sem ella os demais deputados, é aberta a sessão.

Lida e approvada a acta anterior, o primeiro secretario dá conta deste

EXPEDIENTE

Quatro mensagens do Governador

do Estado, relativas ao orçamento para o anno proximo, ao restabelecimento da antiga comarca de Codajás, á abertura do credito de 646:260\$000, no orçamento actual, para attender a diversos serviços da administração, e ao esboço de contracto entre o Estado e o sr. Tsukasa Uyetsuka para entrega a este de um milhão de hectares de terras.

Officio do presidente do Tribunal Regional Eleitoral, communicando que cabe á Assembléa a designação do dia para posse dos prefeitos e vereadores das Camaras Municipaes.

Petição dos officiaes das Mesas de Rendas de Itacoatiara e Parintins, solicitando a substituição da nomenclatura dos seus cargos pela de terceiros escripturarios da Directoria Geral da Fazenda.

Terminada a leitura do expediente, o sr. presidente participa á Assembléa que se acham na ante-sala os deputados classistas eleitos srs. Francisco Caetano, Alfes Thaumaturgo, Genesino Braga e José Carlos Nobre da Silva e nomeia por isso os srs. Manoel Lobo, Ruy Barreto e Leopoldo Neves para introduzirem no recinto os novos representantes, afim de prestar o compromisso legal. Satisfeita essa formalidade e depois de tomarem assento na bancada os classistas, é aberta a ordem do dia. Pede a palavra o sr. Moacyr Dantas, que diz o seguinte :

Sr. Presidente, srs. Deputados.

Não preciso me alongar, sr. presidente, na justificação dos termos da moção que, em seguida, vou ler e apresentar, em nome da maioria desta Assembléa.

Sabe v. excia., sabe a Casa, que, de todos os pontos do territorio brasileiro, vêm os poderes constitucionaes, notadamente o primeiro magistrado da Nação, recebendo da parte dos orgãos da soberania nacional, dos Estados e da população em geral, as mais expressivas congratulações pelo restabelecimento da ordem publica no paiz, perturbada por um movimento comunista, que visava, antes que a simples mudança da actual situação,

a desorganisação do regime e das instituições, pela victoria de idéas extremistas.

A finalidade da subversão, segundo as declarações de seus inspiradores, era dar á Nação um governo soviético, transplantando para terras do Brasil, tradicionalmente christão, o rythmo vermelho que empolga presentemente a Rússia.

E' por isso que, de par com aquellas felicitações, receberam e recebem ainda as supremas autoridades as provas mais frisantes de solidariedade cívica, moral e politica da parte de todos os brasileiros que amam a Patria acima de tudo e querem vel-a inteiramente livre de regimes subversivos, realizando a sua vocação historica dentro das normas da justiça, liberdade e bem estar social e economico.

Reabrindo hoje os seus trabalhos legislativos, esta Assembléa deve immediatamente se associar ao jubilo nacional pela tranquillidade que voltou ao seio da familia brasileira. Neste sentido, apresento a seguinte moção, requerendo seja a mesma inserta na acta do dia e transmittida na integra aos seus destinatarios, sendo que ao Governador do Estado por intermedio de uma commissão.

MOÇÃO

A Assembléa Legislativa do Amazonas, reabrindo nesta data os seus trabalhos parlamentares, suspensos em obediencia a preceito constitucional, apressa-se em endereçar aos exmos. srs. Presidente da Republica e Governador do Estado congratulações civis pelo restabelecimento da ordem publica no paiz, alterada em virtude do movimento declaradamente subversivo, votando esta moção de patriotica solidariedade áquelles supremos magistrados, ás forças armadas, e aos poderes legalmente constituídos, que representam a garantia do regime democratico e a segurança da unidade nacional contra todas as doutrinas anarchicas e soviéticas.

Sala das sessões, em 7-12-935.

Moacyr Dantas

Poste em discussão a proposta do sr. Moacyr Dantas, pede a palavra o sr. Aristides Rocha, que, em nome da mineria, tambem envia á Mesa, depois de a justificar, a seguinte declaração de voto, requerendo seja, como a anterior, inserida na acta e transmittida aos poderes competentes, após o levantamento immediato da sessão :

"Os abaixo assignados, membros da minoria parlamentar desta Casa, não podendo concordar, integralmente, com os termos da Moção que acaba de ser apresentada pela maioria, declaram que condemnam formalmente a acção dos elementos extremistas e a subversão da ordem nas cidades do Rio de Janeiro, Recife e Natal, e se congratulam com o Governo da Republica e com os Estados de Pernambuco e do Rio Grande do Norte, pela repressão energica, rapida e effcaz desse impatriotico movimento, fazendo votos para que os governos dos Estados, em acção conjuncta com o federal, tomem as necessarias providencias preventivas e punitivas, no sentido de evitar a propaganda málsã de elementos extremistas, que visam a desorganização social democratica da Nação, no interior, e a sua desmoralização e descrédito no exterior. A minoria parlamentar dará seu apoio irrestricto de combate a todas as ideologias extremistas e votará os creditos que sejam necessarios ao aparelhamento do Governo do Estado para esse fim. A minoria pede a inserção na acta dos nossos trabalhos de hoje da presente declaração, que importa no seu voto de congratulação pelo motivo exposto, requerendo ainda que seja suspensa a sessão como um acto de sentida homenagem aos que tomaram no cumprimento do dever, em defesa das instituições e do regimen republicano".

Essa declaração, alem da assignatura do seu apresentante, contem mais as dos deputados Nunes de Lima, Leopoldo Peres, Armando Madeira, Ariolino Azevedo, Tito Bittencourt, Arthur Bonates e Pimentel Salles.

Declara o sr. presidente que continúa em discussão a Moção do sr. Moacyr Dantas, a qual, submettida a votos por não haver quem deseje ma-

nifestar-se sobre ella, é approvada. Logo após, o presidente submette a votos os requerimentos da minoria, constantes da declaração lida pelo sr. Aristides Rocha, sendo approvados.

Occupa a tribuna a sra. Maria Leão, que profere este discurso :

Sr. Presidente.

Estava inscripta, justamente para apresentar a v. excia. e á Casa, um requerimento de profundo pezar pelo desaparecimento dos officiaes, sub-officiaes, cabos, soldados e civis, que tombaram gloriosamente no Campo da honra e do dever, em defesa da nossa nacionalidade, do Governo, da Lei e das instituições. Os ultimos acontecimentos, que tão profundamente abalarão a Nação, acharam eco em nossa alma, em nosso coração. Si vimos com pezar a loucura de tantos brasileiros, que eram a esperança da Patria, abraçando a doutrina communista, dos males, o maior mal que nos ameaça, contemplamos tambem a grandeza, a coragem, o valor, o patriotismo dos que deram o sangue e a vida pelo Brasil.

Qual o brasileiro que, ao ver o Brasil invadido por um exercito estrangeiro, que tentasse occupar o nosso territorio, não se levantaria terrivel de indignação e coragem e não bradaria ao audaz : Para traz, miseraveis! Bravos seriam os que tombassem no Campo de batalha e teriam as benções da Nação e de todo o povo. O communismo, sr. presidente, é uma invasão estrangeira. A doutrina é estrangeira e estrangeira a moeda que serve para a sua propaganda. E' uma invasão audaciosa, a que todos nós, temos o dever de combater com devotado valor.

O exmo. sr. dr. Getulio Vargas, o grande Presidente, acaba de nos dar a todos, o mais formoso exemplo de coragem e de patriotismo.

Nessa hora grave da nacionalidade, s. excia., foi admiravel pelo desassombro, pela energia, pelo destemor com que, affrontando todos os perigos, soube impor-se á admiração de todos nós, na defesa sagrada do regi-

me e da nossa honra de povo livre, que tem tradições de crença e de cultura a zelar. Em sua excia., não será demais repetir, reviveu a coragem maravilhosa dos grandes vultos nacionaes e é com justificado orgulho que todos os brasileiros, sem distincções de credos nem de partidos, contemplam no dr. Getulio Vargas o estadista capaz de conduzir-nos aos nossos altos destinos.

O primeiro magistrado da Nação e seus dignos auxiliares impuzeram o nome do Brasil no estrangeiro, elevando-nos no conceito de todos os povos !

Não nos deixemos, porem, vencer, pela gloria e pelo triumpho conquistados, pensemos um momento nos que derramaram o seu sangue generoso pela causa sagrada do Brasil, de Deus e da Familia. Pensemos nos que tombaram, srs. deputados, e que os nossos corações sejam altar divino onde se curvem, em preces, as nossas almas, rogando a Deus pelos heroicos desaparecidos .

Secundando pois, o voto de pezar do exmo. sr. deputado Aristides Rocha, faço minha a proposta de sua excia. para que seja levantada a sessão como prova de profundo pezar pelo desaparecimento dos bravos, que pereceram nos tristes acontecimentos que enlutaram o Paiz.

Antes de encerrar os trabalhos, o sr. presidente, dando cumprimento ao resolvido pela Casa a respeito da Moção do sr. Moacyr Dantas, designa os srs. Ruy Barreto, Leopoldo Neves, Moacyr Dantas e Maria Leão para scientificarem o sr. Governador do Estado do gesto da Assembleia Legislativa, em face do momento nacional.

Suspensos os trabalhos, é dada a seguinte ordem do dia para amanhã : primeira parte — regimental; segunda parte : segunda discussão do projecto n. 35, que manda contar tempo de serviço a Sergio do Areal Souto, para effeito de aposentadoria, e terceira do n. 22, que reconhece de utilidade publica a "Sociedade de S. Vicente de Paula".

Sessão de 9 de Dezembro

Presidência do sr. Leopoldo Neves. — Secretarios — srs. Nogueira da Matta e Carlos Machado.

A' hora regimental, presentes os srs. Leopoldo Neves, Nogueira da Matta, Carlos Machado, Felix Valois, Ananias de Almeida, Moacyr Dantas, Maria Leão, Paula Gonçalves, Manoel Monteiro, Ariolino Azevedo, Vivaldo Lima, Leopoldo Peres, Nunes de Lima, Ruy Barreto, Armando Madeira, Tito Bitencourt, Antonio Vasconcellos, Felismino Soares, Aristides Rocha, Arthur Bonates, Manoel Lobo, Francisco Caetano, Alfen Thaumaturgo, Genesino Braga e Nobre da Silva, faltando com causa justificada os srs. Ary Cahn e Benjamin Ferreira e sem ella os demais deputados, é aberta a sessão.

Lida e aprovada a acta anterior, o primeiro secretario dá conta do expediente, que consta de um officio da secretaria da banca de paulista, no Rio de Janeiro, agradecendo a remessa de dez exemplares da Constituição do Amazonas, e solicitando outros tantos do Regimento Interno da Assembléa. Lê-se tambem uma petição de D. Maria dos Santos Pereira Wanderley, recorrendo do acto que julgou nulla sua inscrição no montepio.

Annunciada a

ORDEN DO DIA

pede a palavra a sra. Maria Leão e diz o seguinte:

Sr. Presidente

Srs. Deputados.

Antes de tratar do assumpto, que me trouxe a esta tribuna, apresento as mais cordias felicitações aos Srs. Deputados, representantes das Classes. Está, pois, completa a nossa Assembléa. Vamos reiniciar os nossos trabalhos. Desejava, sinceramente, que fossem tratados os interesses de nossa terra e de nosso povo, sem paixões, com elevação de vistas, em um ambiente de harmonia e paz e que os casos pessoais e as discussões de caracter meramente politico-partidarios, não transpuzessem este recinto. Essas dis-

cussões, ao meu vêr, não trouxeram até hoje, vantagem alguma e tem servido unicamente de entrave á marcha dos verdadeiros trabalhos. Tenhamos todos o pensamento voltado para o Amazonas e para os reais interesses do povo que nos elegeu, e que de nós tudo espera.

Sr. Presidente, snrs. Deputados, apresento á subida consideração de V. Excias. um projecto de Lei sobre o ensino religioso.

Esperei para apresentá-lo o fim do anno lectivo. E' o momento opportuno. Vão ser organizados os novos horarios, os planos de classe, distribuidas as materias a estudar e é justamente agora, que deve figurar a classe de religião dentro do horario escolar.

Quando a nossa Assembléa foi transformada em Assembléa Ordinaria, já as escolas primarias e secundarias estavam em pleno funcionamento, e quiz me parecer que viria crear embaraços aos horarios organizados e vigorando uma nova classe de materia tambem nova.

O ensino de religião é a muralha fortificada, a unica força verdadeiramente poderosa e capaz de enfrentar a dissolução dos costumes. Só a religião estudada, esclarecida, poderá oppor barreira a essa hydra infernal, e essa onda avassaladora de doutrinas deleterias e subversivas, que tenta invadir a nossa Patria. Só a Fé, a verdadeira Fé, pôde formar o verdadeiro patriotismo, o caracter, a consciencia civica de nosso povo. O ensino da verdadeira e sã moral saberá formar um povo capaz de vencer todas as ambições subalternas, todos os calculos inconfessaveis e cheio do verdadeiro amor pela Patria. Hoje, mais do que nunca urge formar uma geração de moral pura, de espirito forte, capaz de enfrentar todos os sacrificios e de dar o sangue e a vida pela Patria.

E' preciso, sr. Presidente, que as crianças e os adolescentes estudem a sciencia das sciencias, que é a Religião, para saberem oppor uma verdadeira barreira á propaganda communista.

Sem o conhecimento solido da Religião, sem o conhecimento seguro dos principios da mais sã Moral, facilmen-

te nos deixaremos levar e illudir pelas promessas falsas de uma ideologia funesta de cujos efeitos tristissimos que se attentou em Natal, constitue o melhor exemplo do que seria a implantação desse regime em nosso Paiz.

E essa propaganda, de caracter extremista, mais perigosa é, ainda, nos caracteres em formação, por não sabermos verdadeiramente distinguir o Bem do Mal e por não terem ainda definida a sua Fé.

Esses lamentaveis acontecimentos são, a meu ver, a consequencia do ensino leigo, da Escola sem Deus.

Ponhamos Deus nos programmas de nossos cursos primario e secundario, e teremos feito a melhor e maior campanha contra a doutrina dos Soviets.

Ensinando o Temor de Deus, o amor da Patria e o respeito á Familia, destruiremos as esperanças do Communismo, que repousam justamente no esquecimento desses postulados sagrados.

A Igreja é, no presente momento que atravessa o mundo, a unica Força capaz de sustar os perigos que ameaçam a todas as nações, e a sua Força reside na Moral de Christo que é a unica verdadeira.

O dinheiro russo, distribuido perdulariamente em nosso Paiz, não comprará a nossa consciencia de brasileiros e de catholicos, nascidos á sombra da Cruz engastada em nosso céu chammejante de estrellas.

Passo pois ás mãos de V. Excia. Snr. Presidente, este projecto de Lei.

Snr. Presidente, ainda com a palavra, requiero, seja lançado na acta de nossos trabalhos de hoje, um voto de congratulações ás Irmãs de Sant'Anna da Santa Casa de Misericordia, representadas na sua superiora, bem assim ao Snr. Provedor e á Mesa Administrativa daquelle estabelecimento por completarem hoje cincoenta annos, que as benemeritas Irmãs tomaram a si, os serviços do referido hospital. Todos nós, Snr. Presidente, Snrs. Deputados, sabemos o bem immenso que as religiosas de Sant'Anna veem praticando na Santa Casa. Ha cincoenta annos se desdobram com abnegação heroica, no serviço dos indigentes, dos misera-

veis doentes. A Santa Casa é um estabelecimento modelar, e muito deve ao zelo e ao cuidado das Irmãs, que não se descuidam do asseio, da ordem e da economia do hospital. Dedicando-se noite e dia, pelos seus doentes, estão sempre a postos, sem desfallecimentos no exacto cumprimento do dever e na sublime pratica da verdadeira caridade de Jesus-Christo.

Requeiro ainda, nomeie V. Excia. Snr. Presidente, uma commissão para levar hoje os votos de congratulações da Assembléa aos seus destinatarios.

E' este o projecto que, considerado objecto de deliberação, torna o n.º 41; A Assembléa Legislativa do Amazonas

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o ensino religioso incorporado aos programmas e regime das escolas publicas primarias, secundarias, profissionais e normaes do Estado.

Art. 2.º — O decreto que regulamentará a presente lei deve obedecer ás seguintes normas: —

§ 1.º — O ensino de religião será de frequencia facultativa, ministrado sem onus para o Estado, dentro do horario escolar, num minimo de uma aula por semana e para um grupo de, pelo menos, vinte alumnos que se proponha a recebê-lo.

§ 2.º — No acto da matricula, ou no decurso do anno lectivo, os paes ou responsaveis declaram verbalmente ou por escripto se querem ou não que seus filhos ou tutelados frequentem a aula de religião e qual a confissão religiosa que desejam seja administrada. Sem determinação, por escripto, dos paes ou responsaveis dirigida ao director do estabelecimento ou ao professor si se tratar de escola isolada, não poderão os alumnos interromper a instrução religiosa já iniciada, bem como frequentar simultaneamente mais de um curso de confissões diferentes.

§ 3.º — Cabe á autoridade religiosa competente a nomeação, designação ou substituição dos professores do ensino de religião, os quaes serão registrados na Directoria Geral da Instrução Pu-

blica. Compete também a referida autoridade a organização dos programas e aprovação dos livros a serem adoptados no curso de instrução confessional.

§ 4.º — Aos professores de outras disciplinas não é permittido impugnar os ensinamentos religiosos, ou de qualquer outro modo, offender os direitos da consciencia dos alumnos que lhes são confiados, ou fazer propaganda de qualquer credo, assim como não é lícito aos encarregados do ensino religioso provocar debates entre si ou entre alumnos de confissões diversas, sob pena do director solicitar da respectiva autoridade religiosa a designação de outra pessoa para o exercicio do cargo.

§ 5.º — Os directores dos estabelecimentos determinarão dias e horas na semana para as aulas de instrução religiosa, sendo designados dia e hora diferentes para as confissões diversas.

§ 6.º — Aos estabelecimentos particulares equiparados é facultativo ministrar apenas a instrução confessional consentanea com a sua orientação organica.

§ 7.º — E' livre aos professores do Estado leccionar materia religiosa desde que sejam nomeados por quem de direito.

Art.º 3.º — Para o effeito do ensino religioso, o Governador do Estado reconhece como autoridade competente o Bispo Diocesano de Manáos, ou, na sua ausencia, os seus immediatos representantes, e os chefes officiaes dos credos admittidos, que não attentem contra as tradições e as leis do Paiz.

Art.º 4.º — Qualquer duvida que possa surgir na interpretação desta lei, será resolvida de commun accordo entre autoridades civis e religiosas, afim de dar á consciencia das familias todas as garantias de authenticidade e segurança do ensino de religião.

Art.º 5.º — Fica o Governador autorizado a mandar rever o actual regulamento da Instrução Publica, para o fim de attender a presente lei e aos novos preceitos constitucionaes em vigor.

Art.º 6.º — Revogam-se as disposições em contrario.

Manáos, 13 de Dezembro de 1935.

(aa) Maria de Miranda Leão
Moacyr Dantas.

Padre Manoel Monteiro
Ananias Celestino de Almeida
João Nogueira da Matta.

PARECER DA COMMISSÃO DE PODERES

A Comissão de Poderes, examinando o projecto supra, declara-o *perfeitamente amparado pelo artigo 151 da Constituição do Estado*, opinando pela sua approvação.

Manáos, 13 de Dezembro de 1935.

(aa) Maria Miranda Leão, V. Presidente
Chaves Ribeiro
José Carlos Nobre da Silva, relator
Ruy Barreto

PARECER DA COMMISSÃO DE INSTRUÇÃO PUBLICA

A Comissão de Instrução Publica adopta o parecer da 2.ª Comissão, pelos seus fundamentos legais.

Manáos, 16 de Dezembro de 1935.

(a) Padre Manoel Monteiro

Approvado o requerimento da sra. Maria Leão, o sr. presidente nomeia os deputados Moacyr Dantas, Manoel Monteiro, Ariolino Azevedo e Antonio de Vasconcellos por comporem a comissão de que tratou a requerente.

Vem depois á tribuna o deputado Nobre da Silva, que lê o seguinte discurso:

Sem esse burilar de palavras creadoras de emoções, sem esse cinzelar magico e fluente que nos vae a alma e faz vibrar fibra por fibra, sem essa concepção extraordinaria de arrebatadoras imagens, modelar estylisante que só aos mestres soem fazer, sem o brilho estuante que immortalisa essas gemmas fulgentes nas scintillações das letras, como o diamante inculto a rolar dentro da vida a espera de uma lapidação onde baile um raio de luz, preso ainda a esse sentimento emotivo que as vezes nos fica eterno, como eterna recordação, venho até vós, caros collegas de Assembléa, representar como

deputado classista das Profissões-Liberaes: Pharmaceuticas, Professores e Enfermeiros. Dizer minuciosamente de cada uma destas profissões, ir buscar paginas e paginas, procurar enaltece-las com distincções que têm conhecimentos, seria roubar-vos tempo precioso. Não o farei.

Eleito Delegado — eleitor por uma pleiade de collegas que constitue quase na sua totalidade a ala moça do Syndicato Pharmaceutico do Amazonas, nulla essa primeira eleição e confiando ainda na fibratura ferrea e inabalavel que nos unio nessa campanha, tive unicamente, presados collegas, como segundo trabalho vencer pela segunda vez.

Aos collegas do Syndicato Pharmaceutico do Amazonas, meus agradecimentos, minha gratidão.

Ao Syndicato de Enfermeiros, ponto final de todas as victorias, como legitima expressão de reconhecimento: meu muito obrigado.

Pharmaceuticos, Enfermeiros, e Professores, esperam de minha actuação, dedicação e esforços para solucionar casos que venham beneficiar profissões tão uteis e indispensaveis á sociedade.

Vejo-os nos seus labores. Transpondo igarapés, charcos e tremedades, lagos tapelados de mururés, venço na voragem reboujante dos repiquetes a extraordinaria massa liquida, maior volume hydrographico do globo, penetro no hinterland, embrenho-me na mataria verde e mysteriosa e como um visionario lendario dos sonhos bandeirantes de Fernão Dias e Paschoal Moreira, vou ao barracão distante ao tapiry longinquo encontrar como um pallido reflexo dos grandes recursos da medicina moderna, a dose de remedio levada pela mão do enfermeiro.

Vivendo em contacto directo com o doente, minorando-lhe os soffrimentos, mitigando-lhe as maguas, confortando-lhe a alma, o enfermeiro na sua louvavel e sublime missão distribue um bem colectivo, alliando ao balsemo do corpo e ao conforto da alma um pouco de coração, um pouco de carinho.

E' isso que o acompanha aos altos

rios, ás cabeceiras, onde vive uma legião de torturados, um punhado de homens persistentes, que paga todos os annos num eterno tributo de morte ao surto malarico o arrojo de sua abnegação, de sua coragem, de sua vontade de vencer.

Enfermeiro na Amazonia, representa conhecer qualquer cousa do nosso hinterland, um pedaço qualquer de nossas matas.

Entregue a si mesmo, nesses momentos de exactidão onde o fiel da balança é a propria consciencia, curvado ao gral na confecção meticulosa da receita, nesse instante supremo e altruistico quando a vida é syntetizada por um fio e a dor um tetrico gemido, na extraordinaria missão de velar dentro da vida num sublime e nobilissimo gesto de solidariedade humana, atravessando todas as idades, seculos e seculos, a profissão pharmaceutica vem do primeiro doente curado com a manipulação do primeiro remedio.

Nos primitivos tempos pharmacia e medicina se confundiam; era o medico o proprio pharmaceutico: indicava e preparava o remedio.

Galeno em Roma, comquanto exercesse tambem a medicina, foi dos primeiros que se dedicaram á pharmacia.

A sua separação, que se foi lentamente operando, visava unicamente o aperfeiçoamento de cada um destes importantes ramos da arte de curar.

A missão do medico é diagnosticar e precaver medicamentos, a do pharmaceutico, como arsenal indispensavel ás lutas do medico é completar essa obra, manipulando com arte e sciencia esses medicamentos.

Desde Adromaco, Galeno, Celso, La-voisier, Bertholet e muitos outros até os nossos dias, a pharmacia vem se distinguindo ao lado da medicina, irmanada nas grandes descobertas scientificas. E' uma profissão que requer arte, dedicação especial, uma parcella grande de caridade e sobretudo muita consciencia.

...

Atravesso com extraordinaria visão os limites da Patria, diviso com olhar perscrutador a vastidão do mundo, vou da longinqua Siberia perdida nos

gelos aos rigores torridos da Arabia ensombreada de palmeiras, olho o meu Brasil, penetro nessa extraordinaria colmeia humana que existe em toda a parte e em centenas de linguas differentes, em centenas de formas se aprende a mesma cousa: — vou á Escola.

Encontro-a sempre e com ella esse mesmo sentimento que nos acompanha após os primeiros passos, ainda no inicio da vida, quando vamos beber os primeiros ensinamentos, receber o primeiro raio de luz, guiado por essa abnegação, esse espirito superior, esse sacerdocio: — o professor, o mestre.

Da escola primaria aos bancos gymnasiaes, dos bancos gymnasiaes aos cursos academicos, dos cursos academicos á pratica profissional na escola da vida.

Sem essa vontade de saber, sem esse movimento a humanidade se despenharia na barbaria, porque elle é o progresso, elle é a esperanza, elle é a gloria do mundo.

...

Agronomos, medicos, advogados e dentistas, conquanto não se fizessem representar, constituindo seus delegados eleitores pela tardia legislação de seus syndicatos, merecem no entanto, de minha parte, nesta casa de trabalhos, especial devotamento e merecida attenção.

...

Senhores deputados, ao terminar, preso ainda ao vosso convívio acolhedor neste segundo contacto que tivemos: nós, representantes classistas, vós, lidima expressão da soberania popular, confraternisado num mesmo sentimento, sem distincção partidaria de ideaes politicos, quero neste momento que minhas ultimas palavras sejam uma saudade, um grito de reconhecimento á vossa fidalguia.

Senhores deputados:

Fu vos saúdo!

Segue-se na tribuna o sr. Aristides Rocha, que assim se exprime:

Sr. Presidente.

O telegrapho annunciou o falleci-

mento, na Capital Federal, do sr. José Felix Alves Pacheco.

Incontestavelmente, sr. presidente, o Norte, no meu e no conceito daquelles que costumam fazer justiça, é o viveiro intellectual da Nação.

Por um defeito innato ao nortista, nós não costumamos dar valor aos nossos grandes expoentes intellectuaes. Ao contrario, procuramos diminuir-os, o que não se observa no Sul, onde muitas mediocridades são proclamadas como altas competencias, onde muito homem nullo é proclamado estadista; porque alli, ha, por assim dizer, uma especie de associação de elogios mutuos, para que aquelles homens se elevem e atinjam as grandes culminancias do Paiz.

Nós, no Norte, temos a preocupação de demolir, de desfazer no conceito, mesmo dos homens do Sul, das qualidades daquelles que se elevam pela intelligencia, caracter e capacidade de administração.

José Felix Alves Pacheco, sr. presidente, sem favor, era um daquelles exnotes intellectuaes do Norte!

Homem publico, elle occupou as mais elevadas posições: — deputado federal, senador da Republica, ministro do exterior, emprestando a todas ellas o brilho invulgar de sua intelligencia e de sua cultura!

Homem politico de caracter! Uma vez dissentindo da situação dominante de sua terra que o havia eleito, o seu primeiro gesto foi chegar á Camara e renunciar as funções de seu mandato. Acto continuo, o povo de seu Estado, em unanimidade o elegeu! Ficava esse gesto a assignalar que Felix Pacheco era, como politico, um homem de caracter e profundas convicções!

Jornalista, começando como repórter na imprensa, na Capital Federal, elle chegou, sr. presidente, a redactor-chefe e posteriormente director e proprietario do maior jornal da America do Sul: — "O Jornal do Commercio".

Como funcionario publico foi elle quem iniciou os processos dactyloscopicos no Brasil. A Policia do Districto Federal deve-lhe este grande e involvidavel serviço.

Homem de letras, elle teve a consagração do povo brasileiro, notadamente da classe de expoentes culturais do Brasil. Elegeram-no para fazer parte da Academia de Letras da Nação.

Era, ao lado de tudo isto, sr. presidente, um homem profundamente bondoso e profundamente sincero!

Conheci Felix Pacheco no Senado da Republica. Na occasião da primeira revolução paulista, elle, ministro do exterior, accumulando as funções de ministro do interior, foi, por assim dizer, a cabeça pensante, o braço forte com que contou a situação dominante da Nação, para evitar que o Brasil naquella occasião tivesse cahido, emergido num verdadeiro caos!

A imprensa do Brasil inteiro, neste momento, chora o desaparecimento de Felix Pacheco! Os homens politicos do Brasil prestam-lhe, por occasião de seu fallecimento, as mais inolvidaveis homenagens. Votos de pezar foram consignados nas actas quer da Camara, quer do Senado Federal.

Agora, sr. presidente, um facto que diz de perto no Amazonas:

—Quando em 1910 houve a barbaria do bombardeio da cidade de Manaus, essa crueldade que aquelles que assistiram nunca mais esquecerão, o governador de então, o coronel Antonio Bittencourt, cuja memoria invoco com a reverencia que elle merece, mandou um telegramma circular a todos os governadores dos Estados, protestando contra o acto inominavel e barbaro do bombardeio de Manaus. A unica situação dominante que solidarisou-se com o Amazonas, foi o Piahy! Devesse este serviço a Felix Pacheco! Foi elle que influíu perante a situação dominante do seu Estado, que lhe obedeceu. Foi elle, no "Jornal do Commercio" que iniciou a campanha e obrigou o sr. Nilo Peçanha a mandar repór o Governador do Estado do Amazonas.

E' um serviço que esta terra não deve olvidar e neste momento em que o grande politico desaparece, requeiro que v. excia. consulte a Assembléa Legislativa do Estado do Amazonas, si permite que na acta da sessão de hoje seja consignado um voto de pro-

fundo pezar pelo fallecimento de José Felix Alves Pacheco, e se transmita, neste sentido, um telegramma ao Governo do Estado que elle representou — o Piahy, outro á familia do illustre morto e ao "Jornal do Commercio" que elle dirigia".

Posto a votos o requerimento do sr. Aristides Rocha, é approvedo.

O sr. Ariolando Azevedo envia á Mesa o projecto de reforma do Regimento Interno, o qual toma o n. 42 e vae a imprimir.

A seguir, profere o sr. Genesino Braga este discurso:

Sr. Presidente.

Ao erguer-me a vez primeira nesta casa — reducto das tradições culturais mais gloriosas do Amazonas — tenho o peito escudado nas aspirações distantes de uma classe, abnegada collectividade de edificadores da ordem administrativa, de soldados da lei, cujas fileiras vêm sendo renovadas, de geração em geração, ao embalo das promessas mal cumpridas, ao succeder das decepções, entediada de projectos irrealizaveis. Sou o funcionario publico. Tenho no peito, accumulados, os gemidos sem echo de quasi cem annos de olvido. Venho do coração da minha classe, com as armas das suas primeiras conquistas, nas campanhas sociaes. La fóra, sentados no batente da esperanza, ficaram mais de mil apostolos do dever cumprido. Innumeros delles, talvez a maioria, têm, já, a cabeça cançada polvilhada pela neve dos desganhos. Curvados sobre a mesa do labor, sob a mão de ferro dos regulamentos, illumina-lhes a vida a alegria do trabalho, porque o trabalho ainda é para elles, a verdadeira alegria da vida.

Sr. presidente: Dos cidadãos que constituem o grupo aqui por mim representado somente deveres se havia exigido até então.

Quasi todos os direitos lhes vinham sendo negados, até que um delles, recebendo o amparo da legislação revolucionaria, veio cahir como um raio de luz nas trevas de um carcere. Queiro referir-me aos direitos emanados

da actual legislação social do paiz. Estendendo ao funcionario publico o direito de representar-se nos parlamentos, deram os legisladores á minha classe a oportunidade de ha muito almejada, para, pela voz de seu legítimo delegado, vir trazer directamente aos delegados do povo, hombro a hombro, face a face, a palavra reivindicadora da classe e o appello da sua consciencia collectiva. Não podemos obscurecer o amparo que temos recebido nesta hora renovadora. Ao elaborar a lei magna do Estado, a Assembléa Amazonense, ditando-nos deveres justificaveis pela razão, deunos direitos apreciaveis que, apesar de incompletos, bem reflectem o sentimento de altruismo que inspirou os legisladores. Nos artigos 158 a 165 da Constituição do Amazonas, sente-se o sabor da intenção feliz, a inspiração da justiça verdadeira para os transgressores e para os cumpridores do dever. Aquelle artigo 159, com o seu parographo 1.º, estabelecendo que "os funcionarios publicos, depois de dois annos, quando nomeados mediante concurso de provas e, em geral, depois de dez annos de effectivo exercicio, só poderão ser demittidos em virtude de sentença judiciaria, ou processo administrativo, regulado por lei e no qual lhes será assegurada plena defesa", e os "que contarem menos de dez annos de serviço publico effectivo não serão exonerados senão por justa causa", demonstra que os homens desta casa não ficaram ao todo indifferentes á sorte dos dignos servidores do Estado. Merecem a gratidão da minha classe as alíneas referentes á aposentadoria, por compulsoria, por invalidez, por tempo de exercicio; á inalterabilidade dos vencimentos do funcionario aposentado; ao direito de recurso contra as decisões disciplinares; á licença-premio de seis mezes, de cinco em cinco annos, de ininterrupto exercicio e á licença de tres mezes á funcionaria gestante; á garantia de um mez de vencimentos aos herdeiros do funcionario fallecido. Devemos ao espirito elevado dos nossos legisladores essas conquistas amaveis. Resta-

lhes, porem, completar essa obra iniciada sob tão felizes auspícios, realizando, por meio da LEI de que trata o artigo 160, as disposições completivas, claramente definidas, das normas estabelecidas nas suas alíneas, para que possa, de uma vez, a confiança penetrar inabalavel no coração reconhecido do funcionalismo. Como bem affirma o ex-senador Lopes Gonçalves — uma das culturas juridicas mais respeitadas do paiz — somos "um verdadeiro exercito civil, tão imprescindivel e patriótico quanto as forças e organização militares, sendo incontestavel que a quasi unanimidade do nosso funcionalismo é composta de empregados honestos e competentes, de civismo e muita dedicação ao trabalho. Em geral — refere o illustre constitucionalista no seu volumoso commentario á Constituição de 16 de julho — os nossos funcionarios publicos são operosos e pontuaes no desempenho de seus cargos, primando pela delicadeza e rigorosa observancia das leis e seus regulamentos.

Leaes e fideis auxiliares do governo em seus relatorios e informações, na applicação e exegese dos textos legais, a administração publica, na União, Estados, Municipios, Districto Federal e Acre, muito lhes deve e, sem a efficiencia e prompta, modesta e sincera collaboração dos mesmos, difficil, senão impossivel, seria movimentar-se a machina governativa".

Ora sr. presidente, eis aqui um testemunho insuspeito de um homem que, segundo confessa, nunca foi funcionario publico, mas que passou quasi toda a sua existencia entre esses amigos da ordem, como Secretario do Estado, Procurador Fiscal, advogado e senador federal, durante dezasete annos. Somos, entretanto, mal comprehendidos por certos espiritos pouco rascaveis. Não aspiramos privilegios inexequíveis, nem proventos absurdos. Pedimos apenas as compensações que merecemos e a que fazemos jús pela nossa dedicação, lealdade e amor á causa publica. Pleiteamos melhoria de vencimentos? É' um movimento a que nos impelle a lucta

pela vida. Somos relativamente mal pagos. Confrontando-se os orçamentos passados — as collecções de leis ahí estão — verifica-se uma desconcertante proporção no acrescimo dos ordenados ante o encarecimento da vida. Vejamos. Em 1890, um chefe de secção percebia os vencimentos mensaes de 300\$000 e um amanuense os de 180\$000, tomando-se por base o quadro de funcionarios da Secretaria do Estado.

O sr. Nunes de Lima — V. excia. dá licença para um aparte?

Enquanto augmentaram 3 ou 4 vezes a contribuição, não augmentaram os vencimentos.

O sr. Genesino Braga — Em 1897 houve um augmento, no primeiro, para 330\$000 e, no segundo, para 200\$. Em 1900, foi o vencimento do chefe de secção orçado em 660\$000 e o de amanuense em 350\$000. Onze annos depois, em 1911, fixaram para um chefe de secção 800\$000 e, para amanuense, 400\$000. A situação do magisterio primario não é mais auspiciosa. O orçamento de 1890 fixou em 126\$333 os vencimentos de um professor de terceira entranca e, em 200\$000, os de 1.^a entranca. O anno de 1897 beneficiou aquelle com um augmento para 200\$00 e este para 350\$000. Novo acrescimo fixou o orçamento de 1900, dando 250\$000 ao professor de 3.^a entranca e 400\$ ao de 1.^a. Em 1911 eleva para 280\$000 os vencimentos daquelle e, para 500\$00 os deste. Estamos nos ultimos dias de 1935. São decorridos quasi 25 annos. E um chefe de secção ainda recebe os mesmos 800\$000 do augmento de 1911 e um amanuense marca passo nos mesmos 400\$000 daquelle epoca. O professor de 3.^a entranca tem os seus vencimentos fixados em 250\$000 e, o de 1.^a, em 380\$000, menos 30\$000 e 120\$000, respectivamente, que em 1911. Dentro destes 25 annos, sr. presidente, o quanto tem a vida encarecido... E' possivel a um funcionario publico, que, pela Constituição, será solidariamente responsavel com a Fazenda Publica pelos prejuizos que a ella acarretar e que, por essa mesma Constituição, está impedido de exercer

quaesquer actividades estranhas ás funcções de seu cargo; é possivel a um funcionario publico, em regra chefe de familia numerosa — perguntado — manter-se em 1935 com os mesmos ordenados de 1911? E' possivel a um professor primario enfrentar a vida, em 1935, com vencimentos inferiores aos de 1911? Positivamente, não. Parece, portanto, diante de tão positiva demonstração, á luz infallivel dos algarismos, estar cabalmente justificada a razão de ser dessa modesta aspiração.

Agora, permitindo as possibilidades financeiras do Estado, essa compensação, que se afigura justissima, que ella seja realizada de modo geral, abrangendo a todos os funcionarios, sem preferencias, sem excepções. Augmento proporcional, equitativo, tendo em vista o grau de responsabilidade das funcções; mas augmento para todos. Si a tal, porem, não comportar a situação financeira, se o proximo orçamento não permittir um acrescimo de tal natureza no capitulo da despesa, odioso seria augmentar-se os vencimentos de uns e manter-se na situação anterior os de outros.

O sr. Paula Goncalves — Muito bem!

O sr. Genesino Braga — Este é o nosso ponto de vista colectivo: queremos a distribuição equitativa da justiça. Guardadas as proporções, todos somos collaboradores sinceros dos poderes publicos.

Sr. presidente: A collectividade que tenho a honra de aqui representar, pelo sentimento da sua grande maioria, affirma-se na mentalidade conservadora. Não temos illusões a deitar ao mar, nem sonhos dourados a desperdiçar no futuro. Somos todos filhos dessa Democracia que resplandece no firmamento politico do Brasil.

O sr. Aristides Rocha — Tão sem razão amaldiçoada pelo sr. Gôes Monteiro!

O sr. Genesino Braga — Dentro dessa Democracia é que nasceram os nossos anseios de conquista; dentro dessa Democracia é que rondam todas as nossas aspirações; dentro dessa Democracia é que antevemos todas as nossas possibilidades. No terreno da

ordem social e politica, o que aspiramos, para cada grupo social, é uma organização politica em que esses grupos se reconheçam realmente representados; é uma organização politica na qual se realize a justiça de modo mais completo; é uma organização politica em que as actividades honestas se possam livremente desenvolver, sem outras limitações que não sejam as resultantes da propria coexistencia. E essa aspiração, que não é a de uma classe apenas, mas a de todas as classes e a de todo um povo, só poderá ser encontrada na Democracia, unica forma de Estado que corresponde aos sentimentos mais profundos do homem e ás necessidades vitaes das sociedades cultas;

O sr. Aristides Rocha — Muito bem! Apoiado!

O sr. Genesino Braga — (continuando) unica forma de Estado que melhor pode attender ao bem geral, á necessidade de justiça nas relações humanas e á liberdade civil e politica de um povo. Todas as fundas angustias, que o povo brasileiro tem soffrido, todas as horas de incerteza, que têm sacudido o panorama social e politico do paiz — não provêm do regimen, nem da forma de Estado que adoptamos, mas da maneira de penetrar o seu verdadeiro sentido ideologico e das normas executoras de seu elevado espirito doutrinário.

O sr. Felix Valais — Pelas deturpações que lhe têm feito as tyrannias.

O sr. Genesino Braga — A synthese da doutrina democratica é perfeita: Liberdade dentro da ordem, egualdade em face da lei e justiça garantindo a ordem, a liberdade e a egualdade. Eis ali a verdadeira legenda da Democracia, muitas vezes profanada por certos criterios de ordem individual e partidaria.

No meu pensar, essa Democracia, na qual tão inspiradamente se transfundira a alma do povo brasileiro, é a unica ideologia em que melhor as classes poderão trabalhar as suas reivindicações, fruir os efeitos das suas conquistas empolgantes, pela força incontestavel da razão, pela verdade da justiça, para que se torne em realidade

de sagrada o lema ORDEM E PROGRESSO da bandeira da patria e permitir a ascensão gloriosa para os ideaes que a vida humana fôr criando, nas antevisões do futuro. Foi nessa ideologia que os direitos da minha classe principiaram a ser moldados. Foi sob o céu da Democracia que recebemos o direito de representação nos parlamentos. Ha de ser, portanto, ao fulgor desse sol que chegaremos á meta idealizada.

Sr. presidente: Ao ingressar nesta casa — reducto das tradições culturais mais gloriosas do Amazonas — sacario do pensamento renovador — esplendor da consciencia robusta de um povo — honra e gloria de uma geração que se levanta — tenho, no coração em festas, na alma reconhecida, para os homens que na hora actual, hontam este parlamento, as saudações mais sinceras, mais amigas e mais effusivas dos funcionarios publicos amazonenses.

Deixando a tribuna o sr. Genesino Braga, occupa-a, immediatamente, o sr. Alfen Thaumalurgo, manifestando-se deste modo:

Srs. Representantes do Povo:

A presença dos legitimos deputados, mandatarios das classes trabalhistas, que somos nós, eleitos pelos nucleos proletarios, nesta augusta Assembléa, digna e elevada expressão da soberania popular, é a mais brilhante e a mais significativa das conquistas alcançadas pelas classes trabalhadoras do paiz.

Reflectem-se no Amazonas, nesta terra em que se cultuam, com especial carinho, todos os postulados de nossa Magna Carta, neste pedaço da Patria, onde a Lei fez de verdade, o seu imperio, depois do surto renovador de 1930, reflectem-se aqui, disse eu, os clarões intensos dos verdadeiros triumphos oblidados pelo proletariado nacional.

Eleito pelas classes trabalhistas, sinto-me bem, porque vim sem compromissos de ordem partidaria, sem obrigações e disciplina de caracter politico, livre como as consciencias que

me elegeram, soberano para quaesquer attitudes, que me indicarem os interesses de meus representados.

Não conheço chafes, tão pouco obedeço a qualquer orientação differente da que me tracei, a mim proprio, quando escolhido pelos meus companheiros.

O meu orientador e a palavra de ordem estão, eu vol-o affirmo, nas ordens recebidas de meus camaradas e no zelo, no cuidado em defender, quanto me permittam a intelligencia e as energias, os seus direitos e o seu bem-estar.

Isso, aliás, não me impede de confessar desde já, que faço questão de manter com o Governo actual do Estado a melhor cordialidade, emprestando-lhe todo o apoio, que é o de meus companheiros, desde que as suas directrizes e as suas normas, geralmente applaudidas, não se modifiquem.

O Governador Alvaro Maia, pelas suas bellas qualidades cívicas, pela honestidade com que se tem imposto, pelo admiravel zelo administrativo, sobretudo, pelo especial desvelo revelado aos interesses geraes do operariado, merece a minha solidariedade e o meu apreço que são tambem os de meus representados.

Procurarei, no desempenho da difficil tarefa que me foi confiada pela sympathia, digamos, por simples estima de meus companheiros, corresponder aos seus anseios, limitando-me á acção e deixando as palavras para os que tiverem dotes tribunicios.

Apreciando as virtudes intellectuaes de meus collegas nesta casa, saberei qual a posição que me cabe e não me deixarei deslumbraer pela victoria, vestindo-me de qualidades que nunca tive.

As palavras serão poucas.

Prometto, porém, a melhor actividade e a segurança de que, quando me sentir incapaz das responsabilidades de tão espinhoso encargo, saberei sem corar, sem me sentir diminuido, abrir um claro para outro, que melhor corresponda ás aspirações dos que me mandaram a esta Assembléa. Eu vos

saúdo, srs. representantes do Povo Amazonense.

Passando-se á segunda parte da ordem do dia, são dados para discussão, em segundo turno, o projecto n. 35, que é approved, e em terceiro o n. 22, que, a requerimento do sr. Aristides Rocha, apoiado pela sr. Maria Leão, é adiado, até que a Assembléa tenha conhecimento de que se acham juridicamente organizadas as sociedades referidas no projecto.

Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente suspende os trabalhos, marcando para amanhã esta ordem do dia: primeira parte, regimental; segunda, terceira discussão do projecto n. 12, referente a impostos de exportação dos productos do Estado.

Sessão de 10 de Dezembro

Presidência do sr. João Verçosa. — Secretarios — srs. Nogueira da Matta e Carlos Machado.

A' hora regimental, presentes os srs. João Verçosa, Nogueira da Matta, Carlos Machado, Leopoldo Neves, Felix Valois, Ananias de Almeida, Moacyr Dantas, Maria Leão, Paula Gonçalves, Manoel Monteiro, Ariolino Azevedo, Vivaldo Lima, Ruy Barreto, Armando Madeira, Antonio Vasconcellos, Felismino Soares, Aristides Rocha, Arthur Bonates, Manoel Lobo, Francisco Caetano, Alfen Thaumaturgo, Genesino Braga e José Carlos Nobre, faltando com causa justificada os srs. Ary Cahn e Benjamin Ferreira e sem ella os demais deputados, é aberta a sessão.

Lida e approveda sem debate a acta de nove, com uma ligeira rectificação do sr. Ariolino Azevedo, referente ao projecto de reforma do regimento, que foi de sua iniciativa e não de alguma commissão, o primeiro secretario apresenta este

EXPEDIENTE

Mensagem do Governador do Estado, capeando um memorial de commerciantes de fumo e fabricantes de cigarros, suggerindo varias medidas que interessam o seu ramo de negocio.

Radio do presidente da Assembléa de Sergipe, communicando a eleição da respectiva Mesa.

Lido o expediente, é suspensa a sessão por dez minutos, afim dos deputados organizarem suas chapas para a eleição de supplentes das commissões regimentaes.

Reaberta e designados para escrutinadores os deputados Felismino Soares e Manoel Lobo, corre o escrutínio, verificando-se este resultado :

Para a Commissão de Poderes, José Carlos Nobre da Silva, 19 votos e 4 cédulas em branco. Para a terceira Commissão, Finanças e Orçamento, Genesino Braga, 18 votos e 5 cédulas em branco. Para a quarta Commissão, Agricultura, Industria e Commercio, Francisco Caetano, 19 (dezenove) votos e 4 cédulas em branco. Para a quinta Commissão, Instrução e Saúde Publica, Alfen Thaumaturgo, 18 votos e cinco cédulas em branco. Proclamados os eleitos, é annunciada a primeira parte da

ORDEM DO DIA

Pede a palavra o sr. Felismino Soares e, depois de ligeiras considerações, envia á Mesa a certidão da Sociedade Beneficente União Popular, registada no Cartorio de Titulos e Documentos, a qual é remettida á Commissão de Poderes.

Segue-se na tribuna o sr. Vivaldo Lima, que faz o necrologio do professor Charles Richet, referindo-se com muitos elogios á obra desse cientista e relembando sua visita ao Amazonas ao tempo da administração do coronel Antonio Bittencourt. Terminando, o sr. Vivaldo Lima requer a inserção na acta de um voto de pesar, o que a Casa concede por unanimidade. O mesmo deputado pede ainda que seja nomeada uma commissão para sentimental o sr. Chaves Ribeiro, em virtude do passamento de sua irmã. Deferido o requerimento, o presidente nomeia para o fim indicado os srs. Arthur Bonates, Felix Valois e Vivaldo Lima.

Com a palavra, o sr. Antonio de Vasconcellos participa que a commissão designada para cumprimentar as

irmãs de Santanna em nome da Assembléa, se desempenhou do encargo.

Passando-se á segunda parte da ordem do dia, entra em terceira discussão o projecto n. 12, que é approvado, com uma emenda do deputado Leopoldo Neves, sendo enviado á commissão competente.

Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente suspende os trabalhos, marcando para ordem do dia de amanhã : primeira parte, regimental; segunda, terceira discussão do projecto n. 35, que manda contar tempo de serviço a Sergio do Areal Souto, para effeito de aposentadoria.

Sessão de 11 de Dezembro

Presidência do sr. João Verçosa. — Secretarios — srs. Nogueira da Matta e Carlos Machado.

A' hora regimental, presentes os srs. João Verçosa, Nogueira da Matta, Carlos Machado, Leopoldo Neves, Felix Valois, Ananias de Almeida, Maria Leão, Paula Gonçalves, Manoel Monteiro, Ariolino Azevedo, Vivaldo Lima, Ruy Barreto, Nunes de Lima, Armando Madeira, Tito Bittencourt, Antonio de Vasconcellos, Felismino Soares, Aristides Rocha, Arthur Bonates, Francisco Caetano, Alfen Thaumaturgo, Genesino Braga e José Carlos Nobre, faltando com causa justificada os srs. Ary Cabn e Benjamin Ferreira e sem ella os demais deputados, é aberta a sessão.

Lida e approvada sem debate a acta anterior e não havendo expediente, passa-se á primeira parte da

ORDEM DO DIA

Pede a palavra o sr. Genesino Braga e, pela Commissão de Orçamento, envia á Mesa parecer favoravel á exposição do Governador do Estado, solicitando abertura de credito no orçamento, na conformidade do pedido da Directoria da Fazenda. O mesmo deputado requer logo dispensa de impressão e interstício para o parecer, fallando a respeito o sr. Leopoldo Neves, que esclarece os motivos do requerimento do sr. Genesino Braga, considerando-o urgente e inadiavel,

dada a escassez de tempo para discussões. Vem á tribuna o sr. Aristides Rocha, que também esclarece o ponto de vista da minoria a respeito do parecer da comissão e encerra as suas considerações dizendo concordar com a medida proposta, apenas para não crear embaraços á administração pública.

Continuando a discussão e não havendo mais quem queira fallar sobre o parecer, é este posto a votos e aprovado. Retorna á tribuna o sr. Leopoldo Neves, que pede seja dado em terceira discussão aquelle parecer na segunda parte da ordem do dia. É' aprovado o requerimento.

Segue-se na tribuna o sr. Ruy Barreto, que diz o seguinte :

Sr. Presidente.

Designado para relatar, na Comissão de Constituição e Poderes desta Assembléa, o officio do sr. presidente do Tribunal Regional Eleitoral, comunicando competir-nos a designação das datas para a installação das Camaras Municipaes e consequente posse dos vereadores eleitos, neste Estado, tenho o maximo prazer de submeter á consideração da casa prazos quasi immediatos, visto não só o meu grande desejo de apressar as ultimas etapas, aliás primordiales, da perfeita constitucionalização do nosso Estado, como também, pela exiguidade de tempo que fica ás Camaras para o cumprimento das attribuições que lhes são conferidas tanto pelas instrucções eleitoraes vigentes como pela lei da nova organização dos municipios.

Assim, indicamos as datas de quatorze e vinte do corrente mez, para a installação das Camaras, respectivamente, deste municipio e do interior.

Tratando-se de materia de visivel urgencia, requeiro a dispensa de impressão e interstício legais, afim de que possa essa indicação ser submetida, hoje mesmo, a terceira discussão.

É' aprovado o requerimento do sr. Ruy Barreto.

Falla depois o sr. Vivaldo Lima, que assim se exprime :

Sr. Presidente.

Requeiro a inserção na acta dos nossos trabalhos de hoje, de um voto de pesar pelo fallecimento do coronel Felipe Joaquim de Sousa Netto, que era supplente de deputado a esta Assembléa.

Funcionario publico, tendo chegado até o alto posto de inspector do Thesouro do Estado, foi ultimamente presidente da Sociedade dos Funcionarios Publicos.

Deixou no Amazonas saudades no seio de seus amigos, assim como na aggremação politica de que fazia parte.

Peço, portanto, que v. excia. submeta á apreciação da Casa, este requerimento.

Posto em discussão e votação é' aprovado esse requerimento por unanimidade.

Passando-se á segunda parte da ordem do dia, são approvados : em terceira discussão o projecto numero 35, que vac á comissão de redacção, e o parecer da comissão de fazenda, relativo á abertura de creditos no orçamento vigente; e, em discussão unica, a indicação que fixa as datas para installação das Camaras Municipaes da capital e do interior.

Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente suspende os trabalhos, marcando para a proxima ordem do dia — o que occorrer.

Sessão de 14 de Dezembro

Presidencia do sr. João Verçosa. — Secretarios — srs. Nogueira da Matta e Carlos Machado.

A' hora regimental, presentes os srs. João Verçosa, Nogueira da Matta, Carlos Machado, Felix Valois, Ananias de Almeida, Moacyr Dantas, Maria Leão, Paula Gonçalves, Manoel Monteiro, Ariolino Azevedo, Vivaldo Lima, Leopoldo Peres, Ruy Barreto, Armando Madeira, Tito Bittencourt, Antonio de Vasconcellos, Aristides Rocha, Arthur Bonates, Francisco Caetano, Alfes Thaumaturgo, Genesino Braga e Carlos Nobre, faltando com causa justificada os srs. Cosme Ferreira, Julio Lima, Ary Cahn, Antovilla Vieira, Phil-

ladolpho de Moraes e Benjamin Ferreira, e sem ella os demais deputados, é aberta a sessão.

Lida e approvada a acta anterior, o primeiro secretário apresenta o seguinte

EXPEDIENTE

Mensagem do Governador do Estado, agradecendo a comunicação de haver a Assembléa fixado a data para instalação dos conselhos municipaes e submettendo á consideração da mesma uma petição em que Cursino Dias da Gama pleiteia equiparação do seu cargo.

Officio do presidente da Corte de Appellação, solicitando uma pensão de duzentos mil réis para o official de justiça Francisco Nascimento de Andrade, que se invalidou no serviço publico.

Idem da Associação Commercial do Amazonas, juntando copia de um telegramma do deputado Cosme Ferreira, relativamente ao prazo para exportação de peles, couros, etc.

Petição dos proprietarios de serrarias de Manãos e Itacoatiara, fazendo suggestões sobre assumptos de seu commercio.

Findo o expediente e pasando-se á primeira parte da

ORDEM DO DIA

vem á tribuna o sr. Aristides Rocha, que, falando sobre a necessidade da reorganização da Força Publica, envia á Mesa, sobre esse assumpto, um projecto que toma o numero quarenta e oito e vae á commissão competente.

Está assim redigido :

A Assembléa Legislativa do Amazonas

DECRETA

Art. 1.º — Fica creada a Força Policial do Estado do Amazonas para o

exercício de 1936 e compôr-se-á de tresentos e oito homens, assim distribuidos :

- Um Batalhão de Caçadores.
- Uma Companhia de Bombeiros.
- Um Pelotão de Cavallaria.
- Uma Secção de Metralhadoras.

Art. 2.º — O pessoal da Força Policial terá a classificação do quadro annexo.

Art. 3.º — Os vencimentos dos officiaes, praças, auxiliares e demais despesas da Força Policial são fixados na tabella annexa.

Art. 4.º — Para a manutenção da Força Policial fica o Poder Executivo autorizado a dispender, no referido exercício, a importancia de novecentos e vinte e oito contos, cento e vinte e um mil e quinhentos réis (928:121\$500), de accordo com a tabella annexa a esta lei.

Art. 5.º — O Governo dispensará 100 guardas civis, que serão aproveitados na Força Policial.

Art. 6.º — A Prefeitura da Capital recolherá ao Thesouro, a 1.º de cada mez, a importancia para o custeio da Companhia de Bombeiros, que ficará sob a direcção exclusiva da Força Policial.

Art. 7.º — Serão chamados á actividade todos os officiaes da antiga Força Policial extincta, que estejam em disponibilidade, confirmando nos postos a todos os officiaes graduados.

Art. 8.º — Revogam-se as disposições em contrario.

S. S. em 14 de dezembro de 1935.

Aristides Rocha
Leopoldo Peres
Ariollino Azevedo
Armando Madelra
Tito Blittencourt
Arthur Bonates

Força Policial do Estado do Amazonas

AUXILIAR DO EXERCITO ACTIVO

Tabella de fixação da despesa da Força Policial do Estado do Amazonas para o Exercício de 1936

Classificação	VENCIMENTOS		
	Por mez	Por anno	TOTAL
a) Pessoal:			
1 Tenente-Cel Commandante	1.200\$000	14.400\$000	14.400\$000
1 Major sub commandante.	950\$000	11.400\$000	11.400\$000
1 Capitão Ajudante.....	750\$000	9.000\$000	9.000\$000
1 Capitão Medico.....	750\$000	9.000\$000	9.000\$000
1 C p tão Auditor de Guerra	750\$000	9.000\$000	9.000\$000
4 Capitães Commandantes de Companhias.....	750\$000	9.000\$000	36.000\$000
1 1.º Tenente Thesoureiro	575\$000	6.900\$000	6.900\$000
1 2.º Tenente Secretario...	450\$000	5.400\$000	5.400\$000
5 1.ºs Tenentes Subalternos.	575\$000	6.900\$000	34.500\$000
9 2.ºs Tenentes Subalternos.	450\$000	5.400\$000	48.600\$000
1 Sargento Ajudante.....	150\$000	1.800\$000	1.800\$000
6 1.ºs Sargentos	125\$000	1.512\$000	9.072\$000
1 1.º Sargento mestre de musica.....	330\$000	3.960\$000	3.960\$000
12 2.ºs Sargentos.....	90\$000	1.080\$000	12.960\$000
3 3.ºs Sargentos.....	72\$000	864\$000	7.776\$000
37 Cabos	68\$000	792\$000	29.204\$000
176 Soldados	64\$000	648\$000	114.048\$000
6 Soldados corneteiros.....	57\$000	684\$000	4.104\$000
4 Soldados Tambores.....	57\$000	684\$000	2.736\$000
1 Soldado clarim.....	57\$000	684\$000	648\$000
8 Musicos de 1.ª classe.....			28.340\$000
12 Musicos de 2.ª classe.....			37.440\$000
10 Musicos de 3.ª classe.....			29.400\$000
Gratificação ao 1.º sargento mestre da banda de musica, graduado em 2.º Tenente.	80\$000	960\$000	960\$000
Gratificação ao 2.º sargento contra-mestre da banda de musica.....	50\$000	600\$000	600\$000
b) Material:			
1 Fardamento para 283 praças			58.000\$000
2 Forragem e ferragens para 30 an-imaes.....			40.000\$000
3 Arreioamento e remonta do Piquete de Cavallaria.....			5.000\$000
4 Material de Expediente.....			4.000\$000
5 Conservação, limpeza, roupa de cama, condução, etc.			5.000\$000
6 Enterramento de officiaes e praças.....			2.000\$000
7 Material para o Posto Medico.....			1.200\$000
8 Limpeza e conservação do Quartel.....			4.000\$000
9 Aquisição de Material e conservação da Companhia de Bombeiros.....			5.000\$000
c) Etapa para 28 Sargentos á razão de 5\$000 e para 224 praças, sendo 37 cabos, 176 soldados, 6 corneteiros, 4 tambores e 1 clarim á razão de 3\$500.....			337.250\$000
Etapa do official de dia.....			1.277\$500
SOMMA.....			928.121\$600

OBSERVAÇÕES

- 1—Os vencimentos compõem-se de soldo, gratificação e etapa.
- 2—O soldo compõe-se de 2/3 do soldo actual, o restante a gratificação.
- 3—A praça licenciada por mais de 60 dias perderá o direito á gratificação e por mais de 90 á etapa, no caso de prorrogação.

Força Policial do Estado do Amazonas

AUXILIAR DO EXERCITO ACTIVO

Exercido de 1936

B) Material

Ns.	DESIGNAÇÕES	Por anno	Total
1	Fardamento para 283 praças.....	58:000\$000	
2	Forragem e ferragem para 30 animais	40:000\$000	
3	Arreioamento e remonta do P/Cavallaria	5:000\$000	
4	Material de expediente.....	4:000\$000	
5	Conservação, limpeza, roupa de cama, condução, etc.....	5:000\$000	
6	Enterramento de officiaes e praças	2:000\$000	
7	Material para o Posto Medico	1:200\$000	
8	Limpeza e conservação do Quartel.....	4:000\$000	
9	Acquisição de material e conservação da Companhia de Bombeiros.....	5:000\$000	124:200\$000

Obtendo em seguida a palavra, o sr. Leopoldo Neves tambem apresenta o projecto abaixo, o qual toma o numero 49 e é dispensado de impressão e interstício para entrar em segunda e terceira discussão, na segunda parte :

PROJECTO N.º 49

A Assembléa Legislativa do Amazonas

DECRETA :

Art. 1.º — Crea o imposto de vendas mercantis e consignações, effectuadas por commerciantes, productores e industriaes, autorizado pela letra E do art. 43 da Constituição do Estado, devendo ser cobrado e fiscalizado de accordo com as normas estabelecidas na presente lei :

Art. 2.º — A taxa do imposto será uniforme em razão de 8% sobre o valor da operação commercial, em que recaia, sendo devido uma unica vez sobre as transacções da mesma mercadoria.

CAPITULO I

Art. 3.º — O imposto de vendas mercantis incidirá sobre :

a) — A primeira operação de venda das mercadorias importadas por qualquer via, para o consumo no territorio do Estado, ou fora d'elle, inclusive as vendidas sob a forma de productos industrializados;

b) — A operação de venda de pro-

ductos regionaes de exportação, qualquer que seja a sua natureza e a sua procedencia, mesmo quando não destinados áquelle fim;

c) — A primeira operação de vendas de mercadorias de qualquer natureza fabricadas no Estado para seu consumo, quando não effectuada pelo pequeno productor, conforme define a presente lei, ou nos casos em que a venda das mesmas seja feita ao consumidor;

d) — As consignações de tributos estaduais, ou similares de outras procedencias, ás praças de fóra do Estado, quando não occorra venda para exportação, a que se refere a *aliena b*, excluidas as mercadorias destinadas ás republicas limitrophes, ao Estado de Matto Grosso e Territorio do Acre.

CAPITULO II

Da cobrança sobre a venda de mercadorias importadas

Art. 4.º — Para fiscalização e cobrança do imposto sobre as rendas de mercadorias importadas, cada commerciante, industrial e productor, effectuando importação ou recebimento de mercadorias fóra do Estado, deverá preencher as seguintes formalidades :

a) — Registro de sua firma perante a Directoria da Fazenda Publica;

b) — Acquisição e escripturação dos seguintes livros :

I — Livro-registro das mercadorias recebidas de accordo com o modelo;

II — Livro-registro das vendas e consignações effectuadas, quer á vista quer a prazo, de accordo com o modelo.

§ unico — O material acima será adquirido pelos contribuintes e submettidos a registro e rubrica na Directoria da Fazenda Publica, independente de petição mediante o pagamento de 20\$000 de sello por verba em cada um.

Art. 5.º — No livro destinado a registro de mercadorias, fará o contribuinte o lançamento de todas as partidas que derem entrada em seus armazens, especificando quantidade e qualidade de volumes, natureza, quantidade e valor do respectivo conteúdo.

§ unico — No caso da venda de materias primas importadas e convertidas em productos industriaes, far-se-á no livro respectivo para effeito de calculo de imposto o lançamento do valor total do producto industrializado.

Art. 6.º — No livro de registro de consignações e vendas effectuadas, que servirá de base para calculo de imposto, deverão ser lançadas todas as vendas ou consignações de mercadorias, quer a prazo, quer á vista, indicando-se o preço real das facturas expedidas.

Art. 7.º — Os livros exigidos pela presente lei deverão estar sempre rigorosamente em dia, de maneira que possibilite a sua verificação pelo Fisco, em qualquer occasião e independente de prévio aviso.

Da cobrança

Art. 8.º — O recolhimento do producto do imposto será feito mensalmente, até o dia 10 do mez subsequente, por meio de guia em triplicata, devidamente processada na terceira secção, a primeira via manuscrita e as demais dactylographadas. Uma dessas vias será devolvida ao contribuinte, como recibo.

Da fiscalização

Art. 9.º — A fiscalização de imposto de vendas mercantis nos casos da

letra a do artigo 3.º, será exercida na capital, por um ou mais funcionarios da Directoria da Fazenda Publica, por esta designados, sem onus para os seus cofres.

§ unico — Compete ao funcionario encarregado da fiscalização o exame dos livros-registros, nos estabelecimentos commerciaes, a verificação dos stocks, quando subsista qualquer duvida na exactidão dos lançamentos, e a conferencia das guias de recolhimento, depois do seu pagamento, em confronto com os livros-registros a que se refere a *alinea b* do artigo 4.º.

Art. 10.º — No interior do Estado a fiscalização será da mesma forma, processada por intermedio das Mesas de Rendos e Collectorias.

Das penalidades

Art. 11.º — As infracções regulamentares, na parte que se refere á cobrança e á arrecadação do imposto sobre a venda de mercadorias importadas, constantes da *alinea a* do artigo 3.º, serão punidas:

a) com a multa de mora de 10 %^o, sobre o valor do imposto, sempre que o recolhimento não se verifique dentro do prazo de 10 dias uteis, assim considerados aquelles em que a repartição tenha funcionado regularmente;

b) com a multa de 30 %^o, sobre o valor do imposto, devido por mercadorias, cujo lançamento no livro-registro de vendas não tenha sido effectuado dentro do prazo da venda;

c) com multa de 30 %^o, sobre o valor do imposto devido, quando verificada sonegação, em virtude de falseamento do valor das facturas lançadas, apurado em processo administrativo;

d) com a multa de 50\$000 na primeira infracção e de 100\$00, na reincidência, quando verificadas irregularidades na escripturação do livro-registro de entrada de mercadorias, como tal tambem considerada a falta de lançamento de facturas de mercadorias já recebidas nos armazens, reexpedidas, ou depositadas em outro local;

e) com a multa de 100\$00 a 500\$000, na primeira infracção, e o dobro na

reincidência aos que, por qualquer forma, se recusarem á apresentação dos livros de registro, ou crearem obstáculos ao exercicio da fiscalização;

¶) com a multa de 50\$000 na primeira infracção e 100\$000 na reincidência, nos casos não previstos nesta lei.

§ unico — Na hypothese da letra e deste artigo, deverá o funcionario fiscal lavrar o competente auto, testemunhado por duas pessoas idoneas e estranhas á repartição.

CAPITULO III

Sobre a operação da venda ou consignação de productos para exportação

Art. 12º — O imposto sobre operação de vendas de generos ou mercadorias de exportação de qualquer natureza ou procedencia, mesmo quando não destinada áquelle fim, será devido por occasião de sua transferencia e recolhido á Thesouraria da Fazenda Publica, mediante guia em triplicata, declarando quantidade, valor da unidade de venda e o valor total da transacção.

§ unico — Esta guia de recolhimento, cuja primeira guia será manuscrita e as demais dactylographadas, se processará e escripturará na terceira secção, restituindo-se a terceira via ao contribuinte com o competente recibo.

Art. 13º — O valor para cobrança de imposto deverá ser comprovado por meio de uma segunda via de contracto de corretagem e pelo valor real da venda, declarado pelo contribuinte.

Art. 14º — O falseamento do valor da venda nas declarações a que se refere a ultima parte do artigo anterior dará lugar á multa de 30%, calculada sobre o valor total do imposto a pagar, com base no preço que fór arbitrado pela Directoria Geral da Fazenda Publica, tendo em vista as cotações da praça e a pauta vigente, na semana em que occorrer a infracção.

CAPITULO IV

Do imposto sobre a venda interna das mercadorias de produccion fabril estadual

Art. 15º — O imposto sobre a operação de venda das mercadorias de

produção fabril estadual, para consumo, no Territorio do Estado, quando não effectuada pelo pequeno produtor será devido pelo vendedor ou fabricante no acto da entrega da mercadoria, que só poderá ser ultimado, após o recolhimento do imposto á Directoria Geral da Fazenda Publica, mediante guia em triplicata, processada como nos casos anteriores.

§ unico — A fiscalização do pagamento do imposto no presente caso, será effectuada por meio de um livro-registro de vendas semelhante ao estabelecido para as vendas de mercadorias importadas, referido no numero um, letra b do artigo 4.º.

Art. 16º — Para os efeitos da presente lei são considerados pequenos produtores os estabelecimentos, urbanos ou rurais de qualquer industria fabril, cujas vendas mensaes em cada especie de manufacturas attingirem a 10:000\$000.

§ unico — Os estabelecimentos comprehendidos na classe acima, ficam apenas sujeitos a registro e subordinados á fiscalização directa dos funcionarios do Fisco, para verificação de sua qualidade de pequeno produtor, exceptuados os ambulantes e as industrias domesticas.

Art. 17º — Os estabelecimentos industriais que, vendendo alem de 120:000\$000 anuaes, não solicitem os respectivos registros, ficarão sujeitos á penalidade de 500\$000 a 1:000\$000. Igual penalidade será applicada aos que usarem de subterfugios na declaração do valor de suas vendas, visando diminuir-o, para fugir ás exigencias da lei.

CAPITULO V

Das consignações de productos estaduais ou de similares de outras procedencias

Art. 18º — A cobrança e fiscalização do imposto sobre as consignações de productos estaduais e similares, de outras procedencias, a que se refere a letra b do artigo 3.º, terão por base a pauta vigorante, por occasião da respectiva exportação, observando-se as mesmas normas estabelecidas para liquidação do imposto sobre a venda

dos productos de exportação, nos termos do artigo 12 a 15 e respectivos paragrafos.

CAPITULO VI

Disposições Geraes

Art. 19º — Ao contribuinte, que effectuar o pagamento de imposto com antecipação será conferido uma bonificação de 50 % na respectiva taxa.

§ 1.º — Para que goze da faculdade estabelecida neste artigo, deverá o contribuinte, em petição á Directoria da Fazenda Publica, declarar sua opção por esta modalidade de pagamento, de que se lavrará termo na Procuradoria Fiscal da mesma repartição.

§ 2.º — Uma vez declarada a opção, que não será por espaço inferior a um anno, contado da data da assignatura do termo, só poderá ser annullada, mediante solicitação por escripto do interessado á repartição competente.

Art. 20º — Assignado o termo de opção, o contribuinte obriga-se independentemente de aviso previo, a fazer, espontaneamente, o recolhimento do imposto devido, á Thesouraria da Fazenda Publica do Estado, pela seguinte forma e dentro dos prazos abaixo :

I — Nos casos da *alinea a* do art. 3.º, apresentando á repartição, até 10 dias após a terminação official da descarga, as facturas correspondentes ás mercadorias recebidas, por qualquer via, para effecto do calculo e recolhimento do imposto e se processará mediante talão de cobrança para esse fim especialmente estabelecido.

§ 1.º — Sempre que surgirem duvidas sobre a exactidão das facturas apresentadas para cobrança do imposto, poderá o Fisco exigir a exhibição dos saques correspondentes ou de attestado da Associação Commercial do Amazonas onde sua congénere dê procedencia de mercadoria, comprovando da veracidade das referidas facturas, sem prejuizo de outras diligencias consideradas necessarias.

§ 2.º — Ao contribuinte que não tenha recebido facturas de sua mercadoria sujeita ao imposto, dentro do prazo estabelecido no numero um deste artigo, para o respectivo paga-

mento, será concedido mediante petição um prazo de 15 a 60 dias, a critério da autoridade fiscal competente e tendo em vista a distancia e os meios de comunicações entre esta praça e o centro fornecedor da mercadoria. Fixado o prazo para a apresentação da factura e falta, só poderá o mesmo ser prorogado uma vez e por espaço de tempo nunca superior ao da primeira concessão, mediante requerimento do interessado. Exgotados esses prazos, não sendo possível a apresentação da factura, a repartição fiscal competente promoverá ao arbitramento do valor da mercadoria importada, tendo em vista os preços vigentes na praça.

§ 3.º — Na cobrança do imposto será tomado por base o preço Cif para as mercadorias nacionaes ou estrangeiras.

II — Nos casos das *alíneas b e d* : Mediante apresentação do conhecimento da carga ou documento equivalente, até 10 dias uteis após terminação officialmente a descarga, acompanhando de uma guia em triplicata, conforme modelo, mencionando o total de volumes, o peso, medição de cada producto e o calculo do respectivo imposto, tendo por base o valor da pauta official vigente no dia da entrada do navio, os quaes serão objecto de conferencia com o manifesto existente na repartição.

III — Nos casos da *alinea c* : Mediante apresentação no proprio dia da venda, da factura expedida pelo vendedor, fazendo-se a cobrança e recolhimento pela mesma forma estabelecida para os casos da *alinea a*.

§ 4.º — Para attender ás differenças resultantes da classificação, far-se-á no peso da borracha em bruto de qualquer typo um abatimento de 5 %.

Art. 21º — As infracções verificadas neste regime incidirão nas seguintes penalidades :

a) Ao que deixar de effectuar o pagamento, dentro dos prazos estabelecidos, realizando-o, porém, até 30 dias uteis, após a terminação destes, multa de 10 % sobre a importância devida;

b) Ao que não tenha effectuado o pagamento dentro do prazo concedido

para a liquidação com a multa constante da alínea anterior, rescisão do termo da opção, que só poderá ser restabelecida, decorridos seis mezes, contados da data que se ultime esta formalidade. O contribuinte alcançado pela sanção consignada nesta alínea, deverá preencher, dentro do prazo improrrogável de 15 dias uteis, na capital e 30 dias no interior, as formalidades a que fica sujeito para a observância da lei, fora do regime da opção.

c) O que falsear as declarações para o pagamento do imposto, uma vez verificada a infracção por inquerito administrativo, multa de 30% sobre o valor do imposto devido.

§ unico — Ao contribuinte incurso na sanção da alínea c, será cobrado o imposto, immediatamente na base da factura apresentada, procedendo-se, acto contínuo, á apreensão da mesma, para inicio do competente processo administrativo. Da factura apreendida será fornecida, até 24 horas após a apreensão, uma copia autentica, ao seu dono, que ficará responsável pelo pagamento, no devido tempo e de accordo com as conclusões do processo, das diferenças que, por ventura, venham a ser verificadas accrescidas da multa da lei.

Art. 22º — Uma vez esgotados os prazos estabelecidos nas differentes sanções da presente lei, a repartição fiscal competente fará o levantamento do imposto devido, enviando-o ao Contencioso Fiscal do Estado, para effeito da cobrança executiva.

Art. 23º — Para effeito de fiscalização e estatística ficam obrigados os agentes, commandantes ou proprietarios de embarcações á apresentação dos manifestos da carga de importação.

§ unico — A pauta de apresentação do manifesto exigido no presente artigo, no prazo de dois dias uteis contados da entrada da embarcação, dará lugar á multa de 50\$000 a 500\$000, a criterio da Directoria da Fazenda Publica, tendo em vista o valor mercantil da carga transportada.

Art. 24º — Nos casos do numero do § 3.º do artigo 20º, que exigem orga-

nização de despacho e conferencia de manifesto, o pagamento do imposto só poderá ser feito por intermedio do despachante, legalmente habilitado. Nos demais casos fica facultado ao contribuinte pagar o imposto directamente.

Art. 25º — Os recebedores avulsos de productos ou de mercadorias, ficam dispensados do termo de opção, podendo entretanto, gosar das vantagens deste regime desde que se apresentem á repartição para pagamento do imposto, dentro dos prazos estabelecidos na presente lei.

§ unico — A qualidade de recebedor avulso resulta da inexistencia do lançamento do imposto de industria e profissão para o exercicio da actividade commercial ou industrial.

Art. 26º — São tambem considerados recebedores avulsos para effeito do pagamento do imposto de venda com o regime de opção, os commerciantes ambulantes (regatões) embarcações procedentes de outros municipios.

§ unico — Nos casos previstos neste artigo o pagamento do imposto será feito na medida das vendas effectuadas entre uma e outra repartição fiscal do Estado, mediante processo que será estabelecido pela Directoria Geral da Fazenda Publica, de accordo com as necessidades de fiscalização.

Art. 27º — Nenhum despacho de exportação de producto de qualquer natureza ou procedencia, seja qual for o regime de pagamento do imposto mercantil sobre a venda da mercadoria despachada, será aceito para processo, sem que se faça a prova da liquidação desse imposto, pela annexação da respectiva terceira via de recolhimento.

§ unico — Reservam-se da exigencia acima :

a) O despacho de manufacturas da industria fabril local quando isentos do imposto nos termos dos artigos 16 e 17 da presente lei;

b) O despacho de productos oriundos do Territorio Federal quando não venham consignados aos portos do Estado, ou nos mesmos não sejam obje-

clo de transacção commercial, por venda ou consignação.

Art. 28º — As duvidas e os casos omissos na presente lei serão resolvidos pela Directoria Geral da Fazenda Publica, que os submeterá á apreciação do Conselho Technico de Tributos, para os fins que lhe são privativos, com recurso para o Governo do Estado.

Art. 29º — Revogam-se as disposições em contrario.

Sala da Commissão de Orçamento e Fazenda, em Manaus, 13 de dezembro de 1935.

(na) Leopoldo Amorim da Silva Neves
Vivaldo Ilma
Antonio de Vasconcellos
Genewino Braga
Moneyr Dantas

Passando-se á segunda parte da ordem do dia entra em segunda e terceira discussões, sendo approved e indo á commissão de redacção, o projecto n. 49.

Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente suspende os trabalhos, marcando o seguinte para a proxima sessão: primeira parte, regimental; segunda, segunda discussão do projecto n. 39 e terceira do 45.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. LEOPOLDO PERES, NA SESSÃO DE 10 DE AGOSTO:

Sr. Presidente, é pensamento da minoria desta Casa apresentar opportunamente á consideração da Assembléa Legislativa um projecto de reajustamento total dos vencimentos do funcionalismo do Estado. Para isso, estamos procedendo a minucioso estudo, com apoio nos dados e balanços do Thesouro, referentes aos ultimos exercicios, de modo a que se possa estabelecer um critério logico e equanime de quadros e categorias em relação aos estípidios dos servidores da administração publica.

Aliás, devo esclarecer que não desconhecemos, nem podiamos desconhecer, o projecto, já ha dias apresentado á Assembléa, com uma suggestão louvavel nesse sentido, pelo digno depu-

tado sr. Felismino Soares. Mas, esse projecto, em forma de simples autorização ao governo, se nos afigura de todo em todo inoperante.

O sr. Felismino Soares — A situação financeira do Estado não me aconselhava outra iniciativa.

O sr. Leopoldo Péres — Apoiado. Não deixa v. excia. de ter razão, em parte. E, justamente attendendo á situação economico-financeira do Estado, aos atropêlos com que poderia vir a lutar o poder executivo na execução do reajustamento visado, é que não nos abalançamos ainda a formular o projecto em aprêço. Ha, na realidade, que harmonizar os direitos e as justas reivindicações do funcionalismo, tantas vezes esquecido e sacrificado, com os interesses superiores da administração do Estado, a que não devemos nem podemos, em boa razão, crear embarraços de qualquer ordem, sobrecarregando-o de onus excedentes das forças da receita. Entregamo-nos, por isso mesmo, com o maior cuidado technico, ao exame do assumpto, revendo tabellas, uniformizando-as, racionalizando-as, consoante ás normas rigorosas da hierarchia no serviço publico.

O sr. Aristides Rocha — Até porque, nesta matéria, não se justificam precipitações contrarias ao interesse geral.

O sr. Leopoldo Péres — Ha, porém, Sr. Presidente, uma providencia, que se impõe, sem maior tardança, ao patriotismo e ao espirito de justiça da Assembléa, e é a que se refere á restauração immediata dos vencimentos do magisterio primario e dos professores da escola preparatoria. Não se trata, aqui, de reajustar nem, muito menos, de augmentar proventos a uma classe determinada. Cogita-se de uma reparação de direitos, de um acto de equidade rudimentar, em favor do professorado amazonense, cuja abnegação e devotamento ás arduas actividades do ensino não raro têm attingido, exemplarmente, os limites de um autentico sacrificio pela preparação intellectual dos nossos filhos.

O sr. Antonio de Vasconcellos — Ninguém negará applauso ás palavras

de v. excia., que são de perfeita justiça.

O sr. Leopoldo Péres — Agradeço o aparte de v. excia. Mas, dizia, Sr. Presidente, que, no caso do magistério estadual, o de que se trata é de uma legítima, indiscutível reparação. Todos sabemos, com effeito, que sobre os vencimentos dessa operosa classe é que recaíram os mais rudes golpes dentre os desfechados pelas duas primeiras interventorias federaes, oriundas de 1930, nos estípidos do functionalismo em geral. Basta lembrar que os professores de primeira entrança, que percebiam 500\$000, passaram successivamente a 400\$000 e 300\$000, sob os governos interventorios dos srs. Alvaro Maia e Rogerio Coimbra, verificando-se, pois, que soffreram uma redução de quasi cincoenta por cento no que lhes pagava o Thesouro por serviços de tamanha e tão incontestável relevancia. (Apoiados).

Bem sabemos, sr. Presidente, que as condições financeiras do Estado não são das mais auspiciosas, não admittindo, consequentemente, larguezas nem folgas orçamentarias, mas também é certo que se não apresenta com os aspectos instáveis e sombrios de 1931, havendo, sem duvida alguma, desaparecido as razões de emergencia que teriam determinado as medidas restrictivas do poder publico.

A' vista destas considerações, resolveu a minoria submeter, desde logo, veu a minoria submeter, desde logo, ao voto da Assembléa um projecto de lei, que manda, pura e simplesmente, restaurar, segundo as tabellas daquelle exercicio financeiro, os vencimentos do magisterio primario e da escola preparatoria.

Eis a nossa proposição, acompanhada de breves elucidaciones, que desenvolveremos desta tribuna, si necessario, no correr das discussões regimentaes:

PROJECTO N. 31

A Assembléa Legislativa do Amazonas

DECRETA:

Art. 1.º — São restaurados os vencimentos do magisterio primario do Estado, e da Escola Preparatoria cons-

tantes das tabellas para o orçamento de 1931 (Lei n. 1.479, de 21 de outubro de 1930), revogadas pelos Actos numeros 129, de 31 de dezembro de 1930 e 1.160, de 9 de dezembro de 1931, da Interventoria Federal no Amazonas, ficando aberto para tal fim, no orçamento vigente, o credito necessario.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrario.

S. S. em 19 de agosto de 1935.

(aa) Leopoldo Péres
Armando Madeira
Julio Lima
Ariolino Azevedo
Nunes de Lima
Philadelpho Moraes
Tito Bittencourt
Arthur Bonates
Aristides Rocha

JUSTIFICAÇÃO

O magisterio publico do Amazonas foi duramente attingido pelos cortes orçamentarios determinados sob a Interventoria Federal, após o advento da revolução de 1930. Só os professores primarios de primeira entrança soffreram uma redução de quasi 50% nos seus vencimentos, que eram, então, de 6:000\$000 annuaes. E' certo que outros funcionarios tiveram, por igual, os seus estípidos diminuidos, mas ou eram altos funcionarios de confiança, ou magistrados, que lograram posteriormente, a indispensavel e merecida reparação. O magisterio, porém, constituindo uma classe cuja abnegação toca, por vezes, as raias do sacrificio, no exemplo de um sacerdotio admiravel pelo devotamento e pela resignação heroica diante de todas as vicissitudes da vida economica e financeira do Estado, permanece até hoje com os seus vencimentos clamorosamente mutilados, sem que, todavia, persistam as razões allegadas para lhes explicar a redução. A situação financeira do Amazonas não é, como ninguém ignora, de larguezas e desafogo. Bem ao contrario, requer ainda, para seu equilibrio, o maximo rigor, assim na arrecadação como na distribuição dos dinheiros do erario. Mas a

verdade, tambem, é que não se nos apresenta com os aspectos sombrios de 1931, quando os indices da receita não iam além de 7.509:065\$000. Demonstram-no, com a eloquencia simples dos algarismos, os balancetes do Thesouro, pelos quaes se verifica haver disponibilidades orçamentarias depositadas em bancos, num montante maior de mil contos. E estamos no segundo semestre do exercicio financeiro, para o qual foi orçada a receita de 9.466:750\$000 e fixada a despesa em 9.443:960\$099, — quasi exactamente a mesma previsão de 1931 (Lei n. 1.479, de 21 de outubro de 1930), alterada pela Interventoria Federal, mercê da depressão oriunda dos abalos produzidos pela mudança revolucionaria do governo no metabolismo economico do Estado. Justificando os côrtes que effectuou no orçamento de 1931, principalmente os que recaíram sobre os vencimentos do professorado, e cuja responsabilidade chamou, de um modo exclusivo, á sua conta, dizia o então Interventor, hoje Governador, sr. Alvaro Maia: "A Intervenção Federal diminua os vencimentos do funcionalismo por necessidade; uma vez melhoradas as finanças do Amazonas, devem elles voltar ao que eram, devem mesmo ser melhorados". E foi sob esta justa consideração, e tendo certamente em vista o esforço e a dedicação do nosso magisterio, que o Interventor Nelson de Mello houve por bem fazer-lhe um pequeno augmento nos vencimentos diminuidos pela Interventoria. Impõe-se, entretanto, a restauração integral dos vencimentos de 1930, uma vez que, a um méro colejo entre os dados orçamentarios de 1931, e 1935, são indiscutivelmente melhores, hoje, as condições financeiras do Estado. não sendo razoavel que o professorado amazonense continue a soffrer as consequências de uma medida de emergencia, que as circunstancias, já agora, desaconselham. Tudo indica, aliás, que o governo deve cogitar, desde logo, de um reajustamento geral dos vencimentos do funcionalismo, melhorando-os quanto possivel, dentro das possibilidades actuaes do Thesouro.

S. S. em 19 de agosto de 1935.

(a) Leopoldo Péres

DISCURSOS DO SR. MOACYR DANTAS,
PROFERIDOS NA SESSAO DE 30 DE
AGOSTO :

Sr. Presidente

A maioria desta casa, pela palavra de seu illustre membro, deputado Ananias Almeida, já se associou, de espirito e coração, ás homenagens de pezar a Belgica, solicitadas pelo sr. Aristides Rocha.

Além do voto de condolencia requerido e approved, proponho ainda que esta sessão seja suspensa por 10 minutos, numia demonstração frisanter e cabal do nosso sentimento de profunda tristeza pela perda irreparavel por que vem de atravessar o nobre paiz irmão, tradicionalmente amigo do nosso.

Lamento deveras que o deputado Aristides colloque o seu requerimento num terreno pessoal e politico, pedindo-insistentemente o encerramento da reunião, afim de que não seja discutido o projecto sobre o juizo de menores.

Não é possivel attender a sua proposta, de evidentes intuitos inconfessaveis, visto como por força da lei teremos que suspender os nossos trabalhos talvez depois de amanhã.

Os projectos em ordem do dia reclamam uma urgencia inadiavel, pelo seu interesse social.

Sr. Presidente

Requer o deputado Aristides Rocha que a Assembléa envie o projecto de menores, ora em segunda discussão, á Corte de Appellação do Estado, para esta emitir parecer.

O requerimento é, antes de tudo, de uma impertinencia incrível, sobre ser inconveniente, inopportuno e anti-regimental.

A harmonia existente entre os poderes constitucionaes não vae jamais ao absurdo juridico de admittir uma delegação de attribuição. Pedir a palavra da Corte em assumpto de nossa inteira e exclusiva competencia seria delegarmos a outro poder uma attribuição legalmente nossa, o que, aliás, prohibe terminantemente a Constituição do Estado, no seu art. 9, § unico.

O sr. Julio Lima — Nós não vamos delegar nada á Corte.

O sr. Moacyr Dantas — De facto, cabe privativamente á Assembléa a organização judiciária, especialmente a criação de uma vara privativa de menores na capital, que já devia haver por força do Código de Menores.

Bem sei que se trata de recurso de chicana, de um verdadeiro truc, contra o qual protestamos em nome dos foros culturais desta casa. Ninguém aqui está autorizado a declarar que a Corte de Appellação é contrária ao projecto, taxando-o de inconstitucional e inoportuno. Posso, entretanto, adiantar que varios de seus membros acham a idéa uma necessidade imperiosa e urgente. O desembargador Arthur Virgílio, um dos espiritos mais lucidos do Tribunal, chegou a solicitar, na interventoria Nelson, como relator, da comissão a que já me referi anteriormente, a criação do juizo de menores; mostrando a conveniencia social do seu estabelecimento.

Pelos motivos expostos e ainda porque o projecto já está convenientemente estudado e analysado, em todos os seus aspectos, constitucional, juridico, social e economico, é de se rejeitar incontinenti o requerimento da opposição.

Sessão de 12 de Dezembro

Presidencia do sr. João Verçosa. — Secretarios — srs. Nogueira da Matta e Carlos Machado.

A hora regimental, presentes os srs. João Verçosa, Nogueira da Matta, Carlos Machado, Leopoldo Neves, Felix Valois, Ananias de Almeida, Moacyr Dantas, Maria Leão, Paula Gonçalves, Manoel Monteiro, Ariolino Azevedo, Vivaldo Lima, Leopoldo Peres, Nunes de Lima, Ruy Barreto, Tito Bittencourt, Antonio de Vasconcellos, Aristides Rocha, Arthur Bonates, Manoel Lobo, Francisco Caetano, Alfen Thaumaturgo, Genesino Braga e José Carlos Nobre, faltando com causa justificada os srs. Ary Cahn, Benjamin Ferreira e Julio Lima, e sem ella os demais deputados, é aberta a sessão.

Por inadvertencia de paginação, aos 2 a sessão de 12 de Dezembro depois da de 14, não havendo, entretanto, a troca de datas prejudicada o relato das occorrencias no plenário.

Lida e approvada sem debate a acta anterior, o primeiro secretario apresenta este

EXPEDIENTE

Officio da Prefeitura de Coary, remettendo um abaixo assignado dos moradores desse municipio, renovando o pedido de criação de um districto de casamentos no lugar Jacaré.

Circular do juiz de direito de Manacapuru, participando haver assumido as funções desse cargo.

Aberta a primeira parte da

ORDEM DO DIA

o sr. Leopoldo Neves, pedindo a palavra, declara que a comissão de finanças, tomando conhecimento da mensagem do Governador e mais annexos sobre materia tributaria, resolveu estudar detidamente o assumpto, diariamente, ás vinte horas, na secretaria da Assembléa, afim de fallar a respeito com a possível brevidade, contando desde logo com a presença de todos os deputados.

Vindo à tribuna, o sr. Aristides Rocha contradiz essa lembrança, propondo seja discutido na sessão seguinte a capitula da receita orçamentaria, medida essa que, no momento, acha mais accetavel, não só pela escassez de tempo, como pela necessidade de apparellhar o poder publico, urgentemente, com a lei orçamentaria. Intervindo no debate, o sr. Moacyr Dantas concorda, em parte, com o sr. Aristides Rocha, achando entretanto preferivel a suggestão do sr. Leopoldo Neves. Posta em votação a proposta deste deputado, é approvada, tendo o sr. Aristides Rocha feito a declaração de que o seu modo de ver é tambem o da minoria.

Segue-se na tribuna a sra. Maria Leão, que, depois de os justificar, envia á mesa, acompanhados de parecer, tres projectos que tomam os numeros quarenta e quatro, quarenta e cinco e quarenta e seis, indo o primeiro á comissão de poderes, o ultimo a imprimir, e o segundo á discussão na sessão seguinte, por ter sido dispensado de impressão e intersticio.

São estes os projectos :

PROJECTO N. 44

JUSTIFICAÇÃO

A Assembléa Legislativa do Amazonas

Sr. Presidente.

RESOLVE :

Srs. Deputados.

Art. 1.º — Autorizar o Poder Executivo a abrir concorrência, nesta capital e no sul do paiz, por prazo nunca inferior a 120 dias, para a remodelação dos serviços telephonicos de Manáos, nas seguintes bases :

a) adopção do systema deapparelhos automaticos;

b) alargamento da capacidade de serviço para um minimo de 800apparelhos;

c) fixação de 20 annos para a duração maxima do contracto;

d) redução de 50 % nas taxas dosapparelhos installados nas repartições publicas estaduais e municipaes, nasredacções dos jornaes e nos estabelecimentos de caridade e hospitalares;

e) faculdade de aproveitamento do material pertencente ao Estado, independente de qualquer indemnização;

f) faculdade de renovação do contracto, feitas as modificações que o progresso da sciencia das communicações telephonicas venha aconselhar;

g) estabelecimento de linhas-ramas para os bairros de Constantinopolis, S. Raymundo, Villa Municipal, além das suburbanas;

h) reversão de todo o material ao patrimonio publico, sem indemnização de especie alguma e mediante exame sobre o estado de conservação por uma commissão especial de cinco membros, nomeada pelo Governo do Estado;

i) estabelecimento de preços de assignaturas não excedentes de 50\$000 para os telephones commerciaes e das repartições publicas e similares, e de 40\$000 para os domicilios;

j) aproveitamento obrigatorio de todo o pessoal do quadro de funcionarios com remuneração equivalente;

k) contribuição de 2 % sobre a renda liquida para os estabelecimentos de caridade.

Manáos, 12 de dezembro de 1935.

(a) Maria de Miranda Leão.

Apresento á consideração de v. excias. um projecto de Lei sobre os serviços telephonicos. O nosso serviço de telephones, por demais antigo, já não satisfaz as exigencias do publico. Hoje, que o progresso invade todos os ramos de actividade, não é justo continúe a nossa cidade, modernizada, com um serviço archaico e improficuo, longe dos modernos serviços telephonicos dos centros civilizados.

Ficando o Governo do Estado autorizado a abrir concorrência para a remodelação desse Serviço, poderemos ter uma Empreza com aparelhamento moderno, que venha trazer o progresso e corresponder, assim, as necessidades de nosso meio. Pensando ser um caso de utilidade para a nossa população, passo ás mãos de v. excia., sr. presidente, o referido projecto.

Manáos, 12 de dezembro de 1935.

(a) Maria de Miranda Leão.

PARECER

Por ser perfeitamente legal e attender aos interesses publicos, a Commissão de Poderes é de parecer seja accedido e approvedo o projecto n. 44, que autoriza o Poder Executivo a abrir concorrência, nesta capital e no sul do paiz, por prazo nunca inferior a 120 dias, para a remodelação dos serviços telephonicos de Manáos.

S. S. 14 de dezembro de 1935.

(aa) Ruy Barreto, relator

José Carlos Nobre da Silva

Chaves Ribeiro

Moacyr Dantas

PROJECTO N. 45

A Assembléa Legislativa do Amazonas

DECRETA :

Art. unico — A' funcionaria d. Isabel Moreira Barroncas, actual professora efectiva no interior do Estado, fica contado, para effeito de aposentadoria, o tempo comprehendido entre 29 de abril de 1921 a 29 de abril de 1924, periodo em que esteve afas-

tada do cargo publico que já exercia ha 16 annos, por acto manifestamente illegal do então Governador do Estado; revogadas as disposições em contrario.

S. C. em 12 de dezembro de 1935.

Maria Leão, relatora

Chaves Ribeiro

Ruy Barreto

Moacyr Dantas

PROJECTO N. 46

A Assembléa Legislativa do Amazonas

RESOLVE :

Art. 1.º — Para effeito de aposentadoria compulsoria, com vantagens integrais, fica contado ao sr. Genuino de Almeida Albuquerque, actual portei-ro da Assembléa Legislativa do Amazonas, trinta annos de serviços publicos prestados ao Estado, conforme certidão apresentada pelo mesmo funcionario.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrario.

S. S. em 11 de dezembro de 1935.

Ary Cahn, presidente.

Moacyr Dantas, relator.

Chaves Ribeiro

Maria Leão

Ruy Barreto

A seguir, o sr. Ananias de Almeida, com a palavra, apresenta as redacções finais dos projectos numeros 35 e 43, as quaes, approvadas, vão á sancção.

Por ultimo, o sr. Ruy Barreto, justificando-o, envia á mesa, pela commissão de poderes, um projecto que autoriza o Governo a mandar vender em hasta publica um terreno do Estado á rua 10 de Julho. Esse projecto, que toma o n. 47 e vae a imprimir, é assim concebido :

A Assembléa Legislativa do Amazonas

RESOLVE :

Art. 1.º — Fica o Governador do Estado autorizado a alienar, por venda em hasta publica, de conformidade com o numero XIII, art. 29, cap. II da Constituição do Estado e informações a respeito das Directorias dos Serviços Technicos, Fazenda Publica e

Contencioso Fiscal, o terreno sito á rua 10 de Julho desta cidade, onde esteve installada a usina de electricidade do Theatro Amazonas, tomando por base a proposta apresentada por d. Carolina Paulina de Vries.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrario.

S. S. em 12 de dezembro de 1935.

Ruy Barreto, relator.

Maria Miranda Leão

Moacyr Dantas

Passando-se á segunda parte da ordem do dia e não havendo materia para discussão, o sr. presidente suspende os trabalhos, marcando para a sessão proxima : primeira parte, regimental; segunda parte, primeira discussão do projecto n. 24 e segunda dos numeros 39 e 45.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. LEOPOLDO PERES, NA SESSÃO DE 13 DE JUNHO :

Sr. Presidente, a Casa acabou de ouvir, com a maior attenção e o mais perfeito assentimento, o apello que houve por bem dirigir-nos o sr. Paula Gonçalves, encarecendo a necessidade de se afastar a Assembléa, tanto quanto lhe seja possivel, das questões de ordem meramente pessoal, collocando-se os srs. deputados no ponto de vista do interesse colectivo, que a todos indiscutivelmente sobrepára.

Estou, sr. presidente, de pleno accordo com a oportuna suggestão do nosso esforçado collega, e com tanto maior prazer quanto é certo que jamais nos distanciámos, os dois representantes, nesta Casa, do Partido Republicano do Amazonas, desse critério indesejavel, sobrepondo a quaesquer cogitações de caracter individual ou politico-partidario as aspirações, os reclamos, os problemas do povo e da terra de que somos, aqui, legitimos mandatarios.

O sr. Arialdes Rocha — Todos nos fazem essa justiça.

O sr. Julio Lima — Sou testemunha disso, quando presidente desta Casa !

O sr. Leopoldo Pêres — Muito obrigado a v. excia. Lamento, porém, sr.

presidente, que as intenções louvabilíssimas do sr. Paula Gonçalves, vadasas do apello a que me estou referindo e que vem de nos formular, nem sempre correspondam exactamente ás attitúdes de s. excia. nesta Casa. A Assembléa assistiu, ainda hontem, a um exemplo bem illustrativo da veracidade do que affirmo, na impertinencia com que, deslocando do terreno politico-juridico, em que nos installáramos, uma questão de interesse geral, passou o nobre deputado, insolitamente, ao campo das arguições de natureza estriktamente pessoal, para fazer-me uma increpação levejana e de todo destituida de fundamento.

O sr. Paula Gonçalves — Não houve levandade. Falei, sob o calor da tarde, sem proposito nenhum de offensa.

O sr. Leopoldo Pêres — Acredito, meu caro collega, na ausencia absoluta de qualquer animo offensivo de sua parte. Mas a verdade, que todos podem certificar, é que v. excia., refugindo, sem motivo algum ponderavel, á temperatura impessoal do debate em que nos empenhávamos, entendeu visar-me directa e pessoalmente, levantando-me, aliás, uma accusação impropada, cuja inanidade, embora a surpresa do ataque, não me foi difficil para logo demonstrar.

Asseverou, com effeito, s. excia., apenas porque eu discordára; como me era licito, doutrinarmente, de certo critério adoptado na Constituinte parahybana, enquanto á renovação de sua mesa, que essa opinião resultava de uma antiga prevenção de minha parte contra o pequeno mas heroico povo da Parahyba do Norte! Não fosse um recurso momentaneo de combate á carga cerrada dos argumentos com que me coubéra caracterizar a violencia de que usara a maioria no destituir, ou depor, a Mesa desta Assembléa, e o libello do sr. Paula Gonçalves se me offiguraria simplesmente risivel. O mais grave, porém, sr. presidente, foi o haver s. excia. assegurado, em apoio de sua gratuita affirmativa, que eu levára essas disposições, não sei si politicas, de animade "capitanear", no seio da Assembléa

Legislativa, em 1930, um movimento de reacção a um voto de pesar que nesta Casa se propuzera pelo assassinio do mallogrado brasileiro, sr. João Pessoa.

Respondi, no mesmo instante, a s. excia., com a demonstração cabal de que, muito ao revés do que ligeiramente avançava, á terra parahybana, ás suas tradições, aos seus homens, á sua cultura me ligavam laços indesejavéis de uma profunda identificação pela sensibilidade e pela intelligencia. De feito, como agora mesmo fez a gentileza de lembrar o nobre collega sr. Moacyr Dantas, mantive durante muito tempo com a Parahyba, através de sua imprensa e de seus mais graduados homens de letras, o grande Carlos Dias Fernandes, principalmente, uma approximação estreita de cordialidade e de sympathia. Não era, pois, nem podia ser, um indifferente á sorte do glorioso Estado nordestino, muito menos contra elle guardaria qualquer sentimento, que fôra, antes do mais, absurdo, de rancôr ou de prevenção em qualquer sentido.

Por outro lado, jamais me coubéra o papel odioso e ingrato que o sr. Paula Gonçalves me attribuia em relação ao sacrificio de João Pessoa. E não era possivel que o houvesse, a qualquer pretexto, assumido, de vez que essa attitúde contrariava, primeiro que tudo, os meus principios de ethica pessoal, a provada generosidade dos meus sentimentos civicos e christãos. Aliás, — affirmei, então, a s. excia. — não podia erer que a Assembléa Legislativa de 1930 tivesse, por simples considerações de natureza politica ou partidaria, recusado o voto a que o sr. Paula Gonçalves aereamente alludia. Corpo deliberativo, em cujo seio não havia, áquelle periodo, nenhum elemento de opposição, dada a recente pacificação da familia politica do Estado, não era facil comprehender a iniciativa desse voto sem a acquiescencia prévia dos seus *leaders*, maximè tendo-se em vista a delicadeza da situação nacional. Desautorizando, numa palavra, e contestando formalmente a asserção do sr. Paula Gonçalves, declarei desta tribuna que

me reservava documentar de modo irrefutavel a contradição, para isso me bastando recorrer aos annaes legislativos da época a que s. excia. se reportava.

E' o que venho fazer neste momento, sr. presidente, para reduzir a justas proporções e pulverizar, em definitiva, a irreflectida increpação do sr. João Gonçalves, lamentando vêr-me obrigado a mostrar á Casa que s. excia. faltou á verdade, e bradantemente, em todos os pontos do seu impensado libello.

Não é certo, com effeito, que a Assembléa Legislativa de 1930 se haja negado a admittir um voto de pesar pelo desaparecimento do saudoso e intrepido presidente João Pessoa, nem é certo, muito menos, que a mim me haja tocado o papel de "capitanear" nenhum movimento no sentido desse gesto infeliz. Muito ao contrario disso, a Assembléa Legislativa de então, a que tive a honra de pertencer, approvou *unanimemente*, sob a indicação do respectivo *leader*, sr. Raul de Azevedo, que fez o elogio de João Pessoa, nas suas altas vitrudes cívicas, uma homenagem de respeito e de condolencia á memoria do eminente compatriota, brutalmente sacrificado na tragedia do Recife.

O sr. Benjamin Ferreira — V. excia. está enganado. Quem apresentou esse requerimento foi o sr. Ormando Sobreira !

O sr. Leopoldo Pêres — Perdão, mas o engano é de v. excia. ! Foi o sr. Raul de Azevedo, *leader* da maioria e do governo. Aqui está, sr. presidente, o "Diário da Assembléa", edição de 31 de julho de 1930, n. 212, inserto, como ainda hoje, para formação dos Annaes, no "Diário Official" do Estado, e nelle se nos depara o resumo da sessão legislativa de 28 do mesmo mez e anno, a que estive presente, lendo-se alli, textualmente, o seguinte: — "Novamente na tribuna, o *leader* sr. Raul de Azevedo, depois de focalizar a personalidade do sr. dr. João Pessoa, presidente da Parahyba, *pediu que conselhe da acta um voto de pesar pelo seu fallecimento, dando-se sciencia*

da homenagem á Assembléa Legislativa daquelle Estado".

O sr. Aristides Rocha — E' uma prova documental esmagadora.

O sr. Leopoldo Pêres — E sobretudo, sr. presidente, constituindo um revide opportuno e fulminante á aggressão desencadeada pelo sr. Paula Gonçalves ao humilde orador...

O sr. Julio Lima — O brilhante orador !

O sr. Leopoldo Pêres — Penhorado a v. excia. (continuando) ... é um documento que honra os annaes legislativos de 1930, testemunhando a elevação de vistas e o descortino cívico dos homens que, áquella época, representavam nesta Casa o pensamento e a vontade collectiva do Amazonas. Vê, portanto, o nobre deputado sr. Paula Gonçalves, que, com a sua intemperativa e imponderada attitude, fazendo-nos uma injustiça sem consequências, apenas nos offereceu ensejo de evidenciar que a Assembléa Legislativa de 1930, sobre não esquecer, de referencia á memoria de João Pessoa, os imperativos indeclinaveis da piedade humana, teve o bom senso de se collocar, acima das vicissitudes politico-partidarias que dividiam o paiz, na plana superior do sentimento nacional !

Era o que me cumpria esclarecer. (Muito bem, muito bem. O orador é effusivamente cumprimentado).

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. PAULA GONÇALVES, NA SESSÃO DE 19 DE JULHO :

Sr. Presidente. Srs. Deputados :

Sr. presidente, acaba v. excia. de annunciar que vae entrar em segunda discussão o projecto numero 3, de minha autoria, creando na capital do Estado do Amazonas um Juizado Privativo de Menores. E' a segunda discussão que se vae iniciar agora.

Quando da primeira, realizada ha cerca de quatro dias, determinou, da parte de illustres e respeitaveis collegas com assento nesta Casa, commentarios os mais acres, mais duros e mais injustos contra uma tentativa de realiação que, quer queiram, quer não queiram os srs. da bancada opposicionista, eu continuarei defendendo

dentro desta Assembléa — porque foi para zelar pelos interesses dos pobres, dos humildes e de toda a collectividade, e mais, pelo que determinam as Constituições Federal e Estadual, que eu aceitei, depois de muita reflexão, o mandato que me foi generosamente confiado pelo povo amazonense.

Meu projecto foi taxado de inconstitucional! Foi dissecado pelas palavrões facéis e brilhantes dos nobres deputados Armando Madeira, Aristides Rocha e Leopoldo Peres. Essa inconstitucionalidade foi magistralmente combatida pelo illustre "leader" da maioria desta Casa, o nobre deputado sr. Moacyr Dantas e pelo culto deputado Ruy Barreto, relator que foi do projecto na Comissão de Constituição e Justiça.

O projecto n. 3, srs. deputados, é um decalque do Código de Menores! Fiz esta affirmativa, honesta e criteriosamente, quando de sua apresentação nesta Casa. Escuda-se elle ainda, no art. n. 121 da Constituição do Estado e respectivas letras, título IV, parte referente aos problemas de Ordem Social e Economica, que passo a ler :

Art. 121 — Na esphera da respectiva competencia e em cooperação com a União e os municipios, o Estado proverá a ordem social, segundo os principios da justiça e as necessidades da vida collectiva. Neste sentido, providenciara especialmente para :

b) *assistir ás classes menos favorecidas e soccorrer as familias de prole numerosa, etc. etc.*

c) *amparar a velhice, a maternidade e a INFANCIA em estabelecimentos apropriados, etc. etc.*

d) *proteger a juventude e animar-lhe a expansão das energias physicas e moraes, intellectuaes e cívicas;*

e) *tornar effectiva a educação eugénica e desenvolver a hygiene mental e a luta contra os vícios sociais;*

f) *fiscalizar a venda de bebidas alcohólicas, estabelecendo-lhe as limitações necessarias, de forma que defenda os menores de*

dezoito annos contra o vício da embriaguez;

h) *proibir a mendicancia, abrigando os mendigos reconhecidos como taes; combater a vagabundagem, internando os menores em aprendizados industriaes ou agricolas, etc., etc.*

Foi, sr. presidente, retirando da Constituição do Estado para a confecção da qual todos concorremos, foi srs. deputados á Assembléa Legislativa do Estado do Amazonas, retirando do Código de Menores em função em todos os Estados da Federação, excepção lamentavel constituindo o nosso, onde todas as providencias chegam retardadas ou são applicadas já com o espirito preconcebido da má vontade, — foi dessas fontes, e mais, deste volume que aqui tenho entre as mãos — SÃO PAULO NA CONFERENCE NACIONAL DE PROTECÇÃO A INFANCIA — Setembro de 1933 — que eu confeccionei meu modesto projecto.

Os srs. deputados da opposição, alguns, juristas respeitaveis com assento nesta Casa, taxaram-no de inconstitucional! Outros juristas e deputados tambem respeitaveis, consideraram-no perfeitamente constitucional, vou provar que estes ultimos estão com a razão e com a verdade!

Projecto de finalidades patrióticas, inspirado em fontes honestas como as que acabo de referir, não necessario lembrar á Casa, a situação dos menores em Manaus, porque todos a conhecem, bastando relancear os olhos diariamente pelas secções policiaes dos jornaes, para que todos se capacitem que a Chefatura de Policia vive em difficuldades constantes para a solução de casos em que menores estão envolvidos, e, ainda hontem, o famigerado "Pernambuco" se evadiu da Policia Central, levando comsigo, generosamente, um menor de dez annos de idade, que commungava ao seu lado, as misérias de um sordido xadrez! Era uma pobre creança desamparada pelos seus responsaveis e pelos poderes publicos, ao lado de um criminoso vulgar, ladrão reincidente, ambos na

mesma enxovia, na mais absurda e inacreditavel das promiscuidades!

Percorremos as ruas de Manaus. Seus pontos mais movimentados. Que vemos todos? Crenças, menores, meninas de dez e doze annos, extendendo as miúzinhos esquelidas pelas mesas dos cafés, caminhando a passos largos para os prostibulos que vivem abertos, fazendo "pendant" com a mais desenfreada jogatina, de portas ás escancarras, isso em plena Avenida Eduardo Ribeiro, sob as vistas tolerantes da Policia.

Sr. presidente, srs. deputados, — que seja inconstitucional este meu Projecto, argumentemos que esteja mesmo fora da Constituição e das Leis, — mais fortes que as Constituições e que as proprias Leis, são as necessidades dos desamparados, é a miséria evidente que existe nos lares pobres, naquellas casas em que a felicidade passou ao largo, em que as doenças assentaram, quadros que eu, como medico, assisto diariamente com o coração amarfanhado e muitas vezes com a alma em pranto!

No Amazonas, disse, todas as providencias chegam retardadas, quasi tudo está por se crear e o assumpto que me obriga a occupar a attenção desta respeitavel Assembléa, neste momento é uma prova indiscutivel da verdade de minha assertiva, de que o Amazonas está distanciado dos demais Estados da Federação, onde o Código de Menores está em vigor ha alguns annos, produzindo seus magnificos resultados.

Ha cerca de dois annos reuniu-se em Manaus, uma grande commissão de juristas, medicos e professores para ventilar a questão que ora me preoccupa. Della fizeram parte os Srs. Desembargadores Sá Peixoto e Arthur Virgílio, médicos Adriano Jorge, Araújo Lima, Xavier de Albuquerque e meu mestre, actual collega de representação, o Sr. Deputado Vivaldo Lima; os professores Plácido Serrano, Ernestina Castro, além de outros, cujos nomes no momento não me occorre.

Congregou-se tão luzido grupo de personalidades de destaque no meio social amazonense, justamente para tratar da contribuição de nossa terra á

Conferencia Nacional de Protecção á Infancia, a se reunir na Capital da Republica.

Não permittiu a distancia, infelizmente, que os questionarios enviados pela grande Commissão Central, do Rio, chegassem a tempo de serem minuciosamente estudados e respondidos pela Commissão Amazonense ha pouco referida. Esta Commissão patrioticamente, dentro do que era possivel produzir, enviou ao Sr. Dr. Olintho de Oliveira, presidente da grande Commissão Nacional, sua opinião sincera e abalisada sobre a situação dos menores do Amazonas.

Aqui está o relatório apresentado por essa pleidade de patriotas de nossa terra. Quero frizar, antes de proceder á leitura, que as conclusões daqui enviadas, por intermedio do Sr. Desembargador Arthur Virgílio, que relatou o capitulo referente á parte judiciaria, formam, na fachada desse volume com conclusões approvadas, o que é sobremodo honroso para a nossa terra. O volume a que me refiro são *annuaes dessa Conferencia*. Peco permissão á Casa para proceder á leitura da opinião do Sr. Desembargador Arthur Virgílio, nestes termos:

"Neste momento em que o Brasil está a dispensar a maior attenção a problema de tal magnitude, a Commissão Estadual está na obrigação de suggerir a necessidade da criação, nesta capital, de um juizo singular e privativo incumbido do serviço de protecção e assistencia aos menores", etc. etc.

Assim se expressou Arthur Virgílio, figura respeitavel da Magistratura do Amazonas. Para argumentar com os srs. deputados bachareis em Direito, talvez me bastasse essa opinião. Outras personalidades de destaque nas letras juridicas, nacionaes e estrangeiras, citarei mais alem.

Os Srs. oppositores á criação do Juizado Privativo de Menores, sr. presidente, desdobraram-se em actividade que acredito sincera, procurando convencer que o Projecto é inconstitucional, sobretudo no seu art.º 5.º, que determina:

"a primeira nomeação para Juiz de Menores, da Capital, será feita livremente pelo Governo, podendo este, si entender, remover do interior algum dos Juizes de Direito existentes"

Argumentou, com brilhantismo, o sr. deputado Leopoldo Peres, que essa determinação constituia um attentado à Constituição do Estado. Preciso esclarecer que, quando redigi meu Projecto, jamais pensei ferir nossa Constituição, apenas esposava, no momento, a opinião do illustre Curador-Promotor do Juizo de Menores da Capital do Estado de São Paulo, Sr. Eduardo P. de Magalhães Gouvêa, externada na sua these — "Os Juizes de Menores devem ser reollhos livremente pelos Poderes Executivos dos respectivos Estados" — these essa aqui entre minhas mãos, fazendo parte integrante destes Annaes da já referida Conferencia Nacional de Protecção à Infancia. Escudava-se elle, não apenas na sua opinião pessoal, mas, nas dos maiores luminares do Direito Internacional, citando entre outros Eugenio Coelho Calou, autor da obra "Tribunales para Ninos"; JIMENES de ASSUA, mestre de Direito Penal em trabalho publicado em 1929 que escreve:

"Tambem se debate se os Juizes de Menores hão de proceder da Judicatura ou ser pessoas alheias à carreira, que de modo algum tenham demonstrado suas inclinações philanthropicas, seu amor à infancia e seus conhecimentos de psychologia da infancia e dos adolescentes. Tão pouco vacillo neste ponto e resolutamente CREIO QUE O JUIZ NÃO DEVE PROCEDER DA MAGISTRATURA MAS DEVE SER ALHEIO A ELLA, COMO SE TEM PREFERIDO nos Estados Unidos"

Nos Estados Unidos, segundo alguns, berço dos Tribunaes Especiaes para menores, escreve o Dr. Eduardo Magalhães, prevalece, hoje, a corrente de que o Juiz deve ser nomeado livremente, devendo a escolha recahir em pessoa formada em Direito. Affirma o Dr. Carlos de Arenazza, cuja autoridade

no assumpto é indiscutivel, em trabalho apresentado em 1930, ao VI Congresso Pan-Americano Del Nino, reunido na Capital do Perú; —

"Nos Estados Unidos, as autoridades que teem de designar-o (O Juiz) variam. Em alguns Estados é o Governo, em outros o lord Mayor ou por voto popular; em certos Estados a LEI EXIGE QUE SEJA ADVOGADO, EM OUTROS PODEM SER DESIGNADOS SIMPLS CIDADÃOS (Bol. Inter. Inst. Amcr. de Prot. à Infancia, vol IV n.º 2 —pag. 197)"

Ainda na grande Republica Norte America, Sr. Presidente, até a mulher pode exercer a delicada função de Juiz de Menores. Para o Districto Federal de Columbia, o Presidente Wilson, em 1918, nomeou a Srta. Katrin Sellaes!

Na verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para ser Juiz de Menores, não basta ser Juiz, na mera expressão orthographica do termo. Mistér se faz que elle tenha sentimentos philanthropicos, que sinta a delicadeza de um corpo e um espirito em formação, possua conhecimentos especializados, porque a especialisação facilita o aperfeiçoamento — exigencia justa de todas as collectividades; mistér se faz que seja um entusiasta de sua ardua missão, permanente no cargo, com qualidades moraes que inspirem a confiança publica, sereno, methodico, constante porque somente assim conseguirá a cooperação da Sociedade. Sr. Presidente, nunca jamais a escolha deve recair em um Juiz qualquer que formou sua technica no estudo do Direito Penal dos adultos e que tenha julgado a grandes delinquentes habituaes ao crime, ebrios, ladrões e assassinos!

Julgo, Srs. Deputados, ter justificação sufficientemente o que determina o art.º 5.º do meu Projecto. Poderia alongar-me, com citações outras, de autores respeitaveis, o que memoraria minha exposição. Limitar-me-hei a affirmar que defendo uma these moderna, victoriosa num grande centro como o da Capital da Republica, exigencia absurda para o nosso meio, mas,

adoptada nos paizes mais avançados em civilisação, como nos Estados da Federação Brasileira que se distancia-ram mais de 100 annos, em progresso, comparados ao Amazonas!

Não posso fugir do desejo de ler algumas recommendações, de ordem geral, feitas pela Comissão Especial da Conferencia Nacional de Protecção á Infancia em 1933:

"Coordene-se a actividade dos orgãos legislativos, federaes, estaduais e municipaes, assegurada a preponderancia hierarchica de um sobre outros e reunidos no "Codigo da Infancia" (ou mantida a designação actual do Codigo de Menores) os principios fundamentais de toda a legislação brasileira sobre a materia.

"Organizem-se em todo o Paiz, assegurada a efficiencia e regularidade de seu funcionamento, instituições e serviços necessarios á protecção da creança, como"

a) JUIZES ESPECIAES DE MENORES

b) FISCALIZAÇÃO do trabalho infantil, etc, etc.

Reconheço e preciso proclamar que as recommendações que venho de ler, são dirigidas aos homens bem intencionados, aos que se preocupam com os problemas magnos de uma Nação, problemas maiores, como o da Infancia, e não áquelles que vivem egoisticamente, no commodismo de seus lares confortaveis...

O seculo que vivemos, Sr. Presidente, é o seculo da creança! Mais que o radio, mais que os transportes aereos, mais que a televisão, a creança constitue a preocupação maxima e permanente de todos os paizes adiantados. No Brasil, São Paulo e Rio, marcham á vanguarda no que se refere ao problema que me faz occupar a attenção da Casa. Transpondo as fronteiras nacionaes, detenhiamo-nos no Uruguay, paiz modelar em organizações sociaes; na Russia, onde existem cinco milhões de leitos em maternidades e "creches", numero que é realidade e que se apre-

senta a nós, brasileiros, como uma phantasia! Não tenho leitura especialisada nem venho exaltar dentro desta Assembléa a grande Republica de Lenine. Quero referir, apenas, esta sua face social que dispensa á mulher e á creança todos os cuidados moraes e materiaes!

São ainda recommendações approvadas em 1933 na Conferencia Nacional de Protecção á Infancia:

"CADA ESTADO INSTITUIRA na CAPITAL UM JUIZO DE MENORES ORGANISADO DE ACCORDO COM O CODIGO DE MENORES DA REPUBLICA, e attribuindo nas comarcas as respectivas funcções a Juizes especialmente designados"

Nas citações que acabo de fazer, Srs. Deputados, designando as fontes, fui buscar os ensinamentos para a elaboração do Projecto numero 3, que tanta celeuma vem levantando dentro da Assembléa. Claro que eu não podia crear coisa alguma sobre Direito. Fiz, unicamente, o que está ao alcance de qualquer cidadão — ler, coordenar, applicar-me a assumpto que escapa á profissão que abracei, leitura e coordenação que não constituem privilegio pessoal de determinados cidadãos.

Quando da apresentação do Projecto em questão, tive para com os Srs. Deputados bachareis e juristas, todas as deferencias e lhes affirmei que apresentava uma idéa para ser corporificada, para ser vestida com as roupagens juridicas.

Aproveito este instante, em que estou na tribuna, para tornar a dirigir minha solicitação sincera, aos Srs. bachareis, para que cooperem, construam — e não destruam nem retardem, não criem obstaculos á criação do Juizado Privativo de Menores, que reputo, e commigo toda a sociedade, de palpitante e premente necessidade, evitando-se que menores desamparados pelos seus responsaveis e pelo Governo se habituem, desde cedo, ás misérias dos xadrezes policiaes, ao lado de criminosos de toda a especie!

Argumentou-se ainda constituir um absurdo a gratuidade dos serviços do

medico, dos commissarios, dos escriptores, conforme determina o Projecto de minha autoria. Não ha novidade nenhuma na gratuidade dessas funcções e live, quando da primeira discussão, opportunidade de affirmar e novamente pergunto: — não foram gratuitos os serviços prestados pelos cidadãos que compuzeram os Conselhos Technicos creados pela Constituição Federal e transplantados para a Estadual? Não são gratuitos os logares dos Conselhos Consultivos de todos os Estados? Nos Conselhos Penitenciarios não são gratuitos os serviços prestados pelos cidadãos que os compõem? São, Srs. Deputados! Porque, para uma outra obra de assistencia social elevadissima, não se possa tambem trabalhar gratuitamente, abstraindo um pouco o interesse pecuniario, numa campanha patriótica que somente poderá engrandecer a terra? Declarei, aqui, que me inscrevia entre os commissarios gratuitos. O Sr. Deputado Antovilla Vieira, assim o Sr. Deputado Vivaldo Lima tambem se inscreveram — e a Sra. Deputada Maria de Miranda Leão, ha muito tambem o é, pois vem dirigindo sosinha, ha annos, com o sacrificio de sua bolsa particular, casas de caridade, onde as creanças teem, para miligarlhes seu infortunio, assistencia, medicação e carinhos maternos!

Na defesa do meu Projecto, necessário responder, agora, ás criticas feitas pelo nobre Sr. Deputado Aristides Rocha, que externou sua surpresa pela determinação de que os jovens recolhidos ao Aprendizado Agricola do Paredão e as meninas ao Instituto Benjamin Constant, conforme se lê no Art.º 14.º de meu Projecto, redigido nos seguintes termos:

Art. 14.º — COMO ESCOLA DE PREVENÇÃO para menores do sexo feminino será considerado o Instituto Benjamin Constant, onde serão recolhidas as menores de 18 annos e maiores de 7 que necessitarem de protecção do Juiz de Menores"

Friso a expressão **ESCOLA DE PREVENÇÃO** — e não de **CORRECÇÃO** — como suppunha S. Exc. Jamais pensei

em lá internar desviadas, deshonestas ou impuras. Considero o Instituto Benjamin Constant uma escola de **PREVENÇÃO** para meninas abandonadas, desprotegidas, infelizes, muitas servindo em casas de familias importantes, onde são suppliciadas e maltratadas. Na Santa Casa, sabe toda a sociedade de Manaós, está uma dessas desherdadas da sorte, queimada com ferro em brasa, em varias partes do corpo, pelas mãos covardes e deshumanas de respeitavel senhora de nossa sociedade. Estas teem direitos legítimos, tão puras quanto as mais puras de serem internadas no Instituto Benjamin Constant, sem macular a pureza das que lá se encontram presentemente!

Em absoluto, Sr. Deputado Aristides Rocha, jamais pensei em transformar o Benjamin Constant no que V. Excia. imaginou, talvez por falta de uma leitura mais attenta do art.º 14.º do meu Projecto.

Ao meu culto collega, Sr. Armando Madeira, respondo sua critica ao facto do Projecto n.º 3 não determinar as funcções do futuro medico-psychiatra. E' verdade que lhe não determino, detalhadamente, as funcções, porque entendendo ser tal desnecessario e absurdo. Tratando-se de um tecnico, especializado, a elle e somente a elle caberá traçar as normas do serviço para o perfeito desempenho de suas attribuições.

Ao tecnico, ao medico á altura da missão, parece-me não ser elegante se fazer determinações por mais sabias que sejam, sobretudo se nos lembrarmos que esse cidadão vae trabalhar gratuitamente, impulsionado tão somente pelos seus sentimentos philanthropicos e patrioticos. Reservando-lhe tres linhas apenas no Projecto, julgo que as suas funcções elle as exercerá de perfeito accordo com as necessidades do Juizado de Menores, isso na hypothese de tornarmos realidade a idéa pela qual estou me batendo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Enfermo, ainda em convalescença, não me é possível alongar-me em outras considerações em defesa do Projecto n.º 3, mesmo porque as julgo desne-

cessarias. Desejo deixar bem patente que o proposito que me inspirou foi o mais patriotico, o mais sincero, o mais humanitario, o mais elevado possivel, pois o que desejava e desejo é que os menores abandonados de minha terra não continuem perambulando pelas ruas de Manaus, estendendo a mão á caridade publica, vivendo em logares suspeitos, incompativeis com a sua indole e com sua idade, quando não, escravizados e supplicados, servindo em casas ricas, a troco de tecto ordinario, comida má e talvez insufficiente, e sobra de roupas de patrones deshumanos! O que desejava e desejo é que pobres meninas sem paes — ou com paes que não estejam á altura dessa espinhosa e delicada missão social, as abandonadas e as que trabalham, não concorram amanhã, para augmentar a legião dessas infelizes que enchem determinadas ruas de Manaus e de todas as cidades! O que desejava e desejo é que os Srs. Deputados, representantes do povo, encarando um pouco mais patrioticamente e de frente o meu Projecto, auxiliem, collaborem para que, de qualquer modo as penitenciarias não continuem se enchendo de companheiros de "Pernambuco", e a rua Joaquim Sarmiento — verdadeira ante-camara da tuberculose, palco de todas as misérias physicas e moraes, da fome e do vicio, tenha, no futuro, numero menor de moradoras! Esses quadros todos, os Srs. Deputados conhecem bem. Raros os que não transitam nas circumvizinhanças das ruas Lobo d'Almada, Saldanha Marinho, Joaquim Sarmiento, com o coração sensibilizado, a alma confrangida, preoccupados com a extensão da miseria, que reina naquellas casas de infelizes que, para viver, negociam o proprio corpo. O que desejava e desejo é que as orfãs desprotegidas do Amazonas não concorram para augmentar essa legião de soffrimento, convieto estou, como medico, que uma certeza unica lhes aguarda — a enfermaria de 3.^a classe de uma Santa Casa de Misericordia, onde todas succumbem encerrando seus dias amargurados!

Tenho dito (Palmas demoradas das galerias)

Sessão de 13 de Dezembro

Presidencia do sr. João Verçosa. — Secretarios — srs. Nogueira da Matta e Carlos Machado.

A' hora regimental, presentes os srs. João Verçosa, Nogueira da Matta, Carlos Machado, Leopoldo Neves, Felix Valois, Ananias de Almeida, Moacyr Dantas, Maria Leão, Paula Gonçalves, Manoel Monteiro, Ariolino Azevedo, Vivaldo Lima, Leopoldo Peres, Nunes de Lima, Ruy Barreto, Armando Madeira, Tito Bittencourt, Antonio de Vasconcellos, Aristides Rocha, Pimentel Salles, Arthur Bonates, Manoel Lobo, Francisco Caetano, Alfen Thaumaturgo, Genesino Braga, e Carlos Nobre, faltando com causa justificada os srs. Cosme Ferreira, Julio Lima, Ary Cahn, Antovilla Vieira, Philadelpho de Moraes e Benjamin Ferreira e sem ella os demais deputados, é aberta a sessão.

Lida e approvada sem debate a acta anterior, o primeiro secretario apresenta o

EXPEDIENTE

que consta do seguinte:

Telegramma do governador do Piauh, agradecendo as homenagens prestadas pela Assembléa á memoria do ex-ministro Felix Pacheco.

Officio do prefeito interino da capital, tambem de agradecimentos á Assembléa, pela communicacão de haver esta fixado a data de installação do Conselho Municipal de Manaus.

Annunciada a primeira parte da

ORDEM DO DIA

o sr. Ananias de Almeida, pela commissão de redacção, envia á Mesa a do projecto numero 12, que é approvada e vae á sancção.

Na segunda parte, entrando em discussão o projecto numero 24, pede a palavra o sr. Moacyr Dantas, e depois de declarar que o assumpto do projecto já está tratado em mensagem do governador do Estado, requer o adiamento da discussão, tendo sido approvado o requerimento. Postos depois, em segunda discussão, os projectos numeros 38 e 45, é este approvado, adian-do-se aquelle por vinte e quatro horas, a requerimento do sr. Felix Valois.

Encerrando os trabalhos, o sr. presidente marca para a sessão proxima esta ordem do dia: primeira parte, regimental; segunda, o que occorrer.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. LEOPOLDO PERES, NA SESSÃO DE 25 DE JUNHO :

Sr. presidente, venhor requerer um preito de justa e merecida homenagem á memoria do sr. general José Alberto de Mello Portella, cujo infasto desaparecimento o Exercito e o Brasil, neste momento, profundamente deploram.

O sr. Paula Gonçalves — Muito bem!

O sr. Leopoldo Péres — Soldado na mais lidima expressão da palavra, personificava o general Mello Portella o mesmo dever cívico e a honra militar, de que era padrão desenganado, realçando na sua illustre individualidade as gloriosas tradições do Exercito Nacional, como garantia suprema da integridade de nossa grande patria e da estabilidade de suas instituições politicas.

Tendo iniciado, em 1897, seu brilhantissimo tirocinio nas armas, era o extinto commandante da 8.^a Região portador do diploma de engenheiro militar, com os cursos de estado-maior e aperfeiçoamento, que concluiu em 1920. Bacharel em mathematicas e sciencias physicas, engenheiro civil pela tradicional Escola de Porto-Alegre, morre o inclito brasileiro com uma folha de mais de quarenta annos de bons e efficientes serviços ao paiz.

A' frente da 8.^a Região Militar, demonstrou ainda uma vez o seu elevado espirito disciplinador, a sua larga comprehensão das responsabilidades insitas áquella delicada função, conduzindo-se de molde a confirmar a expectativa de absoluta confiança, que lhe cercára a investidura, justificando a continuidade de um passado de altitudes rectilineas, nobres e varonis. O povo paraense dispensava-lhe, por isso mesmo, o mais sincero e espontaneo apreço, sentimento que tocou as raizas da gratidão collectiva, a quando dos recentes acontecimentos que agitaram o vizinho Estado, na phase climatica de sua reconstitucionalização.

Ao lado de Carneiro de Mendonça, outro soldado e patriota eminente, que todo o Brasil admira, concorreu, de feito, o general Mello Portella, com superior serenidade, para integralizar a obra feliz da restauração da ordem e da tranquillidade publicas.

Mas, sr. presidente, é sobretudo pelos serviços que prestou, com a mesma imparcialidade, e raro lino conciliador, á paz da familia amazonense, em dias que foram para nós de profunda apprehensão collectiva, quando os poderes do Estado, apenas investidos dos mandatos que o povo lhes confiára, atravessavam uma hora critica de insegurança, de inquietação e de instabilidade, — é sobretudo por esses serviços, que não esqueceram na consciencia e no reconhecimento de nossa gente, que a memoria do digno militar merece evocar, neste recinto, por entre as demonstrações expressivas da mais commovida sympathia. (Apoiados)

Creio, portanto, sr. presidente, que a Assembléa Legislativa, especialmente distinguida, naquelle momento incerto, pelas attentções do sr. general Mello Portella, a quem teve oportunidade de receber, conhecendo-lhe a fidalguia da cultura, a clarividencia do patriotismo e a nobreza dos sentimentos cívicos, — está no dever indeclinavel de approvar a homenagem que se encerra no requerimento que tenho a honra de submeter á consideração da Casa, com a assignatura, também, do meu prezado collega, sr. deputado Aristides Rocha :

"Requeremos que, na acta da presente sessão, se consigne um voto de profundo pesar pelo fallecimento, em Belém, do sr. general José Alberto de Mello Portella, commandante da 8.^a Região Militar, e ainda que, por motivo desse doloroso acontecimento, sejam suspensos os nossos trabalhos de hoje e se telegraphie ao sr. Ministro da Guerra e aos commandos da 8.^a Região e do 27.^o B. C., bem assim á familia do illustre extinto, transmitindo-lhes as condolencias da Assembléa Legislativa e communicando-lhes as homenagens óra requeridas. — S. S. da Assembléa Legislativa do Esta-

do, em Manaus, 25 de junho de 1935.
(aa) Leopoldo Pérez. Aristides Rocha".

DISCURSO DO MESMO DEPUTADO NA Sessão DE 15 DE JULHO :

Sr. presidente, cumpre-me declarar, de início, que não tenho nenhum *partis pris* em relação ao projecto, que ora se discute. Vejo, ao contrario, com a maior sympathia, os principios, que objectiva, de assistência, protecção e defesa á infancia abandonada e delinquente. Ninguém, de resto, poderia deixar de applaudir-os, em boa e sã consciencia, conhecendo a extensão e a magnitude desse problema, em nosso paiz, a cuja legislação, afinal polarizada no Codigo de Menores, mercê dos esforços benemeritos desse inolvidavel juiz que foi Mello Mattos, rendeu, não ha muito, o grande Jimenez de Asua urna homenagem das mais gratas á nossa cultura e á nossa civilização.

O sr. Moacyr Dantas — V. excia., está claramente defendendo o projecto!

O sr. Leopoldo Pérez — Teria o maximo prazer de fazel-o, se o projecto fosse juridica e constitucionalmente defensavel. Ouça-me, por enquanto, v. excia., e verá que se engana. Porque, sr. presidente, o que na realidade me empolga é a substancia do problema social que o projecto focaliza, e que ha longos anos acompanho, sinceramente interessado, através dos ensaios e das investigações eruditas de Evaristo de Moraes, Levi Carneiro, Alfredo Russell, Beatriz Mineiro, Alvarenga Netto, para citar apenas alguns dentre os brilhantes especialistas, a que o direito brasileiro deve as mais recentes aquisições nesse dominio. Por outro lado, no corrente da evolução das idéas no campo da criminologia moderna, que teve em Ferri, como sabemos, a sua mais erguida e luminosa exponenciação, não nos seria licito ignorar a influencia decisiva e, para muitos, sobreccinente, que têm os factores irresistíveis do meio no phenomeno da delinquencia. Lacassagne, um dos chefes da escola critica, ou eclectica, de direito penal, chegou

a affirmar, certa vez, no primeiro congresso de anthropologia de Roma, que o meio social é o caldo-de-cultura da criminalidade, para concluir, logicamente, que "les sociétés n'ont que les criminels qu'elles méritent". Mas, si é de tamanha importancia, na causalidade do delicto, a acção imponderavel do clima social e do ambiente colectivo, de muito maior significação se nos ella apresenta, ainda, na etiologia da criminalidade infantil. Sighele, citado por Alvarenga Netto, assignalando a funcção do ambiente na consciencia dilicular da creança, asseverava: "ogni fanciullo che delinque non è che la vittima di un delitto che altri prima ha commesso verso de lui". E Garraud, quasi nos mesmos termos: "le crime de l'enfant, c'est le crime des parents, de la famille e du milieu". — confirmando assim o pensamento de Tarde: "peut-être nait-on vicieux, mais a coup sûr on devient criminel". As estatísticas recentes e sobremodo impressionantes de Gruhle, de Fred. Schoff, Raux e Maurice Romroy, professor de psychopedagogia nas Escolas Superiores de Bruxellas, publicadas, estas ultimas, na "Revista Internacional de Protecção á Infancia" (cf. Rozengart, "Le crime comme produit social et économique", pg. 103; Bagallo Sanchez, "La delinquencia infantil", 1932, pg. 46), denunciando uma progressão extraordinaria da delinquencia juvenil, com base numa percentagem de 60% sobre a infancia vadia ou materialmente abandonada, são de molde a justificar, de plena, as inferencias e conclusões de Ferri, e de toda a sociologia criminal. (apoiados)

Desta sorte, sr. presidente, não ha como recusar apoio e encorajamento a medidas, providencias e iniciativas, sejam quaes forem, venham de onde viérem, que se proponham estimular e realizar, intelligentemente, essa nobre campanha de prophylaxia social e defesa do patrimonio humano da nossa raça.

Mas, tal como se acha redigido, e attentas as presentes circunstancias materiaes do Estado, o projecto em discussão não collima, a qualquer as-

pecto, os fins a que se poderia destinar.

O sr. Moacyr Dantas — Até agora, v. excia. o tem defendido luminosamente.

O sr. Leopoldo Péres — Obrigado a v. excia. Mas não tenho esse intuito, como mostrarei dentro em pouco. E, antes do mais, porque a sua inconstitucionalidade é, a meu ver, radical. Estou, neste particular, adoptando o ponto de vista, que se afigura liquidamente jurídico, de perfeito accordo com as razões já desta tribuna expendidas pelo meu illustre collega de bancada, sr. Aristides Rocha. Não pretendo, é claro, convencer a ninguém, muito menos levar quem quer que seja a pensar connosco na materia em debate. Mas tenho o direito de externar a minha opinião. E não vejo, na realidade, como se possa refugir com sophismas grosseiros á clareza meridiana dos dispositivos constitucionaes por s. excia. invocados, maxime o do art. 79, let. C, do nosso estatuto basico, que determina seja a comarca da capital — "*servida por tantas varas privativas de juizes de direito, quantas forem fixadas na lei de organização judiciaria*". E' a linguagem unívoca do texto, na sua transcrição litteral, obvia e inconfundível.

Ora, si assim é, — si a Constituição do Estado, em dispositivo *expresso*, confere á lei de organização judiciaria, a uma lei organica, que tambem *expressamente* designa, a fixação das varas privativas de juizes de direito, na comarca da capital, — como admitte-se que a Assembléa entre, desde já, a crear novas varas, ou juizes novos, nessa comarca, antecipando-se, em leis esparsas e communs, á violação daquella lei organica, sobre dispensar na vigencia da lei actual? Não é certo, como pende a acreditar a propecta Comissão de Poderes, no seu parecer favoravel ao projecto, que, tendo a Constituição deixado á legislatura ordinaria "*a fixação do numero e das attribuições das varas*", tal fixação "*tanto pode ser feita em varias leis isoladas que, posteriormente, serão consolidadas numa unica, que abrangerá tudo quanto fôr referente á orga-*

nização judiciaria, como pode ser feita, apenas, numa só lei

O sr. Moacyr Dantas — Responderei a v. excia., em primeiro lugar, com o sr. deputado Aristides Rocha; em segundo, com o sr. deputado Armando Madeira.

O sr. Aristides Rocha — Dirigindo-se ao sr. Moacyr Dantas) — Nesse caso, v. excia. concordará connosco, porque nós abordámos todos os aspectos da questão.

O sr. Moacyr Dantas — Veremos no momento opportuno.

O sr. Leopoldo Péres — Ha, quero crer, sr. presidente, uma perfeita uniformidade de ponto de vista na maneira por que, de um modo geral, encaramos a hypothese, eu e os meus illustres collegas srs. Aristides Rocha e Armando Madeira. Todos entendemos que o projecto, sobre inção de vicios constitucionaes de natureza profunda, não corresponde ás suas finalidades immediatas. Mas, quando essa uniformidade não existisse, e viessemos a dissentir na consideração doutrinaría do assumpto, restava-me falar por mim, com o desassombro e a autonomia intellectual que, mercê de Deus, sempre me caracterizaram as opiniões. (*Applaudos*).

A Constituição, declarando que "*a organização judiciaria do Estado se fará em lei ordinaria*", reservou expressamente a essa lei a fixação das varas privativas de juizes de direito da capital, — *in verbis* : "*... tantas... quantas forem fixadas NA LEI DE ORGANIZAÇÃO JUDICIARIA*". Pretender, pois, como pretende o parecer, que uma tal fixação se possa fazer tambem "*em varias leis isoladas*" é, a um tempo, um erro, um contrassenso e um absurdo, até porque não é racionalmente admissivel a fixação de alguma coisa em varias opportunidades diferentes, a fixação de um numero certo e determinado de juizes "*em varias leis*", visto que as leis se abrogam, alteram, ou completam umas ás outras.

O sr. Ruy Barreto — Perdão. A Constituição deixou para a legislatura ordinaria a fixação do numero de varas privativas, não impedindo que

ellas, no entanto, fossem sendo creadas, segundo as necessidades mais prementes.

O sr. Leopoldo Pêres — Mas não é isto o que se inscreve no parecer de que v. excia. foi brilhante relator. Ali se diz, textualmente, que a fixação das varas "tanto pode ser feita em varias leis isoladas... como em uma só lei", o que fêre de frente o texto inequívoco, a letra expressa da Constituição. De resto, para argumentar como v. excia. agora argumenta, la-deando a controversia, fôra necessario esquecer, ainda, que a Constituição não revogou a actual lei de organização judiciaria, de vez que, no seu art. 179, mandou, bem ao contrario, continuassem em vigor, "enquanto não revogadas", as leis que, explicita ou implicitamente, não hostilizassem as disposições do estatuto basico. Ora, as varas privativas de juizes de direito da capital estão fixadas na lei actual, integrada pelas leis complementares que a derogaram, e essa fixação só poderá ser modificada, augmentando-se ou diminuindo-se o numero de taes varas, com a reforma, ou a substituição do codigo organico vigente. Não ha fugir dahi, a não ser pela escapatória do sophisma, ou pela obstinação, inflexa no desconhecer o preceito claro do dispositivo constitucional por nós invocado.

O sr. Aristides Rocha — A questão, nos seus verdadeiros termos, não tolera outro exame.

O sr. Leopoldo Pêres — Aliás, estariamos incorrendo no vicio logico de presumir palavras inúteis na lei, o que importaria infracção ostensiva á regra classica de hermeneutica, sancionada modernamente no criticismo constructivo da doutrina americana, segundo um Story ou um Black: *interpretatio sic facienda ut verba non sint superflua, et sine virtute operandi*. — ou, em vulgar, — *interpretem-se as disposições de geito que não pareça haver palavras superfluas e sem força operativa*. (cf. Carlos Maximiliano, "Hermeneutica e Applicação do Direito", 2.ª ed., 1933, pgs. 270-1). "Uma constituição escripta — ensina, por sua vez, Ruy Barbosa, citando nos pro-

prios livros as maiores autoridades da jurisprudência constitucional dos Estados Unidos, — sendo redigida por homens eleitos ao esse trabalho, em razão de sua idoneidade especial, e adoptada após maduras reflexões, pressuppõe um grau de reflexão e um tento na escolha da linguagem, proporcionaes á relevancia de tal obra; motivo por que se ha-de presumir que as suas palavras foram escolhidas com o maior rigôr possível: *and the words are presumed to have been with the greatest possible discrimination*". Assim que, em sendo clara a linguagem, não pode haver duvidas quanto ao proposito da lei, — e nas palavras da lei é que, precipuamente, se lhe ha-de buscar a intenção, "salvo em cabendo nellas mais de uma intelligencia, bem como si de sua expressão grammatical resultar obscuridade, incongruencia ou absurdo. (cf. "O art. 6.º da Constituição", 1.º v., pgs. 86-7). Ora, ao entendimento transparente e immediato do dispositivo constitucional ventilado, na hypothese em apreço, não se oppõe, evidentemente, nenhum desses obstaculos formaes inerradicaveis. O pensamento do legislador constituinte deflue, espontaneo e inconfutavel, sem equívocos nem amphibologias, das proprias palavras que o traduzem, crystallinamente.

O sr. Felix Valois — V. excia. acaba de dizer que a lei deve ser interpretada dentro da sua letra. Está assim contrariando, com muito gaudío para mim, a opinião que externou o deputado Armando Madeira.

O sr. Armando Madeira — Nada affirmei em contrario neste ponto. A these é absolutamente exacta: não ha por que se afastar o interprete da letra da lei, si esta lhe reflecte com exactidão o sentido logico.

O sr. Leopoldo Pêres — E' o que se verifica no caso concreto, harmonizando a letra com o espirito da lei. Mas, quando assim não fosse, e tivessemos de applicar á especie, acaso susceptivel de interpretações diferentes, aquella que o sr. Carlos Maximiliano entende a norma por excellencia indispensavel á exegese dos preceitos legais, e "consiste em indagar o fim

da lei, a razão de ser de uma providencia legislativa, o objectivo que se teve em mira no inserir um artigo, ou paragraho, no texto constitucional", conforme o methodo de investigação teleologica de um Vander Eycken, ou de um Blackstone, ressaltaria a olhos vistos a fragilidade do criterio de apreciação adoptado pela nobre Commissão de Poderes, no seu extravagante parecer.

Primeiro que tudo, convém accen-tuar que não foi "por uma simples questão de technica constitucional", como pensa o talentoso *leader* da maioria, que, no seio da commissão especial, "venceu o ponto de vista doutrinario da não determinação numerica das varas privativas de juizes de direito da comarca da capital". Nenhuma questão, nenhum principio, nenhum postulado de technica constitucional nos inhibia de fazel-o.

O sr. *Maacyr Dantas* — Assim opi-na v. excia. Quanto a mim, já demonstrei que foi uma questão de tech-nica, simplesmente.

O sr. *Leopoldo Pêres* — A Commis-são attendeu, porém, á circumstancia de que, variando com as alternativas mesmas da vida economico-financeira e social do Estado as necessidades de ampliar ou reduzir o mecanismo des-tinado aos serviços da administração da Justiça na capital, não era de bom aviso fixar no contexto rigido da Con-stituição, cuja reforma só de longe em longe, e por contingencias de excep-cional relevancia, se tornará aconse-lhavel, o numero daquellas varas pri-vativas. Mas, tambem, achou prudente prevenir, para logo, a hypothese, que se está verificando exactamente agora, de se permittir o legislador or-dinario a alteração desse quadro de juizes, para dilatal-o ou diminui-lo, a seu livre alvedrio, á margem da lei organica do poder a que corresponde, e só na qual se poderá cogitar de uma revisão equitativa e de uma distribui-ção racional das respectivas attribui-ções.

O sr. *Aristides Rocha* — Perfeita-mente. Esse o pensamento dominante na Commissão Especial. E v. excia. foi, por signal, um dos membros da

sub-commissão que elaborou o capítu-lo do poder judiciario.

O sr. *Leopoldo Pêres* — Parece-me, por isto mesmo, e só por isto, que me assiste alguma autoridade no assumpto. (*Apoiados*) Como quer que fór, a verdade, sr. presidente, é que a Constituição, no seu art. 79, let. C, es-tabelece, de modo impositivo, que as varas privativas de juizes de direito da capital serão fixadas na lei de orga-nização judiciaria, isto é, numa certa e determinada lei, dentre os estatutos organicos que informam, e deve-rão informar, a estrutura juridico-administrativa do Estado, e regular-lhe o exercicio dos poderes. Logo, tendendo, como tende, o projecto a sobrepor-se á observancia rigorosa desse inciso constitucional, de todo em todo impreterivel, pela criação de um juizo privativo de menores, quan-do, nos termos do citado art. 79, let. C, só á lei de organização judiciaria caberá fixar as varas de direito da ca-pital, designando-lhes os encargos, tra-cando-lhes a jurisdição, definindo-lhes a competencia. — *Só* de duvida é que, de rosto, contraria, não só o espirito como a letra expressa da car-ta-magna do Estado.

O sr. *Maacyr Dantas* — No meu en-tender, o juizo de menores é uma crea-ção da propria lei, do proprio codigo de menores. E' o que diz Azevedo Marques.

O sr. *Leopoldo Pêres* — *Modus in rebus*. A lição de Azevedo Marques não pode ser entendida como v. excia. a entende, a menos de constituir uma heresia juridica. E' evidente que o escriptor patricio, mestre de direito, não quiz dizer, na expressão em re-ferencia, que o codigo de menores obrigasse, em toda parte, á criação de um juizo correspondente. O juizo de menores será uma resultante, uma de-corrência, uma exigencia mesmo da legislação respectiva; nunca, porém, uma criação della. A lei federal não poderia, ademais, intervir, pela crea-ção automatica de juizes, na organi-zação judiciaria dos Estados, matéria, hontem como hoje, da competencia privativa destes. O que aos Estados se impõe é a applicação ou a obser-

vância do código de menores, tenham ou não, nos seus quadros judiciais, uma autoridade especial para esse fim.

O sr. *Aristides Rocha* — Apoiado.

O sr. *Leopoldo Pêres* — E a prova disso está no proprio texto do Código que, em varias de suas disposições, se refere, não particularmente ao juiz de menores, mas, de uma maneira geral, á autoridade encarregada de os proteger e lhes assistir. Cito, ao acaso, para illustrar apenas o que assevero, os arts. 55 e 131 da lei. Todavia, não é só. Ha ainda mais. No art. 22 § 1.º, tratando das providencias consequentes á apresentação do infante exposto, declara que "o envoltorio, as roupas e quaesquer outros objectos e signaes que trazer a creança, e que possam a todo tempo fazel-a reconhecer", se encaminharão ao juiz de menores, "ONDE HOVER, ou AO JUIZ DE ORPHÃOS, para serem recolhidos a lugar de segurança". O código de menores não obriga, portanto, necessariamente, á instituição de um juizo privativo de menores, admitindo, bem ao revés, que os encargos e attribuições desse juizo venham a ser exercidos por outra autoridade judiciaria, na esphera da jurisdicção que lhe designar a lei.

O sr. *Aristides Rocha* — Já mostrei que, no Amazonas, essas attribuições cabem ao juiz de orphãos, cuja competência foi, não ha muito, ampliada, estendendo-se a todos os menores, *ex-vi* da lei estadual n. 1.384, de 1.º de setembro de 1928.

O sr. *Moacyr Dantas* — Desconheço a lei invocada pelo sr. deputado *Aristides Rocha*.

O sr. *Aristides Rocha* — Mas eu a tenho á mão e passo-a, com prazer, a v. excia.

O sr. *Leopoldo Pêres* — Temos, pois, sr. presidente, em face da letra insophismavel do proprio código de menores, que a phrase do prof. Azevedo Marques não se pode enquadrar no sentido em que a emprega o *leader* da maioria. O código de menores creou, sim, desde logo, o juizo de menores, mas sómente no Distrito Federal, regulando-lhe a acção nas disposi-

ções expressas de sua parte especial. Nos Estados, nada fôra licito dispôr, neste pormenor.

O sr. *Moacyr Dantas* — Não vejo nesta lei (dirigindo-se ao sr. *Aristides Rocha*) disposições que se adaptem ao juizo de menores. Ella trata de promotorias. E' o que se lê na ementa.

O sr. *Leopoldo Pêres* — V. excia., não se precipite. Leia o art. 2.º, e se convencerá.

O sr. *Moacyr Dantas* — Estou lendo a ementa, que é a *summula* da lei.

O sr. *Aristides Rocha* — Acha, então, v. excia., como jurista, que a ementa é a lei? Si a ementa não é fiel ao texto, prevalecerá a ementa?

O sr. *Moacyr Dantas* — Affirmo que a ementa é o resumo da lei. E, tanto é assim, que a Constituição Federal, no seu art. 49, manda que os projectos sejam apresentados "com a respectiva ementa, enunciando de forma succinta o seu objectivo".

O sr. *Aristides Rocha* — Mas não é isto que se discute. Ninguém nega que a ementa constitua, ou deva constituir, a *summula* exacta da resolução legislativa. O que se contesta, por absurdo, é que, no conflicto entre a ementa e o texto, prevaleça a primeira contra o segundo. E é o que v. excia. sustenta.

O sr. *Leopoldo Pêres* — E' uma questão de *lana-caprina*. O certo, porém, é que a ementa, embora integrada na lei, não pode excluir ou sobrelevar o respectivo texto. Depois, o mais curioso na hypothese é o pretender-se applicar a uma lei estadual de 1928 um dispositivo da Constituição Federal de 1934...

O sr. *Moacyr Dantas* — Segundo a ementa, a lei dispõe sobre promotorias da capital.

O sr. *Leopoldo Pêres* — Não insista v. excia., por quem é, nessa infantilidade. E retomemos, para não perder tempo, o fio principal dos nossos raciocinios em torno ao projecto, que se debate.

Dizia eu, sr. presidente, que o projecto do sr. Paula Gonçalves soffre de inconstitucionalidade congenial: padece de um vicio de origem, que o torna juridica e substancialmente inviavel. Como se caracteriza, ao cabo

de contas, essa inviabilidade? Vamos, ainda uma vez, por carencia de autoridade nossa, aos mestres desengana-dos.

"Toda medida legislativa, ou execu-tiva, que desrespeitar preceitos cons-titucionaes, é, de sua essencia, nulla, — prelecionava Ruy Barbosa, numa de suas grandes monographias de exe-gese á carta magna-republicana de 91. E, mais tarde, na "Amnistia Inversa", acrescentava: "O acto legislativo é o querer expresso da legislatura, ao passo que a constituição é o querer expresso do povo. A este cabe a su-premacia. Si o acto legislativo, o con-tradiz, irritado será: não é lei. Um acto inconstitucional do congresso, ou de qualquer legislatura do Estado, não é lei (*is not law*); não confere direitos; não estabelece deveres; não crea pro-tecção: NÃO INSTITUTE CARGOS. E, juridicamente, como si nunca tivesse existido. — Black, "Amer. Const. Law". (cf. "Collectanea Juridica", pgs. 88-9).

Por seu turno, em relação á doutri-na franceza, escreve Berthélemy, no seu moderníssimo tratado em colla-boração com o prof. Paul Duez: "Les organes constitutionnels ne peuvent pas juridiquement faire d'actes en con-tradiction avec les dispositions de la constitution, parce qu'ils excéderaient leur competence; la constitution ne les a créés pour être violée par eux. La constitution est la loi suprême du pays: tout qui lui serait contraire se-rail illégal". ("Traité Élém. de Droit Const.", 1926, pg 204).

E o exame da constitucionalidade adstringe-se, em ultima analyse, se-gundo Paulo de Lacerda, nesta veri-ficação: "si todo o projecto apresen-tado, ou alguma de suas partes, colli-de com um preceito explicito ou im-plicito da Constituição". (v. "Dir. Const. Bras.", v. 2º, pg. 254).

Ora, sr. presidente, no caso em apre-ço, além de manifestamente inconsti-tucional, como vimos demonstrando, na sua indole e na sua integralidade, fêre ainda o projecto, parcialmente, nalguns dispositivos capitães, a outros textos, não menos taxativos, da carta-magna do Estado. Foi o que nos ex-

pôz, agora mesmo, o nobre depu-tado sr. Armando Madeira, no commen-tario do artigo que se prende á inves-tidura do juiz de menores, a ser "feita livremente pelo governador, podendo este, si o entender, remover do interior algum dos juizes existentes". Em face da nossa constituição actual, difficil-mente se conceberá maior absurdida-de do que essa. Aliás, ha ahí um du-plo absurdo, um duplo erro, — por-que nem o governador pôde nomear livremente qualquer juiz, nem pôde o governador remover, a seu talante, um juiz de direito do interior para a ca-pital.

A nomeação dos juizes de direito, para falar apenas nestes, obedece hoje á norma estatuida no art. 88 da Con-stituição, — dando-se o accêssão, de en-trancia a entrancia, mediante lista triplíce organizada, em escrutínio se-creto, pela Corte de Appellação, na forma do art. 79, let. A, do mesmo estatuto basico. E nós sabemos que as comarcas do Estado se acham dividi-das em entrancias, por lei não revo-gada, importando a remoção de um juiz de entrancia inferior para a capi-tal numa promoção á revelia do dis-positivo legal e da Corte de Appella-ção.

De modo regular, á investidura do juiz de direito de menores teria, por-tanto, que presidir o criterio impera-tivo dos arts. 79, let. A, e 88 da Con-stituição. Mas o projecto prescreve, dis-cricionariamente, que o governo o no-meará livremente, ou preencherá o cargo pela livre remoção de um dos juizes do interior, e, pois, de qual-quer entrancia.

Ha ainda, sr. presidente, sob o aspe-cto da constitucionalidade, outras fal-tas graves, que mereciam apontadas na proposição do sr. Paula Gonçal-ves, além de numerosos deslises tech-nicos, de que, a vingar o projecto, terá a lei de ser, afinal, expungida, — tal o que manda classificar o juizo de menores "entre as varas administ-ra-tivas da justiça local" (disposição co-piada da parte especial do Codigo, que se refere ao juizo de menores do Dis-tricto Federal), como si entre nós, isto é, na organização judiciária do Ama-

zonas, houvesse outras varas, de jurisdição privativamente administrativa, ou graciosa.

O sr. Armando Madeira — Um colchilo technico, não ha duvida.

O sr. Leopoldo Pêres — Não me sobra tempo, porém, nem me é lícito abusar da tolerancia da Assembléa, para fazer uma critica mais minuciosa do projecto. Já delle se occuparam, aliás, larga e vigorosamente, sob diversas prismas, os nobres deputados srs. Armando Madeira e Aristides Rocha. Interessava-me, sobretudo, a preliminar, que sustentamos, de sua manifesta inconstitucionalidade. Este ponto parece esclarecido de modo sufficiente e irrefutavel.

O sr. Paula Gonçalves — Não basta que v. excia. o diga. Em vez de fazer oratoria, v. excia. devia ajudar-me a enquadrar o projecto na Constituição.

O sr. Leopoldo Pêres — Não se distancia dahi o nosso proposito na analyse do trabalho de v. excia., em relação ao qual, como disse de começo, não temos nenhum *parti-pris*. Por isto mesmo, limitando-me á these estritamente constitucional, não cheguei a esflorar sequer o mérito do projecto.

O sr. Paula Gonçalves — Poderá ainda fazel-o. Nem por isso o projecto deixará de ser votado. Absolutamente não me preoccupa o apoio de ninguém. Desejo apenas cumprir com o meu dever, zelando pela creança desvalida desta terra.

O sr. Leopoldo Pêres — Os sentimentos de v. excia., neste particular, não serão mais elevados, nem mais generosos, do que os nossos.

O sr. Paula Gonçalves — Por que, então, se batem contra a realização de uma idéa humanitaria, de um serviço de utilidade social indiscutível?

O sr. Leopoldo Pêres — Ha um equívoco flagrante de v. excia. Já o dissemos um sem numero de vezes, e repelimos, que não é contra o projecto em si, nos seus justos objectivos, que nos levantamos. Mas contra os erros substanciaes e formaes que o invalidam, exactamente para os fins visados.

O sr. Aristides Rocha — Na situação actual do Amazonas, o juizo de

menores, sem os estabelecimentos de assistencia e de correcção que se lhe tornam indispensaveis, será, nada mais, nada menos, que uma sinecura judiciaria.

O sr. Leopoldo Pêres — Não vou a tanto. Tenho, porém, como v. excia., que esse juizo privativo será de todo ponto inoperante, não passando da acção doutrinaria ou theorica, para os effectos de uma publicidade mais ou menos apparatusa, desde que lhe falte, e por certo lhe faltará, o aparelhamento necessario á consecução pratica dos seus designios de assistencia á infancia desamparada ou delinquente. Ora, o projecto crêa o juizado, crêa os cargos, os logares, as funcções, mas não se refere, senão de modo muito precario, ás escolas, aos abrigos, aos reformatorios, sem os quaes não colimarão, nem por sombra, as precipuas finalidades de sua mesma creação.

O sr. Armando Madeira — Perfeitamente deficiente.

O sr. Paula Gonçalves — Tudo virá a seu tempo, si houver boa vontade.

O sr. Leopoldo Pêres — Neste caso, que a seu tempo venha tambem o juizo, mas em condições de realizar os seus fins, de os objectivar com exito seguro e verdadeira efficiencia.

O sr. Paula Gonçalves — As brilhantes idéas de v. excia. levam a crêr que v. excia. não acredita que se possa evoluir. E' de admirar que v. excia. não compareça á Assembléa de tanga...

O sr. Leopoldo Pêres — Tomo a liberdade de não conhecer do aparte de v. excia., que não está á altura do debate e destoa das praxes parlamentares mais comesinhas. Reserve-se v. excia. melhor opportunidade para fazer humorismo.

O sr. Paula Gonçalves — No meu aparte nada ha de offensivo, ou que possa melindrar. V. excia. é que se habituou a vêr sempre algo de intempéstivo nas minhas advertencias.

O sr. Leopoldo Pêres — A verdade, sr. presidente, é que, tambem á luz desse criterio de apreciação, o projecto do sr. Paula Gonçalves não resiste á menor critica. Só a ignorancia, —

que não attribuo a s. excia., — da complexidade dos serviços a cargo do juizado de menores, no desdobramento de sua missão politico-social, poderá admitir a existencia real desse juízo e sua utilidade immediata, quando desprovido dos elementos concretos, que lhe condicionam a acção. Agora, uma simples pergunta, uma indagação singela, cuja resposta se impõe á consciencia de todos quantos, nesta Casa, temos a noção das responsabilidades que nos decorrem dos proprios mandatos: — está o governo, a administração publica, em situação material capaz de attender ás necessidades do juízo de menores, provendo-o dos estabelecimentos e instituições de que para logo carecerá? E' evidente que não. Pelo menos, no instante que passa de lenta e delicada restauração economico-financeira do Estado.

Ora, o Código de Menores, adoptando, approximadamente, a classificação do Congresso de Budapest, no tocante á infancia merecedora de assistência social, estabelece medidas de protecção, já para os menores simplesmente abandonados e innocentes; já para os menores abandonados e viciosos, vadios, mendigos e libertinos; já para os menores delinquentes. E, para cada uma dessas categorias de desherdados da fortuna, no berço, na puericia, ou na adolescencia, prevê a manutenção pelo Estado de instituições adequadas. Assim, os menores apenas abandonados, quando não resgatados a pais ou responsaveis, serão internados em *escolas de preservação ou de reforma*, asylos, hospitaes, officinas, ou casas de educação, providencia que determina tambem para os menores encontrados no vicio; e no que diz respeito aos delinquentes, submete-os ao regime das *escolas de reforma* ou das *colonias correccionaes*, havendo, nesse conjunto, estabelecimentos apropriados aos menores do sexo feminino. Por ahi se vê, ou bem se imagina, o apparellamento que reclama, desde o primeiro instante, a instituição de um juízo privativo de menores. E' todo um systema, scientificamente traçado sobre os dados da observação quotidiana e da experien-

cia technica, de escolas premunitorias e escolas de reforma, recolhimentos e abrigos, creches e hospitaes, asylos e colonias de correcção. E á margem desse systema o juízo de menores será uma simples utopia, ou, pelo menos, uma burocracia judiciaria...

O sr. *Aristides Rocha* — Não passará disso.

O sr. *Leopoldo Pères* — Relêva, todavia, salientar, sr. presidente, no remate destas considerações de analyse e de critica, que se não afastaram do terreno elevado da controversia doutrinaria, sem perder de vista as realidades prementes da hora que atravessamos, — relêva salientar, dizia eu, que a attitude da minoria desta Casa, combatendo o projecto Paula Gonçalves, longe de traduzir qualquer animadversão á louvavel iniciativa de s. excia., define apenas a coherencia logica de principios e de idéas, que bem de perto se ajustam ao soluçionamento pratico dos nossos problemas sociais de maior relevancia. Somos e fomos dos primeiros a reconhecer-lhe e proclamar-lhe os altruisticos intuitos, até porque ninguém negará, em boa mente como frizamos, tambem, de inicio, a benemerencia de quantas iniciativas visem proteger, amparar, assistir, reformar, estimular, reabilitar a infancia abandonada ou delinquent'e, em cujas dolorosas phalanges se encontram não raro reservas opulentas das gerações fortes, que tem de construir o nosso amanhã. Faltam-lhe, porém, ao projecto Paula Gonçalves os requisitos essenciaes da viabilidade constitucional e da effectiva exequibilidade, em face da situação actual do Estado. E só por isto, em que pese á sympathia e aos applausos que nos desperta, não o poderá aprovar a Assembléa, a não ser que ainda uma vez prevaleça, nesta Casa, a theoria drastica dos factos consumados, recurso facil com que se evadem as maiorias deliberrantes aos mandamentos da lei, tudo, sotopondo ao interesse da solidariedade politica.

(Muito bem. Muito bem. Palmas. O orador é vivamente felicitado na bancada da minoria).

DISCURSO DO SR. MOACYR DANTAS, NA
SESSÃO DE 16 DE AGOSTO :

Sr. Presidente

Não tem razão o deputado Aristides Rocha quando responsabiliza, naturalmente por equívoco, a antiga bancada trabalhista por haver, em emenda suppressiva, retirado do projecto constitucional a fixação do numero dos representantes das organizações profissionais.

O ante-projecto assegurava, em verdade, a representação profissional equivalente a um quinto da popular, mas nada estabelecia quanto á forma da eleição e ás classes e grupos a serem representados. A emenda trabalhista mandou retirar a fixação do quinto, e regular as referidas eleições pela legislação eleitoral.

Se pela primeira falta devemos, injustamente, responsabilizar os nossos antigos collegas trabalhistas, pela segunda omissão é responsavel a Comissão Geral, da qual fazia parte o sr. Aristides Rocha...

O sr. Aristides Rocha — Emenda-ram o que estava certo !

O sr. Moacyr Dantas — Estava certa uma parte, enquanto a outra, justamente a principal, era omissa. De qualquer forma, podemos e devemos attender, por lei ordinaria, á representação classista.

O projecto que tenho a honra de apresentar, fixando em 4 o numero de delegados das profissões e classificando os grupos, consulta ao mesmo tempo a Constituição federal e as instruções do Superior Tribunal de Justiça Eleitoral. Não somos por lei obrigados a estabelecer um quinto para representação classista. A carta magna do paiz firma o principio constitucional da representação das profissões, sem, contudo, estabelecer numero fixo. Pelo facto da Camara Federal se compor de deputados profissionais em total equivalente a um quinto da delegação popular, dahi não se pode concluir que os Estados estão obrigados a garantir a mesma proporção.

O principio constitucional não é a fixação do numero, mas a representação das profissões. Tanto é assim que

o Superior Tribunal de Justiça Eleitoral, em suas sabias instruções de 31 de maio do corrente anno, não determina numero certo, entregando aos legisladores estaduais a competencia para livremente fixarem a proporção que julgarem acertada.

Tambem assim comprehenderam os deputados de S. Paulo, cuja Constituição foge, quanto ao numero, ao criterio adoptado pela carta republicana.

Mas essa divergencia não deve constituir obstaculo á votação do projecto, cabendo á Assembléa augmentar ou diminuir, o numero, da forma que melhor lhe parecer.

Sessão de 16 de Dezembro

Presidencia do sr. João Verçosa. — Secretarion — srs. Carlos Machado e Chaves Ribeiro.

A' hora regimental, presentes os srs. João Verçosa, Leopoldo Neves, Carlos Machado, Chaves Ribeiro, Felix Valois, Ananias de Almeida, Moacyr Dantas, Maria Leão, Paula Gonçalves, Manoel Monteiro, Ariolino Azevedo, Vivaldo Lima, Leopoldo Peres, Ruy Barreto, Armando Madeira, Tito Bittencourt, Antonio de Vasconcellos, Felismino Soares, Aristides Rocha Arthur Bonates, Manoel Lobo, Francisco Caetano, Alfen Thaumaturgo, Genesino Braga e Carlos Nobre, faltando com causa justificada os srs. Cosme Ferreira, Ary Cahn, Antovilla Vieira, Philadelpho de Moraes, Julio Lima e Benjamin Ferreira e sem ella os demais deputados, é aberta a sessão.

Lida e approvada sem debate a acta anterior, o primeiro secretario apresenta o seguinte

EXPEDIENTE

Mensagem do Governador do Estado, submettendo á consideração da Assembléa copias dos decretos numeros 86, 87, 89, 90 e 91, baixados pelo Poder Executivo;

Petição de Adelia Souto Sobreira Lima, solicitando reparação do acto da interventoria federal, que lhe cassou a pensão.

Idem de Hormidas Miltoso, agente fiscal do rio Aripuanã, solicitando seja equiparada á de outros agentes a gratificação que percebe.

Officio do dr. Lucano Antony, presidente da intendencia municipal de Manáos, communicando a respectiva posse desta e sua eleição para presidente.

Petição de Jacob Isaac Benzaquem, requerendo isenção de impostos para um Cortume Modelo, que pretende fundar em Manáos.

Findo o expediente e annunciada a

ORDEM DO DIA

occupa a tribuna o sr. Aristides Rocha, que pronuncia o seguinte discurso:

Sr. Presidente. Solicitei a palavra para focalisar um assumpto que se me affigura de grande interesse para o Estado do Amazonas, notadamente para o Municipio de Manáos.

São do conhecimento da Assembléa e de toda a população do Estado, as possibilidades economicas offerecidas pela região do Careiro, grandemente propicia ao desenvolvimento da industria pastoril e da industria agricola.

Em 1932, sob a administração do interventor Rogerio Coimbra, segundo me parece, sendo Prefeito da Capital o Sr. Tenente Emmanuel Moraes, a attenção dos poderes publicos foi voltada para esse assumpto de magno interesse. A administração dispendeu, Sr. Presidente, muitas centenas de contos de reis na abertura de uma estrada de rodagem no Careiro, na fundação de uma villa, dotada hoje de muitos melhoramentos, inclusive até de iluminação electrica. Ficou estabelecida, a esse tempo, uma navegação subvencionada para aquella zona, na chata Parahyba, dotada de um frigorifico que se destinava ao transporte do leite para a Capital, afim de que toda essa produção e outras correlatas fossem aproveitadas e vendidas no mercado desta cidade. Ficou estabelecida uma subvenção de 3:000\$00 para essa linha de navegação nova, que offerecia as maiores commodidades, não só aos passageiros vindos do Careiro para a Capital, como aos que da Capital, em veraneio seasonal, para lá se

dirigiam, e ao mesmo tempo para o transporte das mercadorias e industrias alli exploradas.

Durante os annos de 1932 a 1935, a Amazon River arrecadou 451:379\$870 e despendeu 599:851\$310, havendo um deficit de 148:471\$440.

Apezar desse deficit, Sr. Presidente, é de louvar a attitude da Amazon River mantendo esse serviço. Ella esperava possibilidades futuras, profundamente promissoras com o desenvolvimento daquella zona de produção agricola e pastoril.

Sucedeu que este anno, alguns dos fornecedores de leite ao entreposto frigorificado desta embarcação, reclamaram, uns contra a possibilidade de perfeita conservação do leite, de maneira a chegar em perfeito estado, afim de não ser condemnado pela Saude Publica, outros allegavam a falta de capacidade do frigorifico para essa condução. O caso foi affecto á Prefeitura. Esta nomeou uma comissão technica que investigasse da natureza dessas reclamações e indicasse o melhor meio, ou a melhor forma do poder publico solvel-as.

Esta comissão de technicos emittiu o seu parecer. O Sr. Prefeito cruzou os braços. Nada resolveu.

Afinal, depois de muita grita, elle resolveu, Sr. Presidente, tudo quanto pode haver de mais extravagante no assumpto — dar liberdade integral aos productores de leite, que ficavam com a faculdade de trafaz-lo á Capital, como elles bem entendessem.

E passou o leite a ser conduzido, uma parte, no frigorifico da chafa, outro, á vontade, como antigamente, em baldes, em tijelas, em latas de gasolina, em garrações, collocando ainda dentro do vasilhame, para a conservação, gelo, de maneira que o leite contem grande parte de agua.

E' esse o regimen actual.

A Companhia, deante dessa deliberação, resolveu officiar ao Prefeito, declarando que no dia 30 de Dezembro, sustaria a navegação para a região do Careiro.

Fazendo essa communicação, que pensa V. Exc. Sr. Presidente, e que pensa a Assembléa que o Prefeito res-

pondeu? Um aviso dessa natureza a um administrador consciente de seus deveres e de suas responsabilidades, obrigar-o-ia a estudar immediatamente o assumpto e dar uma solução que consultasse aos interesses da população do Careiro. O Sr. Prefeito, no entanto, respondeu assim:

"Accuso o recebimento do vosso officio de 4 do corrente mez, ficando esta Prefeitura sciente do assumpto de que trata o mesmo officio, com referencia á linha de navegação do Careiro e Cambixe.

Com os protestos de elevada estima e consideração,

Saúdo-vos

(a) Jessé de Moura Pinto.

Respondendo pelo expediente da Prefeitura Municipal de Mandos.

Com franqueza, Sr. Presidente, não pode haver, por parte de um administrador, maior indifferença pelo bem publico! Si S. Exc. apurasse, por acaso, que as exigencias da companhia não procediam, devia ter providenciado immediatamente para que essa embarcação fosse substituida por uma outra que prestasse áquella população os serviços que essa chata vinha prestando. Si apurasse que a subvenção era insufficiente para se manter esse serviço, apurando essa situação, ao saber da veracidade da mesma, tomaria uma providencia conciliadora dos interesses da Prefeitura, por um lado, por outro da população do Careiro e ainda da companhia proprietaria da embarcação subvencionada.

Mas, nada disto se deu. Devo penitenciar-me, como tambem deve pedir perdão ao povo a Assembléa Legislativa, pelo facto de havermos, na Constituinte, permittido a nomeação do Prefeito da Capital.

O cargo de Prefeito da Capital deve ser de nomeação, afim de que não haja discordancia e disparidade na administração de interesses quasi communs, da Prefeitura e do Estado.

E' natural, é legitimo que S. Exc. o Governador do Estado tenha á testa da primeira communha do Estado — a Prefeitura da Capital — um delegado de sua confiança immediata, de ma-

neira que elle possa dar assistência e superintender os respectivos serviços. No entanto, Sr. Presidente, vê-se que os nossos intuitos foram, de certa maneira baldados. Ha mais de 6 mezes que um amanuense, empregado subalterno,...

O sr. Ananias Almeida — Amanuense, não. Chefe de secção.

O sr. Aristides Rocha — (continuando) empregado subalterno da Prefeitura, vem respondendo pelo expediente dessa repartição, superintendendo um Municipio que rende mais de 3.000:000\$000!

Sr. Presidente, faço daqui um apello ao Sr. Governador Alvaro Maia, honrado Governador do Estado, afim de que S. Exc. chame a si esse caso, tomando a iniciativa de sua solução, porque, na exposição feita por esse senhor que é chefe de secção e que responde pelo expediente da Prefeitura, no relatorio, alli ficou consignado que elle não está disposto a tomar iniciativa alguma, sobre o caso. O Conselho vem ahi, elle que resolve, é a sua maneira de procrastinar o assumpto!

Ora, Sr. Presidente, este assumpto é de natureza immediatamente administrativa.

E' mais da competencia do Executivo a sua iniciativa.

Assim como nós, da Assembléa Legislativa, não podemos ter responsabilidade de um caso administrativo mal encaminhado, porque a nossa função constitucional não é dotar o Executivo dos meios para solucionar estes casos, cuja iniciativa a elle cabe, tambem no Municipio não incumbe ao Conselho Municipal solver, resolver, solucionar um caso de natureza immediatamente administrativa, como este!

O Prefeito, elle proprio, proclamou a sua incompetencia para o caso.

Eleito que está, o Presidente do Conselho Municipal, a essa autoridade incumbe assumir a Prefeitura da Capital. E' facto, Sr. Presidente, que nós, na lei organica declaramos que a substituição do Prefeito, pelo Presidente do Conselho Municipal, será, si bem me recordo, de 30 dias, e que, uma substituição maior do que esta, cabe ao Poder Executivo nomear, effectiva ou in-

terinamente o Prefeito que tiver de reger os interesses da communa da Capital. Portanto, Sr. Presidente, si S. Exc. o Sr. Governador do Estado, com a grandeza de coração, que, afinal, lhe reconhecemos tem, por acaso, escrupulo em afastar esse cidadão, elle tem, dentro da lei, agora, a obrigação de fazer. O Conselho está eleito, a Mesa do Conselho está organizada.

Consequentemente, o Prefeito que está lá, não é interino, nem effectivamente nomeado — apenas responde pelo expediente. Logo, o Presidente do Conselho Municipal, dentro da lei organica, tem o dever de assumir o exercicio das funções de Prefeito.

Eis a razão porque faço um appello ao chefe do Estado, para solver este caso, nomeando o Prefeito da Capital. Basta dessa situação de uma repartição, ha quasi um anno!

O sr. Ananias de Almeida — Não é a primeira vez. E' a segunda!

O sr. Aristides Rocha — Primeiro ou segundo! então o segundo absurdo!

O sr. Ananias de Almeida — Foi no tempo da Interventoria!

O sr. Aristides Rocha — V. excia. está apontando um caso passado em regimen discricionario. Nós estamos em periodo constitucional! De accordo com a lei organica do Municipio não é permitido isto — um empregado respondendo indefinidamente pelo expediente de uma repartição! O Presidente do Conselho Municipal tem que assumir o exercicio, o qual será assegurado até que o chefe do Estado nomeie interinamente ou effectivamente uma autoridade que presida á administração da cidade de Manáos.

O sr. Ananias de Almeida — O Conselho só reuniu sabbado!

O sr. Aristides Rocha — V. excia. está a apartar-me, sem saber o alcance de seus apartes! Eu sei que o Conselho installou-se ante-hontem e elegeu a sua Mesa.

Sei que está eleito o Presidente do Conselho Municipal de Manáos.

E sei ainda que este, por lei, tem o direito de assumir o exercicio do cargo de Prefeito, mas sei tambem que, até

certo ponto de vista e politicamente, acho possivel que elle não o faça.

Não quero, Sr. Presidente, apresentar nenhum Projecto. Remetto á Mesa todos os dados a que alludi no meu discurso, afim de que sejam incluídos nos Annaes desta Casa.

Estou certo que S. Exc. o Governador do Estado, recordando as palavras que proferiu no dia em que prestou seu compromisso legal, perante a Constituinte do Amazonas, dizendo que accetava com prazer aquellas suggestões que lhe fossem feitas no sentido de bem servir a sua terra, providenciará, porque, nas palavras que profiro não ha outro intuito senão o de servir a população, senão de ver regularizado um serviço a bem dos interesses do Estado, da communa e da população do Carreiro e do Cambixé e confio que o Sr. Governador do Estado tomará na devida consideração o meu appello.

Aguardo a palavra de S. Exc. para poder voltar ao assumpto.

São estes os documentos a que se referiu o sr. Aristides Rocha:

Officio ao Prefeito Municipal, em 4 de Dezembro de 1935.

Para governo de V. Exa., transcrevemos abaixo o theor do telegramma recebido da Gerencia desta Companhia, em Belem do Pará:

"REFERENCIA LINHA CAREIRO DEVEM NOTIFICAR PREFEITO IMPOSSIBILIDADE COMPANHIA CONTINUAR MANTER LINHA ACTUAES CONDIÇÕES APÓS TRINTA UM DEZEMBRO PROXIMO ATTENDENDO NÃO SOMENTE CONSTANTES PREJUÍZOS SUPERIORES CENTO TRINTA CONTOS COMO TAMBEM NECESSIDADE EMPREGAR SERVIÇOS "PARAHYBA" NAVEGAÇÃO ALTOS RIOS".

Com os protestos de elevada estima e subido apreço, queira acceitar nossas

CORDEAES SAUDAÇÕES

(a) Waldemar Souza
Agente.

Resposta do Prefeito em 6 de Dezembro de 1935.

Accuse o recebimento do vosso officio, de 4 do corrente mez, ficando esta Prefeitura sciente do assumpto de que trata o mesmo officio, com referencia á linha de navegação do Careiro e Cambixe.

Com os proiestos de elevada estima e consideração.

Saúdo-vos

(a) Jessé de Moura Pinto
Respondendo pelo expediente da
Prefeitura Municipal de Mandos.

THE AMAZON RIVER STEAM NAVIGATION COMPANY (1911), LTD.
RESUMO DA RENDA E DESPESA DA LINHA DO CAREIRO

RECEITA:—

	De agosto 1932 a agosto 1933	De setembro 1932 a setembro 1933	TOTAL
Auxílio da Municipalidade ..	10:000\$000	99:000\$000	109:000\$000
Fretes ..	28:797\$600	196:528\$000	225:325\$600
Passagens ..	40:713\$830	69:540\$400	110:254\$230
	<u>79:511\$430</u>	<u>365:068\$400</u>	<u>444:578\$830</u>

Renda líquida do Bar ..	1:832\$450	4:967\$990	6:800\$040
Total ..	<u>81:343\$880</u>	<u>370:036\$990</u>	<u>451:379\$870</u>

DESPESA:—

Custelo ..	100:837\$170	272:476\$840	373:314\$010
Concertos e manutenção ..	5:194\$810	108:538\$870	113:733\$680
Seguros ..	3:637\$300	24:895\$810	28:533\$110
Depreciação ..	1:599\$760	11:395\$240	12:995\$000
Proporção da despesa de adaptação ..	<u>8:436\$800</u>	<u>51:365\$000</u>	<u>59:801\$800</u>

Despesa de inactividade ..	11:473\$710	—	11:473\$710
Despesa total ..	<u>131:179\$550</u>	<u>468:671\$760</u>	<u>599:851\$310</u>
PREJUÍZO ..	<u>49:836\$670</u>	<u>98:636\$770</u>	<u>148:471\$440</u>

As despesas não incluem parcella alguma da administração e nem lucros.
Belém, 14 de Dezembro de 1935.

(a) L. E. DEANE
Contador Chefe

DESPESAS DO VAPOR "PARAHYBA", EM NOVEMBRO DE 1935

As despesas não incluem parcella alguma da administração e nem lucros.

Folha de pagamento da guarnição ..	4:735\$800	
Compras de mercado ..	354\$100	
Compra de carne fresca ..	513\$800	
Rancho para guarnição ..	1:117\$000	
Material fornecido ..	1:688\$300	
Atracções no fluctuante da M. H. Ltd. ..	306\$000	
Lenha consumida ..	3:887\$000	
Despachos na Alfandega e Capitania ..	59\$800	
Lavagem de roupa ..	44\$000	
Gratificação (vendedores de passagens e pessoal que retira o leite do frigorífico ..	<u>249\$900</u>	<u>12:956\$300</u>

RECEITA:—

Transporte de leite ..	1:992\$300	
Passagens ..	<u>1:191\$000</u>	<u>3:183\$300</u>
		<u>9:773\$000</u>

No mez de novembro foram conduzidos 19.923 litros de leite.

Subvenção ..	3:000\$000
Deficite real ..	<u>6:773\$000</u>

Na distribuição das despesas não estão incluídas as seguintes despesas:
Condução de alvaranças de Manaus a Macapá e vice-versa para o recebimento de leite no depósito do sr. Fausto Ventura, depreciação de quatro alvaranças empregadas exclusivamente neste serviço, estivaradores para arrumação da lenha das alvaranças para bordo do "Parahyba", Seguro, Concertos e Depreciação do vapor "Parahyba".

A seguir, vem á tribuna o sr. Paula Gonçalves, que, depois de apreciar varios pontos do discurso do sr. Aristides Rocha, concordando com o que este expoz quanto á hygiene publica, envia á Mesa o seguinte projecto, que é considerado de deliberação e toma o numero 50:

A Assembléa Legislativa do Amazonas

DECRETA

Art. 1.º — Ficam isitituídos a Casa da Maternidade e o Dispensario Infantil.

Art. 2.º — Para a construcção dos predios apropriados e respectivas installações e para custeio dos servicos, ficam obrigatoriamente incluídos nos orçamentos do Estado e dos Municipios a verba de 1% sobre o total da arrecadação, com exclusão das taxas de expediente, estatística, emolumentos, policia portuaria e renda com applicação especial, não podendo fazer parte de taes orçamentos nenhuma verba para ser distribuída como quotas a funcionarios da fazenda.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrario.

S. S. em 16 de Dezembro de 1935
Paula Gonçalves
Vivaldo Lima

Pede a palavra o sr. Vivaldo Lima, que, mostrando as vantagens desse projecto, requer que seja elle dispensado de impressão e intersticio, afim de entrar na segunda parte dos trabalhos. Responde ao sr. Vivaldo Lima o sr. Leopoldo Neves, explicando as razões por que não pode ser attendido o requerimento, uma das quaes está no facto de não ter ainda a Casa conhecimento do orçamento para o futuro exercicio. Continuando a discussão, falla o sr. Aristides Rocha, que acha inopportuno o requerimento do deputado trabalhista, depois do que o sr. presidente resolve mandar o projecto ás commissões de poderes e de finanças para emitirem seu parecer.

Vollando á tribuna, o sr. Leopoldo Neves submete á consideração da Assembléa tres projectos, que regulam, respectivamente, a cobrança do imposto de industrias e profissões, de

laxas de estatística e de expediente, os quaes tomam os numeros 51, 52 e 53, requerendo o apresentante que elles sejam dispensados de impressão e intersticio para entrarem em segunda e terceira discussão na segunda parte da ordem do dia. Aprovado o requerimento.

PROJECTO n.º 52

A Assembléa Legislativa do Estado do Amazonas, considerando que a ampliação a ser dada ao serviço de estatística do Estado, em obediencia ao que dispõe o art. 131 da Constituição do Estado, requer conveniente financiamento,

RESOLVE

Art. 1.º — A cobrança da taxa de estatística, a que se refere o decreto n.º 25, de 12 de Abril deste anno, obedecerá, a partir de 1 de Janeiro de 1936, á seguinte tabella:

I — um real por kilogramma, peso bruto, sobre cereaes e seus derivados, tijellas e telhas de barro e madeira em toros e beneficiadas;

II — dois réis por kilogramma, peso bruto, sobre os demais generos ou mercadorias.

Art. 2.º — Serão feitas nas primeiras guias, ou talões de despachos, o calculo e o pagamento da taxa devida.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrario.

S. C. em 16 de Dezembro de 1935

Leopoldo Neves
Vivaldo Lima
Genesino Braga
Antonio de Vasconcellos

PROJECTO n.º 53

A Assembléa Legislativa do Estado do Amazonas, tendo em vista as necessidades financeiras do Estado, no sentido de melhor aparelhagem de seus departamentos de administração

RESOLVE

Art. 1.º — A taxa de expediente, a que se refere o decreto n.º 64, de 22 de Maio de 1935, passará a ser cobrada, a partir de 1 de janeiro de 1936, pela seguinte tabella:

1.º — a todos os documentos apresentados às repartições do Estado, para effeito de encaminhamento ou processo;

2.º — a todos os documentos expedidos pelas repartições publicas do Estado;

3.º — a todos os talões ou recibos referentes a serviços do Estado, quer por este directamente explorados, quer mediante arrendamento.

Art. 2.º A cobrança da taxa de expediente, nos casos acima, obedecerá á seguinte tabella:

a) documentos sujeitos ao sello de petição, os constantes do numero 2 e os attestados para effeito de vencimentos — 500 rs;

b) despachos de productos estaduaes, pagando direito, 2\$000 por unidade;

c) despachos livres de qualquer especie ou procedencia, 2\$000 por conto de réis, ou fracção, com base no valor official;

d) despachos de productos, no goso de concessão de abatimento de direitos, 5\$000 por conto ou fracção de conto de réis, com base no valor official;

e) recibos e talões contra pagamento de qualquer natureza, a que se refere o numero tres, 500 rs. por unidade, ficando isentos os de valor até 3\$000.

§ 1.º — Com excepção da letra a, primeira parte, cuja cobrança será feita mediante talão, pelo encarregado do protocollo. Nos demais casos, o valor da taxa será incluída no proprio documento que lhe der origem.

Art. 3.º — Nenhuma percentagem será attribuída ás repartições arrecadoras pela cobrança da presente taxa.

Art. 4.º — Quando se trate de serviço contractado, competirá a cobrança da taxa á empresa contractante, que recolherá mensalmente ao Thesouro Estadual o producto da arrecadação, em guias devidamente conferidas e visadas pelo fiscal do Governo junto á msema.

Art. 5.º — São isentos da taxa de expediente:

a) os manifestos e passes das embarcações;

b) os attestados para effeito de montepio;

c) as certidões de qualquer natureza;

d) as guias de recolhimento de importancias devidas á Fazenda;

e) os alvarás e instrumentos expedidos pelas autoridades judicias;

f) os papeis que acompanham ou instruem os documentos já sujeitos a taxa;

g) os despachos de valor official até 200\$000.

Art. 6.º — Revogam-se as disposições em contrario.

S. C. em 16 de Dezembro de 1935

Leopoldo Neves

Vivaldo Lima

Genesino Braga

Antonio de Vasconcellos

Para esses ultimos projectos, requer o sr. Leopoldo Neves dispensa de impressão e intersticio, afim de entrarem em segunda e terceira discussão na segunda parte da ordem do dia, sendo approved o requerimento.

A seguir, o sr. Ruy Barreto, pela Commissão de Poderes, apresenta os pareceres desta sobre o projecto n.º 44, que autoriza a remodelação dos serviços telephonicos do Estado; a petição de Antonio Lamarão, requerendo isenção de impostos para um cinema que pretende instalar em Manáos; o projecto n.º 31, mandando restaurar os vencimentos do magisterio primario do Estado e da Escola Modelo; a petição do industrial Julio Cardoso Pires Ferreira, solicitando concessão para um entreposto de beneficiamento de pelles de animais silvestres e domesticos; o projecto n.º 6, que autoriza o governo a assegurar a applicação do guaraná nas bebidas gazosas e outras; o projecto n.º 36, marcando os vencimentos dos professores substitutos nos grupos escolares.

Por ultimo, os srs. Manoel Monteiro e Nobre da Silva apresentam tambem pareceres, respectivamente, sobre o ensino religioso nos programmas das escolas primarias e sobre a petição de varios commerciantes de fumo e fabricantes de cigarros.

Passando-se á segunda parte da ordem do dia, é discutida, approveda e remetida a sanção a redacção do pro-

jecto n.º 4º. Ao entrar em segunda discussão o projecto n.º 39, volta elle á comissão respectiva por lhe ter offerecido uma emenda o sr. Felix Valois, que requer logo a inclusão, em segunda turno, do n.º 39, na ordem do dia de amanhã, sendo approved. São ainda approved, em segunda e terceira discussão, os projectos 51, 52, 53 e 45, os quaes seguem para a Comissão de Redacção.

Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente suspende os trabalhos, marcando para a proxima sessão: primeira parte, regimental; segunda parte, segunda discussão dos projectos 46 e 47.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. JOAO DE PAULA GONÇALVES, NA Sessão DE 26 DE JUNHO :

Sr. Presidente. Srs. Deputados.

Ouvi, com satisfação immensa, as palavras ha pouco pronunciadas pelos meus prezados collegas Ary Calin e Arthur Bonates. Em seguida, as que pronunciou nosso companheiro de representação, sr. deputado Felix Valois Coelho. Estas, calaram-me profundamente. Vieram em apoio ao appello que aqui tomei a liberdade de endereçar aos meus nobres e cullos collegas, ha alguns dias, appello esse que se resumia em, ao penetrarmos o recinto augusto desta Assembléa, deixarmos, lá fora, quaesquer animosidades politicas e pessoas, e, aqui ingressos, cuidarmos unica e exclusivamente dos altos e vitais interesses do Estado. Faço minhas as palavras de Felix Valois Coelho, ponderadas, opportunas e justas.

Não venho fazer uso da palavra, sr. presidente, para discutir questões politicas. Desejo submeter á apreciação dos meus nobres collegas um projecto de lei que se enquadra no Capitulo IV da Constituição do Estado, parte referente á Ordem Social e Economica.

Seja eu o primeiro a reconhecer que nos paizes novos, e, dentro desses paizes, em circumscripções territoriaes distantes do poder central, como nosso Estado, toda evolução é lenta, todos os multiplos problemas que abrangem

os varios sectores da administração publica, vão se desenvolvendo passo a passo. Por isso mesmo, cabe aos delegados do povo, dentro das corporações legislativas, ventilar esses problemas, em especial quando dizem respeito aos interesses da collectividade, procurando dar-lhes a precisa celeridade.

Determina a Constituição Estadual, sr. presidente, no seu capitulo IV, art. 121º e respectivos itens, o seguinte, que passo a ler :

Art. 121º — Na esphera da respectiva competencia e em cooperação com a União e os municipios, o Estado proverá a ordem social, segundo os principios da justiça e as necessidades da vida colectiva. Neste sentido providenciara especialmente para :

b) *assistir as classes menos favorecidas* e soccorrer as familias de prole numerosa, etc. etc.

c) *amparar a velhice*, a maternidade e a *INFANCIA*, em estabelecimentos apropriados, etc. etc.

d) *proteger a juventude* e animar-lhe a expansão das energias physicas e moraes, intellectuaes e civicas;

e) tornar effectiva a *educação eugenica* e desenvolver a hygiene mental e a *lucta contra os vicios sociais*;

f) fiscalizar a venda de bebidas alcoolicas, estabelecendo-lhe as limitações necessarias, *de forma que defenda os menores de dezoito annos contra o vicio da embriaguez*;

h) prohibir a mendicancia, abrigando os mendigos reconhecidos como taes; combater a vagabundagem, *internando os menores em apprendizados industriaes ou agricolas*, etc. etc.

Dentro do que determina a Constituição do Estado, sr. presidente, tomo a liberdade de submeter á apreciação de meus illustres collegas de representação, em especial aos bachareis em direito, o seguinte Projecto de Lei, concebido nestes termos :

PROJECTO DE LEI N.º 3

Crêa um Juizado de Menores em Manáos, com attribuições privativas para processar e julgar tambem as acções de accidentes no trabalho e da outras providencias.

Art. 1.º — Fica creado na Capital do Estado do Amazonas um Juizo (privativo) de Menores, para assistencia, protecção, defesa, processo e julgamento dos menores abandonados e delinquentes que tenham menos de dezoito annos.

Art. 2.º — Ao Juizo de Menores compete :

1 — processar e julgar o abandono de menores de 18 annos, nos termos do *Codigo de Menores* e os crimes e contravenções perpetrados por menores abandonados, vadios, mendigos, libertinos;

2 — inquirir e examinar o estado physico, mental e moral dos menores submettidos a processo, bem como a situação social, moral e economica dos paes, tutores e responsaveis por sua guarda;

3 — ordenar as medidas concernentes ao tratamento, collocação, guarda, vigilância e educação dos menores abandonados, delinquentes, vadios, mendigos e libertinos;

4 — decretar a suspensão ou a perda do patrio poder ou a destituição de tutela, e nomear tutores;

5 — supprir o consentimento dos paes ou tutores para o casamento de menores subordinados á sua jurisdição;

6 — conceder a emancipação nos termos do art. 9, paragrapho unico, n. 1, do *Codigo Civil*, aos menores sob sua jurisdição;

7 — expedir mandado de busca ou apprehensão de menores, salvo sendo o incidente de acção de nullidade de casamento ou de desquite, ou tratando-se de casos de competencia dos juizes de orphãos;

8 — processar e julgar as infracções das leis e dos regulamentos de assistencia e protecção aos menores de 18 annos praticados por maiores;

9 — processar e julgar a acção de

soldada dos menores sob sua jurisdição;

10 — conceder licença nos processos de sua competencia;

11 — fiscalizar o trabalho dos menores, tomando as providencias necessarias á protecção delles;

12 — fiscalizar os estabelecimentos de preservação e de reforma, e quaesquer outros em que se achem menores sob sua jurisdição, tomando as providencias que lhe parecerem necessarias;

13 — praticar todos os actos de jurisdição voluntaria, tendentes á protecção e assistencia aos menores de 18 annos, embora não sejam abandonados, resalvando a competencia dos juizes de orphãos;

14 — exercer as demais attribuições pertencentes aos juizes de direito e comprehensivas na sua jurisdição privativa;

15 — cumprir e fazer cumprir as disposições das leis e dos regulamentos de assistencia e protecção de menores de 18 annos, applicando nos casos omissos as disposições de outras leis pertinentes ás causas de sua competencia;

16 — organizar uma estatistica annual e um relatorio documentado do movimento do juizo, que remetterá ao presidente do Superior Tribunal de Justiça do Estado;

17 — fiscalizar os theatros, cinemas e casas de diversões publicas, quanto á frequencia de menores de 18 annos, providenciando para a execução das leis e dos regulamentos a esse respeito;

18 — processar e julgar as acções de salarios de menores sob sua jurisdição.

Das pessoas do Juizo

Art. 3.º — No Juizo Privativo de Menores haverá os seguintes funcionarios :

1 Juiz de Direito;

2 Promotores Publicos que serão os do 1.º e 2.º districtos da Capital, por distribuição de accordo com os respectivos districtos, accumulando as funcções de Curadores;

1 Escrivão, que será o do Cartorio de Orphãos;

2 Officiaes de Justiça, designados, dentre os existentes no Tribunal de Justiça;

6 Commissarios de vigilancia, escolhidos entre pessoas de idoneidade moral e nomeados pelo Juiz de Menores, sem percepção de vencimentos;

1 Servente escolhido entre os que existem no Tribunal de Justiça;

1 Escrevente juramentado;

1 Medico psychiatria, que servirá, sem onus para o Estado, sendo seus serviços considerados relevantes.

Art. 4.º — O Juiz de Direito Privativo de Menores perceberá os vencimentos de 24 contos de reis por anno.

Art. 5.º — A primeira nomeação para Juiz de Menores da Capital, será feita livremente pelo Governo do Estado, podendo este, si entender, remover do interior algum dos Juizes de Direito existentes.

Art. 6.º — E' o Governo autorizado a abrir o credito necessario para o pagamento do Juiz Privativo de Menores e despesas de installação do novo Juizo.

Do Curador

Art. 7.º — O Curador desempenhará as funções de Curador de Orphãos nos processos de abandono e suspensão ou perda de patria poder ou destituição da tutela, e as de Promotor nos processos de menores delinquentes, e nos das infracções penaes ás leis de assistencia e protecção a menores. Nas outras acções terá as attribuições que lhe couberem como representante do Ministerio Publico.

Da defesa

Art. 8.º — Sempre que os menores, nos processos criminaes, não tiverem defensor, o Juiz Privativo de Menores nomeará um defensor, bem como o Juiz terá o mesmo procedimento nos processos civeis de assistencia aos litigantes pobres.

Das Comissões de Vigilancia

Art. 9.º — Aos commissarios de vigilancia, cabe :

1 — proceder a todas as investigações relativas aos menores, seus paes, tutores ou encarregados de sua guar-

da, e cumprir as instrucções que lhes forem dadas pelo Juiz;

2 — deter ou apreender os menores abandonados ou delinquentes, levando-os á presença do Juiz;

3 — vigiar os menores, que lhes forem indicados;

4 — desempenhar os demais serviços ordenados pelo Juiz;

Paragrapho 1.º — Os commissarios de vigilancia são de immediata confiança do Juiz;

Paragrapho 2.º — Poderão ser admitidos na qualidade de commissarios de vigilancia, voluntarios, secretos e gratuitos, pessoas idoneas, que mereçam a confiança do Juiz.

Do Escrivão, Escrevente, Officiaes de Justiça, etc.

Art. 10º — O Escrivão, escrevente juramentado, officiaes de Justiça, servente, exercerão as funções que lhes são peculiares e attribuidas por leis, regulamentos e praxes do Foro.

Paragrapho unico — O escrivão é obrigado a ter um registro, no qual serão inscriptos os assentamentos relativos ao menor, e papeis uteis ao mesmo.

Classificação do Juizo

Art. 11º — O Juizo de Menores é classificado entre as varas administrativas da Justiça local, e gozará de todas as prerogativas e regalias do Magistrado.

Do processo

Art. 12º — Ficam adoptadas, naquillo que fôr applicavel ás condições do meio de Manãos, as disposições processuaes, referentes a menores, do Districto Federal.

Do abrigo de menores

Art. 13º — Até que tenham destino definitivo, pode o Juiz de Menores recolher os menores abandonados e delinquentes ao Patronato Agricola do Estado (Paredão) ou á secção de menores delinquentes que o Governo creará opportunamente, ficando os referidos menores sempre sob as ordens do Juiz.

Art. 14º — Como escola de prevenção para menores do sexo feminino,

será considerado o Instituto Benjamin Constant, onde serão recolhidas as menores de 18 annos e maiores de sete que necessitarem de protecção do Juiz de Menores.

Art. 15º — O Juiz, ao mandar internar o menor, enviará uma noticia sobre a natureza do crime ou contravenção e sua circumstancia; comportamento, habitos e antecedentes do menor; o caacter, a moralidade a situação e os meios de vida do pae, mãe, tutor ou pessoa encarregada de sua guarda; e todas as demais informações uteis ao conhecimento das condições physicas, intellectuaes e moraes do internado e sua familia.

Dos accidentes no trabalho

Art. 16º — Ao Juiz de Menores, compete tambem, privativamente, processar e julgar as acções civeis ou criminaes de accidentes do trabalho, obedecendo-se as prescripções do dec. federal n. 24.637, de 10 de julho de 1931.

Art. 17º — Os Promotores Publicos do 1.º e 2.º districtos criminaes da Capital patrocinarão a causa da victima ou de seus beneficiarios, por distribuição de accordo com o respectivo districto, com todas as attribuições conferidas na lei de accidente no trabalho e nos respectivos regulamentos.

Art. 18º — Ficam adoptados, naquillo que fór applicavel, as normas processuaes, referentes a accidentes no trabalho, do Districto Federal.

Art. 19º — Revogam-se as disposições em contrario.

Devo declarar a esta respeitavel Assembléa que o projecto em questão é um decalque do Codigo de Menores, adduzido de algumas innovações colhidas por mim aqui e além, em fontes diversas. Sabem perfeitamente os srs. deputados que o Codigo de Menores está em execução em todo o Paiz, ha cerca de mais de dez annos, excepção talvez — e unica — do Estado do Amazonas. Manãos pode se orgulhar de ser a unica capital de Estado sem um Juizado Privativo de Menores, capaz de zelar por milhares de creanças que vivem em completo abandono, necessitadas de amparo official. No-

ticiou a imprensa local, ha pouco, horrorizando a população, um caso de supplicio deshumano em uma indefesa creança, até queimada por um ferro em brasa! Deve estar em juizo esse processo, e até o momento não sei se terminou...

Um Juizado Privativo de Menores, julgo, evitará casos semelhantes. Levando em conta a situação de verdadeira asphyxia economica do Estado, procurei onerar o menos possivel o Thesouro Publico, fazendo as determinações de gratuidade ha pouco lidas no meu Projecto, em que são aproveitados elementos já existentes.

Não se trata de uma utopia ou de uma realização impossivel! O futuro Juizado pode contar com o corpo medico de Manãos, composto hoje de uma geração nova de moços idealistas, capazes de sacrificios em prol de sua terra — e não mais, como no passado, composto de individuos importados, aventureiros do sul, que vinham para esta cidade explorar até as misérias do jogo de quino em ruas suspeitas!

O sr. Vivaldo Lima — Muito bem! É uma verdade!

O sr. Paula Gonçalves — Obrigado ao aparte de v. excia., que vem em apoio do que affirmo, e peço permissão para declarar a esta Assembléa que esse aventureiro armou sua arapuca na rua Lobo d'Almada, em pleno meretricio, canalizando para seus bolsos verdadeira fortuna!

A classe medica de Manãos, sr. presidente, é composta hoje de filhos da terra e de cidadãos dignos filhos de outros Estados, aqui radicados ha dezenas de annos, commungando com as nossas alegrias e nossos amargores.

Necessitamos cuidar, amparando, dessa legião de menores que vivem nas esquinas, nos cafés, leiterias do centro e nos subúrbios, muitos implorando esmolas para aquisição de um pão para si e para os seus.

Renovo minha affirmativa de que não ha sobrecarga para o Thesouro Publico, pois, é determinação constitucional a convocação e aproveitamento de funcionarios disponiveis,

existindo innumerous capazes de serem chamados a serviço, inclusive juizes.

Caberá no futuro Juiz, igualmente, processar e julgar as acções civis ou criminaes de accidentes no trabalho — suggestão que me foi dada pelo meu nobre e culto collega sr. deputado Moacyr Dantas, visando suavisar o trabalho das demais varas da Capital, que sei plenas de serviço.

Argumentar-se-á, creio, que estou invadindo seara alheia com as determinações contidas no Projecto. Desejo ser o primeiro a declarar que o art. 79 da Constituição é taxativo em determinando que :

"a organização judiciaria do Estado se fará em lei ordinaria que preceituará tudo quanto for pertinente á distribuição da justiça, e deverá dispor sobre os respectivos serventuários, sua nomeação, licenças, attribuições dos magistrados, sua aposentadoria, disponibilidade ou avulsão, observados os preceitos desta e da Constituição Federal", etc. etc.

Affirmo, sinceramente, aos illustres companheiros de representação, bachareis e professores de Direito, que, em absoluto, desejo privar-lhes de parte, ao menos, do que lhes caberá legislar amanhã. Meu Projecto pode e deve ser considerado como uma contribuição modesta para a futura lei de organização judiciaria do Estado. E' uma contribuição modesta, porem sincera e patriótica.

O sr. Moacyr Dantas — E muito valiosa !

O sr. Paula Gonçalves — Obrigado a v. excia. Já se disse, sr. presidente, com muita profundidade de verdade, que o seculo presente não é apenas o seculo do radio, da televisão e dos transportes aereos. E' igualmente, o seculo da creança !

Não necessitamos transpor as fronteiras continentaes, nem mesmo as nacionaes, para sabermos o que se vem realisando em prol do que muito propriamente se denomina a reserva das nacionalidades — a creança ! São Paulo e a Capital da Republica reservam,

em seus orçamentos, verbas consideraveis para a manutenção e criação de maternidades, "creches" e hospitaes infantis. O Uruguay, no continente, caminha á vanguarda das demais nações, constituindo paiz modelar em assumptos de organização sanitaria e obras sociaes. Na Russia, a grande Republica da Europa, laboratorio onde se operam as maiores e as mais radicaes transformações sociaes e politicas, a mulher gestante e a creança constituem preocupação permanente do governo. Para essas creaturas, todas as despesas, todos os desvelos, todos os cuidados officiaes !

No Estado do Amazonas, que se ha realizado, por parte dos poderes publicos, em beneficio da gestante e dos menores ? Criminosa e impatrioticamente, nada !

Esforços particulares, unicamente, incapazes de solverem um problema de ordem governamental.

Representante do povo amazonense, das mais dignas e das mais cultas, aqui está a sra. Maria de Miranda Leão, ao meu lado, a "Mãesinha" da pobreza de Manaós, creatura abnegada que vem dirigindo, ha muitos annos, a "Casa Dr. Fajardo" e o "Abrigo Menino Jesus", com reduzido auxilio official decorrente, certamente, das difficuldades economicas que atravessa o Estado. Essas organizações são insufficientes e estão aquem das necessidades ambientes.

Deixo, com o meu Projecto, meu appello sincero aos meus dignos companheiros de representação popular para que o ampliem, collaborem, e concorram com muito do seu esforço em prol das creanças pobres e abandonadas que, alta noite, algumas ainda mendigam o pão, outras dormem pelos jardins publicos e pelas soleiras das portas e que, não sendo cuidadas encherão, amanhã, as penitenciarias, uns, outras passarão fatalmente, a augmentar a legião de infelizes das ruas escusas da cidade, curtindo miseria, vivendo o vicio e a libertinagem, unicamente por falta de assistencia que constitue obrigação dos poderes publicos !

Tenho dito !

DISCURSO DO SR. MOACYR DANTAS, NA
SESSÃO DE 2 DE SETEMBRO :

Sr. Presidente

Ao projecto n. 4, que organiza os municípios do Estado, apresentei, entre outras emendas, a que manda eliminar a ultima parte do art. 5. O art. 5 é o seguinte: (lê) — "Aos municípios ficam mantidos os actuaes limites territoriaes e a divisão districtal vigente". Mandando eliminar a expressão "e a divisão districtal vigente", justifiquei que é principio constitucional que a divisão do territorio municipal em districtos é da competencia exclusiva de cada municipio, não cabendo á Assembléa declarar que fica mantida a actual divisão districtal, a menos que se queira ferir a autonomia municipal.

O sr. Aristides Rocha — A Assembléa tem competencia para tal!

O sr. Moacyr Dantas — Não apoio. A Constituição Federal organizou os municipios de modo a lhes garantir uma autonomia integral, em tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse. A nossa, adoptando o mesmo principio de autonomia, dividiu-os administrativamente em districtos, declarando textualmente que a lei organica observaria, entre outras regras, a que impõe aos municipios a divisão do seu proprio territorio. Refiro-me ao art. 100, que é de uma clareza solar, dispensando interpretações.

Mantenho, portanto, a minha emenda, por ser constitucional.

Sessão de 17 de Dezembro

Presidencia do sr. João Verçosa. — Secretarios — srs. Nogueira da Matta e Carlos Machado.

A' hora regimental, presentes os srs. João Verçosa, Leopoldo Neves, Nogueira da Matta, Carlos Machado, Felix Valois, Ananias de Almeida, Moacyr Dantas, Maria Leão, Paula Gonçalves, Manoel Monteiro, Ariolino Azevedo, Leopoldo Peres, Ruy Barreto, Armando Madeira, Tito Bittencourt, Antonio de Vasconcellos, Chaves Ribeiro, Aristides Rocha, Arthur Bonates, Francisco Caelano, Alfen Thaumaturgo, Genesino Braga e Carlos Nobre, faltando com causa justificada os srs. Cosme

Ferreira, Julio Lima, Ary Cahn, Antovilla Vieira, Philadelpho de Moraes e Benjamin Ferreira e sem ella os demais deputados, é aberta a sessão.

Lida e approvada sem debate a acta anterior, o primeiro secretario apresenta o seguinte

EXPEDIENTE

Telegramma do presidente da Republica, agradecendo as congratulações da Assembléa pelo restabelecimento da ordem legal.

Petição de Adelaide Corrêa Marques Braga, solicitando exercicio em uma das cadeiras da capital, visto já haver servido muito tempo no interior.

Officio da Superiora da Santa Casa de Misericordia, agradecendo as homenagens prestadas pela Assembléa ás irmãs de Santanna.

Officio do director dos Serviços Technicos, enviando uma estatistica de terras vendidas e processos em andamento, até a presente data.

Findo o expediente e passando-se á primeira parte da

ORDEM DO DIA

occupa a tribuna o sr. Leopoldo Peres, que requer, pela ordem, urgencia no andamento do projecto que apresentará em Agosto ultimo, mandando restaurar os vencimentos do magisterio primario e da escola preparatoria, de accordo com as tabellas do orçamento de 1931. Desenvolvendo uma série de largas considerações, evidencia o orador que a discussão desse projecto e sua immediata approvação se impõem pela necessidade de ser consignada essa despesa na lei orçamentaria prestes a vir a plenário.

O sr. presidente, tomando em consideração o pedido do sr. Leopoldo Peres, declara que o projecto será posto, opportunamente, em ordem do dia. Vindo depois á tribuna, os srs. Moacyr Dantas e Leopoldo Neves, respectivamente, explicam que, por parte das comissões a que pertencem, não houve, nem ha proposito de protelar o projecto, accrescentando que agora chegou a occasião de ser elle discutido pela Casa.

Ainda o sr. Leopoldo Neves, continuando com a palavra, manda á Mesa

um projecto que regula a cobrança do imposto de combustível para motores de explosão, e requer para o mesmo dispensa de impressão e interstício, afim de entrar em segunda e terceira discussão na segunda parte. Consultada a Casa, approva ella o requerimento, tomando o projecto o n.º 54. E' concebido nestes termos:

A Assembléa Legislativa do Estado, tendo em vista o estabelecido no art. 43, alinea D, da Constituição

RESOLVE

Art. 1.º — Fica creado o imposto de dez réis por kilogramma, peso liquido, sobre o consumo de combustiveis de motor de explosão.

Art. 2.º — A Directoria da Fazenda Publica, tendo em vista a maior facilidade e presteza na arrecadação do imposto, determinará a maneira do seu recolhimento, estipulando os respectivos prazos.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrario.

S. C. em 17 de Dezembro de 1935

Leopoldo Neves

Moacyr Dantas

Antonio de Vasconcellos

Genesino Braga

Pela respectiva Comissão, o sr. Ananias de Almeida manda á Mesa as redacções dos projectos ns. 45 e 52, as quaes, approvadas, vão á sancção.

Falla depois, nestes termos, o sr. Paula Gonçalves:

Sr. Presidente

Tive a satisfação de apresentar, na

sessão de hontem, um projecto de Lei, visando amparar a maternidade e a infancia recém-nascida do Amazonas. Decalquei dito projecto no artigo numero 141 da Constituição Federal que determina o seguinte:

Art. 141 — E' obrigatorio, em todo o territorio nacional o amparo á maternidade e á infancia, para o que a União, os Estados e os Municipios destinarão UM POR CENTO das respectivas rendas tributarias".

Declarci, sr. Presidente, quando de sua apresentação, que, dada a premencia do tempo, não o fazia acompanhar de dados estatísticos. São esses dados estatísticos que trago, hoje, ao conhecimento da Assembléa, documentação official do proprio Departamento de Saúde Publica do Estado, constante de boletins demographo-sanitarios, trechos de Relatorios, etc. com os quaes provarei que a maternidade e a infancia do Amazonas, até o presente, não mereceram o devido amparo dos poderes publicos.

Aqui estão os boletins annuaes de estatistica demographo-sanitaria referentes aos annos de 1929, 1930, 1931, 1932, 1933 e 1934, pelos quaes se verifica que a mortalidade infantil em nossa terra é simplesmente formidavel, impressionante, attingindo as raias do quasi inacreditavel! Depois do paludismo, que occupa o primeiro lugar no obituario — enfermidade que serve de rotulo para catalogar-se innumeradas outras, sobretudo a tuberculose — verifica-se, por estes dados, o seguinte:

DEPARTAMENTO DE SAUDE PUBLICA

DO

ESTADO DO AMAZONAS

DADOS REFERENTES A' CIDADE DE MANA'OS NOS 6 ULTIMOS ANNOS

	1929	1930	1931	1932	1933	1934
Coefficiente de mortalidade geral	29,0	30,28	26,83	34,54	42,53	37,49
Coefficiente de mortalidade infantil	310,01	403,12	222,02	170,15	102,65	673,17
Coefficiente de mortalidade materna	12,91	15,36	13,99	11,95	9,31	10,53

COEFFICIENTES DE MORTALIDADE ESPECIFICOS DA TUBERCULOSE, SYPHILIS, PALUDISMO, FEBRE TYPHOIDE E PARA-TYPHOIDE

	1929	1930	1931	1932	1933	1934
Tuberculose	377,41	388,45	412,74	426,0	472,32	481,15
Syphilis	92,7	105,9	41,9	105,9	86,2	26,435
Paludismo	684,20	638,0	546,0	874,0	854,2	1.057,2
Febres typhoides e para-typhoides	22,07	24,3	17,65	24,3	33,1	17,65

(POR CENTAGEM EM 1.000 OBITOS) DIARRHEA E ENTERITE

ABAIXO 2 ANOS

	1929	1930	1931	1932	1933	1934
Diarrheia e enterite abaixo de 2 annos	—	149,4	151,5	156,5	151,5	97,70

Estes dados officiaes estão no Relatório apresentado pelo sr. Capitão Nelson de Mello ao sr. Presidente da Republica, e confeccionados pelo demographista do Departamento de Saúde Publica do Estado. Expressam uma realidade contristadora para todos os srs. deputados, realidade contristadora que será augmentada comparando a mortalidade infantil de Manaus, durante o quinquennio de 1925 a 1929, com o de 42 outras cidades do Brasil, da Europa, da Australia, da Africa, da Asia, da America do Norte e da America do Sul, que passo a lér, por onde verificaremos que occupamos o terceiro lugar; no mundo, record que em nada nos engrandecemos!

COEFFICIENTES DE MORTALIDADE INFANTIL, EM MIL NASCIMENTOS EM DIVERSAS CIDADES DO MUNDO, DURANTE O QUINQUENNIO 1925|1929 :

CIDADES	Coefficiente médio quinquennal de mortalidade infantil
EUROPA	
Stokolmo	49,6
Rotterdam	45,8
Amsterdam	40,6
Londres	63,6
Hamburgo	77,4
Berlim	85,8
Copenhague	62
Madrid	124,6
Milão	100,4
Varsovia	143,8
Roma	87,4
Sevilla	140,6
Zurick	40,8

CIDADES	Coefficiente médio quinquennal de mortalidade infantil
AUSTRALIA	
SIDNEY	66,4
WELLINGTON	39,4
AFRICA	
Cairo	231
Alexandria	210
ASIA	
Singapura	211,6
Tokio	114,5
Osaka	168,25
AMERICA DO NORTE	
Baltimore	79
Washington	75
New York	62,8
Los Angeles	63,4
Detroit	74
Philadelphia	68,8
AMERICA DO SUL	
Buenos Aires	78,6
Assumpção	131
Santiago	209,25
BRASIL	
Rio	163,07
Curitiba	103,74
Recife	123,76
Porto Alegre	226,33
Bello Horizonte	167,07
MANA'OS	278,85
S. Luiz	245,77
S. Salvador	239,40
Maceió	550,64
Florianopolis	198,55
Belém	215,92
Aracaju	292,56
Niteroy	171,69

Detenhamo-nos um pouco no exame desses numeros, invejando o progresso da Australia, onde esses coefficients

são 56,4 para Sidney e 39,4 para Wellington; da America do Norte onde attingem a 79 em Baltimore, 75 em Washington, 62,8 em Nova-York, 63,4 em Los Angeles, 74 em Detroit e 68,8 em Philadelphia. Na America do Sul os coefficients são bons para Assumpção, optimos para Buenos Ayres e pessimos para Santiago do Chile. No Brasil as cidades de Curityba, Recife e Bello Horizonte occupam lugar optimo em relação ás demais cidades nacionaes, com indices baixos de mortalidade infantil. Manáos occupa, repito, o terceiro lugar no Brasil e no mundo. Somente Macció e Aracajú possuem indices superiores aos nossos!

Li certa vez, sr. Presidente, que a civilização já não consente, sem protestos, attitude de inacção em face da realidade monstruosa que representa uma mortalidade infantil ACIMA DE 150 POR MIL nascimentos. Não se trata de mero sentimentalismo a solução de tão grave problema. E' o direito á vida de nossos semelhantes que nos cumpre assegurar! CARSTENS declarou com muito acerto que, nas gerações passadas, a crueldade era o criterio no trabalho de protecção á infancia — e que, na actual, é o descuido!

O problema da maternidade, em Manáos, tambem é digno de attenção dos poderes publicos. Todas as cidades possuem suas maternidades amplas, confortaveis, aparelhadas com o que de mais moderno exige a sciencia para esse instante grave porque passam todas as mães. Manáos limita-se e contenta-se, até o presente, em possuir uma sala na Santa Casa de Misericordia, sala em cuja fachada se collocou esse nome e que, de modo algum, satisfaz ás nossas necessidades e ao nosso progresso. Calculo como devem sentir-se mal gynecologistas e parteiros, vindos de outras cidades, em visita á nossa, contemplan-do nosso enorme atraso nesse ramo da Medicina!

Os desvelos pré-nataes, srs. deputados, adoptados nas cidades de todo o mundo, têm sido coroados de exitos os mais surprehendentes.

Davis refere que na Maternidade de Nova-York houve apenas um caso de eclampsia entre 5.400 partos e accres-

centa, que a toxemia está se tornando cada vez mais rapida, com a adopção das modernas regras da maternologia; Newell menciona 11 casos de eclampsia em 11.180 internadas na Maternidade de Boston, assignalando que apenas uma das pacientes havia recebido cuidados pré-nataes; — digna de destacado resalto é a observação de LEE em 40.000 partos verificados na Maternidade de Chicago, onde apenas UM CASO de morte por eclampsia se verificou!

Na Inglaterra, após os auxilios federaes dispensados aos Estados, para proverem o bem estar e a hygiene da maternidade e da infancia, os dados estatisticos são os mais lisonjeiros. Relatorios especiaes sobre 728 casos de accidentes da gravidez informam que cerca de 50% das victimas não haviam recebido cuidados pré-nataes. As mortalidades materna e infantil baixaram consideravelmente.

Digno de nota, de destacada referencia, o esforço desenvolvido pelo governo estadual de Queensland (Australia), em prol da maternidade e da infancia. Um governador decidiu realisar uma campanha de larga envergadura e declarou, como preliminar do grandioso plano a ser executado, que

“toda creança tem o direito de ser bem nascida e ás mães deve ser dado todo tratamento antes e depois do parto”.

Debaixo desse lema, desenvolveu notavel campanha, com exito seguro. Assim, em 1929, haviam sido construidos 64 hospitaes-maternidades, 11 encontravam-se em construcção, perfazendo um total de 75!

Compreenderá agora esta Assembleia porque os indices de mortalidade infantil, na Australia, são os menores, comparados com cerca de 50 cidades de todo o mundo!

Emquanto á Australia, no quinquennio 1925/1929, a mortalidade infantil em MIL nascimentos foi de 56,6 (Sidney) e 39,4 (Wellington), no Brasil, na capital da Republica, foi de 163,07 e em Manáos de 278,85!

Como acabam de ouvir meus illustres companheiros de representação, necessitamos imitar esses países.

demais Estados brasileiros que não cruzam os braços ante problemas capitais para seu progresso como o de que me estou occupando. No Estado de São Paulo, que sempre refiro porque foi naquella grande officina de trabalho e progresso permanentes que fiz meu curso medico, em São Paulo cuida-se carinhosamente da maternidade e da infancia. Tenho aqui dados estatísticos referentes ao anno de 1932, da clinica obstetrica a cargo de Raul Briquet, mestre reputado em todo o paiz e mesmo no estrangeiro, pelos quaes se verifica o seguinte, que transcrevo de um trabalho publicado pelo dr. Edgard Braga, assistente daquelle meu ex-professor na Faculdade de São Paulo:

Julgo ter demonstrado, srs. deputados, que o problema de que me occupo merece de nossa parte, o maior interesse, cabendo ao Estado organizar um serviço de protecção e amparo ás mães desvalidas e ás creanças, organização que deve ser autonoma — nunca dependente de organizações hospitalares — assente em fins precisos, substanciados em as novas conquistas do direito, em numero de quatro: — 1.º) direito á vida; 2.º) direito á assistencia; 3.º) direito á subsistencia; 4.º) direito á educação, que o já referido dr. Edgard Braga defende em magnifico trabalho apresentado á Conferencia Nacional de Protecção á Infancia, reunida em 1933, escrevendo textualmente:

1932

Gestantes matriculadas 700	Antes do tratamento	ABORTAMENTOS	{ 1 a 3 mezes..... 350 } { 2 a 6 mezes..... 30 } 54,28%o
			intencionados..... 79 expontaneos..... 301 11,28%o 43,00%o
	Depois do tratamento	ABORTAMENTOS	intencionados..... 2 expontaneos..... 21 0,28%o 3,00%o
Partos 299	Antes do tratamento		premattiros..... 81 nati-mortos..... 31 operatorios..... 59 27,09%o 10,36%o 19,73%o
	Depois do tratamento		premattiros..... 4 nati-mortos..... 3 operatorios..... 6 partos normaes..... 115 1,33%o 1,00%o 2,01%o 38,47%o

Estes dados dispensam commentarios. As cifras fallam melhor que as palavras. Antes dos cuidados pré-nataes, sem tratamento, o numero de abortamentos expontaneos, em 700 gestantes, attingia a 301; após o devido tratamento, essa cifra decresce a 21! Os partos premattiros, de 81 baixam para 4; os nati-mortos, de 31 baixam para 6 e os partos operatorios de 59 para 6!

“O problema da creança no Brasil, só poderá ser resolvido com o amparo integral do Estado. As gerações do presente têm o dever de preparar o terreno para o advento das novas gerações, que trazem na sua estrutura os coefficients energeticos em que repousam os destinos da nacionalidade”.

Continuando com a palavra, diz ainda o sr. Paula Gonçalves:

Volto a occupar a attenção desta Assembléa para a apresentação de um projecto de Lei. Na proposta orçamentaria para o anno de 1936, confeccionada por uma Commissão de Technicos e encaminhada pelo sr. Governador do Estado, consta, na parte referente á Instrucção Publica, a distribuição de uma verba de 400\$000 para pagamento, COMO GRATIFICAÇÃO, ao encarregado do serviço de estatística.

Meu projecto tem um unico proposito: — impedir que se commetta uma grave injustiça, qual seja a que vislumbro no vulto dessa gratificação, com a nomeação de um outro funcionario para essas funcções, sem os requisitos technicos exigidos pela natureza do serviço.

O sr. *Aristides Rocha* — A Assembléa não tem o direito de nomear. A nomeação será feita pelo Executivo. Repito, nós não temos o direito de nomear.

O sr. *Paula Gonçalves* — Toda a Assembléa concordará com V. Exa., — e tambem commigo que desejo, unicamente, evitar que armemos o Executivo de poderes para essa nomeação, preterindo direitos e, mais que isso — quem esteja já exercendo essas funcções, tornado technico por especialização feita junto ao Ministerio de Educação e Saúde Publica por determinação do proprio Governo do Estado do Amazonas. Esse technico é o actual Inspector de Ensino Primario, que esteve cerca de quatro meses no Rio de Janeiro e de lá trouxe os melhores documentos de sua capacidade, tendo sido, aqui, o organisador desse serviço. Determina a proposta orçamentaria, para o encarregado desse serviço, a quantia de 400\$000. Evidentemente, não se trata de uma gratificação, sim de um verdadeiro ordenado, portanto, a criação de um novo cargo. Por essas razões, apresento o seguinte projecto, acompanhado de justificativa que passo a lér: —

PROJECTO

Art.º 1 — Fica creada, annexa á Directoria Geral da Instrucção Publica, a

Secção de Estatística Educacional do Estado.

Art.º 2 — Para encarregado da Secção ora creada será designado, em caracter effectivo, o funcionario que fez, por conta do Estado, na Directoria Geral de informações, Estatística e Divulgação do Rio de Janeiro, o estagio exigido pelo chefe daquelle departamento federal.

Art.º 3 — Para auxiliar da Secção de Estatística Educacional fica o Poder Executivo autorizado a chamar um funcionario de qualquer repartição estadual, além de um dactylographo, cujos vencimentos já estão consignados no ante-projecto orçamentario para 1936.

Art.º 4 — Ao encarregado da Secção serão abonados os vencimentos mensaes de quatrocentos e cincoenta mil réis, além da gratificação de cento e cincoenta mil réis, a qual será incorporada aos vencimentos.

Art.º 5 — O encarregado da Secção de Estatística Educacional será considerado chefe da mesma, sendo as suas attribuições definidas em Regulamento do Poder Executivo baixará logo após a sancção da presente Lei.

Art.º 6 — Esta Lei entrará em vigor no dia 1 de Janeiro de 1936, ficando, automaticamente, o actual inspector do ensino primario, diurno nocturno, investido das funcções, direitos e obrigações previstas nesta Lei.

Art.º 7 — Revogam-se as disposições em contrario.

JUSTIFICAÇÃO

O Amazonas, como os demais Estados da Federação, assignou o Convenio de estatística educacional celebrado na cidade do Rio de Janeiro, no dia 20 de Dezembro de 1931.

O referido Convenio teve por fim principal o "aperfeiçoamento e uniformização das estatísticas educacionais e connexas", obrigando-se o Estado, nos termos do mesmo Convenio, a crear, dentro do menor espaço de tempo, o aparelhamento necessario ao importante serviço.

O capitão Antonio Rogerio Coimbra, Interventor Federal, baixou o Acto n. 1.329, de 16 de Fevereiro de 1932, ra-

tificando o Convenio celebrado e em cumprimento á clausula vigesima-setima designou no mesmo Acto, as secções da Bibliotheca e Archivo Publico para constituirem uma repartição especial, com o fim de organizar os serviços de estatística educacional. Entretanto, a repartição creada não organizou, como lhe cumpria, aquellos serviços, ficando o Estado do Amazonas em grande atraso, na remessa de seus trabalhos estatísticos á repartição central da capital da Republica. Dahi, a urgencia da criação de uma Secção de Estatística Educacional, annexa á Directoria Geral da Instrução Publica.

Com a criação da referida Secção não haverá augmento da verba para aquellos serviços que vem no orçamento para 1936. Existe alli um encarregado com 400\$000 (grat.). Pois bem o actual inspector escolar do ensino primario, tecnico do assumpto, será mandado servir na Secção com uma gratificação mensal de 150\$000 que, com o ordenado que recebe actualmente, de 450\$000, perfaz a importancia de 600\$000 mensaes; para inspecionar as escolas será commissionado um professor de primeira entrancia que terá o ordenado que percebe de sua cadeira, indo para o seu logar um substituto com 150\$000. Como se vê, organizando-se a Secção de Estatística Educacional do Estado, nos moldes do projecto apresentado, ha ainda um saldo de 100\$000 dos 400\$000 que seriam arbitrados ao encarregado dos mesmos serviços, de accordo com o orçamento que ora se discute na Assembléa Legislativa do Estado.

O estudo do ante-projecto que fixa a receita e orça a despesa do Estado para 1936, está affecto á Commissão de Finanças. Sua apresentação a plenário ainda se não realizou com a pressa que muitos suppunham, satisfazendo interesses e conveniencias absurdas de um grupo reduzido de funcionarios publicos, quando no esquecimento — num esquecimento criminoso! — toda uma legião de pobres e humildes empregados de pequena cathogoria, sobretudo serventes, continuos, e porteiros, que continuam, nesse orçamento,

com os miseraveis ordenados de 180\$000, 200\$000 e até de 150\$000, o mesmo que percebiam ha vinte annos passados! Ao contrario disso, augmentaram-se os vencimentos daquelles que possuem, relativamente ás nossas condições economicas, vencimentos regulares, daquelles justamente que, além desses vencimentos regulares, ainda têm direito a quotas determinadas por lei e gratificações por desempenho de quasi permanentes comissões.

Espero que a Commissão de Finanças, após emittir seu parecer, ao apresentar a plenário o esperado ante-projecto, venha este escoimado de injustiças e incongruencias, merecendo nossos votos e decididos applausos!

Depois, vindo á tribuna, o sr. Felix Valois diz o seguinte:

Sr. Presidente.

Corroborando as palavras do meu collega Paula Gonçalves, peço permissão para ler duas clausulas do convenio assignado no Rio de Janeiro, ao qual S. Excia. teve oportunidade de se referir.

A clausula segunda, diz: (leitura)

Até agora nada se fez. Portanto, o Projecto do deputado Paula Gonçalves é mais do que justo, é mais do que razoavel, é mais do que opportuno.

Quanto ás vantagens que elle diz trazer o Projecto para a economia do Estado, a explicação que elle deu, talvez não tenha sido satisfactoria. Elle fez notar que no ante-projecto do orçamento ha uma gratificação de 400\$000.

O Inspector Escolar, em virtude do mesmo ante-projecto tem os vencimentos de 450\$000.

Esta gratificação de 150\$000 que o Projecto alvitra para o encarregado de estatística será incorporada aos 450\$000 perfazendo o total de 600\$000, que constituirá o ordenado do encarregado da secção de estatística.

A inspecção escolar passará a ser exercida por um professor em comissão, como se vinha fazendo no Estado até ha bem pouco tempo. Para substituir o Professor que irá exercer a inspecção será chamado um, que, por força

de lei, percebe apenas a gratificação de 150\$000.

Como veem os snrs. Deputados, em face do que está exposto, fica o saldo de 100\$000 para o Estado, segundo a tabella do ante-projecto da lei orçamentaria ora em estudo nesta casa, pois, por ali, o Estado iria despende, entre a inspecção escolar e o serviço de estatística, a importancia de 850\$000, ao passo que, segundo o projecto João Gonçalves a somma a empregar é apenas de 750\$000, sendo 600\$000 para o encarregado de estatística e 150\$000 para o professor substituto daquelle que for chamado para inspector.

Passando-se á segunda parte da ordem do dia, entra em segunda discussão, sendo approved, o projecto n.º 46. Annunciada a segunda discussão do n.º 47, fallam sobre elle os srs. Aristides Rocha, Moacyr Dantas, Leopoldo Neves e Paula Gonçalves, sendo estas as palavras do ultimo:

Sr. Presidente

O projecto de Lei numero 47, ora em discussão, auctorisa o Governo do Estado a alienar, por venda, em hasta publica, o terreno de sua propriedade localisado á rua 10 de Julho, ao lado do Theatro Amazonas. A venda é determinada em virtude de uma proposta de compra ao Estado por uma interessada, proposta encaminhada a esta Assembléa.

A Procuradoria Fiscal do Estado, consultada a respeito, como já o fôra a Directoria dos Serviços Technicos, avaliou-o em 17:000\$000.

Voto contra a alineação do terreno em questão. Não ha razão, sr. Presidente, para que o Estado se prive, por quantia tão insignificante, de um proprio central, magnificamente localisado, somente avaliado por esse preço, talvez, por ser propriedade publica.

A importancia estipulada não compensa o Estado do prejuizo que vae soffrer, abrindo mão de uma propriedade nas condições que venho de referir, sendo possivel que, amanhã, obrigado á realisação de obras innumeradas que necessita, em especial no sector Assistencia Social, as contingencias o

obriguem a adquirir outro terreno por preço elevadissimo, como de habito nas transacções com os poderes publicos.

Não me refiro unicamente á nossa terra. Refiro-me a todo o Brasil, podendo estender esta affirmativa a todo o mundo.

Votando contra, entendo que estou defendendo o patrimonio do Estado do Amazonas, como de meu dever.

Posto a votos o projecto n.º 47, é approved, menos pelos srs. Paula Gonçalves e Felix Valois.

Por ultimo, approved em segundo turno o projecto n.º 54, o sr. presidente encerra os trabalhos, marcando para a proxima sessão: primeira parte, regimental; segunda parte, segunda discussão do projecto n.º 6 e terceira do n.º 39.

Discurso pronunciado pelo sr. Nunes de Lima, na sessão de 3 de Setembro:

Sr. Presidente

Desejo, ao ser votado, em terceira discussão o projecto que manda liberar a obrigatoriedade do Montepio por parte dos funcionarios publicos estaduais, que fique expresso o meu voto contrario a esta funesta deliberação. Não posso comprehender, Snr. presidente, que se retire dessa instituição o preceito salutar da sua obrigatoriedade, quando a reputo, medularmente, necessaria á sua existencia. O Montepio, Sr. presidente todos sabem, é uma instituição de previdencia social e refugirá á sua finalidade precippua, si se permittir torná-lo facultativo áquelles que lhe não percebem as vantagens e conveniencias.

O sr. Paula Gonçalves — Muito bem, terá, pelo menos, a virtude de evitar as pensões futuras, aqui solicitadas...

O sr. Nunes de Lima — Nem a legislação moderna, neste capitulo, tem orientação diversa ao ponto de vista que, conscientemente, defendo. Ha, Sr. presidente, sobre o assumpto, na legislação e codificação, quer federal, quer estadual, em outros sectores do nosso Paiz uma torrencial formação de defe-

sa em materia de previdencia e assistencia social, obrigando-se a todas as classes conservadoras, na industria e commercio, a creação e manutenção de caixas de pensões e aposentadorias, de sorte que, com a ameaça de destruição do instituto do Montepio do Estado, com a adopção desta medida nociva, pratica-se um acto perfeitamente retrogrado aos actuaes pontos de vista de previsão sociall.

Não se deve argumentar com os abusos com que se tem, muitas vezes, ferido a instituição, cuja defesa, neste particular, tem sido abandonada pelos seus interessados contribuintes, mas será difficil conciliar e admittir que, enquanto o poder publico obriga, em leis severas, a assistencia social nas classes conservadoras, as suas instituições privativas fiquem, como no caso em apreço, ameaçadas de fallencia por uma liberdade crimínosa e inexplicavel.

Era esta, Sr. presidente, a declaração de voto contrario ao projecto que acaba de ser approvado.

Sessão de 18 de Dezembro

Presidência do sr. Leopoldo Neves. — Secretarios — srs. Nogueira da Matta e Carlos Machado.

A' hora regimental, presentes os srs. Leopoldo Neves, Nogueira da Matta, Carlos Machado, Felix Valois, Ananias de Almeida, Moacyr Dantas, Maria Leão, Paula Gonçalves, Manoel Monteiro, Ariolino Azevedo, Vivaldo Lima, Leopoldo Peres, Nunes de Lima, Ruy Barreto, Armando Madeira, Tito Biltencourt, Antonio de Vasconcellos, Chaves Ribeiro, Aristides Rocha, Arthur Bonates, Francisco Caetano, Alfen Thaumaturgo, Genesino Braga e Carlos Nobre, fallando com causa justificada os srs. Cosme Ferreira, Julio Lima, Ary Cahn, Antovilla Vieira, Philadelpho Moraes e Benjamin Ferreira, e sem ella os demais deputados, é aberta a sessão.

Lida e approvada sem debate a acta anterior, o primeiro secretario dá conta deste

EXPEDIENTE

Representação de Elias Benayon, official do registro civil, solicitando uma gratificação mensal de cento e cinquenta mil réis, em virtude do accumulo do serviço de obitos de indigentes e habilitação de casamento de menores pobres.

Officio do superintendente da Máguas Harbour, informando sobre a renda dos impostos de mil reis e trezentos reis, relativos, respectivamente, a caixas de borracha e entradas de castanha, arrecadados por essa empresa.

Passando-se depois á primeira parte da

ORDEM DO DIA

vem á tribuna o sr. Aristides Rocha, que profere o seguinte discurso:

Sr. Presidente

Quem quer que haja acompanhado com interesse o crime politico dos ultimos dias de Novembro, as torpes ignominias que se deram no Rio Grande do Norte, no Recife, na Capital Federal, e, em menor escala, em outros pontos do paiz, guarda por certo, a convicção profunda de que a celebre TERCEIRA INTERNACIONAL declarou guerra ao Brasil e ao seu povo liberal, patriota e generoso, pretendendo transformar a nossa terra numa colonia infame da tyrannia vermelha.

Nossas instituições liberaes, implantadas pela unanimidade dos brasileiros, em jornadas civicas memoraveis e civilisadas, foram alicerçadas nos ensinamentos limpidos, serenos e humanos da moral christã. Acima de tudo collocamos o respeito pela vida humana. A liberdade de pensamento, de reunião, o culto pela familia, o respeito pela propriedade, são principios dogmaticos do regimen. Somos filhos de uma grande nação, rica, tranquilla, temente a Deus, de caracter compassivo e doce. Pretende a tyrannia russa que adoptemos o seu modelo exotico. A minoria vermelha, producto do arbitrio e da oppressão, quer implantar-se em terras americanas pelo crime.

Mata, saqueia, prostitue, ameaça, viola todas as consciencias. Porque acceitarmos essa imposição de mudar

as nossas instituições liberaes por uma ideologia sanguinaria, cannibalesca, barbara e tyranna, erigida em regimen politico? .

Acceitemos a guerra que nos declara a Terceira Internacional. Unidos, todos, cerremos fileiras em defesa de nossa Patria e de nossas instituições. Defendamos as nossas crenças, as nossas familias, os nossos patrimonios, as nossas liberdades. Não deixemos desmoronar, por uma imposição insolente de estrangeiros barbaros a grande patria, civilisada e humana, que os nossos maiores nos legaram. A campanha está iniciada. Precisamos agir num conjuncto harmonico de forças para vencermos e expulsarmos o barbaro audacioso.

Maldição aos mãos brasileiros que se vendem ao ouro de Moscou, que estão ao seu serviço, trahindo a propria patria.

Em entrevista aos jornaes da Capital da Republica, o Chefe de Policia denunciou ao paiz os "planos de acção" da Alliança Nacional Libertadora, que tomou a seu encargo a infeliz execução da empreitada comunista no Brasil. — destruir as usinas para paralisar energia; tomar conta dos telegraphos; revoltar a tropa, fusilando immediatamente os officiaes não comunistas; amedrontar a população obrigando-a a recolher-se a domicilios; esvasiar as ruas; "entocar a burguesia"; apoderar-se das estações radio emissoras; invadir os domicilios e fusilar na porta de suas casas os não comunistas; apoderar-se dos dinheiros publicos e particulares, etc. E a denuncia é verdadeira. Está em começo de execução. E' o programma do morticínio e do crime. Já deram uma pequena amostra no Distrito Federal, no Recife e no Rio Grande do Norte. Morreram mais de 400 pessoas, mais de mil foram feridas. Propriedades da Nação e de particulares no valor de mais de 10 mil contos foram destruidas; mais de 5.000 contos roubados; lares invadidos e desrespeitados!

Louvores e congratulações a todos os que, em defesa da patria, estão vigilantes contra a propaganda malsã, tomando providencias punitivas e pre-

ventivas para suffocar a incursão dos tartaros e mongoes em terras americanas.

A minoria desta casa, essencialmente conservadora, já manifestou o seu ponto de vista de combate integral ao communismo. Novamente concita ao povo do Amazonas a dar combate sem treguas a todos os individuos, partidos e corporações que defendam essa ideologia criminosa. A representação federal do Amazonas, filiada á FRENTE UNICA PARLAMENTAR, irmanada connosco louva a nossa attitude, enaltecedo a maneira porque collocamos a questão, quando a ella nos referimos por occasião de uma Moção apresentada a esta casa pelo leader da minoria. O Senador Cunha Mello, em telegramma que hontem me dirigiu, para delle dar conhecimento aos companheiros da minoria, pede-me que o leia da tribuna desta Assembléa. Desempenhando-me da incumbencia, deixo aqui consignados os agradecimentos de todos ao illustre Embaixador do Estado que temos a honra de representar nesta Casa. E' este o telegramma:

Acabo ler moção minoria Assembléa Amazonense brilhante superiormente defendida V. Excia. sobre lamentaveis acontecimentos aqui, Rio Grande Norte e Pernambuco novembro ultimo ponto Venho trazer-lhe e demais companheiros minoria meus entusiasticos parabens solidario ternos soube collocar referida moção homenejando somente aquellos que como Presidente Getulio Vargas e governos Rio Grande Norte e Pernambuco souberam defender regimen democratico poupando nos flagello ideas communistas que serão sempre repellidos no Brasil pelos verdadeiros patriotas ponto Muito bem comprehenderam dignos membros minoria que somente aquellos que pela representação energica, rapida e efficaz souberam proceder contra impatriotico movimento dias novembro podiam fazer jús ao seu louvor á sua solidariedade ponto Aqui dentro pontos vista tão bem definidos voto minoria Assembléa darei Governo Republica darei defesa Brasil tão bem confiada lealdade bravura grande maioria suas

classes armadas nos dias sombrios e apprehensivos que atravessamos todo meu apoio combate ideologias extremistas ameaçadoras nosso grande patrimonio Nação civilizada ponto Assim penso cumprir meu dever de brasileiro e meu mandato de representante dos bons amazonenses ponto Peço finca dar sciencia termos presente todos signatarios moção minoria lendo-o sessão Assembléa ponto Attenciosas saudações. — (a) *Leopoldo Cunha Mello*.

Em seguida, o sr. Ruy Barreto, pela Comissão de Poderes, envia á Mesa tres pareceres, referentes á pretensão de Adelia Souto Sobreira Lima, á representação de proprietarios de serrarias de Manaus e á pensão para o official de justiça Francisco Nascimento de Andrade, concluindo a ultimo parecer por um projecto que toma o n. 56 e vae a imprimir.

Ainda pela mesma Comissão o sr. Carlos Nobre envia á Mesa um parecer, relativo ao prazo para livre exportação de pelles, e o sr. Ananias de Alencar, pela Comissão de Redacção, apresenta a do projecto n. 51.

Com a palavra, o sr. Vivaldo Lima justifica amplamente um projecto, estabelecendo normas para organização da pauta semanal, o qual toma o n. 57, e para elle o apresentante requer dispensa de impressão e intersticio, affin de ser discutido nos dois turnos, na segunda parte da ordem do dia. E' approved o requerimento. Ainda o mesmo deputado requer seja incluído, na ordem dos trabalhos da proxima sessão, o projecto n. 21. Também é approved esse requerimento.

PROJECTO N. 56

A Comissão de Constituição, tendo em vista o officio n. 598, de 14 do corrente mez, do exmo. sr. presidente da Corte de Appellação, apresenta o seguinte projecto :

Art. 1.º — Fica concedida ao official de justiça, sr. Francisco Nascimento de Andrade, uma pensão de duzentos mil réis mensaes, em virtude de contar mais de trinta annos de serviço publico e achar-se invalido por ter

contrahido molestia no exercicio do mesmo cargo.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrario.

S. S. em 18 de dezembro de 1935.

Maria Leão, V. Presidente.

Ruy Barreto, relator.

Moacyr Dantas

Chaves Ribeiro.

PROJECTO N.º 57

A Assembléa Legislativa do Amazonas

RESOLVE

Art. 1.º — A pauta reguladora da cobrança do imposto de exportação e de quaesquer outros tributos percentuaes, sobre productos do Estado e similares, terá por base a media real dos preços verificados no mercado exportador local, durante a semana anterior á de sua vigencia.

§ Unico. O boletim de pauta vigorará do primeiro ao ultimo dia util de cada semana.

Art. 2º — Compete a organização da pauta a uma comissão composta por um funcionario para esse fim designado pela Directoria Geral da Fazenda Publica, pelo representante da Associação Commercial do Amazonas e por um corrector da praça, no exercicio legal de suas funções, sob a presidência do director da Fazenda.

§ Unico. No primeiro dia util de cada anno, o Director Geral da Fazenda Publica, de accordo com o presidente da Associação Commercial, organizará uma lista, pelo systema de rodizio, dos correctores da praça, escalando um delles para cada mez. Dita lista será publicada no "Diario Official" do dia immediato, para conhecimento dos interessados.

Art. 3º — Ficam os correctores obrigados a enviar, diariamente, á Directoria Geral da Fazenda Publica e á Associação Commercial do Amazonas um boletim conforme modelo, mencionando todas as vendas effectuadas no dia anterior, quer de productos existentes quer para entrega futura. Não se tendo verificado venda alguma, serão, ainda assim, organizados pelos correctores boletins negativos.

§ 1º — Os impressos para este serviço serão fornecidos gratuitamente pela Directoria Geral da Fazenda Publica.

§ 2º — A falta de apresentação dos boletins pelo corrector, no tempo devido, dará lugar á multa de 50\$000, na primeira infracção, e 100\$000, respectivamente, nas reincidencias.

Art. 4º — Nas reuniões a que se refere o art. 2º, o representante da Associação Commercial apresentará uma relação dos preços medios obtidos pelos generos e productos estaduaes, baseada nos boletins de corretagem. Tratando-se de generos ou productos, cuja venda se não effectue habilmente por intermedio de corrector, dita relação se baseará nos preços verificados na praça.

Art. 5º — Ao funcionario da Directoria Geral da Fazenda Publica, designado para a comissão, compete: receber e coordenar, em livro modelo, os boletins dos correctores, os boletins de pauta e quaesquer outros elementos informativos, que o habilitem ao controle dos preços de productos, que são objecto de corretagem; estar ao corrente da posição do mercado de cada producto; levantar, no ultimo dia da semana, o quadro das estações fornecidas pelos correctores, para apresentar o á comissão, no dia de sua reunião.

Art. 6º — A comissão da pauta funcionará na Directoria Geral da Fazenda Publica, na primeira hora do expediente do primeiro dia util de cada semana, sendo exigido o comparecimento de todos os seus membros.

Art. 7º — E' obrigatoria a presença do corrector, no dia, hora e lugar fixados na forma do art. precedente, como tambem a exhibição de seus talonarios de contractos de venda e livros de protocollo, para confronto dos boletins que apresentarem, sempre que assim o exija a Directoria Geral da Fazenda Publica, quando exista duvida sobre a realidade dos preços constantes dos referidos boletins.

§ Unico. Apurada qualquer irregularidade, na hypothese do presente artigo, será imposta ao responsavel uma pena pecuniaria, que variará entre

quinhentos e um conto e quinhentos mil reis, conforme a gravidade do facto e suas consequencias, imposta nos termos do numero I, do art. 82, do decreto n.º 1465, de 8 de Outubro de 1923, dependendo sempre de denuncia formulada pelo director geral da Fazenda Publica e processo regular.

Art. 8º — Verificada a exactidão dos preços de venda alcançados pelos productos e constantes dos boletins de corretagem, relativos aos negocios effectuados, durante a semana anterior, calcular-se-á a respectiva media, que será a pauta a ser observada durante a semana.

§ 1º — No calculo da pauta deverão ser considerados somente os preços obtidos pelas transacções dos productos de origem estadual e de Matto Grosso, tendo-se em vista, alem das cotações, o volume das vendas effectuadas.

§ 2º — Para effeito do § anterior, não serão computadas as vendas inferiores a cincoenta hectolitros de castanha e quinhentos kilos de borracha ou de balata.

§ 3º — Não serão permittidas nos calculos finges da pauta as fracções de \$050, devendo elevar-se a esta cifra ou a seus multiplos o total de cada um, quando inferiores a 5\$000; e em \$100 e seus multiplos, quando acima deste limite.

Art. 9º — Não pode tomar parte na comissão de organização da pauta o corrector que não estiver quite de seus impostos com a Fazenda Publica, importando a sua falta na suspensão do exercicio do cargo, decretada pela autoridade competente, quando denunciada pelo Director Geral e nos termos do disposto no numero I, do art. 82, do decreto numero 1465, de 8 de Outubro de 1923.

Art. 10º — Estabelecidos os preços officiaes pela forma determinada na presente lei, será a pauta submettida á approvação do Director Geral da Fazenda Publica, que a julgará, mandando publicar e affixar a mesma em logar conveniente.

Art. 11. — Qualquer que seja o dia do embarque de mercadoria já despachada para exportação, prevalecerá

sempre a pauta em cuja vigência tenha sido para despacho, não sendo permitidas restituições ou majorações de direitos.

Art. 12º — Sempre que occorrer despacho de producto ainda não consignado na pauta, fica o Director Geral da Fazenda Publica autorizado a fixar o respectivo valor official, tendo em vista os elementos de informação que possam ser obtidos, o que levará ao conhecimento da comissão da pauta, em sua primeira reunião.

Art. 13º — A presente lei entrará em vigor a 1 de Janeiro de 1936.

Art. 14º — Revogam-se as disposições em contrario.

S. S. em 18 de Dezembro de 1935.
Leopoldo Neves, presidente
Vivaldo Lima
Genesino Braga
Antonio de Vasconcellos

Occupando a tribuna, o sr. Moacyr Dantas offerece á consideração da Casa um projecto, approvando os decretos baixados pelo Poder Executivo, sob numeros 86, 87, 89, 90 e 91, e requer para o mesmo dispensa de impressão e interstício para entrar em discussão na segunda parte, o que é concedido. Esse projecto toma o n.º 58. Também o sr. Nogueira da Motta, vindo para a bancada, manda á Mesa um projecto, estabelecendo normas para marcação dos productos amazonenses. E' considerado objecto de deliberação, toma o n.º 53 e vai a imprimir.

Na segunda parte da ordem do dia, são approvados em segunda e terceira discussão o projecto n. 57 e em segunda o n.º 6.

Encerrados os trabalhos, o sr. presidente marca para a proxima sessão: primeira parte, regimental; segunda parte, terceira discussão dos projectos 46 e 47, segunda do 58 e primeira do 21.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. PAULA GONÇALVES NA SESSÃO DE 28 DE JUNHO:

Sr. Presidente. Srs. Deputados.

Quando aqui, ante-hontem, invadindo seara alheia, apresentei o Projecto

numero 3 que cria na Capital um Juizado Privativo de Menores, estava convencido de que merecia o assumpto, da parte dos srs. representantes do povo, o entusiasmo necessario para que a creançada em abandono de minha terra, creançada esfaimada e esfarrapada que perambulava pelas ruas da cidade, passaria a ter dos poderes competentes a assistencia precisa e indispensavel, porque assim — e somente assim — os governantes e os representantes do povo cumprirão os mandatos que lhes foram confiados, produzindo algo em prol da terra que todos habitamos!

Pesarosamente não assisti, hontem, aqui, a contradita dos srs. deputados da opposição, ao meu projecto, opposição na expressão vulgar da palavra, opposição teimosa, irritante, que tenta obstar a criação de uma obra, que não sou eu quem affirmo benemerita, mas a mocidade de minha terra, pela palavra judiciosa do nobre deputado sr. Moacyr Dantas, como veio de o proclamar nesta Assembléa, ainda ha momentos.

Infelizmente não observamos, no seio desta Assembléa, uma organização opposicionista capaz de merecer de nós outros, que constituimos e construímos a situação presente e dominante no Estado o acatamento ás suas idéas, como vem de demonstrar, ao discutir o assumpto de que me estou occupando.

Que vemos, que assistimos hoje? As suas cadeiras vazias, quando era de esperar o contrario, certos deviam estar que eu repelleria, hoje, as aggressões injustas e impatrioticas feitas ao meu modesto projecto! Quando não — se presentes — têm a preocupação unica de affirmarem de que tudo quanto elaboramos ou tentamos elaborar está em erro!...

Não assisti a investida juridica do nobre sr. deputado Aristides Rocha, mas, pelos resumo publicado nos jornaes, estou inteirado do fragilimo de suas argumentações.

O sr. deputado Moacyr Dantas defendeu, brilhantemente, meu projecto, na minha ausencia — gentileza pela qual lhe fico immensamente agradecido — declarando dentro desta Assembléa que eu deixaria bem claro que

nada inventara, porque, nem eu nem o mui nobre sr. deputado Aristides Rocha, com todas as suas responsabilidades de professor de direito, temos capacidade para tanto! Podemos ler, coordenar, applicar ao meio social amazonense qualquer assumpto, como esse de Menores — cujo Codigo está em função em todo o territorio nacional. Nosso Estado, constituindo excepção lastimavel, é o unico que, até o presente, ainda está por crear a vara privativa determinada em lei!

Eis porque tentei saber essa lacuna existente na nossa organização judiciaria, levado talvez mais pelo sentimentalismo que me sobra de produzir algo em prol da creangada escravizada e esfaumada, abandonada, desta terra!

Embora ausente, recebeu de S. Exa. meu projecto, desapprovação formal, "camouflagendo" suas palavras com uma jurisprudencia toda pessoal, absurda, com o proposito unico de crear obstaculos a uma realisação de caracter genuinamente social!

Lamento, sinceramente, profundamente, que se faça uso de conhecimentos especializados para impedir realisações uteis, deturpando ainda as elevadas funções de um mandato popular, porque não foi para crear embaraços ás suas necessidades prementes, que o povo para aqui nos enviou num pleito liberrimo e memoravel!

Argumentou-se que o projecto é inconstitucional. Que traz despesas ao Estado. Provarei o contrario, provarei que se enquadra na Constituição do Estado e mais — que não traz despesas ao erario publico. Como? Naturalmente o cargo de Juiz de Menores poderá ser provido por um juiz de direito do interior. Para a vaga decorrente poderá ser convocado um dos muitos juizes que constituem o peso morto do orçamento estadual, da classe dos em disponibilidade, dos que estão em casa, no commodismo de um bom pyjama, absorvendo, sem que nada produzam, dois contos de reis, mensalmente, dos cofres publicos. Pergunto — que despesas sobrecarregarão o thesouro estadual? o pagamento dos commissarios de vigilancia? — Esses, tambem, conforme determina o projecto, exerce-

rão gratuitamente as suas funções, como acontece em S. Paulo, Estado que arrecada cerca de quinhentos mil contos annuaes e não remunera seus commissarios do Juizado de Menores.

Alistei-me entre esses commissarios gratuitos. Offereceu-se, igualmente, o nobre sr. deputado Antovilla Vieira. De ha muito que já o é — todos nós sabemos — a sra. deputada Maria de Miranda Leão...

O sr. Vivaldo Lima — Hontem tambem me alistei!

O sr. Paula Gonçalves — Meu illustre mestre Dr. Vivaldo Lima, enfim, elles não existiam, mas já constituem um numero que se multiplicará facilmente com exemplos de civismo como esse que vem de demonstrar o nobre sr. deputado Vivaldo Lima que, não obstante seus sessenta annos de idade, continúa sempre moço para todas as realisações que visem o beneficio desta terra.

Sr. Presidente, apesar da hostilidade feita ao meu projecto, elle se tornará Lei, confio no patriotismo da maioria desta Assembléa! Confio no enthusiasmo de meus nobres companheiros de representação que o discutirão, collaborando, olhando as altas finalidades que encerra. Lamento, apenas, não ser bacharel, não possuir cultura juridica, para apresentar obra perfeita, a salvo de criticas...

O sr. Benjamin Ferreira — Mas, para tal obra, não precisa ser bacharel, basta ter coração!

O sr. Paula Gonçalves — Diz v. exa. muito bem que basta ter coração — e é levado pelo coração, por saber o abandono em que vivem os menores de Manãos que apresentei meu projecto! Por ter coração e por ser brasileiro, por me interessar pela sorte de meus patricios desafortunados, orphãos, como fiquei desde meus cinco annos de idade!

Argumentou-se, ainda, á guisa de critica ao meu projecto, a gratuidade que determina para divresos cargos. Porque não ser gratuito um trabalho desse jaez, de verdadeira collaboração social junto ao poder administrativo? Não são gratuitos os cargos dos Conselhos Technicos, creados pela Constitui-

ção Federal e transplantados para a Estadual? Não são gratuitos os cargos dos Conselhos Penitenciários? Não foram exercidos, ainda gratuitamente, os cargos de membros dos Conselhos Consultivos dos Estados? Qualquer dos componentes desses conselhos, acaso, foi mendigar ao Thesouro pagamento por esses serviços considerados de natureza relevante?

Não!, sr. presidente! Não, porque são exercidos por homens bem intencionados, de responsabilidade na sociedade em que vivem, por cidadãos que se engrandecem colaborando para a evolução, o progresso da terra em que nasceram ou se radicaram!

Externei-me mais do que desejava. Meu proposito era e é o de agradecer ao meu nobre collega sr. Moacyr Dantas, a defesa que fez, na minha ausencia, hontem, do projecto que cria o Juizado Privativo de Menores em Manaus. Sua opinião, judiciosa, sensata, certamente auxiliará, valiosamente, a convencer mesmo aquelles que collocam os interesses de partidos e grupos acima dos da collectividade. Aliás não era de esperar, da parte do illustre "leader" desta Casa, attitudo outra, habituados que estamos á suas attitudes sempre patrióticas, sinceras, leaes em favor das causas justas.

DISCURSO DO SR. LEOPOLDO PERES, NA
SESSÃO DE 17 DE DEZEMBRO:

Sr. Presidente.

Em sessão de 19 de agosto ultimo, tive oportunidade de submeter á consideração da Casa, em nome da minoria parlamentar, um projecto de lei, pelo qual eram restaurados os vencimentos do magisterio primario do Estado e da Escola Preparatoria, segundo as tabellas do orçamento para 1931 (lei n. 1.479, de 21 de outubro de 1930), revogadas pelos actos numeros 129, de 31 de dezembro de 1930, e 1.160, de 9 de dezembro de 1931, da Interventoria Federal no Amazonas.

Nesse projecto, que foi sufficientemente esclarecido desta tribuna, em additamento á justificação que o acompanhava, determinando-lhe, a todos os aspectos, os elevados objecti-

vos, mostrei, creio eu, de maneira bem expressiva, que se continha nada mais, nada menos que a reivindicação clamorosa e instantane dos direitos de uma classe sacrificada.

O magisterio primario amazonense soffrera, com effeito, em virtude dos actos interventoriaes ali apontados, uma mutilação profunda nos seus eslipendios, já de si evidentemente exiguos. Em rigôr, fóra mesmo a unica das camadas do funcionalismo attingida pelas reduções orçamentarias de 1930-31, visto como, em relação ás outras, lambem porventura alcançadas, embora com um mais accentuado espirito de tolerancia, as reparações se tinham operado a pouco e pouco, já sob provocação dos interessados. já por iniciativa espontanea do governo, de modo a lhes attender integralmente aos justos reclamos.

O sr. *Aristides Rocha* — E' o caso da magistratura, cujos vencimentos, dentro na proporcionalidade fixada na Constituição Federal e, posteriormente na do Estado, foram augmentados.

O sr. *Leopoldo Pêres* — Não era admissivel, portanto, que só o magisterio, o esforçado e heroico magisterio amazonense, permanecesse na situação singular em que as primeiras administrações discriçionarias o haviam collocado, a 'pretexto de circumstancias de ordem economico-financeira, que já se não reflectiam nos indices orçamentarios do Estado.

Impunha-se, si não por outros motivos, qual o mais ponderavel, ao menos á luz desse argumento obvio, a restauração das tabellas do orçamento Dorval Porto, para 1931.

Os vencimentos do magistério primario eram estabelecidos, naquelle orçamento, á razão de 500\$000, 375\$ e 300\$000, para os professores de primeira, segunda e terceira entrancia, respectivamente, tomando-se apenas os algarismos relativos aos tres grupos ou classificações regulamentares das escolas publicas do Estado. Os professores da Escola Preparatoria, antiga Escola Modelo, venciam 500\$, mensaes. O interventor Alvaro Maia, baixando o acto n. 129, de 31 de de-

zembro de 1930, que substituiu a lei de meios já votada para o exercício seguinte, reduziu esses vencimentos na proporção de 400\$000, 330\$000, 275\$000, quanto ao magisterio primario, e 400\$000, quanto á Escola Preparatoria. E si é certo que elevou, para 700\$000, os dos cathedrales da Escola Normal, não o fez, todavia, sem cortar na tabella do Gymnasio Amazonense, cujos lentes sempre perceberam 800\$000, desde a administração Antonio Bittencourt, em 1910.

Succedendo ao sr. Alvaro Maia, na curul interventorial, entendeu o illustre sr. commandante Rogerio Coimbra, cujo nome nos merece a maior sympathia, que novas reduções se tornavam necessárias nas cifras da despesa e, como de regra, foi o magisterio, sobretudo o magisterio primario, mais uma vez rudemente golpeado, passando a vencer apenas 300\$000, 250\$000 e 200\$000, na ordem de classificação acima indicada.

Temos, pois, á evidencia de alarmismos inconfundiveis, que os proventos do magisterio do Estado foram diminuidos, de um exercício para outro, 1931-32, nas interventorias Alvaro Maia e Rogerio Coimbra, em quasi 50 % do seu total ! Uma professora da capital, que em 1930 fazia jús a 500\$000 mensaes, já em 1932 não lograva perceber mais de 300\$000 !

O governo do sr. Nelson de Mello, sob o seu lemma de moralidade e justiça, procurou remediar até certo ponto uma tal situação, verdadeiramente iniqua. E já no orçamento para 1935 apparecem os vencimentos do magisterio razoavelmente majorados, consoante o que lhe pareceu equitativo em face das estipulações da receita. Fôra, comtudo, uma reparação parcial, que o projecto visava completar, com apoio na melhora indiscutível das condições financeiras do Estado, no acrescimo de suas rendas, no desdobramento crescente de suas possibilidades orçamentarias.

De resto, o projecto correspondia em tudo a uma promessa formal, exarada pelo proprio sr. Alvaro Maia, na justificação de motivos, de que fez preceder o alludido acto n. 129, de

31 de dezembro de 1930 (orçamento interventorial para 1931), justificando os golpes que alli se desferiam nos estipendios do functionalismo, maxime do magisterio publico, sob a affirmação solemne de que tanto o permittissem as folgas da situação financeira, vencida a emergencia de 1930, seriam esses estipendios para logo augmentados ou, pelo menos, immediatamente restaurados. A verdade, porém, é que debalde espéra o magisterio, ainda hoje, o cumprimento dessa promessa auspiciosa...

Occupando-se do nosso projecto, naquelle momento, declarou, é certo, o digno sr. presidente da Comissão de Finanças, si me não engano, que era pensamento do governo fazer, quanto antes, um reajustamento geral dos vencimentos do functionalismo, dentro num criterio de perfeita equanimidade e rigorosa hierarchia.

Era, aliás, exactamente o que suggeriamos na parte final da justificação do projecto n. 31, de 19 de agosto preterito, nestes termos :

(leitura)

Mas esse reajustamento, que seria sem duvida uma providencia intelligente, no seu character de generalização racional, não se fez até agora, nem consta que delle esteja o governo a cogitar para a presente sessão legislativa.

O projecto de restauração dos vencimentos do magisterio primario e dos professores da Escola Preparatoria volta, por isso mesmo, e cada vez mais indispensavelmente, á sua primitiva oportunidade, sobretudo si tivermos em vista a proposta orçamentaria para 1936, que vamos dentro em pouco discutir.

Verifica-se do eschema que o poder executivo adoptou, remetendo á Assembléa tal como o organizára a comissão de revisão da legislação tributaria e fiscal, uma majoração quasi ridicula, de 20\$000 e 50\$000, nos vencimentos do professorado, enquanto os crefes de serviço, os altos funcionarios, os directores de repartições obtém augmentos consideraveis, crendo-se ainda differentes cargos novos.

E' claro que a Assembléa Legislativa, na plena consciencia das responsabilidades que lhe impendem nesta materia, não poderá votar, sem profundas restricções, esse mostrengo orçamentario, a cuja elaboração tumultuaria, pese-nos embora dizel-o, resalvada qualquer intenção desprimorosa, de referencia aos illustres membros da Commissão revisora, não presidiu nenhum espirito de equidade, nenhuma preocupação logica de equilibrio, nenhuma disposição de ordem ou de hierarchia.

O sr. Aristides Rocha — Ha absurdo maior : cortam-se vencimentos de uns e augmentam-se os de outros funcionarios !

O sr. Leopoldo Pères — A proposta do poder executivo, que, aliás, demittiu de si uma attribuição que lhe era constitucionalmente indelegavel...

O sr. Armando Madeira — Muito bem.

O sr. Leopoldo Pères — ... não pasará, portanto, sem as modificações radicaes que nella se reclamam á clareza e ao patriotismo da Assembléa.

Mas, no que diz respeito ao laborioso e abnegado magisterio amazonense, toca as raízas da iniquidade a injustiça com que é, ainda uma vez, esquecido, protelando-se indefinidamente o cumprimento de uma palavra, que parecia envolver, e na realidade envolvia, um compromisso indeclinavel da administração publica.

Não se comprehende, com effeito, sr. presidente, a obstinação irreductivel com que se vem negando ao professorado primario aquillo que se não tem recusado a todas as demais categorias do funcionalismo.

O sr. Felix Valois — E' que o magisterio já está familiarizado com a tuberculose !

O sr. Leopoldo Pères — Ainda bem que v. excia. (dirigindo-se ao sr. Valois), como professor que é, conhecendo as agruras, vicissitudes e sacrificios da nobre classe, no Amazonas, traz o seu applauso ao nosso ponto de vista. A phrase é dolorosa, mas é verdadeira. O magisterio amazonense tem sido, por assim dizer, a classe pri-

vilegiada, amargamente privilegiada, na partilha dos infortunios do funcionalismo amazonense. No acervo dos seus soffrimentos, muitas vezes obscuros, silenciosos e inarticulados, ha uma lição de estoicismo edulcorada de resignação e illuminada de uma alta, inexcidível belleza moral.

O sr. Ariolino Azevedo — E, no entanto, jamais faltou ao cumprimento dos seus deveres, nos mais remotos pontos do Estado.

O sr. Leopoldo Pères — O Amazonas de hontem e de hoje não pode nem deve esquecer esse admiravel espirito de renuncia, essa extraordinaria capacidade de sacrificio, esse devotamento indefesso á preparação intellectual, á formação moral das suas gerações presentes e futuras.

Ninguém melhor do que o sr. Alvaro Maia, que é tambem professor e se honra de o proclamar, preferindo esse a todos os demais titulos que lhe exornam a personalidade de homem de letras e de homem publico, conhecerá a situação do magisterio amazonense, o reconhecimento, a gratidão commovida a que lhe estamos obrigados, a reparação que se lhe torna impreterivel. De força é, pois, que se cumpra, no governo constitucional de s. excia., a promessa do interventor de 1930, não se explicando, á luz da boa razão, que do seu pontual adimplemento se haja s. excia. olvidado no assimilar uma proposta orçamentaria, em que os numeros da receita se elevam a 12 mil contos.

O sr. Ariolino Azevedo — Os orçamentos de 1931, sob as duas primeiras interventorias, iam pouco além de 7.500 contos.

O sr. Leopoldo Pères — E foi precisamente nessa depressão de receitas que se apoiaram os interventores Alvaro Maia e Rogerio Coimbra para diminuir os vencimentos do funcionalismo, e em particular, do magisterio primario. Era uma conjunçura transitoria, a ser para logo superada pelo surto mesmo da economia do Estado, sob o contróle severo da administração publica. Os orçamentos posteriores a 1931 vieram, como tudo indicava, num crescendo auspicioso das

receltas, que já agora, na proposta, para 1930, sobem a algarismos francamente animadores. Não ha negar, em frente a esses elementos concretos de argumentação, que a situação financeira do Amazonas, gravitando de uma receita de 7.500 contos, em 1931, para uma receita de 12.000, em 1936, melhorou sensível e consideravelmente. Ora, o interventor Alvaro Maia, asseverava, em 1930, cortando fundo nos vencimentos do magisterio, que a restauração delles se faria necessariamente, tanto vingasse o Estado a quadra de aperturas que atravessou nos primórdios do governo discricionario...

Dahi, sr. presidente, a razão de ser do nosso projecto, cuja immediata aprovação se nos afigura, já agora, de uma premencia absoluta, afim de se incorporarem ás tabellas da despesa as alterações delles resultantes nas rubricas orçamentarias relativas ao professorado primario e á Escola Preparatoria.

Esse projecto corresponde, como vimos, ao pensamento do governo e, sem duvida alguma, ao pensamento unanime da Assembléa Legislativa. (*Apoiados*). Submettendo-o á consideração da Casa, não teve a minoria parlamentar outro intuito senão o de traduzir, numa formula de rudimentar equidade, os apellidos de uma classe benemerita. Não nos animou nesse gesto a menor preocupação de ordem politica e, muito menos, de caracter partidario, para armar ao effeito na opinião.

Adversarios nossos propalaram, é certo, muito tendenciosamente, a quando da apresentação do projecto, em agosto ultimo, que na attitude da minoria se encerrava um recurso de natureza politico-eleitoral, objectivando o alliciamento dos suffragios do magisterio ás vespasas do pleito federal de 7 de setembro.

Nada menos verdadeiro, nem menos conforme com as iniciativas que nos têm cabido nesta Casa, onde nos traçamos uma directriz inflexivel no sentido do interesse publico, á margem das cogitações ou dos debates de indole meramente pessoal, num plano

superior ás digladiacões da lucta partidaria. (*Apoiados*).

E tanto assim é, sr. presidente, que, não havendo as circunstancias daquelle momento aconselhado se ultimasse a votação do projecto, nem por isso, passada a phase da campanha eleitoral, em que se affirmou o prestigio da Frente Unica Parlamentar, renunciamos á iniciativa que nos coubera em favor do magisterio amazonense, cujos direitos advogaremos até á instancia final, nesta Casa.

Assim, renovando o appello que desta tribuna vimos fazendo á Assembléa, no sentido da accitação integral do projecto, em que se contém, como vimos, uma reivindicação generosa e opportuna, em prol do magisterio sacrificado, venho solicitar a v. excia., sr. presidente, e á Mesa, as providencias regimentaes, pertinentes na hypothese, afim de que seja o mesmo projecto incluído, com a maior brevidade, na ordem do dia dos nossos trabalhos, apressando-se os pareceres, já por demais retardados, das comissões que sobre elle se têm de pronunciar.

O sr. Ruy Barreto — A Commissão de Instrucção já emittiu o seu parecer.

O sr. Leopoldo Pêres — Só agora o fez, que eu saiba, através da autorizada informação de v. excia. Mas não falou ainda a Commissão de Finanças, cujo pronunciamento é essencial no caso. Aliás, sendo as diferentes comissões obrigadas, pela letra do Regimento, a apresentar os seus pareceres dentro em oito dias, poderia valer-me da disposição regimental que me permittiria, quando não prorogado esse prazo, requerer a nomeação de outras comissões, que do projecto especialmente se occupassem, ou ainda do dispositivo constitucional, que faculta, a qualquer deputado, pedir a inclusão na ordem do dia, independente de parecer, de um projecto retardado por mais de vinte dias.

Não o faço, porém, sr. presidente, porque sou o primeiro a reconhecer a boa vontade dos collegas que compõem as duas comissões referidas, só ao accumulo de materias a estu-

dar se podendo, isentamente, attribuir a demora no andamento da nossa proposição, que desde o primeiro instante logrou grangear nesta Casa a unanimidade das sympathias em torno das suas nobres e justas finalidades.

(Muito bem, muito bem. O orador é effusivamente cumprimentado).

Sessão de 19 de Dezembro

Presidência do sr. João Vercosa. — Secretários — srs. Nogueira da Matta e Carlos Machado.

A' hora regimental, presentes os srs. João Vercosa, Nogueira da Matta, Carlos Machado, Leopoldo Neves, Felix Valois, Ananias de Almeida, Moneyr Dantas, Maria Leão, Paula Gonçalves, Manoel Monteiro, Ariolino Azevedo, Vivaldo Lima, Leopoldo Péres, Nunes de Lima, Ruy Barreto, Tito Bittencourt, Felismino Soares, Chaves Ribeiro, Aristides Rocha, Pimentel Sales, Manoel Lobo, Francisco Caetano e Genesino Braga, faltando com causa justificada os srs. Cosme Ferreira, Ary Calm, Antovilla Vieira, Philadelpho de Moraes e Benjamin Ferreira e sem ella os demais deputados, é aberta a sessão.

Lida e approvada sem debate a acta anterior, o primeiro secretario apresenta este

EXPEDIENTE

Officio do sr. Luciano Antony, presidente da Camara Municipal de Manaus, solicitando o pronunciamento da Assembléa quanto á interpretação do art. 17, inciso 8.º, da lei organica dos municipios, o qual officio é enviado á Commissão de Poderes para opinar.

Passando-se á primeira parte da

ORDEM DO DIA

pede a palavra o sr. Chaves Ribeiro para enviar á Mesa um parecer da Commissão referida, o qual conclue por um projecto, autorizando o Governo a solicitar do Senado Federal a autorização exigida pelo art. 130 da Constituição da Republica, para effectividade de concessão de terras a Gensaburo Imaniski e Kiroku Awazu. Esse projecto toma o n. 60 e vae á quarta Commissão.

Depois, o sr. Ananias de Almeida, pela Commissão de Redacção, envia á Mesa a do projecto n. 53, que é approvada e segue para sanção.

Annunciada a segunda parte da ordem do dia, entram em terceira discussão os projectos ns. 46 e 47, sendo approvados, votando contra o ultimo os srs. Paula Gonçalves e Felix Valois. E' ainda approvado em segunda discussão o projecto n. 58 e em primeira o n. 24, o qual é combatido pelo sr. Aristides Rocha, que pede preferencia para o que, sobre o mesmo assumpto, veio annexo á proposta orçamentaria para 1936. Em discussão esse requerimento, falla o sr. Vivaldo Lima, que apoia o projecto n. 24, integralmente, discordando do que requer o sr. Aristides Rocha. Para encaminhar a votação, vem á tribuna o sr. Moneyr Dantas e propõe que o projecto n. 24 volte á commissão competente para estudo mais minucioso, devendo optar depois sobre os dois ora em debate. Approvada a suggestão, o sr. Aristides Rocha retira o seu requerimento.

Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente suspende os trabalhos, marcando para a proxima sessão: primeira parte, regimental; segunda parte, primeira discussão dos projectos ns. 41 e 44.

DISCURSO DO SR. MOACYR DANTAS, NA

SESSÃO DE 17 DE DEZEMBRO :

Sr. Presidente.

Não comprehendi, e supponho que a Assembléa tambem não haja comprehendido, o ardor excessivo com que vem de falar o meu distincto collega Leopoldo Péres, defendendo o projecto que apresentou, restabelecendo os vencimentos dos professores publicos.

Não o comprehendi por uma razão muito simples : não houve, no seio desta Camara, uma voz que combatesse aquelle projecto, cujos intuitos são os mais justos e louvaveis.

Acontece apenas, mau grado nosso, que, logo após a apresentação do mesmo, tivemos que suspender os nossos

trabalhos, em face do conhecido dispositivo constitucional.

O sr. Leopoldo Pêres — Os nossos trabalhos foram interrompidos a 6 de setembro e o meu projecto foi apresentado a 19 de agosto. Mas eu fui o primeiro a reconhecer não ter havido nenhum intuito protelatorio.

O sr. Moacyr Dantas — Obrigado a v. excia. Vê, portanto, v. excia. que os elementos da maioria não têm para o seu projecto senão a intenção de estudal-o sob o aspecto carinhoso que elle merece e reclama.

A oportunidade de discutil-o veio agora, quando chega a está casa a proposta orçamentaria, á qual fez v. excia. uma critica violenta, envolvendo indirectamente a propria personalidade do Governador, que se limitou a endereçar um orçamento elaborado por uma commissão de technicos.

O sr. Leopoldo Pêres — Não tive esse intuito! Benj sei do que v. excia. está ponderando. Não tive o intuito de censurar o Poder Executivo.

O sr. Moacyr Dantas — Registro o aparte, que é uma bella rectificação. Qualquer palavra sobre o orçamento, antes do parecer da commissão de finanças, será precipitada e injusta. Espero, todos nós esperamos que a commissão estude a proposta sob um criterio de inteira equidade, attendendo os reclamos do funcionalismo, sem prejuizo do interesse publico.

Sessão de 20 de Dezembro

Presidencia do sr. João Vercosa. — Secretarios — srs. Nogueira da Matta e Carlos Machado.

A' hora regimental, presentes os srs. João Vercosa, Leopoldo Neves, Nogueira da Matta, Carlos Machado, Felix Valois, Ananias de Almeida, Moacyr Dantas, Maria Leão, Paula Gonçalves, Manoel Monteiro, Ariolino Azevedo, Vivaldo Lima, Leopoldo Pêres, Nunes de Lima, Ruy Barreto, Armando Madeira, Tito Bittencourt, Antonio Vasconcellos, Felismino Soares, Aristides Rocha, Arthur Bonates, Carlos Nobre, Genesino Braga e Alfen Thaumaturgo, faltando com causa

justificada os srs. Cosme Ferreira, Ary Cahn, Antovilla Vieira, Philadelphia de Moraes e Benjamin Ferreira, e sem ella os demais deputados, é aberta a sessão.

Lida e approvada sem debate a acta anterior, o primeiro secretario declara que não ha expediente.

Aberta a

ORDEM DO DIA

pete a palavra o sr. Genesino Braga, que diz o seguinte :

Sr. Presidente :

Tomo a palavra, abusando talvez da generosidade dos dignos collegas, sempre amáveis em attentões ao representante do funcionalismo publico, para offerecer á deliberação da Casa — como um Moysés a pedir agua para o seu povo — um projecto de amparo social á minha classe, o qual representa uma antiga aspiração, um velho anseio de libertal-a de certas exigencias vexatorias, de certas situações humilhantes, a que, por vezes, compellido pelas responsabilidades de chefe de familia, pelo dever para com a sociedade, é collocado o funcionario publico, nessa pugna ingloria, nessa competição barbara que é a lucta pela vida. Antes, porem, traduzindo o pensamento dos meus collegas de classe, quero congratular-me com o honrado chefe do Poder Executivo, o exmo. sr. dr. Alvaro Maia, pelo gesto altamente elogiavel e dignificador que acaba de ter para o funcionalismo publico do Estado, mandando antecipar-lhe o pagamento dos vencimentos do mez corrente, de maneira carinhosa e por demais sensibilizadora, com a intenção feliz de proporcionar aos servidores da administração, um NATAL menos precario e um anno-bom mais auspicioso. Assim, no lar do funcionario publico não haverá a tristza de um NATAL amargo. Os nossos filhos terão tambem a illusão embalsadora de seu PAPA'-NOEL e as nossas mesas não ficarão sem as alegrias da fartura. A minha classe é grata a s. excia. por esse alto gesto de altruismo e generosidade.

Voltando ao assumpto que me traz a esta tribuna, sr. presidente, com o melhor prazer declaro o meu regosijo interior ao pleitear a approvação de um projecto, estabelecendo as consignações em folha de pagamento para os funcionarios publicos do Estado. São do conhecimento de toda a Casa os beneficios que essa medida proporcionará aos meus companheiros, assegurando-lhes vantagens dentro da lei e sob os principios rigidos da moral, para, sem constrangimentos ou vexames, offerecerem garantias solidas e indubitaveis ás transações a que circumstancias especiaes sempre os obrigam. São do conhecimento de todos as difficuldades que transpõe um funcionario publico para obter por aluguel, por mais modesto que seja, um tecto em que habitar. Exige-se-lhe uma fiança do commercio, ou deposito da quantia equivalente a dois ou tres mezes de aluguel. Os contractos de quasi todas as firmas commerciaes, presentemente, negam concessão de taes favores. E se essa primeira condição é difficilissima, muito mais se afigura a do deposito. E nessa triste situação, na esperança de uma generosidade qualquer, de porta em porta, de decepção em decepção, vai o funcionario publico, como um Asilverus moderno, caminhando... — Si o anjo da saude lhe abandona o lar, deixando a esposa enferma, o filho enfermo, o desequilibrio orçamentario é fatal. A quem solicitar o emprestimo de qualquer importancia para amparar aquella vida que a sociedade lhe confiou? — Onde buscar a garantia exigida para os compromissos que é forçado a contrahir?

Sr. presidente, a justificação do projecto que ora submetto á deliberação da Casa, está, tenho confiança, na propria consciencia dos srs. deputados.

Dispensando-me de outros sadios argumentos, que facilmente poderia invocar em favor dessa medida, porque os julgo desnecessarios, ante a elevada finalidade que ella evidencia, peço licença para lêr o projecto :

PROJECTO N. 61

A Assembléa Legislativa do Amazonas

DECRETA :

Art. 1.º — Aos funcionarios publicos civis e militares, activos, inactivos ou reformados do Estado do Amazonas, bem como aos pensionistas do Montepio, quando maiores, fica permittido requerer a consignação em folha de vencimentos, da importancia necessaria ao pagamento de compromissos assumidos com as instituições designadas no art. 2.º abaixo mencionado, observadas as disposições do presente decreto.

Art. 2.º — Os compromissos que podem ser pagos por consignações em folha de pagamento são :

- a) juros e amortização de empréstimos em dinheiro;
 - b) aluguel de casa ou terreno;
 - c) contribuição para beneficencia e mensalidade de associações de classe legalmente reconhecidas;
 - d) quota em beneficio de pessoa da familia, quando ausente o funcionario, chefe da familia;
 - e) quota para pagamento de educação dos filhos do consignante, quando estabelecida a favor de institutos de ensino reconhecidos pelo governo;
- § 1.º — Não serão admittidos em folha de pagamento outros descontos, salvo para indemnizar dividas com a Fazenda Publica, pagar assignaturas do "Diario Official", do Estado, assim como outros descontos obrigatorios por lei.

§ 2.º — Os descontos a favor dos cofres publicos terão preferencia sobre quaesquer outros.

Art. 3.º — Podem ser consignatarios :

- a) as associações de classe que tenham os seus estatutos devidamente approvados pelo governo;
- b) o montepio dos funcionarios do Estado;
- c) pessoas da familia do funcionario consignante, nos casos da letra d do artigo anterior;
- d) os proprietarios ou locadores de predios e terrenos alugados, ou consignados;

c) os institutos de ensino reconhecidos pelo governo.

Art. 4.º — As associações de classe podem ser constituídas exclusivamente por funcionarios de uma só repartição ou, em geral, por quaesquer servidores do Estado, juntamente com esposa e filhos menores dos associados.

Art. 5.º — Nessas condições a totalidade da renda, deduzidas as reservas, despesas de custeio e manutenção, será destinada exclusivamente a beneficio dos associados e, no caso de morte deste, ao de sua familia, a titulo de peculio, pensão, adiantamento ou outros fins de utilidade comprovada.

§ Unico — As associações de classe só com seus associados poderão fazer transacções de empréstimos.

Art. 6.º — Os membros da directoria das associações de classe exercerão os cargos gratuitamente e sob pretexto algum ser-lhes-á abonada qualquer gratificação pecuniaria por serviços prestados.

Art. 7.º — As consignações serão averbadas em folha de pagamento desde que, para cada caso, satisfaçam as exigencias e formalidades prescriptas neste decreto e serão sempre requeridas pelo funcionario ao director geral da Fazenda Publica.

Art. 8.º — As consignações em sua totalidade não poderão exceder de 40 % (quarenta por cento) dos vencimentos do consignante.

§ unico — Em hypothese alguma a segunda parte dos vencimentos poderá ser objecto de cessão ou consignação.

Art. 9.º — Não poderão ser averbadas consignações de prazo superior a 48 mezes, salvo para aluguel de casa ou terreno, quota para pessoa da familia, beneficencia e mensalidades das associações de classe a que pertencer o consignante.

Art. 10.º — As consignações serão feitas mediante instrumento em tres vias, assignadas por ambas as partes e visadas pelo director geral ficando a primeira via no archivo da Directoria Geral da Fazenda Publica e as 2.ª e 3.ª vias em poder do consignante e do consignatario, respectivamente.

§ 1.º — Da averbação se dará, sendo requerida, certidão ao consignatario ou ao consignante, com todos os requisitos constantes do pedido.

§ 2.º — E' absolutamente prohibida a intervenção de terceiros em assumptos referentes á averbação de consignações.

Art. 11.º — Dentro do prazo estipulado, não poderá a consignação ser suspensa ou modificada em qualquer sentido não previsto neste decreto, salvo quando as partes, de accordo conjuntamente assim o requererem á Directoria Geral da Fazenda Publica, ou quando fique provada a quitação do compromisso assumido.

§ 1.º — Esgotado o prazo sem que tenha havido interrupção nos pagamentos, a Directoria Geral da Fazenda Publica suspenderá a consignação ex-officio.

§ 2.º — No caso de interrupção, o prazo será dilatado quando necessario para o pagamento das consignações em debito e dos juros da mora, quando estes forem devidos, na forma do artigo seguinte.

Art 12.º — O pagamento das consignações estabelecidas será feito no mez immediato áquelle a que se referir e independe do recebimento dos respectivos vencimentos; nenhuma razão poderá obstar a esse pagamento, salvo os casos verificados de divida á Fazenda Publica, fallecimento, exoneração ou inefficiencia de vencimentos.

§ 1.º — E' obrigatorio o desconto das consignações sempre que se effectuar o pagamento de vencimentos aos consignantes, não havendo motivo algum, não previsto neste decreto, que justifique a omissão, redução ou suspensão do pagamento dessas consignações, pelas quaes ficará responsavel o encarregado das respectivas folhas ou a autoridade que ordenar taes providencias sem a annuencia de ambos os interessados.

Art. 13.º — As consignações estabelecidas pelos funcionarios ou pensionistas do montepio, quando maiores, só poderão ser pagas após os recebimentos dos respectivos vencimentos ou pensões.

Art. 14º — Os consignantes que tiverem sido exonerados, uma vez readmittidos ou nomeados para outros cargos do Estado, ficam obrigados ao pagamento das consignações interrompidas, descontados somente no período decorrido da nomeação, ou readmissão, até o estabelecimento da consignação.

Art. 15º — As consignações, para serem averbadas, deverão satisfazer as condições seguintes :

I — Para empréstimos :

a) dos requerimentos de averbação e dos contractos deverão constar o nome, cathegoria, repartição do requerente, vencimentos que recebe a sua natureza, importância e prazo de empréstimo, taxa de juros, valor da consignação mensal e o nome da instituição a cujo favor é a mesma estabelecida; a faculdade de poder o consignatario liquidar antecipadamente o seu debito, bem assim a declaração de que ambas as partes se sujeitam aos dispositivos deste decreto.

II — Para aluguel de casa ou terreno :

a) a averbação será requerida em conjuncto pelo funcionario consignante e pelo consignatario, mencionando as condições de locação, inclusive as contractuaes quando houver;

b) os interessados deverão provar, por qualquer meio habil, a juizo da Directoria Geral da Fazenda Publica, que a consignação se destina effectivamente áquelle fim;

c) essa consignação poderá ser averbada sem prazo e a sua suspensão dependerá da solicitação subscrita por ambas as partes, simultaneamente, ou somente pelo consignante, que provará não mais habitar a casa e que se acha quile com o proprietario ou locador.

III — Para pessoa de familia, durante a ausencia do funcionario :

a) será requerida pelo consignante, que indicará o valor da consignação e motivo da ausencia, o nome e o grau de parentesco da pessoa a quem deve ser paga;

b) não terá prazo e será suspensa, a pedido do consignante ou logo que a Directoria Geral da Fazenda Publi-

ca tenha conhecimento da cessação de sua ausencia.

IV — Para educação de filhos do consignante :

a) para educação pelo interessado com expressa declaração do fim a que se destina;

b) do requerimento constará o nome do estabelecimento a cujo favor é averbada a consignação e o prazo desta.

c) a suspensão antes do prazo dependerá de prova de quitação.

Art. 16º — A averbação da consignação requerida obriga o consignatario a attender o consignante no prazo maximo de oito dias, sob pena de annullação da consignação e multa de 20 % sobre o valor da transacção recusada ou retardada sem motivo justo.

§ Unico — Essa multa, que será imposta pela Directoria Geral da Fazenda Publica, reverterá em favor dos cofres do Estado.

Art. 17º — O pagamento dos empréstimos de que trata este decreto será feito por consignações em folha de pagamento, procedendo-se de conformidade com as prescripções aqui regulamentadas, archivando-se o original, de accordo com o artigo 9º.

Art. 18º — Os juros dos empréstimos não poderão exceder de 10 % ao anno.

Art. 19º — O consignante se obrigará ás despesas com sellos e mais formalidades de sua consignação.

Art. 20º — Ao consignante é sempre facultativo liquidar seu debito antes do prazo fixado, sendo-lhe restituídos os juros não vencidos.

Art. 21º — Poderá o consignatario recusar a operação antes de averbada se, a seu criterio, verificar que o consignante, por qualquer motivo ponderavel ou pela precaridade do cargo, não offerece probabilidade de regular liquidação do compromisso assumido.

Art. 22º — Em caso de morte do consignante não poderá ser cobrada de seus herdeiros a divida restante do empréstimo contrahido, salvo quando se tratar de associações de classe em que a mensalidade do associado não

exceda de cinco mil réis (5\$000), descontada a qualquer título.

Art. 23º — As associações de classe e demais instituições autorizadas a operar por meio de consignação em folha de pagamento, quando infringirem os dispositivos deste decreto, serão, segundo o grão de infração, mediante proposta do director geral da Fazenda Publica, applicadas, pelo Governo do Estado, as penas de revogação por determinado tempo, da faculdade de consignar, continuando, porém, a receber as consignações anteriormente averbadas até sua liquidação, desde que tenham sido feitas regularmente.

Art. 21º — Os consignantes ou quaesquer funcionarios que infringirem este decreto serão passíveis de penas disciplinares, segundo o grão da infração e sujeitos a processos administrativos.

§ Unico — Iguaes penas serão applicadas ao funcionario que der certidão em desacordo com as notas de descontos averbadas nas folhas de pagamento; que certificar ter averbado uma consignação quando não o fez; que não effectuar, no acto do pagamento dos vencimentos do consignante, os descontos constantes da respectiva folha; que omitir nas folhas os descontos nas mesmas averbados ou que, ao averbar qualquer consignação, declarar ser esta para fim differente do requerido.

Art. 25º — Toda vez que ficar apurado não se destinar a consignação ao fim para que foi requerida, serão igualmente os consignante e consignatario punidos, provado que fique ter este tambem conhecimento da irregularidade. Neste ultimo caso a penalidade do consignatario será o cancelamento da consignação, com perda total da transacção effectuada, devendo restituir as consignações recebidas; o consignante, entretanto, além das penalidades em que possa incorrer, continuará a soffrer o desconto da consignação até o final, constituindo, todas as prestações recebidas pelo consignatario ou descontadas pelo consignante, renda eventual do Estado.

Art. 26º — As penas deste decreto

serão applicadas pelo Governador do Estado.

Art. 27º — As averbações, alem do sello proporcional e as certidões, ficam sujeitas ás taxas de 5\$000 e 2\$000, em beneficio dos cofres publicos.

Art. 28º — Revogam-se as disposições em contrario.

S. C. em 20 de dezembro de 1935.

A COMMISSAO

(22) Ananias de Almeida
Felix Valois Coelho
Padre Manoel Monteiro

Considerado objecto de deliberação, toma esse projecto o numero 61.

Depois, pela Comissão de Poderes, o sr. Moacyr Dantas submete á consideração da Casa o parecer daquella, referente á consulta do presidente da Camara Municipal de Manaus, o qual é concebido nestes termos :

A Segunda Comissão, tomando conhecimento da consulta do sr. presidente da Camara Municipal de Manaus, opina que o presidente da Assembleia Legislativa do Estado, ouvido o plenário, responda que, por excepção legal, o presidente da Camara de vereadores desta capital não substitue o prefeito da cidade em suas faltas e impedimentos, de accordo com o que claramente dispõe o inciso 8.º do art. 31 da lei n. 19, de 23 de setembro de 1935, e em concordancia com a intelligencia dos arts. 108 e 100, § unico, da Constituição do Estado.

S. C. em 20 de dezembro 1935.

Moacyr Dantas, relator
Ruy Barreto
J. C. Nobre da Silva

Posto em discussão esse parecer, vem á tribuna o sr. Aristides Rocha, que assim se pronuncia :

Sr. Presidente.

Acha-se em discussão o parecer elaborado pela Comissão de Constituição, que responde á consulta feita em officio pelo presidente da Camara Municipal, procurando saber se devia assumir as funções de prefeito do municipio desta capital, como seu substitui-

tuto legal. O parecer representa uma absurdidade juridica, que não merece classificação.

O sr. Moacyr Dantas — Provarei a v. excia. o contrario.

O sr. Aristides Rocha — V. excia. não provará coisa alguma.

O sr. Moacyr Dantas — Provarei.

O sr. Aristides Rocha — Sr. presidente, nenhum dispositivo de lei pode ser interpretado, quando esse dispositivo é claro. Na hypothese em cogitação, os dispositivos legais, disciplinadores da espécie, constantes da lei n. 19, de 23 de setembro de 1935, que deu nova organização aos municípios do Estado, são limpidos, não sophismaveis e claros, não comportando interpretação de qualquer natureza. E' o que passarei a demonstrar á Assembléa Legislativa.

O art. 108 da Constituição do Estado determina :

“Os prefeitos serão substituídos em suas faltas e impedimentos pelo presidente da Camara”.

Ahi está o principio geral, regulando o caso em aprehão. Não ha exceção alguma. Em todos os municípios, o presidente da Camara é substituto legal do prefeito. Onde a lei não distingue, não é licito a ninguém distinguir.

A lei organica dos municípios, transplantando esse dispositivo constitucional, prescreve no art. 17 :

“Os prefeitos serão substituídos, em suas faltas e impedimentos, pelo presidente da Camara”.

Assim, onde quer que haja um prefeito impedido, seu substituto legal é o presidente da Camara Municipal respectiva.

Quanto á capital, onde o prefeito é de nomeação do Governador do Estado, a substituição se effectiva nos termos do inciso 8.º do art. 31, da Lei Organica, que assim dispõe :

“Compete ao presidente da Camara Municipal :

.....
“Substituir o prefeito, em suas faltas e impedimentos — salvo no município da capital, quando o

impedimento fôr maior de 15 dias”.

Assim, no município da capital, sempre que o impedimento fôr maior de 15 dias, o presidente da Camara não substitue o prefeito. Caberá ao Governador do Estado nomear interinamente o substituto. Sempre que o impedimento fôr menor de 15 dias, dar-se-á a substituição pelo presidente da Camara Municipal.

O art. 30 da Lei Organica impõe o seguinte :

“O prefeito não poderá ausentar-se do município sem que passe o exercicio do cargo ao seu substituto legal”.

Qual substituto legal ? Ninguém, em sã consciencia, poderá contestar que seja o presidente do Conselho Municipal. Todo funcionario, desde o mais humilde até o mais graduado, tem, na hierarchia administrativa, um substituto.

No entanto, a Comissão de Constituição desta casa, que, pelo menos, carrega com o onus de ser composta de technicos, de conhecedores da materia, chegou á conclusão de que o prefeito desta capital não tem substituto !

O sr. Moacyr Dantas — O presidente da Camara não é substituto.

O sr. Aristides Rocha — Chegou a esta perfeição a cultura illuminada da Comissão de Constituição da Assembléa Legislativa do Amazonas !

O sr. Moacyr Dantas — E a de v. excia. não é maior, fique sabendo !

O sr. Aristides Rocha — Muito grato pela homenagem. Submetta v. excia. essa pendencia ao Instituto da Ordem dos Advogados, ou a qualquer corporação juridica, isenta de partidatismo, e certamente convirão todos que a razão está commigo.

Interprete-se o dispositivo, grammatical e logicamente, sem oppôr aquella interpretação a esta porque não é das boas normas juridicas, desde que as duas especies de interpretação se completam; e, certamente, a conclusão não poderá ser differente da que estou deduzindo. Não ha, no texto invocado, vocabulo ou phrase que possa

admittir significado differente. Todas as palavras, todos os vocabulos são claros. Examinemos a legislação anterior e procuremos a intenção do legislador, afim de que ao texto não possa ser emprestado um sentido que elle não tem e nem poderá ter.

A Lei Organica dos Municipios n. 1.289, de 14 de outubro de 1926, dispunha no art. 27, n. 9 :

"Compete ao presidente da Intendencia :

"Substituir o prefeito nas suas faltas e impedimentos".

Prescrevia o art. 26, § unico :

"Nos impedimentos PELO PRAZO DE 15 DIAS, a substituição será feita pelo presidente da Intendencia".

Ora, na vigência dessa lei, todos os prefeitos eram de nomeação. Assim, nos impedimentos — ATE' 15 DIAS — o presidente da Intendencia substitua o prefeito; e, se o impedimento era maior, tinha o Governador a faculdade de nomear interinamente o substituto do prefeito impedido. Agora, eleitos que são todos os prefeitos do interior e nomeado somente o da capital —ahi está a razão, o motivo, a causa, por que a actual Lei Organica abriu excepção para o municipio da capital, declarando, no inciso 8.º do art. 31, que os presidentes das Camaras substituem o respectivo prefeito, sem limite de tempo, em suas faltas e impedimentos, SALVO NO MUNICIPIO DA CAPITAL QUANDO O IMPEDIMENTO FÔR MAIOR DE 15 DIAS. Havia a mesma razão, devia haver a mesma disposição legal.

O sr. Moacyr Dantas — Não apoia-do.

O sr. Aristides Rocha — Sr. presidente, eu tenho lidado com muita gente teimosa, mas como o leader da maioria nesta casa unna vi ! Chega-se a duvidar da sua intelligencia !

O sr. Moacyr Dantas — Eu não admitto é que me ridicularizem ! Isto de modo nenhum !

O sr. Aristides Rocha — Admita ou não admita, eu falarei aqui quando quizer, como entender, sem receio de ninguém !

O sr. Moacyr Dantas — Eu estou respondendo...

O sr. Aristides Rocha — Ouça-me e responda se puder. Mas não venha com gritos ! Não sou dispersivo. Transigente, por natureza e por educação politica, tenho feitto reconhecidamente bondoso. Não tenho pendoros para o mal !

O sr. Moacyr Dantas — V. excia. talvez os tenha !

O sr. Aristides Rocha — Mercê de Deus, ainda ha duvida. Não me faça falar !

Continuemos, sr. presidente, a analyse historica do texto. Por que não deu a Lei Organica ao presidente da Camara o direito de substituir o prefeito da capital, em suas faltas e impedimentos, por mais de 15 dias ? A razão é evidentissima. Poderia ser presidente da Camara um cidadão adversario do Chefe do Estado, infenso á sua politica, que se oppuzesse á sua administração. E porque deva reinar a maxima harmonia administrativa entre o Governador e o Prefeito da capital, que é um agente de sua immediata confiança, restringiu a lei o prazo da substituição, que não pode exceder de 15 dias, evitando, assim, um desentendimento, um dissidio, uma discordia administrativa, sempre damnosa aos interesses do Estado, ligadissimos aos da communa da capital.

O sr. Moacyr Dantas — E se o impedimento fôr maior de 15 dias ?

O sr. Aristides Rocha — Respondo ao nobre apartante. Se o impedimento fôr maior de 15 dias, compete ao Governador nomear um prefeito interino de sua confiança.

O sr. Moacyr Dantas — E se o Governador não quizer nomear o prefeito interino ?

O sr. Aristides Rocha — Mas s. excia. não poderia ter caprichos de tal ordem ! Incurreria em crime de responsabilidade. A lei não pode presuppôr no Governador do Estado um homem caprichoso e subversivo, e sim um cidadão esclarecido que vela pelo bem publico e cumpre a Constituição, que o obriga a provêr os cargos vagos da administração publica.

O sr. Moacyr Dantas — A verdade é que até 15 dias não ha substituição! Só se chama impedimento legal quando vae além de 15 dias.

O sr. Aristides Rocha — O meu apartante chegou, em assumpto de interpretação, ao cumulo do absurdo! Raciocinemos : dentro do prazo de 15 dias, affirma elle, não ha substituição. O cargo ficará acephalo?

O sr. Moacyr Dantas — Não fica acephalo.

O sr. Aristides Rocha — Então, quem o substitue?

O sr. Moacyr Dantas — O secretario substitue.

O sr. Aristides Rocha — V. excia. então, pretende ainda o privilegio original de crear uma substituição de que a lei não cogitou?! A Lei Organica não deu ao secretario do prefeito a função de o substituir. Estamos num regimen de poderes limitados. Quem substitue legalmente ao prefeito é o presidente da Camara, em todos os municipios, restringindo-se essa substituição ao prazo de 15 dias, no municipio da capital, caso antes desse prazo já não tenha sido nomeado o prefeito interino.

Por que esta celeuma? Será que não merece confiança o presidente da Camara Municipal?

O sr. Leopoldo Pêres — E' o aspecto politico da questão.

O sr. Aristides Rocha — Custa a crer que o partido situacionista, a quem a maioria desta casa está ligada, acabe de eleger o presidente da Camara da capital, e horas depois esse correligionario eleito não mereça confiança para assumir as funções de Prefeito!

O sr. João Gonçalves — Já se defendeu aqui these contraria, e v. ex.^a tomou a vanguarda.

O sr. Aristides Rocha — Quer v. ex.^a referir-se ao caso da destituição do presidente da Assembléa?

O sr. João Gonçalves — Destituição, não, substituição.

O sr. Aristides Rocha — Substituição forçada, quer dizer destituição. O proprio presidente de então declarou-se destituído.

O sr. João Gonçalves — V. excia. está sophismando.

O sr. Aristides Rocha — Defendo os meus foros de cultura.

O sr. João Gonçalves — Tão decantados por v. ex.^a!

O sr. Leopoldo Pêres — Proclamados e reconhecidos por toda a gente, aqui e fóra daqui.

O sr. Aristides Rocha — Estou a discutir um caso technico. Os aspectos politicos da questão, se é que realmente existem, não me interessam. Responde pelo expediente da prefeitura de Moura, o porteiro desse departamento...

O sr. Paula Gonçalves — Mostra o interesse politico de v. ex.^a Porque não se oppôz a isso?

O sr. Aristides Rocha — A responsabilidade não é minha; e, por outro lado, não conheço quem é esse porteiro promovdo a chefe de prefeitura.

O sr. João Gonçalves — Como faz v. ex.^a essa afirmativa?

O sr. Aristides Rocha — Deante da interpegação, sou obrigado a declarar que, em palestra, soube disso pelo deputado Felismino Soares.

O sr. Paula Gonçalves — E' um informe fidedigno.

O sr. Aristides Rocha — Tambem não tenho responsabilidade, nem me incommodo, que o sr. Clovis Brasil, que, por um indulto, acaba de deixar a penitenciaria de Manáos, esteja a responder pelo expediente da prefeitura de Fonte-Bôa!

O sr. João Gonçalves — Pois v. ex.^a não deve cruzar os braços!

O sr. Aristides Rocha — E por que v. ex.^a, dos conselhos da administração, ainda não reclamou contra isso?

O sr. João Gonçalves — Porque ainda não chegou a oportunidade.

O sr. Aristides Rocha — Eu queria somente referir, sr. presidente, que essas substituições, em Moura e Fonte-Bôa, são mais censuraveis do que a substituição operada na prefeitura desta capital, desde que responde pelo expediente um rapaz de bons costumes...

O sr. Paula Gonçalves — Um simples amanuense, disse outro dia v. ex.^a.

O sr. *Aristides Rocha* — Nisso não ha menosprezo. Amanuense ou chefe de secção, para o caso de que outro dia me occupe, com o apoio do illustre collega, não tem importancia.

O sr. *João Gonçalves* — Mas v. ex.^a pensa sempre em diminuir os outros, até mesmo os proprios collegas de representação.

O sr. *Aristides Rocha* — É um equívoco. Nunca provoquei. Revido e nada mais. Nunca tive a iniciativa de qualquer offensa. Deante da Constituição, deante da lei e dos principios normaes de interpretação demonstrei que o presidente da Camara Municipal de Manaus é o substituto do respectivo prefeito, em seus impedimentos, até 15 dias.

Agora, passemos a outro aspecto da questão. A interpretação é *authentica* ou *doutrinaria*, attendendo-se á *qualidade* das pessoas das quaes procede, ensinam os tratadistas. Aquella é dada pelo *legislativo*, esta, em regra, pelo *judiciario*. Admittindo, para argumentar, que os dispositivos legais, a que me venho referindo, fossem susceptíveis de uma interpretação, ainda assim errado, erradissimo, estava o parecer da Comissão de Constituição. Esse parecer não tem nenhuma conclusão a ser votada e nem termina por nenhuma proposição ou projecto. Feita a pergunta pelo presidente da Camara, que, aliás, expôz a questão de forma muito lucida, a Comissão respondeu syntheticamente que o consulente não era substituto do prefeito desta Capital, porque essa auctoridade não tem substituto legal!

O sr. *Moacyr Dantas* — É uma interpretação em parecer authentico.

O sr. *Aristides Rocha* — Afinal, o que é? Se não é uma interpretação, isto não vale nada, não tem effeito juridico algum. Se é uma interpretação authentica, tem de ser dada por uma outra lei.

O sr. *Moacyr Dantas* — É uma resposta a uma consulta.

O sr. *Aristides Rocha* — v. ex.^a sabe, tanto quanto eu, que a Assembléa não é organ consultivo. Ella vota, suspende, revoga, interpreta a lei,

mas, em termos, observando a Constituição e o Regimento da Casa.

O sr. *Moacyr Dantas* — Não levante v. ex.^a essa preliminar!

O sr. *Aristides Rocha* — E porque não levantar-a? Ha uma controversia...

O sr. *Moacyr Dantas* — Não é controversia!

O sr. *Aristides Rocha* — Uns, encaram a questão de um modo, outros, de outro. Não ha accordo. Logo, ha controversia.

O sr. *Moacyr Dantas* — A lei está commigo. A lei e a maioria!

O sr. *Aristides Rocha* — Ah! Então, nem a lei se salva! Ella foi feita para obedecer tambem a V. Exa! Contente-se, meu nobre collega, com a obediencia da maioria, porque a lei, asseguro, esta não poderá soccorrel-o em lance tão melindroso.

Pretender dar uma interpretação authentica, assim com essa displiencia, com a leveza com que o assumpto foi encarado, representa uma originalidade sem precedente.

O sr. *Moacyr Dantas* — É uma questão de saber lêr!

O sr. *Aristides Rocha* — Então, é uma questão de saber lêr? Não é tanto assim. Pode-se saber ler e não entender do assumpto. Mas, voltemos ao caso da interpretação authentica, como ella se faz, como se processa. Só a interpretação doutrinaria, é que é a verdadeira interpretação. A authentica, que é a que V. Exa. pretende dar, é, em substancia, ensina ESPINOLA, o grande professor da Faculdade da Bahia, hoje Ministro da Suprema Corte, citando WINDSCHEID — "O ESTABELECIMENTO DE UM NOVO DIREITO, com o acrescimo da disposição de que o direito novamente estabelecido, deve ser considerado como já contido em uma norma anterior de direito".

O sr. *Leonoldo Peres* — Esta é, aliás, a lição de todos os tratadistas. E V. Exa. fala com a auctoridade de professor de direito.

O sr. *Aristides Rocha* — Esta a razão porque ESPINOLA insiste em ensinar — "que a interpretação legal deve ter a forma de lei e, COMO VER-

DADEIRA LEI QUE É, compete exclusivamente ao organ legislativo E TEM DE SE SUBMETTER AOS PRINCIPIOS CONSTITUCIONAES REGULADORES DA ESPECIE".

A interpretação *authentica* de uma lei só se permite por meio de outra lei. Mas assim não quer o leader da maioria Entende, respondendo, por sua propria conta, pura e simplesmente, a uma consulta, ter resolvido summariamente a questão. Conclue-se, pois, que o parecer da commissão não pôde ser reconhecido como uma interpretação *authentica* da lei. Está errado.

"Só pela lei (*stricto sensu*) pôde-se estabelecer a interpretação *authentica* legal; assim, TANTO OS OUTROS ACTOS A ELLA EQUIPARADOS (dentro de certos limites), mas que não procedem do Poder Legislativo — taes os regulamentos e decretos — COMO TAMBEM OS TRABALHOS PREPARATORIOS DA PROPRIA LEI NÃO FAZEM INTERPRETAÇÃO AUTHENTICA". E' o ensinamento de ESPINOLA. O parecer da Commissão, deante de tudo isso, é perfeitamente inoperante, é como se não existisse.

Querer interpretar sem um exame retrospectivo, sem verificar o estado anterior á lei, sem perquirir da orientação anteriormente seguida, quer pelo legislativo, quer pelo executivo, sem respeitar a intenção do legislador, representa uma extravagancia, mas, extravagancia maior é pretender tornar effectiva a interpretação *authentica*, respondendo a uma consulta.

O Sr. Leopoldo Péres — Só uma ignorancia absoluta dos rudimentos da materia levará á negativa desse argumento irrespondivel.

O Sr. Aristides Rocha — A minoria, pois, por meu intermedio, mantem e ratifica o seu ponto de vista — os dispositivos reguladores do caso em fóco são claros, precisos, terminantes, concludentes, não permittindo nenhuma interpretação. Os annaes desta casa consignarão que houve aqui muitos deputados, todos da minoria e alguns da maioria, que salvaguardaram os fóros de cultura da Assembléa Legislativa do Amazonas. A irreflexão, a teimosia, o

capricho, não vingarão nunca deante da Constituição, da lei e do ensinamento dos doutos.

(Muito bem. Muito bem.)

Deixando a tribuna o sr. Aristides Rocha, occupa-a o sr. Vivaldo Lima, que discorda das conclusões do parecer da Commissão de Poderes, declarando acceitar os pontos de vista do orador precedente.

Replicando então aos dois deputados e tambem ao sr. Leopoldo Peres, que expõe, no caso, o seu modo de ver, profere o sr. Moacyr Dantas o seguinte discurso:

Sr. Presidente

Os discursos dos deputados Aristides Rocha e Leopoldo Péres, analysando o parecer da commissão de poderes, ora em discussão, e do qual fui o relator, são indiscutivelmente, sobretudo o do segundo, duas orações scintillantes na forma e no estylo, mas inteiramente vazias de sentido juridico e argumentação logica. Mestres do sophisma, do raciocínio falso, collocaram a sua cultura e intelligencia a serviço do erro, procurando, baldadamente, convencer pelo absurdo, revestido de insultos pessoas. Estes eu os devolvo immediata e directamente a seus autores. Competencia não é privilegio de ninguém!

Defendendo, como defendo, um ponto de vista doutrinario, que reputo acertado, uso de um direito que a ninguém é licito contestar. Consciente das minhas responsabilidades nesta casa, não tenho caprichos, nem sou, de modo nenhum, um obstinado que abraça o erro pelo prazer de contrariar adversarios politicos. A minha reluctancia consiste unicamente em não admittir insinuações de quem quer que seja, pondo a lei, a verdade e o direito acima e fóra dos interesses pessoas e da vaidade desmedida dos que se julgam doutores infalliveis...

Dadas essas explicações pessoas, entro no merito da questão.

O sr. presidente da Camara Municipal consultou a esta Assembléa se elle é ou não, em face da lei organica dos municipios, o substituto do Prefeito da Capital. Tomando conhecimento do

assumpto, nos termos regimentaes, a comissão de poderes opinou, em parecer synthetico mas fundamentado, que, sendo a lei a respeito, clara, crystallina, ineluctavel, dispensando por isso mesmo qualquer interpretação authentica, o sr. presidente da casa, ouvido o plenário, respondesse áquella autoridade que o presidente da camara de vereadores de Manaus não é, por uma excepção legal, o substituto eventual do Prefeito da cidade.

Com effeito, quando a lei não deixa duvida, não cabe, regra geral, uma interpretação por um projecto. E' que, na lição de Queiroz Lima, lei clara dispensa interpretação de si mesma.

A interpretação propriamente dita, na opinião do autor citado, só tem cabimento em caso de duvida, ambiguidade ou contradição.

Ora, sr. presidente, não occorre na consulta nenhuma dessas hypotheses. Reza a Constituição do Estado, no seu art. 108, que os prefeitos serão substituídos, em suas faltas e impedimentos, pelo presidente da Camara e os vereadores pelos respectivos supplentes, na forma da lei eleitoral.

O Sr. Leopoldo Pêres — Onde está a excepção?

O Sr. Moacyr Dantas — O erro dos deputados Aristides Rocha e Leopoldo Pêres está em só enxergarem na carta politica do Estado a disposição referida. Erro de technica, por isso que nesse artigo está vasada, nada mais nada menos, do que uma "decisão de principio", uma regra geral. Ninguém realmente pode contestar que o presidente da camara é, em regra geral, o substituto eventual do Prefeito. Quando, porém, ao lado de uma decisão de principio, figurar uma decisão de excepção, claro está que esta abre um caso particular, uma excepção á regra estabelecida. O presidente da camara substitue o prefeito, salvo no municipio da capital. Decisão de principio: o presidente da camara substitue o prefeito. Decisão de excepção: salvo no municipio da capital.

Os municipios do Estado foram organizados com a seguinte distincção: nos do interior, dá-se a electividade do

prefeito, no da capital, o prefeito é de nomeação do Governo.

A decisão de excepção, pela qual o prefeito da capital não é substituído pelo presidente da camara de vereadores, está prevista implicitamente na Constituição, e expressamente na lei n. 19, que deu nova organização aos municipios. Vejamos: Constituição, art. 100 § unico: — "No municipio da capital do Estado, o Prefeito será nomeado pelo Governador, cabendo as funções deliberativas á Camara Municipal". Já no art. 65, a mesma Constituição deu ao Governador attribuição para prover livremente o cargo de Prefeito, nomeando e demittindo o serventuario.

O Sr. Leopoldo Pêres — E o que tem a ver com isto?

O Sr. Moacyr Dantas — Queira ter a bondade de ouvir-me. Ora, a autoridade que nomeia e dimittie o Prefeito, essa mesma autoridade, e somente ella, tem competencia para substituí-lo, quer definitivamente, quer interinamente, quer em suas faltas e impedimentos.

Outro erro de technica dos srs. Aristides e Leopoldo Pêres é quererem exigir da Constituição linguagem mais clara e comprehensivel. O doutor Queiroz Lima tem a esse respeito uma pagina admiravel. Peço permissão para ler o notavel professor da Universidade do Rio: — "Se a linguagem da Constituição fosse explicita e detalhada, as modificações das condições de existencia do povo não poderiam encontrar guarida na casuistica do texto. Mas a brevidade, a generalidade, a comprehensibilidade das expressões têm o grande merito de permittir que o espirito da Constituição se conserve sempre vivo e actual, decidindo todos os casos de conflicto e provendo a todas as necessidades do meio a que deve ser ajustado. Essa grande margem de applicabilidade, esse poderoso feito de elasticidade, de plasticidade constitucional e a sua duração indefinida dão ao trabalho de interpretação do texto um valor consideravel, para o reajustamento das velhas formulas ás novas necessidades da ordem e do progresso. Dahi o grande valor que, na

vida política de um Estado de Constituição rígida, tem o processo de interpretação da letra constitucional”.

O Sr. Aristides Rocha — V. Excia. está lendo autores contra V. Excia.

O Sr. Moacyr Dantas — Não compreendo o aparte de V. Excia. Mais: a própria Constituição, artigo 100, declara que os municípios, autônomos em tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse, reger-se-ão pela respectiva lei orgânica. Se a carta suprema explicitamente determina que, nomeando o Prefeito da capital, só o Governador poderá substituí-lo, tanto nos seus impedimentos como nas suas faltas, — a lei orgânica, que é por assim dizer a constituição municipal, não só reproduz a mesma disposição, como expressamente, intencionalmente, estabelece, no art. 14, que o prefeito da capital é de livre nomeação e demissão do Governador; no art. 17, que os prefeitos serão substituídos em suas faltas e impedimentos pelo Presidente da Câmara (regra geral); no art. 22, n. 6: que compete à Câmara Municipal tomar o compromisso do Prefeito, exceção do da Capital, que será dado pelo Governador; no mesmo art. n. 8: que a Câmara tem competência para conceder licença aos Prefeitos, exceção do Prefeito da Capital, cuja licença caberá ao Governador do Estado; finalmente no art. 31, n. 8: que compete ao presidente da Câmara Municipal substituir o Prefeito em suas faltas e impedimentos, SALVO NO MUNICÍPIO DA CAPITAL, (exceção à regra geral já enunciada), quando o impedimento fôr maior de 15 dias.

A lei orgânica, como se vê, no art. 17, repetindo a Constituição, informa que os prefeitos serão substituídos em suas faltas e impedimentos pelo Presidente da Câmara, e no art. 31, n. 8, observa que o presidente da Câmara substitui o prefeito em suas faltas e impedimentos, salvo no município da capital, quando o impedimento fôr maior de 15 dias.

O Sr. Leopoldo Pêres — Em 1926, todos os Prefeitos eram nomeados. No entanto, eram substituídos pelo presidente da Câmara.

O Sr. Moacyr Dantas — Não pro-

cede o aparte, porque a organização municipal actual é muito differente da de 26. Dir-se-á que ha uma contradição entre os dois textos. De modo nenhum. A contradição é meramente apparente: o primeiro texto encerra uma disposição geral; o segundo, uma disposição de excepção. Deve se entender, portanto, que o presidente da camara é o substituto do Prefeito, (regra geral), salvo no município da capital (excepção legal à regra).

Disseram os oradores da minoria que a fonte historica do art. 31, n. 8, da lei 19, de 1935, está no art. 26, § unico, da antiga lei 1.289, de 1926. Não é verdade.

O Sr. Aristides Rocha — Quem fez a lei fui eu!

O Sr. Paula Gonçalves — Não apoiado! Quem fez a lei foi toda a Assembleia. V. Excia. copiou a lei de 1926!

O Sr. Moacyr Dantas — Ouça-me. O art. 26 da lei 1.289 (antiga lei organica dos municipios) é o seguinte: — “Na capital, a substituição do prefeito, nos impedimentos maiores de 15 dias, caberá a um cidadão que for nomeado pelo Presidente do Estado. § unico — Nos impedimentos pelo prazo de 15 dias, a substituição será feita pelo presidente da Intendencia”. Mas o certo é que a lei actual não reproduz, nem poderia copiar aquella providencia. Se a intenção do legislador de 35 fosse a mesma do de 26, teria repetido o texto citado, como o fez na maior parte. E não copiou aquella disposição por uma razão muito simples: ha innegavelmente uma grande differença na organização municipal em 26 e 35. Hoje os municipios são integralmente autônomos, os seus prefeitos eleitos, excepção do da capital.

A fonte do art. 35, n. 8 da lei 19, de 1935, está no art. 27 n., 9 da lei 1926. Reproduzo os dois, para o confronto necessario. Art. 27 da lei de 1926: — Compete ao presidente da Intendencia substituir o prefeito em suas faltas e impedimentos. Art. 36 da lei 935: — Compete ao presidente da camara municipal substituir o prefeito em suas faltas e impedimentos, salvo no muni-

clpió da capital, quando o impedimento for maior de 15 dias.

E' o professor Queiroz Lima quem doutrina: (lê) "Os elementos de interpretação, usualmente admitidos, são dois: o grammatical, ou literal, e o logico".

O Sr. Aristides Rocha — Leitura...

O Sr. Paula Gonçalves — (dirigindo-se ao sr. Aristides Rocha) — Leitura de professores, de autoridades em direito. Leitura que contraria as suas argumentações falsas. V. Excia. tem razão para manifestar esse mal-estar...

O Sr. Aristides Rocha — E' também a pratica.

O Sr. Paula Gonçalves — Cerebro só tem V. Excia. E' uma lição de direito, esta exposição clara do illustre "leader" desta casa!

O Sr. Aristides Rocha — No conceito autorizado do V. Excia., que é notavel.

O Sr. Paula Gonçalves — Notavel quer ser V. Excia. Professor por decreto, por nomeação, sem concurso, professor ha 10 ou 15 annos, preleccionando direito numa Faculdade, sem ter sequer um folheto de 50 paginas para seus alumnos. Isto é o que eu sei e toda Manaõs commigo.

O Sr. Aristides Rocha — Tenho dado demonstrações de minha cultura aqui e em todo o Brasil, em leis as mais importantes da Nação.

O Sr. Paula Gonçalves — Fazer lei não é privilegio de V. Excia., milhares de cidadãos também as fizeram. Entre os cultos e capazes — muitas toupeiras de perneiro Seus auto-louvores retratam V. Excia.

O Sr. Moacyr Dantas — Peço a V. Excia., sr. presidente, que me mantenha a palavra.

O Sr. presidente — Está com a palavra o deputado Moacyr Dantas.

O Sr. Moacyr Dantas — (continuando) — Consultei verbalmente o professor João Léda, eminente philologo e nome aureolado em todo o paiz, sobre a interpretação grammatical do inciso da lei actual. Disse-me S. Excia. que a verdadeira interpretação literal do texto citado é esta: O Presidente da Camara substitue o Prefeito em suas faltas e impedimentos, quando o im-

pedimento for maior de 15 dias, salvo no municipio da capital.

Vejamos agora o outro elemento, o logico, o espirito da lei O pensamento do texto é muito claro. Não é obscuro, nem ambiguo, nem contradictorio. A interpretação está em si mesma.

A Constituição Federal, dispondo sobre a organização dos municipios, abriu uma excepção para o da capital. O sr. Araujo Castro explica que a excepção á electividade dos prefeitos "ficou restricta a dois casos: prefeitos dos Municipios da Capital e de estações hydro-mineraes".

Essa situação excepcional justifica plenamente a substituição do prefeito, em suas faltas e impedimentos, por individuo nomeado pelo Governador.

Mas, sr. presidente, tenho um argumento mais importante: o caso analogo. Tanto não é uma absurdidade a substituição do prefeito da capital por outro designado pelo Governador, que a Constituição do Estado do Pará encerra o seguinte...

O Sr. Aristides Rocha — Nós resolvemos de outra maneira.

O Sr. Moacyr Dantas — No seu art. 65, n. c — "Substituirão os prefeitos: na Capital, a pessoa designada pelo Governador; e, nos demais Municipios, os presidentes das Camaras Municipaes".

A Constituição do vizinho Estado estava até dispensada desse detalhe desnecessario, de vez que a substituição do prefeito da capital, em suas faltas e impedimentos, interina ou definitivamente, decorre de uma attribuição constitucional do Governador.

Esse é o sentido exacto e unico do nosso texto constitucional e da nossa lei organica.

Espero que a Assembléa approve o parecer da commissão, que consultou a letra e o espirito da lei.

O Sr. Paula Gonçalves — Peçam soccorro ao dr. Madeira...

O Sr. Moacyr Dantas — Decidindo desse modo, a Assembléa manterá os seus creditos de cultura, contra toda verborrhéa ôca e sem sentido logico e juridico.

(Muito bem! Muito bem).

Voltando ainda á tribuna, o sr. Vivaldo Lima allega a necessidade de evitar-se um conflicto de interpretação com o Tribunal Regional Eleitoral, que, no momento, estava a tratar da consulta do presidente da camara municipal, e, sob esse fundamento, requer o adiamento, por 24 horas, da discussão do parecer.

Annuem ao pedido do sr. Vivaldo Lima, assim o sr. Moacyr Dantas, como os deputados da minoria, ficando o assumpto para ser resolvido na proxima sessão.

Depois, pedindo a palavra, o sr. Leopoldo Neves, pela Comissão de Fazenda, envia á Mesa dois projectos, que tomam os nos. 62 e 63, regulando, respectivamente, a cobrança do imposto de transmissão de propriedade e a do territorial. Para esses projectos, o apresentante requer logo dispensa de impressão e de interstício, para entrarem, nas duas discussões regimentaes, na segunda parte da ordem do dia. E' approved o requerimento.

Sobre o primeiro desses projectos falla, nestes termos, o sr. Armando Madeira:

Sr. Presidente:

Antes de tudo, agradeço as referencias sobremodo honrosas, do illustre Sr. Presidente da Comissão de Finanças, relativamente á actuação que tive na organização do projecto que ora vai ser submettido a esta Casa, para se converter em lei de culminante importancia para a economia do Estado.

A Comissão nomeada pelo Governo, para isso anteriormente autorizada, elaborou diversos ante-projectos de leis, visando a reforma tributaria decorrente dos novos moldes previstos na Constituição.

Esses trabalhos foram enviados á Assembléa por S. Exa. o Sr. Governador do Estado, acompanhados de mensagem de todos nós conhecida.

Aos mesmos dispensei toda a minha attenção, começando pelo estudo do que diz respeito ao imposto de transmissão de propriedade, a respeito do qual procurei trocar ideas com o dr. Huascar de Figueiredo, illustre advo-

gado que, mercê de sua elevada cultura juridica, havia prestado valiosa collaboração ao bom desempenho daquelle incumbencia.

Do cordeal entendimento feito entre nós, ambos advogados, ficou verificado que o ante-projecto em apreço carecia de certos requisitos e reclamava modificações, isso sem demerito para os esforçados e competentes membros da Comissão á que já me referi. De facto, todos haviam trabalhado afincadamente para o completo exito de uma reforma tributaria de tanto vulto, porém o escasso tempo de que foi possível dispor não havia permittido obra completa e isenta de certos reparos, tanto mais quanto a Comissão se occupara até da confecção de dados para a proposta orçamentaria.

Reconhecendo o dr. Huascar de Figueiredo, com a liberalidade do seu espirito, que não eram desarrazoadas minhas observações, não se recusou a uma segunda collaboração ao interessante estudo de uma lei de vital importancia para a riqueza do Estado.

Foi assim que, aqui mesmo, no recinto desta Casa, depois de nossos trabalhos parlamentares, eu, elle e o deputado Ariolino Azevedo, durante horas a fio, fizemos leitura meditada de todo o ante-projecto, e dessa leitura resultou a necessidade de emendar muitos textos, assim como supprir certas lacunas, para que a lei viesse a ser votada sem falhas muito sensíveis.

Citando nominalmente o dr. Huascar de Figueiredo, não quero com isso deixar em segundo plano a cooperação efficiente, valiosa e illustrada, dos demais membros da Comissão nomeada pelo Governo: apenas ponho em relevo a affinidade que me levou a procurar um collega de profissão, na certeza de que não encontraria ponto de vista irreductível a combater, porém o anseio de acertar, sempre vivo, em todos os estudiosos dos intrincados problemas da sciencia juridica.

Destarte, sr. Presidente, nos foi possível remodelar o projecto que a nobre Comissão de Finanças acaba de apresentar á Assembléa, consubstanciando, entretanto, todas as

ideias do ante-projecto. Fizemos uma recomposição de trabalho, addicionando certas normas que haviam sido omittidas. Tais omissões procediam apenas do ponto de vista pelo qual se orientara a Comissão, segundo o qual se havia julgado necessario apenas esboçar uma lei de caracter estritamente fiscal, puramente tecnica, ostentando feição doutrinaria e reguladora de principios condizentes ao lançamento do imposto, na certeza de que assim o diploma legislativo preencheria integralmente seus fins.

Discordei desse modo de ver, pelos motivos que passo a expôr a esta illustre Assembléa.

Como se sabe, não possuímos no Amazonas leis processuaes codificadas. Tendo de ser revogada a lei n. 1385, de 1º de setembro de 1928, que até agora regula a cobrança do imposto de transmissão de propriedade, e sendo adoptado o criterio do ante-projecto, chegaríamos a este resultado: ficaríamos privados de normas legais definitivas para os variados casos de transmissão de propriedade *mortis-causa*, decorrente de inventarios, execução de testamentos, arrecadação de bens de ausentes etc.

O Poder Judiciario teria difficuldades de executar a nova lei uma vez que não conteria regras normativas de avaliações, e outras.

É certo que temos a promessa constitucional relativa á unificação do processo em geral, parecendo que a União se reservou a incumbencia de legislar tambem sobre a parte referente ao juizo da providoria; mas as leis processuaes de caracter administrativo, incontestavelmente continuam da competencia exclusiva dos Estados.

Sendo assim, julguei de todo ponto acertado transcrever, embora com as modificações indispensaveis, os dispositivos de ordem processual que se encontram na lei n.1385.

O distincto collega dr. Huascar de Figueiredo accitou sem reluctancia minhas observações, admitindo que a nova lei deveria conter não somente os principios de natureza essencialmente fiscal, como as normas processuaes já existentes na lei ora em vigor.

Foi por isso, sr. Presidente, que tive de fazer uma recomposição de trabalho, uma especie de consolidação dos novos textos apresentados, conservando os dispositivos que deveriam subsistir, e abrangendo outros da lei n. 1211, de 24 de outubro de 1923, que regula no Estado o processo de inventarios, lei esta de cuja revogação absolutamente não se cogita neste momento.

Dadas estas explicações, a Assembléa poderá ficar esclarecida para conceder ou não a dispensa de intersticio e de publicação, requerida pelo nobre presidente da Comissão de Finanças, em face da premencia de tempo que nos obriga a legislar apressadamente, antes do encerramento dos nossos trabalhos. O projecto está mais ou menos completo e poderá servir de orientação para a cobrança do imposto, em suas differentes modalidades. Dispensome de apontar as modificações, ou alterações, com que o proprio Dr. Huascar concordou, na contextura da lei. Devo, entretanto, referir-me á tabella das taxas, das quaes umas foram mantidas, segundo o ante-projecto, e outras restabelecidas, segundo a tabella vigente, salientando-se a eliminação de uma que convergia para onerar fortemente as heranças de pessoas residentes em outros Estados do Brasil, como se se tratasse de paiz estrangeiro: supprimiu-se, pois, a tributação de 15% a mais sobre o valor de heranças em tais condições.

Penso que tal imposto seria inconstitucional, alem de irritante, concorrendo para afrouxar os laços de fraternidade que devem existir entre todos os Estados da Federação Brasileira. Que se exija essa contribuição a pessoas residentes em paiz estrangeiro, para onde se poderá escoar o valor da herança, se compreende e se justifica perfeitamente; mas, para brasileiros, ou pessoas domiciliadas dentro de nossas fronteiras, julgo que isso seria contraproducente e nocivo.

O sr. Aristides Rocha — Muito bem!

O sr. Armando Madeira — Mantendo a tabella actual, já bastante onerosa para a transmissão inter-vivos e *mortis causa*, entendo que não iremos agravar as possibilidades da circula-

ção da riqueza, como poderá acontecer si vingarem as taxas suggeridas no ante-projecto.

A riqueza no Amazonas, sr. Presidente, permanece em estado potencial, em situação estatica, á espera de que factores diversos influam para que ella passe ao estado dynamico, em circulação e transformação constantes. O que ora se realiza nesse sentido é diminuto em face do que se poderá attingir no futuro, quando o beneficio das materias primas, e seu transporte, caracterizarem a phase industrial para onde deveremos fatalmente convergir.

Desta forma, não me parece conveniente para os interesses do Estado onerar a circulação das riquezas, creando-lhes obstaculos ou gravando-as de encargos tributarios ainda maiores, sempre que se apresente opportunidade de passarem de mão em mão, ou em consequencia da morte, ou por motivos de transacções inter-vivos, determinantes de um deslocamento de valores.

Sei que se argumenta em sentido contrario, lembrando-se o exemplo do Estado de S. Paulo, onde o imposto de transmissão de propriedade se afere por coeficientes elevados.

Mas, sr. Presidente, a imitação não deve ser o elemento primordial a influir no animo do legislador. Este tem de attender ás circumstancias do meio onde se vai implantar a norma legislativa, e deverá ter em conta os factores mais variados, de natureza geographica, economica, social, e outros.

Sendo assim, o simples facto de um grande Estado do Brasil, como S. Paulo, onde a riqueza já se encontra em periodo muito mais adiantado do que no Amazonas, estabelecer taxas altas para a transmissão da propriedade, não deverá servir de base para que aqui vamos adoptar o mesmo systema.

Em S. Paulo se sente, certamente, a necessidade de difficultar a evasão do meio circulante para o estrangeiro, dadas as correntes de população adventicia que ali são avultadas, e isso, porque a riqueza tambem é avultada,

e o Estado pode tributar-a sem o receio de uma estagnação.

Entre nós as condições são outras: temos, primordialmente, a necessidade de não produzir retrahimento de novos capitales que aqui possam vir incentivar o desenvolvimento das industrias. E' claro que impostos elevados, gravando a propriedade immobiliaria, e onerando a movimentação dos valores, poderão retardar o advento da phase industrial para onde deveremos caminhar, tão de pressa quanto nos seja permittido.

Obedecendo a essa orientação, sr. Presidente, pensamos que a tabella que segue annexa ao projecto, sem causar nenhum desequilibrio nos calculos orçamentarios, deverá ser acceita, visto ser a mesma com a qual já o contribuinte se acha familiarizado, e que, realmente, não incidirá no erro de embarçar a circulação da riqueza no Amazonas.

Não discordam desse sentir o citado collega dr. Huascar de Figueiredo, nem o deputado Ariolino de Azevedo, um dos collaboradores do projecto, a cuja experiencia, como serventuário de justiça dos mais competentes, tivemos de attender em muitas occorrencias na elaboração do trabalho.

Ainda, sr. Presidente, como simples explicação que ficará nos Annaes, para futuros esclarecimentos, devo informar á Assembléa que de nenhum texto do projecto, que se terá de converter em lei, se poderá deduzir a prohibição de serem avaliados bens immoveis, em processo de inventario, pelo simples facto de serem apresentados os talões do imposto predial cobrado pelos municipios. Isso, compreende-se, ressalvadas as excepções legais, que se acham devidamente consignadas no projecto.

As avaliações continuarão a ser feitas pelo mesmo processo seguido até hoje, como passo a demonstrar. As duvidas que me estão a chegar aos ouvidos, mesmo da parte de pessoas do fóro, se originam da redacção do art. 2 do ante-projecto, que prescreve, quanto á avaliação de immoveis, os seguintes principios:

a) sobre immoveis, segundo seu valor locativo, quando o tenham; pela estimação nos contractos e convenções, quando o valor locativo lhes for inferior; pela avaliação judicial na forma da lei competente, quando se tratar de cousas insusceptíveis de ter valor locativo, por sua situação ou por qualquer outro motivo, inclusive as isenções legais.

Por um exame apressado e superficial, passou-se desde logo a entender que a nova lei eliminará, nos processos *mortis causa*, a avaliação judicial, ficando dispensados os avaliadores de intervir para achar o justo valor da causa, uma vez que seja apresentado o talão de imposto predial cobrado pelo município.

Mas, sr. Presidente, é sabido que uma lei não se interpreta tomando-se isoladamente um texto, sinão pelo estudo comparativo de todas as suas disposições, pelo motivo de que deve existir um nexo logico em todo o seu conjunto. Ainda se terá frequentemente de remoniar às fontes, pesquisando-se os dados historicos, colejando-se dispositivos anteriores, de leis similares, para que bem se possa apreender qual terá sido a *mens legis*, maxime se o texto apresenta duvidas, ambiguidades ou obscuridades, que se não possam resolver pela simples interpretação grammatical, um dos mais correntes processos de interpretação, a não ser que o texto se ache vasado em linguagem por si mesma evidente e isenta de defeitos de construção. Ainda assim, ha escriptores que sustentam a necessidade de serem as leis submettidas ao estudo do interprete, mesmo que os textos sejam claros; é a tendencia actual, nesta epocha de transformações bruscas e ás vezes violentas de direito, ao influxo das agitações sociaes.

Norteados pelos principios ora dominantes em materia de hermeneutica, não será, entretanto, licito ao interprete chegar a conclusões aberrantes do verdadeiro sentido da lei, de sua manifesta intenção para solucionar casos banaes, ou de indiscutivel vantagem para a collectividade, e para o Estado.

Eis porque estou lecendo estas desavaiadas considerações, sem nenhuma pretensão doutrinaria, sem dogmatismo algum, apenas com o fito de esclarecer o meu ponto de vista, quando affirmei que as avaliações judiciais se acham previstas no projecto de lei que ora pende da deliberação desta Assembleia.

E para comprovar o aserto, recorro ao texto do art. 31 do projecto, que passo a ler:

A avaliação dos bens no inventario, em tudo quanto não for contrario aos dispositivos da presente lei, se fará de accordo com a lei numero 1214, de 21 de outubro de 1923; sendo dispensavel nos espolios de ausentes e defuntos quando os bens forem inferiores a 1:000\$000.

Ainda o art. 36 determina:

Nos inventarios entre maiores, observar-se-á o disposto no art. 52 da lei n. 1.214, de 24 de outubro de 1923.

Seguem as regras para o caso de impugnação por parte da Fazenda do Estado, quando julgar que o valor apresentado é lesivo aos interesses do fisco.

O § 5º do art. 2º é a transcrição literal do preceito constante da tabella annexa á lei n. 1.385, de 1º de setembro de 1928, que estabeleceu como base da avaliação o imposto predial, na razão de oito vezes o valor locativo, com a seguinte resalva:

Esta base só prevalecerá quando o valor da transferencia for inferior áquelle.

Esta simples observação está a indicar que os avaliadores judiciais deverão ser chamados para que, com o seu conhecimento official, verifiquem si referida base é ou não razoavel, si os interesses da Fazenda ficarão acatados, ou si deverá ser proposto valor differente para o immovel tributado pelo fisco municipal, para a percepção do imposto predial.

E' frequente acontecer que este imposto, segundo referida base, não offerece o valor exacto do predio para os effeitos do imposto de transmissão de

propriedade, sendo ora diminuto e ás vezes excessivo.

Não seria, por outro lado, de bom alvitre que a cobrança do imposto de que ora cogitamos, ficasse inteiramente subordinada aos imperativos arbitrarios, ou incertos, de taxaço feita por outro poder que não o do Estado. Para a generalidade dos casos, o imposto predial constitue segura criterio, de que os avaliadores não deverão systematicamente se afastar; mas, por motivos obvios, terão elles de ser chamados examinar a base legal, e por conseguinte, de proceder a avaliação, como se tem procedido até o presente, pelo systema conhecido, do qual a lei nova não se quer distanciar, uma vez que já está consagrado pela experiencia; ao contrario, ella o mantém integralmente.

Não tem fundamento o receio de que a lei vai cercear as funcções dos avaliadores do fóro; ao invés disso, procura acautelar e defender os interesses do Estado, creando mesmo certas formalidades nesse sentido, ao mesmo tempo que considera os interesses do contribuinte, por isso que o fisco não deve ser lobo a devorar as ovelhas. O Estado tem o indeclinavel dever de deixar ao contribuinte a maior parte de seu particular patrimonio, para que possa viver e expandir-se, como factor de producção; a não ser assim, o Estado chegará a absorver as energias do cidadão, tornando-o inutil e necessitado de assistencia, que somente deve ser dispensada em casos especiaes.

E' certo que actualmente o Estado fiscaliza a situação individual, intervém na distribuição de beneficios indispensaveis ao bem estar colectivo, limita o direito de propriedade em face de necessidades de ordem publica e social, regula as condições do trabalho, e exige que os direitos da sociedade tenham preferencia, em determinadas hypotheses, sobre os direitos de cada um. De tudo, porém, não se infere que a imposição de tributos deva ser arbitraria e avassaladora, sem os recursos legais que tanto devem ser exercitados pelo poder publico, como pelos cidadãos.

Feitas estas considerações, que têm

por fim patentear a orientação que presidiu á elaboração do projecto, quero crer, sr. Presidente, que a Assembleia poderá acceital-o, com a urgencia que se faz indispensavel, visto que a materia foi meditada, os textos foram redigidos com isenção de animo, collaborando nelles proficientemente o dr. Huascar de Figueiredo e o deputado Ariolino Azevedo; foram conservados os dispositivos processuaes da lei actual, melhorados alguns, adaptados outros ao systema decorrente da reforma tributaria determinada pelas novas normas constitucionaes, para que possamos ter uma lei que, não entravando a circulação das riquezas, defenderá os interesses da Fazenda, sem ferir os direitos e os interesses dos particulares, tão respeitaveis como os do Estado.

Deixando a tribuna o sr. Armando Madeira, o sr. presidente passa á segunda parte da ordem do dia.

Entram em primeira discussão, sendo approvados, os projectos nos. 41 e 44. São igualmente submettidos ás duas ultimas discussões regimentaes, approvando-os tambem a Casa e indo á commissão de redacção, os projectos nos. 62 e 63.

Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente suspende os trabalhos, marcando para a proxima sessão: primeira parte, regimental; segunda parte, segunda e terceira discussões dos projectos nos. 6 e 58 e unica do parecer da Commissão de Poderes sobre a consulta do presidente da Camara Municipal de Manaus.

Sessão de 21 de Dezembro

Presidencia do sr. Leopoldo Neves. — Secretarios — sr. Nogueira da Matta e Carlos Machado.

A' hora regimental, presentes os sr. Leopoldo Neves, Nogueira da Matta, Carlos Machado, Felix Valois, Ananias de Almeida, Moucyer Dantas, Maria Leão, Paula Gonçalves, Manoel Monteiro, Ariolino Azevedo, Vivaldo Lima, Leopoldo Peres, Ruy Barreto, Armando Madeira, Tito Bittencourt, Antonio de Vasconcellos, Felismino Soares, Chaves Ribeiro, Aristides Rocha, Francisco

Caetano, Alfen Thaumaturgo e Carlos Nobre, faltando com causa justificada os srs. Cosme Ferreira, Julio Lima, Ary Cahn, Antovilla Vieira, Philadelpho de Moraes e Benjamin Ferreira, e sem ella os demais deputados, é aberta a sessão.

Lida e approvada sem impugnação a acta anterior, o primeiro secretario dá conta do seguinte

EXPEDIENTE

Mensagem do Governador do Estado, remetendo uma petição em que Lucinda Socio solicita abertura de credito em seu favor para pagamento do que lhe é devido.

Officio do procurador geral do Estado, pedindo que seja reparada, no orçamento futuro, a verba destinada a despesas da Procuradoria.

Radio do presidente da camara municipal de Tefé, communicando sua eleição e posse nesse cargo.

Idem dos prefeitos de Tefé e Lábrea, fazendo identica communicação.

Passando-se á primeira parte da

ORDEM DO DIA

pede a palavra o sr. Vivaldo Lima, que submete á consideração da Casa uma indicação, no sentido de saber se a Assembléa é ou não órgão consultivo.

Posta em discussão, falaram, successivamente, os srs. Aristides Rocha, Leopoldo Péres e Moacyr Dantas, opinando este ultimo affirmativamente, e os demais negativamente, sendo afinal a indicação rejeitada por maioria de votos.

Vollando á tribuna, o sr. Vivaldo Lima apresenta um projecto afnda sobre a materia de sua indicação, o qual, considerado objecto de deliberação, toma o n.º 64 e é enviado á Comissão de Poderes para dizer a respeito.

Com a palavra, o sr. Felismino Soares manda á Mesa um parecer da Comissão de Agricultura, concorde com o da Comissão de Poderes, referente ao projecto n.º 60, que concede terras a Tsukasa Uyetsuka. O Sr. Vivaldo Lima, pela ordem, requer logo dispensa de impressão e interstício para esses pareceres e respectivos projectos, o que a Casa concede. O mesmo deputado requer ainda urgencia para a votação, na segunda parte da ordem do dia, do pro-

jecto n.º 64. Sobre este ultimo requerimento falla o sr. Moacyr Dantas, que discorda da urgencia, requerendo, por sua vez, fosse discutido, preferentemente, o parecer da Comissão de Poderes.

Resolvido o caso no plenário, vem á tribuna o sr. Antonio de Vasconcellos que, pela terceira Comissão, envia á Mesa um parecer, concordando com a Comissão de Poderes acerca do projecto n.º 39, que estipula vencimentos aos professores da Faculdade de Sciencias Juridicas e Sociaes. Abstém-se de votar esse parecer, por serem professores daquelle estabelecimento, os srs. Aristides Rocha, Leopoldo Péres e Vivaldo Lima. Para o projecto n.º 39, requer o sr. Felix Valois a discussão nos dois turnos regimentaes, na segunda parte da ordem do dia, solicitando ainda prorrogação de prazo, até a proxima terça-feira, para apresentar o parecer da Comissão de Segurança Social sobre a reorganização da Força Publica. São approvados os dois requerimentos.

Passando-se á segunda parte da ordem do dia, a Assembléa approva, em terceira discussão, os projectos ns. 6, 39, 58 e 60, que vão á Comissão de Redacção. (Retira-se do recinto o sr. Felismino Soares).

Em seguida, o sr. presidente annuncia a discussão unica do parecer da Comissão de Poderes, relativamente á consulta do presidente da Camara Municipal de Manáos.

Pedindo a palavra, o sr. Vivaldo Lima allega não haver ainda decorrido o prazo de vinte e quatro horas, hontem marcado no pedido de adiamento, entendendo que, por isso, só deveria ser discutido pela Casa o projecto n.º 64, de sua autoria. Rebatendo a allegação do sr. Vivaldo Lima, o sr. Moacyr Dantas, a seu turno, requer preferencia para o parecer da Comissão de Poderes, sustentando que a hora precisa de começar o prazo de vinte e quatro horas não fôra marcado, chronometricamente, na acta dos trabalhos de hontem. Approvado o requerimento de preferencia, falla sobre o parecer o sr. Leopoldo Péres, que assim se externa :

Sr. Presidente—Em rigôr, nada haveria mais que adduzir ás considerações

brilhantes, hontem desta tribuna expendidas pelo illustre "leader" da minoria, sr. Aristides Rocha, em torno ao extravagante parecer da commissão de poderes, exarado á guiza de resposta á consulta do digno sr. presidente da Camara Municipal de Manãos, no tocante á viabilidade de sua investidura no cargo de prefeito da capital, e no caracter de substituto eventual do respectivo titular.

Estudando a questão sob todos os aspectos, com abundancia de razões positivas e percuciença invulgar de analyse, o deputado Aristides Rocha provou, exhaustiva e irretorquivelmente, a injuridicidade, a illegalidade, a absurdidade desse mostrenço legislativo, que a Assembléa não sancionará com os nossos votos, porque, scientes e conscientes das responsabilidades insitas aos mandatos que nesta Casa desempenhamos, jamais concorreremos para o desrespeito ás leis e, sobretudo, ao estatuto basico que elaborámos.

Lamento, sr. Presidente, que a commissão de poderes, por seu relator, o joven e esforçado "leader" da maioria, se mantenha no proposito irreductivel de fazer victorioso o ponto de vista affrontosamente erroneo, em que se collocou.

O sr. Moacyr Dantas — E' a opinião de v. excia., apenas.

O sr. Leopoldo Pères — Porque essa attitudo recalcitrante envolve tão sómente um capricho, uma obstinação insensata e contraria á propria evidencia, á evidencia meridiana das coisas. Tudo fizemos, de feito, sem resultado algum, para chamar a v. excia. ao terreno das ponderações razoaveis, arguindo o illogismo politico e a cínica juridica, manifesta e palmar, do seu curioso parecer. Não houve, porém, demovel-o, porque, indifferente a todas as nossas advertencias desinteressadas, e feitas sem outro intuito que não o de resvalar os credits culturais da Assembléa, s. excia. se nos apresentou cada vez mais encaprichado, teimando e reteimando, como de seus habitos, numa embirração inutil, que se não deixou vencer nem mesmo á luz dos rudimentos da logica juridica e do bom senso elementar na intelligencia das leis.

O sr. Moacyr Dantas — Cabe a V. excia. o onus da prova. Por enquanto, são palavras e só palavras.

O sr. Leopoldo Pères — A demonstração cabal do que affirmo, já a fez hontem, aqui, o sr. Aristides Rocha, apontando, um a um, os erros incorrigiveis em que resvalou a commissão de poderes, na meia duzia de linhas do parecer em discussão.

Vollarei, todavia, ao assumpto, reportando-me igualmente aos textos legais, para os encamar á luz dos principios de direito applicaveis á espécie, no consenso unanime dos escriptores que o têm perlustrado. Não perde v. excia. por esperar um instante. Mas é que faço questão de accentuar, antes de me referir á hypothese em debate, de entrar no amago da materia, que o parecer da commissão de poderes, quando amanhã acaso tiver de ser examinado nos centros de cultura juridica do Estado e do paiz, constituirá um tselemunho desprimoroso de insufficiencia e ligeireza, por parte de uma corporação legislativa, respeito á comprehensão de suas attribuições, ao exercicio de sua competencia, á interpretação de suas leis!

O sr. Aristides Rocha — Apoiado. E' o juizo a que nos estamos expondo.

O sr. Leopoldo Pères — Por outro lado, que fique tambem fóra de duvida não interessar á minoria, cujo pensamento traduzimos, o aspecto politico do parecer. Ali temos apenas mais um problema da economia interna, dos negocios domesticos da situação dominante, a resolver-se, logicamente, consoante aos processos costumeiros de *unophagia partidaria*, por ella entre nós instaurados. De sorte que não nos cumpre indagar, como declarou ainda o sr. Aristides Rocha, os motivos na realidade inconfessaveis por que haja o presidente da Camara Municipal de Manãos, correlligionario da facção *situacionista*, e amazonense que todos apreciamos, desmerecido a confiança do governo, a ponto de lhe ser assim retirada, por um "ukase" da maioria, a prerogativa constitucional de substituir o prefeito da cidade, no seu temporario impedimento. O phenomeno de saturnismo politico, a que vimos as-

sistindo, entre alarmados e desedificados, já não espanta a ninguém.

O sr. Aristides Rocha — E' um signal da época presente.

O sr. Moacyr Dantas — Esta argumentação não fica bem a v. excia.

O sr. Leopoldo Pêres — Nada, por enquanto, argumento: limito-me a assinalar um facto, que está na consciencia de todos. Não valeria a pena rememorar episódios.

O sr. Arlindo Azevedo — Ninguém os esqueceu ainda. São de hontem e de hoje.

O sr. Leopoldo Pêres — O que, porém, sinceramente deploramos, sr. Presidente, é que esse estranho methodo de autophagia politico-partidaria se transporte ás deliberações desta Assembléa, inspirando-lhe a autodevoração de suas leis...

O sr. Ruy Barreto — Engano de v. excia. A commissão de poderes não se afastou dos textos legais: applicou-os.

O sr. Leopoldo Pêres — Mas é precisamente o contrario disso que passarei, desde logo, a demonstrar, por minha vez.

Em preliminar, como bem salientou o nobre "leader" da minoria, e nós mesmos tivemos oportunidade de frizar, ainda ha pouco, a proposito da indicação Vivaldo Lima, a Assembléa não é órgão consultivo, não se podendo arringar, constitucionalmente, a faculdade de interpretar, reclarificar, ou esclarecer as suas leis, em resposta a consultas que nesse sentido lhe sejam a qualquer pretexto encaminhadas. A interpretação authentica das leis, que é, como sabemos, a que emana do mesmo poder deliberativo, — e authentica será sempre a interpretação offerecida pelo próprio órgão de que procede o acto ou a lei, — só tem logar por meio de outras leis, de novas proposições ou resoluções legislativas, votadas nos termos e pelos tramites regulares.

O sr. Aristides Rocha — Não ha duas opiniões a esse respeito.

O sr. Leopoldo Pêres — E', aliás, uma fórmula mais ou menos obsoleta e anachronica, a bem dizer condemnada, de exegese legal. Os tradadistas, em todos os paizes, unanimam em reconhecer que a verdadeira, sinão a unica interpretação legitima, é a interpretação

doutrinal, a saber, aquella que se origina do trabalho dos technicos, da elocubração dos eruditos, da jurisprudencia dos tribunaes. A interpretação authentica, "filha do absolutismo", implicando o mais das vezes, sob influencias meramente occasionaes, e não raro politicamente tendenciosas, como na especie vertente, o perigo de uma "provisão retroactiva", capaz de lesar direitos adquiridos ou infringir prescripções de ordem publica, representa, hoje em dia, segundo observa o sr. Carlos Maximiliano, com a torrente dos civilistas nossos e alienigenas, "uma excepção, rara e antipathica excepção, em todos os paizes cultos". Isso não obstante, é certo que, ainda agora, se pratica a "lei interpretativa", objectivando, no conceito de Foucher, fixar o lidimo sentido do mandamento legal anterior, quando obscuro ou controvertido, "sem entretanto modificá-lo", — mas o que se não admite nem tolera na actualidade do direito publico, como nunca se tolerou, é a interpretação de leis por decisões legislativas sem fórmula legal nem elaboração regular, e sob provocação estranha ao poder legislante.

O sr. Armando Madeira — E' uma these juridicamente indiscutivel. Todos os autores a consagram.

O sr. Leopoldo Pêres — Com referencia ao merito, a hypothese é, em ultima analyse, de uma transparencia absoluta, não deixando margem a nenhuma controversia aceitavel. Só a teimosia amotua dos obstinados logrará empanar-lhe a nitidez.

Dispõe, effectivamente, a lei organica dos municipios: "Art. 31. — Compete ao presidente da Camara Municipal: ... 8.) Substituir o prefeito em suas faltas e impedimentos, SALVO NO MUNICIPIO DA CAPITAL, QUANDO O IMPEDIMENTO FOR MAIOR DE QUINZE DIAS".

A' primeira vista, considerado só por só, isoladamente, na sua expressão literal, não seria absurdo, a meu vêr, attribuir a esse dispositivo duas interpretações diversas e de todo em todo inconciliaveis.

O sr. Moacyr Dantas — Uma a que eu dou...

O sr. Leopoldo Pêres — E outra a que nós vamos dar.

O sr. Moacyr Dantas — V. excia. concede, em parte...

O sr. Leopoldo Pêres — Concedo, para discutir, que, tomado ao pé da letra, o texto do inciso 8.º poderá, talvez, comportar duas interpretações excludentes. E nisto acquiesço commigo um tecnico da Casa, em materia de linguagem, o sr. deputado e professor Felix Valois, cujo nome declino com sympathia. Verificar-se-á, afinal, que a de v. excia. (dirigindo-se ao sr. Moacyr Dantas) é totalmente absurda, contradictoria e despropositada.

O sr. Moacyr Dantas — V. excia. não precisa se entusiasmar.

O sr. Leopoldo Pêres — Desde que v. excia. não interrompa a sequencia do meu raciocinio. Mas, diziamos, sr. Presidente, que o dispositivo questionado é literalmente susceptivel de se ajustar a duas interpretações, a duas maneiras de vêr.

De uma dellas, exactamente a adoptada no parecer da commissão de poderes resultaria, em definitiva: a) que ao presidente da Camara Municipal, na generalidade dos municipios, só compete substituir o prefeito, quando a falta ou impedimento deste fôr maior de quinze dias; b) que no municipio da capital o presidente da Camara não é o substituto eventual do prefeito, não o substituirá em caso algum. O inciso é, assim, entendido como si a clausula condicional — salvo no municipio da capital — se deslocasse para o fim do periodo, que, na ordem analytica, se inscreveria: "Substituir o prefeito em suas faltas ou impedimentos, quando o impedimento fôr maior de quinze dias, salvo no municipio da capital".

Da outra, que é a por nós preferida, e se nos afigura insophismavel, resultará que — ao presidente da Camara compete SEMPRE, EM TODOS OS MUNICIPIOS, o da capital inclusivê, substituir o prefeito em suas faltas e impedimentos, com a unica restricção, quanto ao ultimo, isto é, ao municipio da capital, de se limitar essa substituição ao prazo de quinze dias. E o inciso, em linguagem inequivoca, assim se poderia trasladar: "SUBSTITUIR O PREFEI-

TO EM SUAS FALTAS E IMPEDIMENTOS, SALVO, QUANTO AO MUNICIPIO DA CAPITAL, SI O IMPEDIMENTO FÔR MAIOR DE QUINZE DIAS".

O sr. Aristides Rocha — Este é o espirito soberano da lei.

O sr. Leopoldo Pêres — Mas, indubitavelmente, até porque a primeira das interpretações literaes, a que me estou referindo, conduziria, pelo menos, ao cumulo de suppôr a inexistencia de substitutos eventuaes dos prefeitos de eleições, nos seus impedimentos menores de quinze dias.

O sr. Moacyr Dantas — Antes de quinze dias não ha impedimento legal.

O sr. Leopoldo Pêres — Como não ha? Abra v. excia. a lei organica dos municipios, e leia no art. 30, já hontem aqui citado pelo sr. Aristides Rocha: "O prefeito não poderá ausentar-se do municipio, sem que passe o exercicio do cargo a seu substituto legal". Logo, para ser coherente, v. excia. concluirá que o prefeito não se poderá nunca ausentar do municipio por espaço menor de quinze dias... Mas, si assim o fizer, ausentando-se por cinco, por dez dias, quem o substituirá? Ficarâ acephala a administração do municipio? Não haverá no caso um impedimento expressamente previsto na lei?

O sr. Ariolino Azevedo — Positivamente irrepndivel.

O sr. Leopoldo Pêres — Demos, porém, de barato, e só para argumentar, sem conceder, que as duas interpretações grammaticaes do texto, acima suggeridas, sejam, ambas de duas, por igual consentaneas com a boa razão e, em particular, com o facto que o legislador teve em mira disciplinar, a saber, a substituição eventual dos prefeitos municipaes.

Um texto de lei, que a duas ou mais interpretações literaes se adapte, é evidentemente um texto obscuro, para cuja lidima intelligencia não bastará o elemento puramente verbal ou philologico. Ha que recorrer, pois, a outros subsidios de investigação ou esclarecimento, isto é, ao processo sistematico de coordenação logica do dispositivo invocado, de sua reconstrução juridico-teleologica, com os adminiculos da pro-

pria lei, no que fôr attinente á especie, remontando o interprete, si necessario, ás respectivas fontes, na legislação actual ou anterior. Porque, si não ha negar que, em principio, a intelligencia da lei se ha de procurar na linguagem da propria lei, ou antes, nas palavras ou expressões em que se traduziu e corporificou o pensamento do legislador, ninguém ousará discutir tambem que esse cânon da hermeneutica tradicional soffre, como todas as regras, uma excepção indeclinavel. — e é a de que á letra da lei já se não deve ater o applicador della, si na sua linguagem não se lhe define unívoca e crystallinamente o espirito, ou melhor, si do seu revestimento idiomatico defluir uma duplicidade de sentido, donde resulte incongruencia, contradicção ou absurdo. Os tratadistas mais recentes proclamam, aliás, o abandono definitivo do methodo de interpretação literal, analitica ou elementar, a que o insigne Caldara chamou, com inteira propriedade — *interpretação judaica*, — por opposição aos processos constructivos da exegese logica, sistematica ou teleologica, visando o fim da lei, a sua razão de ser, o seu conteúdo juridico, — numa palavra, a mens legis.

O sr. Moacyr Dantas — Dizem os autores que tratam da materia que, depois da interpretação grammatical, vem a logica e, como subsidio, a intenção do legislador.

O sr. Leopoldo Pêres — Muito ao revés disso, a intenção do legislador é o que primacialmente se ha-de indagar na lei, maximé si o preceito legal, como no caso em fôco, se accomoda, por obscuridade ou duplicidade de expressão literal, a diferentes interpretações. E' de São Paulo, o Apostolo das Gentes, na segunda epistola aos Corinthios, aquillo de que a letra mata, o espirito vivifica: *littera occidit, spiritus vivificat*. Creio que não haverá para v. excia., como para mim, voto mais excelso.

O sr. Moacyr Dantas — Poderei ler a v. excia. algumas opiniões autorizadas.

O sr. Leopoldo Pêres — No ponto em apreço, haverá necessariamente divergencias doutrinaes. Mas o que as-

severo condensa a orientação pacifica no assumpto. E já que v. excia. me fala em autoridades, tenho aqui a maior de todas nestes dominios, em nosso paiz, o sr. Carlos Maximiliano, já na introdução aos seus *Commentarios á Constituição Brasileira*, já na segunda edição do seu copioso volume *Hermeneutica e Applicação do Direito*, 1933. E por elle veremos que aos methodos meramente analiticos de interpretação das leis se substituem, já agora, na doutrina americana, os processos de construcção e de critica, tal como vêm definidos nos grandes livros de Black, de Sutherland, de Woodbrun, e no *Corpus Juris* da jurisprudencia constitucional dos Estados Unidos. Ora, esses processos de construcção e de critica, refugindo ao criterio estreito da interpretação grammatical ou literal, comprehendem todos os recursos de pesquisa ao espirito da lei, com apolo no direito comparado, no elemento historico, nos dados da elaboração legislativa contemporanea e anterior. Mas, sobretudo, o espirito da lei, ou a intenção do legislador, não se podem obviamente deduzir da consideração isolada ou unilateral de um dispositivo, de um simples inciso, que a outros textos da mesma lei se refere, com elles se encontrando profunda e indelavelmente relacionado.

O sr. Aristides Rocha — O principio, aliás, é muito antigo: um dispositivo de lei nunca ha-de ser interpretado isoladamente, truncando-se ou mutilando-se a lei.

O sr. Leopoldo Pêres — Trata-se, na realidade, de um preceito classico de hermeneutica, realçado na doutrina moderna. Já os romanos o conheciam com a sua intuição genial do direito. Não ha palavras, muito menos disposições superfluas, na lei, que é um todo indiviso, a ser observado de um ponto de vista de conjuncto.

Ora, sr. Presidente, o inciso 8.º do art. 31, em fôco, é o que os tratadistas chamam uma disposição accessoria, ou secundaria, condicionada, por isto mesmo, no seu entendimento e applicação, á disposição principal, a que medularmente se prende. E a disposição principal, na hypothese, é a do art. 17 da

prefalada lei organica, impondo, de um modo geral, e sem excepção alguma, — que OS PREFEITOS SERÃO SUBSTITUÍDOS EM SUAS FALTAS E IMPEDIMENTOS PELO PRESIDENTE DA CAMARA, e os vereadores pelos respectivos supplentes, na forma da lei eleitoral". Abi é que está a regra, a regra geral, de que o inciso 8.º é apenas o complemento indispensavel.

O sr. Moacyr Dantas — Ainda bem que v. excia. diz regra geral.

O sr. Leopoldo Pêres — Sim, regra, principio geral, que não poderia ser derogado, ou alterado, por uma disposição accessoria e secundaria.—repito,—que lhe é simples decorrencia ou corollario. Com effeito, estabelecendo-se no art. 17 supracitado, como norma no tocante á substituição eventual dos chefes das administrações municipaes, que elles serão substituidos, em suas faltas e impedimentos, pelos presidentes das Camaras, claro é que, no capitulo referente á competencia desses presidentes, não se deixaria de consignar a faculdade que alli lhes attribue a lei. A duvida, pois, se terá de resolver, não somente, á luz do art. 17, verificando-se que o inciso 8.º do art. 31 apenas restringiu a substituição do prefeito da capital, pelo presidente da camara municipal respectiva, nos impedimentos não excedentes de quinze dias.

O sr. Aristides Rocha — E é o que decorre do proprio inciso, mesmo considerado destacadamente. Tudo mais é sophisma.

O sr. Leopoldo Pêres — Mas, quando assim não fôsse, havia que attender ainda, e acinza de tudo...

O sr. Ariolino Azevedo — Ao texto expresso da Constituição.

O sr. Leopoldo Pêres — ... ao preceito constitucional, que a lei organica singelamente transcreveu *ipsis verbis* como, de rigôr, lhe cumpria. A Constituição estadual, que fizemos, determina tambem, e de maneira imperativa, no seu art. 108, que — "Os prefeitos serão substituidos em suas faltas e impedimentos pelo presidente da camara municipal, e os vereadores pelos respectivos supplentes, na forma da lei eleitoral". E a essa regra, que a lei organica copiou, sem lhe adduzir uma virgula,

não abre o estatuto de 2 de Junho, nem explicita nem implicitamente, a minima excepção.

O sr. Ruy Barreto — Mas a Constituição leve em vista os prefeitos normaes.

O sr. Leopoldo Pêres — Quer dizer que v. excia.. para concluir pelo absurdo, imagina uma categoria teratologica de prefeitos anormaes...

O sr. Ruy Barreto — Perdão, refiro-se aos casos normaes de eleição, pois que o prefeito da capital é, excepcionalmente, nomeado pelo governador, como sabemos.

O sr. Leopoldo Pêres — Mas a Constituição, meu caro collega, não abre excepção alguma á regra que estabelece. E nem se articule que o presidente da camara municipal de Manaus não é o substituto eventual do respectivo prefeito pela simples razão de ser esta autoridade nomeada pelo governador, pessoa de sua immediata confiança, só ao governador cabendo designar-lhe o substituto, em qualquer impedimento.

O sr. Moacyr Dantas — E' exactamente isso.

O sr. Leopoldo Pêres — Mas v. excia. se esquece do velho axioma juridico, lembrado hontem pelo sr. Aristides Rocha: onde a lei não distingue, a ninguém é licito distinguir. Demais, como vimos, a interpretação *soi-disant* autentica da commissão de poderes conduz ao incrível de admittir que os prefeitos, mesmo os de eleição, não têm substitutos legais, nas suas faltas e impedimentos menores de quinze dias, decretando assim como regra a acephalia das communes em laes circumstancias. O dispaupeterio é daquelles que extrapassam a bitola do bom senso rudimentar, saltando aos olhos dos peores cegos, que são os que não querem ver.

O sr. Aristides Rocha — Aliás, por ser o prefeito da capital pessoa da confiança do governador é que a substituição pelo presidente da Camara é limitada ao prazo de quinze dias. Já era assim na lei anterior.

O sr. Leopoldo Pêres — A lei organica anterior—lei n. 1279, de 14 de Outubro de 1926,—declarava effectivamente, no seu art. 12, correspondente

ao art. 17 da actual, que—os prefeitos seriam substituídos, em suas faltas e impedimentos, pelo presidente da Intendencia e, na ausencia deste, pelos intendentes, na ordem da volação obtida ao serem eleitos, dispondo, no art. 26, que—“na capital, a substituição do prefeito, nos impedimentos maiores de quinze dias, caberá a um cidadão que fôr nomeado pelo presidente do Estado”, e no paragraho unico do mesmo dispositivo, — que “nos impedimentos pelo prazo de quinze dias, a substituição será feita pelo presidente da Intendencia”. Eis ali está, portanto, corroborando as nossas conclusões, a fonte directa e immediata da disposição controvertida.

O sr. Moacyr Dantas — V. excia. se equivoca. A fonte do inciso 8.º do art. 31 não é esse artigo da lei anterior, mas o § 9.º do seu art. 27.

O sr. Leopoldo Pêres — E v. excia. a dar-lhe! O inciso 9.º do art. 27 não foi, não poderia ter sido, a fonte do inciso 8.º do art. 31 da lei actual, — é apenas o inciso que a este corresponde na lei anterior. Não ha confundir coisa com coisa. A fonte do que dispõe o inciso 8.º in fine está, inilludivelmente, no art. 26 da lei antiga, acima invocado. Houve apenas a fusão dos dois dispositivos, por uma questão de sintese, na lei actual. E' evidente, porém, que o pensamento do legislador, vasado na forma á primeira vista ambigua do inciso 8.º do art. 31, é o mesmo que transluz, meridianamente, na expressão inequivocavel do art. 26 da lei preterita. Alli, como aqui, o que a lei pretendeu dizer, e diz, é que, na capital, a substituição do prefeito, nos impedimentos maiores de quinze dias, caberá a um cidadão nomeado pelo governador, tocando, porém, essa substituição ao presidente da Camara, nos impedimentos menores. Eis tudo!

O sr. Aristides Rocha — Claro como agua.

O sr. Leopoldo Pêres — O parecer da commissão de poderes, distancian-do-se do art. 17 da lei organica, de que é simples corollario o inciso 8.º do art. 31, incorre, portanto, no vicio logico e juridico de interpretar uma disposição de lei, isolando-a, destacando-a, disso-

ciando-a do seu conjuncto organico, e, o que é mais grave, sobrepondo-a á disposição principal a que immediatamente se subordina. Mas, quando abstrahissemos do teor imperativo do art. 17 citado, e quizessemos, por outro modo, cortar cerce na disputa gerada em torno á intelligencia exacta do inciso 8.º do art. 31, de força seria, como será, invocar o elemento historico, não menos ponderavel, na systematica da construção e da exegese legal. Ora, como ficou demonstrado, a lei organica actual apenas transplantou, em termos porventura menos claros, um dispositivo terminante da lei anterior. E ninguém ignora tambem que, com as alterações decorrentes dos novos preceitos constitucionaes relativos á organização municipal, a presente lei estruturadora das communas amazonenses foi moldada na lei anterior, de 1926.

O sr. Aristides Rocha — Dou testemunho disto, porque fui o autor do projecto da lei actual. Presumo poder falar com autoridade no assumpto.

O sr. Leopoldo Pêres — E de myster é que não se perca de vista a circumstancia, importante na hypothese, de que, no regime da lei de 1926 e da Constituição então vigente, o prefeito da capital, como os do interior, era, como hoje, de nomeação do governador!

O sr. Aristides Rocha — E jamais se discutiu que o presidente da Camara, então Intendencia, lhe fosse o substituto legal.

O sr. Leopoldo Pêres — Pela simples razão de que ninguém, em boa mente, ousaria dispensar em textos expressos de lei, muito menos em disposições constitucionaes impreteríveis. Mas, Sr. Presidente, o que no caso importa essencialmente não esquecer é o texto constitucional applicavel á especie. A Constituição do Estado, no seu art. 108, a que já nos reportamos, impõe, como a de 1926 impunha, a substituição dos prefeitos pelos presidentes das camaras.

O sr. Moacyr Dantas — Exceptua implicitamente o prefeito da capital, que não é substituído pelo presidente da Camara.

O sr. Leopoldo Péres — Não tenho culpa de que v. excia. finja ignorar que não ha excepções implicitas na lei, consoante ao postulado, a que ha pouco alludi, de que onde a lei não distingue, não é lícito ao interprete distinguir. E como concluir, sem considerar inexistente, letra-morta o dispositivo constitucional, que, pelo facto de ser o prefeito da capital nomeado pelo governador, só o governador lhe possa dar substituto, nas suas faltas e impedimentos? Onde se encontra isso na lei? Ha, ao contrario, na tradição do nosso direito positivo, da nossa legislação basica, o exemplo, immediatamente anterior á phase actual, da Constituição de 1926 e da respectiva lei organica dos municipios,—no regime das quaes, sendo todos os prefeitos, inclusive o da capital, nomeados pelo governador, tinham todos, nada obstante, nos presidentes das intendencias, hoje camaras, os seus substitutos eventuaes, emhióra sob a restricção de um impedimento não superior a quinze dias, quanto ao da capital. Nem outra coisa dispõe a lei organica vigente, com apoio no texto expresso do art. 108 da Constituição, uma vez interpretada de boa fé e sem cavilações especiosas. Assim não o entenderam, contudo, os exegetas da commissão de poderes e seu inspirado relator. Dahi a esdruxularia do parecer ora sujeito á apreciação da Casa, e que em nossos annaes ficará como subsidio precioso para o commentario aciculado do historiador parlamentar de amanhã.

A Assembléa deliberará como entender, na sua esclarecida sabedoria, ressaltados com os nossos votos os seus elevados titulos culturais. E' lamentavel apenas que essa attitude encontre no talentoso leader da maioria, moço de tão esperancosa intelligencia, o seu mais obstinado animador. Aliás, infelizmente, s. excia. sempre revelou aqui, em varias questões, os pendores inflexiveis do seu temperamento opinatico, na sustentação de pontos de vista o mais das vezes absolutamente indefensaveis. Na hypothese em debate, assim pensam até alguns dos seus proprios correligionarios da maioria.

O sr. Moacyr Dantas — Serei um

teimoso como v. excia. quer: mas um teimoso com a lei, um obstinado na lei, um irreductivel pela verdade.

O sr. Leopoldo Péres — O certo, porém, Sr. Presidente, seja como fór, é que só a teimosia obdurada no capricho, ou o encançamento de uma phantasia pueril, a reflectir a ausencia do senso de responsabilidade no mendeio dos negocios publicos, ou no trato dos problemas politicos, não se renderá á evidencia irrefragavel do erro e ao clamôr unanime da lei!

(Muito bem, muito bem. O orador é vivamente cumprimentado).

Depois de fallar tambem o sr. Aristides Rocha, combatendo o parecer da Commissão de Poderes, pede a palavra o sr. Vivaldo Lima, que requer votação nominal, ao que a Casa acquiesce, verificando-se que approvam o parecer os srs. Felix Valois, Ananias de Almeida, Moacyr Dantas, Maria Leão, Paula Gonçalves, Manoel Monteiro, Ruy Barreto, Antonio de Vasconcellos, Chaves Ribeiro, Francisco Caetano, Alfen Thaumaturgo e Carlos Nobre (12), rejeitando-o os srs. Ariolino Azevedo, Vivaldo Lima, Leopoldo Péres, Armando Madeira, Tito Bittencourt, e Aristides Rocha (6). Em virtude dessa deliberação, fica resolvido pela Assembléa que o presidente da Camara Municipal de Manaus não substitue o prefeito em suas faltas e impedimentos, de accordo com o que dispõe o inciso oitavo do art. trinta e um, da lei numero dezenove, de 23 de setembro de 1935, e em concordancia com a intelligencia dos arts. 108 e 100, § unico, da Constituição do Estado.

Depois, entrando em discussão o projecto numero 64, da autoria do sr. Vivaldo Lima, trava-se largo debate sobre elle, discursando esse deputado e o sr. Armando Madeira, que assim se manifesta :

Sr. Presidente.

As considerações que acabam de ser expendidas pelo sr. deputado Vivaldo Lima são inteiramente procedentes; no meu modo de vêr, a votação de

um parecer sobre uma consulta que, indevidamente, veio parar neste recinto, não poderá impedir que a Mesa faça correr, pelos tramites regimentaes, um projecto que a Assembléa julgou objecto de deliberação.

Esse projecto poderá ser rejeitado pela maioria desta Casa, mas si o não fór, será incorporado á lei organica dos municipios, como materia suppletiva ou completiva da mesma.

Entendo que o requerimento do illustre leader da maioria não encontra apoio em nenhum dispositivo regimental.

Attendel-o seria incidir em um erro maior do que esse que se acaba de commetter, julgando-se a Assembléa poder consultivo e votando-se, em simples parecer, interpretação authentica de um texto constitucional.

Amanhã, si o Poder Judiciario tiver de tomar conhecimento de um mandado de segurança, requerido por uma autoridade com fundamento em referido texto, não se irá apoiar na decisão que acaba de ser dada pela Assembléa, por sua maioria...

O sr. *Aristides Rocha* — Apoiado. Não irá recorrer a um parecer...

O sr. *Moacyr Dantas* — Isso são ameaças!

O sr. *Armando Madeira* — (continuando)... porém terá apenas de applicar, em seus arestos, em seus julgados, leis que tiverem sido votadas pelos tramites previstos na Constituição, tanto da Republica, como do Estado, leis que terão obedecido ás normas indispensaveis, regularmente discutidas, votadas, promulgadas e publicadas.

Si a maioria da Assembléa já enveredou pelo caminho do absurdo, está usando de poderes discricionarios, e assim poderá continuar, rejeitando o projecto Vivaldo Lima; porém será obrigado a respeitar pelo menos o regimento interno da Casa, embora já tenha interpretado mal a lei magna, que, como assembléa constituinte, ella mesma votou.

O sr. *Moacyr Dantas* — Palavras, nada mais...

O sr. *Armando Madeira* — Rejeitem o projecto, por isso que a maio-

ria tem elementos para tanto; não se deverá, porém afastar, *in-limine*, da discussão, uma proposta de lei, já em ordem do dia pelo simples motivo de conter materia identica a que consta de um parecer votado pela maioria, e que não se reveste de obrigatoriedade nenhuma.

Intervindo na discussão, diz o sr. *Felix Valois*:

Sr. Presidente.

O projecto Vivaldo Lima foi dado para discussão, na segunda parte da ordem do dia.

O deputado *Moacyr Dantas* requereu que, para a ordem da discussão, tivesse preferencia o parecer da Comissão sobre a consulta do presidente do Conselho Municipal de Manaus.

De maneira que, si ambas as materias foram incluidas na ordem do dia, si todos os deputados que acabam de votar o parecer ainda estão presentes, como me parece, penso que não haveria nenhum inconveniente em que o projecto Vivaldo Lima entre em discussão e consequente votação.

O sr. *Armando Madeira* — Pode rejeitar, mas não *in-limine*!

O sr. *Felix Valois* — Não é possível que alguém admita a hypothese de haver deputados incoherentes, inconscientes. Aquelles que acabaram de votar, naturalmente, manterão o mesmo ponto de vista na votação do projecto Vivaldo Lima. Não vejo inconveniente em que seja posto em discussão e votação.

O sr. *Armando Madeira* — V. excia. está de accordo com a ordem juridica.

O sr. *Moacyr Dantas* — Concorde com as razões que acabou de adduzir o deputado *Felix Valois* e sou também de opinião que entre em votação o projecto Vivaldo Lima.

Rejeitado, afinal, por maioria, o projecto do sr. Vivaldo Lima, e nada mais havendo a tratar, o sr. presidente suspende os trabalhos, marcando para a proxima ordem do dia: primeira parte, regimental; segunda parte, segunda discussão dos projectos ns. 41 e 44 e o que occorrer,

DISCURSOS PROFERIDOS PELO SR. PAULA GONÇALVES, NA SESSÃO DE 16 DE DEZEMBRO:

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

E' com immenso prazer que ouço, dentro desta Assembléa, abordar-se assumptos que digam respeito á hygiene e outros problemas de saúde publica. Medico humilde e dos mais modestos do corpo clinico desta cidade...

A *sra. Maria de Miranda Leão* — Não apoiado. Medico dos mais brilhantes !

O *sr. Paula Gonçalves* — Obrigado a v. excia. — ... percorrendo, no desempenho de minha profissão, os subúrbios da cidade, penetrando os lares humildes dos bairros pobres, sei o que vai nelle de necessidades, o quanto de misérias e difficuldades de vida, razão porque, repito, é com satisfação que ouço o nobre sr. deputado Aristides Rocha ventilar aqui, hoje, um assumpto que diz respeito, de perto, bem de perto, com os interesses das classes humildes, aquellas por cujas portas a felicidade, caprichosamente, passou ao largo...

Realmente, sr. presidente, o problema do leite, em Manaus, é dos que merecem, da parte dos que possuem qualquer parcella de responsabilidade em cargos ou funções publicas, um pouco de attenção, para não dizer a maxima attenção, um pouco de cuidado, para não dizer o maximo cuidado, pois, para esse fim — o zelo pelos interesses da collectividade — foi que, para aqui, nos enviaram nos concidadãos !

O problema do leite, no Amazonas, em Manaus, vem desafiando, ha annos, os responsaveis pelos negocios municipaes. Apresenta-se como um verdadeiro problema insolúvel ! Mas, insolúvel, porque ? Naturalmente por falta de quem, affrontando os pseudos obstaculos surgidos, sobrepondo-se ás ameaças que acaso appareçam...

O *sr. Aristides Rocha* — Muito bem !

O *sr. Paula Gonçalves* — ... collocando de lado interesses de companhias poderosas ou grupos de individuos interessados no caso, grupo reduzido, paiz acima surdo a solicitações

— e se disponha a zelar pelo interesse geral da população, que paga impostos pesados, e tem o direito de exigir beneficios correspondentes !

Sou dos que assistem, diariamente, á distribuição, por processo archaicos e anti-hygienicos, do leite que a cidade consome. Como cidadão, como consumidor, quantas vezes tenho retirado de minha mesa e da bocca de meus filhos menores essa mistura esbranquiçada, vendida — e por que preço ! — como leite.

O sr. tenente Emmanuel de Almeida Moraes, jovem official de nosso Exército que occupou por duas vezes o cargo de prefeito municipal de Manaus, deixando, de sua passagem, os traços mais fortes e mais vivos de quanto é possível se produzir em prol da collectividade, procurou solucionar a questão, creando uma linha de navegação para a zona do Careiro e do Cambixé, subvencionada pelos cofres municipaes, com navios apropriados, dotados de frigorificos. Bem ou mal, a chata "Parahyba", ia servindo a essa densa população ribeirinha, realizando o transporte do leite em condições que se approximavam, o mais possível, das exigencias da hygiene.

Antes dessas providencias — pergunto — como era feito o transporte ? Como acala de referir o nobre sr. deputado Aristides Rocha — facto do conhecimento publico, isto é, em latas de kerozene e em baldes sujos e imundos, em enias e tijellas dentro dos quaes era collocado o gelo, por mãos immundas e polluidas ! Era um leite nessas condições o que todos nós consumiamos !

O transporte nas chatas da "Amazon River", sr. presidente e srs. deputados, se não resolveu o problema, melhorou consideravelmente esse estado lastimavel, vergonhoso, em que nos encontravamos. Começou — e isso era de esperar — uma verdadeira grita dos interessados, bradando que os prejuizos eram vultosos, constantes, permanentes, grita atraz da qual encontravam-se outros interessados, indirectamente, na permanencia da situação...

Prejuizos de vulto, permanentes,

porque? Porque estava posto um impecilho forte á falla de hygiene, á falta de asseio perdurante, até então no transporte do leite para a capital, providencia elogiavel do sr. prefeito de então, completada com a creação do Posto Lactometrico Municipal.

Productores mais poderosos da zona do Carreiro e do Cambixe, auxiliados por uma firma, tambem poderosa, que se não conformava com a existencia dos frigorificos, passaram a chefiar um grupo, que se dizia autorizado a fallar em nome da população do Carreiro e do Cambixe, dirigindo-se ás autoridades, ao sr. prefeito e ao sr. governador do Estado, á propria imprensa de Manaós, bradando pelos prejuizos soffridos e fazendo a exigencia absurda — sob ameaça de greve! — de que o leite fosse transportado na celeberrima lancha bagageira, a que me referi ha pouco.

Que aconteceu? Ante as ameaças, os poderes publicos, até então cheios dos melhores propositos, capitularam, abandonados pela imprensa que poderia concorrer, efficientemente, para evitar o que planejava, e que passou a fazer causa commum, vehiculando, diariamente, as reclamações absurdas. E, sr. presidente e srs. deputados, essa propria imprensa é que, hoje, em sueltos longos, protesta contra a suspensão da linha de navegação do Carreiro e do Cambixe!

O sr. *Aristides Rocha* — V. excia., como administrador, se preoccuparia com a opinião da imprensa? Nenhum administrador consciante deixa de tomar providencias para o interesse publico com receio da imprensa.

O sr. *Genesino Braga* — Aliás, á imprensa não pode fechar as portas ás reclamações do povo!

O sr. *Paula Gonçalves* — Entendo que todos os administradores devem ouvir a imprensa, quando essa imprensa mereça consideração e respeito. Quando me refiro á imprensa, não incluo jornaes de "cavação", com editores irresponsaveis, quasi clandestinos, que todos nós sabemos como e porque existem... Ao meu estimado collega, sr. deputado Genesino Braga, respondendo que a imprensa pode fechar

suas portas ás reclamações que lhe appareçam, desde que absurdas, de grupos interessados, como o caso de que me occupo, caso que deve interessar, como interessa, a toda a collectividade.

Como ia dizendo, sr. presidente, os poderes publicos, ficaram isolados, a população á espera de providencias. A grita recrudescceu e formou-se um estribilho — "os frigorificos não satisfazem ás necessidades do transporte do leite" — o que, confessamos, em parte era real. O sr. prefeito não cruzou os braços, como affirmou o sr. deputado *Aristides Rocha*.

O sr. *Aristides Rocha* — Elle cruzou os braços duas vezes: — a primeira dizendo que o Conselho Municipal resolveria o caso; a segunda respondendo, em officio, á Companhia Amazon River, que estava sciente da suspensão do trafego... e nada mais!

O sr. *Paula Gonçalves* — Neste reatorio do sr. prefeito, que v. excia. acaba de passar ás mãos do sr. presidente, notam-se providencias tomadas, quaes as opiniões de technicos nomeados pela Prefeitura para estudarem as condições dos frigorificos — srs. dres. Jorge Fernandes, Leão Ezagui e Manoel Lyra, o primeiro, conceituado analysta, o segundo, director do Posto Lactometrico Municipal, o terceiro preparador dos gabinetes de Physica e Chimica da Escola Normal do Estado.

O sr. *Aristides Rocha* — Foi a opinião daquelles technicos e não do sr. prefeito.

O sr. *Paula Gonçalves* — Opinião externada como consequencia de providencias tomadas pelos poderes publicos, ha de concordar v. excia. — Essa commissão de technicos, sr. presidente, foi unanime na affirmativa de que, realmente, os frigorificos não se encontravam em condições optimas, não garantindo um transporte seguro do leite...

O sr. *Aristides Rocha* — Installe-se outro!

O sr. *Paula Gonçalves* — Perfeitamente. Essa devia ser a exigencia municipal, antes da suspensão abrupta da linha de navegação. Estou certo,

srs. deputados, que se não eram optimas as condições do frigorifico, se eram soffríveis, melhores, indiscutivelmente, eram que as de que dispõe a lancha "Xiborena", que é propositos dos srs. productores do Carreiro se servirem, como antigamente, para o serviço. Proseguindo na campanha, os interessados levaram o sr. prefeito a capitular, num gesto de censuravel fraqueza, dando-lhes ganho de causa, ou seja, sacrificando os interesses de 80.000 cidadãos aos de meia duzia de commerciantes. Não julgue o sr. deputado Aristides Rocha que subi á tribuna para fazer a defesa desse acto do sr. prefeito municipal de Manaus.

O sr. *Aristides Rocha* — Ao contrario, as deducções de v. excia. estão mais completas que as minhas.

O sr. *Paula Gonçalves* — O acto do sr. prefeito sacrificou os interesses de toda a população, e é isso que desejo deixar bem claro, externando minha opinião pessoal de quem deseja a resolução do problema dentro de formulas justas e louváveis.

Assim está o problema: a navegação a ser suspensa de 1.º de janeiro, vindouro. Appella v. excia., sr. deputado Aristides Rocha, mui patrioticamente, para os poderes publicos, solicitando providencias, e eu venho secundar-o, affirmando que a questão não é dessas que não tenham solução. Tem! Faz-se mister que a Prefeitura, ao em vez de se limitar a criação de um Posto Lactometrico, com a função unica de examinar o leite e dizer — presta ou não presta, está com acidez elevada ou com sua taxa de gordura abaixada, com agua ou com impurezas outras, procure melhoralo, ampliando-o, fazendo-o uma escola mais de educação que propriamente de repressão. Faça a hygiene municipal sentir sua acção, como educadora, junto ao vaqueiro, ao ordenhador, ao productor, mostrando-lhes os inconvenientes de vasilhames mal lavados, sujos, mãos immundas, uberes tambem sujos, e producto em seguida exposto a poeiras, detritos, moscas e mosquitos, quando não á inelminencia de sol causticante.

O problema é mais de educação que

de repressão! Estou com a solicitação do sr. deputado Aristides Rocha, tambem pedindo providencias, embora julgue que essas providencias escapem á nossa alçada, pertenciam mais ao Conselho Municipal, ante-hontem empossado pelo sr. dr. juiz eleitoral da Capital.

...

Sr. Presidente — Aproveitando este dia em que se ventila, na Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, assumptos de ordem social, desejo submeter á consideração de meus nobres companheiros de representação, um projecto que, tornado Lei, trará beneficios e vantagens consideraveis á pobreza de Manaus.

Venho solicitar a attenção dos srs. deputados, no momento em que estão para ser approvadas as verbas necessarias á manutenção dos diversos serviços publicos — um pouco de carinho e de interesse para a maternidade e para a infancia desvalida de Manaus. Verdade é que, na mensagem enviada a esta Assembleia pelo sr. Governador do Estado, acompanhando o ante-projecto do orçamento para 1936, ha algumas poucas dotações para obras de caracter social. Mas, sr. Presidente, essas verbas, pelo seu acanhado, constituem uma verdadeira ridicularia! Vejamos: — á Santa Casa de Misericordia de Manaus, unico hospital existente na cidade, estão destinados 80:000\$000. Sabe esta Assembleia que, á Santa Casa, vão ter todos os doentes da cidade e, ainda, esse exercito de enfermos, em exodo, que baixa de todos os rios e de todos os recantos do interior de nosso Estado. Anexa á Santa Casa, existe uma secção chamada de maternidade, que não passa de uma sala commum, refugada pela população pobre de Manaus — estando sempre com leitos vassios, emquanto as demais do Hospital encontram-se com sua lotação duplicada e triplicada.

Necessitamos construir a Maternidade de Manaus! Os cuidados pré-nataes, nataes, a assistencia aos primeiros dias e primeiros mezes da creança, constituem, modernamente, já o affirmar aqui, cuidado e preocupação de todos os governos nacionaes e estrangeiros. Como estamos distanciados dos demais

Estados da Federação e do estrangeiro nestes assumptos! Não serão, srs. deputados, estes 80:000\$000, sufficientes para a Santa Casa attender ás suas multiplicas necessidades, e, mais, um serviço de maternidade.

Sabem todos os medicos de Manaós o que se passa nos lares pobres, do centro e dos subúrbios de Manaós, referentemente ao assumpto de que me estou occupando. A gestante, a creança — a cidadão de amanhã, não tem, por parte dos poderes publicos, a devida assistencia. Dentro da propria Santa Casa, nessa secção chamada impropriamente de "maternidade", o recém-nascido é banhado, criminosamente, em pias e lavatorios communs, com agua de torneira, onde são lavadas, ainda — pasme esta Assembléa! — mãos e instrumentos cirurgicos que serviram em curativos de infectados! Não ha exaggero nesta affirmativa um tanto ousada, concretizada em documentos officiaes existentes, relatorios de technicos, relatorios que deviam vir á publicidade, e, por displicencia, dormem tranquillamente no fundo de gavetas!

Appello para a Assembléa Legislativa do Estado, no instante em que as rendas publicas vão ser distribuidas com o espirito de equidade que norteia os actos dos srs. deputados, para o problema da maternidade e da infancia, até o momento em completo abandono, limitando-se a cidade a assistir os esforços particulares, patrioticos mas incapazes de satisfazer, concretizados na Casa DR FAJARDO — que não passa de um pequeno hospital para 40 creanças, quando necessitamos de meios para socorrer a 400 ou 4.000!

Esta Assembléa tornar-se-á digna dos louvores da população de Manaós, empregando seus esforços na solução de tão serios problemas. Determina a Constituição Federal, sr. Presidente, no seu artigo 141.º que 1% da arrecadação dos Estados e dos municipios, sejam reservados para obras destinadas exclusivamente aos serviços de maternidade e da infancia.

Cumpramos a determinação constitucional, patrioticamente expressa nesse artigo, e estejamos certos de que milhares de vidas — de mães e de cre-

anças, sobretudo dos bairros pobres e afastados, da Cachoeirinha e do Girão, de Constantinopolis e de São Raymundo serão salvas da morte, infelizes que sabem que lhes aguarda, á hora seguinte, tão somente a caridade de Deus. Vejo nesta Casa, assistindo nossos trabalhos, a sra. supplente de deputada — D. Adelaide Marques Braga, parteira conceituada nesta cidade. Poderá ella dizer aos meus dignos companheiros de representação que minhas affirmativas são a expressão da verdade, que as gestantes e os recém-nascidos perecem á falta, muitas vezes, de um litro de leite e de conselhos que os poderes publicos lhes poderiam fornecer. Quando vencem essas necessidades, vingam esqueletos, mais phantasmas que organismos humanos, a perambularem pelos consultorios medicos, testemunhas que somos, nós medicos, de tanta miséria e de tanto desaso da sociedade e dos poderes publicos!

E' dever do poder executivo, cumpre ao legislativo, cabe a todos os cidadãos possuidores de um pouco de sentimento e de amor ao proximo — amor ao proximo determinado pela Religião, desenvolvido pela educação — cuidar-mos da situação dessa legião de necessitados. Assim, submetto á consideração desta Assembléa o seguinte projecto de Lei:

(Já está incluido na sessão de 16 de Junho).

Será cerca de 120:000\$000 a importancia destinada pela Assembléa aos serviços que espero sejam creados. Appello aos nobres representantes do povo para que aprovevem essa determinação constitucional dentro do mais sã patriotismo, cumprindo e honrando seus mandatos, engrandecendo a terra, zelando pelos desprotegidos da sorte, dignos de amparo dos poderes publicos.

Este projecto, srs. deputados, tambem assignado pelo sr. deputado Vivaldo Lima, merecerá de minha parte, em futura sessão, commentarios outros, reforçados por dados estatisticos que possuio e que terei prazer de dar conhecimento á Casa.

Tenho dito.

Sessão de 23 de Dezembro

ORDEM DO DIA

Presidência do sr. João Verçosa. — Secretários — srs. Nogueira da Matta e Carlos Machado.

A' hora regimental, presentes os srs. João Verçosa, Leopoldo Neves, Nogueira da Matta, Carlos Machado, Carlos Nobre, Felix Valois, Ananias de Almeida, Moacyr Dantas, Maria Leão, Paula Gonçalves, Manoel Monteiro, Ariolino Azevedo, Vivaldo Lima, Leopoldo Peres, Nunes de Lima, Ruy Barreto, Armando Madeira, Tito Bittencourt, Antonio de Vasconcellos, Aristides Rocha, Arthur Bonates, Genesino Brago, Francisco Caelano e Alfen Thaumaturgo, faltando com causa justificada os srs. Cosme Ferreira, Ary Calm, Antovilla Vieira, Philadelpho de Moraes e Benjamin Ferreira, e sem ella os demais deputados, é aberta a sessão.

Deixa de ser lida a acta por não se aclarar sobre a mesa. Consta o

EXPEDIENTE

do seguinte :

Petição de Miranda Corrêa & Cia., solicitando renovação do seu contracto com o Estado.

Officio do presidente do Tribunal Regional Eleitoral, participando que, não havendo tomado posse, á falta de transporte, os prefeitos e vereadores de Moura, Barcellos, Barreirinha, Uruçará, Uruçuritiba e Silves, resolveu designar os juizes eleitoraes das segunda, terceira, oitava, nona e decima quinta zonas para o fim indicado em uma decisão do Superior Tribunal Eleitoral.

Radios dos presidentes das camaras municipais de Parintins e Porto Velho, communicando que assumiram esses cargos.

Idem do prefeito de Bocca do Acre, participando a installação da camara municipal e posse do prefeito e vereadores.

Idem do juiz de direito de Maués, no mesmo sentido.

Idem dos prefeitos de Parintins e Humaythá, communicando que foram empossados..

Passando-se á primeira parte da

pede a palavra o sr. Vivaldo Lima e, depois de fazer o necrologio do dr. Arnaldo Maia, juiz de direito de Maués, pede a inserção na acta de um voto de pesar por esse lutooso acontecimento e, outrossim, que seja communicado á familia do extincto o gesto da Assembléa. O requerimento tem approvação unanime, havendo declarado o presidente que a Mesa se associa a essa manifestação. Depois, com a palavra, o sr. Ananias de Almeida envia á Mesa a redacção do projecto n. 58.

Como presidente da Commissão de Finanças, o sr. Leopoldo Neves explica que a Casa, até agora, se tem occupado apenas das leis tributarias, devendo tratar dora em diante da parte relativa propriamente á despesa orçamentaria. Propõe por isso que, a partir de vinte e seis do corrente, se realizem duas sessões diarias, tendo a Assembléa approvado a proposta e com ella a suggestão do sr. Vivaldo Lima para que as sessões tenham lugar ás quinze e vinte horas, discordando apenas o sr. Ariolino Azevedo quanto ás sessões nocturnas e citando a proposito uma disposição regimental.

Na segunda parte, são approvados, em segundo turno, os projectos ns. 41 e 44 e a redacção final do projecto n. 58.

Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente suspende os trabalhos, marcando esta ordem do dia para a sessão proxima : primeira parte, regimental; segunda parte, segunda discussão do projecto n. 56.

Termo de 24 de Dezembro

Presidência do sr. João Verçosa. — Secretários — srs. Nogueira da Matta e Carlos Machado.

A' hora regimental, presentes os srs. João Verçosa, Leopoldo Neves, Nogueira da Matta, Carlos Machado, Moacyr Dantas, Aristides Rocha, Vivaldo Lima, Ariolino Azevedo e Nunes de Lima, deixa de realizar-se a sessão

à falta de numero legal, continuando a ordem do dia anteriormente marcada.

Sessão de 26 de Dezembro

Presidência do sr. João Verçosa. — Secretarios — srs. Nogueira da Matta e Carlos Machado.

A' hora regimental, presentes os srs. João Verçosa, Nogueira da Matta, Carlos Machado, Leopoldo Neves, Ananias de Almeida, Moacyr Dantas, Maria Leão, Paula Gonçalves, Manoel Monteiro, Ariolino Azevedo, Vivaldo Lima, Leopoldo Peres, Ruy Barreto, Tito Bittencourt, Antonio de Vasconcellos, Chaves Ribeiro, Aristides Rocha, Arthur Bonates, Manoel Lobo, Genesino Braga, Francisco Caetano, Alfen Thaumaturgo e Carlos Nobre, faltando com causa justificada os srs. Cosme Ferreira, Ary Cuhn, Antovilla Vieira, Philadelpho de Moraes, Julio Lima e Benjamin Ferreira, e sem ella os demais deputados, é aberta a sessão.

Lida e approvada, sem impugnação, as actas de 21 e 23 e o termo de 21, o primeiro secretario dá conta deste

EXPEDIENTE

Petição de João José Malaquias, solicitando uma pensão do Estado, visto se achar invalido e contar mais de vinte e cinco annos de serviço publico.

Radio do presidente da camara municipal de S. Gabriel, communicando sua eleição e a posse do prefeito.

Idem do presidente do Tribunal Regional Eleitoral, participando que marcou o dia 5 de janeiro para renovação da eleição de vereadores municipais em Parintins, e o dia 1 de fevereiro vindouro para igual eleição em Borba, Manacapuru, Codujás, Coary, Uruará e Labrea.

Petição de Francisca Vieira de Sena, solicitando uma pensão do Estado, em virtude de haver seu esposo fallecido em consequencia de doença contrahida no exercicio de seu cargo de agente fiscal da Cachoeira do Ismael.

Petição de Josepha Braule Pinto Bayma, antiga professora estadual,

requerendo sua reintegração no magisterio primario.

Passando-se depois á primeira parte da

ORDEM DO DIA

o sr. Ananias de Almeida, pela commissão de redacção, manda á Mesa as dos projectos ns. 39, 46 e 47, as quaes, approvadas, vão á sanção.

Com a palavra, o sr. Moacyr Dantas envia tambem á Mesa um parecer da Commissão de Poderes, opinando pela concessão de uma pensão de duzentos mil réis a Maria dos Santos Pereira Wanderley, e tres projectos, sendo um com referencia a esse parecer, e os demais relativos á contagem de tempo de Nuno Alves de Moraes Cardoso, Alcides Raposo da Camara, Ramiro Meneses, Acrisio de Oliveira Serra, Salomão de Aguiar Serejo e Henrique Augusto Ribeiro, todos funcionarios da Secretaria da Assembléa, e á alteração de alíneas da lei n. 18 de 21 de setembro de 1935. Esses projectos, que vão a imprimir tomam os ns. 65, 66 e 67.

O sr. Alfen Thaumaturgo, por sua vez, manda á Mesa um projecto, concedendo aos filhos de operarios uma redução de cincoenta por cento nas matriculas, nos estabelecimentos de ensino normal e secundario, mantidos pelo Governo, tomando o projecto o n. 68 e indo á Commissão de Poderes. Depois, o sr. Antonio de Vasconcellos, justificando-o, submette á consideração da Casa um projecto, restabelecendo a comarca de S. Gabriel, com o aproveitamento de um juiz de direito em disponibilidade. Esse projecto, com o numero de ordem 69, é enviado á Commissão de Poderes.

Por ultimo, o sr. Paula Gonçalves offerece igualmente á consideração do plenario um projecto, isentando de taxas escolares, primarias e secundarias, os paes reconhecidamente pobres, que tiverem seis ou mais filhos maiores, ou menores, em idade escolar. Com o numero 70, é o projecto enviado á Commissão de Poderes.

São os seguintes os projectos acima referidos :

NUMERO 66

A Assembléa Legislativa do Amazonas

DECRETA :

Art. Unico — E' contado, para effeito de aposentadoria e licença, de conformidade com o art. 160, letra *m* da Constituição Estadual, aos funcionarios da Secretaria da Assembléa Legislativa — officiaes Nuno Alvares de Moraes Cardoso e Alcides Raposo da Camara; amanuenses Ramiro Menezes e Acrisio de Oliveira Serra; continuo Salomão de Aguiar Serejo e servente Henrique Augusto Ribeiro, o tempo de serviço comprehendido entre 10 de novembro de 1930 e 30 de novembro de 1934, periodo em que estiveram afastados dos seus cargos por acto do então governador militar, revogadas as disposições em contrario.

S. S., em 26 de dezembro de 1935.

Maria de Miranda Leão, presidente
J. C. Nobre da Silva
Moseyr Dantas
Chaves Ribeiro
Ruy Barreto
Carlos Nobre da Silva

NUMERO 67

A Assembléa Legislativa do Amazonas

DECRETA :

Art. 1.º — Ficam alteradas as alíneas 3 e 5 do art. 3.º da lei n. 18 de 21 de setembro de 1935, as quaes são as seguintes :

3) um escrivão privativo, percebendo a remuneração mensal de 350\$000;

5) vinte commissarios de vigilancia, escolhidos entre pessoas de idoneidade e nomeados pelo juiz de menores, sem percepção de vencimentos.

Art. 2.º — Fica o Governo do Estado autorizado a reformar, sem augmento de despesa, o Patronato Agrícola do Estado (Paredão).

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrario.

S. S., em 26 de dezembro de 1935.

Maria de Miranda Leão, presidente
Moseyr Dantas, relator.
Ruy Barreto
Carlos Nobre da Silva

NUMERO 68

A Assembléa Legislativa do Amazonas

DECRETA :

Art. 1.º — Aos filhos de operarios fica concedida a redução de 50% nas matriculas e outras taxas cobradas nos estabelecimentos de ensino secundario e normal existentes, mantidos pelo Governo.

§ Unico — No acto da matricula do candidato, o pae ou responsavel fará a prova do exercicio da profissão, mediante a apresentação da carteira profissional fornecida pelo Ministerio do Trabalho, Industria e Commercio.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrario.

S. S., em 26 de dezembro de 1935.

Alfen Thaumaturgo

PARECER DA COMMISSÃO
DE PODERES

A Comissão de Poderes, examinando o projecto que concede a redução de 50% nas matriculas e taxas cobradas nos estabelecimentos secundarios e primarios aos filhos de operarios, e achando uma medida razoavel e justa, é de parecer seja o mesmo approvedo.

S. C., em 26 de dezembro de 1935.

Maria de Miranda Leão, presidente
J. Carlos Nobre da Silva, relator.
Moseyr Dantas

PAJECTO N.º 69

A Assembléa Legislativa do Amazonas
Considerando que o município de S. Gabriel está limitado com territorios de paizes estrangeiros;

Considerando que, alem das difficuldades e deficiência das communicações com a comarca de Barcellos á qual está subordinada, é muito grande a distancia a vencer entre aquelle e este município, o que tem acarretado sérios prejuizos á justiça e, portanto, á causa publica;

Considerando que o restabelecimento da antiga comarca de S. Gabriel nenhum onus novo acarreta ao Estado, em vista do numero de juizes de direito em disponibilidade, presentemente;

Considerando que é dever insophismavel do poder publico crear as ma-

ximas facilidades á distribuição da justiça

DECRETA :

Art. 1.º — Fica restabelecida a comarca de S. Gabriel, observados os limites judiciais vigentes ao tempo de sua extinção.

Art. 2.º — O seu provimento effectivo será feito com um dos actuaes juizes de direito em disponibilidade, nos termos da legislação vigente.

Art. 3.º — Enquanto a comarca estiver provida, nos termos do art. anterior, por um dos juizes de direito, actualmente em disponibilidade, este perceberá os actuaes vencimentos, devendo, entretanto, ser attribuidos aos futuros magistrados, que vierem a occupar-a, em virtude de nomeação por concurso, os vencimentos correspondentes á entrança da comarca.

Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrario.

S. S. em 26 de dezembro de 1936.

Antonio de Vasconcellos

REQUERIMENTO : Requeiro seja ouvida a respeito do projecto supra a Corte de Appellação do Estado. — *Ruy Barreto*, relator.

Como pede o relator. — *Maria de Miranda Leão*, presidente.

Na segunda parte da ordem do dia, é dado para discussão o projecto n. 56. O sr. Antonio de Vasconcellos apresenta-lhe uma emenda, observando o sr. Aristides Rocha que isso retarda a providencia que beneficia a um funcionario enfermo, e requer urgencia para a discussão. Attendendo a isso, e depois de fallarem a respeito os srs. Moacyr Dantas e Leopoldo Neves, o sr. Antonio de Vasconcellos retira a sua emenda, sendo o projecto approvedo logo em segundo e terceiro turnos e enviado á commissão de redacção.

Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente encerra os trabalhos, marcando para a sessão seguinte: primeira parte, regimental; segunda, terceira discussão dos projectos ns. 41 e 44.

Sessão de 26 de Dezembro

(Nocturna)

Presidencia do sr. João Verçosa. — Secretarios — srs. Nogueira da Matta e Carlos Machado.

A's vinte horas, presentes os srs. João Verçosa, Leopoldo Neves, Nogueira da Matta, Carlos Machado, Ananias de Almeida, Moacyr Dantas, Maria Leão, Paula Gonçalves, Manoel Monteiro, Ariolino Azevedo, Vivaldo Lima, Ruy Barreto, Tito Bittencourt, Antonio Vasconcellos, Felismino Soares, Chaves Ribeiro, Aristides Rocha, Pimentel Salles, Arthur Bonates, Manoel Lobo, Francisco Caetano, Alfen Thaumaturgo, Genesino Braga e José Carlos Nobre, faltando com causa justificada os srs. Cosme Ferreira, Ary Cahn, Antovilla Vieira, Philadelpho de Moraes e Benjamin Ferreira, e sem ella os demais representantes, é aberta a sessão.

Lida e approveda a acta anterior, o primeiro secretario declara que não ha expediente.

Abre-se logo a

ORDEM DO DIA

e vem á tribuna o sr. Ruy Barreto, que apresenta, pela commissão de poderes, um parecer sobre o projecto n. 61 requerendo dispensa de impressão e intersticio para o mesmo, affirm de entrar nas duas discussões regimentaes, na segunda parte dos trabalhos.

E' approvedo o requerimento.

Fall a em seguida o sr. Leopoldo Neves, presidente da commissão de finanças, que, depois de larga explanação sobre o projecto orçamentario, accentua a impossibilidade de o approvar a Assembléa com as grandes majorações que se fizeram nas tabelas e que, em verdade, só beneficiam a alguns funcionarios graduados, em detrimento da maioria da classe, que não logra o menor augmento em seus vencimentos. Continuando, diz que, alem de não permittirem as condições financeiras do Estado a liberalidade pretendida, as medidas beneficiarias propostas apresentam qualquer coisa de injusto e iniquo pela

desigualdade e, em taes condições, desaceitando-as, a Assembléa, pelo órgão da commissão de finanças, delibera adoptar para o orçamento de mil novecentos e trinta e seis as taheillas integraes do orçamento do corrente anno, compromettendo-se a maioria a levar por diante o reajustamento do funcionalismo na proxima sessão ordinaria, se as arrecadações do Thesouro mostrarem claramente a possibilidade dessa providencia sem desequilibrio das finanças estaduais.

Apartando o sr. Leopoldo Neves, o deputado Genesino Braga pondera que, por uma questão de logica, não devem continuar, como se acham na proposta orçamentaria, as subvenções e auxilios majorados, cumprindo assim que sejam reduzidos ás fixações do orçamento vigente.

Falla depois o sr. Airstides Rocha, que explica o pensamento da minoria em face da questão. Diz que adopta a deliberação da maioria, exposta pelo sr. Leopoldo Neves, mostrando que, navegando o Estado em um mar de hypotheses com respeito á arrecadação de rendas, seria arriscada a aventura, realmente, o augmento da despesa com majorações de vencimentos do funcionalismo. Continuando, accentua que a minoria se compromette com a maioria a realizar o reajustamento, se o permittirem as possibilidades do Thesouro, no primeiro semestre do anno proximo, entendendo, porem, que essa medida louvavel só pode ser levada a effeito em leis ordinarias e não na orçamentaria, tudo em conformidade com os dispositivos da Constituição do Estado. Observa ainda o sr. Aristides Rocha que a propria Assembléa já assim o comprehendeu, tanto assim que estão em discussão no plenario dois projectos especiaes, relativos á reorganização da Força Publica e ao custeio da Faculdade de Sciencias Juridicas e Sociaes. Terminando, refere-se tambem a um propalado accordo entre o Governador do Estado e o chefe das missões saesias, no sentido de serem internados em alguns estabelecimentos desses missões um certo numero de menores abandonados de ambos os sexos, pa-

gando o Thesouro por elles quantiação modica que, a ser verdade o que traz ao conhecimento da Casa, acha a medida benefica e louvavel.

Depois, o sr. Antonio de Vasconcellos faz referencias á emenda que retirara na sessão anterior e, ainda sobre o assumpto que ella versava, apresenta um projecto que toma o n. 71, concedendo pensões de cem mil réis a Joanna das Mercês Pinto e Servula Frignani, indo o projecto a impirmir.

Na segunda parte, são approvados em terceira discussão os projectos ns. 41 e 44, que vão á commissão de redacção, approvando-se igualmente, em segundo e terceiro turnos, o projecto n. 61, enviado, como o precedente, á mesma commissão.

Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente encerra os trabalhos, marcando para a sessão subsequente das quinze horas: primeira parte, regimental; segunda parte, segunda discussão dos projectos ns. 65 e 67.

Sessão de 27 de Dezembro

Presidencia do sr. João Vercosa. — Secretarios — srs. Nogueira da Matta e Carlos Machado.

A' hora regimental, presentes os srs. João Vercosa, Leopoldo Neves, Nogueira da Matta, Felix Valois, Ananias de Almeida, Moacyr Dantas, Maria Leão, Paula Gonçalves, Manoel Monteiro, Ariolino Azevedo, Vivaldo Lãna, Ruy Barreto, Armando Madeira, Tito Biltencourt, Felismino Soares, Chaves Ribeiro, Aristides Rocha, Arthur Bonates, Manoel Lobo, Francisco Caetano, Alfen Thaumaturgo, Genesino Braga e Carlos Nobre, faltando com causa justificada os srs. Cosme Ferreira, Ary Cahn, Antovilla Vieira, Philadelpho de Moraes e Benjamin Ferreira e sem ella os demais representantes, é aberta a sessão.

Lida e approvada a acta da ultima sessão nocturna, o primeiro secretario apresenta este

EXPEDIENTE

Mensagem do Governador do Estado, submettendo á consideração da Assen-

bílea a proposta do Patronato da Cachoeirinha para instalação do Instituto Doméstico. Feminino, mediante a quantia de quarenta contos de réis, podendo o Governo dispor de cento e cinquenta vagas para alumnas externas e com internas.

Idem, da mesma autoridade, solicitando licença para ausentar-se do Estado, nos primeiros mezes do anno proximo, se assim o exigirem os interesses do Amazonas.

Idem, ainda do Chefe do Estado, offerecendo á apreciação da Assembléa uma carta dirigida ao Governador pelo dr. Epitacio Pessoa e referente á decisão da Corte Suprema, na acção de limites entre o nosso e o Estado do Pará.

Petição do dr. Francisco Satyro Vieira Marinho, recorrendo do despacho do ex-interventor Alfredo Sá, que o exonerou do cargo de director da Secretaria do Estado.

Passando-se á primeira parte da

ORDEN DO DIA

pede a palavra o sr. Paula Gonçalves, que profere o seguinte discurso :

Sr. Presidente. Srs. Deputados.— Solicitei a palavra para pedir a attenção desta Assembléa, que tem demonstrado sempre um carinho todo especial e um zelo acendrado pelos problemas que dizem respeito á ordem social e economica — para um de magna importancia social, verdadeiro flagello de todo o mundo, do Brasil e sobretudo do Amazonas. Quero referir-me, sr. Presidente, ao problema da tuberculose no nosso Estado, problema que até o presente não constituiu — e isso é um verdadeiro crime! — sequer preocupação das administrações passadas, não se podendo admitir que uma enfermidade que occupa o segundo lugar no obituario do Estado tenha sido e continue relegada para um plano secundario, de displicencia e de indifferença!

O projecto que terei a satisfação de apresentar, creá um sello especial "Pró-Tuberculosos" no Amazonas, destinando-se o producto de sua arrecadação, exclusivamente, ao amparo dos rudimentares serviços existentes, ampliando-os, senão creando-se, na realidade.

E' possível que o projecto não se en-

quadre na Constituição do Estado. Affirmo, com sinceridade, que elle constitue uma bi-tributação que as leis federaes prohibem. Que seja! Encaremol-o, porém, como o unico meio possivel de se lutar a resolução de um grave problema collectivo. Já affirmei dentro desta Assembléa, um tanto ousadamente, que acima das leis e das constituições devemos collocar as necessidades dos desamparados, dos desherdados da sorte, que tambem possuem o sagrado direito da vida!

Conhecemos as actuaes condições financeiras do Estado, com suas fontes de renda profundamente abaladas, sendo uma verdadeira gymnastica financeira a satisfação pontual de seus compromissos de character immediato. Procuremos, pois, de qualquer modo, conseguir recursos e auxilios que evitem o perecimento, annual, de centenas de vidas infelicitadas e encurtadas pela tuberculose, que campeia soberana e dia a dia mais se alastra. Constitue obrigação da sociedade e dos poderes publicos antepôr-lhe barreiras permanentes.

Quando, ha dias, tive oportunidade de abordar, aqui, um outro serio problema de saúde publica — o referente á espantosa mortalidade infantil de nossa terra, que occupa o terceiro lugar entre cerca de 60 cidades civilizadas — referi-me ás estatisticas officinaes que possuia e aqui estão, e offereço-as aos que se interessarem pelo assumpto, aconselhando as leiam e meditem um instante nas verdades quasi incriveis ali impressas!

Nos Relatorios do Departamento de Saude Publica, referentes aos annos de 1922, 1923 e 1924, unicos que consegui por serem os unicos existentes — os Directores que vieram após nada deixaram, attestando sua actividade ou inactividade! — lê-se o seguinte:

"A tuberculose occasionou, em Manaus, 179 victimas no anno de 1922. Com a defficiencia de statistica, podemos dar para esta cidade 200 mortos, occupando o segundo lugar no obituario. Combatido devidamente o impudismo, passará a occupar o primeiro lugar. Esses obitos elevam-se, no Rio, a 7.000 por anno. E' uma tremenda

ameaça que devemos combater. Corre a illusão de que somente as pessoas fracas estão sujeitas á tuberculose. E' um puro engano: um simples bacillo pode destruir o organismo mais robusto". etc. etc.

Em 1924, o sr. dr. Samuel Uchôa, deixou escripto em seu Relatorio, mais as seguintes verdades.

"Em um prospecto de propaganda, publicado no anno transacto, eu mostrava a necessidade do implacavel combate á tuberculose, que ameaça incontestavelmente a nossa população. O obituario é o thermometro insuspeito que attesta esta affirmativa: — a tuberculose occupa o segundo lugar após o impaludismo. Ora, impaludismo é o nual generico, a epidemia fatal do inverno, inexistente nos pontos em que a

defeza pela quininisação preventiva impede a sua penetração.

Afastado o impaludismo, vem a tuberculose para o primeiro logar". etc. etc.

Em 1922, 1923 e 1924 estas verdades estão escriptas, sr. Presidente. Tenho em mãos os Boletins annuaes de Estatistica Demographo-Sanitaria, organisados pela secção competente do Departamento de Saúde do Estado, pelos quaes se verifica que doze longos annos são transcorridos sem que providencias fossem dadas para se anteopor barreiras á marcha avassaladora da tuberculose no Amazonas. Esses Boletins referem-se aos annos de 1931, 1932 e 1933. No quadro de obitos por molestias transmissiveis, os algarismos são estes:

Obitos das molestias transmissiveis por nacionalidades

Anno de 1931	Febre amarella	Peste	Varíola	Sarampo	Escarlatina	Coqueluche	Diphtheria e Crup.	Grippe	Febre typhoide Typho abdominal	Dysenteria	Beri-beri	Lepra	PALUDISMO	TUBERCULOSE	Outras molestias transmissiveis	TOTAL
Brasileiros.....	—	—	—	—	—	5	—	41	7	15	—	22	230	165	14	499
Portuguezes.....	—	—	—	—	—	—	—	2	—	—	—	2	7	13	—	24
Italianos.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3	—	3
Hespanhoes.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	2	—	3
Francezes.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Outras nacionalidades.....	—	—	—	—	—	—	—	2	1	2	—	—	10	4	4	23
Nacionalidades ignoradas.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Total.....	—	—	—	—	—	5	—	45	8	17	—	25	247	187	18	652

Obitos das molestias transmissiveis por nacionalidades

Anno de 1932	Febre amarella	Peste	Varíola	Sarampo	Escarlatina	Coqueluche	Diphtheria e Crup.	Grippe	Febre typhoide Typho abdominal	Dysenteria	Beri-beri	Lepra	PALUDISMO	TUBERCULOSE	Outras molestias transmissiveis	TOTAL
Brasileiros.....	—	—	—	—	—	4	3	83	10	22	—	61	376	189	75	773
Portuguezes.....	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	2	12	14	2	33
Italianos.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Hespanhoes.....	—	—	—	—	—	—	—	2	—	—	—	—	1	3	1	5
Francezes.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Outras nacionalidades.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	6	7	1	16
Nacionalidades ignoradas.....	—	—	—	—	—	—	—	3	—	—	—	—	—	—	—	—
Total.....	—	—	—	—	—	4	3	70	11	22	—	64	396	193	79	832

Obitos das molestias transmissíveis por nacionalidades

Anno de 1933	Febre amarella	Peste	Variola	Sarampo	Escarlatina	Coqueluche	Diphtheria e Crup.	Grippe	Febre typhoide Typho abdominal	Dysenteria	Beri-beri	Lepra	PALUDISMO	TUBERCULOSE	Outras molestias transmissíveis	TOTAL
Brasileiros.....	—	—	—	91	—	10	3	122	13	53	—	21	369	190	90	954
Portuguezes.....	—	—	—	—	—	—	—	6	1	1	—	1	11	10	6	36
Italianos.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	1	4
Hespanhoes.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3	—	4
Francezes.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Outras nacionalidades.....	—	—	—	—	—	—	—	3	1	—	—	1	5	10	3	23
Nacionalidades ignoradas.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Total.....	—	—	—	91	—	10	3	131	15	34	—	27	387	214	109	1021

Estes numeros, srs. deputados, estão longe de exprimir a realidade sobre a mortalidade pela tuberculose no Amazonas. Sua marcha é sempre crescente. Impõe-se uma campanha collectiva, intensa e permanente, afim de evitarmos que ella se sobreponha a todas as outras molestias endemicas e epidemicas do Amazonas.

Em principios de 1934, socio que era do Rotary Club, tendo concorrido para sua fundação, em Manaus, unicamente por conhecer as actividades de clubs congeneres, sempre dispostos a auxiliarem e mesmo iniciarem, como de seus estatutos, campanhas visando beneficiar a collectividade, em principios de 1934, dizia, ventilei o problema da tuberculose dentro do Rotary Club de Manaus. Disse, lá, algumas verdades que mereceram impressionar os presentes, mais ou menos o seguinte, que escrevi, e cuja leitura vou proceder:

"O paludismo, as verminoses, a syphilis, a lepra e a tuberculose constituem nosso acervo de males sociaes. Excepção do thema de que nos occupamos, os demais são encarados seriamente, aparelhando-se organizações especiaes para combatel-os: serviço permanente de saneamento rural visando os dois primeiros, dispensarios anti-venereos e anti-leproxicos para os dois outros.

A tuberculose, nada, absolutamente nada se ha realizado para antepôr-se á sua marcha impiedosa e avassaladora. Enfermidade até bem pouco conside-

rada como propria das cidades e onde as classes menos favorecidas pagavam-lhe maior tributo, hoje, quem quer que percorra o interior de nosso paiz, medico, capacitar-se-á de que ali tambem, é elevado o numero de doentes — ou por procestrarem o campo os enfermos das cidades, na illusão de melhoras, ou por defficiencia tambem de alimentação e das regras de hygiene em que vive nosso sertanejo.

A verdade é que a tuberculose — a mais mortifera das doenças infecciosas, a mais disseminada e a mais evitavel de todas — vae se alastrando, ganhando vulto, raro o clinico aqui em Manaus que não tenha, diariamente, o desprazer de constatar casos que vão evoluindo á sombra de grippe banal ou do habitual paludismo...

Não venho propôr ao Rotary Club de Manaus a solução desse magno problema, porque, ao proprio Governo, a quem cabe esse indeclinavel dever de humanidade, talvez escasseiem recursos para a construcção de preventorios, colonias de ferias, hospitaes, sanatorios, etc., que se fazem necessarios.

Em Manaus, a situação do tuberculoso é lastimavel, recusado como vive á porta dos nossos dois unicos hospitaes — Santa Casa e Beneficente Portugueza. Nem ao abastado, ao rico, é permittida a hospitalização. A recusa é formal e immediata.

Condoendo-se da sorte desses infelizes, lembrou-se alguém de alugar um predio, e, para armar effeito ou por

irreflexão, collocou á sua fachada o titulo pomposo de Hospital de São Sebastião. E' para este pseudo Hospital, que constitue um verdadeiro kysto na historia medica de Manaus, que venho solicitar a attenção de todos os compatriotas, esperando tudo envidem para attenuar a miseria, a penuria, o desconforto dos infelizes que vão ler áquella verdadeira ante-câmara mortuaria. Estou certo que toda Manaus, inclusive seu respeitavel corpo medico, desconhece o requinte de perversidade que é o pseudo Hospital de São Sebastião, verdadeiro deposito de agonizantes, encravado nos fundos do forno crematorio, envolto continuamente na fumaça dos detritos em combustão de toda a cidade, circumdado por duas serrarias bullhentas, fronteiro ao Matadouro Publico de Manaus, onde a matança dos irracionais constitue quadro doloroso porque usados ainda processos antiquados e anti-hygienicos, mesmo barbaros!

Um grupo de senhoras e senhoritas piedosas constituiu-se em sociedade, organizando a Sociedade Amazonense de Amparo aos Tuberculosos. A' frente desse grupo de abnegadas está a senhora Neta Ferreira, que, sobrepondo-se a todas as naturaes difficuldades, com o enthusiasmo proprio de seus vinte e poucos annos, não tem permittido se dissolva esse nucleo que vem, de qualquer modo, amparando e visitando a sorte dos tuberculosos de Manaus. Dispondo de capital precario — cerca de cinco contos de réis, conseguidos á custa de titanicos esforços, com a contribuição mensal das demais associadas, distribue a Sociedade remedios e leite diariamente a 18 doentes que se recusam á hospitalização. Parece não ser nada, mas reconhecamos que é grandioso e lottavel o trabalho sem alardes desse grupo de senhoras — que não procuram as columnas dos jornaes para reclame irritante e escandaloso de suas pessoas. . .

O que o Rotary Club de Manaus pode e deve fazer — e aqui fica meu apello — é ir de encontro a essa Sociedade amparando-a, auxiliando-a na medida de suas forças. Proprio no Rotary, por exemplo, se dirigisse por intermedio de sua Directoria aos altos poderes

do Estado, com o concurso de nosso companheiro Necker Pinto, conseguindo doação de vasta area de terra num dos nossos suburbios e ali se construíam pavilhões amplos, modestos que sejam, mas hygienicos, confortaveis, onde os enfermos da chamada peste branca sejam cuidados menos deshumanamente.

Sei que nosso companheiro Necker Pinto, no desenvolvimento de seu programma na direcção da Saúde Publica do Estado, providencia a installação de um Centro de Saúde Publica Modelo, onde o exame clinico dos doentes tuberculosos se completará com outros de laboratorio e raios X. Não basta, contudo. Faz-se mister, mais, a notificação obrigatoria, por parte dos clinicos, de todos os casos suspeitos e positivamente diagnosticados; isolar o doente, hospitalisando-o, medicando, alimentando-o confortando-o, confiando no hospital como meio de cura efficiente e não como um local impressionante onde vá terminar seus dias; iniciar a educação sanitaria do povo, problema tambem só agora cogitado, com a creação do curso de educadoras sanitarias, base hoje de toda campanha sanitaria honesta e bem orientada.

Concluindo: — Os meios seguros de diagnostico, a educação sanitaria constituem cogitação actual da direcção da Saúde Publica. Faltam-nos o Hospital, modesto que seja, onde os doentes melhorem sua miseria physica. Congregados, appellemos, nós, rotarianos do Amazonas, para o Governo do Estado e fiquemos certos que melhoraremos de algum modo, a sorte dos tuberculosos amazonenses nossos conterraneos, victimas da sua falta de educação sanitaria, si factores outros, como a insalubridade de nossas habitações e o proprio clima tambem não concorrerem para essa triste condição".

Sr. Presidente e srs. deputados. Muitas palavras, dirigidas aos rotarianos do Amazonas, ha cerca de um anno, são dirigidas, hoje, aos legitimos representantes do povo do Amazonas com assento nesta Assembléa. A situação do tuberculoso permanece a mesma, inalterada. Os poucos doentes internados necessitam de tudo. Que me baste af-

firmar a esta Assembléa que elles são alimentados com refeições preparadas na Santa Casa de Misericórdia, conduzidos em marmittas e vasilhames semelhantes, para o Hospital, que se encontra cerca, talvez, de mais de um kilometro de distancia.

Enfermidade que exige o mais rigoroso tratamento medicamentoso, clima e sobretudo regimen alimentar esmerado, seleccionado, cuidado, pergunto — que alimentação recebem esses pobres infelizes com sua cosinha a kilometros de distancia? A resposta, deixo-a aos meus nobres e cultos collegas!

Como disse, ventilei o assumpto dentro do Rotary. Despertei o maximo interesse de todos os associados. Os primeiros passos foram dados junto ás autoridades. Fiz parte da commissão que se dirigiu ao sr. capitão Nelson de Mello, juntamente com o sr. Abilio Silva e Sá. Prometteu-nos o sr. Interventor de então a doação da quantia de duzentos contos á Sociedade de Protecção aos Tuberculosos para a construcção de um hospital, modesto que fosse, num dos subúrbios de Manaus. Reorganizamos essa Sociedade. Na certeza do donativo promettido, não faltaram individuos abnegados, promptos ao sacrificio de assumir a direcção da Sociedade. A vaidade de cidadãos, até então alheios e indifferentes á sorte precaria da Sociedade, acordou, e causava admiração vel-os, sollicitos, preocupados, desejosos de se tornarem como a gralha da fabula...

Estabeleceu-se a discordia dentro da Sociedade. Tomei parte nella, confesso, externando minha revolta ante o que assistia, em memoravel sessão. Que aconteceu? Naturalmente o que era de esperar: — o sr. Interventor, scientificado do entusiasmo que despertara a promessa do donativo, alarmou-se com os factos e deixou de dar á Sociedade os promettidos duzentos contos, permanecendo a questão na mesma situação anterior.

Prometti ás abnegadas directoras da Sociedade, entre as quaes declino o nome da senhora Virginia Amorim, envia-los esforços, como deputado, e com o mesmo interesse e entusiasmo de quando socio do Rotary, para que o

problema tivesse o concurso de todos os srs. representantes do povo com assento nesta Casa. Cumpro, sr. Presidente, meu promettido. Aqui estou fazendo meu appello, solicitando, conjo solicitei de outras vezes em prol dos menores desamparados, em prol da creação de uma Maternidade e de um Dispensario Infantil, dos srs. deputados, sua contribuição patriotica, seu auxilio para aquelles que pagam á mais mortifera de todas as enfermidades um pesado tributo por falta de assistencia dos poderes publicos.

Declarei aqui, em sessão passada, que occupamos o terceiro lugar, no mundo, em mortalidade infantil. Da leitura de um livro do prof. Clementino Fraga, aqui á disposição de meus collegas, intitulado "Tuberculose Pulmonar", podemos nos capacitar, analysando graphicos, referentes a 30 cidades nacionaes e estrangeiras, nesse livro impressos, que nossa collocação é lastimavel, affirmo mesmo — vergonhosa, em comparação ás demais cidades no que diz respeito á mortalidade pela tuberculose.

Meu projecto é o seguinte:

A Assembléa Legislativa do Estado do Amazonas

Considerando que a assistencia aos tuberculosos é dever de alta significação social, previsto e determinado pela Constituição Estadual no seu art. 141 e paragraphos;

Considerando que as difficuldades financeiras do Estado, não tem permittido sequer a tentativa de resolução desse tão importante problema e para tal fim se faz mistér despesas que as finanças estadaes ainda não podem suppor, em virtude de estarem já compromettidas por outras indeclinaveis obrigações da administração publica;

Considerando, que toda e qualquer providencia contributiva com a finalidade exclusiva de assistencia aos tuberculosos, reflecte directamente no bem colectivo, interessando todas as camadas sociais, pelo soccorro ao doente e prevenção do contagio propagador da terrivel peste branca, focalizando, ainda, mais uma vez, o altruismo e philantropia do povo do Amazonas

RESOLVE :

Art. 1.º—Fica creado o Sello de Assistência aos Tuberculosos, destinado exclusivamente ao custeio de uma campanha efficiente contra esse alarmante mal social.

Art. 2.º—O sello, que será do valor de DUZENTOS REIS, incidirá :

a) —sobre todos os requerimentos que derem entrada nas repartições publicas estaduais e municipaes;

b) —sobre todos os documentos que instruírem requerimentos ou processos;

c) —sobre os attestados para recebimento de qualquer natureza;

d) —sobre todos os pagamentos effectuados pelas repartições publicas, quer se trate de vencimentos, pensões, subvenções, ou material;

e) —sobre todos os papeis sujeitos ao imposto do sello, na forma estabelecida na lei n.º 1.256, de 25 de fevereiro de 1926.

Art. 3.º—Nos pagamentos collectivos a funcionarios, assalariados, diaristas, o Sello de Assistência aos Tuberculosos, será arrecadado por desconto, a cada um, na folha respectiva, exigindo-se, no entanto, a apposição da estampilha, quando o pagamento fór feito por meio de cheque, portaria, attestado ou outra qualquer forma, determinada por lei.

Art. 4.º—As repartições publicas do Estado e dos municipios não acceitarão, nem permitirão que nellas transitem papeis de qualquer natureza sem o sello creado pela presente lei, sob pena de responsabilidade.

Art. 5.º—A Directoria Geral da Fazenda Publica providenciará sobre o modelo e encomenda das estampilhas, podendo, para attender a applicação immediata do sello, pôr em circulação o stock do sello adhesivo da extincta taxa sanitaria, existente na Thesouraria Geral, carimbando-as com a legenda "Assistencia aos tuberculosos".

Art. 6.º—A renda do sello será recolhida, mensalmente, á Directoria Geral da Fazenda, pelas repartições fiscaes á ella subordinadas, sendo escripturada em titulo especial, não cabendo aos exactores ou funcionarios nenhuma percentagem sobre a sua arrecadação.

Art. 7.º—Os vendedores autorizados das estampilhas do Estado ficam obri-

gados a, em todas as suas requisições, adquirirem, pelo menos, dez mil réis em sellos de assistencia aos tuberculosos, por cuja venda não lhes será attribuida nenhuma percentagem.

Art. 8.º—A renda do sello será entregue mensalmente pela Directoria Geral da Fazenda, mediante requisição, presentemente, á Santa Casa de Misericórdia, e, futuramente, quando organizado o plano de combate — a quem estiver a cargo a manutenção, em Manáos, do Hospital dos Tuberculosos e serviços annexos, ficando estabelecida a obrigação, por parte de quem receber a referida renda, de prestação de contas, tambem mensal, pela qual fique comprovada a applicação exclusiva no custeio e ampliação do serviço a ser creado.

Art. 9.º—Os casos omissos e os não previstos na presente lei serão resolvidos pela Directoria Geral da Fazenda Publica, por meio de portarias de instrucção, as quaes terão ampla divulgação pela imprensa.

Art. 10.º—A presente lei entrará em vigor no dia 2 de janeiro de 1936, revogando-se as disposições em contrario. S. S. em 27 de Dezembro de 1935.

João de Paula Gonçalves

A seguir, com a palavra, o sr. Aristides Rocha, louvando a medida, acha, entretanto, que uma vez que se onera o povo com tributos novos, cumpre que a Assembléa não dispense delles a quem quer que seja, mediante isenções de qualquer natureza.

O sr. Chaves Ribeiro, logo após, pela commissão de poderes, apresenta cinco pareceres, referentes ás pretensões de Jacob Benzaquen, Cursino Dias da Gama, Elias Benayon, Francisco Vieira de Senna e ao projecto n.º 71, opinando que o primeiro interessado deve dirigir-se ao Governador do Estado, devendo sobre o assumpto dos demais pareceres ser ouvida a commissão de fazenda.

Tambem o sr. Felix Valois, pela commissão de segurança, apresenta um parecer relativo ao projecto n.º 48, que reorganiza a Força Publica, indo o mesmo a imprimir para entrar na ordem dos trabalhos.

Falla ainda pela commissão de poderes o sr. Nobre da Silva, que envia

à Mesa pareceres sobre os projectos ns. 68 e 70, havendo requerido logo dispensa de impressão e de interstício para que aquelles entrem nas discussões regimentaes, na segunda parte. **Approvedo o requerimento.**

A' consideração do plenário offerece o sr. Ananias de Almeida as redacções dos projectos ns. 6, 41, 56 e 60, as quaes, approvadas, vão á sanctão, trazendo igualmente o sr. Francisco Caetano ao conhecimento da Casa o parecer da quarta commissão, relativo ao requerimento dos commerciantes de fumo e cigarros, o qual opina pelo archivamento da petição.

Passando-se á segunda parte da ordem do dia, entra em segunda discussão o projecto n. 65. Falla sobre elle o sr. Aristides Rocha, que, allegando irregularidades, requer que a Casa solicite informações ao Conselho do Montepio a respeito do documento que acompanha o projecto. Em discussão o requerimento observa o sr. Vivaldo Lima que será melhor fazer voltar o projecto á commissão para acurado estudo, com o que concorda o sr. Aristides Rocha, retirando por isso o seu requerimento. Volta o projecto á commissão competente e entra logo em segunda discussão o de n. 67 sobre o qual se pronunciam os srs. Aristides Rocha e Moacyr Dantas. Sobre o assumpto falla tambem o sr. Vivaldo Lima, que apresenta uma emenda, tambem assignada pelo sr. Ariolino Azevedo, voltando por isso o projecto á commissão de poderes. Discorda dessa deliberação o sr. Moacyr Dantas e propõe que projecto e emenda sejam immediatamente discutidos. Aceito o alvitre, é o projecto approvado em segunda discussão.

Ao ser discutido, em segundo turno, o projecto n. 68, propõe-lhe uma emenda o sr. Genesino Braga, requerendo logo dispensa de impressão e interstício para um e outra, afim de serem immediatamente discutidos e approvados. **Approvedo o requerimento**, tambem o é o projecto referido, nos dois turnos finais, indo á commissão de redacção. E' tambem approvado, em segunda e terceira dis-

cussões, o projecto n. 70, que a Mesa envia á commissão competente.

Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente encerra os trabalhos, marcando para a sessão nocturna esta ordem do dia: primeira parte, regimental; segunda parte, segunda discussão do projecto n. 66, terceira do n. 67 e o que occorrer.

Sessão de 27 de Dezembro

(Nocturna)

Presidencia do sr. João Vercosa. — Secretarios — srs. Nogueira da Matta e Carlos Machado.

A's vinte horas, presentes os srs. João Vercosa, Leopoldo Neves, Nogueira da Matta, Carlos Machado, Felix Valois, Ananias de Almeida, Moacyr Dantas, Maria Leão, Paula Gonçalves, Manoel Monteiro, Vivaldo Lima, Leopoldo Pêres, Nunes de Lima, Ruy Barreto, Armando Madeira, Tito Bittencourt, Antonio de Vasconcellos, Felismino Soares, Aristides Rocha, Pimentel Salles, Arthur Bonates, Alfen Phaumaturgo e Genesino Braga, faltando com causa justificada os srs. Cosme Ferreira, Ary Cahn, Antovilla Vieira, Philadelpho de Moraes e Benjamin Ferreira, e sem ella os demais representantes, é aberta a sessão.

Lida e approvada a acta da ultima sessão, o primeiro secretario apresenta este

EXPEDIENTE

Telegramma da Assembléa Legislativa de Matto Grosso, communicando que foi promulgada a Constituição desse Estado.

Idem dos prefeitos de Porto Velho e Itacatiara, dando sciencia de que foram empossados nesses cargos.

Annunciada a primeira parte da

ORDEM DO DIA

pede a palavra o sr. Moacyr Dantas, que, referindo-se ao telegramma recebido pelo Governador sobre a suspensão do trafego dos navios da Amazon River, no começo do anno proximo, lamenta esse facto que vem perturbar

a vida commercial e economica do Amazonas, terminando com um apello no sentido de serem passados telegrammas aos representantes federaes, solicitando medidas urgentes em defesa dos interesses do Estado.

Em discussão o requerimento, pede a palavra o sr. Aristides Rocha, que, reportando-se tambem ao assumpto, por elle considerado de salvação publica, apresenta uma indicação, afim de appellar a Assembléa para o ministro da viação e nossos representantes nas duas casas do parlamento, expondo-lhes as terriveis consequencias do acto do Amazon River, em relação ás industrias, ao commercio e ao povo do Amazonas.

Posta tambem em debate a indicação do sr. Aristides Rocha, volta á tribuna o sr. Moacyr Dantas, que declara não haver, neste momento angustioso, maioria e minoria, entendendo assim que deviam ser approvadas ambas as propostas apresentadas. Accetto o alvitre, por unanimidade, o sr. presidente declara que a Mesa providenciara immediatamente quanto ás deliberações do plenario.

Ainda com a palavra, o sr. Moacyr Dantas envia á Mesa um projecto, extinguindo impostos e taxas que oneram os vencimentos dos funcionarios inactivos, ficando estes sujeitos apenas aos tributos geraes. O projecto, que vai a imprimir, toma o n. 73.

Depois, o sr. Ruy Barreto tambem manda á Mesa um parecer sobre o projecto n. 55, referente á criação de uma secção de estatistica, annexa á Directoria da Instrucção Publica.

Vem á tribuna o sr. Leopoldo Neves, que, como presidente da commissão de finanças, expõe as ponderações do director da fazenda publica sobre a quase impossibilidade de fiscalizar e arrecadar os novos impostos creados para o futuro exercicio financeiro, sem a correspondente apparellagem de pessoal idoneo, que deve ser augmentada nas tabellas daquelle Directoria. Assim, pede á Assembléa que se pronuncie a respeito, para que a responsabilidade inteira, nas deliberações orçamentarias, não venha a

pesar sobre a commissão de finanças.

Falla em primeiro logar o sr. Antonio de Vasconcellos, que combate qualquer criação de novos cargos, frisando que, antigamente, com o movimento commercial e industrial do Acre, então pertencente ao Amazonas, a fazenda publica, com reduzido numero de funcionarios do Thesouro e Recbedoria, fazia cabalmente as arrecadações fiscaes, sem delongas nem atropellos. Conclue dizendo que vota contra qualquer augmento nos quadros da fazenda, mesmo que seja de um unico servente.

Segue-se na tribuna o sr. Aristides Rocha, que recorda o accordo feito na vespera entre a maioria e a minoria, no sentido de obstar-se, não só a majoração de vencimentos do functionalismo, como a criação de novos encargos ao Thesouro, mediante ampliação do pessoal dos quadros. Lembra ainda o orador a necessidade de ser, intransigentemente, respeitado esse convenio, podendo o director da fazenda, em casos extremos, recorrer aos empregados das mesas de rendas, ou a funcionarios em disponibilidade, para effeito de arrecadação de impostos, sendo esse o ponto de vista da minoria, que desaprova a suggestão do director da fazenda estadual.

Fallando ainda os srs. Vivaldo Lima e Leopoldo Neves, achando o primeiro que a pretensão do director da fazenda devia vir á Assembléa por intermedio do Poder Executivo, e agradecendo o segundo aos seus collegas a clueidação do caso, afim de ficar provado que, da parte da commissão de fazenda, não houve, nem podia haver má vontade ou desconfiança contra o director do Thesouro.

No segunda parte, são discutidos e approvados os projectos numeros 66 e 67, o primeiro em segundo e o ultimo em terceiro turno.

Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente encerra os trabalhos, marcando para a proxima sessão esta ordem do dia: primeira parte, regimental; segunda parte, terceira discussão do projecto n. 66 e promulgação das leis ns. 7 e 8.

Sessão de 28 de Dezembro

Presidência do sr. João Verçosa. — Secretários — srs. Nogueira da Matta e Carlos Machado.

A' hora regimental, presentes os srs. João Verçosa, Leopoldo Neves, Nogueira da Matta, Carlos Machado, Felix Valois, Ananias de Almeida, Moncyr Dantas, Maria Leão, Manoel Monteiro, Ariolino de Azevedo, Vivaldo Lima, Leopoldo Peres, Nunes de Lima, Ruy Barreto, Armando Madeira, Tito Bittencourt, Antonio de Vasconcellos, Chaves Ribeiro, Aristides Rocha, Arthur Bonates, Manoel Lobo, Genesino Braga, Francisco Caetano e Carlos Nobre, faltando com causa justificada os srs. Cosme Ferreira, Ary Cahn, Antovilla Vieira, Philadelpho de Moraes e Benjamin Ferreira e, sem ella, os demais representantes, é aberta a sessão.

Lida e approvada a acta anterior, o primeiro secretario dá conta do seguinte

EXPEDIENTE

Petição do desembargador Emílio Estanislau Affonso, pedindo contagem do tempo em que esteve em disponibilidade como juiz de direito de Humaythá.

Idem, da professora Edelvira Vaz de Abreu, directora do collegio "Julio Diniz", requerendo uma subvenção a titulo de auxilio ao ensino primario.

Aberta a primeira parte da

ORDEM DO DIA

o sr. Ruy Barreto, pela commissão de poderes, envia á Mesa um parecer favoravel ao projecto n. 50, instituindo a Casa de Maternidade e o Dispensario Infantil. Tambem o sr. Leopoldo Neves, pela commissão de finanças, apresenta o parecer desta sobre o projecto n. 31, considerando-o justo, mas opinando que seja tomado em consideração mais tarde, visto a Assembléa, na actual sessão, haver deliberado não augmentar a despesa organamentaria. A seguir, pede a palavra o sr. Leopoldo Peres, que, na qualidade de autor do projecto, declara achar razoaveis as ponderações do sr. Leopoldo Neves, esperando,

entretanto, que o projecto, opportunamente, mereça a approvação da Casa.

Pela commissão de redacção, o sr. Ananias de Almeida envia á Mesa as dos projectos ns. 41, 61, 70 e 71, as quaes, approvadas, vão á sancção.

Tambem o sr. Nobre da Silva envia á Mesa, em nome da commissão de poderes, um parecer favoravel ao projecto n. 59, que regula as normas de marcação dos productos amazonenses, pedindo dispensa de impressão e intersticio para o projecto ser logo submettido ás discussões regimentaes, na segunda parte da ordem do dia. Approvado o requerimento.

Com a palavra, o sr. Felix Valois requer que a Assembléa, por intermedio da Mesa, consulte a autoridade competente sobre a situação dos sargentos deputados, no interregno das sessões legislativas. O sr. presidente promette attender ao sr. Felix Valois.

A seguir, com as formalidades do Regimento, o sr. presidente promulga duas resoluções da Assembléa, uma, approvando actos do Poder Executivo, e outra, mandando contar tempo para effeito de aposentadoria ao porleiro da Assembléa Legislativa.

Na segunda parte, são approvados em primeira e segunda discussões o projecto n. 59, em terceira o de n. 66, que vae á commissão de redacção, e em segunda e terceira o de n. 70, que é enviado á mesma commissão.

Encerrados os trabalhos, o sr. presidente marca esta ordem do dia : primeira parte, regimental; segunda, terceira discussão do projecto n. 59 e o que occorrer.

Termo de 29 de Dezembro

Presidência do sr. João Verçosa. — Secretários — srs. Nogueira da Matta e Carlos Machado.

A' hora regimental, presentes os srs. João Verçosa, Nogueira da Matta, Carlos Machado, Leopoldo Neves, Aristides Rocha, Ruy Barreto, Tito Bittencourt, Arthur Bonates e Vivaldo Lima, não havendo numero legal, deixa de realizar-se a sessão, continuando a mesma ordem do dia.

Sessão de 30 de Dezembro

Presidência do sr. João Verçosa. — Secretarios — srs. Nogueira da Matta e Carlos Machado.

A' hora regimental, presentes os srs. João Verçosa, Leopoldo Neves, Nogueira da Matta, Carlos Machado, Felix Valois, Ananias de Almeida, Moacyr Dantas, Maria Leão, Manoel Monteiro, Ariolino Azevedo, Vivaldo Lima, Leopoldo Peres, Nunes de Lima, Armando Madeira, Tito Bittencourt, Antonio de Vasconcellos, Felismino Soares, Chaves Ribeiro, Aristides Rocha, Pimentel Salles, Arthur Bonates, Manoel Lobo, Genesino Braga, Alfen Thaumaturgo e Carlos Nobre, faltando com causa justificada os srs. Cosme Ferreira, Ary Cahn, Antovilla Vieira, Philadelpho de Moraes e Benjamin Ferreira, e sem ella os demais representantes, é aberta a sessão.

Lidos e approvados o termo e acta anteriores, o primeiro secretario dá conta deste

EXPEDIENTE

Carta do desembargador Jovino Maia ao presidente João Verçosa, agradecendo as homenagens prestadas pela Assembléa á memoria de seu filho dr. Arnaldo Maia, recém-fallecido em Manaus.

Mensagem do Governador, submettendo á consideração do Legislativo uma demonstração de differença de vencimentos dos desembargadores, a qual não foi satisfeita á falta de crédito, bem como a devida ao dr. Waldemar Pedrosa, quando secretario do Estado no cargo de interventor.

Idem, da mesma autoridade, remetendo o requerimento em que Domingos da Silva Leite, ex-musico da Força Policial, solicita uma pensão.

Circular do presidente da camara municipal de Moura, participando que assumiu o cargo de prefeito.

Idem, da mesma autoridade, participando haver dado posse aos vereadores eleitos.

Idem, do sr. Aristides Cesar Pires, communicando haver sido eleito pre-

sidente da Camara Municipal de Manicoré.

Circular do dr. Pedro Telmo Barba, participando haver reassumido o cargo de consul do Japão.

Rádios dos srs. senador Cunha Mello e deputados Luiz Tirelli e Carvalho Leal, dando sciencia das providencias que tomaram junto ao Governo Federal, relativamente ao caso da Amazon River.

Idem, do ministro da guerra, congratulando-se com a Assembléa pela passagem das festividades natalinas e apresentando votos de felicidade ao legislativo amazonense.

Mensagem do Governador, pedindo a decretação de verba para pagamento da commissão elaboradora do relatório, que acompanhou a mensagem de sete de dezembro.

Passando-se á primeira parte da

ORDEM DO DIA

o sr. Aristides Rocha, reportando-se a telegrammas passados pela representação federal a respeito de sua actualiação junto ao governo da Republica, no caso da Amazon River, pede que a Assembléa, por intermedio da Mesa, telegraphie áquelles representantes, notadamente ao senador Cunha Mello, agradecendo a sua patriotica actividade, relativamente a essa questão de interesse vital para o Amazonas.

Em discussão o requerimento, falla o sr. Leopoldo Neves, dando-lhe seu voto favoravel, com restricção ao destaque do nome do senador Cunha Mello, visto que, a seu ver, todos têm obrigação de zelar os interesses do Estado. Em seguida, é o requerimento approvedo.

Pela commissão de fazenda, o sr. Vivaldo Lima, manda á Mesa o substitutivo ao projecto n. 24, sobre despachantes da fazenda estadual, requerendo logo as duas discussões regimentaes, com dispensa de impressão e intersticio, afim de entrar o substitutivo na segunda parte da ordem do dia. E' approvedo o requerimento.

Depois, o sr. Felix Valois, com a palavra, apresenta um projecto, tornando extensivo ás praças de pret da

extincta Força Policial o beneficio da lei estadual numero 94, de 29 de agosto de 1923, pedindo igualmente dispensa de impressão e intersticio para que o projecto passe, na segunda parte, pelas discussões exigidas no Regimento. Discutido o requerimento do sr. Valois, o sr. Aristides Rocha declara que o approva, ponderando, porém, que a Casa devia abster-se de novos projectos pela premencia do tempo, pois o orçamento, na parte relativa á despesa, ainda não fôra discutido.

Pela comissão de fazenda, o sr. Leopoldo Neves apresenta tres pareceres: um, ao projecto n. 55, outro, á petição de Jacob Benzaquen e o ultimo sobre o Patronato da Cachoeirinha, os quaes são logo submellidos á discussão unica, havendo o sr. Vivaldo Lima pedido vista dos mesmos, o que a Casa concede. O sr. Leopoldo Neves estranha essa attitudo do sr. Vivaldo Lima, dizendo que, de certa maneira, o gesto de seu collega envolve uma censura á comissão de fazenda, sendo certo que o sr. Vivaldo Lima teve tempo bastante para inteirar-se das materias sobre que versam os pareceres.

Depois o sr. Ananias de Almeida, pela comissão de redacção, manda á Mesa as dos projectos ns. 66, 68 e 73, as quaes, approvadas, vão á sancção.

Pela comissão de fazenda, o sr. Moacyr Dantas submette á consideração da Casa um projecto, mandando abrir credito, no orçamento futuro, para pagamento de custas na questão de limites entre o Pará e o Amazonas, pedindo dispensa de impressão e intersticio para discussão immediata. **Approvado.**

Tambem o sr. Chaves Ribeiro envia á Mesa dois pareceres, relativos ás petições de Joseph Braule Pinto Bayma e João José Malaquias, fazendo o mesmo, pela comissão de poderes, o sr. Nobre da Silva, referentemente á petição do desembargador Emiliano Estanislau Affonso. Esse ultimo parecer termina com um projecto que toma o n. 76 e é dispensado de impressão e intersticio, afim de entrar na segunda parte da ordem do dia.

Vindo á tribuna, o sr. Arthur Bonates falla sobre o caso da suspensão da luz, por ordem do fiscal do governo junto á Manãos Tramways, á Beneficente Portuguesa, facto que ocorrerá a partir do começo do anno proximo, com evidente transtorno para o serviço interno daquelle hospital. Responde ao sr. Arthur Bonates o "leader" da maioria, sr. Moacyr Dantas, que esclarece o caso referido por seu collega da minoria, affirmando a razoabilidade da medida governativa, uma vez que o futuro orçamento não estipula verba para essa despesa.

Na segunda parte, são approvados: em terceira discussão, o projecto n. 59; em segunda e terceira, os ns. 24, 75 e 76, e, nos tres turnos, o n. 74, sendo todos enviados á comissão de redacção.

Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente encerra os trabalhos, marcando para a proxima sessão: primeira parte, regimental; segunda parte, o que occorrer.

. . .

PROJECTO N.º 42, apresentado na sessão de 9 de dezembro:

(Regimento)

Projecto n.º 42

REGIMENTO INTERNO

TITULO I

CAPITULO I

Disposições preliminares

Do Poder Legislativo

Art. 1.º — O Poder Legislativo é exercido por uma corporação denominada Assembléa Legislativa com as attribuições definidas pela Constituição do Estado.

TITULO II

Da constituição da Assembléa

CAPITULO I

Das sessões preparatorias

Art. 2.º — No início de cada legislatura, os deputados diplomados se reunirão cinco dias antes da data da instalação solenne, às 9 horas, sob a direcção do Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, secretariado por dois funcionarios da Secretaria da Assembléa Legislativa estadual.

Art. 3.º — Aberta a sessão, farão os presentes entrega dos seus diplomas, e depois de marcada pelo Presidente, para a sessão seguinte, a eleição da Mesa, encerrará a sessão, providenciando desde logo para a organização das listas dos diplomados e dos supplentes.

§ 1.º — As listas serão duas: uma dos deputados diplomados com especificação dos partidos, alianças a que pertencerem, avulsos e classistas; outra dos supplentes com a mesma especificação.

§ 2.º — Essas listas deverão ser publicadas dentro de 24 horas no *Diário Official*, com a convocação dos diplomados para a eleição da Mesa.

Art. 4.º — Ainda sob a mesma presidencia, presentes, pelo menos, a metade e mais um dos deputados, será realizada a eleição da Mesa, em cédulas separadas, por escrutínio secreto, e far-se-á a respectiva apuração, considerando-se eleitos, para os cargos, em caso de empate, o mais velho.

Art. 5.º — O Presidente fará immediatamente a proclamação dos mais votados e passará a direcção dos trabalhos ao Presidente eleito. Este convocará a reunião para o dia seguinte, afim de ser prestado o compromisso legal, na forma do art. 22 da Constituição do Estado.

§ Unico — Se não houver numero legal para a eleição será a mesma realizada, sendo porém provisoria essa Mesa, que funcionará até a eleição definitiva, depois de installados solememente os trabalhos.

Art. 6.º — Na sessão seguinte, que será a ultima preparatoria, sob a direcção da Mesa eleita, prestar-se-á o compromisso. Todos de pé, o Presidente proferirá o seguinte: "No exercicio do mandato que o povo me confiou, comprometto-me a guardar a Constituição, jamais faltando ás inspirações da honra, da lealdade e do patriotismo".

§ 1.º — A seguir o Presidente fará a chamada de todos os deputados, a começar pelo Vice-Presidente, e cada um irá respondendo: "Igualmente prometto".

§ 2.º — Os deputados ausentes a esta sessão, quando comparecerem, prestarão o compromisso do mesmo modo, proferindo a formula acima exarada.

CAPITULO II

Dos deputados

Art. 7.º — Os deputados serão tratados por seus nomes completos ou abreviados, estes como indicarem, sem referencia de qualquer titulo, exigindo-se tão somente o nome inteiro nos casos de posse e perda de mandato.

Art. 8.º — Os deputados só poderão retirar-se do recinto das sessões depois de participarem ao Presidente.

Art. 9.º — O deputado só poderá faltar sem causa justificada até dez sessões consecutivas. Dahi para cima deverá ser feita a solicitação á Casa por intermedio da Presidencia, da licença que lhe convier.

§ Unico — Designado o assumpto para a primeira parte da ordem do dia seguinte, será, por maioria de votos dos deputados presentes, resolvido se a licença será com ou sem subsidios.

Art. 10.º — O pagamento da ajuda de custo de que trata o art. 24 da Constituição do Estado, effectuar-se-á no inicio das sessões legislativas, quer sejam preparatorias, extraordinarias ou especiaes.

§ Unico — Não tomando o deputado posse dentro de 15 dias contados da installação dos trabalhos, os subsidios até a data do compromisso só serão pagos depois de approvação da Assembléa.

Art. 11.º — Os subsidios dos deputados serão fixados para uma legislatura, na ultima sessão da anterior, por proposta da Commissão de Finanças e terá duas discussões, correspondentes ás 2.ª e 3.ª de que tratam os arts. 98 e 99.

§ 1.º — Quando por qualquer motivo não puder ser feita a fixação a que se refere este art., continuará em vigor a prevista para a legislatura finda.

§ 2.º — Pela reunião em sessão especial para empossar o Governador eleito, nada perceberão os deputados.

Art. 12.º — A renúncia do mandato de deputado deverá ser escripta, com a firma reconhecida por tabellião e é definitiva e irretractavel.

§ Unico — Ter-se-á como renunciado o mandato, se o deputado, sem justa causa, deixar de tomar posse dentro dos 30 dias subsequentes á instalação da Assembléa, ou faltar a uma sessão annual inteira.

Art. 13.º — A perda de mandato legislativo poderá ser provocada pelo Presidente da Assembléa, por qualquer deputado ou eleitor, garantida plena defeza ao interessado, e será decretada pelo Tribunal Regional, na forma do Código Eleitoral.

Art. 14.º — Verificada a vaga de deputado, por fallecimento, opção, renuncia, perda de mandato ou afastamento temporario, o Presidente da Assembléa convocará o supplente immediato, na forma da legislação eleitoral, dando incontinenti, conhecimento ao Tribunal Regional a quem comunicará igualmente a posse do deputado convocado.

§ Unico — Não havendo supplente a convocar, a comunicação ao Tribunal Regional Eleitoral será feita para ser procedida nova eleição, ou simplesmente para o conhecimento respectivo, na forma do art. 27 da Constituição do Estado.

CAPITULO III

Da Mesa

Art. 15.º — A Mesa da Assembléa compete a direcção dos seus trabalhos e compor-se-á de um Presidente, um Vice-Presidente, primeiro e segundo secretarios e quatro supplentes.

§ 1.º — Os supplentes substituirão os secretarios pela ordem de votação ou, em caso de empate, a começar pelo mais idoso, indo na mesma ordem até a Presidencia.

§ 2.º — Na falta dos supplentes o Presidente convidará qualquer deputado para substitui-los.

Art. 16.º — Estando presentes deputados em numero capaz de deliberar, na falta dos membros da Mesa e dos supplentes, poderá a Assembléa reunir, assumindo a Presidencia o deputado mais votado que convidará dois para secretarios.

Art. 17.º — A Mesa terá seu mandato até a posse da nova Mesa definitiva, eleita nas sessões preparatorias, nos annos seguintes, 24 horas antes, pelo menos, da instalação solemne, depois de convocada pelo Presidente, em publicação feita no *Diario Official*, cinco dias antes, no mínimo,

§ Unico — No caso de não se realizar essa eleição a Mesa anterior continuará até a eleição definitiva, depois de installados os trabalhos.

Art. 18.º — Os membros effectivos da Mesa poderão ser reeleitos, ficando-lhes porém vedado fazer parte de qualquer commissão, exceptuada a executiva.

§ Unico — Exceptua-se igualmente o Vice-Presidente, quanto á Commissão de Finanças e Orçamento.

SECÇÃO 1

Do Presidente

Art. 19.º — O Presidente é o órgão da Assembléa, onde ella tiver de se representar collectivamente, o regulador dos seus trabalhos e o fiscal de sua ordem, na conformidade deste Regimento.

Art. 20.º — São attribuições do Presidente, além de outras constantes deste Regimento :

- 1.º — Presidir as sessões da Assembléa Legislativa;
- 2.º — Abrir e encerrar as sessões á hora regimental;
- 3.º — Manter a ordem e fazer observar a Constituição, Leis e este Regimento;
- 4.º — Proibir a entrada no edificio da Assembléa de pessoas extranhas, ou permittir-lha mediante ingresso visado pelo 1.º Secretario;
- 5.º — Mandar ler as actas, submettel-as á discussão e votação, e assignal-as com os secretarios depois de approvada;
- 6.º — Fazer ler todo o expediente e despachal-o;
- 7.º — Dar posse aos deputados;
- 8.º — Conceder a palavra aos deputados na ordem da inscripção e aos que a solicitarem verbalmente;
- 9.º — Negar a palavra aos que pedirem sem direito;
- 10.º — Chamar a attenção do orador quando terminar a hora do expediente e da ordem do dia, ou se esgotar o tempo a que tenha direito para falar; quando se desviar da questão; quando falar sobre materia vencida; quando fallar a attenção á Assembléa ou a alguns de seus membros e em geral aos representantes dos poderes publicos;
- 11.º — Retirar a palavra a qualquer deputado, nos casos previstos no numero anterior quando não forem attendidas suas observações;
- 12.º — Suspender a sessão deixando a cadeira da Presidencia, quando não puder manter a ordem ou as circumstancias o exigirem;
- 13.º — Levantar a sessão;
- 14.º — Requisitar o auxilio da força publica quando se tornar necessario, podendo mandar evacuar as galerias;
- 15.º — Annunciar a ordem do dia depois do expediente e a do dia seguinte no fim de cada sessão;
- 16.º — Submettel á discussão e á votação a materia a isso destinada;

17.ª—Estabelecer o ponto da questão sobre o qual devam ser feitas as votações;

18.ª—Annunciar o resultado das votações;

19.ª—Receber as mensagens do Governador, as propostas e representações de que trata o art. 31 da Constituição do Estado; dar conhecimento dellas á Casa e enviar-as ás comissões competentes, e incluil-as na ordem do dia para serem discutidas e votadas.

20.ª—Nomear, por autorização da Assembléa, comissões especiaes e externas.

21.ª—Promover a divulgação dos debates e de todos os trabalhos e actos da Assembléa e tomar as providencias necessarias junlo ao Poder Executivo, para que sua publicação se faça pontual e diariamente, inclusive as publicações dos annaes no fim de cada sessão legislativa;

22.ª—Não permittir a publicação de expressões e conceitos vedados por este Regimento;

23.ª—Resolver as questões de ordem ou de pratica parlamentar, podendo submettel-as á Assembléa quando julgar necessario, ou quando o requerer qualquer deputado;

24.ª—Assignar com os secretarios todas as resoluções da Assembléa;

25.ª—Assignar toda a correspondencia da Assembléa;

26.ª—Convocar sessões extraordinarias;

27.ª—Recber o compromisso e dar posse ao Governador do Estado, perante a Assembléa reunida em sessão solemne;

28.ª—Substituir o Governador do Estado, nos termos da Constituição estadual;

29.ª—Promulgar as Leis, Decretos e Resoluções da Assembléa, no exercicio de sua competencia exclusiva, nos termos do art. 30 § unico da Const. do Estado;

30.ª—Enviar ao Governador as Leis votadas pela Assembléa para a competente sanção ou promulgação.

Art. 21.º — Para tomar parte em qualquer discussão, o Presidente passará a sua cadeira na Mesa ao seu substituto, enquanto se tratar do objecto em debate, podendo, somente, voltar ao seu logar depois de approvado ou regeitado o mesmo.

§ Unico — Além do caso acima, unicamente nos de empate e de escrutinio secreto, poderá o Presidente tomar parte na volação.

SECÇÃO II

Do Vice-Presidente

Art. 22.º — O Vice-Presidente substitue o Presidente da Assembléa Legislativa em suas faltas e impedimentos.

Art. 23.º — Sempre que o Presidente não se achar no recinto á hora regimental do início dos trabalhos, o Vice-Presidente assumirá a Presidencia e os dirigirá.

SECÇÃO III

Dos Secretarios

Art. 24.º — São attribuições do 1.º Secretario :

- 1.º—Assumir a Presidencia da Assembléa na falta e impedimento do Presidente e do Vice-Presidente;
- 2.º—Fazer a chamada dos deputados nos casos previstos neste Regimento;
- 3.º—Lêr o expediente e todos os assumptos sujeitos á deliberação da Assembléa;
- 4.º—Despachar toda a materia do expediente;
- 5.º—Receber e fazer toda a correspondencia official da Assembléa;
- 6.º—Receber todos os requerimentos, memoriaes, convites e communicações dirigidas á Assembléa;
- 7.º—Encaminhar toda a materia depois de despachada pelo Presidente;
- 8.º—Fazer recolher e guardar em boa ordem todas as proposições para serem apresentadas opportunamente;
- 9.º—Assignar, depois do Presidente, as actas e resoluções da Assembléa;
- 10.º—Contar os deputados para a verificação de votação;
- 11.º—Dirigir e inspecção os trabalhos da Secretaria, fiscalizar suas despesas, fazer observar o seu Regimento e interpretal-o;
- 12.º—Providenciar para que sejam entregues aos deputados os avulsos relativos á materia designada para a ordem do dia;
- 13.º—Tomar nota das discussões e voações da Assembléa nos papeis respectivos sujeitos á sua guarda, authenticando-as com as suas assignaturas;
- 14.º—Encaminhar ás commissões os papeis a ellas destinados;
- 15.º—Conferir e visar as folhas de pagamento da representação e subsidios dos deputados e do pessoal da Secretaria, encaminhando-as directamente ao Thesouro do Estado;
- 16.º—Requisitar deste as importancias constantes dos orçamentos para as despesas da Secretaria da Assembléa;
- 17.º—Subscrever e distribuir os cartões de ingresso para o edificio da Assembléa, attendendo ás determinações do Presidente;
- 18.º—Designar um funcionario da Secretaria para auxiliar o 2.º Secretario.

Art. 25.º — São attribuições do 2.º Secretario :

- 1.º—Substituir o 1.º Secretario nas suas faltas ou impedimentos;

2.ª — Fiscalizar a redacção das actas e proceder á sua leitura;

3.ª — Assignar, depois do 1.º Secretario, todas as actas e resoluções da Assembléa;

4.ª — Escrever as actas das sessões secretas;

5.ª — Tornar nota dos deputados que comparecerem ás sessões e todas as occurrencias, para a lavratura da acta respectiva;

6.ª — Auxiliar o 1.º Secretario no preparo da correspondencia official da Assembléa;

7.ª — Tornar nota dos votos dos deputados nas votações nominaes.

CAPITULO IV

Das commissões

Art. 26.º — A Assembléa iniciará seus trabalhos em cada sessão legislativa ordinaria, organizando suas commissões.

§ Unico — Essas commissões são permanentes e especiaes.

Art. 27.º — As commissões permanentes em numero de 8, são :

1.ª — Executiva;

2.ª — Constituição, Justiça, Legislação e Interesses Municipaes;

3.ª — Finanças e Orçamentos;

4.ª — Agricultura, Industria e Commercio;

5.ª — Viação, Obras Publicas, Terras e Colonização;

6.ª — Segurança Publica;

7.ª — Saúde Publica, Educação e Cultura;

8.ª — Redacção. ...

Art. 28.º — A' Commissão Executiva compete :

a) — Manter a regularidade dos trabalhos da Assembléa e dirigil-os durante as sessões legislativas e nos seus interregnos;

b) — Fazer o policiamento interno da Assembléa;

c) — Manter o perfeito funcionamento da Secretaria;

d) — Dar parecer sobre quaesquer proposições de modificação no serviço ou no pessoal da Secretaria e suas condições, antes de irem a plenário.

Art. 29.º — A' Commissão de Constituição, Justiça, Legislação e Interesses Municipaes, compete :

a) — Manifestar-se sobre todos os assumptos quanto ao seu aspecto juridico, legal e constitucional;

b) — Examinar quanto ao mesmo aspecto as leis e resoluções municipaes, denunciando á Assembléa as que contrariarem esses principios.

Art. 30.º — A' Commissão de Finanças e Orçamento, compete :

a) — Dar parecer sobre quaesquer proposições referentes a assumptos previstos no Capitulo IV, do Título II, da Constituição do Estado;

b)—Manifestar-se sobre toda e qualquer proposição, mesmo aquellas que privativamente competirem a outras comissões, desde que directa ou indirectamente, immediata ou remotamente, concorra para augmentar ou diminuir a despesa ou receita publica;

c)—A redacção final dos projectos de orçamento e fixação de forças.

Art. 31.º — A' Comissão de Agricultura, Industria e Commercio, compete :

a)—Manifestar-se sobre todos os assumptos de ordem economica do Estado, na parte relativa á agricultura, industria e commercio.

Art. 32.º — A' Comissão de Viação, Obras Publicas, Terras e Colonização, compete o estudo de todas as questões relativas ás obras publicas e á concessão de terras e construcções, uso e gozo das mesmas; vias de transporte, communicações e colonização.

Art. 33.º — A' Comissão de Segurança Publica, compete dizer sobre a fixação e utilidade da Força Publica estadual.

Art. 34.º — A' Comissão de Saúde Publica, Educação e Cultura, compete :

a)—Opinar sobre questões relativas á saúde publica, hygiene, assistencia sanitaria e ordem social;

b)—Dizer sobre tudo que se relacione á educação e instrucção publica em particular e a tudo que disser respeito ao desenvolvimento cultural e artistico.

Art. 35.º — A' Comissão de Redacção, compete a redacção final de todos os projectos, actos e resoluções da Assembléa, exceptos os de orçamento, relativos á força publica e sobre emenda ou revisão da Constituição.

Art. 36.º — As comissões permanentes têm por fim principal estudar todos os assumptos submettidos á sua apreciação technica e manifestar a sua opinião sobre os mesmos, e são constituídas :

a)—executiva, pela Mesa da Assembléa;

b)—a de Constituição, Justiça, Legislação e Interesses Municipaes, por 6 membros;

c)—a de Finanças e Orçamento, pelo Vice-Presidente da Assembléa, com o seu presidente e por mais 4 membros;

d)—a de Redacção por 3 membros;

e)—as demais comissões serão constituídas por 5 membros.

Art. 37.º — As comissões especiaes serão constituídas por decisão da Assembléa, por indicação da Mesa, ou requerimento de qualquer deputado, para o estudo de determinados assumptos.

§ Unico — A audiencia de uma comissão especial não dispensa o parecer da respectiva comissão permanente, salvo resolução em contrario da maioria da Assembléa.

Art. 38.º — As comissões permanentes serão eleitas por escrutinio secreto, votando cada deputado em tantos nomes quantos forem os candidatos a eleger.

§ 1.º—Terminada a votação o Presidente da Mesa convidará dois deputados para escrutinadores, cabendo ao 1.º Secretário pronunciar o resultado da votação.

§ 2.º—O Presidente proclamará eleitos os mais votados e no caso de empate o mais velho, sendo os demais considerados supplentes.

§ 3.º—Quando as cédulas contiverem nomes em menor numero que o necessario, contar-se-ão os que faltarem considerados em branco; e no caso de serem os nomes em maior, somente os primeiros serão contados, até completar o numero respectivo, sendo os outros considerados como não escriptos.

Art. 39.º—As eleições das comissões permanentes serão feitas até a 3.ª sessão seguinte á da instalação solenne da Assembléa.

§ Único — Servirão as comissões permanentes durante o tempo de exercicio da Mesa da Assembléa.

Art. 40.º—Dentro das 24 horas seguintes á eleição das comissões, estas elegerão seu presidente e vice-presidente e se não o fizerem assumirão essas funções os mais idosos, na ordem decrescente, até a eleição definitiva.

Art. 41.º—O vice-Presidente substitue o Presidente nas suas faltas e impedimentos e na falta de ambos, o mais idoso dos membros presentes.

Art. 42.º—As vagas occorridas nas comissões serão preenchidas pelos supplentes na ordem decrescente da votação e na falta destes por eleição.

§ 1.º—Quando o membro da Comissão comunicar em plenario que não poderá comparecer de 3 a 10 sessões seguidas, ou faltar a 5 consecutivas, sem comunicação, será convocado o supplente pelo tempo que permanecer afastado o effectivo.

§ 2.º—Quando a comunicação fôr de faltas superior a 10 a substituição será definitiva. Havendo supplente se dará na mesma sessão deixando-se para a seguinte se fôr caso de eleição.

§ 3.º—Faltando o membro da comissão a 10 sessões seguidas sem motivo justificado, será feita a substituição definitiva pelo supplente, no dia em que fôr comunicado o facto ao Presidente da Assembléa e na sessão seguinte se houver necessidade de eleição.

§ 1.º—Para qualquer substituição, o Presidente da Comissão, no dia immediato ao do praso respectivo, levará em plenario o facto ao conhecimento do Presidente da Assembléa, que providenciará de accordo com este Regimento.

Art. 43.º—A renuncia de qualquer membro de comissão será acto acabado e definitivo.

Art. 44.º—Quando por deliberação da Assembléa se reunirem duas ou mais comissões em comissão especial, a presidencia caberá ao presidente mais idoso, substituidos pelos vice-presidentes e na falta destes por qualquer membro, sempre na mesma ordem.

Art. 45.º — Nenhum deputado poderá fazer parte de mais de duas comissões permanentes, salvo recusa ou impossibilidade dos demais.

Art. 46.º — Nenhuma comissão poderá funcionar sem a presença da maioria de seus membros.

Art. 47.º — As comissões permanentes reunir-se-ão em sessão ordinária nos dias e horas que escolherem e em sessões extraordinárias quando assim deliberarem por maioria de seus membros presentes, ou por convocação do presidente.

§ 1.º — As reuniões das comissões durarão o tempo necessário aos seus fins, podendo, entretanto, ser interrompido o seu funcionamento quando o presidente achar conveniente por questão de ordem.

§ 2.º — Essas reuniões não poderão se effectuar no momento das votações em plenário e, quando anteriormente reunidas, deverão suspender seus trabalhos enquanto durar aquelle acto.

Art. 48.º — As actas das sessões secretas serão lavradas pelos membros da comissão que servir de secretario, designado pelo presidente e no fim da reunião serão lacradas e rubricadas pelo presidente e secretario para serem archivadas.

Art. 49.º — Distribuido á comissão competente o trabalho apresentado em plenário, esta dará o seu parecer dentro do prazo de 8 dias, que poderá ser prorogado por outro tanto, pela Assembléa.

§ Unico — Essa distribuição será feita pelo 1.º Secretario da Mesa, por intermedio da Secretaria da Assembléa, dentro de 48 horas do seu recebimento.

Art. 50.º — A comissão que receber proposição, mensagem ou outro papel enviado pela Mesa poderá propor a sua adopção ou rejeição total ou parcial, apresentar projectos, substitutivos, emendas ou sub-emendas.

Art. 51.º — O membro da comissão a quem fôr distribuido o estudo de qualquer materia, deverá apresentar, no prazo de 5 dias, sob sua assignatura, relatório e parecer que serão lidos em sessão e sujeitos á discussão.

§ Unico — Se o parecer do relator não fôr adoptado pela maioria da comissão, o presidente designará novo relator dentre os da opinião vencedora.

Art. 52.º — Por intermedio de seu presidente, qualquer comissão poderá requerer verbalmente á Assembléa o concurso de outra para o estudo commum de assumpto submettido á sua apreciação.

Art. 53.º — Os membros das comissões, por intermedio do presidente poderão requisitar de qualquer autoridade ou das repartições publicas, em geral, todos os informes que forem necessarios a orientação dos trabalhos.

Art. 54.º — A's comissões é licito dividirem qualquer materia, para facilidade do estudo, contanto que seja um só o parecer definitivo.

Art. 55.º — Os pareceres aprovados pela comissão enviar-se-ão á Mesa juntamente com os não aprovados e votos em separado, para serem submettidos á deliberação do plenário.

Art. 56.º — As proposições e requerimentos enviados ás comissões que não tiverem parecer dentro de 16 dias, poderão ser incluídas em ordem do dia, *ex-officio*, pelo Presidente da Assembléa, ou a requerimento de qualquer deputado depois de aprovado.

Art. 57.º — As comissões poderão, no fórma do art. 18, da Constituição, convocar o Secretario Geral do Estado, ou ouvir-o quando este o solicitar, sobre os assumptos sujeitos a estudo.

Art. 58.º — Qualquer deputado poderá assistir aos trabalhos das comissões, discutir e suggerir emendas, não podendo, entretanto, votar.

Art. 59.º — Quando qualquer membro de comissão retiver em seu poder, papeis á mesma pertencentes, será advertido pelo presidente e não sendo este atendido, levará o facto ao conhecimento da Assembléa, que dará substituto ao faltoso, na fórma deste Regimento.

Art. 60.º — Ao presidente de qualquer comissão, além de outras disposições regimentaes, compete :

a) — Providenciar, logo que fór eleito, para que fiquem designados os dias e horas das reuniões ordinarias da comissão;

b) — Comunicar na primeira oportunidade, em plenário, á Mesa, a sua eleição e do vice-presidente, assim como os dias e horas das reuniões ordinarias das comissões;

c) — Convocar *ex-officio* ou a requerimento de qualquer membro da comissão, reuniões extraordinarias;

d) — Presidir a todas as reuniões da comissão e nellas manter a ordem e solemnidade necessarias;

e) — Fazer ler a acta da sessão anterior, submittel-a a discussão e votação e assignal-a;

f) — Dar conhecimento á comissão de toda a materia recebida;

g) — Designar relatores e distribuir-lhes a materia a estudar, podendo reservar-se esta funcção, quando julgar conveniente;

h) — Tomar parte nas discussões, mesmo sem deixar a presidência, apurar os votos e decidir no caso de empate;

i) — Conceder a palavra a qualquer deputado membro ou não da comissão, que a solicitar, assim como advertir aos que se exaltarem ou faltarem á consideração de seus pares ou aos representantes do poder publico;

j) — Impedir qualquer manifestação sobre assumpto vencido;

k) — Submeter á discussão e votação as questões sujeitas ao estudo da comissão e proclamar o seu resultado;

l) — Conceder á vista dos pareceres e documentos, aos membros da commissão que a solicitarem, nos termos do Regimento;

m) — Assignar com os demais membros da commissão, os pareceres respectivos;

n) — Ser o órgão de comunicação com a Mesa e a esta enviar toda a matéria destinada ao plenário;

o) — Solicitar do Presidente da Assembléa o preenchimento das vagas existentes nas comissões;

p) — Resolver de accordo com o Regimento, todas as questões de ordem suscitadas na commissão, sobre os seus trabalhos.

Art. 61.º — Ao Presidente da Commissão de Finanças e Orçamentos, incumbe especialmente :

a) — Fazer acompanhar ao plenário o projecto de orçamento e respectivo parecer, de um relatório sobre a situação economica do Estado, aconselhando as medidas legislativas necessarias;

b) — Appreciar de conjuncto nesse relatório orçamento, mostrando as medidas e divergencias entre esses e o do anno anterior, propostas pelo Governo e tomadas pela commissão, para perfeita orientação do plenário.

Art. 62.º — Das reuniões das comissões serão lavradas actas com o summiario do que nellas occorrer, especialmente sobre :

a) — A hora e local das reuniões;

b) — Os nomes dos membros que comparecerem e dos que faltarem com ou sem causa justificada;

c) — Distribuição das materias;

d) — Os pareceres lidos;

e) — Referencias succintas aos relatorios e nos debates.

§ Unico — Quando houver necessidade de serviço tachygraphico dos debates, ou dactylographicos, o presidente da commissão requisitará providencias junto á Mesa da Assembléa.

Art. 63.º — As sessões das comissões serão secretariadas por funcionarios da Secretaria da Assembléa, para esse fim designados pelo 1.º Secretario, mediante approvação do presidente da commissão.

§ Unico — Ao secretario de commissão compete além da lavratura das actas, o serviço de expediente e correspondencia.

TITULO III

Dos trabalhos da Assembléa

CAPITULO I

Das sessões em geral

Art. 64.º — As sessões da Assembléa serão preparatorias, ordinarias, extraordinarias e especiaes.

§ 1.º — As preparatorias são as que precedem à instalação solenne da Assembléa.

§ 2.º — Ordinarias as iniciadas a 10 de Julho de cada anno, se a lei não designar outra data, na forma do art. 14 da Constituição do Estado, inclusive as prorrogações.

§ 3.º — Extraordinarias são as que forem convocadas pelo Governador ou pela maioria dos membros da Assembléa, nos termos do art. 14 da Constituição do Estado.

§ 4.º — Essa convocação será communicada com 15 dias de antecedencia, pelo menos, por meio de publicação no *Diário Official* e aviso por meio de carta ou telegramma a cada deputado, com a designação de dia, hora, lugar e fim da reunião.

§ 5.º — A duração da reunião extraordinaria não poderá exceder de 30 dias.

§ 6.º — São sessões especiaes as realizadas a 1.º de Janeiro do primeiro anno de cada periodo governativo, para empossar o Governador eleito.

Art. 65.º — As sessões preparatorias funcionam na forma prescripta pelo Titulo II, Capitulo I, deste Regimento.

Art. 66.º — Nas prorrogações das sessões ordinarias só se deliberará sobre materia já em andamento, não podendo a Mesa accitar novos projectos.

§ Unico — Antes de findar a prorrogação poderá ser resolvida outra por maioria de deputados nas condições anteriores.

Art. 67.º — As sessões da Assembléa Legislativa serão publicas, salvo nos casos previstos expressamente por este Regimento.

SECÇÃO I

Das sessões publicas

Art. 68.º — A Assembléa se reunirá todos os dias uteis, ás 15 horas precisas contadas no relógio da casa, em sessões publicas, durante o prazo de 3 horas, podendo ser prorogadas por mais uma, a requerimento de qualquer deputado, prazo este que somente poderá ser dilatado por mais meia hora.

Art. 69.º — Além das sessões diarias regulares, poderão ser effectuadas outras no mesmo dia, em domingos ou feriados, conforme a affluencia do trabalho, por determinação da Mesa, que conhecerá dessa necessidade.

Art. 70.º — A' hora do inicio da sessão, os membros da Mesa e os deputados occuparão seus logares.

§ 1.º — Verificado pela lista de presença achar-se, pelo menos um terço do numero total de deputados, o Presidente declarará aberta a sessão, convidando o supplente ou outro deputado qualquer, na forma do Regimento, para preencher a vaga porventura existente na Mesa.

§ 2.º — As sessões poderão ser realizadas com um terço pelo menos dos membros da Assembléa, mas só po-

derão deliberar presentes a metade e mais um (art. 16 da Const. do Estado).

§ 3.º — Por falta de numero o Presidente declarará não haver sessão, ficando para a ordem do dia seguinte a que já achava marcada.

Art. 71.º — As phases das sessões são tres: expediente, primeira e segunda partes da ordem do dia.

§ 1.º — O expediente durará no maximo meia hora e constará da leitura e approvação da acta e leitura da correspondência.

§ 2.º — Aberta a sessão, por ordem do Presidente, o 2.º Secretario lerá a acta da ultima reunião, que será considerada approvada, independente de votação, se não houver impugnação.

§ 3.º — Sobre a acta, qualquer deputado só poderá falar uma vez, durante 10 minutos, no maximo, para rectificar-a, competindo ao segundo secretario prestar esclarecimentos precisos. Considerada pela Assembléa procedente a rectificação, será consignada na acta immediata.

§ 4.º — Approvada a acta o 1.º Secretario dará conta em summula do expediente existente sobre a mesa, que o Presidente irá despachando.

§ 5.º — E' permittido aos deputados requerer a leitura de qualquer papel do expediente.

Art. 72.º — Terminada a leitura do expediente o Presidente annunciará o inicio da 1.ª parte da ordem do dia, que constará da apresentação e leitura de requerimentos, indicações, projectos e leitura dos pareceres das comissões, durante no maximo uma hora, prorogavel por mais meia, a requerimento de qualquer deputado, depois de annuência da Assembléa.

§ 1.º — A 2.ª parte da ordem do dia, que durará no maximo hora e meia, prorogavel por mais uma, pela forma acima indicada, será destinada á discussão e subsequente votação da materia nella incluída.

§ 2.º — Se ao terminar a 2.ª parte da ordem do dia ainda houver materia para discussão e votação, esta ficará obrigatoriamente, na mesma ordem, para o inicio da segunda parte da ordem do dia da sessão seguinte.

§ 3.º — A discussão e votação da materia vinda da sessão anterior deverá ser feita immediatamente após a leitura do expediente.

§ 4.º — Qualquer deputado poderá, depois da leitura do expediente, requerer a inversão da ordem do dia, desde que haja materia urgente sujeita á discussão e votação, a juizo da Assembléa. (Capitulo VIII).

Art. 73.º — Qualquer pessoa, decentemente trajada, poderá assistir das galerias, ás sessões, desde que esteja desarmada e guarde o maior silencio, sem dar signal de applauso ou de reprovação do que se passar no recinto.

§ 1.º — No salão das sessões terão entrada as pessoas portadoras de cartão de ingresso assignado pelo 1.º Secretario, ou que forem convidadas por qualquer deputado.

§ 2.º — No recinto das sessões e suas dependencias só serão admittidos os deputados e empregados da Casa,

assim como os representantes da imprensa, estes a juízo do Presidente, para o logar que lhes fôr designado.

§ 3.º — A Comissão Executiva tomará as providencias necessarias para o policiamento interno da Assembléa, inclusive fazer evacuar as galerias e o edificio da Assembléa, quando necessario, e para isso poderá o Presidente solicitar o auxilio da Força Policial.

§ 4.º — Si algum deputado commetter dentro do edificio da Assembléa qualquer excesso que mereça repressão, a Comissão Executiva conhecerá do facto, expondo-o á Assembléa, que deliberará a respeito em sessão secreta.

Art. 74.º — Quando no recinto da Assembléa se commetter algum delicto realizar-se-á a prisão do criminoso, abrindo-se inquerito sob a direcção de um dos membros da Comissão Executiva, designado pelo Presidente.

§ 1.º — Serão observadas no processo as leis e regulamentos policiaes do Estado no que lhe forem applicaveis.

§ 2.º — Servirá de escrivão nesse processo o funcionario da Secretaria que fôr designado pelo 1.º Secretario da Mesa.

§ 3.º — O inquerito, que terá rapido andamento, será enviado com o delinquenté á autoridade judiciaria.

SECÇÃO II

Das sessões secretas

Art. 75.º — A Assembléa poderá realizar sessões secretas, se fôr resolvido por dois terços dos deputados presentes.

Art. 76.º — As sessões secretas terão logar em virtude de requerimento assignado, pelo menos, por cinco deputados, com a declaração de haver, ou não, urgencia, apresentado ao Presidente e approvado pela Casa, devendo ser submettido á votação sem designação dos nomes dos signatarios.

§ 1.º — Este requerimento poderá ser apresentado em qualquer momento da sessão.

§ 2.º — Se o requerimento contiver a declaração de urgencia e fôr approvado, o Presidente suspenderá a sessão publica, se já estiver começada, convidando os espectadores a se retirarem do recinto, devendo fazer o mesmo os empregados da Secretaria.

§ 3.º — No caso de não haver urgencia, a Assembléa marcará dia e hora para se realizar a sessão requerida.

Art. 77.º — Reunidos os deputados em sessão secreta, um dos requerentes exporá o assumpto a discutir-se resolvendo a Assembléa se o objecto deve ou não ser tratado secretamente.

§ 1.º — Realizada a sessão secreta, resolverá ainda a Assembléa se o assumpto deverá ou não continuar em sigillo.

§ 2.º — Resolvido não continuar em sigillo o assumpto, a acta dos trabalhos será lavrada no livro comum, discutida, approvada e assignada pela Mesa, antes de encerrar os trabalhos.

§ 3.º — Resolvido continuar em sigillo, a acta será lavrada em livro ou papel especial, que será lacrada com os documentos respectivos, rotulada e recolhida ao archivo da Assembléa, antes de se retirarem os deputados:

§ 4.º — Na sessão secreta não se tratará de assumpto extranho á sua convocação.

§ 5.º — Qualquer deputado poderá reduzir a escripto o seu discurso, ou declaração, para ser archivado com a acta.

CAPITULO II

Dos debates

Art. 78.º — Os debates da Assembléa deverão decorrer com ordem e urbanidade, falando os deputados de pé, com excepção do Presidente, cumprindo ao orador dirigir o seu discurso ao Presidente ou á Casa, de um modo geral.

§ Unico — O deputado só por enfermão poderá falar sentado, com permissão da Assembléa.

Art. 79.º — O deputado só poderá fallar depois que lhe fôr concedida a palavra pelo Presidente sendo-lhe vedado: tratar de assumpto extranho ao em discussão; usar de linguagem impropria; ultrapassar o tempo regimental; deixar de attender ás advertencias do Presidente; falar sobre materia vencida.

§ 1.º — Se um deputado pretender falar sem que lhe haja sido dada a palavra, ou quizer permanecer na tribuna contra as disposições deste Regimento, será advertido pelo Presidente.

§ 2.º — Caso o deputado insista em perturbar a ordem, o Presidente, se o julgar conveniente, suspenderá a sessão.

§ 3.º — Quando mais de um deputado pedir a palavra ao mesmo tempo, o Presidente a concederá ao mais velho, em primeiro logar.

Art. 80.º — Os deputados poderão pedir inscripção para falar na sessão seguinte ou inscrever-se para a mesma sessão na Secretaria, em livro a esse fim destinado.

§ Unico — Os deputados falarão pela ordem de inscripção e somente depois dos inscriptos ou não os havendo, é que será concedida a palavra aos que a solicitarem no momento.

Art. 81.º — Os deputados poderão falar:

- a) — para rectificar a acta;
- b) — para apresentar projectos, indicações e requerimentos e justificar-os;
- c) — sobre assumpto em discussão;
- d) — pela ordem;
- e) — para encaminhar a votação;
- f) — para explicação pessoal.

§ 1.º — Terão preferencia para falar sobre os assumptos postos em discussão, respeitada a inscripção, os membros da Mesa e os Presidentes das Comissões que derem parecer sobre a materia.

§ 2.º — Nenhum deputado poderá interromper seu collega que estiver com a palavra, salvo consentimento deste em aparte.

§ 3.º — O deputado não poderá referir-se de maneira impolida ou descortez a qualquer collega seu e, de um modo geral a qualquer representante do poder publico.

§ 4.º — Ao referir-se a qualquer collega o deputado deverá usar a expressão "senhor" e tratá-lo por "excelencia".

§ 5.º — Em qualquer phase da sessão poderá o deputado usar da palavra pela ordem, para reclamar a observancia do Regimento.

§ 6.º — Para explicação pessoal o deputado só poderá falar quando estiver encerrada a materia da segunda parte da ordem do dia.

CAPITULO III

Das proposições

Art. 82.º — Proposição é toda a materia sujeita á deliberação da Assembléa.

§ 1.º — As proposições poderão consistir em projecto de lei, decreto ou resolução, emendas, indicações, requerimentos e pareceres.

§ 2.º — Todas as proposições serão redigidas com clareza em termos explicitos e syntheticos.

§ 3.º — As proposições quando fidas da tribuna por seus autores, serão dispensados da leitura do 1.º Secretario, salvo requerimento de qualquer deputado.

§ 4.º — Nenhuma proposição será sujeita á discussão e votação sem o parecer da commissão respectiva, salvo os casos expressos neste Regimento.

Art. 83.º — Projecto é toda proposição destinada a discussão e votação da Assembléa, para o fim de obrigar geralmente.

§ 1.º — Projecto de lei é toda a proposição que, approvada pela Assembléa, deverá ser submittida á sanction do Governador do Estado.

§ 2.º — Projecto de decreto legislativo é a proposição que, approvada pelo Poder Legislativo, é sancionada pelo Presidente da Assembléa, independentemente de qualquer acto do Governador do Estado; sendo de resolução os que disserem respeito á economia interna da Casa.

§ 3.º — Os projectos e resoluções serão assignados por seus autores, precedidos de ementa enunciativa de seu objecto e divididos por artigos numerados, que não poderão conter duas ou mais proposições de modo que se possa adoptar uma e regeitar outra.

§ 4.º — Não estando o projecto devidamente redigido, a Mesa restituí-o-á ao autor para o organizar de accordo com as disposições regimentaes.

Art. 84.º — O projecto ou resolução apresentado á Assembléa, depois de lido, será submittido á consideração dos deputados presentes, e uma vez julgado objecto de deliberação, remittido á commissão respectiva para o necessario estudo, depois de numerado e extrahida copia para a devida publicação no *Diario Official*.

§ 1.º — Os projectos assignados por dez deputados, pelos menos, e os de iniciativa do Poder Executivo, independêrão desse julgamento e serão remittidos á commissão respectiva para o estudo necessario, observadas as demais exigencias deste artigo.

§ 2.º — Depois de apresentados os pareceres e relatorios pelas commissões, serão os mesmos com os projectos respectivos, impressos em avulsos e distribuidos pelos deputados, affin de serem incluídos, na ordem do dia da sessão seguinte, salvo resolução da Casa, para outro dia qualquer que fôr desde logo designado, a requerimento de um deputado.

§ 3.º — Independêrão de previo julgamento sendo desde logo considerados objectos de deliberação, os projectos apresentados pelas commissões, os quaes lidos em sessão, depois de observadas as demais exigencias deste artigo, irão a imprimir com os relatorios e pareceres em separado, para a distribuição em avulsos pelos deputados.

§ 4.º — Em caso de urgencia e a requerimento de qualquer deputado, poderá a Assembléa dispensar a impressão a que se refere o § 2.º do presente artigo, quando se tratar de projectos com poucos artigos e de simples intuição.

§ 5.º — Os projectos de orçamento, de fixação de forças e quaesquer outros que se relacionem com os interesses da justiça, dos municípios e do commercio, industria e agricultura, desde que recebam os pareceres das commissões, só serão discutidos dois dias depois da sua publicação no *Diario Official*.

§ 6.º — As commissões são obrigadas a apresentar seus pareceres com os papeis annexos dentro de oito dias. Quando não seja solicitada a prorrogação desse prazo, que não poderá exceder de igual numero de dias, concedidos pela Casa, a requerimento verbal de qualquer deputado, o Presidente da Assembléa nomeará outra commissão, na primeira parte da ordem do dia, á qual serão remittidos todos os documentos, devendo esta elaborar o seu parecer dentro de identico prazo, improrogavel.

§ 7.º — O parecer da Commissão de Finanças e Orçamento sobre proposta orçamentaria, será apresentado dentro de quinze dias e o de fixação de forças dentro de dez.

Art. 85.º — Se até o dia 1.º de Setembro o Poder Executivo não houver offerecido proposta de fixação de forças para o exercicio seguinte, a Commissão de Segurança Publica baseará seus estudos sobre a lei que então vigorar, apresentando o projecto á Mesa, até dez de Setembro, para as discussões respectivas.

§ Unico — Se as comissões de Finanças e Orçamento e Segurança Publica não apresentarem os projectos respectivos nos prazos determinados, a Mesa incluirá em ordem do dia, em forma de projecto, as leis que estiverem vigorando.

Art. 86.º — E' permitido a qualquer comissão propor seja rejeitado um projecto ou resolução submettida ao seu estado, assim como substituí-lo ou apresentar-lhe emendas.

§ 1.º — Não será admittida emenda que não tenha relação directa ou immediata com a materia da proposição principal.

§ 2.º — Enquanto não tiverem parecer da comissão, podem os projectos, emendas ou sub-emendas ser retrados independentemente de approvação da Casa.

Art. 87.º — Os projectos em primeiro turno, salvo as excepções previstas neste Regimento, não admitirão emendas.

Art. 88.º — Rejeitado um projecto em uma sessão ordinaria ou extraordinaria, não poderá ser renovado dentro do mesmo anno.

Art. 89.º — As indicações, que são as proposições suggerindo a manifestação da Assembléa ou de suas comissões sobre determinado assumpto, sempre escriptas e assignadas por seus autores, serão discutidas e votadas uma só vez, na primeira parte da ordem do dia.

§ 1.º — Excepto o autor da indicação, para dar esclarecimentos, quando necessarios, nenhum deputado poderá falar a respeito, mais de uma vez e por prazo maior de dez minutos.

§ 2.º — Quando a indicação depender do pronunciamento de qualquer comissão, esta dará seu parecer dentro do prazo de tres dias, para ser discutida e votada de accordo com o art.º presente.

§ 3.º — Quando o parecer concluir por um projecto de lei ou resolução, depois de approvada a indicação, seguirá o mesmo projecto seus tramites regimentaes.

Art. 90.º — Os requerimentos, que são os pedidos dirigidos ao Presidente da Assembléa sobre objecto de expediente ou de ordem, escriptos ou verbaes, independem de approvação da Casa, salvo se o Presidente assim o decidir ou requerer qualquer deputado.

§ Unico — No caso de manifestação da Assembléa sobre a requerimento, haverá somente uma discussão e votação, applicando-se o disposto no § 1.º d art.º anterior.

Art. 91.º — As emendas que crearem ou augmentarem despesas ou reduzirem de qualquer modo a receita publica, serão sempre submettidas ao parecer da Comissão de Finanças.

Art. 92.º — As emendas podem ser apresentadas para supprimir, substituir, adicionar ou modificar uma proposição, tendo como ementa, sempre a sua finalidade.

§ 1.º — A emenda apresentada a outra, denomina-se sub-emenda.

§ 2.º — As comissões que derem parecer sobre emendas poderão offerecer-lhes sub-emendas,

§ 3.º — As sub-emendas terão preferencia para a discussão e votação e uma vez approvadas prejudicam as emendas.

§ 4.º — As emendas e sub-emendas regeitadas não poderão ser renovadas no mesmo anno.

CAPITULO IV

SECÇÃO I

Das discussões em geral

Art. 93.º — Nenhum projecto se submeterá á discussão sem que seja publicado no *Diário Officiel* e impresso para distribuição aos deputados, com 24 horas pelo menos de antecedencia.

§ Unico — Exceptuam-se os casos previstos pelo § 4.º do art.º 84.

Art. 94.º — Desde que tenham sido publicados no *Diário Officiel*, impresso em avulsos e distribuidos, independem os projectos da leitura do 1.º Secretario.

§ Unico — Os projectos submettidos á discussão, estarão sobre a mesa, acompanhados de todos os documentos justificativos e serão discutidos e votados por artigos, capitulos ou englobadamente, na forma prescripta por este regimento, para cada discussão.

Art. 95.º — Os projectos de lei ou resolução terão tres discussões, exceptos os oriundos das commissões e os offerecidos pelo Poder Executivo, que terão apenas duas, correspondentes a segunda e terceira.

§ Unico — Terá uma só discussão o projecto ou resolução adiando ou prorogando as sessões da Assembléa Legislativa.

Art. 96.º — Nenhum projecto poderá ser submettido á discussão sem estar incluído na ordem do dia.

§ 1.º — Entre cada votação e a discussão seguinte do mesmo projecto, mediará o prazo de 48 horas.

§ 2.º — Este prazo poderá ser restringido a requerimento de qualquer deputado, afim de que seja o projecto incluído na ordem do dia seguinte, depois de approvado pela Casa.

§ 3.º — Não poderão ser dispensados de interstício os projectos emendados, sujeitos ao parecer das commissões e os de que trata o § 5.º do art.º 84.

Art. 97.º — A primeira discussão de um projecto versará somente sobre a sua utilidade e constitucionalidade e será feita em globo, podendo cada deputado falar uma vez, pelo prazo improrogavel de meia hora.

Art. 98.º — A segunda discussão será feita por artigos separadamente, quando se tratar de projecto pouco extenso e por capitulos quando forem numerosos os artigos.

§ 1.º — Cada deputado só poderá falar uma vez e por prazo não maior de 10 minutos, na discussão de cada artigo e de meia hora na de cada capitulo.

§ 2.º — As emendas offerecidas aos projectos em segunda discussão serão com elle enviadas á commissão respectiva para emittir parecer, que só poderá ser discutido e votado depois de impresso e distribuido pelos deputados.

Art. 99.º — A terceira discussão versará sobre o projecto em globo, podendo ser apresentado substitutivos e emendas a qualquer de seus artigos.

§ 1.º — As emendas e substitutivos apresentados ao projecto em terceira discussão, só serão admittidos quando apoiados pelo terça parte dos deputados presentes salvo os assignados pelas comissões.

§ 2.º — Na justificação dos substitutivos e emendas, cada deputado poderá falar uma só vez, pelo prazo de meia hora no primeiro caso e dez minutos no segundo.

§ 3.º — Encerrada a discussão os substitutivos e emendas serão submittidos immediatamente á votação, salvo quando houver adiamento desta por prazo prefixado, a requerimento de qualquer deputado com assentimento da Assembléa.

Art. 100.º — O substitutivo approved prejudicará o projecto em discussão e as emendas os artigos a que se referirem.

Art. 101.º — Todo o projecto poderá ser modificado na segunda discussão, por emenda ou substitutivo, sob proposta da commissão respectiva ou de qualquer deputado, devidamente fundamentado.

§ 1.º — O substitutivo integral deve ter parecer das comissões em separado do projecto a ser preferencialmente submittido á discussão e votação; se rejeitado, percorrerá o projecto seus tramites regulares.

§ 2.º — Quaesquer emendas terão uma unica votação, excepto o substitutivo em segunda discussão, que adquirirá, uma vez approved, força de projecto para ir á terceira, na forma deste Regimento.

Art. 102.º — As discussões de projectos ou resoluções, indicações, requerimentos escriptos e emendas, poderão ser adiadas a requerimento de qualquer deputado, approved pela Casa.

Art. 103.º — Depois das discussões sobre qualquer assumpto sujeito ao estudo da Assembléa, ainda mesmo não havendo numero para deliberar, o Presidente considerará a discussão encerrada, incluindo, neste caso, a materia para votação na ordem do dia seguinte.

Art. 104.º — Approved o projecto em ultima discussão, será a sua redacção final apresentada pela commissão respectiva dentro de cinco dias.

§ Único — Sobre a redacção final que será em globo, só haverá uma discussão, não podendo cada deputado falar mais de cinco minutos.

Art. 105.º — As discussões, exceptuados os casos expressos deste Regimento, poderão ser adiadas a requerimento de qualquer deputado approved pela Casa, antes de ser annunciada a materia da ordem do dia.

SECÇÃO II

Da discussão do orçamento

Art. 106.º — O projecto de orçamento de receita e despesa terá tres discussões, dispensada a manifestação da Assembléa sobre a utilidade a constitucionalidade do mesmo.

Art. 107.º — A discussão do projecto de orçamento será por títulos que correspondam ás epigraphes classificadoras da receita e despesa, a começar por aquella e obedecerá á seguinte norma:

§ 1.º — Recchida do Governador do Estado a proposta de orçamento, a Mesa o enviará á Commissão de Finanças par o respectivo parecer, fazendo-a distribuir ao mesmo tempo pelos deputados, desde que tenha sido feita a publicação de que trata o art.º 39 da Constituição do Estado.

§ 2.º — Na falta dessa publicação o Presidente da Assembléa providenciará para que a mesma seja feita no Diario Official, antes do parecer da Commissão respectiva.

§ 3.º — Devolvido o projecto pela Commissão de Finanças acompanhado do respectivo parecer, depois deste impresso e distribuido pelos deputados, far-se-á a primeira discussão em globo, para apreciação do projecto, podendo desde logo serem apresentadas emendas.

§ 4.º — A primeira discussão será cinco dias depois de distribuido o parecer daquelle Commissão.

§ 5.º — Submettidas as emendas ao estudo da Commissão de Finanças pelo prazo regimental, voltarão a plenário, afim de serem com o projecto, já em segunda discussão, submettidas a votação, depois de discutida toda a materia na forma do art. 107.º.

Art. 108.º — A Commissão de Finanças, para terceira discussão, apresentará o projecto refundido com as emendas approvadas, para ser novamente impresso e distribuido.

§ 1.º — Findo o prazo de 48 horas depois dessa distribuição, será o projecto dado para ordem do dia da sessão seguinte, quando entrará em terceira discussão, durante a qual a materia orçamentaria será apreciada e votada definitivamente em globo.

§ 2.º — Nesta discussão será permittida a apresentação de substitutivo integral ao projecto de orçamento, desde que venha assignado por um terço dos deputados presentes, e sendo admittido á deliberação pela Assembléa, irá á Commissão de Finanças, na forma do § 1.º, do art. anterior, combinado com o art. 100.

§ 3.º — Não sendo dentro do primeiro mez da sessão legislativa ordinaria remettida pelo Governador do Estado a proposta de orçamento, a Commissão de Finanças e Orçamento, até o fim do segundo mez, apresentará o projecto respectivo, cumprindo ao Presidente da Assem-

bléa mandar publical-o, dando á Casa conhecimento immediato da occorrenciá.

§ 4.º — No dia seguinte ao da publicação do projecto de orçamento, poderá ser o mesmo incluído na ordem do dia da primeira sessão, para se proseguir na fôrma do § 3.º do art. 107 e seguintes, até sua redacção final.

Art. 109.º — Se até o fim do prazo designado a Commissão de Finanças e Orçamento não apresentar o projecto de orçamento, o Presidente da Assembléa dentro de tres dias incluirá na ordem do dia seguinte, como projecto, o orçamento do anno corrente, independentemente de publicação e impressão em avulsos.

§ Unico — O processo de discussão e votação será o determinado nos paragraphos do art. 107 e 108 e seus paragraphos, deste Regimento.

Art. 110.º — Approvado o projecto de orçamento em ultima discussão, será sua redacção final apresentada dentro de tres dias pela Commissão de Finanças e Orçamento.

§ Unico — Sobre a redacção final, a discussão será em globo e unica, podendo cada deputado falar cinco minutos no maximo.

Art. 111.º — A' Commissão de Finanças e Orçamento, será permittido, ao opinar sobre emendas, propor modificações ao projecto e ás emendas, offerecer outras e apresentar substitutivos e grupos de emendas que versarem sobre o mesmo assumpto ou sobre objectos de igual natureza.

Art. 112.º — As discussões do projecto de orçamento, emendas e substitutivos, não poderão soffrer adiamento, devendo ser realizadas dentro dos prazos regimentaes.

Art. 113.º — Dar-se-á obrigatoriamente a prorrogação da sessão ordinaria da Assembléa Legislativa, quando o projecto de orçamento fôr o estabelecido pelo art. 109, sendo prohibido, nesta hypothese, discutir materia estranha ao orçamento.

CAPITULO V

Das votações

Art. 114.º — As votações da Assembléa Legislativa se farão por tres processos :

- a) — escrutinio secreto;
- b) — symbolico;
- c) — nominal.

§ 1.º — O escrutinio secreto se usará nos casos previstos por este Regimento.

§ 2.º — Na votação symbolica os deputados que votarem a favor ficarão sentados, proclamando immediatamente o Presidente o resultado numerico dos votos.

§ 3.º — A votação nominal se fará quando fôr requerida por qualquer deputado, declarando-se cada um a favor, ou contra, á proporção que forem chamados.

§ 4.º — O resultado da votação nominal será pro-

clamado pelo Presidente que mandará lêr os nomes dos que votaram a favor e contra.

§ 5.º — Qualquer deputado poderá requerer verificação da votação symbolica no caso de duvida, devendo o Presidente attendel-o immediatamente.

Art. 115.º — A votação completará o turno regimental de cada discussão.

Art. 116.º — A Assembléa só poderá decidir em votação estando presente a metade dos deputados e mais um. Verificado não haver numero ficará adiada a votação para a sessão seguinte, declarando-se na acta o nome dos deputados que se tiverem retirado.

§ 1.º — Durante a votação a nenhum deputado é licito deixar o recinto das sessões sem que justifique a sua ausencia perante o Presidente.

§ 2.º — Consideram-se como votos contrarios os dos deputados que estiverem no recinto e não attendam á solicitação do Presidente para tomar assento na bancada, do que se fará declaração na acta.

§ 3.º — Todo o deputado terá o direito de requerer que se insira na acta a sua declaração de voto, não podendo porém, protestar contra a deliberação da Casa.

§ 4.º — O adiamento de votação poderá ser requerido por qualquer deputado sob prazo limitado, sujeito á deliberação da Assembléa.

§ 5.º — O deputado poderá se excusar de tomar parte na votação, uma vez que não tenha assistido ou acompanhado os debates sobre qualquer assumpto sujeito á deliberação da Assembléa.

§ 6.º — Tratando-se de causa própria ou de assumptos em que tenha interesse pessoal, o deputado será inhibido de votar, podendo entretanto assistir á votação.

§ 7.º — Para encaminhar a votação fóra dos casos previstos neste Regimento, o deputado, excepto os relatores das comissões, não poderá falar mais de uma vez e por prazo maior que dez minutos.

CAPITULO VI

Do comparecimento do Secretario Geral do Estado

Art. 117.º — A convocação do Secretario Geral do Estado pela Assembléa Legislativa, resolvida pela Casa ou por qualquer de suas comissões (art. 18 da Constituição do Estado), será communicada ao convocado, por officio do 1.º Secretario da Mesa, dizendo precisamente o assumpto das informações pretendidas e pedindo que marque dentro de um prazo razoavel e das horas de sessão o dia em que poderá comparecer para presta-las.

Art. 118.º — Recebido do Secretario Geral do Estado o pedido de audiencia, quando este em nome do Governo queira solicitar providencias legislativas ou dar esclarecimentos na forma da Constituição do Estado, o Presidente da Assembléa, consultando a Casa marcará dia e hora para tal fim.

Art. 119.º — A Mesa publicará pelo Diario Official

a data da sessão em que deverá ser recebido o Secretario Geral do Estado.

Art. 120.º — O Secretario Geral do Estado, antes de ir á tribuna, occupará um lugar á mesa ao lado do 1.º Secretario.

Art. 121.º — O comparecimento do Secretario Geral do Estado perante as commissões se dará na sala respectiva e occupará elle um lugar ao lado direito do presidente.

CAPITULO VII

Dos projectos não sancionados

Art. 122.º — Os projectos que não forem sancionados pelo Governador do Estado, nos termos da Constituição e devolvidos á Assembléa Legislativa, serão submettidos á deliberação desta.

§ 1.º — Devolvido o projecto nos termos dos paragraphos 1.º, 2.º ultima parte e 3.º, do art. 32 da Constituição do Estado, o Presidente designará uma commissão especial de seis membros para dar parecer dentro de tres dias.

§ 2.º — Apresentado o parecer a Mesa providenciará immediatamente para que seja publicado no *Diário Official*; e no dia seguinte ao da publicação será incluído na ordem do dia da primeira sessão que se seguir.

§ 3.º — Submettido o projecto a uma unica discussão será a votação feita por escrutinio secreto, considerando-se approvado se obtiver dois terços dos votos dos deputados presentes.

§ 4.º — Essa votação será feita em cédulas que contemham impressas ou dactylographadas as palavras "a favor" ou "contra", para que o deputado vote a favor ou contra a sancção do projecto.

§ 5.º — Não apresentando a commissão o parecer no prazo estipulado pelo § 1.º, o Presidente da Assembléa por sua iniciativa, ou attendendo á reclamação de qualquer deputado, incluirá o projecto em ordem do dia independentemente de parecer; procedendo-se do mesmo modo no caso de não ser publicado no *Diário Official* dentro de 48 horas, contadas da remessa á imprensa official.

§ 6.º — Funcionando a Assembléa, o projecto deverá ser discutido e votado dentro de dez dias da devolução do Governador do Estado.

§ 7.º — Uma vez approvado será o projecto reenviado ao Governador para cumprimento do disposto no § 3.º "in fine", do art. 32 da Constituição do Estado.

§ 8.º — Quando se tratar de casos dos paragraphos 2.º, primeira parte, e 5.º, do art. 32 da Constituição do Estado, o Presidente da Assembléa promulgará a lei, usando a seguinte formula: "O Presidente da Assembléa faz saber que o Poder Legislativo decreta e promulga a seguinte lei (ou resolução)".

§ 9.º — Promulgada a lei será ella numerada, enviada uma copia ao Governador do Estado e mandada publicar no *Diário Official*, para todos os effeitos.

Art. 123.º — O projecto que fór devolvido pelo Governador do Estado sem a sua sanctão dentro do prazo constitucional, será promulgada pela forma prevista no § 8.º, na presença de qualquer numero de deputados, seguindo-se as providencias constantes do § anterior.

§ Unico — Não sendo feita a devolução do projecto ou promulgação em 48 horas (Constituição do Estado, art. 32 paragraphos 2.º e 3.º), não estando funcionando a Assembléa, o Presidente desta fará a promulgação perante a Mesa e providenciara para a respectiva publicação enviando uma copia ao Governador.

Art. 121.º — Quando se tratar de decretos legislativos, o Presidente os promulgará, mandando publical-os directamente e enviará uma copia ao Governador do Estado para os devidos effeitos, depois de numerados devidamente por ordem chronologica pela Secretaria da Assembléa.

§ Unico — A promulgação de Leis, Decretos e Resoluções da Assembléa, deve ser revestida de solemnidade, conservando-se de pé todos os deputados e pessoas presentes.

Art. 125.º — Os projectos rejeitados ou vetados não se renovarão no mesmo periodo legislativo.

Art. 126.º — Poderão ser approvados englobadamente os projectos de codigos e consolidações de dispositivos legais, uma vez revistos por uma commissão especial da Assembléa, quando esta assim resolver por dois terços dos deputados presentes.

CAPITULO VIII

Da urgencia

Art. 127.º — Urgencia é a dispensa de exigencias regimentaes, salvo a de numero legal e parecer, mesmo verbal, da commissão respectiva, para determinada proposição ser immediatamente considerada até sua decisão final.

§ 1.º — O projecto a cujo respeito fór approvada a urgencia poderá ser incluído em ordem do dia independentemente de dispensa de intersticio.

§ 2.º — Os requerimentos de urgencia poderão ser apresentados em qualquer occasião, devendo assignal-os cinco deputados.

§ 3.º — Independência desse numero de assignaturas os requerimentos de urgencia subscriptos pelo presidente de uma commissão, pelo relator de projecto a que se referirem ou por qualquer membro da Mesa.

§ 4.º — Não poderá ser concedida urgencia para qualquer proposição, enquanto estiver pendente outra proposição já considerada como tal.

Art. 128.º — São considerados casos de urgencia :
a) — os que se referirem a calamidade publica ou

factos que ameacem ou perturbem a segurança ou funcionamento dos poderes publicos do Estado.

b)—os pedidos de abertura de creditos feitos pelo Governo do Estado, dentro dos oito dias que faltarem para o encerramento dos trabalhos legislativos.

c)—as licenças para acceitação de commissões previstas no § 2.º do art. 26 da Constituição do Estado.

CAPITULO IX

Do exame das contas do Governador do Estado

Art. 129.º — Iniciados os trabalhos de sua reunião ordinaria, passará a Assembléa, desde logo, ao exame das contas do Governador do Estado, relativas ao exercicio financeiro anterior.

§ 1.º — Esse exame será procedido pela Comissão de Finanças que emittirá parecer a respeito, no prazo de oito dias para ser submettido á apreciação da Assembléa.

§ 2.º — As contas do Governador e o parecer da Comissão serão submettidas a uma unica discussão, podendo cada deputado falar durante uma hora, e requerer os esclarecimentos que julgar necessarios, independentemente de approvação da Assembléa.

§ 3.º — Com os esclarecimentos que deverão ser prestados dentro do prazo maximo de tres dias, será mantida a palavra ao deputado que os requereu, ainda por uma hora, para concluir as suas apreciações.

§ 4.º — Encerrada a discussão, a Assembléa se manifestará sobre as contas, e não sendo approvadas, providenciará de conformidade com o que se acha disposto no Capitulo III do Titulo II da Constituição do Estado.

Art. 130.º — Se o Governador não prestar suas contas no prazo determinado pela Constituição, será eleita, por escrutinio secreto uma commissão de cinco membros, incluindo todas as correntes de opinião da Assembléa para tomá-las.

Art. 131.º — Essa commissão elegerá seu presidente dentro de 24 horas, e providenciará immediatamente junto ao Thesouro Publico para que lhe sejam fornecidos todos os elementos, no prazo maximo de oito dias, afim de conhecer o movimento financeiro do exercicio anterior.

§ 1.º — A eleição do presidente será feita por escrutinio secreto, cabendo ao mesmo designar sub-commissões para a divisão do trabalho e requisitar do 1.º Secretario da Assembléa os funcionarios que julgar necessarios.

§ 2.º — Qualquer membro da commissão poderá pessoalmente examinar nas repartições do Estado, livros e documentos, para colher dados pertinentes á organização das contas do Governador.

§ 3.º — Levantadas estas contas a commissão apresentará seu relatorio á Assembléa, no prazo de 15 dias.

§ 4.º — Desse relatorio e contas a Assembléa tomará conhecimento, na forma prevista neste Capitulo, e providenciará como de direito.

CAPITULO X

Das modificações do Regimento

Art. 132.º — O Regimento Interno só poderá ser reformado por indicação de um terço dos deputados.

§ 1.º — Approvada a indicação, o Presidente da Assembléa designará dois deputados que, conjuntamente com a Comissão de Constituição e Justiça, elaborarão o projecto de reforma, dentro de vinte dias, para ser submettido á deliberação da Casa.

§ 2.º — Apresentado á Mesa o projecto, será mandado publicar e imprimir para ser incluído, depois dessas formalidades, em ordem do dia, tres dias pelo menos, após essa inclusão.

§ 3.º — A primeira discussão será por capitulos, e sendo apresentadas emendas, irão estas á comissão referida no § 1.º, afim de dar seu parecer dentro de cinco dias.

§ 4.º — Na segunda discussão serão, o projecto e o parecer apreciados, igualmente por capitulos, falando cada deputado durante 15 minutos, no maximo, excepto os membros da comissão elaboradora do projecto.

§ 5.º — Encerrada a segunda discussão o Presidente da Assembléa submeterá a votação cada capitulo com as emendas apresentadas, prevalecendo estas quando approvadas.

§ 6.º — Approvado o projecto, será enviado á mesma comissão que deverá apresental-o em redacção final dentro de oito dias para ser votado definitivamente em globo.

Art. 133.º — As indicações que forem apresentadas para alterar o Regimento e as que tratarem de casos omissos, serão approvadas nos termos do § Unico do art. 16.º da Constituição do Estado.

§ Unico — A Mesa fará todos os annos, no fim de cada sessão legislativa ordinaria, a consolidação de todas as resoluções sobre o Regimento, mandando publicalas para serem annexadas ao mesmo.

CAPITULO XI

Da reforma da Constituição

Art. 134.º — A Constituição do Estado do Amazonas poderá ser emendada ou revista:

§ 1.º — Na primeira hypothese, caberá a iniciativa da proposta:

a) — a um terço, pelos menos, dos membros da Assembléa Legislativa;

b) — a mais de metade dos Municipios, pelo voto da maioria de suas Camaras, ractificado no decurso de dois annos.

§ 2.º — No caso da letra a, a proposta se referirá aos artigos que devem ser modificados ou supressos.

Art. 135.º — Depois de admittida a proposta, será lida á hora do expediente, mandada publicar no *Diário Official*, imprimindo-se em avulsos, que serão distribuídos por todos os deputados, ficando sobre a mesa durante dez dias uteis para receber emendas de primeira discussão.

Art. 136.º — Dentro de 48 horas seguintes, após a leitura, devem ser eleitos por escrutínio secreto sete deputados para com a Comissão de Constituição, Justiça, Legislação e interesses Municipaes, constituir a Comissão Especial das emendas ou revisão.

Art. 137.º — A Mesa enviará a essa Comissão as proposta e as emendas á medida que forem sendo recebidas.

Art. 138.º — Dentro de 24 horas contadas da eleição dos sete deputados a que se refere o art. 136.º, a Comissão Especial elegerá o presidente, vice-presidente e relator geral.

§ Único — O Presidente poderá distribuir a materia a sub-comissões, que escolherão relatores parciaes.

Art. 139.º — A Comissão Especial, funcionará com a presença da maioria de seus membros, tendo o presidente voto de qualidade, e suas reuniões serão por este designadas, marcando dia e hora.

Art. 140.º — A Comissão poderá regeitar a proposta e apresentar substitutivos, emendas ou sub-emendas, e levará seu trabalho a plenário, com o parecer respectivo, dentro de 30 dias, a começar da data de sua organização.

Art. 141.º — Nos prazos marcados no § 2.º do art. 166.º da Constituição se farão a discussão e a votação do projecto.

Art. 142.º — Para o caso de revisão a Comissão Especial, nos termos do § 3.º do art. 166.º da Constituição, fará elaborar o projecto, seguindo o mesmo processo acima indicado.

Art. 143.º — Para o trabalho de discussão e votação de emenda ou revisão constitucional, seguir-se-ão as seguintes normas:

a) — o projecto apresentado pela Comissão Especial terá tres discussões e somente nas duas primeiras serão permittidas emendas, suspendendo-se o debate por 48 horas, afim de que se manifeste sobre ellas a Comissão Especial.

b) — na primeira discussão será o projecto considerado englobadamente com as emendas a que se refere o art.º 135, e na segunda será discutido artigo por artigo. Na terceira discutir-se-ão em conjuncto as emendas offerecidas no prazo do citado art.º 135 e ainda as que surgirem na segunda, em plenário.

c) — o interstício entre as discussões não poderão ser menor de 24 horas.

d) — os artigos rejeitados do projecto, assim como as emendas das desacceitas, não poderão ser renovados.

e) — entendem-se rejeitados, nos termos da disposição anterior, não só os artigos propostos com a mesma forma, mas também os que conliverem matéria identica.

f) — toda emenda deverá ser redigida de forma a poder encorporar-se ao projecto, sem dependencia de nova redacção.

g) — na primeira discussão os deputados poderão falar durante duas horas, de uma ou de duas vezes. Na segunda sobre cada artigo, durante trinta minutos.

h) — o relator do projecto ou o membro da Comissão Especial em seu lugar incumbido de defendel-o, ou de esclarecer o debate, poderá falar tantas vezes quantas se manifestarem os impugnadores e durante todo o tempo correspondente a cada um.

i) — a discussão não poderá ser encerrada enquanto houver algum deputado, inscripto, salvo desistencia sua ou ausencia quando lhe couber a vez de falar.

j) — a votação do projecto será sempre nominal e emenda por emenda: quando estes contiverem mais de um artigo, votar-se-ão estes um a um, só se considerando approvada a materia que obtiver os votos favoraveis da maioria absoluta dos deputados presentes á sessão realizada com com o *quorum*, indispensavel para deliberação.

k) — os trabalhos da sessão poderão ser prorogados por duas horas em cada dia a requerimento da Comissão Especial.

Art.º 141 — Approvado o projecto em todas as discussões, será remettido á Comissão Especial para o redigir definitivamente.

Art.º 145 — A redacção final terá uma só discussão em globo, não podendo nenhum deputado falar por mais de 30 minutos. Approvada será inserida no *Diário Official* e publicada em avulsos.

Art.º 146 — A Mesa de accordo com a Assembleia Legislativa designará dia e hora para a promulgação solemne da Constituição dando conhecimento ao Governador do Estado, convidando-o e a todas as autoridades nacionaes e estrangeiras para a cerimonia que será franqueada ao publico.

Art.º 147 — Qualquer outro trabalho referente á elaboração constitucional será recebido pela Mesa como simples subsidio e enviado á respectiva Comissão, que o estudará independentemente de parecer escripto, podendo adoptar ou rejeitar os alvitres propostos.

Art.º 148 — A Mesa considerará prejudicada qualquer proposta ou subsidio que lhe seja presente depois de achar-se o projecto da commissão com a segunda discussão encerrada.

CAPITULO XI.

Disposições geraes

Art.º 149 — Os serviços da Assembléa far-se-ão pela Secretaria, sob a inspecção e direcção do 1.º Secretario e se regerão pelo Regulamento especial, considerado parte integrante deste Regimento.

§ 1.º — As nomeações e demissões dos empregados da Secretaria serão feitas pelo Presidente da Assembléa, gozando aquelles das regalias e garantias que lhes forem asseguradas pelo Regulamento respectivo e legislação do Estado, respeitadas as disposições constitucionaes.

§ 2.º — O quadro dos funcionarios da Secretaria da Assembléa compor-se-á de um director, dois chefes de secção, dois officiaes, um archivista, dois amanuenses, um porteiro, um continuo e dois serventes.

Art.º 150 — O serviço de tachygraphia para os debates da Assembléa será contratado pela Secretaria mediante concurso para cada legislatura, podendo o contratante ter auxiliares idoneos.

Art.º 151 — Todas as petições apresentadas á Assembléa por intermedio da Secretaria, deverão ser assignadas, selladas, e trazer as firmas reconhecidas.

Art.º 152 — A acta da ultima sessão ordinaria ou extraordinaria será redigida após esta, e para esse fim o Presidente suspenderá a sessão pelo tempo necessario, submettendo-a a approvação com qualquer numero de deputados presentes.

§ Unico — Na sessão de encerramento o Presidente lerá a synopsé dos trabalhos realizados durante a reunião da Assembléa.

Art.º 153 — E' licito a qualquer deputado requerer a retirada de projectos ou resoluções, requerimentos ou indicações de sua autoria, quando fôr annunciada a discussão pelo Presidente, ou quando figurarem na ordem do dia.

Art.º 154 — A licença a qualquer deputado para a acceitação de comissões de accordo com o que dispõe a Const. do Estado, conceder-se-á mediante parecer da Commissão de Constituição, o qual será submettido a uma discussão unica depois de publicado no *Diário Official*.

§ Unico — A licença poderá ser concedida pela Mesa *ad-referendum* da Assembléa, quando esta não estiver reunida.

Art.º 155 — O voto será secreto nas eleições da Assembléa e nas suas deliberações sobre vétos e contas do Governador do Estado.

Art.º 156 — Na primeira sessão depois da instalação solemne dos trabalhos, a Assembléa elegerá cinco de seus membros, sendo tres para a composição do Tribunal Especial e dois para a Junta Especial de Investigação, em cumprimento ao disposto nos §§ 1º e 3º do artº 67 da Constituição do Estado.

Artº 157 — Sempre que o requeira a terça parte, pelo menos, de seus membros, a Assembléa creará commissões, ou juntas de inquerito, sobre factos determinados, de interesse publica ou de ordem administrativa.

§ 1º — Quando a Assembléa deliberar sobre a materia deste art.º, deverá immediatamente providenciar para a eleição das commissões ou juntas de inquerito, conforme fôr o caso, não podendo umas e outras ter menos de cinco membros, eleitos por escrutinio secreto, abrangendo todas as correntes de opinião.

§ 2º — Dentro de 24 horas a commissão ou junta de inquerito elegerá presidente e relator, cabendo a este a iniciativa e andamento dos processos.

§ 3º — Na falta ou impedimento do presidente servirá o mais velho.

§ 4º — A commissão ou junta de inquerito providenciará nos termos da legislação vigente para apurar os factos que determinaram a sua organização.

§ 5º — O relator desempenhará funções analogas ás do Ministerio Publico e poderá requisitar de qualquer departamento do Estado elementos e informações a seu criterio, inclusive comparecimento de pessoas que possam esclarecer o processo.

Artº 158 — O presidente da commissão ou junta de inquerito poderá requisitar por intermedio da Mesa da Assembléa funcionarios competentes ao serviço do inquerito, designando um para escrivão.

Artº 159 — Cabe ao presidente da commissão ou junta de inquerito regular o funcionamento da mesma e o andamento do inquerito, podendo agir em sessão secreta.

Artº 160 — Terminados os trabalhos serão estes encaminhados á Mesa da Assembléa, acompanhado de relatorio, afim de serem submettidos á apreciação da Casa na forma regimental.

CAPITULO XI

Disposições transitórias

Art. 161 — O contracto do actual serviço de tachygraphia da Assembléa fica em vigor durante a presente legislatura.

Artº 162 — Revogam-se as disposições em contrario.

Paço da Assembléa Legislativa do Estado do Amazonas, 9 de Dezembro de 1935.

(a) Armando Madeira

(a) Ariolino Aguiar Azevedo

(a) Aristides Rocha

(a) Nunes de Lima

(a) Tito de Lemos Bittencourt

(a) Leopoldo Carpinteiro Peres

(a) Arthur Hermogenes da Silva Bonates.

Sessão de 30 de Dezembro

(Nocturna)

Presidência do sr. João Verçosa. — Secretários — srs. Nogueira da Matta e Carlos Machado.

A's vinte horas, presentes os srs. João Verçosa, Leopoldo Neves, Nogueira da Matta, Carlos Machado, Felix Valois, Ananias de Almeida, Moacyr Dantas, Maria Leão, Manoel Monteiro, Ariolino Azevedo, Vivaldo Lima, Leopoldo Peres, Nunes de Lima, Ruy Barreto, Armando Madeira, Tito Bittencourt, Antonio de Vasconcellos, Chaves Ribeiro, Aristides Rocha, Pimentel Salles, Arthur Bonates, Manoel Lobo, Genesino Braga, Alfen Thaumaturgo, Francisco Caetano e Carlos Nobre, faltando com causa justificada os srs. Cosme Ferreira, Ary Cahn, Antovilla Vieira, Philadelpho de Moraes e Benjamin Ferreira, e sem ella os demais deputados, é aberta a sessão.

Approvada a acta da sessão diurna, sem debate, o primeiro secretario dá conta deste

EXPEDIENTE

Telegrammas do deputado federal Aluisio Araujo e escriptor Ribeiro Couto sobre o caso da Amazon River.

Passando-se á primeira parte da

ORDEM DO DIA

vem á tribuna o sr. Aristides Rocha, que, ainda uma vez, fiscaliza o assumpto da paralysação dos serviços da Amazon River, lendo á Casa um telegramma que, no momento, recebera do senador Cunha Mello, em que se esclarecem pontos que motivam a resolução dessa empresa. Faz, a proposito desses pontos, varias considerações e termina enviando á Mesa o despacho, em original.

Depois, o sr. Vivaldo Lima, pela commissão de finanças, apresenta quatro pareceres: o primeiro, referente á petição de Jacob Benzaquen e o segundo, relativo ao projecto n. 55, que manda crear uma Secção de Estatística; o terceiro, sobre a mensagem em que o Governador do Estado suggere a subvenção de quarenta contos ao Patronato da Cachoeirinha, e

o ultimo acerca da pretensão de Miranda Corrêa & Cia., terminando este por um projecto que toma o n. 77. Para esse projecto é requerida dispensa de impressão e interstício, afim de ser discutido em todos os turnos, na segunda parte da ordem do dia. E' approvado o requerimento, tendo o sr. Leopoldo Neves declarado que foi vencido nas conclusões do parecer sobre o projecto n. 77.

Pelas segunda e terceira commissões, o sr. Moacyr Dantas manda á Mesa um parecer sobre a mensagem, na qual o Governador requer licença para ausentar-se do Estado, parecer que termina com o projecto n. 78, deferindo a solicitação. E' dispensado de impressão e interstício, a requerimento do apresentante, para entrar em discussão na segunda parte da ordem do dia.

A seguir, pela commissão de poderes, o sr. Chaves Ribeiro envia á Mesa tres pareceres, referentes aos projectos 72 e 79 e á petição de d. Edelvira Vaz e Abreu, solicitando igualmente para elles dispensa de impressão e interstício para discussão na segunda parte. Approvado o requerimento.

O sr. Ananias de Almeida, pela commissão de redacção, apresenta as dos projectos ns. 74, 75 e 76, as quaes, approvadas, vão á sanção, seguindo-se na tribuna o sr. Manoel Monteiro, que, pela commissão de instrucção publica, propõe um substitutivo ao projecto n. 33, o qual toma o n. 80 e é dispensado, por sua vez, de impressão e interstício para discussão na segunda parte da ordem do dia.

Succede ao sr. Manoel Monteiro na tribuna o sr. Vivaldo Lima, para submeter á consideração de seus pares a seguinte

INDICAÇÃO

Indico que a Assembléa Legislativa reuna amanhã ás 9 horas da manhã e 3 horas da tarde, não reunindo á noite.

Submettida immediatamente a votos, é essa indicação approvada por unanimidade.

Passando-se á segunda parte, são approvados: em segunda e terceira

discussões os projectos ns. 55, 79 e 80 (este ultimo substitutivo do n. 33) e tambem o 78, a respeito do qual o sr. Aristides Rocha diz que, em se tratando de uma licença ao Governador do Estado, não o discutirá por uma questão de elegancia moral.

Entrando em discussão o projecto n. 77, relativo á petição de Miranda Corrêa & Cia., vem á tribuna o sr. Nunes de Lima, que, após ligeiras considerações, offerece o seguinte substitutivo :

"Ficé concedida á firma Miranda Corrêa & Cia. e a outras que, com o necessario apparellamento, se propoñham a fazer a exploração da industria do gelo, a isenção por quinze annos de todos os impostos estaduais referentes a essa industria, com as obrigações de manter o preço do gelo entregue ao consumo publico, em domicilio e em seus depositos, nunca superior a duzentos réis o kilogramma, e attender, gratuitamente, ás solicitações dos estabelecimentos hospitalares, de saude e instrucção, asylo e isolamentos mantidos pelo Estado e Municipio, bem assim das repartições estaduais nas suas horas de expediente".

Encaminhado pela Mesa á commissão competente esse substitutivo, obrigando assim o projecto a voltar á commissão que o elaborou, o sr. Vivaldo Lima, requer preferencia para o projecto da commissão, ficando por isso prejudicado o substitutivo. Continuando a discussão e não havendo mais quem deseje fallar sobre o projecto, é este approvado, contra os votos dos srs. Aristides Rocha, Armando Madeira, Ariolino Azevedo, Arthur Bonates, Tito Bittencourt, Pimentel Salles, Nunes de Lima e Leopoldo Neves. Ainda a proposito do projecto n. 77, o sr. Ariolino Azevedo pede que conste da acta a seguinte declaração escripta que manda á Mesa :

"Tem sido objectivo nosso isentar, como medida de protecção, todas as industrias que se iniciam. Levamos assim a nossa ajuda áquelles que se atiram á resolução de um problema promissor no Estado. Essa ajuda, porém, é no inicio, na phase de experi-

encia, da producção e do mercado. As industrias para as quaes se pede isenção de impostos já estão consolidadas, isto é, o industrial respectivo já sabe por quanto produz e quanto e por quanto vende. Que o imposto seja cobrado conscienciosamente, de modo a não asphyxiar o contribuinte, mas que a cobrança se faça. Votando por esta isenção, teria de votar por todas as outras pretensões de igual natureza, principalmente as dos pequenos productores, porem, desse modo, iria ferir directamente a economia do Estado. Por estes motivos, além de outros, voto contra o pedido em questão".

Approva-se ainda em terceira discussão o projecto n. 77, contra os votos dos deputados acima nomeados, fazendo declaração verbal a respeito o sr. Leopoldo Neves.

Nada mais occorrendo, são encerrados os trabalhos, marcando o sr. presidente esta ordem do dia para amanhã : primeira parte, regimental; segunda parte, o que occorrer.

Sessão de 31 de Dezembro

Presidencia do sr. João Verçosa. — Secretarios — srs. Nogueira da Matta e Carlos Machado.

A's nove horas, presentes os srs. João Verçosa, Nogueira da Matta, Carlos Machado, Felix Valois, Ananias de Almeida, Moacyr Dantas, Maria Leão, Paula Gonçalves, Manoel Monteiro, Ariolino Azevedo, Vivaldo Lima, Leopoldo Peres, Nunes de Lima, Ruy Barreto, Armando Madeira, Antonio de Vasconcellos, Aristides Rocha, Manoel Lobo, Francisco Caetano e Carlos Nobre, fallando com causa justificada os srs. Cosme Ferreira, Ary Cahn, Antovilla Vieira, Philadelpho de Moraes e Benjamin Ferreira, e sem ella os demais representantes, é aberta a sessão.

Lida e approvada a acta da sessão nocturna de hontem, o primeiro secretario apresenta este

EXPEDIENTE

Petição de Bernardino Pereira de Freitas, proprietario de uma usina,

pedindo isenção de impostos para ella.
Passando-se á primeira parte da

ORDEM DO DIA

pede a palavra o sr. Vivaldo Lima e, pela commissão de finanças, manda á Mesa um parecer que conclue por um projecto, concedendo á empresa Cinema Avenida Limitada, pelo prazo de cinco annos isenção de impostos e requerendo para esse projecto, que toma o n. 81, dispensa de impressão e interstício para entrar em discussão na segunda parte da ordem do dia. E' approved o requerimento.

Pela commissão da Força Publica, tambem o sr. Felix Valois envia á Mesa o projecto n. 48 com o respectivo parecer, requerendo que o mesmo entre nas discussões regimentaes na segunda parte. Approved.

Ainda pela commissão de finanças o sr. Antonio de Vasconcellos submete á consideração da Casa o parecer relativo á mensagem do Governador do Estado, de 30 do corrente, pedindo abertura de credito para pagamento de gratificação á commissão nomeada para a revisão do systema fiscal e tributario do Estado. O mesmo deputado obtem dispensa de impressão e interstício, afim de que esse projecto seja discutido e approved na segunda parte.

Pela commissão de redacção, o sr. Ananias de Almeida envia á Mesa as dos projectos ns. 77, 78 e 79, as quaes, approvedas, vão á sanção.

Depois, vem á tribuna o sr. Antonio de Vasconcellos, que faz referencias á lei publicada no "Diario Official" sobre imposto territorial. Diz que, talvez por engano, o collector figura, com o ordenado de seis contos de réis, quando devera ser de quatro, pedindo á Mesa providencias no sentido de ser rectificado o engano.

Passando-se á segunda parte, entra em segunda e terceira discussões o projecto n. 48, sendo approved e indo á commissão de redacção. Entra ainda em segunda discussão o projecto n. 81, concedendo isenção á empresa cinematographica "Avenida", justificando seus votos contrarios á concessão os srs. Paula Gonçalves, Aristides Rocha, Ariolino Azevedo e Ar-

mando Madeira. Na terceira discussão do projecto referido, o sr. Aristides Rocha apresenta-lhe tres emendas, sendo rejeitadas duas e uma approved, approvando-se afinal o projecto, que vae á commissão de redacção.

Em discussão unica o parecer da commissão de finanças sobre a mensagem do Governador do Estado, pedindo credito para pagamento da commissão revisora do systema tributario, o sr. Armando Madeira, pedindo a palavra, propõe um substitutivo, que toma o numero de ordem 82. O mesmo deputado requer dispensa de impressão para o substitutivo e, sendo posto em discussão o requerimento, manifestam-se contra aquelle os srs. Antonio de Vasconcellos e Vivaldo Lima, achando que deve ser approved o parecer da commissão de finanças. Defendem o substitutivo os srs. Armando Madeira, Aristides Rocha e Leopoldo Peres, que appellam para a Casa no sentido de o approved integralmente, vindo então á tribuna o sr. Moacyr Dantas que propõe a accção do substitutivo com uma emenda, reduzindo de tres para dois contos de reis a gratificação de cada membro da commissão revisora das leis tributarias. A Casa accete o alvitre e o substitutivo é finalmente approved, contra o voto do sr. Vivaldo Lima.

Logo após, com a palavra, o sr. Nunes de Lima requer conste da acta a seguinte declaração de voto:

"Devo e quero fazer neste plenario uma necessaria declaração: é a de que nenhuma participação tive, de modo geral, na discussão do orçamento a ser votado para o exercicio de 1936. E não podia ter, sr. presidente, em virtude da premencia de tempo com que se offereceu, nesta Casa, o projecto em apreço. Embora oriundo de uma commissão que o sr. Governador classifica de technicos especializados, o ante-projecto de lei orçamentaria não poderia ser votado, conscientemente sem o sacrificio do dever compulsorio que, automaticamente, assumimos, como legisladores, perante os que dependem desta importante

lei. E não podendo collaborar, pelas razões expostas, na sua confecção e, muito menos, evitar que se consumasse a obra confusa que aqui ficou, faço esta ligeira resalva, como modesto e accidental elemento desta Casa e como um obscuro e esforçado assimilador das nossas questões economico-financeiras. Era esta a explicação que me cumpria dar neste plenário".

Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente encerra os trabalhos, marcando para ordem do dia da sessão das quinze horas o que occorrer.

Sessão de 31 de Dezembro

Presidência do sr. João Verçosa. — Secretários — srs. Nogueira da Matta e Carlos Machado.

A's quinze horas, presentes os srs. João Verçosa, Nogueira da Matta, Carlos Machado, Leopoldo Neves, Felix Valois, Ananias de Almeida, Moacyr Dantas, Maria Leão, Paula Gonçalves, Manoel Monteiro, Ariolino Azevedo, Vivaldo Lima, Leopoldo Peres, Ruy Barreto, Armando Madeira, Tito Bittencourt, Antonio de Vasconcellos, Chaves Ribeiro, Aristides Rocha, Arthur Bonates, Manoel Lobo, Francisco Caetano e Alfen Thaumaturgo, faltando com causa justificada os srs. Cosme Ferreira, Julio Lima, Ary Cahn, Antovilla Vieira, Philadelpho de Moraes e Benjamin Ferreira e sem ella os demais deputados, é aberta a sessão.

Approvada sem debate a acia anterior, o primeiro secretario apresenta este

EXPEDIENTE

Mensagem do Governador do Estado, submettendo á consideração da Assembléa uma reclamação das firmas commerciaes Neves & Cia. Limitada e A.

Benoliel, representantes de fabricas de cigarros, contra o numero 345, letra r, da tabella b, annexa á lei n.º 29, de 23 de dezembro corrente, que regula a cobrança do imposto de industria e profissão.

Outra mensagem da mesma autoridade, capeando a petição em que Pedro Telles requer o pagamento de um credito de quatorze contos e trinta e cinco mil duzentos e cincoenta reis, de exercicios findos,

Idem, com uma petição em que Domingos da Silva Leite, ex-musico da extincta Força Policial, solicita uma pensão.

Telegramma do senador Cunha Mello, participando as providencias tomadas junto ao Governo Federal com relação ao caso da Amazon River, attendendo assim ao radio da Assembléa Legislativa.

Officio do prefeito municipal de Labrea, participando haver assumido esse cargo.

Idem da mesa administrativa da Santa Casa de Misericordia, participando a sua recente posse.

Terminada a leitura do expediente e passando-se á

ORDEM DO DIA

vem á tribuna o sr. Leopoldo Neves, que faz demorada apreciação sobre o projecto orçamentario para o anno proximo, enviando-o em seguida á Mesa com um requerimento de dispensa de impressão e de intersticio, afim de ser o projecto immediatamente discutido. Approvado o requerimento. A mesma providencia solicita o sr. Moacyr Dantas para o projecto n.º 85, sobre creditos pedidos pelo Governador do Estado.

E' o seguinte o projecto orçamentario :

ANTE-PROJECTO da lei orçamentaria para o exercicio financeiro de 1936.

CAPITULO I

DA RECEITA

Art.º 1.º — A receita do Estado do Amazonas para o anno de 1936, é orçada em 12.112:318\$318, proveniente da arrecadação de impostos e outras rendas, na forma estabelecida na Constituição e discriminados nos seguintes paragraphos: —

§ 1.º—RENDA ORDINARIA

a) Exportação :

Sobre Productos de Industria Extractiva

1 — 3% s/ borracha, sernamby e quaisquer outras gomas elasticas, em bruto, quando não impliquem a destruição das arvores para a sua colheita	90:000\$000
2 — 7% s/ balata, ucuquirana, caucho e productos analogos, para cuja colheita se faça mister a destruição das arvores	280:000\$000
3 — 2% s/ latex	500\$000
4 — Breus e resinas de qualquer qualidade—LIVRE	\$
5 — 7% s/ castanha c/ casca a granel	1.050:000\$000
6 — 3% s/ castanha c/ casca, em saccos ou grades	1:800\$000
7 — 4% s/ cumarú e puxury	15:000\$000
8 — Carços de andiroba, ucububa, babassú e outras oleaginosas — LIVRE	\$
9 — 6% s/ óleo de copahyba	19:200\$000
10 — Quaesquer outros oleos vegetaes — LIVRE	\$
11 — 4% s/ madeiras em toras, falcuejadas ou não	10:000\$000
12 — 2% s/ dormentes e postes de madeiras	1:000\$000
13 — 6% s/ piassaba em rama	48:000\$000
14 — Quaesquer outras fibras — LIVRE	\$
15 — Jarina em bruto ou descascada—LIVRE	\$
16 — 7% s/ couros e pelles de animais selvagens	210:000\$000
17 — 6% s/ pirarucú e outros peixes usados — LIVRE	96:000\$000
18 — Quaesquer outros aproveitamentos vegetaes para medicina e outros	\$
19 — Raizes, plantas, folhas e quaisquer outros productos da industria extractiva, não especificados, em bruto, obtidos sem destruição das fontes productoras — LIVRE	\$
20 — 4% s/ os mesmos productos, obtidos com destruição das fontes productoras	500\$000

II Sobre Productos da Industria Agricola

21 — Cacau em bagos — LIVRE . . .	\$
22 — 5 % s/ guaraná, em sementes ou pães	27:500\$000
23 — Fumo em molhos, corda, folhas, etc. — LIVRE	\$
24 — Quaesquer outros productos não classificados LIVRE	\$

III Sobre Productos da Industria Pastoral

25 — Gado de qualquer especie — LIVRE	\$
26 — Ossos, chifres e outros residuos animais — LIVRE	\$
27 — 6 % s/ couros de gado de qualquer especie	31:200\$000
28 — Quaesquer outros productos não classificados — LIVRE	\$

IV Sobre productos da Industria Fabril

29 — Artefactos de borracha ou bala-ta — LIVRE	\$
30 — 3 % s/ borracha lavada ou crepada	60:000\$000
31 — 6 % s/ couros curtidos de qual-quer qualidade	1:500\$000
32 — Castanha descascada — LIVRE	\$
33 — 2 % s/ madeira beneficiada	28:440\$000
34 — Madeiras em caixas abatidas — LIVRE	\$
35 — 8 % essencia de pau rosa	176:000\$000
36 — Quaesquer outros productos não classificados — LIVRE	\$

V Sobre Productos da Industria Mineral

37 — 10 % s/ ouro, metaes e pedras con-sideradas preciosas	\$
38 — 6 % s/ estanho, cobre, chumbo e outros mineraes para fim in-dustrial	\$
39 — Kaolin, mica, terras para fabri-cação de tintas — LIVRE	\$
40 — Carvão de pedra, ferro e quaes-quer outros mineraes não classi-cados — LIVRE	\$ 2.146:640\$000

b) — INTERIOR

41 — Impostos de emolumentos	60:000\$000
42 — Venda de terras	100:000\$000
43 — Imposto territorial	150:000\$000
44 — Imposto s/ terrenos arrendados	15:000\$000
45 — Imposto s/ transferencia de contractos	500\$000
46 — Imposto do vendas mercantis	4.500:000\$000
47 — Cobrança da divida activa	320:000\$000
48 — Imposto do industrias e profis-sões (metade da arrecadação)	850:000\$000
49 — Imposto do sello: —	

Estampilhas	250:000\$000	
Verba	98:000\$000	348:000\$900
50 — Imposto de consumo s/combustíveis de motores de explo- são		20:000\$000
51 — Imposto de trans- missão: — Inter-vivos	350:000\$000	
Causa-mortis	190:000\$000	540:000\$000
52 — Taxa de expediente		103:000\$000
53 — Taxa de policia portuaria		57:000\$000
54 — Taxa de estatistica		370:000\$000
		7.431:500\$000

c) — PATRIMONIO

55 — Renda do serviço de viação e luz de Manáos	300:000\$000	
56 — Renda da Inspectoria de Vehi- culos	15:000\$000	
57 — Renda do Gabinete de Identifi- cação	5:000\$000	
58 — Renda da Imprensa Publica	129:000\$000	
59 — Renda do Serviço de Aguas	500:000\$000	
60 — Renda de outros estabelecimen- tos do Estado	163:000\$000	
61 — Renda do armazem de classifica- ção de peles	150:000\$000	1.282:000\$000

§ 2.º — Renda extraordinaria

62 — Indemnizações e reposições	20:000\$000	
63 — Multas por infracções de leis	20:000\$000	
64 — Bens vacantes	\$	
65 — Juros de contas correntes	20:000\$000	
66 — Receita eventual	382:178\$318	442:178\$318

§ 3.º Renda com Applicação Especial

67 — Contribuição dos municípios a título de auxilio a Secção de A- gricultura, para a manutenção dos alumnos do Aprendizado, a razão de 50\$000, cada um	30:000\$000	
68 — Contribuição dos municípios, como auxilios á Instrucção e Saúde Publica	500:000\$000	
69 — Imposto s/ a carne verde, na ra- zão de \$100 por kilogrammo	300:000\$000	830:000\$000
		12.112:318\$318

CAPITULO II

Artigo — 2.º — Para o exercicio de 1938, a despesa do Estado do Amazonas é fixada em 12.112.818\$318, na forma discriminada nos § § seguintes: —

§ 1.º — Gabinete do Governador:

Tabela n.º 1		
Pessoal	120:480\$000	
Material	54:000\$000	174:480\$000

§ 2°—ASSEMBLEA LEGISLATIVA

Tabela n.º 2		
I —	Representação a 38 Deputados .	66:960\$000
II —	Subsídios aos mesmos, noventa e dois dias	198:720\$000
III —	Representação ao Presidente da Assembléa	12:000\$000
IV —	Pessoal da Secretaria	69:480\$000
	Material	36:000\$000
		333:160\$000

**§ 3.º — SECRETARIA GERAL
DO ESTADO**

Tabella n.° 3		
Pessoal	129:120\$000	
Material	6:000\$000	135:120\$000

§ 4.º — DIRECTORIA GERAL
DA FAZENDA PUBLICA:

Tabela n.º 4			
Pessoal	1.191.320\$000		
Material	156.450\$000	1.347.770\$000	

**§ 5.º — DIRECTORIA DOS SER-
VICOS TECHNICOS: —**

Tabella n.º 5

Personale	502.608\$000	
Material	1.267.300\$000	1.759.908\$000

§ 6.º — DIRECTORIA DA INSTRUCCAO PUBLICA: —

Tabella n.º 6

Personale	2.270:125\$000	
Material	85:280\$000	2.355:405\$000

§ 7.º — DIRECTORIA DA SAÚDE PÚBLICA: —

Personal	355:200\$000	
Material	600:000\$000	955:200\$000

§ 8.º — ARCHIVO, BIBLIOTHECA E IMPRENSA PUBLICA

Tabella n.º 8		
Pessoal	164:520\$000	
Material	119:000\$000	283:520\$000

§ 9.º — SEGURANÇA PUBLICA:—

Tabella n.º 9		
Pessoal	186:000\$000	
Material	127:300\$000	313:300\$000

§ 10.º — CORPO DE SEGURANÇA

Tabella n.º 10		
Pessoal	496:200\$000	
Material	25:200\$000	521:400\$000

§ 11.º — THEATRO AMAZONAS

Tabella n.º 11		
Pessoal	7:800\$000	
Material	3:840\$000	11:640\$000

§ 12.º — JUNTA COMMERCIAL

Tabella n.º 12		
Pessoal	26:400\$000	
Material	2:200\$000	28:600\$000

§ 13.º — JUSTIÇA PUBLICA

Tabella n.º 13		
Pessoal	1.116.600\$000	
Material	33:600\$000	1.150:200\$000

§ 14.º — PESSOAL INACTIVO:—

Tabella n.º 14		
Aposentados, reformados, pensionistas e em disponibilidade		1.506:553\$318
Gratificação nos civis e militares, em disponibilidade quando em comissão		63:000\$000

§ 15.º — ASSISTENCIA SOCIAL:—

Tabella n.º 15

Instituto Benjamin Constant

Pessoal	94:920\$000	
Material	132:800\$000	182:720\$000

Secção de Agricultura
e Aprendizado do
Paredão:—

Pessoal	103:440\$000	
Material	103:600\$000	207:040\$000

DIVERSOS AUXILIOS:

I — Santa Casa de Misericórdia, inclusive auxilio para assistência á Maternidade e Hospital S. Sebastião	100:000\$000	
II — Hospital de Porto Velho, á cargo da Missão Salesiana ..	3:600\$000	
III — Asylo de Mendicidade Dr. Thomas ..	12:000\$000	
IV — Casa Dr. Fajardo	24:000\$000	
V — Abrigo Menino Jesus	12:000\$000	
VI — Irmãs do Orphanato de Tefé	2:400\$000	
VII — Irmãs Capuchinhas, para manutenção do Collegio e Orphanato de N. S. da Assumpção, em S. Paulo de Olivença ..	2:400\$000	
VIII — Syndicato dos Enfermeiros	2:400\$000	548:560\$000

§ 16.º — DIVERSAS
DESPESAS

I — SUBVENÇÕES e
AUXILIOS

a) — Faculdade de Sciencias Juridicas e Sociaes	12:000\$000
b) — Escola João de Deus	600\$000
c) — Instituto Universitario	600\$000
d) — Instituto Araújo Filho de Manacapuru	600\$000
e) — Collegio N. S. do Rosario	600\$000
f) — Escola União Operaria	1:200\$000
g) — Escola Pedro Americo	1:800\$000
h) — Escola Lopes Gonçalves	2:400\$000
i) — Escola da Colônia de Pescadores Z-1	1:200\$000
j) — Claudio Santo- ro	4:800\$000

k) — Escola Agro-nômica	4:800\$000	
l) — Escola de O-dontologia e Pharmacia	4:800\$000	
m) — Escolas man-tidas pela Ma-çonaria	1:200\$000	
n) — Obras Salesia-nas de Manaus	6:000\$000	
o) — Instituto Geo-graphico e His-torico do Ama-zonas	1:200\$000	
p) — Academia A-mazonense de Letras	1:200\$000	
q) — Movimento Ar-tístico Brasilei-ro	10:200\$000	55:200\$000
II — Dívida do Exer-cício anterior		100:000\$000
III — Juros no Monte-pio		30:000\$000
IV — Contribuição à Comissão de estudos fi-nanceiros (Dec. Fed. n.º 22.089, de 16 de Novem-bro de 1932)		12:000\$000
V — Eventuais		140:000\$000
IV — Socorros Publi-cos		30:000\$000
		367:200\$000

§ 17.º — ASSISTENCIA
AO ESTUDO E APRO-
VEITAMENTO DAS
RIQUEZAS FLORES-
TAES (§ 2.º do art 136
da Constituição)

AUXÍLIOS

a) — Sociedade A-mazonense de Agricultura . . .	36:000\$000
b) — Laboratorio de estudos e pes-quizas, por in-termedio, ou em cooperação com a Sociedade A-mazonense de Agricultura . .	55:101\$400
c) — Auxílio á ins-talação e manu-tenção das ca-sas do Amazo-nas em S. Paulo e Rio de Janei-ro, por interme-dio da Associa-ção Commercial do Amazonas . .	30:000\$000

121:101\$400

§ 18.º — ARMAZEM
CLASSIFICADOR DE
COUROS: —

Tabella n.º 16

Pessoal 37:200\$000

Material 49:000\$000

86:200\$000

12.112:318\$318

CAPITULO III

Disposições gerais

Art. 3.º — As repartições estaduais que realizem recebimento, sob qualquer titulo e por qualquer forma, ficam obrigadas a recolher, semanalmente, as respectivas arrecadações á Directoria Geral da Fazenda Publica, em dia designado pelo respectivo Director.

§ 1.º — As normas para escripturação dessas arrecadações, serão ministradas pela Directoria Geral da Fazenda Publica.

§ 2.º — Em caso algum poderão os chefes das referidas repartições, applicar ou dar outra destino as importancias arrecadadas pelas mesmas.

Art. 4.º — Os novos auxilios ás instituições de Assistencia Social serão applicados em duodecimos a criterio do Governador do Estado, com audiencia das administrações das beneficiarias. 50 % dessas auxilios serão destinados ao custeio das mesmas instituições e o restante á ampliação da respectiva capacidade.

§ UNICO — As instituições beneficiarias ficam obrigadas a, semestralmente, apresentar ao Governador do Estado uma demonstração da applicação das importancias recebidas na Fazenda Publica, de subvenções consignadas na presente lei.

Art. 5.º — Fica o Poder Executivo autorizado a promover a reorganização do Aprendizado Agricola do Paredão, de mansira a apparellha-lo, dentro de sua actual verba orçamentaria, a prestar a assistencia educacional de sua especialidade a, pelo menos, 150 menores.

Art. 6.º — Os thesoureiros, almoxarifes e porteiros de repartições, aos quaes incumbem pagamentos de pequenas despesas, de caracter urgente, não poderão conservar em seu poder quantia superior a duzentos mil réis.

Art. 7.º — Ficam isentos de sellos os despachos de productos estaduais cujo valor official não ultrapasse de 250\$000.

Art. 8.º — São declarados inexistentes os cargos não expressamente contemplados com as necessarias dotações no presente Orçamento.

Art. 9.º — Fica o Governador autorizado a reorganizar o serviço de aguas do Estado, de forma a destacar em sub-directorias, a parte technica ou de produção, da commercial ou de consumo.

Art. 10.º — Responderá, pecuniariamente, por qualquer excesso de despesa verificada, o director ou chefe de repartição que dispendir mais do que a verba consignada no Orçamento.

§ UNICO — Em igual penalidade incorrerá o funcionario da Directoria da Fazenda que concorrer para a infracção do presente artigo.

Art. 11.º — Fica o Governador do Estado autorizado a reformar, dentro da presente dotação orçamentaria, a Directoria Geral da Fazenda Publica, escolhendo de seu regulamento as disposições inoperantes e obsoletas, habilitando-a a ser o departamento controlador de toda a finança do Estado.

Art. 12.º — A consignação das verbas constantes da presente Lei não dá direito ás repartições e estabelecimentos de percebas-las integralmente, mas apenas o imprescindível ás despesas de custeio conforme á demonstração comprovada, a Juizo do Governador.

Art. 13.º — A verba Eventuales só poderá ser dispendida por determinação directa do Governador.

Art. 14.º — Fica autorizado o Governo a contractar, dentro ou fóra do Paiz, o pessoal technico que se faça necessario para a organização e funcionamento do laboratorio de chimica industrial, sem que aos mesmos se attribua a qualidade de funcionario publico, para a percepção das vantagens decorrentes dessa situação.

Art. 15.º — Em cumprimento ao art. 49 e seu § da Constituição, fica estabelecido o regme do empenho para todos os gastos de material, cabendo á Directoria Geral da Fazenda Publica estabelecer as respectivas normas, de maneira que nenhum encargo seja creado ao erario, sem attribuição de recursos para lhe custear a despesa.

Art. 16.º — Os funcionarios interinos ou substitutos, inclusive supplentes leigos de juizes, só terão direito a todos os vencimentos, quando o cargo estiver vago, ou então, quando o funcionario substituido, por qualquer circumstancia, nada perceber. Quando o funcionario effectivo ceder parte dos seus vencimentos, somente essa parte será abonada ao substituto; no caso de effectivo perceber todos os vencimentos, ao substituto será abonada, pela verba Eventuaes a importancia equivalente a gratificação do cargo.

Art. 17.º — As taxas do Gymnasio Amazonense Pedro II serão pagas directamente á Recebedoria, adiantadamente, mediante guia dos respectivos Directores, exceto a taxa de exame de admissão, cuja metade será cobrada, directamente pela Secretaria do Gymnasio, para pagamento dos examinadores.

Art. 18.º — Cada attestado de publicação de editaes de terras no "Diario Official", alem do sello, pagará mais \$5000 na repartição da Imprensa Publica, que terá, para esse fim, um carimbo especial.

Art. 19.º — Constatue dever inherente a todos os funcionarios e empregados publicos, no exercicio de suas funções, zelar pelos interesses da Fazenda Publica, tornando effectivo ou exigindo, dentro do limite de suas attribuições e competencia, o pagamento de taxas, impostos e outras contribuições devidas ao Fisco, cabendo-lhes responsabilidade pela negligencia ou decasco com que se houverem, quando tal fór verificado, ou apurado.

TABELLA N. 1

Subsidio do Governador			
Estado	4:000\$000	48:000\$000	
Representação do mesmo	1:000\$000	12:000\$000	60:000\$000
Gabinete do Governador			
1 Official de Gabinete..	1:000\$000	12:000\$000	
1 Official de expediente	650\$000	7:800\$000	
1 Auxiliario do Gabinete.	450\$000	5:400\$000	
1 Porteiro	500\$000	6:000\$000	
1 Mordomo Guarda Mobilia	380\$000	4:560\$000	
1 Archivista	450\$000	5:400\$000	
1 Escriptuario Dactylographo	400\$000	4:800\$000	
1 Continuo	320\$000	3:840\$000	
1 Correo	280\$000	3:360\$000	
1 Chauffeur	400\$000	4:800\$000	
1 Jardineiro	200\$000	2:400\$000	60:480\$000
Material :			
a) Expediente, serviço telegraphico e assignatura do "Diario Official" . .		30:000\$000	
b) Anseio, aquisição e conservação de moveis e utensilios, luz e agua		12:000\$000	
c) Custeio e conservação de automoveis		12:000\$000	54:000\$000
			174:480\$000

ASSEMBLEA LEGISLATIVA

TABELLA N. 2

Representação a 36 deputados	66:960\$000	
Subsídios a 36 deputados, noventa e dois dias	198:720\$000	
Representação ao Presidente da Assembléa	12:000\$000	277:680\$000

Secretaria da Assembléa :

Pessoal :

1 Director	1:200\$000	14:400\$000	
4 Officiaes	600\$000	28:800\$000	
3 Amanuenses, sendo, um archivista	400\$000	14:400\$000	
1 Porteiro	360\$000	4:200\$000	
1 Continuo	280\$000	3:360\$000	
2 Serventes	180\$000	4:320\$000	69:480\$000

Material :

a) Expediente, correspondencia postal e telegraphica e impressão de avulsos	15:000\$000		
b) Organização e publicação de annuaes	5:000\$000		
c) Serviços estenographicos e redacção de debates	10:000\$000		
d) Mobiliario e asselo	5:000\$000		
e) Luz e agua	1:000\$000	36:000\$000	105:480\$000
			383:160\$000

SECRETARIA GERAL DO ESTADO

TABELLA N. 3

Pessoal :

1 Secretario Geral	3:000\$000	36:000\$000	
1 Director	1:400\$000	16:800\$000	
2 Chefes de Secção	850\$000	20:400\$000	
2 Officiaes	650\$000	15:600\$000	
1 Official archivista	650\$000	7:800\$000	
2 Amanuenses	450\$000	10:800\$000	
1 Porteiro	400\$000	4:800\$000	
1 Continuo	300\$000	3:600\$000	
2 Correios	280\$000	6:720\$000	
1 Servente	200\$000	2:400\$000	
1 Chauffeur	350\$000	4:200\$000	129:120\$000

Material :

a) Papel, tinta, lapis, canetas, demais artigos de escriptorio e assignatura do "Diario Official"	4:000\$000		
b) Despesa postal e telegraphica	1:000\$000		
c) Agua, luz e asselo	1:000\$000	6:000\$000	
			135:120\$000

FAZENDA PUBLICA

TABELLA N. 4

Pessoal da Directoria

1 Director Geral ..	2:000\$000	24:000\$000	
1 Contador	1:100\$000	13:200\$000	
1 Chefe de Contabilidade	1:000\$000	12:000\$000	
2 Chefes de Secção	900\$000	21:600\$000	
1 Procurador Fiscal	1:200\$000	14:400\$000	
12 Irs. Escripturarios	700\$000	100:800\$000	
12 2os. ditos	600\$000	86:400\$000	
12 3os. ditos	500\$000	72:000\$000	
12 4os. ditos	400\$000	57:600\$000	
1 Thesoureiro Geral	1:000\$000	12:000\$000	
1 Caixa Recebedor	900\$000	10:800\$000	
2 Fiéis do Thesoureiro	500\$000	12:000\$000	
1 Fiél do Caixa Recebedor	500\$000	6:000\$000	
12 Guardas	350\$000	50:400\$000	
4 Dactylographos ..	300\$000	14:400\$000	
1 Archivist	500\$000	6:000\$000	
1 Protocolista	350\$000	4:200\$000	
1 Porteiro	400\$000	4:800\$000	
1 Ajudante de Porteiro	350\$000	4:200\$000	
2 Continuos	300\$000	7:200\$000	
3 Correios	280\$000	10:080\$000	
3 Serventes	200\$000	7:200\$000	
1 Catraeiro	350\$000	4:200\$000	
1 Chauffeur	350\$000	4:200\$000	
Gratificação ao Official de Gabinete	300\$000	3:600\$000	
Quebras ao Thesoureiro		1:200\$000	
Idem ao Caixa Recebedor		1:200\$000	
Percentagem aos lançadores da Capital		10:000\$000	
Gratificação ao es- crivão dos Cai- xas		1:200\$000	576:880\$000
Addidos :			
1 Collector Territorial	600\$000	7:200\$000	
1 Perito Territorial	800\$000	9:600\$000	16:800\$000

593:680\$000

Material :

- a) Aquisição e encadernação de livros e objectos de expediente (pennas, lapis, papel, tinta, canetas, etc)
- b) Aquisição e conservação de moveis e utensilios.
- c) Luz, assignatura do Diario Official e outros fornaces.

20:000\$000

10:000\$000

serviço telephónico, água e asseio, custas, honorários e despesas com causas da Fazenda, acondicionamento de numerário e remessa, aquisição de sellos	10:600\$000		
d) Diligencias do Fisco	40:000\$000		
e) Custeio de vehiculos e embarcações	15:000\$000		
f) Apparelhamento das Estações Fiscaes	10:000\$000		
g) Aquisição, reparo e aluguel de casas para as Agencias Fiscaes.	28:000\$000		
h) Apparelhamento de estatistica ..	15:000\$000	148:000\$000	741:630\$000

Mesa de Rendas de Itacoatiara

Pessoal :

1 Administrador (Gratificação) ..	300\$000	3:600\$000	
1 Escrivão (Idem)	200\$000	2:400\$000	
4 Guardas	300\$000	14:400\$000	
2 Marinheiros. . .	120\$000	2:880\$000	23:280\$000

Material :

a) Aquisição e encadernação de livros e objectos de expediente (pennas, lapis, papel, tinta, canetas, etc)	2:000\$000		
b) Luz, água e asseio	300\$000		
c) Telegrammas e portes no Correio	300\$000		
d) Assignatura do Diário Official..	50\$000	2:850\$000	25:930\$000
			787:610\$000

Mesa de Rendas de Parintins :

Pessoal :

1 Administrador (Grat.)	300\$000	3:600\$000	
1 Escrivão (Idem)	200\$000	2:400\$000	
6 Guardas	300\$000	21:600\$000	
2 Marinheiros . . .	120\$000	2:880\$000	30:480\$000

Material :

a) Aquisição e encadernação de livros e objectos de expediente (pennas, papel, tinta, canetas, etc.) ..	2:000\$000		
---	------------	--	--

b) Luz, agua e selo	300\$000		
c) Telegrammas e portes no Correo	300\$000		
d) Assignatura do Diario Official ..	50\$000	2:650\$000	88:130\$000

Mesa de Rendias de Maucés :

Pessoal :

1 Administrador (Grat.)	300\$000	3:600\$000	
1 Escrivão (Idem)	200\$000	2:400\$000	
2 Guardas	300\$000	7:200\$000	
1 Marinheiro	120\$000	1:440\$000	14:640\$000

Material :

a) Aquisição e encadernação de livros e objectos de expediente (pennas, lapis, papel, tinta, canetas, etc.)	1:000\$000		
b) Luz, agua e selo	150\$000		
c) Telegrammas e portes no Correo	300\$000		
d) Assignatura do Diario Official ..	50\$000	1:500\$000	16:140\$000
			816:880\$000

Posto Fiscal da Serra de Parintins

Pessoal :

1 Administrador (Grat.)	200\$000	2:400\$000	
2 Guardas	200\$000	4:800\$000	
1 Marinheiro	100\$000	1:200\$000	8:400\$000

Material :

a) Expediente e objectos de escriptorio (papel, canetas, lapis, etc.)	500\$000		
b) Custeio de embarcações	300\$000		
c) Iluminação	300\$000		
d) Assignatura do Diario Official ..	50\$000	1:850\$000	10:050\$000

Collectoria de Rendias de Nhamundá

Pessoal :

5 Guardas	200\$000	12:000\$000	
1 Marinheiro	120\$000	1:440\$000	13:440\$000

Collectoria de Rend-
das do Borba:

Pessoal:

1 Guarda	250\$000	3:000\$000	
Gratificação de re- gião ao mesmo ..	50\$000	<u>600\$000</u>	3:600\$000

Collectoria de Rend-
das do Humaythá

Pessoal:

2 Guardas	250\$000	9:000\$000	
Gratificação de re- gião aos mesmos	100\$000	<u>3:600\$000</u>	12:600\$000

Collectoria de Rend-
das do Porto Velho

Pessoal:

4 Guardas	250\$000	12:000\$000	
Gratificação de re- gião aos mesmos	100\$000	<u>4:800\$000</u>	16:800\$000
			<u>873:370\$000</u>

Collectoria de Rend-
das de Benjamin
Constant

Pessoal:

2 Guardas	250\$000	9:000\$000	
Gratificação de re- gião aos mesmos	100\$000	<u>3:600\$000</u>	12:600\$000

Collectoria de Rend-
das de S. Paulo
de Olivença

Pessoal:

1 Guarda	250\$000	3:000\$000	
Gratificação de re- gião ao mesmo ..	50\$000	<u>600\$000</u>	3:600\$000

Collectoria de Rend-
das de Boca do
Acre

Pessoal:

8 Guardas	250\$000	24:000\$000	
Gratificação de re- gião aos mesmos	100\$000	<u>9:600\$000</u>	33:600\$000

Collectoria de Rend-
das de João Pessoa

Pessoal:

8 Guardas	250\$000	18:000\$000	
Gratificação de re- gião aos mesmos	100\$000	<u>7:200\$000</u>	25:200\$000

Collectoria de Rend-
das de S. Gabriel

Pessoal :

1 Guarda em Sta. Isabel	250\$000	3:000\$000	
Gratificação de re- gieis ao mesmo	100\$000	<u>1:200\$000.</u>	4:200\$00

Collectoria de Ren-
das de Boa Vista
do Rio Branco

Pessoal :

2 Guardas	250\$000		6:000\$000
---------------------	----------	--	------------

Vencimentos dos Collectores

Vencimentos a 29 Collectores de Rendas, á ra- ção de 100\$000 mensaes a cada um, que po- derão ser pagos directamente pelas Collecto- rias respectivas			139:200\$000
---	--	--	--------------

Percentagens a exactores e
funcionarios

6% sobre a arrecadação produ- zida pelas Collectorias, dis- tribuidos em partes iguaes e pagos directamente na Thesouraria Geral, aos res- pectivos Collectores, semes- tralmente, com excepção da renda com applicação espe- cial, depositos, montepio e imposto do sello. Mais 2% sobre dita arrecadação para zerem divididos entre os seis (6) collectores de: Bocca do Acre, Nhamundá, João Pes- soa, S. Gabriel, Benjamin Constant e Porto Velho, con- sideradas zonas fronteiras	130:000\$000		
1% sobre a arrecadação total do Estado com exclusão das taxas de expediente, esta- tistica, emolumentos, policia portuaria e renda com ap- plicação especial, para ser distribuida entre os func- cionarios da Directoria da Fazenda, mensalmente, de acordo com a tabella de quotas		120:000\$000	250:000\$000

1.347:770\$000

SERVIÇOS TECHNICOS

TABELLA N. 5

Secção de Terras

Pessoal :

Effectivo :

1 Director Geral. . .	1:200\$000	14:400\$000	
1 Ajudante	900\$000	10:800\$000	
3 Auxiliares Techni- cos	900\$000	32:400\$000	
1 Official Archivist	600\$000	7:200\$000	
2 Amanuenses	400\$000	9:600\$000	
1 Dactylographo. . .	250\$000	3:000\$000	
1 Almozarife mecha- nico	600\$000	7:200\$000	
1 Porteiro continuo.	250\$000	3:000\$000	
1 Servente	180\$000	2:160\$000	89:760\$000

Secção de Aguas

Pessoal :

Effectivo :

1 Chefe de Secção (commissão). . .	\$	\$	
1 Thesoureiro	800\$000	9:600\$000	
1 Almozarife archi- vista	600\$000	7:200\$000	
1 Official.	600\$000	7:200\$000	
3 Amanuenses	400\$000	14:400\$000	
5 Cobradores, lello- res de hydrome- tros	350\$000	21:000\$000	
1 Capataz.	550\$000	6:600\$000	
1 Dactylographo. . .	250\$000	3:000\$000	
1 Porteiro fiscal de distribuição	400\$000	4:800\$000	
1 Continuo servente.	280\$000	3:360\$000	77:160\$000

Contractado :

Uaina de bomba-
mento

1 Machinista chefe .	900\$000	10:800\$000	
1 Machinista sub- chefe	550\$000	6:600\$000	
2 Officiaes serralhei- ros	450\$000	10:800\$000	
3 Auxiliares de ma- china	360\$000	12:960\$000	
3 Machinistas	450\$000	16:200\$000	
1 Torneiro	500\$000	6:000\$000	
1 Auxiliar de torneiro	350\$000	4:200\$000	
1 Auxiliar de serra- lheiro.	250\$000	3:000\$000	
3 Foguistas	350\$000	12:600\$000	
4 Carvoeiros.	300\$000	14:400\$000	
2 Filtradores.	330\$000	7:920\$000	
3 Trabalhadores (di- arias)	8\$000	23:040\$000	
4 Aprendiziz mecha- nicos (diarias)..	3\$000	4:320\$000	132:840\$000

Turma de manutenção

1 Ajudante de Capataz	360\$000	4:320\$000	
1 Pedreiro	390\$000	4:680\$000	
1 Pedreiro ajudante	300\$000	3:600\$000	
1 Calceteiro	300\$000	3:600\$000	
3 Encanadores de 1ª classe	360\$000	12:960\$000	
2 Encanadores de 2ª classe	330\$000	7:920\$000	
4 Trabalhadores	270\$000	12:960\$000	
5 Trabalhadores	240\$000	14:400\$000	
10 Trabalhadores	180\$000	21:600\$000	
1 Bombeliro	300\$000	3:600\$000	
1 Official serralheiro	390\$000	4:680\$000	
1 Auxiliar serralheiro	300\$000	3:600\$000	
7 Guardas	300\$000	25:200\$000	
1 Chauffeur	350\$000	4:200\$000	
1 Machinista chefe da officina de exstos	400\$000	4:800\$000	
1 Auxiliar	300\$000	3:600\$000	135:720\$000

Serviço Telephonico

1 Escriptuario The-soureiro	500\$000	6:000\$000	
1 Technico (Official)	500\$000	6:000\$000	
1 Technico Auxiliar	350\$000	4:200\$000	
3 Telephonistas de 1ª classe	200\$000	7:200\$000	
5 Telephonistas de 2ª classe	180\$000	10:800\$000	
4 Telephonistas de 3ª classe	150\$000	7:200\$000	
1 Telephonista praticante	120\$000	1:440\$000	
1 Cobrador	400\$000	4:800\$000	
2 Operarios de 1ª classe	270\$000	6:480\$000	
2 Operarios de 2ª classe	242\$000	5:808\$000	59:928\$000

Lancha "Pedro Raccellar"

1 Chauffeur encarregado	400\$000	4:800\$000	
1 Auxiliar	200\$000	2:400\$000	7:200\$000

Materiaes para os Ser-viços Technicos :

Verba n.º

Secção de Terras:

a) Papel, tinta, lapis, canetas, demais artigos de escriptorio e assignatura do "Diario Official"	4:000\$000		
b) Luz, agua e asseio	2:000\$000		6:000\$000

Secção de Aguas:

a) Papel, tinta, lapis, canetas, demais artigos de escriptorio e assignatura do "Diario Official"	4:000\$000		
---	------------	--	--

b) Luz e asseio	2:000\$000	
c) Combustivel para a usina do bombeamento	108:000\$000	
d) Custeio do serviço e renovação do aparelhamento	242:000\$000	
e) Serviços extraordinarios.	9:000\$000	
f) Quota de Previdência sobre o consumo d'agua	7:800\$000	272:800\$000

Serviço Telephonico

a) Papel, tinta, lapis, canetas, demais artigos de escriptorio e assignatura do "Diário Oficial".	4:000\$000	
b) Luz, agua e asseio	1:000\$000	
c) Apparelhamento e custeio	32:000\$000	
d) Aluguel de casa . .	3:000\$000	
e) Percentagem á Caixa de Pensões . . .	2:500\$000	
f) Aquisição de novos aparelhos	10:000\$000	52:500\$000

Serviços electricos e obras publicas:

a) Illuminação da Capital	504:000\$000	
b) Illuminação dos subúrbios e outros . .	60:000\$000	
c) Quota federal sobre energia electrica . .	12:000\$000	
d) Construcções e reparos dos proprios do Estado	200:000\$000	
e) Conservação de pavilhões escolares, no interior	50:000\$000	826:000\$000
		1.759:908\$000

INSTRUÇÃO PUBLICA

TABELLA N.º 6

Personal:—

1 Director	1:200\$000	14:400\$000	
1 Secretario	800\$000	9:800\$000	
2 Officiaes	500\$000	12:000\$000	
2 Amapuenses	400\$000	9:600\$000	
1 Almoxarife	450\$000	5:400\$000	
1 Porteiro	350\$000	4:200\$000	
1 Continuo	280\$000	3:360\$000	
1 Servente	180\$000	2:160\$000	
1 Inspector escolar . . .	450\$000	5:400\$000	66:120\$000

Tabella — Estatística Educacional:

1 Encarregado (grat.) . . .	400\$000	4:800\$000	
1 Dactylographo.	250\$000	3:000\$000	7:800\$000

Material:—

a) Papel, tinta, lapis, pennas, canetas e demais artigos de escriptorio e assignatura do DIARIO OFFICIAL .. .	4:000\$000		
b) Livros e objectos escolares para as escolas publicas primarias .. .	36:000\$000		
c) Reparo, conservação e aquisição de moveis .. .	12:000\$000		
d) Aforamento do terreno do grupo escolar Olavo Bilac (S. Raymundo) ..	780\$000		
e) Luz, agua e asseio das escolas .. .	5:600\$000		
f) Aquisição de livros para crianças pobres .. .	12:000\$000		
g) Luz, agua e asseio da Directoria .. .	1:000\$000		
h) Estatística educacional .. .	3:000\$000	74:280\$000	148:200\$000

Escola Normal

VERBA N.º

Pessoal:—

16 Professores .. .	700\$000	134:400\$000	
1 Secretario .. .	650\$000	7:800\$000	
1 Preparador do Gabinete de Historia Natural ..	600\$000	7:200\$000	
6 Regentes .. .	300\$000	18:000\$000	
1 Amanuense .. .	400\$000	4:800\$000	
1 Bedel .. .	250\$000	3:000\$000	
1 Porteiro .. .	350\$000	4:200\$000	
1 Contínuo .. .	280\$000	3:360\$000	
1 Auxiliar trabalhos manuaes .. .	400\$000	4:800\$000	
1 Servente .. .	150\$000	2:160\$000	
Gratificação ao professor que serve de director ..	400\$000	4:800\$000	
Gratificações addicionaes .. .		2:160\$000	196:680\$000

Material:—

a) Papel, tinta, lapis, pennas, canetas e demais artigos de escriptorio e assignatura do DIARIO OFFICIAL ..	2:000\$000		
b) Luz, agua e asseio .. .	1:000\$000	3:000\$000	199:680\$000

Escola Preparatoria

1 Regente .. .	300\$000	3:600\$000	
10 Professores .. .	450\$000	54:000\$000	
Gratificações addicionaes a professores .. .		1:000\$000	58:600\$000

Escola Solon de Lucena

VERBA N.º

Pessoal:—

14 Professores .. .	500\$000	84:000\$000	
1 Secretario .. .	350\$000	4:200\$000	
1 Regente .. .	200\$000	2:400\$000	
1 Porteiro-servente .. .	200\$000	2:400\$000	
Gratificação ao professor commissionado no cargo de director .. .	200\$000	2:400\$000	
Gratificação ao fiscal ..	300\$000	3:600\$000	99:000\$000

Material:—

a) --Papel, tinta, lapis, pennas, canetas, e demais artigos de escriptorio e assignatura do DIARIO OFFICIAL ..	1:000\$000		
b) Luz, agua e asseio .. .	1:000\$000	2:000\$000	101:000\$000

ASSEMBLEA LEGISLATIVA DO AMAZONAS

Grupos e escolas isoladas

VERBA N.º

Pessoal:—

112 Professores de 1.ª entrada	420\$000	537:600\$000	
19 Ditos de 1.ª entrada nocturnos	250\$000	57:000\$000	
34 Ditos de 2.ª entrada	350\$000	142:800\$000	
24—Professores de 3.ª entrada	280\$000	80:640\$000	
197 Professores rurais	200\$000	472:800\$000	
Gratificação mensal de cento e cincoenta mil réis a cada professor de emergência		240:000\$000	
23—Porteiros serventes de grupos	150\$000	41:400\$000	
11 Porteiros serventes de escolas	60\$000	7:920\$000	
2 Serventes de escolas isoladas	150\$000	3:600\$000	
Gratificação a directores de grupos	50\$000	13:800\$000	
Gratificação addicionaes a professores primarios		5:145\$600	1.602:705\$600

Gymnasio Amazonense

Pedro II

VERBA N.º

Pessoal:—

17 Professores cathedrauticos	700\$000	152:800\$000	
1 Preparador de H. Natural	400\$000	4:800\$000	
1 Preparador de Pyhsica e Chimica	600\$000	7:200\$000	
1 Secretario	650\$000	7:800\$000	
1 Official	450\$000	5:400\$000	
1 Chefe de disciplina	400\$000	4:800\$000	
1 Conservador de gabinete	300\$000	3:600\$000	
1 Archivista bibliothecario	350\$000	4:200\$000	
1 Bedel	250\$000	3:000\$000	
3 Inspectores de alumnos	250\$000	9:000\$000	
1 Inspectora de alumnas	250\$000	3:000\$000	
1 Porteiro	350\$000	4:200\$000	
2 Serventes	180\$000	4:320\$000	
12 Professores supplementares, durante oito mezes	150\$000	14:400\$000	
Gratificação addicional a professores		2:100\$000	
Gratificação ao professor comissionado no cargo de director	400\$000	4:800\$000	
Fiscalização		12:000\$000	
Gratificação ao instructor militar	150\$000	1:800\$000	239:220\$000

Materiais:—

a) —Papel, tinta, lapis, canotas, demais artigos de escritorio e assignatura do DIARIO OFFICIAL	4:000\$000	6:000\$000	245:220\$000
b) —Asseto, luz e agua	2:000\$000		
			2.355:405\$000

SAUDE PUBLICA

TABELLA N. 7

Pessoal :

Administração e Secretaria

1	Director geral (em commissão)	1:500\$000	18:000\$000	
1	Secretario (commissão) grat.	150\$000	1:800\$000	
1	Contador chefe da Secretaria	800\$000	9:600\$000	
1	1.º escriptuario	450\$000	5:400\$000	
1	2.º escriptuario	350\$000	4:200\$000	
1	Dactylographo	300\$000	3:600\$000	
1	Porteiro	350\$000	4:200\$000	
1	Chauffeur	350\$000	4:200\$000	51:000\$000

Almoxarifado

1	Administrador almoxarife .	900\$000	10:800\$000	
1	1.º escriptuario	450\$000	5:400\$000	
1	Servente	200\$000	2:400\$000	18:600\$000

Serviço de Laboratorio

1	Medico analyata	1:300\$000	15:600\$000	
1	Microscopista	350\$000	4:200\$000	
1	Encarregado do bioterio . .	300\$000	3:600\$000	
1	Servente	200\$000	2:400\$000	25:800\$000

Fiscalização de Pharmacias

1	Inspector fiscal (gratificação ao profissional designado)	100\$000		1:200\$000
---	---	----------	--	------------

Instituto Pasteur

1	Medico (trabalhando no Centro de Saude	\$	\$	
---	--	----	----	--

Serviço de Leprosia

1	Medico (dirigindo o Dispensario Oswaldo Cruz)	900\$000	10:800\$000	
1	3.º escriptuario (no Dispensario Oswaldo Cruz, pela manhã)	300\$000	3:600\$000	
1	Auxiliar	250\$000	3:000\$000	
1	Pharmaceutico	600\$000	7:200\$000	24:600\$000

Dispensario Oswaldo Cruz

1	Medico (já citado)	\$	\$	
1	3.º escriptuario (já citado)	\$	\$	
1	Enfermeiro	350\$000	4:200\$000	
1	Servente	200\$000	2:400\$000	6:600\$000

**Leprosario Bellisario
Penna**

1 Medico director (grat.) ..	500\$000	8:000\$000	
1 Machetista	500\$000	8:000\$000	
1 Motorista de lancha	250\$000	4:200\$000	
1 Foguista	300\$000	3:600\$000	19:800\$000

Centro de Saude

1 Medico-chefe (assistente do director)	\$	\$	
6 Medicos effectivos	900\$000	84:800\$000	
5 Medicos auxiliares	500\$000	30:000\$000	
1 Dentista	400\$000	4:800\$000	
1 Medico radiologista (cont.)	300\$000	3:600\$000	
1 Orto - rhino - laryngologista (contractado)	300\$000	3:600\$000	
1 Tisiotista (contractado) ..	300\$000	3:600\$000	
1 Demographista encarregado do Museu	800\$000	9:600\$000	
1 1.º escriptuario	450\$000	5:400\$000	
1 2.º escriptuario	350\$000	4:200\$000	
1 Guarda chefe	500\$000	6:000\$000	
2 Guardas de 1.ª classe	300\$000	7:200\$000	
2 Guardas de 2.ª classe	200\$000	4:800\$000	
2 Promotores de saude effec.	350\$000	8:400\$000	
3 Promotores de saude (cont.)	300\$000	10:800\$000	
1 Servente	200\$000	2:400\$000	
2 Attendentes	250\$000	6:000\$000	
2 Auxiliares	200\$000	4:800\$000	180:000\$000

Postos Hinevanticos

2 Motoristas de lanchas	300\$000	7:200\$000	
2 Guardas de 2.ª classe	250\$000	6:000\$000	
6 Guardas de 3.ª classe	200\$000	14:400\$000	27:600\$000

Material :

a) — Papel, tinta, lapis, canetas, demais artigos de escriptorio e assignatura do DIARIO OFFICIAL	12:000\$000	
b) — Aquisição de medicamentos	144:000\$000	
c) — Aluguéis de predios, extraia e lavagem de roupa	3:600\$000	
d) — Diarias de medicos e guardas	24:000\$000	
e) — Material para o Departamento de Saude Publica, inclusive combustivel e lubrificante para as lanchas	24:000\$000	
f) — Pessoal contractado e saneamento da cidade de Manaus	78:000\$000	
g) — Diarias de praticos e cozinheiros para as lanchas	14:400\$000	
h) — Custeio do Leprosario Bellisario Penna (Acto n. 4.381 de 11 de janeiro de 1935) ..	300:000\$000	600:000\$000

825:200\$000

Pessoal da Imprensa Publica

Effectivo:—

1 Director	1:200\$000	14:400\$000	
1 Chefe de Secção, secretario ..	800\$000	9:600\$000	
1 Bibliothecario	900\$000	10:800\$000	
1 Archivistta geral	700\$000	8:400\$000	
1 Almozarife	600\$000	7:200\$000	
1 Administrador das officinas ..	600\$000	7:200\$000	
1 Porteiro	350\$000	4:200\$000	
1 Dactylographo	300\$000	3:600\$000	
2 Revisores	250\$000	6:000\$000	
2 Continuo	230\$000	3:360\$000	
3 Serventes	200\$000	7:200\$000	
1 Zelador da Numismatica ..	250\$000	3:000\$000	84:960\$000

Contractado:—

Trezentos e doze (312) diárias a cada um dos seguintes operarios:

3 Linotypistas	15\$000	14:040\$000	
1 Aprendiz de linotypista ..	7\$000	2:184\$000	
1 Aprendiz de linotype ..	7\$000	2:184\$000	
1 Typographo paginador do jornal e obras	16\$000	4:680\$000	
2 Typographos chapistas ..	13\$000	8:113\$000	
1 Typographo	10\$000	3:120\$000	
1 Aprendiz de typographo ..	2\$000	624\$000	
1 Impressor de obras	14\$000	4:368\$000	
1 Aprendiz de impressor de obras	3\$000	936\$000	
1 Impressor de minerva e prelo	13\$000	4:056\$000	
1 Impressor e pautador	11\$000	3:432\$000	
1 Retranca e ajudante de impressão	10\$000	3:120\$000	
1 Pautador encadernador ..	13\$000	4:056\$000	
1 Encadernador	11\$000	3:432\$000	
1 Encadernador	10\$000	3:120\$000	
2 Encadernadores	6\$000	3:744\$000	
2 Aprendizes de encadernação	6\$000	3:744\$000	
1 Mechanico e zelador das machinas	12\$000	3:744\$000	
1 Ajudante de mechanico ..	7\$000	2:184\$000	
1 Servente distribuidor de jornaes	8\$000	2:496\$000	
1 Auxiliar de revisão	7\$000	2:184\$000	79:560\$000 164:520\$000

Material:—

a)—Custelo da Imprensa	85:000\$000	
b)—Differença de cambio. . .	10:000\$000	
c)—Papel, tinta, lapis, canetas, demais artigos de escriptorio	2:000\$000	
d)—Agua, luz e azeite	12:000\$000	
e)—Aquisição de livro, directamente aos editores, para a Bibliotheca	10:000\$000	119:000\$000

SEGURANÇA PUBLICA

TABELLA N. 9

Pessoal :

Secretaria da Chefatura

1	Chefe de Polícia	1:800\$000	21:600\$000	
1	Secretario	650\$000	7:800\$000	
1	Official	500\$000	6:000\$000	
6	Amanuenses	400\$000	14:400\$000	
1	Dactylographo	300\$000	3:600\$000	
1	Porteiro	350\$000	4:200\$000	
	Gratificação ao delegado auxiliar	200\$000	2:400\$000	60:000\$000

Commissariado

4	Commissarios	500\$000	24:000\$000	
4	Escrivães	400\$000	19:200\$000	
5	Investigadores	300\$000	18:000\$000	61:200\$000

Gabinete Medico Legal

1	Director	600\$000	7:200\$000	
2	Medicos levistas	600\$000	14:400\$000	
1	Amanuense	400\$000	4:800\$000	
1	Photographo	450\$000	5:400\$000	31:500\$000

Inspectoria da Polícia do Porto

1	Inspector	700\$000	8:400\$000	
1	Amanuense	400\$000	4:800\$000	
1	Chauffeur	350\$000	4:200\$000	17:400\$000

Casa de Detenção

1	Administrador	\$	\$	
1	Amanuense	400\$000	4:800\$000	
1	Carcereiro	300\$000	3:600\$000	8:400\$000

Inspectoria de Vehiculos

1	Inspector	350\$000	4:200\$000	
1	Ajudante	250\$000	3:000\$000	7:200\$000 185:000\$000

VERBA N.º

Material :

a)	Acquisição de livros, papel, tinta, lapis, penas, etc. e DIARIO OFFICIAL	6:000\$000
b)	Serviço telegraphico, compra e lavagem de toalhas, materiais electricos e refeições para presos correccionaes	3:000\$000
c)	Reparo e custeio do automovel da Chefia, carro cellular, assistencia e laucha da Polícia do Porto	15:000\$000
d)	Medicamentos e roupa de cama para o carro de assistencia	1:000\$000
e)	Diligencias policiaes	30:000\$000
f)	Despesas de caracter reservado	10:000\$000

g) Material photographico para o Gabinete Medico Legal, luvas de borracha, papel, tinta e lapis	2:000\$000			
h) Remocao de cadaveres	3:600\$000			
i) Luz e agua	11:000\$000			
j) Alimentação dos presos da Casa de Detenção	28:000\$000			
k) Vestuarios dos presos, idem	3:000\$000			
l) Medicamentos dos presos, idem	2:400\$000			
m) Papel, tinta, lapis, demais artigos de escriptorio para a Casa de Detenção ..	500\$000			
n) Utensilio de limpeza da Casa de Detenção	2:000\$000			
o) Custeio das officinas da Casa de Detenção :				
I—Marcenaria	3:600\$000			
II—Sapataria	3:600\$000			
III—Alfaiataria	3:600\$000	10:800\$000	127:300\$000	313:300\$000

CORPO DE SEGURANÇA

TABELLA N. 10

Pessoal :				
1 Comandante	800\$000	9:600\$000		
1 Sub-Comandante.	400\$000	4:800\$000		
1 Ajudante	400\$000	4:800\$000		
1 Almoxarife	400\$000	4:800\$000		
20 Guardas de 1.ª classe ..	300\$000	72:000\$000		
10 Guardas de 2.ª classe ..	250\$000	57:000\$000		
143 Guardas de 3.ª classe ..	200\$000	343:200\$000	496:200\$000	

Material :

a) —Papel, tinta, lapis, canetas, demais artigos de escriptorio e assignatura do DIARIO OFFICIAL	1:440\$000			
b) —Limpeza e conservação do armamento, aquisições, asselo e conservação do Quartel	5:760\$000			
c) —Manutención e conservação do Piquete de Cavalharia	18:000\$000	25:200\$000	321:100\$000	

THEATRO AMAZONAS

TABELLA N. 11

Pessoal :				
1 Director	200\$000	2:400\$000		
1 Zelador	250\$000	3:000\$000		
1 Continuo-servente	200\$000	2:400\$000	7:800\$000	
Material :				
Artigos de expediente		240\$000		
Luz, agua e asselo		3:600\$000	3:840\$000	
			11:640\$000	

JUNTA COMMERCIAL

TABELLA N.º 11

Pessoal:—				
1 Secretario	800\$000	9:600\$000		
1 Official	500\$000	6:000\$000		
1 Amannense	400\$000	4:800\$000		
1 Porteiro	250\$000	3:000\$000		
1 Continuo	250\$000	3:000\$000	28:400\$000	

Material:—

a) Papel, tinta, lapis, canetas e demais artigos de escriptorio e assignatura do DIARIO OFFICIAL	1:000\$000	
b) Agua, luz e asselo	200\$000	
c) Encadernação de documentos	1:000\$000	2:200\$000
		<u>28:600\$000</u>

JUSTIÇA PUBLICA

TABELLA N.º 13

Côrte de Appellação

Pessoal:—

6 Desembargadores	3:000\$000	216:000\$000
1 Procurador Geral do Estado	3:000\$000	36:000\$000
1 Secretário	1:000\$000	12:000\$000
1 Escrivão das Appellações	600\$000	6:000\$000
1 Official	550\$000	6:600\$000
2 Amanuenses	400\$000	9:600\$000
1 Archivista	350\$000	4:200\$000
1 Porteiro conservador	360\$000	4:320\$000
1 Continuo	280\$000	3:360\$000
2 Serventes	200\$000	4:800\$000
2 Serventes do Palacio da Justiça	200\$000	4:800\$000
		<u>307:630\$000</u>

Material:—

a) —Papel, tinta, lapis, canetas, demais artigos de escriptorio e assignatura do DIARIO OFFICIAL, para a Côrte de Appellação, inclusive Procuradoria Geral do Estado	6:000\$000	
b) —Publicação e encadernação dos acordãos da Côrte de Appellação	12:000\$000	
c) —Aquisição de livros de Direito para a bibliotheca da Côrte de Appellação	1:500\$000	
d) —Agua, luz e asselo	500\$000	
e) —Ajuda de custo e primeiro estabelecimento	10:000\$000	
f) —Castelo do Juizado de Menores	3:600\$000	33:600\$000
		<u>341:230\$000</u>

Magistratura — Ministerio
Publico e Serventuários
de Justiça

VERBA N.º

Pessoal:—

17— Juizes de direito	2:000\$000	408:000\$000
1 Juiz de menores	2:000\$000	24:000\$000
12 Juizes preparadores	800\$000	115:200\$000
1 Curador de orphãos, menores e interdictos da Capital	750\$000	9:000\$000
1 Curador das massas fallidas da Capital	750\$000	9:000\$000
Importancia a mais ao actual curador das massas fallidas (art. 7.º, disposições transitórias da Constituição)	1:250\$000	15:000\$000
2 Promotores da Capital	750\$000	18:000\$000
5 Promotores de 2ª entrancia	750\$000	45:000\$000
10 Promotores de 1ª entrancia	600\$000	72:000\$000
12 Adjuntos de promotores do interior	125\$000	18:000\$000
1 Escrivão do jury da capital	450\$000	5:400\$000
2 Escrivas do crime da capital	450\$000	10:800\$000

1	Escrivão dos feitos da Fazenda	450\$000	5:400\$000		
1	Porteiro dos auditórios da capital	200\$000	2:400\$000		
4	Officiaes de justiça	200\$000	9:600\$000		
12	Escrivães do judicial de Itacoatiara, Maués, Labrea, Tefé, Humaythá, Manicoré, Perto Velho, Boa Vista do Rio Branco, Manacapuru e Coary	100\$000	14:400\$000		
16	Escrivães das demais comarcas e termos do interior	50\$000	9:600\$000		
	Gratificação ao escrivão encarregado do serviço eleitoral, na capital	200\$000	2:400\$000		
	Gratificação ao escrivão de orphãos da capital, como escrivão criminal, nos processos contra menores delinquentes	200\$000	2:400\$000		
15	Officiaes de justiça das comarcas do interior	50\$000	9:600\$000		
12	Ditos dos termos, idem	30\$000	4:320\$000	808:920\$000	1.150:200\$000

TABELLA N.º 14

APOSENTADOS:

Adelia Pinheiro de Amorim	5:360\$000
Adrião Caminha	7:200\$000
Alberto Ribeiro de Souza	2:240\$000
Alipio Fortes Castello Branco	7:200\$000
Amelia Bentes Ayres	4:272\$000
Amelia Bittencourt Cardinale	4:200\$000
Anchises Cabral Raposo da Câmara	8:947\$068
Anna Silveira Caminha	3:095\$986
Anna Symphon de Amorim	3:000\$661
Anna Virginia Bezerra Aguiar	3:340\$000
Antonio Fluzza Caminha	2:263\$520
Antonio Gonçalves Pereira de Sá Peixoto (Desembargador)	36:000\$000
Antônio da Silva Campello	8:400\$000
Antonio Rodrigues Madeira	7:200\$000
Antonio Nogueira de Souza	6:000\$000
Apolonio Arminio Malcher de Souza	2:901\$567
Arya Firmina da Silva Paula	3:000\$000
Basilio Raymundo de Seixas (Dr.)	9:600\$000
Benedicto Edelberto de Góes	3:840\$000
Ezequiel Nelson Tavares da Cunha Mello (Desembargador)	14:520\$000
Benjamin Ferreira Valle	7:101\$369
Bernardino Antonio de Oliveira	1:037\$326
Braulio Vaz de Campos Pinto Amazonas	4:800\$000
Carlota Alves Muniz	3:448\$333
Cesario José de Araujo	6:000\$000
Christovão de Sá Cavalcante Lins	4:800\$000
Clementina Pinheiro de Souza	2:143\$467
Clavelina Pacheco Montenegro	3:600\$000
Cecilia Bandeira Braule Pinto	3:600\$000
Candida de Carvalho Corrêa Lima	4:560\$000
Dacio Serra Lima de Azevedo	6:129\$863
Didaco de Mello Sampaio	2:628\$684
Eduardo Felix de Azevedo	12:000\$000
Elesbão do Nascimento Luz	3:290\$000

Elvira Corrêa de Miranda Lima	4:915\$890
Emília Pedrosa de Oliveira	3:310\$657
Emílio Bonifácio Ferreira de Almeida (Des.)	36:000\$000
Estevão Lopes Fortes Castello Branco	10:200\$000
Estevão de Sá Cavalcanti de Albuquerque (Des.)	36:000\$000
Eudoxia Ramos Cordeiro	2:522\$666
Evangelina Pinho Browne	3:193\$600
Ernesto José Teixeira	9:600\$000
Filomena Ferreira Gomes	3:499\$134
Francisco Dias de Figueiredo e Silva	3:840\$000
Francisca A. dos Santos Rodrigues . .	2:332\$196
Francisca Gonçalves de Lima Verde . .	3:840\$000
Francisca Rita Raposo Fernandes . .	6:000\$000
Francisco Evangelista	2:940\$733
Francisco de Paula Faria e Souza (Des.)	36:000\$000
Francisco Julião de Aguiar	6:540\$000
Francisco Salles Montello	2:576\$613
Francisco Xavier de Abreu Calvão . .	3:360\$000
Felix Cavalcanti da Cunha Vasconcellos	6:000\$000
Francisca Ursula de Oliveira	4:560\$000
Gaspar Antonio Vieira Guimarães (Des.)	36:000\$000
Guide Gomes de Souza (Dr.)	12:000\$000
Guilhermina das Neves Santos	2:559\$859
Hildebrando Luiz Antony	6:600\$000
Honorina Nunes Lobo da Silva	3:428\$400
Jesúio da Costa Fonseca	3:600\$000
Joanna Harms Rollemberg	3:433\$907
Joaquim Ignacio de Souza Junior . .	4:200\$000
João Deocleciano da Silva	2:252\$307
João Pinto Ayres	3:734\$465
Joaquim Campello de Hollanda Cavalcante	4:633\$643
José Cardoso Ramalho Junior	7:200\$000
José Chevalier Carneiro de Almeida . .	9:600\$000
José da Costa Monteiro Tapajós . . .	5:400\$000
Joseph Afra do Rego Freitas	3:305\$556
Jovino Anthero de Cerqueira Maia (Des.)	5:500\$000
Julia Grana Marinho	4:712\$330
Juventino Lins Themudo	7:196\$449
Judith Ferreira Limaverde	3:110\$005
Juliana Maquiné da Cunha	3:600\$000
João Martins Affonso	3:600\$000
Josana Mavignier Paes Lima	2:336\$533
Leonor Belmont Vaz	3:278\$202
Luiz Furtado de Oliveira Cabral (Des.)	36:000\$000
Luiza de Menezes Vasconcellos	4:083\$288
Luthgardes A. Poggi de Figueiredo	4:540\$666
Luiza Mendes Soares	2:245\$333
Manoel Alfredo de Oliveira	2:193\$800
Manoel Octavio de Mendonça Beltrão	3:360\$000
Margarida de Mattos Abreu	2:547\$600
Maria Alexandrina Corrêa de Araújo	8:180\$778
Maria Amelia de Sampaio Braga	3:260\$528
Maria Amelia Valente do Couto	2:890\$626
Maria Amorim da Silva Neves	2:311\$151
Maria Carneiro de Santiago	3:370\$200
Maria Carolina de Oliveira Lima . . .	2:400\$000
Maria Celeste de Moraes Barros . . .	2:711\$355
Maria da Gloria Vaz e Abreu	3:886\$840
Maria de la Salette de Aguiar Cardoso	9:600\$000

Maria Lina de Amorim Antony	6:014\$865	
Maria das Neves Palmeira Bastos de Góes	3:217\$804	
Maria Pia Marques Guimarães	3:824\$850	
Maria da Purificação Ribeiro Bezerra	3:180\$745	
Maria Telles Monteiro	4:860\$658	
Maria Theobaldo de Magalhães Cordeiro	3:145\$643	
Marianna de Paula Freitas	3:424\$227	
Mario Guimarães Maia	4:503\$452	
Martinho de Luna Alencar (Des.)	36:000\$000	
Mathilde Telles da Silveira	3:553\$640	
Maria Amelia de Oliveira Araujo	3:600\$000	
Manoel de Almeida Souto	6:000\$000	
Marciano Armond	8:400\$000	
Maria Caminha Soares	2:400\$000	
Maria Rodrigues Tapajós	4:560\$009	
Olympia Candida de Mattos	3:300\$000	
Optaciana Carvalho de Queiroz	3:600\$000	
Oswaldo de Carvalho Soares Brandão	24:000\$000	
Palmyra Leite Ribeiro	3:840\$000	
Paulino João de Souza e Mello (Des.)	36:000\$000	
Petronillo Edison Pinheiro Joffely	7:200\$009	
Porphirio Martins Barbosa	9:600\$000	
Philippe Jonquim de Souza Netto	12:000\$000	
Rachel Fonseca de Castro e Costa	6:000\$000	
Raul Augusto da Matta (Des.)	36:000\$000	
Raymunda Telles de Souza Carvalho	6:000\$000	
Raymundo Santos Moreira Lima	5:364\$866	
Raymundo de Magalhães Cordeiro	3:677\$983	
Raymundo Paes de Andrade Oliveira	9:600\$000	
Raymundo Pereira de Sá	2:356\$865	
Raymundo Rates de Moura	4:560\$000	
Raymundo Vasconcellos	12:000\$000	
Rosa de Campos Bamberg	3:360\$000	
Rosa Fontenelle da Silva	4:560\$000	
Salvador Carlos de Oliveira	8:336\$480	
Sebastiana Christina Bezerra da Rocha	4:200\$000	
Theophile Alexandre de Carvalho	3:906\$805	
Thereza Faria de Almeida Santos	2:833\$000	
Thomas Antonio da Silva Meirelles	9:600\$000	
Umbellina de Alencar Dias Pinto	2:075\$140	
Veronica de Andrade Braga	4:200\$000	
Vespasiano Rodrigues de Aguiar	4:200\$000	
Vidal da Gama e Mello	2:668\$000	
Virgilio Leopoldino Langbeck	5:379\$945	
Zeferino da Rocha Moreira	4:300\$000	
Zozimo Severino de Leiros	24:000\$000	1.001:005\$256

Reformados;

Adolpho Cavalcanti	5:586\$096
Antonio José Guimarães	7:677\$786
Camillo de Lellis Pacheco Amora	12:000\$000
Hermenegildo Othoniel de Lima	12:000\$000
José Francisco de Assis	7:431\$316
Joaquim Alves de Lima Verde	8:160\$000
José Rodrigues do Nascimento	5:400\$000
João Lopes de Oliveira	1:026\$534
Manoel Jansen Pereira da Silva	12:000\$000
Manoel Paulo da Cunha	946\$112
Manoel Antonio de Carvalho	12:000\$000
Nuno Nery da Fonseca	3:360\$000
Pedro José de Souza	12:000\$000

Raymundo Synesio Benevides	8:280\$000	
Raymundo José Maria	468\$000	
Raymundo Apolinário de Senna	768\$500	
Turiano Chaves Meira	6:870\$000	115:883\$424

Pensionistas do Estado: —

Catharina Rodrigues Onety	600\$000	
Celerino Cardozo dos Santos	1:200\$000	
Ernestina Maria de Moraes	960\$000	
Filhos do Deputado Indio de Maués	3:600\$000	
Francisca Luiza de Vasconcellos	1:800\$000	
Francisca Telles da Rocha	1:800\$000	
Francisco Pereira Lima	660\$000	
Hedefonso Gonçalves de Mattos	600\$000	
Iracema Gonçalves da Silva	2:400\$000	
José Isidrio Pereira	624\$000	
Laurindo Marques Fernandes	1:200\$000	
Saul Uchôa	624\$000	
Thomas Rodrigues Maio	1:440\$000	
Virgílio Xavier da Silveira	2:400\$000	
Maria Rodrigues Ribeiro	1:890\$000	21:798\$000
		1.138:786\$680

Pessoal em Disponibilidade

TABELLA N. 2

Civis:

Antonio Paulo Bittencourt	3:200\$000	
Antonio Teles de Souza	8:490\$000	
Albio Honorato Ferreira Men- des	8:000\$000	
Carlos Pereira da Silva (Dr.)	24:000\$000	
Fausto de Campos Bulcão	2:400\$000	
Gentil Augusto Bittencourt	6:400\$000	
João Pessoa de Carvalho (Dr.)	24:000\$000	
João Henrique dos Santos (Dr.)	24:000\$000	
Jeremias Valverde (Dr.)	3:200\$000	
José Amaro Coelho Cintra (Dr.)	24:000\$000	
Manoel Carpinteiro Peres Junior (Dr.)	24:000\$000	
Manoel Gomes de Oliveira e Silva (Dr.)	24:000\$000	
Manoel Felício de Araújo	3:200\$000	
Manoel Machado e Silva	3:200\$000	
Manoel Osório Sá Antunes	2:799\$984	
Ricardo Matheus Barbosa de A- morim	8:400\$000	
Para pagamento de gratifica- ções aos que servirem em com- missão ou addidos	\$	193:199\$984

Militares:

Affonso Alves Galvão, Capitão	5:000\$000
Arthur Martins da Silva, Capitão	\$
Antonio Baptista de Moraes, Ca- pitão	5:000\$000
Antonio Luiz Drumond da Costa, Capitão auditor	5:000\$000
Augusto Vaz Sodré da Costa, Capitão	5:000\$000
Antonio de Paiva Cavalcante, Capitão	5:000\$000
Alexandre Montoril, Capitão graduado	3:833\$332

Arkbal Moreira de Sá Peixoto, Capitão graduado	3:833\$332
Antonio Salustiano Pereira, 1.º Tenente	3:833\$332
Antonio Zany dos Reis, 2.º te- nente	3:000\$000
Angelo Onidio dos Santos, 2.º te- nente	3:000\$000
Argemiro Antonio de Freitas, 2.º Tenente	3:000\$000
Aristides Leite, Capitão	5:000\$000
Bernardino Antonio Palheta, 1.º tenente graduado	\$
Cícero Vicente do Nascimento, 2.º tenente	3:000\$000
Euclydes Herminio Freire, Capi- tão	5:000\$000
Ernesto de Sá Cavalcante, Capi- tão	5:000\$000
Ernesto de Souza Lima, 2.º te- nente	3:000\$000
Francisco Pantaleão de Paula Machado, 2.º tenente	\$
Francisco Trigueiro Sobrinho, Capitão graduado	3:833\$332
Francisco Julio Dias, 2.º tenente	3:000\$000
Francisco Ivo de Souza, 2.º te- nente	3:000\$000
Florentino de Almeida, 2.º te- nente	3:000\$000
Gonzaga Tavares Pinheiro, Cap. graduado	3:833\$332
Ignacio Alves de Pinho, 2.º te- nente	3:000\$000
José Onofre Cidade, ten. cel. graduado	6:333\$333
José Rodrigues Pessoa, Major graduado	5:000\$000
João Luiz Rodrigues, 1.º tenente	3:833\$332
José Marques Galvão, 1.º tenente	3:833\$332
João de Hollanda Cavalcante, 1.º tenente graduado	3:000\$000
Julio Enéas Cavalcante, 2.º te- nente	3:000\$000
Joaquim Pedro Collares, 2.º te- nente	3:000\$000
Luiz Carlos Augusto, Major gra- duado	5:000\$000
Lycurgo de Souza Marinho, 2.º tenente	3:000\$000
Manoel Corrêa da Silva, major graduado	5:000\$000
Manoel Pereira da Luz, Capi- tão	5:000\$000
Moysés de Araujo Coriolano, Capitão	5:000\$000
Manoel da Cruz Oliveira, 2.º te- nente	3:000\$000
Miguel Archanjo F. Albuquer- que, 2.º tenente	3:000\$000
Pedro Ferreira de Souza, 1.º te- nente	3:833\$332
Raymundo Rodrigues, 2.º tenente	3:000\$000
Sergio Rodrigues Pessoa Filho, ten. cel. graduado	6:333\$333
Tristão Cavalcante Netto, Capi- tão graduado	3:833\$332

Segundos Tenentes Graduados

Fernando Diniz Soeiro, Sargento	2:400\$000	
Francisco Guedes de Araujo, sargento	2:400\$000	
Hugo Queiroz Lima, idem	2:400\$000	
Julio Augusto Bezerra idem,	2:400\$000	
José Umbelino de Albuquerque, idem	2:400\$000	
Manoel Augusto do Nascimento, idem	2:400\$000	
Para pagamento de gratificação aos officiaes como Delegados de Policia no interior ou addidos	\$	174:566\$654

RESUMO: --

Aposentados	1.001.095\$256
Reformados	115:983\$424
Pensionistas	21:708\$000
Disponiveis civis	193:193\$984
Dis. militares	174:566\$654
Gratificações civis	12:000\$000
" " militares	51:000\$000
	1.569:553\$318

ASSISTENCIA SOCIAL

TABELLA N.º 15

Instituto Benjamin Constant

Pessoal:--

1 Director 2-honorem	\$	
1 Professor de canto coral	400\$000	4:800\$000
1 Secretario	500\$000	6:000\$000
1 Cirurgião dentista	400\$000	4:800\$000
1 Porteiro jardineiro	300\$000	3:600\$000
1 Zelador	200\$000	2:400\$000
2 Serventes	150\$000	1:320\$000
10 Irmãs de caridade	200\$000	24:000\$000
		49:920\$000

Material:--

a) --Papel, tinta, lapis, canetas, pennas, demais artigos de escritorio e assignatura do DIARIO OFFICIAL	1:500\$000		
b) Alimentação das alumnas	70:000\$000		
c) --Vestuario e calçados	10:000\$000		
d) --Medicamentos, roupa de cama e de mesa	4:000\$000		
e) --Material para trabalhos manuaes	1:000\$000		
f) --Agua e esvelo	500\$000		
g) --Reparo de moveis	1:000\$000		
h) --Auxilio para a ampliação do Instituto, com a construcção de um pavilhão	35:000\$000		
i) Instalação do ensino commercial e domesticos	9:800\$000	132:800\$000	152:720\$000

Secção de Agricultura e
Aprendizado do Pavedão

Pessoal:--

1 Chefe de secção	800\$000	9:600\$000
1 Secretario da secção	600\$000	7:200\$000
1 Ajudante de ensino	500\$000	6:000\$000
1 Almojarife	300\$000	3:600\$000
1 Amanuense pagador	300\$000	3:600\$000
1 Dactylographo	300\$000	3:600\$000
1 Inspector de alumnos	250\$000	3:000\$000
1 Escrevente	250\$000	3:000\$000

1	Auxiliar	200\$000	2:400\$000	
1	Servente	180\$000	2:160\$000	
Pessoal assalariado:—				
1	Electricista	360\$000	4:320\$000	
1	Ajudante de electricista ..	180\$000	2:160\$000	
1	Arador	250\$000	3:000\$000	
1	Chauffeur (caminhão) .. .	250\$000	3:000\$000	
1	Motorista (lancha)	250\$000	3:000\$000	
1	Ajudante de motorista .. .	180\$000	2:160\$000	
1	Carpinteiro (mestre da se- cção de madeira)	250\$000	3:000\$000	
1	Jardineiro-horticultor .. .	240\$000	2:880\$000	
1	Cosmeleiro	240\$000	2:880\$000	
1	Ajudante de cosmeleiro .. .	180\$000	2:160\$000	
1	Copeiro	160\$000	1:920\$000	
1	Servente de cozinha	150\$000	1:800\$000	
1	Enfermeiro	250\$000	3:000\$000	
	Trabalhadores		24:000\$000	103:440\$000

Material:—

a)	Extinção do saúvas	3:600\$000		
b)	Conservação de Immoveis	20:000\$000		
c)	Alimentação dos alumnos do Aprendi- zado	30:000\$000		
d)	Custeio dos serviços do Aprendizado ..	50:000\$000	103:600\$000	207:040\$000

Auxílio à Santa Casa de Misericórdia, inclusive para assistência à Maternidade	80:000\$000
Idem ao Hospital de S. Sebastião	20:000\$000
Idem ao Hospital de Porto Velho, a cargo da Missão Salesiana	3:600\$000
Idem ao Asylo de Mendicidade Dr. Thomas	12:000\$000
Idem ao Abrigo Menino Jesus	12:000\$000
Idem à Casa Dr. Fajardo	24:000\$000
Idem às crianças do Orphanato de Teffé	2:400\$000

Idem às Irmãs Capuchinhas, para manutenção do Colle- gio N. S. da Assumpção de S. Paulo de Olivença	2:400\$000
Idem ao Sindicato dos Enfermeiros	2:400\$000

561:160\$000

ARMAZEM CLASSIFICADOR DE COUROS E PELLAS

TABELLA N.º 16

Pessoal:—

1	Administrador (comissão)	200\$000	2:400\$000	
1	Escrepturário (comissão)	100\$000	1:200\$000	
1	Copista	600\$000	7:200\$000	
2	Classificadores	600\$000	14:400\$000	
4	Diaristas (diária de 10\$000)		12:000\$000	37:200\$000

Material:—

a)	Aluguel do prédio e instalação	25:000\$000		
b)	Impressos e material para conservação e embalagem dos couros	24:000\$000	49:000\$000	56:200\$000

M E N S A G E M

Senhores Representantes do Povo :

Baseado no que prescreve a Constituição do Estado, em seu artigo 39 combinado com o de numero 18 das Disposições Transitórias, tenho a honra de submeter á vossa alta consideração e esclarecido estudo, o ante-projecto da lei orçamentaria para 1936. Volvido o Amazonas, definitivamente, nos quadros legais, restava a parte economico-financeira, difficil e especial — pelos novos moldes determinados pela Constituição Federal e pela solução de problemas que, em nosso Estado, se accumulam sob prisma particularissimo.

Comprehendestes claramente essas difficuldades. No intuito de unificar e consolidar a legislação fiscal e tributaria, houvestes por bem a facultação da lei numero 9, de 22 de agosto, em consequencia da qual foi baixado o acto numero 583, de 25 de setembro, designando uma comissão para tal fim, composta dos senhores doutor Heli Nunes de Lima, director-geral da Fazenda Publica, dr. Washington Mello, procurador fiscal da Fazenda Estadual, Augusto Cezar Fernandes, Presidente da Associação Commercial, dr. Adelino Cabral da Costa, representante da Produção, dr. João Hensear de Figueiredo, membro do Instituto da Ordem dos Advogados, e Carlos Gonçalves Filho, despachante estadual. Quizestes elaborar a receita e despesa do Estado sob bases seguras, adstrietas ao rigor estatístico, em que se fizessem ouvir as classes productoras, directamente interessadas na execução facil do aparelhamento fiscal. Cabem a especialistas as responsabilidades dessa legislação, a fixação das diversas verbas consignadas na receita e despesa. Revisto pacientemente, em continuas sessões, o systema tributario, e revisto por technicos, alem da perquirição investigadora a que, por certo, obrigareis todos os assumptos versados ou controvertidos, o decurso financeiro de 1936, destinado a uma verdadeira experiencia, ha-de transcorrer calmo, mais ou menos com precisão logica, si não se improvisarem factos inesperados de depressão economica, que, não raro, desnorream calculistas de larga visada. Mesmo assim, pela singularidade de muitos productos, cujo aproveitamento e industrialização começam agora a ser feitos, procurados como materia prima essencial á vida, o Estado ha-de proseguir no caminho aberto pelo seu rude esforço, no desdobramento prodigioso da planície em que o operário se transmuda em luctador.

Comparando-se os últimos cinco annos, verifica-se crescimento proporcional á arrecadação : 7.509:057\$000 em 1931; 7.562:082\$370 em 1932; 7.733:607\$000 em 1933; 8.760:820\$000 em 1934; 9.556:792\$676 em 1935. A Comissão de Revisão Tributaria orça para o anno de 1936 em 12.112:318\$318. A despesa acompanha, accorrendo ás necessidades do Estado, aquelle total.

O Amazonas, hibernado sob longas aperturas financeiras, reiniciou uma phase economica de maior estabilidade, após a oscillação de prolongadas crises, e reafirma visível renascimento pelas proprias condições de resistencia, pela serenidade de sua população heroica, pela tenacidade de seu commercio emprehendedor.

Poucas reservas estranhas lhe advieram, si exceptuarmos a contribuição de 12.000:000\$000, entregue pelo Governo da União á ultima Interventoria Federal, em adiantamento á Indemnização do Acre. Resurge ao impulso de suas iniciativas, que se estendem da estandarização dos nossos productos para melhoria de colação até á conquista de mercados propicios, notadamente nacionaes e sul-americanos. Ainda nos rondam a lembrança os dias escuros da Grande Guerra, quando, em consequencia do bloqueio submarino, o Amazonas, produzindo generos alimenticios e outros de applicação inadiavel, como borracha e madeiras, ficou totalmente insulado, sem campo de exportação. Impõe-se uma projecção salutar de nossos productos no Rio de Janeiro, em São Paulo, no Rio Grande do Sul, no Uruguay, na Argentina e Chile, prestigiando o labor com que, nesse proposito, se multiplica a secção de propaganda da Associação Commercial. Impõe-se o amparo das populações do interior, que tem sido o veio de ouro da Capital, condemnado apenas a produzir, proporcionando-lhes instrucção, hygiene e transporte. Sem fallar na installação de escolas isoladas e de postos medicos, somente dois emprehendimentos de valia se realizaram, nestes ultimos annos, a esse respeito — o serviço de radio no governo do senhor Ephigenio de Salles e a construcção de sédes para escolas e collectorias no do capitão Nelson de Mello.

As obras de caracter social, em cumprimento aos preceitos constitucionaes, devem merecer o carinho dos legisladores, segundo o artigo 121 da Constituição de 2 de junho. Grandes problemas actuaes ali se entremostam, carentes de solução, alguns recebidos pela Comissão Revisora, como se lê no relatorio que apresentou, capitulo quarto : defender a economia publica e participar contra todo o caracter parasitario; assistencia ás clas-

bes menos favorecidas e soccorro ás proles numerosas; amparo á velhice, á maternidade e á infancia em estabelecimentos apropriados; protecção aos invalidos de qualquer natureza; protecção á juventude pela expansão das energias physicas e moraes, intellectuaes e civicas; educação eugénica, desenvolvimento da hygiene mental, lucta contra os males sociaes; equilibrio entre o capital e o trabalho, entre a producção e o consumo; prover ao bem moral e material das classes trabalhadoras, dispensando-se protecção especial ás mulheres e aos menores. E' um programma de humanização e socialização; neste sentido, enriqueceste o Estado com a criação do Juizado de Menores.

Os vencimentos do funcionalismo, já melhorados em junho de 1934, passaram por novo reajustamento, na possibilidade da receita, embora ainda não correspondam ao que realmente fazem jús os leaes servidores do Estado. Foram consultados os chefes de repartições e resolvidos os casos aventados pela Constituição de junho, notadamente na magistratura.

Qualquer reforma conscienciosa é forjada com a preocupação de não ferir direitos ou prejudicar cidadãos que, de alguma forma, prestaram serviços á causa publica; os ensinamentos contidos nas Disposições Transitorias das Cartas da União e do Estado, respectivamente artigo 18, § unico, e artigo 14, §§ 1.º e 2.º, amparando funcionarios afastados no periodo discretionario, valem por um aviso concludente e insophismavel.

Conforme elucidá o officio annexo, apresentado pelo director da Fazenda Publica ao Secretario Geral do Estado, attendeu-se "dentro da provisão da Receita, na razão directa de sua producção nos diversos departamentos".

O artigo 12, numero VI, da Constituição Federal, ergue uma interrogação aos espiritos vigilantes : a intervenção da União "para reorganizar as finanças do Estado que, sem motivo de força maior, suspender por mais de 2 annos consecutivos, o serviço de sua divida fundada". O erario estadual não dispõe de elementos para enfrentar estas despesas por meios normaes. Mas a própria Carta Magna, no artigo 5 das Disposições Transitorias, reconhecendo a indemnização pela perda do Territorio do Acre, offerece margens para a solução dessa divida, que o Estado, sob o amparo do artigo 11, § 1.º e 2.º de sua Constituição, já está pleiteando, descontados os compromissos com o Governo da União.

A futura lei orçamentaria, embora anteprojectada no

rigorismo das cifras, das tabellas comparativas, da analyse dos annos anteriores, pôde offerecer surpresas na execução e receberá as corrigendas e modificações que a pratica impuzer.

Encerra-se o primeiro periodo financeiro do regime constitucional com o funcionalismo e os fornecedores em dia, com a distribuição das rendas municipaes até a prefeituras em debito, com o proseguimento das obras iniciadas pela Interventoria Federal na Capital e no interior, atacadas mesmo outras de menor vulto.

Enfrentaram-se despesas vultosas e inadivels, não computadas na lei orçamentaria, quaes sejam os trabalhos da prorrogação da Assembléa Legislativa e as escolas de emergencia.

O Estado viveu por si mesmo, ao impulso de suas forças productoras. Nenhum auxilio recebeu.

Deduz-se de tudo isto : sem optimismo exaggerado, devemos ter confiança nos destinos do Amazonas, vencido o derrotismo dos que desestimam as estatisticas e esquecem a resistencia do nosso homem de trabalho. Enquanto inutilmente se desandam em inercia, as multidões laboriosas produzem no seu esforço tentacular, contribuindo para manter e alicerçar a nossa autonomia dentro da actividade e da ordem. Ninguém impedirá os resultados desse esforço : mandatarios do povo, como nos honramos de ser, lencemos de passar e ser substituidos nas posições momentaneas, mas a contribuição, si honesta e bem intencionada, valerá pelo melhor attestado de operosidade e de respeito á soberania popular. Ao analysta não interessam as facções que se degladiam, sem programma de acção social : quer saber quaes os homens que, honrando o mandato, sabem corresponder, pela cultura e pelo trabalho perenne, á transitoriedade das funções que exercem.

Constituintes, não trahistes a confiança do povo, tendo dotado o Amazonas de uma constituição liberal, em que se acham synthetizados os problemas regionaes, e de que derivaram, inicialmente, a lei da organização dos municipios e a lei de protecção aos menores.

Deputados á Assembléa Legislativa, sabeis organizar, agora, com a devida urgencia, um orçamento veridico, escoimado de impurezas, apoiado a uma codificação fiscal que desvencilhe a tarefa ao contribuinte, sem o emmaranhado tumultuario de que resultam o atraso, a multa, o processo, a fraude, entrando a acção do fisco e creando situações de repulsa e de odio, ao envez de auxilio e cooperação. Nesta hora em que todas as ener-

gias devem estar congregadas a prol do Brasil e do Amazonas, e em que nenhum cidadão de responsabilidade as dissipa com outra intenção, apresento-vos, Senhores Representantes do Povo, os meus protestos de attencioso respeito, com o pensamento em Deus, como os legisladores do novo regime preambullaram as Cortes-Supremas do Estado e da Republica.

Palacio Rio Negro, ciz Manáos, 7 de dezembro de 1935.

Alvaro Mala

(*) Já tendo sido divulgados em volume os esboços das leis tributarias parciais e exposições a elles referentes, deixam por essa circumstancia de constar dos Annaes, conforme deliberação do sr. Presidente da Assembléa. A todos esses documentos acompanhou a Mensagem, acima transcripta, do sr. Governador do Estado.

Pela commissão de redacção, o sr. Ananias de Almeida envia á Mesa os dos projectos nos.º 55, 59, 72, 80, 81, 82 e 84, as quaes, approvadas, vão á sancção.

Depois, com a palavra, o sr. Moseyr Dantas, justifica longamente e manda á Mesa esta indicação:

"Indico que, na acta do encerramento dos nossos trabalhos da presente sessão legislativa, fique registrado um voto de sympathia e louvor á Mesa, pela maneira criteriosa com que orientou as reuniões da Assembléa. Requeiro ainda que se consigne, na mesma acta, um voto de solidariedade politica ao Exmo. Sr. Governador do Estado, cuja administração está sendo pautada em rigorosas normas de justiça e moralidade, para felicidade do Amazonas, dando-se conhecimento desta resolução a Sua Excelencia".

Aberto o debate sobre essa indicação, pede a palavra o sr. Aristides Rocha, que, em nome da minoria, justifica o seu voto favoravel á primeira parte da proposta e contrario á segunda, por isso que o momento politico não aconselha outra attitud. Posta a votos, é approvada a Indicação do sr. Moseyr Dantas.

Falla a seguir o sr. Leopoldo Pêres, que também propõe um acto de soli-

dariedade politica ao Presidente da Republica pela defesa efficiente da ordem civil e da tranquillidade da familia brasileira, requerendo se desse sciencia immediata do gesto da Assembléa amazonense ao Chefe da Nação.

Posto em discussão o requerimento do sr. Leopoldo Pêres, observa o sr. Moseyr Dantas que seu collega veio ao encontro dos desejos da maioria com a proposta em debate, motivo por que lhe dá seu voto sem nenhuma restricção. A Casa approva, por unanimidade, a proposta do sr. Leopoldo Pêres.

Occupa também a tribuna o sr. Vivaldo Lima, que, depois de referir-se elogiosamente á operosidade dos funcionarios da Secretaria da Assembléa, propõe um voto de louvor aos mesmos, o que é approvado igualmente por unanimidade. O mesmo deputado, continuando com a palavra, propõe mais que a Assembléa encorporada compareça ao palacio Rio Negro para apresentar cumprimentos ao Governador, tendo a minoria declarado, pelo sr. Aristides Rocha, que se abstinha de tomar parte nessa manifestação, reque-rendo, entretanto, um voto de congratulações ao povo amazonense. A Casa approva esta e também a proposta do sr. Vivaldo Lima.

Passando-se á segunda parte da ordem do dia, são approvados em segunda e terceira discussões os projectos nos. 83, 84 e 85. São também promulgados, com as formalidades regimetaes, varias leis decretadas pela Assembléa, depois do que o sr. presidente lê a synopse dos trabalhos legislativos, agradecendo em seguida as homenagens prestadas á Mesa, e particularmente á presidencia, pelos senhores deputados.

Suspensa a sessão por dez minutos, afim de ser lavrada a acta de encerramento, é ella approvada, por unanimidade, ao ser reaberta a sessão, retirando-se os deputados depois da troca habitual de cumprimentos.

...

Discurso do sr. Antonio de Vasconcellos, na primeira sessão de 31 de Dezembro:

Sr. Presidente

A Comissão de Finanças emittindo parecer negando a remuneração pleiteada pelos membros da Comissão Technica que remodelou as leis tributarias do Estado, agio com justiça, se attentarmos a que a lei que a instituiu, expressamente determinou que, por ser esse serviço considerado relevante, nenhuma remuneração pecuniaria seria attribuida a seus membros. Adoptou criterio semelhante ao da nossa Constituição, no seu art. 89, em que o Conselho Technico, por ella instituido, não será remunerado.

Não ha, portanto, como inquirir de injusto o parecer da Comissão de Finanças. Elle está vasado, rigorosamente, em dispositivo expresso da lei.

O projecto primitivo, no seu art. 1.º permittia, realmente, uma remuneração pecuniaria aos membros da Comissão Technica, que não fossem funcionarios do Estado. Esse projecto, porém, apesar da opinião favoravel da Comissão de Poderes, foi modificado pela Comissão de Finanças, cujo ponto de vista foi vencedor, quando discutido em plenário, sendo totalmente rejeitado o seu art. 4.º, e declarando-se no texto approvedo que apenas seria serviço relevante o que prestassem os membros da referida Comissão. Está assim redigido o substitutivo da Comissão de Finanças, apresentado por occasião de emittir o seu parecer (lé):

Parecer e substitutivo foram unanimemente approvados em plenário.

Vê-se, pois, que o art. 4.º, que auctorizava o governador a arbitrar aos membros dessa Comissão, que não fossem funcionarios do Estado, uma gratificação, por conta da Indemnisação do Acre, foi totalmente rejeitado,

declarando-se, expressamente, que os seus trabalhos seriam considerados "serviço relevante".

Ora, Sr. Presidente, nenhum dos membros nomeados para essa Comissão ignorava, portanto, que o seu trabalho não seria remunerado, mas tão somente considerado "serviço relevante ao Estado".

Não se pode, consequentemente, allegar que qualquer dos membros dessa Comissão tivesse sido illudido, porque antecipadamente sabiam que nenhuma remuneração pecuniaria lhes seria abonada.

Não vejo, portanto, como justificar, mesmo com abstracção do art. 89 da Constituição, que institue os Conselhos Technicos, a titulo gratuito, mas baseado tão somente no dispositivo expresso da lei que creou a Comissão Technica para a reforma das Leis Tributarias do Estado, o abono de uma remuneração pecuniaria aos membros dessa Comissão, e por esse motivo, pelo profundo respeito que me inspiram os imperativos legais, emittir parecer negando o pedido, como também discordo da emenda apresentada pelo nobre deputado Sr. Aristides Rocha, porque entendo que essa emenda vibra, na lei invocada, um golpe mortal, o que, a meu ver, é um perigoso precedente, que não podemos prever até onde conduzirá, no conceito publico, o renome desta Assembléa.

...

DISCURSOS DO SR. FELIX VALOIS, NA PRIMEIRA SESSÃO DE 30 DE DEZEMBRO:

♦ Sr. Presidente

Eu voto pela segunda emenda, porque não acho fortes os argumentos do deputado Vivaldo Lima. Acho que deve haver um preço maximo, para que não cobrem amanhã 5\$ ou 10\$ por uma cadeira.

O sr. Paula Gonçalves — A's vezes um verdadeiro bleufe!

O sr. Felix Valois — Não venho cogitar do verdadeiro custo da fita, a realidade é que, como diz o nobre deputado Leopoldo Pêres, Manãos, sob alguns aspectos, está em periodo ainda

colonial... Com ampla liberdade de cobrar quanto entender aos seus frequentadores, ha um cinema aqui que até hoje é o padrão.. e apresenta o triste facto de estar o espectador, nas noites chuvosas, obrigado a ter o chapéu de chuva aberto.

No entanto, tem a liberdade de elevar o preço das fitas para quanto quer, para quanto entende!

Em época de abundância, que o Estado já atravessou, nenhum melhora-mento fez, não obstante os favores que fruiu.

O sr. Leopoldo Peres — Com o preço da actual producção cinematographica, a emenda imporia na annullação completa do que vamos fazer, com a isenção!

O sr. Aristides Rocha — Então acia V. Excia. que elles poderão exhibir fitas a 10\$... Não é justo querer dar concessão e não controlar o concessio-nario!

O sr. Felix Valois — A tendencia actual é fatalmente augmentar a producção para baixar o preço. Voto a favor da 2. emenda.

...

Sr. Presidente.

Eu voto contra a emenda ora apre-sentada, sem o receio de ter a consciencia poluida, contaminada pelo virus de uma immoralidade!

Eu votei a isenção á Empresa Cine-ma Avenida Limitada, porque é uma industria que começa, uma empresa que nasce.

A Empresa Fontenelli, segundo in-formou o deputado Antonio Vasconcellos, cuja palavra a mim merece fé, já gozou de isenção durante 10 annos.

Com essas isenções os legisladores tiveram em mira naturalmente que essa Empresa envidasse esforços para beneficiar a população da cidade. No entanto, esta Empresa, em 25 annos, nada fez para melhorar aquelle gal-pão que lá está!

O sr. Ariolino Azevedo — O lugar onde está o galpão era um deposito de lixo. Na construcção desse galpão, existe muito mais dinheiro enterrado do que realmente appareta!

O sr. Felix Valois — Entretanto, com 10 annos de isenção, quando o Amazonas atravessou phase de felicida-de e progresso, esta empresa nada fez.

O cinema está em laes condições, que o espectador muitas vezes, na quadra invernos, é obrigado a ter o guarda chuva aberto, para se resguardar da agua que lá cahe!

Eu voto contra a emenda, e votan-do, estou de accordo com minha consciencia!

Não tenho receio de que me provem que estou com esta consciencia contaminada pelo virus da immoralida-de!

...

DISCURSO DO SR. PAULA GONÇALVES.
NA SESSÃO DE 30 DE DEZEMBRO:

Sr. Presidente, respeitaveis srs. Deputados.

Em discussão o parecer da Com-missão de Finanças desta Assembléa, que concede favores á Empresa Cine-ma Avenida Limitada — voto contra. Deseja essa Empresa uma serie de favores, quaes sejam, dispensa de pagamento de imposto de industria e profissão, idem, idem, do imposto de incorporação para o material a ser importado, idem, dispensa do paga-mento da taxa de caridade — \$100 por entrada, tudo pelo prazo de cinco annos!

Não tenho a menor duvida, srs. deputados, de que a Assembléa Legisla-tiva do Estado do Amazonas, de certo tempo a esta parte, está se transfor-mando em verdadeiro "Morro da Gra-ça", iacs, tantos e tamanhos são os absurdos solicitados, e quasi sempre concedidos, esquecendo-nos que, assim procedendo, estamos fazendo a des-graca do Estado!

É simplesmente absurdo o que plei-téa esta Empresa: — isenções de pagamento de imposto predial, de industria e profissão, de incorporação e até de caridade, tratando-se, como se sabe, de uma Empresa poderosa, de capital vultoso que vantagens nenhuma offerece ao publico senão associar-se ás suas algeibeiras! Todas essas vantagens em troca de uma ses-são mensal em prol das casas de ca-

ridade, e que, francamente, não merecem nem os nossos comentários...

Trata-se de uma Empresa que não vem dar serviço a famílias desamparadas ou ao exército de desempregados que dia a dia aumenta em nossa cidade. Esses, sim, devem merecer dos poderes públicos todos os favores e todas as concessões.

Votaria favoravelmente, sr. presidente, se a concessão se destinasse a um cinema num dos subúrbios de Manaus — Educandos, Girão, Cachoeirinha, cujas populações, extremamente pobres, jamais poderão frequentar o luxuoso "Cinema Avenida" e são bem dignas de possuir diversões no alancade de suas precárias condições.

Por essas razões, julgo ter justificado meu voto contrariando a pretensão da Empresa Cinema Avenida Limitada.

DISCURSO DO MESMO DEPUTADO, NA SESSÃO DE 31

Sr. Presidente

Declarei, ao se iniciarem os debates sobre a escandalosa solicitação feita a esta Assembléa pela Empresa Cinema Avenida Limitada, que votava contra o parecer dado pela respeitável comissão de finanças. Assim procedi porque não posso comprehender, nem admitir, que o Estado, em condições financeiras precárias, Estado incapaz de attender, por falta de recursos, a obras sociais inadiáveis, pudesse fazer concessões generosas a empresas de capitais vultosos. A Empresa, em absoluto, não vem beneficiar, directa ou indirectamente, as classes menos favorecidas da sorte.

Argumento magnificamente o nobre sr. deputado Aristides Rocha, perguntando, como eu pergunto a esta Assembléa: como dispensar do pagamento de imposto os provedores de recursos, deixando os pobres e os humildes, como os vendedores ambulantes de saplocas, passocaes, os cafés de arraiá e outros luctadores analogos?

Trata-se de uma Empresa que vai explorar um negocio, podemos dizer de luxo, para os de posses, e que, com a concessão solicitada, virá sacrificar

outras já existentes, que pagam seus impostos.

Constituirá um verdadeiro privilegio a concessão solicitada. Voto, pois, pelas emendas apresentadas pelo deputado Aristides Rocha, collocando em condições identicas a Empresa requerente com a já existente, na cidade, com o mesmo ramo de negocio!

Da sessão do dia 31 de Dezembro

(Manhã)

DISCURSOS DO SR. ARMANDO MADEIRA

O sr. Armando Madeira. — Sr. presidente, peço a palavra.

O sr. Presidente. — Tem a palavra o deputado Armando Madeira.

O sr. Armando Madeira. — Sr. presidente,

Accepto absolutamente como verdadeiras as considerações do illustre deputado Aristides Rocha, como "leader" da minoria, e declaro que tambem voto contra o Projecto que ora se discute, coerente com o mesmo voto que hontem manifestei.

Entendo que isenções de impostos que envolvem favores individuaes, apenas podem acarretar prejuizo aos cofres publicos, sem nenhum beneficio para a collectividade.

Não sou systematicamente contra a protecção do Estado a qualquer industria nova, cujo exito seja ainda duvidoso, exigindo sacrificios de tempo, de actividade e de dinheiro; no entanto, repello, por inefficazes nos interesses do Estado, favores, que possam ser dados em detrimento de outros concorrentes, já estabelecidos e onerados com as imposições do fisco, os quaes, assim vão ficar em condições inferiores áquelles que iniciando o mesmo ramo de actividade, conhecem com segurança as probabilidades de negocio já explorado. É o meu ponto de vista.

...

Sr. Presidente, trata-se de uma questão inteiramente aberta, como é do conhecimento da Assembléa: a

isenção de impostos no Cinema Avenida.

Nestas discussões, a Assembléa apresenta um aspecto de elevação moral bastante accentuado; por isso que cada um dos sr.s, deputados, independentemente de orientação partidária, tem manifestado livremente o seu ponto de vista.

Eu mesmo já o fiz desta tribuna, e o faço ao encerrar da discussão deste projecto, ou melhor, desta emenda, estendendo favores no Cinema Polytheama.

Acho que um absurdo não justifica outro e que a Assembléa se desvirtua e vai de encontro aos interesses do Estado, dando isenção no Cinema Avenida. Mas se assim pensa, fico coherente, achando absurda igual concessão á outra empresa.

Voto, portanto, contra as emendas que conferem qualquer isenção, nos termos expostos.

...

Sr. Presidente, pedi a palavra para apresentar um substitutivo ao parecer da Comissão de Finanças, relativo á mensagem do Governador do Estado, que submete á consideração da Casa a remuneração dos membros da comissão que organizou diversos ante-projectos de leis tributárias.

O parecer conclue pela impossibilidade de fazer essa remuneração, apolado no art. 98 da Constituição do Estado.

No entanto, o que a Constituição priva é que os membros dos Conselhos Technicos sejam remunerados e diz que o cargo de conselheiro será gratuito e o seu desempenho considerado de alta relevancia.

Mas os membros desta comissão não são conselheiros technicos.

Os seus serviços foram temporarios, receberam uma incumbencia especial; por consequencia não estão nesta classe de conselheiros. Entendo que esses serviços devem ser remunerados e os membros da comissão tem direito de receber a recompensa de seu trabalho.

Apresento o seguinte substitutivo,

assignado ainda pelos deputados: Leopoldo Peres, Maria Miranda Leão, Artollino Azevedo, Aulstides Rocha.

DISCURSO DO SR. NUNES DE LIMA, NA
SESSÃO DE 30 DE DEZEMBRO:

Sr. Presidente.

Submette-se á discussão um projecto de lei, que tem por fim isentar a firma Miranda Corrêa & Cia., proprietaria das fabricas de cerveja e gelo, de todos os impostos do Estado. Não sou, radicalmente, contrario a toda especie de isenções; ellas, até certo ponto, e muitas vezes, podem encontrar justificações para sua permissão ou permanencia. No caso concreto das isenções que já desfructuou a firma citada, durante um periodo regular, tive de emitir parecer verbal, quando na Interventoria Rogerio Coimbra se cogitou, no seio de uma comissão de que fiz parte — de organização tributaria do Estado — de promover o cancellamento de todas as isenções existentes. Foi, ali, decididamente contrario a que, de qualquer forma, se tocasse no assumpto, certo como estava que aquelles industriaes tinham feito jus aos favores que auferiam, em recompensa ao desassombro com que haviam, então, installado, sem nenhum favor do Estado, os seus valiosos emprehndimentos industriaes. Neste momento, porém, sr. presidente, depois de premiados aquelles esforçados industriaes pelo denodo de seus iniciativas, a renovação dos mesmos favores, de forma integral, como pretenderam em sua sollicitação, não pode merecer o amparo do meu voto, não deve merecer o amparo da Assembléa Legislativa. Entretanto, ainda levando em conta a natureza vultosa daquelles emprehndimentos, cujo capital ali invertido exige protecção, exige incentivo para outras empresas, eu selecciono a industria do gelo, como genero, no Amazonas, de primeira necessidade, para que este producto se conserve ao preço compativel com todas as bolsas; e nestas condições, sou pela isenção de impostos, que venham onerar esta industria, sollicitando, por isso, aos membros desta Casa

a aprovação do seguinte substitutivo:
(lê)

E' uma isenção, portanto, a meu ver, catalogada no numero daquellas que devem permanecer, naturalmente, com as vantagens para o publico da

qualidade e preço do producto, que são incontestavelmente, a melhor e o mais commodo do Brasil.]

Era somente o que tinha a dizer, justificando o substitutivo que acabo de offerecer á intelligente apreciação dos dignos membros desta Assembléa.



Comunicado

As imagens, textos e obras disponibilizadas pelo Centro de Documentação e Memória da Amazônia estão na maioria em domínio público ou possuem termo de cessão para publicação da versão digitais produzida pela Secretaria de Cultura.

Se porventura, você identificar alguma obra que não esteja de acordo com a Lei de Direitos Autorais (lei 9.610/98), entre em contato conosco para que possamos identificar e proceder com regularização.

O objetivo da Biblioteca da Amazônia na disponibilização das versões digitais é a preservação da memória e difusão da cultura do Amazonas e região norte do Brasil, sem prejudicar os direitos patrimoniais do autor, herdeiros ou quem possuir o direito de uso.

O uso destes documentos digitais, digitalizados ou nascidos digitais são apenas para fins pessoais (privado), sendo vetada a sua venda, edição ou cópia não autorizada.

Lembramos, que esses materiais podem ser encontrados nos acervos do Sistema de Bibliotecas Públicas da Secretaria de Cultura e Economia Criativa e seus parceiros.



**ACERVOS
DIGITAIS**

https://beacons.ai/cdmam_sec

FALE CONOSCO

(92) 3090-6804

cdmam@cultura.am.gov.br

acervodigitalsec@gmail.com



**CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E
MEMÓRIA DA AMAZÔNIA - CDMAM**

